

**OLHARES SOBRE OS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA
EM MATO GROSSO DO SUL**

Resultados da Experiência
do Curso de Licenciatura
em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA

Organizadores
André Luiz Faisting
Walter Marschner

**OLHARES SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA EM
MATO GROSSO DO SUL**

Resultados da Experiência do Curso de Licenciatura em Ciências
Sociais - UFGD/PRONERA

Organizadores

André Luiz Faisting
Walter Marschner



2015

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias
Vice-reitora: Marlene Estevão Marchetti

Editora UFGD

Coordenação editorial: Paulo Custódio de Oliveira
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial

Paulo Custódio de Oliveira
Marlene Estevão Marchetti
Sandro Menezes Silva
Célia Regina Delácio Fernandes
Rogério Silva Pereira
Luiza Mello Vasconcelos

Capa: Marise Massen Frainer

A revisão textual e a normalização bibliográfica deste livro são de responsabilidade dos organizadores e autores.

Impressão: Gráfica de Liz | Várzea Grande | MT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O459 Olhares sobre os assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul. / André Luiz Faisting, Walter Marschner (organizadores). – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

584p.

ISBN: 978-85-8147-116-7.

Possui referências.

1. Território. 2. Pedagogia da alternância. 3. Educação do campo. I. Faisting, André Luiz. II. Marschner, Walter.

CDD – 301.359817

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme Lei nº 9.610 de 1998

Sumário

Introdução

9

André Luiz Faisting e Walter Marschner

Primeira Parte

Assentamentos Rurais: Memória, Realidade e Desafios

Os impactos da Usina Eldorado no modo de vida dos assentados do PANA - Nova Alvorada do Sul - MS

Adriano Aparecido Santana de Oliveira, Alessandro Santana de Oliveira, Andriever Rodrigues Santana e Luciene Aparecida Silva

27

As relações de trabalho e emprego no assentamento Padre Adriano Van de Ven - Juti - MS

José Aparecido dos Santos e Wagner José da Rosa

49

Cidadinos assentados: considerações sobre experiências vividas nos espaços urbano e rural de famílias do Assentamento Emerson Rodrigues

Luci Dalva Maria de Souza e Marli Perbelin Rodrigues

75

Jovens do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Juti - MS: o dilema entre ficar ou sair

Alice Araújo do Nascimento, Rosângela Fátima Correa Ávila e Julio Cezar de Souza Alvarenga

107

Sílvio Rodrigues: história de vida e luta pela terra em Mato Grosso do Sul

Edmilson Marques dos Santos, José de Oliveira, Rosana dos Santos e Vilma Martins de Oliveira Silva

129

Entre o ficar e o partir: trajetória e memória de luta das famílias brasiguaias do Assentamento Taquaral em Corumbá - MS

Cristiano Almeida da Conceição e Maria de Fátima Ferreira

169

História de luta e resistência do campesinato: o caso do assentamento Ranildo da Silva em Mato Grosso do Sul <i>Cristiane Paula Morais Vilasboa, Ivone Fernandes Santos e Valdirene de Oliveira</i>	217
Estratégias de (re)produção familiar na reforma agrária em MS: estudo de caso dos projetos Areias, Aldeia, São Manoel e Padroeira do Brasil <i>Adriana Alves Grassieli, Fabio Pereira Nunes, Marli Cunha e Nilda Roza</i>	245
A reforma agrária e os impactos regionais: estudo de caso dos assentamentos Lagoa Grande e Amparo em Itahum - MS <i>Dalva Marques Machado, Mauro Sérgio Almeida e Zilda Alves de Souza</i>	277
Políticas públicas participativas: programa Territórios da Cidadania Cone Sul - MS <i>Carlos Alberto Heling e Marisete Inês Resmini</i>	311

Segunda Parte

Educação e Diversidade no Meio Rural

Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ: construindo múltiplos conhecimentos com novas práticas metodológicas aplicadas ao ensino <i>Aline Alves Fernandes e Gerson Ferreira Tavares</i>	351
O processo educacional da Escola Família Agrícola de Sidrolândia - EFASIDRO: a escola no cotidiano das famílias assentadas <i>Ivanilda Ricardo de Farias Torales e Lauraline da Silva Ramos Freire</i>	383
Assentamento 17 de abril: uma história de conquista e resistência na luta pela terra <i>Alessandra Morais Silva e Valéria Jesus Fragoso de Melo</i>	409

Produção escrita das crianças da extensão Porto da Manga, Corumbá-MS: uma experiência de letramento <i>Sonia Regina da Silva Tomichá</i>	445
Participação da criança nos processos decisórios da família: estudo de caso do Assentamento Taquaral <i>Eliane Ceri Assis Santana</i>	467
Organização social da comunidade negra Colônia de São Miguel, Maracaju - MS <i>Maria Aparecida do Nascimento, Nelson Aparecido Silva Casimiro e Thiago José dos Santos</i>	495
A Mulher no contexto da produção familiar agroecológica: um estudo de caso do assentamento Itamarati <i>Elisandra Tomascheski, Luiz Carlos Marques Valejo e Rosimeire da Silva</i>	523
Mulher terena da Aldeia Água Branca - Nioaque - MS: trabalho e influências nas decisões da comunidade <i>Joeliza Santos da Silva, Maria Roseli Carvalho Costa e Marialves Conceição</i>	559

Introdução

André Luiz Faisting

Walter Marschner

“Na terra onde pisava o boi, hoje é feijão e arroz...”

Reunir os trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - traz a alegria da colheita. Este livro é um dos frutos da terra liberta, frutos de uma reforma agrária cujos resultados vão além da produção de alimento e da geração de renda, pois incluem a construção de conhecimentos novos.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - é resultado de uma ampla mobilização social em torno da luta pela terra e pela educação. Como política pública voltada para o campo, tem sido um grande impulsionador do acesso de trabalhadores rurais à educação. Inclui formação política, técnica e profissional. Mas vai além da elevação da escolaridade, possibilitando aos trabalhadores e trabalhadoras a compreensão do campo na sua amplitude, o posicionamento frente a uma realidade que exige seu protagonismo social. Assim, o PRONERA se consolida como um espaço de resistência que também subsidia a elaboração de outros programas e novas políticas, bem como contribui para ampliar os sujeitos envolvidos em um processo educativo para além da escolarização. Isso é possível porque envolve sujeitos diversos: movimentos sociais e organizações sindicais, mas também professores/as de instituições de ensino superior, técnicos/as, dentre tantos outros trabalhadores/as que lutam por um campo com educação pela reforma agrária.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA¹ foi oferecido na UFGD em turma única para 56 pessoas e teve início

¹ O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - PRONERA/UFGD foi o primeiro curso de nível superior implantado em Mato Grosso do Sul com apoio do PRONERA. Foi também o primeiro curso em Ciências Sociais no Brasil fomentado pelo PRONERA.

em julho de 2008, encerrando em dezembro de 2012. É resultado de parcerias estabelecidas entre a UFGD, o INCRA, os movimentos sociais rurais de Mato Grosso do Sul e o MDA/PRONERA. O curso teve como objetivo concretizar a inclusão no ensino superior das pessoas que vivem em assentamentos de reforma agrária. Para tanto, “teve como ponto de partida o pressuposto de que a consolidação da reforma agrária requer seguridade de direitos para além da terra, possibilitando vida digna às pessoas que dela desejam viver” (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 1).² Em que se pese a visão positivista de ensino superior, recorrente nas políticas de inclusão e extensão, a universidade ensaia com este programa um diálogo – a rigor, difícil – aprendendo e ensinando com as populações do campo e os seus saberes.

A estrutura agrária concentradora, ao expulsar o/a homem/mulher do campo, avança em Mato Grosso do Sul produzindo ruralidades de espaços vazios. Ao promover a monocultura e o êxodo rural, essa estrutura destitui a terra de significados e identidades. Na contramão desse processo, “assentar-se”, na visão dos/as acadêmicos/as do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFGD/PRONERA, significa não só a ocupação, mas a “leitura” (no sentido freiriano) atenta dos espaços, concretizada nas histórias de acampamentos, assentamentos, áreas quilombolas, escolas do campo, presentes nos textos que compõem o presente livro.

Nesse sentido, os textos publicados nesta coletânea, embora em nível de trabalho de graduação, revelam não apenas o aprendizado de teorias das ciências sociais e áreas afins, mas também o conhecimento

2 A implantação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – PRONERA/UFGD ocorreu num compromisso de um grupo de professores/as da Faculdade de Ciências Humanas – FCH, uma das dez Faculdades da UFGD, grande parte deles/as ligados/as ao Laboratório de Estudos de Fronteira – LEF, e de incentivos aplicados pela administração da UFGD, com dedicação a uma educação diferenciada, incentivadora das ideologias de transformação social. Nesse mesmo sentido, resultou também do atendimento às demandas por educação no e do campo por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, que se fortaleceram no início da década de 1990, quando passaram a encaminhar proposições que objetivavam mudanças na legislação educacional, propondo que as diretrizes nacionais contemplassem as especificidades do campo, tanto em termos de conteúdos quanto de procedimentos metodológicos.

mais profundo e sistematizado das diversas dimensões que integram a realidade dos assentamentos rurais nos quais vivem os/as acadêmicos/as do curso. Trata-se de uma significativa contribuição para a sociologia rural e para a educação do campo em Mato Grosso do Sul, só possível devido ao caráter orgânico e capilar das pesquisas dos/as autores/as nos seus contextos imediatos.

Ressalta-se, para justificar a importância dos textos aqui reunidos, bem como das temáticas tratadas nos mesmos, que o curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA/UFGD foi estruturado para funcionar nos moldes da *Metodologia da Alternância*, garantindo aulas presenciais na universidade e parte dos conteúdos desenvolvidos nas comunidades, o que permitiu um diálogo durante todo o curso entre os conteúdos apreendidos nas aulas e nas demais atividades teóricas na universidade e a prática social dos/as educandos/as nas suas comunidades.

Composta de “tempo comunidade” e “tempo universidade”, dois momentos dialeticamente interligados e complementares do conhecimento, a *Metodologia da Alternância* articula teoria e práxis, possibilitando a relação ação-reflexão-ação num processo de formação continuada. Rompe-se, assim, com a dicotomia entre o fazer e o pensar, o sentir e o conhecer, o conceber e o atuar. A reflexão teórica desenvolvida no “tempo universidade” desafiou os/as educandos/as a assumirem uma inserção diferenciada em suas práticas no “tempo comunidade”, sejam elas nas escolas, nos movimentos sociais, nas cooperativas ou estruturas comunitárias. Buscou-se a cada etapa avançar no sentido de sistematizar criticamente as ações cotidianas no intuito de construir um conhecimento novo acerca do social em seu contexto imediato.

A articulação entre “tempo comunidade” e “tempo universidade” revelou-se, além de uma relação pedagógica, também como uma relação política, uma vez que a formação consolida o compromisso do/as educando/as com as práticas dos movimentos sociais do campo, na perspectiva gramsciana do “intelectual orgânico”. Assim, ao lado da formação acadêmica dá-se também a formação de militantes competentes para intervir no contexto da luta social no campo.

Menegat e Farias (2009), ao apresentarem os primeiros resultados do curso, destacam a *Metodologia da Alternância* como um procedimento importante para atender de forma adequada aos objetivos desse projeto, sobretudo quando se consideram as distâncias espaciais e sociais entre os assentamentos e a universidade. Além disso, reforçam que essa metodologia

potencializa saberes à medida que permite a aplicação de parte dos conteúdos na realidade vivida pelas pessoas atendidas no curso, estabelecendo uma relação entre teoria e vivências cotidianas. Com isso, construímos conhecimentos sem negar as especificidades dos lugares onde os/as acadêmicos/as vivem. Isso significa manter um olhar com respeito às diferenças, aos direitos humanos e sociais, na 'luta pela terra' e na importância do campo brasileiro. Estamos contribuindo com a formação das identidades de pessoas autônomas, que consigam 'se verem e serem vistas' (parafrazeando Manuel de Barros). A Pedagogia da Alternância permite, ainda, a efetivação de uma reflexão acerca da educação a partir da experiência de toda a comunidade escolar e questiona a reprodução da cultura dominante (MENEGAT e FARIAS, 2009, p.40).

Registra-se, ainda, que os/as acadêmicos/as do PRONERA são procedentes de 33 assentamentos de reforma agrária, localizados em diferentes regiões de Mato Grosso do Sul que abrangem 18 municípios. São, portanto, pessoas oriundas de quase todo o Estado, e possuem faixa etária diferenciada, em média 30 anos. Há um predomínio de mulheres e esta característica confirma a participação delas em diferentes instâncias do viver nos assentamentos, especialmente nos processos educativos (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 15). Diante dessa constatação, ressalta-se também o fato de que os trabalhos de conclusão de curso, aqui reunidos, registram, de certa forma, a realidade do campo de praticamente todo Mato Grosso do Sul, à proporção que as análises, em geral, refletem a realidade dos assentamentos rurais dessas diferentes regiões e cumprem, com isso, um importante papel na produção e divulgação de conhecimentos sobre essa realidade.

É preciso dizer, portanto, que são produções que refletem, especialmente, o olhar de assentados/as sobre os assentamentos, seguindo pelo desafio de investigar as múltiplas dimensões dos lugares que eles/as mesmos/as estão a construir, uma vez que são acadêmicos/as e assentados/as, e vivem os dilemas que estudaram, fato que impôs uma difícil tarefa, a de olhar cientificamente para os assentamentos, mesmo sendo parte deles.

Outra questão importante, para justificar o formato dos trabalhos de conclusão de curso aqui reunidos, diz respeito à produção coletiva dos mesmos. Nesse sentido, cabe ressaltar que os trabalhos em grupo e a produção coletiva sempre foram características do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais UFGD/PRONERA, não apenas porque o envolvimento em grupo remete ao valor da solidariedade, em que cada um oferece sua contribuição particular para o resultado final, mas também porque, enquanto educadores/as sociais comprometidos/as com a realidade social à qual pertencem, aprender a trabalhar coletivamente torna-se mais do que um hábito e sim um compromisso com o grupo. Daí a opção pelo trabalho de conclusão de curso em formato grupal, permitindo que os/as acadêmicos/as que vivem na mesma região pudessem imprimir ao mesmo objeto de estudo diferentes contribuições.³

Quanto ao conteúdo dos textos, merece destaque o fato de que navegam pelas abordagens sociológica, antropológica e da ciência política, mas também pelas áreas afins como Psicologia, Geografia, História e Pedagogia para constituírem e analisarem seus diferentes objetos, todos voltados, como não poderia deixar de ser, à realidade e aos desafios do campo no Brasil e, mais especificamente, de Mato Grosso do Sul. Ademais, percebe-se a ênfase na dimensão histórica presente na

³ Ressalta-se que, embora o trabalho de conclusão de curso não seja obrigatório para cursos de licenciatura, para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais UFGD/PRONERA entendeu-se, desde o início, a importância em inseri-lo na estrutura curricular, à medida que se buscou formar, além de professores/as e educadores/as sociais, também profissionais capazes de produzir e interpretar dados da realidade através da pesquisa social.

maioria dos trabalhos, necessária à reconstrução da trajetória de muitos assentamentos rurais ainda pouco conhecidos. Registra-se ainda como resultado da própria proposta de formação dos/as acadêmicos/as nesse curso – a de educadores/as sociais –, o compromisso social presente em vários trabalhos, que combinam registros e análises das realidades estudadas com o teor de crítica e denúncia por muitas das situações encontradas durante a pesquisa.

Apesar de todos os textos voltarem-se à temática do campo, como já enfatizado, pelas diferentes perspectivas adotadas, bem como pelas diferentes configurações encontradas, divide-se essa coletânea em duas partes.

Na primeira, intitulada “Assentamentos rurais: memória, realidade e desafios”, os trabalhos registram a vida no assentamento sobre diferentes perspectivas, enfatizando, através da história e da memória dos/as assentados/as, as lutas, as conquistas e também os desafios atuais. No seu conjunto, os artigos representam apropriações de histórias locais, que dão novo significado às lutas do campo, em resposta ao esvaziamento imposto pela concentração fundiária. A partir daí, os textos se voltam para o cotidiano dos assentamentos, refletindo sobre as vivências, os dilemas e a esperança de dias melhores, descrevendo, cada qual com suas ênfases, a reprodução de um “modo de vida” camponês e familiar, na concretude de seus territórios.

Na segunda parte da coletânea, intitulada “Educação e diversidade no meio rural”, distribuem-se os trabalhos que focam a temática da educação do e no campo, envolvendo estudos sobre a experiência das Escolas Família Agrícola e ensino superior nos assentamentos, e também textos que, embora remetam-se à vida no campo, abordam-na sob a perspectiva das relações etnicorraciais, das mulheres e das crianças. Aqui, diversidade de atores e de modos de ser no campo – gênero, gerações, etnias – descortinam-se não como fragmentação de um grupo social, antes como sua possibilidade histórica, uma vez que as identidades se

traduzem, muitas vezes, em ativos políticos, mobilizando estratégias, múltiplas perspectivas de desenvolvimento e políticas públicas específicas.

Inicia-se a primeira parte com o texto de Adriano Aparecido Santana de Oliveira, Alessandro Santana de Oliveira, Andriever Rodrigues Santana e Luciene Aparecida Silva, intitulado “Os impactos da Usina Eldorado no modo de vida dos assentados do PANA - Nova Alvorada do Sul”. No artigo, os/as autores/as confrontam o modo de vida dos/as assentados/as camponeses/as com o modo de vida dos/as assentados/as trabalhadores/as de uma usina localizada próxima ao assentamento estudado, descrevendo as relações sociais antes e depois da chegada da usina à região. A partir de relatos dos/as assentados/as, identificam-se impactos econômico, social, cultural, alimentar e religioso no modo de vida camponês. Após descreverem a origem e a trajetória tanto do assentamento quanto da usina, concluem que “talvez, a usina seja a expressão da crise da reforma agrária e da descaracterização do campesinato”. Apontam, contudo, que no caso estudado, pelo menos até o momento, “ao mesmo tempo em que a usina provoca mudanças no cotidiano dos assentados, também serve para mostrar a força do camponês na luta para permanecer na terra”.

Na mesma linha, o texto de José Aparecido dos Santos e Wagner José da Rosa, “As relações de trabalho e emprego no Assentamento Padre Adriano Van de Vem”, analisa as situações em que vivem os/as assentados/as que precisam buscar no trabalho fora do assentamento as condições econômicas para permanecerem no campo. À medida que as entrevistas com os/as assentados/as foram realizadas, e por meio de outras informações complementares, os autores constataram que a ação das empresas é, de certa forma, prejudicial no que se refere aos objetivos da produção. Entretanto, a contratação da mão de obra dos/as assentados/as tem propiciado condições favoráveis ao bem estar dessas famílias, na medida em que contribui para garantir sua permanência no assentamento. Por meio da pesquisa identificaram que, por um lado,

o emprego fora do lote tem sido uma estratégia de permanência das famílias na terra, pois “todos, sem exceção, empregam boa parte do dinheiro do salário para a manutenção do sítio. Mas, por outro, sempre estão pensando no momento que irão deixar de ser empregados para dedicarem-se, exclusivamente, ao sítio”.

Já em “Citadinos assentados: considerações sobre experiências vividas nos espaços urbano e rural de famílias do Assentamento Emerson Rodrigues”, as autoras Luci Dalva Maria de Souza e Marli Perbelin Rodrigues analisam as histórias de vida de famílias oriundas do meio urbano, buscando compreender os fatores que levaram as mesmas a acamparem em busca de um pedaço de terra para viver no meio rural e, com isso, dar visibilidade às conquistas e perspectivas das famílias assentadas. Após descrição da trajetória dos acampamentos, que levaram à formação do assentamento estudado, as autoras focam na realidade atual de muitas pessoas que viviam nos centros urbanos e passaram a viver e a valorizar a vida no campo. O estudo contrasta com outros que apontam para um desejo cada vez maior de deixar o campo. Com vários relatos de assentados/as que viveram as duas experiências (campo e cidade), as autoras concluem ser o Assentamento Emerson Rodrigues um “espaço de novas possibilidades”, confirmando como “a reforma agrária é fundamental no processo de superação de pobreza e de oferta de melhor qualidade de vida”.

Em “Jovens do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Juti/MS: o dilema entre ficar ou sair”, Alice Araújo do Nascimento, Rosângela Fátima Correa Ávila e Julio Cezar de Souza Alvarenga analisam quais os principais fatores que levam os/as jovens em dado momento de suas vidas a se afastarem de suas famílias e também do “pedaço de terra” pelo qual lutaram. Para tanto, optaram pelo Assentamento Sebastião Rosa da Paz, criado em 2001, como estudo de caso. Através da observação do cotidiano e da realidade da vida no assentamento e de entrevistas com alguns dos/as jovens, os/as autores/as buscaram compreender o

dilema entre ficar ou sair do campo. Entre outras questões, concluíram que se para alguns a permanência nos lotes é um meio de garantir a sua independência, para outros a solução está justamente na saída do assentamento.

No texto de Edmilson Marques dos Santos, José de Oliveira, Rosana dos Santos e Vilma Martins de Oliveira Silva, intitulado “Sílvio Rodrigues: história de vida e luta pela terra no Mato Grosso do Sul”, os/as autores/as refletem sobre alguns momentos da trajetória de vida do militante Sílvio Rodrigues, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre os anos de 1984 e 2000, que atuou no MST em Mato Grosso do Sul. No artigo, reafirmam que a luta pela terra é um processo complexo, em que a tensão e os enfrentamentos são constantes, e que nos caminhos e descaminhos dessa luta muitas lideranças sem-terra foram assassinadas. Acadêmicos/as e também militantes do MST, os/as autores/as apresentam um texto que, além de descrever a trajetória dos movimentos de luta pela terra no Brasil e especialmente em Mato Grosso do Sul, refletem sobre a trajetória de um militante que fez da luta pela terra o sentido de sua vida, vida que perdeu na luta. Concluem, contudo, que apesar dessa e de tantas outras perdas, “trabalhadores e trabalhadoras sem-terras continuam lutando, seguindo seu legado e acima de tudo prosseguindo e, como ele, acreditando na luta e na transformação social”.

Cristiano Almeida da Conceição e Maria de Fátima Ferreira, no texto “Entre o ficar e o partir: trajetória e memória de luta das famílias brasiguaias do Assentamento Taquaral em Corumbá/MS”, tratam da longa trajetória das famílias brasiguaias, a qual pode ser entendida como imersa no bojo da luta pela terra de muitos grupos excluídos do campo, vivenciada, de forma mais intensa, a partir das últimas décadas do século XX. Abordam a trajetória e a memória de luta das famílias brasiguaias, de Paloma, no Paraguai, até o Assentamento Taquaral, em Corumbá, indagando sobre o modo de vida, a organização e a inserção em movimentos sociais de resistência no Brasil. Baseados em extensos

e profundos relatos e memórias dos/as assentados/as nesse longo percurso narrado no texto, os/as autores/as também admitem partilhar das emoções durante as entrevistas, por se reconhecerem nas lembranças das histórias relatadas e por se sentirem parte daquela comunidade. Concluem que “a trajetória e a memória de luta das famílias brasiguaias são, por fim, o reviver da história traçada por pés e mãos calejadas que nunca se cansaram de lutar pela vida na terra”.

No artigo de Cristiane Paula Moraes Vilasboas, Ivone Fernandes Santos e Valdirene de Oliveira, intitulado “História de luta e resistência do camponato: O caso do Assentamento Ranildo da Silva em Mato Grosso Do Sul”, as autoras analisam a trajetória desse assentamento para compreender a identidade camponesa vivenciada por mulheres e homens que, durante de suas vidas, percorreram uma longa jornada pela conquista da terra, ou seja, compreender o “ser camponês e camponesa” no Brasil. Para as autoras, o “ser camponês/a” na sociedade moderna é um processo marcado por ambiguidades e oscilações “entre constituir-se como classe social e [assumir-se como] um modo de vida”. Reflexo das dificuldades de sobrevivência das pessoas do campo no sistema capitalista, altamente explorador e concentrador, é também um processo dialético que influencia constantemente a reorganização dos territórios.

Em “Estratégias de (re)produção familiar na reforma agrária em MS: estudo de caso dos projetos Areias, Aldeia, São Manoel e Padroeira do Brasil”, Adriana Alves Grassieli, Fabio Pereira Nunes, Marli Cunha e Nilda Roza investigam as formas de sustentabilidade familiar adotadas por camponeses/as desses diferentes assentamentos. Após breve caracterização da trajetória dos quatro assentamentos pesquisados, os/as autores/as se dedicam, de forma mais detalhada, às formas de (re)produção material nessas comunidades. Constatam que, nos quatro assentamentos, a sustentabilidade familiar é construída de formas diversas, de acordo com as possibilidades de cada localidade, que vão desde a pecuária de leite e outras culturas, passando pela comercialização de excedente,

trabalho acessório, uso de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia familiar, até a renda de pensões e aposentadorias. Destacam, ainda, que, embora a agroecologia esteja presente nos quatro assentamentos, ela convive com a constante influência das práticas antiecológicas do agronegócio. Concluem, finalmente, que a economia familiar é “encantadora e, ao mesmo tempo, incompreendida pelos capitalistas. A versatilidade dos camponeses é a estratégia de resistência desse povo”.

Dalva Marques Machado, Mauro Sérgio Almeida e Zilda Alves de Souza, no texto “A reforma agrária e os impactos regionais: estudo de caso dos assentamentos Lagoa Grande e Amparo em Itahum-MS”, analisam o processo histórico de mudanças em Itahum para compreender sua dinâmica territorial e sua importância para o desenvolvimento da região da Grande Dourados. Registrando a trajetória do distrito do auge à decadência, desde a instalação da estrada de ferro e a delimitação da fronteira até o surgimento do latifúndio com suas implicações na economia local, os/as autores/as refletem sobre uma nova fase iniciada com a implantação dos assentamentos rurais Lagoa Grande e Amparo, que fizeram da região “referência de uma ressignificação no modo de vida e a territorialização de uma forma camponesa de viver”. Entre outras esferas da vida social dos/as camponeses/as, ressaltam a importância e o papel da escola do assentamento nessa nova realidade do distrito.

Finalizando a primeira parte da coletânea, apresenta-se o texto de Carlos Alberto Heling e Marisete Inês Resmini, “Políticas Públicas Participativas: Programa Territórios da Cidadania Cone Sul – MS”. No texto, os/as autores/as analisam, em detalhe, as propostas e os documentos que constituíram os “Territórios da Cidadania” no Brasil e, em especial, em Mato Grosso do Sul. Depois de analisarem amplamente os indicadores sociais dos municípios que constituem o Território do Cone Sul, os/as autores/as apresentam um conjunto de questões que precisam ser aperfeiçoadas pelos/as gestores/as dessa política pública,

tais como a disparidade econômica e social entre os municípios, a baixa escolarização e qualidade de ensino no meio rural, o desconhecimento do conceito de território e suas implicações para o desenvolvimento, entre outras. Concluem, todavia, que “a região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul vê surgir no Programa ‘Território da Cidadania’ um novo paradigma nas políticas públicas, onde a integração institucional e interministerial e a coletividade são fatores preponderantes para o desenvolvimento regional sustentável”.

A segunda parte do livro é inaugurada por três textos que abordam a realidade das Escolas Família Agrícola e também um texto sobre o ensino superior num assentamento do Estado. Aline Alves Fernandes e Gerson Ferreira Tavares, no texto “Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ: construindo múltiplos conhecimentos com novas práticas metodológicas aplicadas ao ensino”, estudaram a Escola Família Agrícola de Itaquiraí, que atende filhos/as de pessoas inseridas nas comunidades camponesas do território Conesul. A pesquisa revelou que a Pedagogia da Alternância cria condições para formação integral, uma vez que prepara os/as estudantes com conhecimentos diversificados, considerando a aplicabilidade dos mesmos nos locais de origem do alunado. Concluem que a proposta pedagógica da EFAITAQ concretiza o que Paulo Freire preconizava como a educação libertadora, a saber, “um processo de construção de conhecimentos, caracterizados pela troca de experiências, onde professores/as aprendem com os/as educandos/as e educandos/as aprendem com professores/as”. Tudo isso permite que educandos/as e educadores/as trabalhem com o objetivo de melhoria da agricultura familiar, “pois reconhecem sua realidade e nela também se reconhecem”.

Em “O processo educacional da Escola Família Agrícola de Sidrolândia -EFASIDRO: a escola no cotidiano das famílias assentadas”, Ivanilda Ricardo de Farias Torales e Lauraline da Silva Ramos Freire abordam a realidade do ensino-aprendizagem voltado para filhas/os

de parceiras/os de assentamentos rurais de Sidrolândia e região, com uma proposta de ensino diferenciada que procura trabalhar a educação formal com práticas da educação do campo. Constataram que a escola, o/a educador/a e a comunidade trabalham coletivamente no processo de construção do conhecimento, correlacionando o ensino com a realidade no contexto social, político, cultural, econômico e familiar. Concluem que a luta pela autonomia pedagógica das EFA's leva também ao desenvolvimento de um modelo de gestão participativa, a partir das famílias assentadas, sem a qual a existência destas escolas seria inviável.

No texto de Alessandra Morais Silva e Valéria Jesus Fragoso de Melo, “Assentamento 17 de Abril: uma história de conquista e resistência na luta pela terra”, baseando-se no conceito de habitus de Bourdieu, as autoras analisam a recriação do campesinato em suas lutas por terra em meio à sociedade capitalista, focando, em especial, na mística e nas estratégias de sobrevivência dos/as agricultores/as nos acampamentos e assentamentos. Para as acadêmicas, com o fortalecimento do “habitus camponês”, os/as camponeses/as nos deixam perceber que “a terra é tão essencial para continuidade da existência da vida, como é necessária uma nova consciência a respeito da lógica de produção de alimentos.”

Em seguida, dois textos retratam a situação de crianças que vivem em assentamentos rurais. No texto “Produção escrita das crianças da extensão Porto da Manga, Corumbá-MS: uma experiência de letramento”, Sonia Regina da Silva Tomichá apresenta a importância da produção escrita no desenvolvimento na fase inicial de aprendizagem, como objetivo principal da alfabetização, através de produção de escrita individual e coletiva. A autora constatou que a socialização e a integração das crianças funcionaram como estímulo à criatividade e à imaginação, envolvendo a escrita, por meio de leitura de livros, histórias e brincadeiras.

Já no texto “Participação da criança nos processos decisórios da família: estudo de caso do Assentamento Taquaral”, Eliane Ceri Assis Santana apresenta, inicialmente, uma análise teórica e histórica sobre

o conceito de infância, apontando a importância do contexto social, histórico e cultural nas diferentes concepções sobre esse sujeito de direitos. A autora enfatiza que, apesar da categoria infância começar a ser pensada desde o século XVI, no Brasil é somente no final do século XX, com a Constituição de 1988, que a criança passa a ser vista como cidadã, e a sua proteção passa a ser defendida como direito social. Posteriormente, apresenta o estudo de caso realizado no Assentamento Taquaral, em Corumbá, em que analisa a visão de crianças e de suas mães sobre o espaço de participação nos processos decisórios dentro do contexto familiar. Conclui afirmando que a “participação da criança nas decisões de famílias assentadas poderá ajudar na compreensão das tramas que envolvem a elaboração de sua identidade, de sua personalidade (mais ou menos autônoma), processos estes que permitirão ao indivíduo se colocar na sociedade de forma ativa, crítica e participativa”.

Em “Organização Social da Comunidade Negra Colônia de São Miguel, Maracaju- MS”, Maria Aparecida do Nascimento, Nelson Aparecido Silva Casimiro e Thiago José dos Santos analisam a organização social da comunidade Colônia de São Miguel e, a partir dessa realidade específica, refletem sobre a condição do/a negro/a no Brasil atual. A comunidade estudada tem origem no início do século passado e adquire seu reconhecimento oficial pelo Estado apenas no princípio do século XXI. Destacam que, para o reconhecimento, foi fundamental o surgimento do Movimento Negro e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e concluíram que a organização social de um grupo étnico é associada à formulação e ao fortalecimento de identidades, muitas vezes, animada por políticas públicas – como no caso da Comunidade São Miguel.

Finalizando a segunda parte desta coletânea, dois textos retratam a vida de mulheres que vivem no assentamento e na aldeia indígena. Elisandra Tomascheski, Luiz Carlos Marques Valejo e Rosimeire da Silva, no texto “A Mulher no contexto da produção familiar agroecológica: um

estudo de caso do Assentamento Itamarati”, abordam a relevância do trabalho das mulheres na produção familiar com bases agroecológicas a partir do Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati, observando de que forma as mulheres estão se organizando para ter seu trabalho valorizado e como a agroecologia tem contribuído para a afirmação e o empoderamento das mulheres desse assentamento. O artigo sugere que, a exemplo do protagonismo feminino na agroecologia, superar a típica separação de papéis sexuais da agricultura familiar é condição para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Em “Mulher Terena da Aldeia Água Branca - Nioaque: trabalho e influências nas decisões da comunidade”, Joenilza Santos da Silva, Maria Rozeli Carvalho Costa e Marialves Conceição abordam a participação das mulheres indígenas da Aldeia Água Branca, tanto na geração de renda quanto nas decisões do núcleo familiar e comunitário. Concluem que, com a participação da mulher, há uma agregação de valores na cultura Terena, o que faz a presença da mulher transcender a esfera da produção de subsistência, assumindo papel decisivo no mercado de trabalho e na geração de renda, chegando até a postos de liderança da aldeia.

Ao concluir esta introdução, vale lembrar novamente que nesta coletânea estão reunidos diversos trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação, portanto, textos que, além de refletir diferentes níveis de aprendizado e aproveitamento, não se finalizam em si mesmos, mas representam o início de uma nova jornada. No caso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais UFGD/PRONERA, contudo, os textos aqui reunidos representam um pouco mais, justamente por simbolizarem o final de um projeto inédito e vitorioso. Esse projeto teve como principal objetivo minimizar as dificuldades de acesso e de permanência na universidade pública para pessoas de assentamentos rurais, contribuindo, assim, para a construção de conhecimentos sem negar as especificidades em que vivem os/as acadêmicos/as, o que significa manter um olhar com respeito às diferenças e aos direitos humanos, na

luta pela terra e na importância do campo no Brasil. Acredita-se, assim, que os trabalhos publicados nesta coletânea refletem esse desejo e esse compromisso, por parte de todos/as aqueles/as que contribuíram para que esse curso acontecesse, mas, sobretudo, por parte dos seus verdadeiros protagonistas, os/as assentados/as-acadêmicos/as, hoje licenciados/as em Ciências Sociais, portanto, educadores e educadoras sociais.

Primeira Parte

Assentamentos Rurais:
Memória, Realidade e Desafios

OS IMPACTOS DA USINA ELDORADO NO MODO DE VIDA DOS ASSENTADOS DO PANA¹ - NOVA ALVORADA DO SUL - MS ²

*Adriano Ap. Santana de Oliveira
Alessandro Santana de Oliveira
Andriever Rodrigues Santana
Luciene Aparecida Silva*

Este artigo objetiva confrontar o modo de vida dos assentados camponeses com o modo de vida dos assentados trabalhadores da usina Eldorado, descrevendo as relações sociais antes e depois da chegada da usina à região, a ponto de identificar as diferenças entre assentados que sobrevivem apenas da renda do sítio e os que trabalham na usina Eldorado, no tocante à reprodução do grupo familiar.

Com quinze anos de criação do assentamento, as famílias do PANA têm, atualmente, como maior fonte de renda a produção leiteira, mas, nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2006, esse quadro vem se alterando com a implantação da usina Eldorado. Isso porque muitos assentados buscam a usina como fonte de renda, o que causa alguns impactos no cotidiano familiar.

É a partir desta realidade que concentramos nossa pesquisa, atendo-nos às visões e ao modo dos assentados avaliarem o trabalho nas usinas. Nesse sentido, surgem as ambiguidades em torno da questão: há aqueles que vêem esse trabalho como um complemento da renda familiar; outros avaliam o trabalho na usina como a maior fonte de renda da família. Temos, ainda, os assentados que não trabalham na usina

1 Sempre que a sigla PANA for citada no artigo, estaremos nos referindo ao “Projeto de Assentamento Nova Alvorada”.

2 Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

e apontam não ser necessário o trabalho assalariado, pois isso altera o modo de vida camponês - razão de ser do assentamento.

Esse processo não é um caso isolado do PANA, mas vem acontecendo em muitos assentamentos do Estado. Trata-se de um fenômeno causado pelo regime econômico e político do capitalismo que promove a chamada industrialização do campo, que está transformando e dando uma nova conjuntura aos assentamentos da região sul do Estado, em especial, em Nova Alvorada do Sul.

A pesquisa foi realizada no Assentamento PANA, localizado no município de Nova Alvorada do Sul, MS. O PANA foi fundado em 1997, possui 86 famílias distribuídas em sítios de aproximadamente 35 hectares. O instrumento utilizado foi uma pesquisa qualitativa, “porque contempla a apreensão e o tratamento dos aspectos por nós priorizados, assegurando uma compreensão e interpretação criteriosa da realidade.” (MENEGAT, 2009, p.26).

Foram realizadas entrevistas com assentados trabalhadores da usina Eldorado e com assentados trabalhadores que tiram o sustento familiar apenas do sítio. A pesquisa foi amostral, totalizando seis famílias, divididas da seguinte forma: três famílias de trabalhadores da usina e três que não trabalham na usina, com o objetivo de perceber as diferenças no modo de vida do camponês assentado. A análise e a interpretação dos dados foram feitas de acordo com a fundamentação teórica de autores que analisam assentamentos rurais frente ao avanço da cana-de-açúcar em regiões de assentamentos.

O artigo é dividido em tópicos. Iniciamos com o contexto da industrialização do campo através do cultivo da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul com ênfase para o caso da usina Eldorado, seguido de um breve histórico da formação e localização do assentamento PANA. E, por fim, por meio de relatos dos assentados, confrontamos o modo de vida camponês de assentados trabalhadores da usina com o daqueles que não trabalham na usina e tiram sua própria renda do sítio familiar. Esta

investigação tem o intuito de observar os reais impactos (ou não) que a usina vem causando sobre o modo de vida camponês, buscando, assim, por a teoria em diálogo com a realidade local.

Conclui-se a análise com considerações sobre o modo de vida camponês e a importância de sua manutenção, principalmente, quando ameaçado pela nova conjuntura de industrialização do campo que vem se desenvolvendo por meio da expansão das usinas em Mato Grosso do Sul.

Sector Sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul

Nos últimos anos, vem acontecendo um fenômeno de destaque, qual seja, a chamada industrialização no campo. Deste modo, a monocultura da cana-de-açúcar vem ocupando as planícies sul-mato-grossenses trazendo consigo os grandes grupos produtores de etanol. “As monoculturas estendem-se pelos terrenos planos (planície) ou em planaltos com relevo suave.” (ROSS, 1998, p. 226).

Segundo Silva (2004), o que vem ocorrendo no atual quadro de fortalecimento do agronegócio e de crise da reforma agrária, é reflexo do período da ditadura militar quando se elaborou o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural -, ambos dando incentivos financeiros e fiscais aos grandes proprietários rurais.

A exploração da terra e do trabalho por parte das usinas vem de longa data. A situação não é mais grave devido aos movimentos de resistência ocorridos a partir de 1984. Por exemplo, o movimento de Guariba e de Bebedouro, organizados pelos bóias-frias para melhoria nas condições de trabalho - se espalhou por outras regiões do país. Os direitos trabalhistas, hoje vigentes no serviço realizado nas usinas, são heranças dessas manifestações. Sabemos que isso ainda é pouco e a exploração do trabalho continua mesmo com a substituição parcial da mão de obra do bóia-fria pelas máquinas. Isso ocorre porque, na

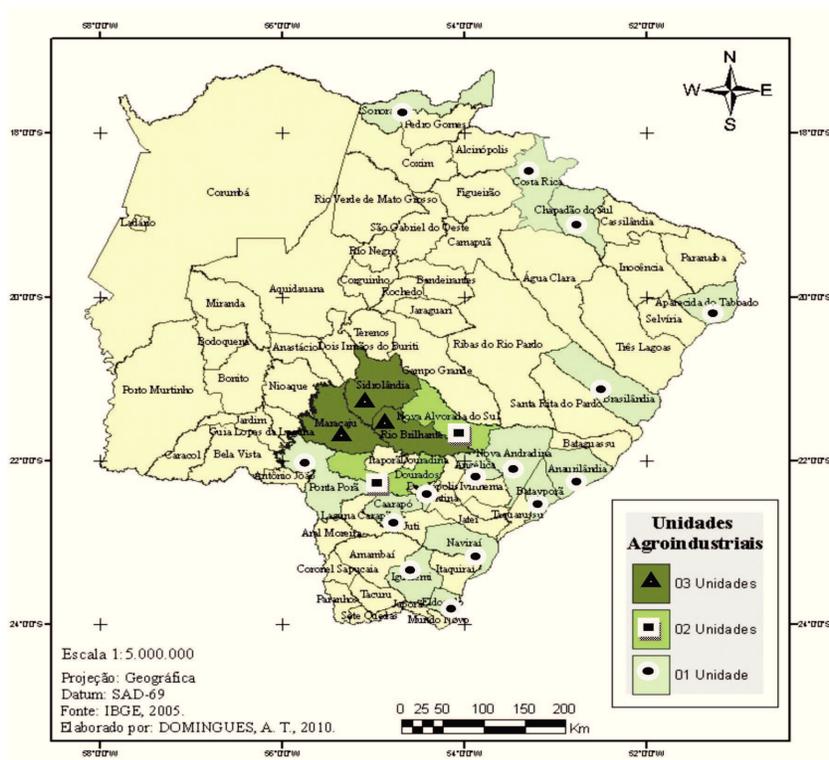
atualidade, a exploração do trabalhador se centra na cobrança da produtividade cada vez maior (SILVA 2004).

Como descreve Silva (2001), as pequenas propriedades estão em meio às grandes propriedades. E no Mato Grosso do Sul, um dos estados possuidores dos maiores índices de concentração de terra da federação, há uma hegemonia das grandes propriedades. Reside, portanto, nesta característica uma possível explicação da “invasão” de usinas na região. Embora o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - tenha se esforçado em criar assentamentos próximos um do outro, estes ainda estão espremidos pela hegemonia do grande latifúndio. Este, agora, transformado em imensos canaviais.

O contexto da cana-de-açúcar foi inserido no Mato Grosso do Sul, na década de 1980, e se fortaleceu com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que foi criado em 1975. A partir de então, ocorreram mudanças e transformações de ordem econômica, social, espacial e cultural (DOMINGUES, 2010, p.02).

Na figura que segue, visualizamos um panorama das unidades sucroalcoolerias no Estado de Mato Grosso do Sul. Podemos notar uma maior concentração na região centro-sul do Estado, onde se localiza a usina Eldorado, Município de Rio Brillhante. Destacamos que esta usina age diretamente no Assentamento PANA localizado em Nova Alvorada do Sul.

Figura 01: Territorialização das unidades agroindustriais canaveiras nos municípios Sul-Mato-Grossenses – 2010.



Fonte: DOMINGUES (2010, p.17).

Um dos diferenciais do Mato Grosso do Sul é a sua localização, pois o mesmo está muito próximo dos grandes centros consumidores do país, particularmente o Estado de São Paulo, o que contribui muito para o seu desenvolvimento econômico. (DOMINGUES, 2010, p.18).

Concordando com Domingues, notamos ainda que a maior concentração está localizada nos municípios de Sidrolândia, Maracaju, Rio Brillante, Nova Alvorada do Sul e Dourados. São cidades com

uma localização privilegiada, relevo favorável à mecanização e rodovias nacionais que as ligam de forma rápida a grandes centros econômicos como os da região sudeste. Outro fator que chama a atenção é a aglomeração destas indústrias, portanto, além da localização e das terras propícias para o plantio da cana, outra estratégia do setor é criação de unidades próximas, gerando um pólo sucroalcooleiro na região.

O Município de Nova Alvorada do Sul foi criado em 1991 pela Lei n. 233, pelo então Governador Pedro Pedrossian, sendo desmembrado de Rio Brillhante. Como podemos perceber, o município é novo, política e administrativamente. Ou seja, ele está em processo de desenvolvimento e construção da identidade. Possui cerca de 16.433 habitantes numa área de 4.019,33 km², com predomínio do Bioma Cerrado e Mata Atlântica, segundo Domingues (2010). Toda essa extensão territorial, em sua maioria latifúndios, se tornou recentemente um pólo industrial da cana-de-açúcar, que se instalou em meio aos assentamentos rurais, causando vários questionamentos sobre essa nova realidade.

A Usina Eldorado, objeto de nossa pesquisa, foi instalada no município de Rio Brillhante/MS, a aproximadamente 30 km do assentamento PANA. Entrou em operação em junho de 2006, sendo o proprietário da empresa o grupo Benedito Coutinho. Inicialmente, a usina produzia apenas álcool, mas, a partir de 2007, sofreu um processo de ampliação, e passou também a produzir açúcar.

Em março de 2008 ela foi adquirida pela ETH Bioenergia, uma empresa do grupo Odebrecht, com o objetivo de aumentar a capacidade total de produção. A ampliação da capacidade de moagem, segundo a ETH, foi estimada em 3,5 milhões de toneladas até 2012, passando, portanto, dos atuais de 2,5 milhões para 6 milhões de toneladas de cana, um crescimento de 240%. Para atender à nova produção, 1.739 novos empregos devem ser gerados na região.³

3 Informações colhidas nos sites: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Usina+Eldorado+MS+ira+ampliar+producao+em+240++/15531>>. Acesso em: 06 mar. 2012; <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/01401-01500/1488/>>. Acesso em 8 mar. 2012.

Esses dados e estimativas foram publicados quando houve a compra da usina, indicando, assim, as ambições do grupo ETH e seus objetivos de crescimento. Atualmente, podemos dizer que esses objetivos foram alcançados, muito além do esperado. E com a concretização do aumento da produção, o grupo, em 2009, inaugurou outra unidade em Nova Alvorada do Sul com uma produção ainda maior que a de Eldorado, a unidade Santa Luzia.

Breve análise sobre o Assentamento PANA e do processo migratório para sua formação

No ano de 1997, surgiu o primeiro assentamento do município de Nova Alvorada do Sul, em meio à pecuária e ao agronegócio. O projeto PANA foi implantado para atender a 86 famílias oriundas da região da Grande Dourados e também a brasiguaios. O INCRA tomou posse da fazenda PAM no dia 8 de abril de 1997.

Parte das referidas famílias eram egressas de acampamentos rurais que, no ano de 1992, por meio da junção de grupos acampados em Fátima do Sul, Rio Brillhante e Furnas, deram início ao processo organizado de ocupações nessa região, o que envolveu 187 famílias. Como resultado destas ações, em 1994, houve a ocupação da antiga fazenda PAM, e este foi o começo da conquista do assentamento PANA.

A partir deste processo, as terras dos fazendeiros e dos usineiros passaram a dividir espaço com as da reforma agrária. E mesmo com muitas dificuldades por parte dos assentados para a manutenção do modo de vida camponês, o Assentamento PANA se tornou referência e modelo de produção e organização. Esses acontecimentos influenciaram novas lideranças e famílias para a formação de novos assentamentos na região.⁴

4 Aproximadamente um ano depois da criação do PANA, surge o assentamento PAM (Paulo Antônio Meneghel) com 102 famílias. Este é fruto da desapropriação do restante da fazenda PAM que fica em frente ao PANA. Recentemente mais dois assentamentos surgem nas proximidades do PANA: o assentamento São João, localizado a aproximadamente 20km, beneficiando 180 famílias, e o Volta Redonda, localizado a 10Km, beneficiando 150 famílias.

Na fazenda PAM (hoje assentamento), funcionou nos anos de 1980 a destilaria Rio Brillhante. Com isso, a fazenda construiu uma agrovila com aproximadamente 70 casas residenciais, além de prédios onde funcionavam escola, hotel, igrejas católica e evangélica. Com a falência da destilaria, as terras viraram pastagens; e com a desapropriação da fazenda, o INCRA adquiriu também a agrovila, cedendo a cada assentado um lote de 35 hectares e uma casa na agrovila. Além dos assentamentos na região, outras famílias de municípios próximos migraram para a região em busca de emprego. Todo esse contingente populacional proporcionou a criação do distrito da PANA em Nova Alvorada do Sul.

O PANA é formado por famílias oriundas da região de Fátima do Sul, Vicentina, e dez famílias vindas do Paraguai. Todas as famílias têm uma forte identidade com o campo, apesar de algumas já não serem pioneiras no assentamento. Destacamos que os remanescentes do Paraguai trabalhavam em terras arrendadas e em fazendas paraguaias.

Os membros das famílias vindas de Fátima do Sul trabalhavam como bóias-fria em sítios e fazendas do entorno da cidade, e alguns viviam e trabalhavam com seus pais em sítios criados ainda pelo governo Vargas através da CAND.⁵ A maioria das famílias foi criada em áreas rurais e esse é um dos argumentos que as mesmas citam como motivo para seguirem na reforma agrária. Ou seja, com vidas difíceis, e sem perspectivas de um futuro melhor, resolveram ingressar em um acampamento sem-terra em busca de um lugar para sobreviver dignamente.

As famílias vindas do Paraguai tiveram outros motivos, pois, além da busca de um lugar para sobreviver dignamente, o maior motivo de entrar em um acampamento foi a falta de estudo para os filhos no Paraguai. Mesmo nos casos em que havia fartura no outro lado da fronteira, as famílias sentiram-se obrigadas a voltar ao Brasil em busca de

⁵ “Em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada pelo Ministério da Agricultura, distribuindo em torno de 6.500 lotes de 20 a 50 hectares a trabalhadores brasileiros que não eram proprietários de terras” (DOMINGUES, 2010, p.11).

um futuro melhor para seus filhos.⁶ Ou seja, mesmo se orgulhando do que tinham no campo e de se identificarem com a roça, a educação dos filhos em terras brasileiras falou mais alto.

Inicialmente, as famílias vindas do Paraguai, chamados de brasiguaios, acamparam em Mundo Novo/MS, município que faz divisa com o Paraguai. Segundo Menegat (2009), foi um período de enfrentamento das famílias com o poder público, pois estas atribuem ao Estado a culpa da expulsão do espaço rural brasileiro, o que as obrigou a procurar as terras paraguaias nas décadas de 1960 e 1970, retornando ao Brasil na década de 1980. Logo, para amenizar, e não levantar novos conflitos, o INCRA decide priorizar e assentar essas famílias brasiguaias. Assim, surge o assentamento de Novo Horizonte do Sul.

Portanto, o PANA é formado por famílias oriundas de vários lugares, com costumes singulares. Por estarem nessa unidade territorial chamada assentamento, todos se unem para formar uma nova comunidade no campo, reforçando suas identidades com a terra e trazendo novos elementos culturais para a região na busca de manter o camponês no campo, reforçando o campesinato.

Trabalho no lote e assalariamento no Assentamento PANA

Criado em uma área de cerrado com a terra arenosa e degradada pela antiga usina “Destilaria Rio brilhante”, que, como já dito, faliu e a área tornou-se improdutiva, o Assentamento PANA tem como fonte maior de renda a produção leiteira. Mas, para Almeida (2007), não é apenas a terra com baixa produtividade a responsável pela crescente produção leiteira em assentamentos. Para a autora, a criação do gado leiteiro é identidade camponesa como o de corte é símbolo do poder latifundiário. Junto a este processo há uma grande interferência do Estado que busca alterar essa lógica camponesa por meio da tecnologia e da criação das bacias leiteiras.

⁶ Informação retirada de: OLIVEIRA, Adriano A. Santana et al. Assentamento PANA: Formação Histórica e Cultural. 1 Seminário Internacional Campo, Educação e Diversidade. Dourados/MS. Outubro de 2011. (Mimeografado).

A presença do gado nos assentamentos e, em muitos casos, a diminuição da lavoura comercial é algo crescente e irreversível, apesar de entendermos que essa estratégia se inscreve na lógica da busca de equilíbrio da unidade de produção camponesa, agindo muitas vezes como mecanismo de defesa/reserva, vale a pena aprofundarmos a compreensão acerca dos diferentes significados que essa atividade econômica possui de acordo com os agentes, neste caso, assentados e técnicos do Estado. Assim, por parte dos assentados entrevistados é constante o uso do termo criação para se referir à aquisição de gado leiteiro, situação inversa quando a questão é o preenchimento do PDA pelos técnicos, porque utiliza-se pecuária leiteira. Para compreensão dessas diferenciações, é necessário lembrar que nos últimos anos tem aumentado o discurso em torno da necessidade de uma racionalidade econômica aplicada à produção familiar, muitas vezes escondida no slogan da viabilização da 'Reforma Agrária', em que a pecuária tem aparecido como a possibilidade de aumento da renda familiar por parte dos assentados; logo, o termo tem sido empregado como possibilidade de acumulação. Mas, não é este necessariamente o conteúdo que orienta os assentados quando fazem 'opção' pelo financiamento para aquisição de vacas leiteiras ou na compra do gado branco. Podemos dizer que os relatos têm revelado outra função para a criação, a de reprodução camponesa (ALMEIDA, 2007, p.6).

Para Farias e Yamin (2009), a maioria dos assentamentos de Mato Grosso do Sul tem a criação de gado leiteiro como principal atividade econômica. Isso contradiz em grande parte o sonho das famílias em produzir frutos para sobrevivência. Trata-se de uma situação que, no mais, não foi uma escolha, mas uma imposição, considerando a qualidade do solo da maioria dos assentamentos. Não fugindo dessa realidade de produção, J. C. S, assentado no PANA e um dos fundadores do assentamento e grande produtor de leite, descreve sua identidade como agricultor familiar - atual definição usada para designar o camponês.⁷ Nascido e criado no campo, ele defende que é possível na atualidade um assentado ter uma boa renda do sítio familiar.

⁷ Nas entrevistas realizadas, o assentado se identifica como agricultor familiar, expressão essa que não difere do camponês pelas suas ações e maneira de viver na terra. Portanto, neste trabalho, quando nos referimos a agricultor familiar, especificamente, se colocará como sinônimo de camponês.

Eu sou um agricultor familiar e é muito fácil ter uma boa renda, é só a gente procurar caprichar naquilo que a gente faz, plantando, cuidando das criações que temos e no final do mês, sem problema nenhum, a gente tem a renda da gente sossegada (Entrevista com J. C.S, 24/03/2012. PANA).

Antes de ingressar na reforma agrária, o referido assentado morava com seus pais em um sítio na região de Fátima do Sul, adquirido com a criação da CAND pelo governo de Getúlio Vargas. Ao se identificar como um camponês, S.R.S. traz a expressão “lavoura de toco”, referindo-se ao desbravamento das terras de forma manual, fazendo o desmatamento da propriedade com foices e machado. Assim as primeiras plantações foram feitas em meio aos troncos das árvores. Como podemos ler em sua fala, ele acredita ser possível sobreviver, e bem, do sítio. Acredita, por experiência própria, adquirida ao longo de sua vida no campo, que, além de um bom gerenciamento, é preciso muito trabalho.

Eu me identifico como filho de um agricultor familiar da lavoura de toco que agente foi criado desde pequeno e me identifico como um autêntico agricultor familiar. E para ter uma boa renda é preciso ter bastante ação, gerenciamento procurando sempre ter conhecimento junto às áreas de agricultura e pecuária e colocar a mão na massa mesmo, ou seja, trabalhar bastante (Entrevista com S.R.S, 20/03/2012. PANA).

O fato destes entrevistados se identificarem como agricultores familiares nos faz refletir sobre a importância da reforma agrária para a manutenção do campesinato, mostrando que é possível sobreviver com uma boa renda familiar. Em pesquisa sobre a produção de autoconsumo em assentamentos de reforma agrária, Almeida (2008) traz estudos feitos em 1992 conduzidos por Guanzioli (1994) no período de 1985 a 1989. Nestes estudos, mostra-se que o programa de reforma agrária foi eficaz na permanência do camponês na terra, pois a média era de 3,7 salários mínimos por família, superior a renda de qualquer outro trabalhador

assalariado. Para Almeida, a pesquisa de Guanzirolí foi o início de muitos outros estudos sobre a viabilidade econômica da reforma agrária.

Mas, na atualidade, a reforma agrária vem dividindo de forma intensa o espaço com as usinas de cana-de-açúcar, e muitos assentados a buscam como uma fonte de renda. Algumas como a principal fonte da família, outros como complementar. Quadro esse que vem cada vez mais influenciando o modo de vida camponês.

Para pensar um pouco este processo de venda de mão de obra para usinas que está ocorrendo no PANA, como forma de permanecer na terra, ou seja, a persistência de algumas famílias em resistir, destacamos Shanin (2008), ao definir o camponês como um modo de vida. O autor destaca a especificidade do camponês em criar situações, no trabalho familiar, nas organizações sociais e na maneira de buscar estratégias para se manter na terra. É a partir desse modo de vida que podemos entender melhor e tentar explicar o que acontece com o camponês.

A falta de incentivo do Estado, na forma de gerenciar a propriedade e de estimular a produção, é um dos maiores motivos de as pessoas assentadas buscarem a usina como forma de sobrevivência. Observamos que a usina está para os assentados como um “mal necessário”, uma vez que estes buscam uma estabilidade financeira, justamente para não vender o sítio.

A presença da usina é mais uma renda complementar que a gente tem no sítio, porque a renda acaba sendo pouca e aí você (...) no caso eu entrei na usina para buscar mais uma renda a mais para a gente tenta se estruturar cada vez mais no sítio e não vim vender o sítio igual muita gente pensa (E.M, 21/03/2012. PAM).⁸

⁸ Mesmo nossa pesquisa tendo como referência as influências da usina Eldorado no modo de vida camponês no Assentamento PANA, optamos por entrevistar um morador do assentamento PAM (Paulo Antônio Meneghel). Fato este que se justifica pela razão de os assentamentos PANA e PAM serem criados a partir da mesma propriedade, a fazenda PAM. O Assentamento PANA foi o primeiro a ser desapropriado em uma área de 3.000 hectares da fazenda, com 86 famílias. Um ano após, o restante da fazenda também foi desapropriado, criando o assentamento PAM - com 102 famílias. O fato de termos entrevistado o senhor E. M, além de realidades semelhantes é que o mesmo participou do projeto “Balde Cheio”

O camponês, ao buscar a reforma agrária como uma saída para sua manutenção no campo, leva sonhos e desejos que nem sempre são alcançados. Segundo Wolf (1970, p. 28 apud ALMEIDA, 2007, p.02): “[...] o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar”. No relato a seguir, podemos observar através do silêncio a decepção do assentado por não conseguir sobreviver do campo e dar um futuro melhor a seus filhos.

Meu sonho era ter uma propriedade produtiva e não precisar trabalhar para ninguém de empregado, mas (...) [silêncio]. Eu cansei de (...) tenho o sítio, mas na propriedade eu não tinha muitas condições de investir, organizar ele do jeito que precisava para mexer com leite e aí o lucro não estava dando resultado quando dava era pouco por isso que entrei na usina. E na época minha filha entrou na faculdade e precisava dar uma força lá e precisava de um salário para ajudar (C.T, 26/03/2012. PANA.)

Trabalhar em usina para complementar a renda ou buscar recursos para poder investir no sítio são estratégias que o camponês está criando para não perder a terra e permanecer como camponês. É neste sentido que Domingues (2010, p. 135) chama a atenção para esta nova configuração nos assentamentos rurais. Em sete assentamentos em que Domingues pesquisou, todos os entrevistados alegam trabalhar na usina por não ser possível sobreviver apenas com a produção e comercialização do leite, ou de outros produtos. O autor mostra que o camponês vive em uma constante luta na terra.

Do jeito que eu ia acabar vendendo o gado, o sítio ia acaba indo para a cidade, aí entrei na usina eu já mudei meu pensamento, fui me firmando, se estruturando e eu acredito que só tenho a crescer mais dentro do sítio com essa renda a mais de fora que vem da usina (E.M, 21/03/2012. PAM).

criado pela EMBRAPA, fazendo investimentos no gado (genética), em irrigação em áreas da propriedade, além de cursos para o manejo do rebanho e da propriedade. Porém, apesar dos cursos, atualmente trabalha na usina com tratorista. Por isso, acreditamos ser importante sua participação nesta pesquisa.

Sendo assim, para Domingues (2010), o camponês vive em constante luta, tanto para entrar na terra como para se manter nela na condição de produtor de alimentos à sociedade. Para além da produção de alimentos, o camponês enfrenta outra luta que é a manutenção de seu modo de vida, crenças e costumes.

Mesmo que o trabalho nas usinas seja considerado uma forma de resistência para permanecer na terra, ele traz influências complexas junto às famílias do PANA. Podemos perceber nas entrevistas mudanças no cotidiano, ou seja, no seu modo de vida, como, por exemplo, a identidade camponesa começa a ser questionada pelos próprios assentados.

Agora você me apurou [risos] (...) [silêncio] (...) acho que eu me encaixo como um trabalhador (...) sei lá (...) um trabalhador rural do sítio. Por que no futuro eu pretendo largar de trabalhar de empregado, pretendo-me estruturar e trabalhar só no sítio, por isso que eu defendo sempre o agricultor familiar e estou do lado da agricultura familiar. Eu estou na usina para me estruturar melhorar minha situação financeira. E sair fora e trabalhar só aqui no sitio (E.M, 21/03/2012. PANA).

Percebemos, no depoimento de E.M, assentado trabalhador na usina, que ao ser questionado sobre sua identidade, apesar de se reconhecer como um trabalhador rural, agricultor familiar, para os camponeses, ele tem um momento de descontração, mas também de silêncio. O que nos leva a refletir sobre o futuro do campesinato caso o trabalho na usina perdure por muito tempo e se não for possível aos assentados sobreviverem apenas do sítio familiar.

É o que acontece com I. A. C, pois mesmo sendo um assentado, ele não se reconhece como um camponês. Diz ser um trabalhador assalariado porque é funcionário de uma usina. “Eu sou um trabalhador assalariado, porque eu trabalho registrado e tenho salário por mês”. (I.A.C, 10/04/2012. PANA).

Outra mudança significativa que preocupa o modo de vida camponês é a diminuição significativa da produção de autoconsumo, atividade que consideramos um elemento fundamental para a manutenção do campesinato. Almeida (2007) alerta para a importância da produção de autoconsumo, bem como as trocas e doações como inseparáveis da sociabilidade camponesa, em que a comida é o elemento central na produção camponesa e fonte de vida.

Neste sentido, observamos que a produção no sítio por parte daqueles que trabalham na usina está concentrada no gado leiteiro, por falta de tempo para plantar e cuidar da propriedade. Por outro lado, as pessoas que sobrevivem apenas do sítio possuem uma grande diversidade de produção.

Sou um agricultor familiar aqui do Assentamento PANA, e aqui levo uma vida folgada, nós tiramos leite, temos galinha, porco, carne, banana, horta, rocinha de mandioca, nós levamos uma vida feliz, uma vida sossegada eu e minha família (S.P.O, 06/04/2012. PANA).

O senhor S.P.O, por não trabalhar na usina, relata o que produz e a satisfação em produzir e viver com sua família uma vida tranquila. Parece haver uma relação direta entre a perda de segurança alimentar extraída do lote (autoconsumo) e o trabalho fora do lote, em especial nas usinas onde o serviço é muito intenso.

O tempo de trabalho do lote é outra questão que tem influenciado o modo de vida camponês. Na usina, o funcionário trabalha oito horas diárias durante cinco dias seguidos e folga o sexto, não tendo qualquer feriado. Além disso, esta única folga não é dia fixo, ela se alterna nos dias da semana.

A vantagem que eu não tenho é que eu preciso cumprir horário e às vezes não posso ir à igreja aos domingos ou jogar futebol, minha folga pode ser na segunda, terça, qualquer dia e assim fica difícil. (I.A.C, 10/04/2012. PANA).

Vejamos esta situação descrita pelo assentado que não trabalha na usina e faz sua própria jornada de trabalho, sendo seu próprio patrão na gerência do sítio familiar. “Uma vantagem que tem de não trabalhar na usina é não ter que levantar de madrugada para ir trabalhar de empregado, não é mandado por ninguém, já é uma grande vantagem.” (S.P.O, 06/04/2012, PANA).

Esses relatos nos levam a refletir sobre a cultura camponesa. O que fazemos e optamos passa pela nossa formação cultural, ou seja, pelo que foi adquirido na vida, formando, assim, elementos culturais importantes na vida do assentado e na manutenção do campesinato. Trabalhadores e não trabalhadores da usina se mostram contra a sua jornada de trabalho. Esse estranhamento é fruto do fato de serem criados no campo, onde sempre tiveram liberdade de organizar o tempo de trabalho, experiência que faz parte da formação cultural dos mesmos. Acerca disso, Machado mostra que a

[...] cultura não pode ser confundida com o simples acúmulo de informações e conhecimentos adquiridos por indivíduo, mas, ao contrário, pressupõe um longo e contínuo processo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências, do qual resulta, por assim dizer, um complexo de ideias e símbolos que passa a integrar nossa própria personalidade (MACHADO, 2002, p.22).

Apesar das dificuldades de se adaptarem ao trabalho assalariado, o relato que segue mostra que os assentados conseguem conciliar o trabalho na usina com o cuidado do lote, principalmente por causa do horário de trabalho na usina. Isso mostra a imensa força dos assentados em permanecerem no campo. “Camponeses têm provado serem extremamente resilientes e criativos em situações de crises e não há uma forma simplista para descrever isso.” (SHANIN, 2008, p.25). Os camponeses vivem praticamente todo o tempo trabalhando em busca da reprodução de sua família na terra.

Trabalho cinco por um, ou seja, trabalho cinco dias seguido e folgo um, eu trabalho no turno 'B' então eu tenho de cedo até meio dia para trabalhar aqui no sitio, saio uma e meia da tarde então eu tenho de cedo até meio dia para trabalhar no sitio (E.M, 21/03/2012. PAM).

O depoimento de E.M., além de apresentar todos os elementos de resistência para sua permanência no sítio, revela as influências que o trabalho assalariado na usina produz na rotina camponesa. Impacto este, às vezes, imperceptível aos próprios assentados que parecem conciliar o lote e o emprego de forma natural. Porém, encontramos situações que nos levam a perceber que é uma sobrecarga, pois, como descreve em sua fala, o tempo de E.M. fica todo reservado ao trabalho, que se estende das cinco horas da manhã à meia noite, tendo apenas cinco horas para o descanso.

Neste contexto, como fica, por exemplo, o momento de convívio em comunidade? Os momentos de troca de conhecimentos, de reciprocidade entre famílias? Os encontros nas rodas de tereré, de viola? Ou, então, as reuniões à noite para celebrar os círculos bíblicos e terços? São tempos roubados pelo capital, que passam despercebidos aos assentados pela vida movimentada do trabalho fora e dentro do lote, mas que são os elementos fundantes de seu modo de vida camponês, da sua mística.

Considerações finais

Podemos verificar que a atividade sucroalcooleira vem se destacando nos últimos anos no país e, principalmente, no sul de Mato Grosso do Sul, devido ao clima, à localização geográfica, ao relevo plano e à concentração de terra oriunda da estrutura fundiária brasileira. Consequentemente, os assentamentos se vêem cercados entre extensas plantações de cana, que se tornaram uma realidade irreversível. Assim, a

cana passa a dividir espaço com o boi, com a lavoura, criando uma nova conjuntura no estado.

Do mesmo modo, os assentamentos passam a dividir espaço com a usina, e mais, os assentados começam a fornecer mão de obra para a mesma. Essa situação gera questionamentos sobre a continuidade do campesinato em virtude dos impactos que esta atividade causa no modo de vida das famílias.

Observamos que são várias as considerações a respeito do assunto, pois, ao mesmo tempo em que o trabalho na usina se coloca como estratégia criada para a manutenção do campesinato, pela falta de subsídios por parte do governo aos assentados, ela causa impactos no modo de vida dos mesmos. As interferências são principalmente em relação à produção de autoconsumo e ao tempo de trabalho no sítio, que acaba sendo capturado pelo tempo do capital.

A usina Eldorado foi instalada em 2006, mas foi a partir de 2008 que realmente começou a necessitar de mão de obra de assentados. Como tem apenas quatro anos gravitando em torno dos assentamentos, as influências ainda são pequenas aos olhos dos assentados, mas a longo prazo não sabemos se o camponês terá a usina apenas como uma estratégia para sua manutenção, pois o processo de aumento da produção/ produtividade na usina induz à maior captura do tempo do assentado. Se isso ocorrer, a usina não será a expressão da crise da reforma agrária e da descaracterização do campesinato?

Mas, no momento, vale destacarmos a insistência dos assentados em permanecer na terra, tanto no caso daqueles que trabalham na usina como daqueles que tiram seu sustento unicamente do sítio. Pelos relatos dos assentados, estes sempre estão em busca de se manter na propriedade para não precisar vender o sítio futuramente. Quando perguntamos o que significa a terra para o assentado, as respostas de ambos os grupos são semelhantes, não havendo distinção por parte do assentado empregado na usina para aquele que trabalha apenas no sítio. “A terra pra mim é

sustentabilidade para a gente sobreviver em cima dela, alegria, motivação de você morar em cima do que é meu e sobreviver em cima do que é meu. Para mim, é um orgulho”. (Entrevista com J. C.S, 24/03/2012. PANA). Nesta fala, a terra aparece definida pelo assentado como sustentabilidade, vale lembrar que J. C. S. não trabalha na usina.

Já em outra fala, de um trabalhador assentado que trabalha na usina, surge a definição da terra como meio para tudo produzir. Portanto, notamos que, de diferentes maneiras, os assentados definem a terra como um meio de produzir. “A terra é tudo, né? Você tendo um pedaço de terra, você tem possibilidade de produzir, tem bastante opção, basta ter vontade e coragem”. (I.A.C, 10/04/2012, PANA). Esta relação da terra como possibilidade de produzir alimento foi analisada por Almeida (1997) como sendo uma das características do campesinato. Ficam deste modo, duas questões para reflexão: ao mesmo tempo em que a usina provoca mudanças no cotidiano dos assentados, também serve para mostrar a força do camponês na luta para permanecer na terra. No assentamento PANA, a luta para permanecer nela ainda é maior do que as influências que a usina vem causando em seu modo de vida.

Borges (2010), estudando assentamentos no Pontal do Paranapanema, identificou a mística em torno da terra por parte dos assentados, bem como a liberdade em adquirir a terra, ressaltando as lutas camponesas através do MST. Este processo que ocorre no Pontal também explica um pouco a história do assentamento PANA, com as lutas e a resistência em permanecer na terra mesmo que para isso seja necessário o trabalho nas usinas. Luta que reforça a mística que existe entre a terra e o assentado.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Seção Três Lagoas – MS, v 1, n. 3 – ano 3, maio 2006.

_____. O sentido da terra camponesa: práticas de distinção. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA “JORNADA ORLANDO VALVERDE, 2007. *Anais...* Londrina: UEL, 2007.

_____. Reforma agrária e produção de autoconsumo em assentamentos rurais no município de Santa Rita do Pardo/MS. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema* – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

DOMINGUES, Alex Torres. *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul. 2010. 200f.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2010.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento taquaral* - MS. Dourados-MS: Editora UEMS/UFMGD, 2009. 196p.

MENEGAT, Alzira Salete et al. (Org.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

OLIVEIRA, Adriano A. Santana et. al. Assentamento PANA: *formação histórica e cultural*. In: 1 SEMINÁRIO INTERNACIONAL CAMPO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, 2011, Dourados. Resumos... Dourados/MS, outubro de 2011. (Mimeografado).

PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008, 496p.

_____; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 112p.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1998.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista Nera, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *A terra no imaginário dos migrantes temporários*. Revista Oral, n.4, p. 103-120, jun. 2001.

_____. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NO ASSENTAMENTO PADRE ADRIANO VAN DE VEM – JUTI - MS¹

*José Aparecido dos Santos
Wagner José da Rosa*

Neste trabalho, procuramos conhecer um pouco das relações de emprego/trabalho fora do espaço dos sítios que constituem o assentamento Padre Adriano Van de Vem, e como essa fonte de renda complementar possibilita/articula a permanência no sítio, seja com a continuidade ou não de seu processo produtivo. A pesquisa foi direcionada com o intuito de fazer a relação das apreensões teóricas da academia com a nova realidade existente no assentamento através da chegada da usina de cana-de-açúcar no território.

Objetivamos, com as questões elaboradas para realização das entrevistas, perceber quais as principais motivações para a busca de emprego fora do sítio e em quais condições ele é realizado, como também quantificar o número de pessoas que exercem trabalho fora do assentamento. Perceber se existem e quais os impactos do trabalho assalariado fora do lote nas relações comunitárias através da participação nos espaços de decisões e de representatividade da agricultura familiar. Além disso, buscamos verificar quais são as novas perspectivas do modo de vida camponês vividas no assentamento, observando os desdobramentos das relações de gênero e geração na conjuntura do trabalho fora do sítio. Finalmente, pretendeu-se também verificar se as políticas do governo

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA, orientado pela Profa. Benícia Couto.

brasileiro para o assentamento Padre Adriano são suficientes para a permanência das pessoas no campo, sem necessitar de trabalho fora.

Configuramos nossa caminhada metodológica para melhor compreensão do processo dentro do assentamento Padre Adriano e, anteriormente, ao processo de pesquisa de campo. Realizamos uma pesquisa bibliográfica com textos de autores que desenvolvem suas teorias sobre as temáticas do campo, da agricultura familiar, do campesinato, do trabalho etc. O segundo passo foi realizar uma triagem das famílias do assentamento que atendiam aos objetivos para efetivação da pesquisa. Para tanto, buscamos trabalhar por amostragem desenvolvendo a pesquisa com 13 das 80 famílias assentadas. Assim, foram realizadas entrevistas orais gravadas e levantamento de dados por meio de questionários semi-estruturados, sendo que os dois procedimentos receberam autorização por parte dos entrevistados para comporem este artigo. Além disso, as gravações de áudio/vídeo e coleta de imagens (fotografias) foram utilizadas, também, para construir a abordagem.

Um pouco da história do acampamento Esperança

A trajetória de organização das famílias do Assentamento Padre Adriano Van de Ven ocorreu anterior ao processo da criação do projeto de assentamento pelo INCRA. Em meados do ano de 2002, um grupo de pessoas começou a se reunir, construindo lideranças e organização para conquista da terra, e assim voltarem ao campo e permanecer nele, não mais como funcionários ou arrendatários de terras, mas como donos delas e de sua mão de obra.

Desde o início das discussões com as famílias do município de Juti até a chegada aos lotes, contou-se um período de três anos de acampamento. No começo, o acampamento estava instalado dentro da cidade de Juti ao lado do campo de futebol, mas esse período foi posterior ao de muitas reuniões até a decisão de acampar.

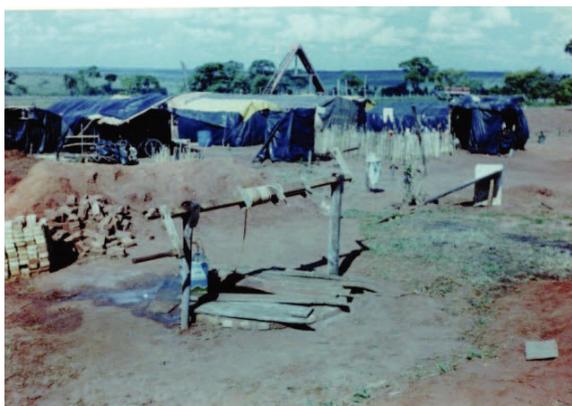
Era grande o número de famílias que formou esse início do acampamento, sem muito compromisso por parte de algumas, mas já levado a sério por outras. A sua primeira e necessária mudança para a BR 163 não foi de forma tranquila politicamente, havendo divisão do grupo, sendo que parte permaneceu e outra foi para a beira da BR 163, no terreno da antiga farinha, a 3 km de Juti, sentido Naviraí.

Fotografia 01: acampamento próximo ao estádio de futebol



Fonte: Wagner José da Rosa, 2002.

Fotografia 02: acampamento na farinha (BR 163)



Fonte: Wagner José da Rosa, 2002.

Fotografia 03: reunião no acampamento na farinha (BR 163)



Fonte: Wagner José da Rosa, 2002.

Muitas famílias, já nesse período de acampamento, trabalhavam e recebiam diárias e até mesmo eram registradas em fazendas da região e/ou eram acampadas sem que os seus patrões soubessem. Um fato contado por um dos membros refere-se à sua demissão da fazenda:

Quando o patrão soube que a gente estava acampado ele mandou embora. E teve gente que era parente de quem estava aqui acampado com a gente e também foi mandado embora depois da ocupação da fazenda. (ENTREVISTADO 1, 2012)

Passado um tempo, novamente surgiu a necessidade de mudança a fim de fomentar os laudos que estavam sendo feitos em outra área. As dificuldades aumentavam gradativamente e as necessidades das famílias também. A demora e a falta de resposta do governo fizeram com que várias pessoas desistissem do acampamento.

No entanto, bastou a chegada da notícia informando que o governo havia comprado uma área de terra para pôr fim ao conflito entre indígenas da Aldeia Panambizinho (localizada no distrito de Panambi, pertencente ao município de Dourados) e os colonos que ali moravam há mais de 40 anos, para que, num fim de tarde, o grupo levantasse o

acampamento. O destino, embora fosse para bem mais longe da cidade de Juti, estava bem mais perto da realização do sonho daqueles que haviam vencido, até então, as dificuldades surgidas no processo de luta. A área comprada era a fazenda denominada “Terra do Boi”, situada no município de Juti/MS.

Tendo a justiça dado ganho de causa aos povos indígenas, o governo procurou compensar os colonos removendo-os para uma área não muito distante daquela onde moravam no Panambizinho, em Dourados. Contudo, a nova área tinha uma extensão superior à necessária para acomodar os colonos. Esse foi o motivo que pôs o acampamento em movimento mais uma vez. Sendo assim, o despertar ocorreu à beira da estrada, com colchões no chão e apenas uma lona amparada por bancos e alguns gravetos. Esse foi o teto numa noite improvisada, mas de muita esperança.

Segundo relatos, nessa noite as pessoas não conseguiam dormir de alegria, pois o lugar de morada, tão esperado, estava próximo e significava a “terra prometida”. Além desse sentido subjetivo, também não dormiam devido ao movimento daqueles que, pouco a pouco, chegavam. Não era sacrifício acordar e construir o penúltimo barraco para quem, após três anos, estava finalmente chegando ao fim dessa saga que muito custou às famílias.

Fotografia 04: acampamento próximo a área do hoje assentamento



Fonte: Wagner José da Rosa, 2004.

Fotografia 05: missa em ação de graças pela chegada a terra.

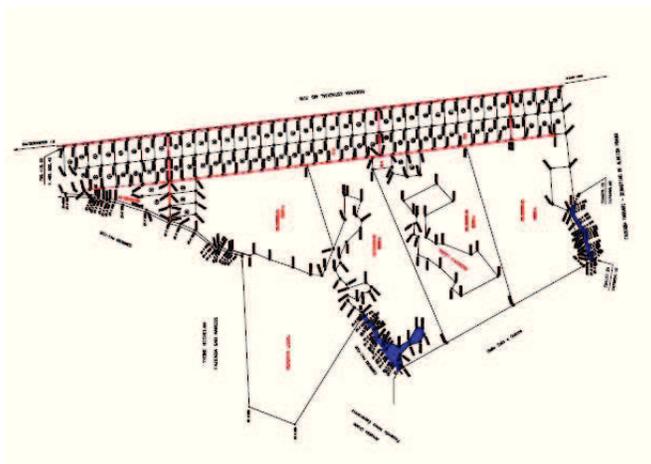


Fonte: Wagner José da Rosa, 2004.

Meses depois, já com a tranquilidade da entrada na terra e na espera pela demarcação, chegaram mais famílias advindas de outros lugares, completando o grupo que ocuparia a área. Foi um total de 80 famílias assentadas. Essas famílias vieram de Fátima do Sul, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Juti e, ainda, havia os brasiguaios e os paraguaios, algumas dessas pessoas com mais de sete anos de acampamento.

O assentamento Padre Adriano Van de Ven, criado no dia 24 de Novembro de 2004, está localizado a 15 km do município de Juti, e possui uma área total de 960 hectares, sendo 160 de reserva legal, 480 em área societária e 320 divididos em 80 lotes de 4 hectares para cada família, chamada de área individual, como podemos observar no mapa 01 que segue.

Figura 01: Croqui do assentamento Padre Adriano Van de Ven, com os lotes individuais e coletivos e suas áreas de reservas.



As dificuldades depois de assentados

As famílias, agora assentadas, demoraram em torno de três anos para acessar os primeiros créditos que constituem as linhas de financiamentos para os projetos de reforma agrária. Nesse período, foram fortes as desilusões, os arroschos financeiros e as incertezas de futuro, uma vez que todos receberam seus sítios onde as áreas eram de pastagens e estavam degradadas, dificultando dar continuidade à implementação e ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Esses aspectos remetem-se ao texto das pesquisadoras Yamin e Farias (2009) que, em suas pesquisas sobre as ambiguidades na vida das famílias do processo de reforma agrária, salientam que:

Apesar da satisfação de terem se afastado do tempo de sem-terra, explicitado anteriormente, as famílias assentadas, em determinados momentos, externalizaram sentidos de desesperanças, tristeza e desilusão. [...] A vida nos assentamentos é marcada por idas e vindas, por situações inusitadas que são concebidas e resolvidas de

acordo com as alternativas materiais e simbólicas das famílias. [...] Tais conflitos resultam da inexistência de uma relação dialógica entre os gestores da reforma agrária, dentre eles os técnicos agrícolas, que estão – ou deveriam estar – em contato direto e constante com as famílias. (YAMIN, FARIAS, 2009, p. 193-195).

Muitas famílias, desde o começo do assentamento, buscavam desenvolver alguma atividade fora da propriedade como fonte de renda. Trabalhavam como peões ou diaristas nas fazendas de gado da região, nas pequenas agroindústrias e como diaristas na cidade, para a manutenção da família e do sítio. Isso ocorria, pois, como pudemos observar, estes chegaram ao assentamento já em um processo de descapitalização, o que era resultado da venda de seus pertences com o objetivo de se manterem de forma transitória no acampamento por um período longo, de modo que algumas pessoas chegaram a ficar até sete anos. Essa estratégia de permanência é assim descrita por Shanin:

A partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstraram uma real habilidade para se ajustar às novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não camponês. (2008, p. 24 e 25).

Por meio de entrevistas com famílias assentadas, foi possível identificar os motivos que as forçaram a buscar emprego nas empresas e/ou fazendas no entorno do assentamento. Eis os relatos de uma dessas pessoas:

Desde pequena trabalhava na roça, porque meu pai sempre mexeu com lavoura, depois que cresci sempre trabalhei em lavouras da região. Quando chegamos ao assentamento não dava para fazer plantio de nada, pois era só pasto, assim fui trabalhar fora do sítio até as coisas melhorarem. (ENTREVISTA 2, 2012). Nos últimos dois anos,

esse processo de busca por uma fonte de renda suplementar se ampliou, conforme definição encontrada em Oliveira (1998), como sendo

[...] o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa. (OLIVEIRA, 1998, p. 69).

Faz-se necessário ressaltarmos que, ao se tornarem proprietários de terras, também se tornaram consumidores e, assim, as despesas e as obrigações aumentaram, as quais são várias como, por exemplo, o pagamento de energia elétrica, a compra de insumos para produção e até mesmo a aquisição dos primeiros animais: vaca, boi, galinha, porco, cabra, além da manutenção das necessidades básicas de sua família.

Mesmo sendo esse um momento tão esperado, muitos acampados gastaram todo o recurso que possuíam para sobreviverem e, enquanto assentados, se depararam com a real necessidade de prover o sustento básico para a manutenção da família. Nesta busca, uma das alternativas foi procurar emprego fora da propriedade familiar, pois a terra só lhe geraria renda com o passar de algum tempo, o tempo da plantação até a colheita, o tempo do crescimento e da multiplicação dos animais.

Dessa forma, para a busca desse complemento monetário para garantir a vida no sítio, muitas pessoas do assentamento Padre Adriano foram trabalhar na fase inicial de instalação e hoje estão na produção da usina de cana-de-açúcar localizada a 17 quilômetros do assentamento. Muitas ainda trabalharam nas fazendas, outrora produtoras de gado, e agora fazem o cultivo da cana-de-açúcar na região.

Conforme observamos em Menegat (2009), nesse primeiro momento do assentamento, o trabalho externo era uma fonte de renda para a sobrevivência e a permanência das famílias nos sítios, sendo esse novo arranjo produtivo um indicativo de resistência para garantir a

permanência ali, com a abertura a uma nova realidade de uso da terra. Assim, as famílias utilizaram os recursos do trabalho assalariado em combinação com a renda do sítio, porém, com o pesar da sobrecarga de sua mão de obra, ora livre, ora com valor de mercadoria, acabaram duplicando ou até triplicando a sua jornada de trabalho.

Com a chegada da indústria de etanol nas proximidades do assentamento (com incentivos fiscais e altíssimos financiamentos), a paisagem geográfica da região mudou completamente, pois, além de destruir áreas até então preservadas, transformou a diversificação da produção em um monocultivo – o da cana-de-açúcar – cultura que precisa de muitos trabalhadores nesse momento. Criou-se, assim, um ambiente para a contratação de mão de obra assalariada.

Identidade camponesa

Mesmo com a busca de emprego, saindo do sítio para desempenhar outra atividade assalariada, entende-se que, como um de nossos pesquisados diz, “...é somente por um tempo, depois quero voltar a trabalhar só aqui no sítio” (Entrevistado 03, 2012). Essa afirmação dá-nos a compreender que esse momento será transitório, contudo ainda é cedo para podermos afirmar isso, uma vez que essa realidade é nova na região. Uma de nossas perguntas é se a pessoa gosta ou não de morar no assentamento e por quê? Muitos afirmavam que “...mudou tudo, pois quando só era empregado não tinha nada, mudava muito [de fazenda em fazenda] e as coisas acabaram, hoje tudo o que temos, é nosso”. (Entrevistado 4, 2012).

Para o camponês a terra adquire, desta forma, um sentido que para o latifundiário nunca acontecerá: o camponês, ao se relacionar com a terra, cria vínculos que jamais, mesmo na distância, podem ser desintegrados, pois é um modo de vida. Já aqueles que vêm na terra apenas elementos de especulação e de lucro ou aqueles que não tiveram

essa experiência de vida nunca compreenderão essa vivência do camponês, o seu modo de vida.

Essa categoria, por sua vez, provoca um sentimento de pertença a terra e as pessoas se identificam com ela, cujas características identitárias são próprias. Assim define Boch:

Identidade é a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências [...] não apenas o homem enquanto conjunto de papéis e valores, de habilidades, de atitudes etc. (BOCH, 2002 p. 190).

Nos dias atuais, torna-se difícil caracterizar as pessoas simplesmente considerando onde elas vivem - se no meio rural ou no meio urbano -, a sua identidade é constituída por muito mais. Arcelad (2002) afirma que na concepção de diversos autores, a globalização tem induzido às desigualdades entre as nações e também dentro delas, privilegiando padrões tecnológicos, de consumo e a eficiência econômica à custa da deterioração das condições humanas e ambientais.

Cotidiano: dados e observações

Com vantagens econômicas e políticas, financiamentos e incentivos fiscais do Estado, combinados com a demanda de energia, a região passa a ser de grande interesse para instalação de usinas/indústrias de açúcar e álcool. Trata-se de uma estratégia para o desenvolvimento, que fortalece o monocultivo e amplia o lucro para poucos grupos empresariais, repetindo, assim, a concentração fundiária injusta da terra.

Segundo Santos (2004), o território nacional é diferenciado e escolhas diversas para sua ocupação são históricas. Entretanto, essas ocupações estão envolvidas por atividades econômicas modernas, e no caso do Brasil há a predominância da monocultura de cunho agroexportadora e do domínio do interesse por amplo lucro.

É desse modo que hoje o Brasil dispõe de um território fisiograficamente diferenciado, com uma grande variedade de sistemas naturais sobre os quais a história foi se fazendo de um modo também diferenciado. A conquista da terra por atividades econômicas modernas, por meio dos chamados ciclos de economia, mostra a escolha, em cada momento, de áreas diversas de implantação (SANTOS, 2004, p. 249).

Cabe lembrarmos a presença de empresas estrangeiras pretendendo lucrar com a expansão do setor sucroalcooleiro. Elas compram terras e usinas desnacionalizando a indústria e o território brasileiro, numa grande concentração espacial justificada nos chamados ganhos de escala. Esse modelo “moderno” de agricultura, baseada no monocultivo para a exportação, transforma o Brasil em um país agroexportador.

Constatamos uma política preocupada em fomentar grandes monoculturas sem discutir outro modelo de produção. Se fosse promovida a instalação de médias e pequenas usinas não haveria uma maior diversificação de cultivos ambientalmente mais seguros e sustentáveis? Além disso, a implementação de políticas econômicas compatíveis com um projeto de uma nação soberana, que tem como prioridade defender seu território e alimentar seu povo, seria mais justo?

Na medida em que, com o mercado chamado global, cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as respostas aos seus reclamos são mais adequadas, tal demanda é errática e o território passa a ter, nas áreas atingidas por esse tipo de relações, uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio lugar em que se exerce e que é também alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional (SANTOS, 2004, p. 254).

Dentre as famílias envolvidas na pesquisa, pudemos perceber alguns elementos favoráveis à compreensão de como se articulam nas categorias de trabalho e emprego. Certamente essas definições se diferenciam. Também observamos como essas pessoas se relacionam com tais concepções. Além disso, foram perceptíveis outros elementos

presentes, tais como as políticas de governo e as contribuições destas para que as pessoas assentadas possam decidir buscar ou não um emprego fora do sítio.

Como já dissemos, o assentamento é composto por 80 famílias. Dessas, 13 foram envolvidas na pesquisa, resultando em um percentual de 16,25%, referente ao total de famílias do assentamento.

As famílias entrevistadas são constituídas de uma média de 4,07 integrantes, variando de 2 a 7 pessoas em cada propriedade. Seguindo essa média, temos um assentamento constituído por 320 pessoas. Todos, direta ou indiretamente, são impactados pelas vantagens e desvantagens que podem oferecer a produção latifundiária sucroalcooleira.

Ao fazermos uma média de quantas pessoas por família desempenham atividades complementares fora do sítio, obtivemos a quantidade de 1,53 pessoa/família. Quando aplicada essa variação para todo o assentamento, tivemos 122,4 pessoas com emprego fora do assentamento, representando um total de 37,59% das 320 pessoas assentadas.

Essa renda gerada fora do assentamento varia entre R\$ 500,00 e R\$ 2.100,00, sendo a média de R\$ 847,00. O modo de trabalho em vigor para obtenção desse salário é o modelo capitalista de produção com diferenças significativas entre aqueles que “mandam e aqueles que obedecem”, criando modelos de funcionamento e de regras para a geração de lucro.

Assim, aqueles que trabalham fora do sítio desenvolvem atividades em períodos diurnos e noturnos, com apenas uma folga semanal, sem necessariamente ser no domingo. Portanto, mudam-se e criam-se situações muito diferentes do seu modo de vida até então.

Ao se submeterem ao emprego assalariado, os empregados não são mais donos de seu tempo. Eles devem cumprir horário e “bater cartão”, sendo que alguns desses trabalhadores chegam a fazer 12 horas diárias de jornadas de trabalho. Segundo a definição de Santos,

Esses espaços globalizados tanto são espaços agrícolas como industriais e de serviços, caracteriza-se pela inserção numa cadeia produtiva global, pelas relações distantes e frequentemente, estrangeiras que criam e também pela lógica extrovertida. Mas o território não é global, ele não é completamente globalizado. No entanto, seja como for, o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis. Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam para si mesmas e desordem para o resto. (2001, p. 257-258).

Essa compreensão constitui apenas parte dos trabalhadores que, pela sua condição de marginalizados, percebem benefícios no salário recebido. Contudo, ficaram excluídos do lucro, bem como dos melhores lugares e continuam a perpetuar o modelo de relações economicamente opressivas.

Em que pese à importância de ganhar a sobrevivência e se submeter a um emprego para receber em troca um salário que possibilita a permanência no assentamento, por certo, não há contribuição maior. Não se faz possível ampliar as atividades necessárias para produzir alimentos e se tornar um produtor autônomo, conforme prevê a política de reforma agrária brasileira. Nesse sentido, o relato a seguir fundamenta, em parte, nossa análise.

A causa de trabalhar fora do sítio é ganhar dinheiro para sobreviver. Como trabalho até 12 horas por dia tenho que levantar às 4 horas da manhã e tirar o leite antes de ir para o emprego. Gostaria de plantar várias coisas, mas não tenho tempo. (ENTREVISTADO 4, 2012).

Essa extensiva jornada de trabalho faz com que o interesse primeiro de liberdade e de autonomia em sua vida fique restrito e não

permita condições de mudança. Mudanças que estariam expressas em um formato de uma nova sociedade, na qual a terra é dividida, os bens são partilhados e a natureza, em sua totalidade, é preservada. Desse modo, o trabalhador permanece em uma condição de alienação e não percebe, de fato, o seu esgotamento físico, contentando-se por vezes com o sentimento de recompensa na obtenção de bens materiais.

Vale lembrarmos, ainda, que esse processo de assalariamento possibilitou também a vinda de outros integrantes da família para viverem nos sítios e trabalhar nas fazendas e nas usinas de cana-de-açúcar, pois observamos, em alguns casos, a vinda de sobrinhos, filhas e netos.

Depois que a usina veio para cá, alguns parentes meu já também vieram, foi o caso do meu filho e a mulher dele, que mudaram. No sítio do vizinho também veio a minha sobrinha e a família dela, e agora tá todo mundo trabalhando ou na fazenda ou na usina. (ENTREVISTADO 5, 2012).

De certa forma, corroboramos com Oliveira (1998), ao dizer que as relações capitalistas se renovam através das relações não capitalistas, uma vez que essas famílias se deslocam para as proximidades da usina, sem ter custo com aluguel. Elas vivem, de certa forma, de uma agricultura quase toda utilizada para autoconsumo, estando perto dos demais membros da família e acabam reduzindo os custos das usinas no que se refere ao transporte de mão de obra.

Dessa forma, esses aspectos do trabalho assalariado, do aumento da densidade demográfica, da mobilidade dessas famílias, do aumento da renda e da permanência na propriedade, nos instigaram a fazer essa investigação.

Consequências da falta de políticas públicas para a reforma agrária

Como já podemos perceber nas considerações anteriores, o modelo de desenvolvimento energético através do uso da cana-de-açúcar para obtenção do etanol e a utilização da queima da matéria resultante desse processo produtivo para a produção de energia elétrica, ainda estão centrados nas grandes unidades industriais, bem como nas grandes produções de monocultivos. Nessa região, é perceptível, inclusive, a destruição do meio ambiente para aumentar as áreas de produção.

Esse fato nos provocou a pautar a problemática das políticas públicas governamentais. Estas são mais voltadas para o fomento das grandes empresas agroindustriais, cujas produções, na maioria das vezes, são contempladas com isenções fiscais e com altíssimos financiamentos repassados pelas agências de fomento do governo federal. Isso pode ser observado em grandes placas instaladas nos canaviais e na indústria, na região pesquisada.

Fotografia 06: Placa na unidade industrial



Fonte: José Aparecido dos Santos, 25/05/2012

Essa imagem demonstra o alto financiamento por parte dos governos, sendo uma característica do sistema político de desenvolvimento que busca gerar emprego e, em sua lógica, cria condições para o aumento do consumo.

Tais indicativos de geração de emprego são falseados e utilizados pelos governos como elementos importantes para fundamentar os altos investimentos nessas agroindústrias, deixando fragilizados os elementos de construção de políticas públicas para os assentamentos, como podemos observar no Projeto de Assentamento Padre Adriano. Neste assentamento, muitos dos entrevistados explicitaram as dificuldades, conforme o entrevistado 6 (2012):

Se os créditos tivessem chegado na hora certa, se a assistência técnica tivesse sido feita de forma correta, as coisas seriam diferentes, talvez a gente nem precisasse ir trabalhar fora. Por exemplo, nós nem pegamos o nosso PRONAF A/C ainda, como que vamos poder gradiar, plantar e ver se colhe para fazer um dinheiro. (ENTREVISTADO 6, 2012).

Através da escolha do governo por manter um processo de produção capitalista pautado na grande propriedade, na monocultura e na produção em escala, percebemos que essas políticas públicas geram privilégios para uns e sacrifícios para outros, introduzindo desequilíbrios no campo, através da super-exploração do trabalhador, comprovando a lógica do sistema vigente. Nesse sentido, há de concordarmos com o que já foi teorizado por Santos (2007):

A questão relevante, pois é a natureza do Estado capitalista. Assim, sabemos que se trata de uma instituição que representa a lógica das relações de produção material de uma sociedade dividida em classes, onde uma classe social detém o poder econômico e, por extensão, o poder político, sobre as demais. O sistema capitalista realiza-se sobre a premissa da exploração, pois se baseia na acumulação privada de riqueza, onde um

grupo tem mais recursos materiais do que o necessário para a sua sobrevivência, estabelecendo, assim, um excedente para uns, que outros (grupos sociais das classes oprimidas e mantidas em suas infames posições). A grande maioria dos grupos sociais desprovida de capital, uma vez não tendo possibilidade de adquirir os bens necessários para sua sobrevivência, vende sua força de trabalho (única coisa que lhe resta) para manter-se vivo (a preço estabelecido pela dinâmica da acumulação capitalista), construindo uma força produtiva controlada e “submissa”, mas que é a principal impulsionadora do avanço capitalista, seja como mão de obra, seja como consumidora. (SANTOS, 2007, p. 813).

Nesse contexto, aqueles que movem essa máquina capitalista e desenfreadamente destruidora, aniquilam os agricultores familiares do assentamento que, por não terem acesso às políticas diretas que possibilitem prosperar no lote recebido, tornam-se empregados dos produtores mais bem-sucedidos ou, então, são obrigados a desfazerem-se da conquista da terra. Uma conquista que lhe foi cara, principalmente, na estadia no acampamento. Passam, assim, a depender de terceiros, como também de políticas de fomento à grande propriedade e à grande indústria.

Se as políticas públicas para a agricultura familiar e, em específico, para o assentamento Padre Adriano, fossem implementadas, se houvesse melhores condições e garantias para a sua efetivação e ampliação, poderiam então ser fundamentais para uma transformação da realidade e o fortalecimento da perspectiva de auto-suficiência dos agricultores familiares. Tais políticas poderiam ainda auxiliar na real mudança de vida dessas pessoas e na geração de trabalho e renda no campo.

Partindo dessa questão e tomando consciência da realidade social, é preciso buscar transformar a condição de privações que vivem a classe dos trabalhadores assentados decorrente também de interesses políticos, burocracias e falta de planejamento. Para Oliveira,

É em decorrência desses conjuntos de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Dessa forma, vale lembrarmos que os assentados não têm as mesmas facilidades para obter as vantagens que o sistema capitalista oferece ao agronegócio, como, por exemplo, financiamentos, tecnologias e privilégios na comercialização. Nesse sentido, o desenvolvimento passa pelo processo político que representa as questões locais e os interesses das minorias detentoras do poder. Sempre à margem das possibilidades, os agricultores camponeses são expropriados, inclusive, do direito de decidir sobre o direcionamento de sua mão de obra.

Considerações finais

Torna-se uma nova realidade o trabalho assalariado nos assentamentos rurais. O atraso ou a não existência de políticas públicas que fortaleçam o campo brasileiro faz com que o camponês busque alternativas de manutenção da sua condição de vida. De acordo com Szmrecsányi e Queda,

O mercado interno e os modos de produção integram os agentes de trabalho das empresas agrárias à ordem econômica, social e política forjada através do desenvolvimento do capitalismo. Portanto, a dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de uma rede de compensações e de suas garantias sociais. Esses setores, no caso brasileiro, atingem por vezes de cinquenta

a sessenta por cento, ou mais, das populações rurais, formando maiorias que continuam destituídas sob o regime capitalista, que não lhes oferece condições econômicas, socioculturais, psicológicas e políticas de uma classe social. (SZMRECSÁNYI, QUEDA, 1979, p. 116).

Através desses elementos de subordinação dos pequenos, buscamos conhecer as relações de trabalho e emprego que acontecem no assentamento Padre Adriano Van de Ven. Apesar de percebermos as diferenças nas relações de poder e nos arranjos produtivos, em detrimento do lucro que vitimizam os camponeses, buscamos evitar assumir uma visão totalmente pessimista do processo de assalariamento das famílias.

Por meio da pesquisa, percebemos que o emprego fora do lote tem sido uma estratégia de permanência das famílias na terra, uma vez que elas mesmas afirmam que seria muito mais difícil viver no assentamento se não tivessem assegurado esse trabalho.

Outro fato que pode caracterizar esses aspectos como positivos é o da possibilidade de melhorar as condições de vida, como as melhorias da casa (pintura, pagamento de mão de obra para reformar, compra de móveis para mobiliar a mesma, dentre outros), as possibilidades de compra de meio de transporte, como, por exemplo, moto ou carro. Atualmente, todas as famílias do assentamento estudado são proprietárias de meios de transporte, pois quem não tem carro tem motocicleta. Isso prova que a reforma agrária é importante e deve avançar, pois mesmo que a assistência por meio dos fomentos agrícolas não seja suficiente ou, por vezes, nem se concretize, os agricultores familiares têm conseguido permanecer na terra, almejando melhorias para as propriedades e seus familiares.

Os mais críticos podem até discordar de nossas considerações em relação aos pontos positivos. Entretanto, uma vez que essas famílias conseguem no lote suprir suas necessidades como outras pessoas moradoras da cidade, elas se sentem satisfeitas, pois são capazes de se

manter com um custo menor, visto que no sítio elas, além de tudo, produzem a sua própria comida.

A seguir, poderemos observar nas imagens alguns aspectos importantes que apontamos no decorrer do texto.

Fotografia 07: vista aérea da divisa do assentamento com a fazenda onde existe a monocultura da cana-de-açúcar



Nesta imagem, percebemos como os dois projetos de produção rural são antagônicos, de um lado e à frente do lote, temos a monocultura da cana e do outro o sítio, diverso, inclusive, na vida humana que o habita.

Nas fotos que seguem, verificamos alguns aspectos proporcionados pelo emprego que é a possibilidade de ter um carro, uma moto ou de investir na moradia. Por vezes, poderíamos pensar na condição supérflua dessas aquisições, mas para quem vive a 15 ou 20 km da cidade ter a possibilidade de locomoção própria é algo muito importante.

Todos, sem exceção, empregam boa parte do salário para a manutenção do sítio, seja na compra de insumos, remédios ou mesmo de animais. Porém, sempre pensando no momento em que irão deixar

de ser empregados para dedicarem-se exclusivamente ao sítio. Portanto, o salário dessas famílias tem suprido a ausência de políticas públicas eficazes para o assentamento, como tem ocorrido em quase todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Foto 8 a 13: casas dos assentados



Desenvolver este estudo nos possibilitou conhecer as relações existentes entre o capital e o modo de vida camponês. Permitiu também

compreender e desmistificar algumas percepções, e nos fez perceber que, mesmo estando em um processo extremo de capitalismo, outras relações são possíveis, e o campesinato se transforma na luta por sua permanência.

As formas de resistências são inúmeras mesmo que, por vezes, inconscientes, pois quem fala de campesinato, de modo de vida, são os teóricos, mas as pessoas que vivem na e da terra somente querem viver com qualidade e, para isso, são necessários alguns arranjos e formas diferentes de se organizarem na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. A. *A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato*. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Seção Três Lagoas, v. 03, n. 03, p. 92-109, 2006. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/agbtl/index_revista.htm>.

BOCK, A. M. B. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. reformulada e ampliada. Saraiva, 1999/2001.

HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 7).

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEGAT, A. S. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS*. Dourados: UEMS/UFMGD, 2009.

OLIVEIRA, A. U. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43. set./dez. 2001.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1. 112p.

QUEIROZ, M. I. P. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

ROSS, J. L. S. *A sociedade industrial e o meio ambiente*. Geografia do Brasil. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, J. V. T. *Movimento camponês no Sul: Produto e Terra (1978-1981)*. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. ABRA. Campinas, v. 12, n. 01, jan/fev. 1982.

SANTOS, R. S. et al. *Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista*. RAP. Rio de Janeiro, 41, 5, p. 819-34, set/out. 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea volume 1).

SCARLATO, F. C. *O espaço industrial brasileiro*. Geografia do Brasil. 4. ed. São Paulo: USP, 2001.

SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista Nera, ano 8, n. 7, jul/dez. 2005.

SILVA, M. A. M. *A terra no imaginário dos migrantes temporários*. Revista História Oral. Rio de Janeiro/ São Paulo, v. 4, n. 1, p. 25-47, 2001.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. *Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no oeste paulista*. Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 168-193, ago. 2010.

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

YAMIN, G. A.; FARIAS, M. F. L. *As ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária*. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). Educação, gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. 01. ed. Dourados: EDUFGD, 2009.

CITADINOS ASSENTADOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NOS ESPAÇOS URBANO E RURAL DE FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO EMERSON RODRIGUES ¹

*Luci Dalva Maria de Souza
Marli Perbelin Rodrigues*

Durante muito tempo, as análises dos fenômenos sociais estiveram voltadas para entender o processo de urbanização da sociedade brasileira, que, impulsionado por políticas governamentais, em meados da década de 1950, propiciou um acontecimento sem precedentes, a transição do rural para o urbano. Nesse período de modernização das atividades agrícolas e de implantação de indústrias nos centros urbanos, ocorreu o denominado êxodo rural, em que milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo mudaram para as cidades, transformaram-se em operários nas fábricas e trabalhadores informais. O que reafirmamos com Falchi:

Os quadros estatísticos, mesmo que sumariamente, apresentam os efeitos dessa transformação, não só com relação à questão agrária e agrícola, mas da própria relação entre o homem, a terra e o trabalho. Associado à expansão da pecuária, à mecanização agrícola, ao fechamento de terras para arrendamento e as crescentes correntes migratórias desencadeadas desde meados do século XX, temos em fins do século e início do século XXI a emergência das mobilizações sociais de luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul (FALCHI, 2007, p.41).

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, orientado pelo Prof. Dr. João Carlos de Souza.

Esse fenômeno passou a ser objeto de atenção de estudiosos de toda parte, pois todos queriam entender os motivos pelos quais tanta gente deixava o campo rumo às “luzes” da cidade. Chamou-nos a atenção o fato de haver grande quantidade de estudos que investigam e interpretam esse acontecimento que transformou realidades urbanas e rurais.

No entanto, com a chegada do novo milênio, do século XXI, alguns estudiosos vêm percebendo a ocorrência de um movimento que faz o caminho inverso, na contramão do chamado “progresso”. Atualmente, trabalhadores e trabalhadoras da cidade procuram cada vez mais se organizarem para conseguirem, através das lutas, um pedaço de terra para morarem e (re) construírem as suas vidas.

Em linhas gerais, tentamos compreender a motivação que levou famílias, de diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, a procurarem o “caminho da roça” para construírem seus projetos de vida. Sabemos que o campo científico comporta sub campos com prestígios diferenciados, conforme nos alerta o sociólogo francês Bourdieu (1982). Assim, pretendemos obter um mínimo de capital científico com nossa modesta investigação, ao abordar experiências vividas por famílias do Assentamento Emerson Rodrigues em Terenos.

Ao enveredarmos por um campo pouco pesquisado, encontramos dificuldades em acessar bibliografia e materiais que tratam sobre o tema. No entanto, a partir de instrumentos metodológicos quantitativos e qualitativos, pudemos levantar dados importantes para o andamento da pesquisa. Inicialmente aplicamos um formulário com questões fechadas sobre a experiência ou não dos assentados no meio urbano. Conseguimos garantir que fossem aplicados em 111 famílias, no intuito de proporcionar o panorama de quais seriam as pessoas que comporiam o grupo almejado para pesquisa. Entretanto, isso só foi possível depois de muitas tentativas. Ao final, ficaram fora da abordagem das autoras, 55 famílias do montante de 166 famílias que compõem o Assentamento

Emerson Rodrigues. Optamos por não realizar outras tentativas de visitas após informações fornecidas por coordenadores de núcleos do Assentamento e da agente de saúde local, Geovana Loureiro, de que as referidas famílias não tiveram vivência relevante em área urbana. Destacamos que o diálogo com várias famílias, durante a pesquisa, foi facilitado devido ao auxílio desses coordenadores e da agente de saúde.

A seguir, decidimos percorrer o caminho metodológico da história oral, pois este é um dos instrumentos fundamentais quando se trata de analisar trajetória de vida. Nesse sentido, estivemos atentas aos mais variados detalhes, pois estes podem nos revelar coisas que nem sempre são ditas em palavras, mas se expressam por olhares, suspiros, esfregar das mãos, choros. “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso à ‘história dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2006, p. 155).

Foram entrevistadas treze pessoas pertencentes a nove famílias. É importante salientarmos que, após dias exaustivos de entrevistas e de transcrições das mesmas, observamos que o trabalho com a oralidade requer atenção redobrada, por isso utilizamos perguntas semi-estruturadas, a partir de um roteiro prévio. As questões foram utilizadas apenas para nortear a pesquisa. Embora as pessoas tenham ficado à vontade para relatar suas histórias, tivemos o cuidado de retomar cada assunto que avaliamos ser de relevância para a pesquisa.

Para que haja uma melhor compreensão do trabalho, optamos por dividi-lo, traçando um paralelo entre as experiências vividas entre o urbano e o rural. Tentaremos explicar/entender como se deu o ingresso dessas famílias no processo de acampamento, a partir de quais contatos isso foi possível e como foi essa experiência, já que muitas famílias permaneceram na área urbana por um período consideravelmente longo, em que se embrenharam no acampamento no intuito de garantir o acesso a terra.

O Assentamento Emerson Rodrigues

Localizado cerca de 34 km da rotatória de Campo Grande na saída para Sidrolândia/MS (BR-060), o Assentamento Emerson Rodrigues pertence ao município de Terenos/MS. A área ocupada pela cidade de Terenos era habitada pelos índios Terena. A chegada dos trilhos da estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a inauguração da estação Ferroviária e Telegráfica, no dia 6 de setembro de 1914, determinaram o fluxo de grande número de pessoas que se fixaram em terras adjacentes à estação, dando início a um novo povoado. Foi elevado a distrito pela Lei nº 1.021, de 21 de setembro de 1929 e o município foi criado pela Lei nº 674, de 11 de Dezembro de 1953. (INCRA/MS - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A população do município contabiliza 17.142 mil habitantes em sua área total de 2.844,513 km .

O Assentamento traz em sua história o entrelaçamento de três acampamentos distintos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como movimento mediador. Para melhor compreensão do contexto das lutas nas quais se envolveram as famílias, das situações enfrentadas por essas pessoas assentadas, procuramos descrever adiante um pouco sobre cada um dos acampamentos envolvidos neste processo. Tentamos dar um sentido cronológico sem, no entanto, isso ser uma regra, mesmo porque os referidos acampamentos existiram simultaneamente por um período.

Acampamento Francisco Rosa

Em 20 de setembro de 1999 surgiu, mediado pela FETAGRI-Federação dos Trabalhadores na Agricultura, o acampamento Correntes, às margens da BR 261, no município de Dois Irmãos do Buriti/MS. As famílias acampadas se constituíram a partir de várias ações, muitas foram organizadas através de trabalho de base, mas houve também aquelas que

individualmente procuraram uma vaga no próprio acampamento. A forma organizacional se dava através de coordenadores. Por causa de desavenças internas, o acampamento “rachou” (termo utilizado pelo senhor José Luis da Silva para explicar que muitas famílias saíram/ desistiram do acampamento), assim o mesmo ficou com um número reduzido de famílias.

A trajetória do acampamento Emerson Rodrigues, nome em homenagem a um menino assassinado por fazendeiro no Estado de Mato Grosso, vítima da violência no campo, surgiu a partir de um trabalho de base de militantes do MST, realizado com os filhos de parceiros e agregados da Colônia Nova pertencente ao município de Nioaque/MS, região Pantaneira do Estado. O grupo decidiu pela ocupação da fazenda Fortaleza, no município de Anastácio/MS, realizada no dia 15 de maio de 2001. As famílias decidiram permanecer na fazenda até que houvesse uma negociação para que fosse feita a desocupação da área. Nesse processo, houve entendimentos com o INCRA de que uma área seria destinada ao assentamento das mesmas.

Assim, o acampamento Emerson Rodrigues se mudou para a margem da BR 272, que passa pelo Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti. Permaneceram no local por aproximadamente um ano. Em razão da demora e sem uma solução para o caso, em 2002 ocuparam novamente a fazenda Fortaleza. Enquanto permaneceram na fazenda ocupada, realizaram várias mobilizações e novamente os acampados receberam a promessa de que o governo iria ceder uma área para assentar as famílias. Após esta negociação, o acampamento novamente se concentrou às margens da BR 272, e, logo depois, surgiram 40 vagas para acampados serem assentados na fazenda Itamarati.

Depois deste acontecimento, o acampamento Emerson Rodrigues ficou com um número reduzido de famílias, surgiu então a possibilidade de unificação com o acampamento Correntes, o que

acabou se concretizando. Houve uma votação e o novo acampamento que surgiu desta junção passou a chamar-se Francisco Rosa - nome escolhido em homenagem a duas pessoas acampadas e que sofreram acidente fatal onde se localizava o acampamento Correntes, os senhores Francisco Hélio e Altamiro Rosa. Decidiram que o local do novo acampamento seria em frente à fazenda Vale do Rio Doce, onde já tinham realizado uma mobilização na qual havia acontecido repressão policial. Em meados de 2003, iniciou-se o processo da nova organicidade, com a formação de núcleos de base² compostos por 10 famílias, e cada nucleado contribuindo com um setor. Os acampados eram internos, ou seja, durante o dia algumas pessoas saíam para trabalhar nas imediações, mas retornavam para seus barracos para passar a noite.

Como o acampamento não agradava a direção da fazenda Vale do Rio Doce, o proprietário bancou todas as despesas com o transporte para o município de Terenos, no Assentamento Patagônia, às margens do sítio do Mãozinha. Finalmente, em março de 2005, após esses vários anos de luta, 64 famílias conquistaram seu lote, sendo levadas para a área da fazenda Santa Mônica, cuja denominação passou a ser Assentamento Emerson Rodrigues.

Acampamento 8 de Outubro

No dia 16 de outubro de 2002, reuniram-se pessoas da região de Guia Lopes da Laguna e, posteriormente, de várias regiões do Estado e do país para compor o acampamento 8 de Outubro (data que homenageia o aniversário de morte de Chê Guevara).

Após a formação do acampamento, foram realizadas várias manifestações, como a mobilização no INCRA, no dia 8 de Março,

² O MST propôs, em 2003, uma nova organização. Seus participantes passaram a ser divididos em núcleos, formados por dez famílias, possuindo um/a coordenador/a. Os participantes também devem fazer a opção por um dos Setores do Movimento, para colaborar, tais como educação, produção.

e também o trabalho voluntário na cidade, as palestras em escolas, a marcha de Sidrolândia a Campo Grande, entre outras. Em 12 de maio de 2003, 350 famílias ocuparam a fazenda Aruanã, em Guia Lopes da Laguna, uma das 46 propriedades rurais que a associação do reverendo sul-coreano Sun Myung Moon tem em Mato Grosso do Sul. Mesmo estando em uma área ocupada, os acampados continuaram se mobilizando para reivindicar outra área, pois a fazenda onde eles estavam era considerada Área de Preservação Ambiental.

Depois de aproximadamente 12 meses de espera, os acampados fizeram uma discussão e decidiram que os núcleos de base iriam ocupar toda a área onde eles estavam, para que fosse possível fazer lavouras, garantindo, assim, a auto sustentação das famílias. Esta manifestação teve muita repercussão. Segundo Neuraci de Souza Pereira, a juíza da comarca de Bonito, Luciana Buriasco, no intuito de impedir que a sede da Fazenda fosse ocupada, autorizou o grupo do Reverendo Moon a contratar milícia armada. Esse ato não agradou o senhor Zeca do PT, então governador do Estado de MS, que enviou cerca de 250 policiais para garantir a segurança das/dos acampados.

O acampamento funcionava nos parâmetros da organicidade do MST, dividido em comunidades de cinquenta famílias, sendo estas formadas por cinco núcleos de base, com dez famílias cada, entre as/os membros havia um coordenador e uma coordenadora. Todos os/as acampados/as deveriam participar efetivamente dos setores de atuação que viabilizavam o funcionamento do acampamento em seu cotidiano, entre eles, saúde, educação, produção, gênero, frente de massas, comunicação e cultura, e as equipes de segurança, alimentação e finanças. A juventude participava massivamente no setor de cultura. Geralmente, ficavam responsáveis pelas místicas e pelos teatros apresentados tanto dentro como fora do acampamento. Havia um barracão onde funcionava uma escola multi-seriada, na qual os professores do próprio acampamento davam aulas para as crianças, no início sem receberem nenhuma remuneração para o trabalho.

Em setembro de 2004, o acampamento foi transferido provisoriamente para a área que pertencia ao Cesinha. Entre 24 e 26 de novembro, foram levados para Fazenda Figueira, localizada no município de Jardim/MS. A área era muito distante das cidades e apresentava sérios problemas, como falta de água e acesso, que tornava muito difícil a vida das famílias e sua permanência no local. Através de muitas lutas, o acampamento 8 de Outubro conquistou 10 vagas para o, então, pré-assentamento Che Guevara, localizado na fazenda Eldorado. Logo após, já no final do ano de 2005, apenas 16 famílias foram sorteadas para a fazenda Santa Mônica, por serem as únicas vagas concedidas para aquele acampamento. O critério para o núcleo de base entrar no sorteio era estar organizado e com as finanças em dia, pois, segundo as acampadas Neuraci e Ana, era uma forma de tentar garantir a continuidade da organização no assentamento.

Acampamento Oziel Alves Pereira

Na madrugada de 7 de dezembro de 2003, nas intermediações do Anel Rodoviário de Campo Grande, na saída para São Paulo, nasceu um acampamento com apenas cinco famílias, com o objetivo de garantir um pedaço de chão. Logo a notícia chegou ao poder público e na madrugada da quinta-feira, dia 11 de dezembro, aproximadamente 150 homens da guarda municipal, juntamente com Carlos Marum da Habitação, atacaram os barracos com violência, ameaçando, empurrando e ateando fogo nos barracos. Levaram os pertences que restava para o CETREME, instituição que pertence à prefeitura de Campo Grande. Quem tinha parente ou casa em Campo Grande teve para onde se recolher, mas várias pessoas tiveram que se alojar na casa do MST que existia no bairro Guanandi.

No dia 13 de novembro daquele ano, um grupo de pessoas voltou para o mesmo lugar, desta vez porém um número considerável de famílias acamparam e outras foram para contribuir no fortalecimento

da causa, permitindo, assim, maior força política para a permanência das pessoas acampadas naquele lugar.

Dias depois, chegaram oficiais de justiça e o comandante de polícia, visando à desocupação da área. Havia viaturas, ambulância, corpo de bombeiros e outros carros, exigindo a saída dos acampados. Isso deu início a uma dura negociação, pois o grupo se negava a ceder. Enquanto o grupo gritava palavras de ordem, ganhava tempo para que o advogado do movimento chegasse com outra liminar, concedendo ao grupo permissão para permanecerem ali. Foi uma grande conquista naquele dia, mas logo a prefeitura entrou com outro recurso e ganhou a causa outra vez.

Foi neste momento das circunstâncias que o então deputado estadual Pedro Luiz Teruel, do Partido dos Trabalhadores - PT, cedeu uma área de 10 hectares na saída para São Paulo para acamparem, e assim se mudaram em 17 de Janeiro de 2004. Em pouquíssimo tempo, o acampamento já atingia aproximadamente 1800 famílias, sendo que cada núcleo de base possuía até cinco pessoas externas. Durante o período de acampamento, participaram de várias mobilizações.

O acampamento construiu um barracão onde funcionou uma escola para as crianças acampadas, pois o percurso até o bairro mais próximo era muito extenso. Alguns acampados doaram livros para a criação de uma biblioteca. Construíram um parque infantil e um campo de futebol para dar incentivo à cultura e ao lazer no acampamento. Existia a preocupação em garantir a produção de alguns alimentos para a complementação da alimentação das famílias. Foram feitas algumas hortas, as quais eram divididas por comunidade (50 famílias cada), em um total de 2 hectares.

Em agosto de 2005, surgiram 156 vagas para as famílias acampadas serem assentadas na fazenda Eldorado, localizada no município de Sidrolândia/MS. Esta escolha se deu através de sorteio. Após cinco meses, surgiram outras vagas para a fazenda Santa Mônica, ou

seja, para o Assentamento Emerson Rodrigues. Assim, no dia 5 de janeiro de 2006, foi realizado outro sorteio em que 91 famílias se tornaram pré-assentadas na referida área. Contudo, desse total, oito famílias tiveram de ser encaminhadas para a área do Che Guevara, já que o INCRA só destinara 166 parcelas na Santa Mônica para o grupo do MST e o número de famílias sorteadas em seus três acampamentos contabilizava 171 beneficiários/as. Além disso, três parcelas haviam sido repassadas à prefeitura para que a mesma escolhesse quem seriam os/as beneficiados/as.

Enfim, no assentamento...

Da junção de pessoas lotadas nos três acampamentos citados, foi constituído o Assentamento Emerson Rodrigues, nome aprovado pelos pré-assentados. O movimento mediador dos três acampamentos foi o MST. Em janeiro de 2006, já se encontravam na área da extinta fazenda Santa Mônica. Passaram por várias mudanças de barracos até chegarem as suas parcelas. Em 2 de dezembro de 2006, houve o evento oficial de entrega das parcelas pelo INCRA. De acordo com Farias (2008, p. 186), “a reforma agrária, portanto, possibilita a conquista da terra que essas famílias não conseguiriam comprar. E essa terra se torna o lugar de reconstrução da vida”.

Após alguns meses, foram liberados recursos de apoio inicial destinados à instalação da rede de água e à alimentação. Logo após, também o fomento destinado para a aquisição de ferramentas de trabalho, preparo de solo e compra de mudas de frutíferas.

Hoje, as famílias já possuem casa e energia, mas ainda falta o crédito de complemento para acabamento das casas e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que, como as próprias famílias se referem, são todas conquistas através das lutas e mobilizações do povo acampado e assentado.

Experiências na cidade e o desejo de morar no campo

Em *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST, há a definição dada pelo Movimento Sem Terra, de quem é o “sem terra”: *Posseiro; Parceiro; Arrendatário; Assalariado rural; Pequeno agricultor; filhos de pequenos agricultores* (MOURA, 2000, p.42-43). Quanto à experiência de vida no campo, segundo Bergamasco (1997), a maioria dos beneficiários já trabalhou na agricultura: em torno de 57,8% dos beneficiários classificavam-se anteriormente em arrendatários, parceiros e foreiros, ocupantes, assalariados rurais e 16,3%, antigos proprietários.

Comparando com os percentuais anteriormente citados, o perfil que encontramos no Assentamento Emerson Rodrigues apresenta uma configuração bem diferente. Das 166 famílias assentadas, aproximadamente 59% tiveram experiência de vida, em período relevante, em áreas urbanas: um total de 82 famílias (com 144 pessoas pesquisadas) nasceu ou viveu mais de 20 anos em área urbana; 21 famílias (com 40 pessoas pesquisadas) tiveram de 10 a 20 anos de residência em cidades; 5 famílias tiveram de 1 a 9 anos em áreas urbanas, e em 3 famílias, um dos cônjuges teve experiência de viver na cidade. Em relação aos que não tiveram qualquer tipo de experiência de vida na área urbana, identificamos 55 famílias. No total, foram investigadas, diretamente, 198 pessoas pertencentes a 111 famílias. Ressaltamos que 55 famílias foram pesquisadas indiretamente, por meio de coordenadores e agentes de saúde local, que se empenharam em contribuir com a pesquisa.

Entre as pessoas questionadas, que possuem características do grupo que nos propusemos a pesquisar, uma média de 90% tiveram experiências de trabalho mais ligadas ao trabalho doméstico e à construção civil. Sobre as condições de trabalho, a maioria absoluta informou que trabalhava na informalidade.

A partir deste levantamento, nos enveredamos em desvelar os motivos que levaram esse público a embrenhar-se em acampamentos, mas vale salientar que hoje as pessoas moradoras nas parcelas já não são todas as que estiveram no início do Assentamento, logo várias famílias não participaram do processo de acampamento.

Muitas famílias, neste caso, não se enquadrariam na caracterização dos grupos definidos como “sem terra”, mencionado anteriormente, mas são sem dúvida pessoas que buscaram uma alternativa de vida diferenciada do que viveram na cidade. Algo em suas vidas estava em desagrado àquelas pessoas. Neste momento, entramos em cena com nossa pesquisa, embora com modesta investigação, mas que entendemos importante para compreensão de quem é esse novo sujeito rural. Em nosso contato, a partir de suas várias falas, apreendemos que possuem um sentimento de preocupação e por vezes de pavor ao tocarem nas experiências cotidianas vivenciadas na cidade. Quais foram as violências, as violações sofridas por esse público?

Oliveira afirma que “se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte” (2001, p. 123). Essa luta contra a morte tem a ver também com o entrelaçamento entre a vida urbana e a vida rural. O autor ainda diz que:

[...] a negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação (OLIVEIRA, 2001, p. 123).

Na análise desse fenômeno da diáspora do trabalhador(a) do campo e do grande aumento populacional nas cidades no Brasil, que tem início nos anos 1940, há que considerarmos suas especificidades nas últimas décadas do século XX. Para Morissawa (2001), a década de

1990 no Brasil foi marcada pelas políticas neoliberais dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Durante os oito anos deste último, muitos trabalhadores foram expulsos do campo. As cidades superlotavam e cada dia mais as favelas e os cortiços aumentavam o volume de moradores. Do mesmo modo, as ruas cada dia com um número maior de desempregados e trabalhadores que se mantinham na informalidade.

Nessa mesma perspectiva, a análise de Falchi aprofunda e aponta para as razões dessa situação:

Fruto de um processo histórico de longa data, a evidência da questão agrária enquanto questão social passou por momentos de intensificação nas últimas décadas do século XX, em virtude do processo de automação do trabalho no campo desencadeado a partir de 1970 e intensificado na última década do século com a inserção da política neoliberal. A mecanização e o desenvolvimento das técnicas e dos mecanismos de produção no campo aceleraram o processo de movimento de êxodo rural desencadeado ao longo dos anos de 1970 e que persistiu e intensificou-se até o final do século (FALCHI, 2007, p.32).

Ao tratar desta situação no Mato Grosso do Sul, Falchi também identifica traços comuns à situação relatada sobre o Brasil:

O crescimento populacional que o estado de Mato Grosso do Sul apresentou nas últimas três décadas do século XX direcionou-se, sobretudo, às áreas urbanas, que, sem ofertas de empregos e serviços sociais que atendessem a essas demandas, gerou uma multidão de trabalhadores subempregados, com dificuldades de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação, por exemplo (FALCHI, 2007, p.40).

Essa situação, porém, não gera conformismo, torna-se desafio. Percebemos as reações dos cidadãos e cidadãs fazendo o ciclo inverso. Vários de nossos narradores viveram toda a vida ou um longo período

na área urbana e, insatisfeitos, excluídos e tendo seus direitos violentados, decidiram, através da alternativa que lhes restava, buscar vida nova.

Os assentados e as assentadas do Assentamento em foco são pessoas de diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, como também de diferentes estados brasileiros. Possuem características que são peculiares e singulares. Assim, cada qual tem motivos muito pessoais que os levaram a esse processo de “luta pela terra”.

Dona Glória, por exemplo, não gostava da distância que tinha que percorrer para realizar muitas coisas, no entanto, demonstra muita emoção ao relatar a sua maior preocupação que, até então ela não divulgava:

Eu vim também pra zona rural porque meu filho tava se envolvendo com droga. Ele tava com más companhias. Eu não poderia cuidar, ele (se referindo ao esposo) acampado, eu não poderia ficar porque eu tinha que trabalhar porque eu tinha que sustentar a família. Hoje eu agradeço a Deus porque meu filho saiu dessa [...] isso aqui eu dou valor porque isso daqui foi uma terapia pra mim, foi uma terapia pro meu filho. Hoje meu filho é um homem, trabalha, é responsável, tá com vinte anos, não tá mais envolvido nessas coisa de droga. Por isso que eu falo: sofri? Sofri, mas eu agradeço a Deus por Deus me dar isso daqui. É muito bom, é muito prazeroso. Hoje eu não quero me desfazer disso. Eu vivo aqui bem [...] se eu não tivesse vindo pra cá eu hoje seria mais uma mãe chorando por que perdeu seu filho pra drogas [...] hoje meu sofrimento se transformou em vitória.

As palavras de dona Glória revelam uma expectativa idealizada do campo, como um lugar não sujeito aos vícios. Contudo, parece que as expectativas se cumpriram, as atividades de trabalho no campo acabaram sendo como uma “terapia”, envolvendo seu filho em novos interesses que o ajudaram a superar sua dependência.

Dona Neuraci avalia como negativa sua experiência de vida na cidade. Ela nos relata que tinha uma vida financeira estável, não pagava aluguel, mas, apesar de ter morado por dez anos, não se adaptava à cidade:

Quando minha filha mais nova nasceu eu me mudei pra cidade. Nunca gostei de cidade. E eu nunca tive uma boa estadia na cidade não, porque, a cidade era perigosa, eu tinha filho pequeno e o medo das drogas, medo de assalto, medo de tudo. E outra que lá eu tinha que sair seis horas da manhã, pedalar a bicicletinha pra ir pro meu emprego, que eu era doméstica. Voltar à tarde, cuidar dos filhos, marido trabalhando, e a segurança, que na cidade você não tem paz. Você pode ter um salário bom. Eu tinha salário, meu marido tinha, meus filhos ajudavam [...] e eu vivia sempre doente e depressiva, pressão alta.

A senhora Lúcia Helena, aos dezoito anos, saiu do Ceará, onde seus pais trabalhavam como empregados em uma fazenda e foi tentar a vida na cidade grande. Através de um tio, foi para São Paulo e lá arrumou vários empregos, sempre na área de limpeza e serviços domésticos e o seu companheiro, José, que conheceu naquela cidade, trabalhava na área da construção civil.

Ao tratar das expectativas de migrantes que chegaram a São Paulo nos anos 1980, Souza constatou que uma das representações mais recorrentes era a de que na cidade muitos deles obteriam dinheiro fácil, imagem tão forte que um deles inclusive chegou a utilizar a expressão de “rastelar dinheiro” (SOUZA, 1995, p. 33). O autor ainda analisa que:

A tônica dessas representações é reveladora da projeção de uma vida melhor, da expectativa de superação das dificuldades enfrentadas por esses personagens, de solução para as situações-limite enfrentadas por eles nos seus locais de origem. Nem todos os entrevistados, porém, tinham alimentado fantasias sobre facilidades e afirmaram que nunca haviam pensado em deixar a terra natal, que o fizeram por estrita necessidade (SOUZA, 1995, p. 34).

Assim, muitas expectativas dos migrantes na cidade grande não se cumpriram e, no caso de Lúcia Helena, depois de onze anos em São Paulo e já casada, veio para Mato Grosso do Sul viver em Campo Grande

onde também trabalhou como empregada doméstica, morando de aluguel e já com um filho pequeno. Ela nos relata que ficaram sabendo do acampamento através de um colega do esposo e decidiram acampar, por não darem conta de pagar aluguel e cuidar da família. No período de um ano e meio em que ficaram acampados, seu companheiro trabalhou com reciclagem. Era um trabalho realizado no lixão. O dinheiro que conseguiam dava apenas para comprar alguns itens que não vinham na cesta básica que recebiam.

As experiências dos acampados são muitas e variadas, e as reflexões de Borges (2009), sobre as expectativas em diferentes momentos no acampamento e no Assentamento, nos ajudam a iluminar as vivências dos mesmos:

Se no tempo do acampamento foi possível, para os acampados, militantes e dirigentes do MST, a confluência de interesses, particularmente no que se referia à luta para a conquista da terra, por outro lado, ao conquistarem-na, vieram à tona os desejos da ‘terra de trabalho’ e do ‘tempo liberto’, evidenciados na busca do rompimento com o ‘tempo do patrão’, visando instituir o próprio ritmo de trabalho (BORGES, 2009, p.246).

O assentado Francisco Machado, que foi morador do campo, teve uma vida social significativa enquanto esteve no interior, obteve uma formação política e social, com muitas experiências de trabalho coletivo na comunidade em que vivia com sua família. Porém, aos vinte anos, a situação econômica da família era de grande pobreza e não conseguiam mais produzir para se alimentarem e manterem a casa, então, Francisco mudou-se para a cidade com o intuito de contribuir na manutenção financeira da família e logo retornar. No entanto, sua vida deu “muitas voltas” e esse retorno só foi possível vinte anos depois:

Eu saí com o objetivo de voltar pra terra, então, a minha oportunidade só foi vinte anos depois [...] uma das expectativas que foi atendida foi o fato da gente ter conquistado a terra. A gente

hoje tem uma terra, tem uma casa, frutos de um processo de luta. O que me incomodava na cidade era o isolamento humano. Essa era a coisa que mais me incomodava. Ao mesmo tempo que tu tá rodeado de gente, num turbilhão de gente... é o ônibus, o local de trabalho, mas ao mesmo tempo você está sozinho. A cidade te permite muito pouco, você criar laços de relacionamento, de amizade [...] você se sente quase invisível na cidade. [...] Uma das coisas que me incomodava também na cidade era não ter tempo pras pessoas. O trabalho te consome quando você não é dono do próprio trabalho, do seu próprio tempo, isso faz com que você não tenha tempo pras pessoas... E eu busquei um espaço onde eu tivesse tempo pras pessoas. Pra mim mesmo e pras pessoas [...] eu acho que é isso, é paixão, eu vivo aqui por pura paixão. Não consigo me ver noutra lugar fora daqui. Só isso.

Em seu relato, o Sr. Francisco provavelmente faz uma releitura de sua chegada à cidade, ao afirmar que saiu do campo com o objetivo de retornar. Suas expectativas de qualidade de vida na cidade não se cumpriram, o que deixa transparecer quando aspira à possibilidade de ser dono do seu tempo e de ser alguém reconhecido; na cidade sentiu-se como invisível. Há um duplo questionamento sobre a cidadania e a identidade.

Após análise dos questionários, constatamos que alguns aspectos não cogitados aparecem com certa frequência. Nesse sentido, refletimos com Menegat quando fala da vida cotidiana, de tranquilidade dos assentados e assentadas:

O período de acampamento [...] não se constituiu apenas de momentos difíceis. Os momentos difíceis, de “sofrimento”, como os assentados dizem, ganham ênfase em suas histórias, mas a eles somam-se as imagens dos acampamentos como locais de solidariedade, onde podiam estabelecer uma relação com o outro, ter espaço e tempo para conhecer o outro, não apenas o vizinho de barraco, mas também aqueles que moravam na última rua do acampamento. Por maior que fosse o número de pessoas que faziam parte da vida nos acampamentos, cada um conhecia a história do outro, uma vez que parentes vizinhos e compadres estavam ali, reunidos, reivindicando

terra, o que acabou por estabelecer uma rede de solidariedade que, por vezes, estendeu-se ao Assentamento (MENEGAT, 2009, p.88).

Vale ressaltarmos que foi surpreendente a quantidade de pessoas que dizem ter optado pela vida no assentamento por não gostarem do barulho da cidade. Essa surpresa ocorreu, em parte, devido à hipótese inicial das pesquisadoras, que supunham serem as razões que trouxeram as pessoas para o acampamento as dificuldades financeiras, a falta de moradia, o desemprego, a saúde. No entanto, observamos que as mencionadas situações vividas na área urbana são sempre de grande relevância para compreendermos o porquê da transição urbano/rural dessas famílias. Há casos em que a família tinha casa própria, mas não tinham acesso ao trabalho para todas e todos os membros da família. Constatamos essa situação no relato da dona Ana, uma senhora de 47 anos, mãe de três filhos. Dona Ana nos conta da dificuldade de acesso ao trabalho durante o período que morou em Campo Grande.

Minha vida na cidade não foi uma vida muito fácil. Foi uma vida um pouco difícil. Quando eu cheguei em Campo Grande foi difícil pro meu esposo arrumar trabalho, (...). Naquela época tudo era mais difícil. Meu esposo tava sem trabalho, eu com três crianças pequenas. Até então eu entrei em desespero por que eu precisava trabalhar. Era mais fácil emprego pra mulher do que pra homem. Emprego de doméstica era mais fácil. Foi um pouco penoso. Na cidade o mais difícil pra mim foi o desemprego. Teve um período que só eu trabalhava e sustentava o marido e os filhos...

Na fala de dona Ana, observamos não só o sentimento por causa da escassa finança familiar, mas também sobre o comportamento do esposo, ao não aceitar os proventos advindos do trabalho de sua companheira. Esses são fatores que também corroboraram para que chegassem à conclusão de que o acampamento poderia ser a melhor alternativa para minimizar seus problemas familiares, inclusive, o de ordem emocional. Para facilitar a compreensão, observamos a fala a seguir:

Quando chegava em casa, quando eu ia preparar uma comida, meu marido não queria comer, por que não ia comer comida que só mulher colocava dentro de casa. Partia pra ignorância. Foi um período difícil, que eu tinha que ser forte pra acalmar meus filhos que passava o dia inteiro longe de mim. Eu chegava em casa, ele emburrado, ele não fazia as coisas, porque ele não achava certo eu trabalhar e ele ficar em casa, então tinha que ser ao contrario, ele era muito ignorante. Quando eu chegava que eu ia limpar, ajeitar, fazer a janta ele não queria comer porque a comida vinha pra casa através de minhas mãos, e isso me chateava muito porque no outro dia eu ia ter que enfrentar de novo a luta do trabalho e ia com o coração pequeno porque ia deixar meus filhos lá e sabia que meus filhos não iam ser bem tratados por ele porque ele tava chateado.

As experiências de dona Ana nos mostram algo que é constantemente vivido nos lares, tanto na área urbana quanto na rural, porém esse peso por ela sentido demonstra maior dimensão, uma vez que está agregado a várias outras dificuldades vivenciadas na cidade, sem, no entanto, ter com quem compartilhar suas angústias.

Sob uma perspectiva simbólica, as representações masculinas e femininas dos direitos indicam a diferença de gênero de ver, sentir e agir no mundo social, sendo coerente com as percepções do que é ser homem e ser mulher. A visão masculina confunde direitos com atributos subjetivos de gênero, seguindo-se dimensões relativas à dignidade e à integridade individual (RUA e ABRAMOVALI, 2000, p. 250).

Verificamos na experiência de dona Ana a herança histórica do homem provedor do lar. Aquele que mantém a família financeiramente, enquanto a mulher cuida dos afazeres domésticos, dos filhos, e está sempre pronta para atender às solicitações do esposo. Quando esse homem, que teve esse papel culturalmente atribuído se vê desempregado, sente-se humilhado, de modo que sua masculinidade e toda a educação que sempre recebeu são desafiadas, devendo ser postas em questionamento.

Nesse caso, percebemos a angústia das famílias de permanecerem na cidade, ou de buscar outro lugar, e que esse lugar seja de oportunidades de trabalho e de dignidade para toda a família.

Ainda sobre as questões relacionadas ao trabalho, muitas pessoas disseram que, além de serem difíceis as oportunidades de trabalho, quando ocorriam, muitas vezes, estavam condicionadas a não ter a carteira assinada, ou seja, trabalhavam sem ter nenhum direito garantido em caso de acidentes, de doença ou de morte.

Contrapondo-se a essa situação de insegurança quanto aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, a/o assentado/a é um assegurado especial da previdência social, tendo direitos garantidos como auxílio doença, aposentadoria, salário maternidade.

Em decorrência dessas situações vivenciadas nas cidades, verificamos um aspecto relevante na busca por uma vida melhor. A maioria das famílias morou em mais de uma cidade, fato que demonstra que as dificuldades de viver na área urbana é muito grande, por isso procuram de cidade em cidade uma condição de vida digna.

As dificuldades para obter condições de vida melhor fazem com que as pessoas sintam-se desprotegidas dos direitos que o Estado deveria garantir aos cidadãos e cidadãs. Assim, sentem que não fazem parte da sociedade que usufrui o bem público. Segundo Santos:

A espoliação urbana é produzida pela ação do Estado, que gera os bens de consumo coletivos essenciais à reprodução urbana dos trabalhadores, além de regular as condições de trabalho e de remuneração. Tendo em vista os movimentos populares, o importante é frisar nessa interpretação é que os padrões de reprodução urbana (maior ou menor espoliação) podem melhorar ou piorar, independentemente do grau de exploração da força de trabalho, o que pode ser explicado pela atuação dos movimentos populares (SANTOS, 2008, p.92).

Não percebemos de forma relevante referências feitas ao movimento mediador quanto ao convite para que as famílias acampassem,

mas percebemos em muitas falas a importância da luta conjunta e permanente para possibilidade de acesso a terra. E que “o Movimento somos nós”, como falou dona Ana ao se referir sobre quem é o público que forma o movimento.

A vida cotidiana e as estratégias de sobrevivência no assentamento

Ao realizar pesquisa/observação com famílias do Assentamento Emerson Rodrigues, conforme já mencionado, constatamos que é elevado o número das mesmas que vieram da zona urbana e que as razões que os trouxeram para o Assentamento são várias. No entanto, chama a atenção, a quantidade de pessoas que tinham casa própria ou um grau de escolaridade mais elevado (ensino médio completo ou nível superior) que procuraram e encontraram, no assentamento, possibilidades que permitiram sentir muito prazer ao fazer o próprio horário de trabalho, relacionar-se com os vizinhos, plantar e colher alimentos que viessem a ser consumidos pela própria família, além da sonhada paz.

Por essas razões, os/as moradores/as do Projeto de Assentamento Emerson Rodrigues têm mostrado que, apesar de ainda não terem acessado aos créditos para desenvolverem um projeto de produção das unidades familiares, a vida no Assentamento tem valido a pena e as expectativas vêm sendo alcançadas.

Embora falte ainda na comunidade uma escola para atender aos/às estudantes, que são transportados para assentamentos vizinhos, percebemos nas famílias a satisfação de terem conquistado um pedaço de terra onde podem (re)construir e construir/realizar sonhos possíveis, pois na cidade não tiveram uma vida boa que lhes garantissem o que para eles era essencial. A cidade não supriu, aos olhos daquelas pessoas, necessidades fundamentais. Mesmo ao reconhecerem as deficiências encontradas no espaço do assentamento, afirmam ter muito mais motivações positivas do que negativas para permanecerem no sítio.

Ao analisar esse novo público que tem realizado o caminho inverso, transição urbana para o rural, é preciso compreender as experiências vividas até a chegada ao assentamento e, assim, percebermos a dificuldade na construção da autonomia que caracteriza o/a camponês/a. Por isso, é comum encontrarmos nas famílias algum membro que mantém um vínculo empregatício (formal ou informal) na cidade. No entanto, isso não quer dizer que não haja entrega ao novo projeto de vida, pelo contrário, essa é uma estratégia para garantir a realização desse projeto.

Nesse sentido, levamos em consideração as situações contraditórias entre o desejo de viver da terra e a necessidade de ter um trabalho na área urbana, para que o desejo de permanência na terra seja possível. Essa é uma situação que as famílias esperam utilizar apenas como estratégia momentânea, já que ainda não receberam o crédito da agricultura familiar. Percebemos essa preocupação, por exemplo, na fala do assentado Francisco:

Nós estamos assentados há quase cinco anos, oficialmente a terra entregue para nós. Nesse período nós não recebemos até hoje o PRONAF. E nós não recebemos o PRONAF porque a superintendência do INCRA no Estado até hoje não nos forneceu o documento que é básico pra que a gente possa ter acesso ao PRONAF, e isso praticamente inviabiliza a vida da gente, porque quando a gente chega no campo a gente chega sem nada. A gente chega sem nenhuma estrutura física e econômica que permita a gente iniciar um projeto de produção que viabilize a sustentabilidade da família [...] boa parte das famílias que vivem aqui no Assentamento dependem de diárias nas fazendas, na usina de cana de produção de álcool, de açúcar pra sobreviverem porque as famílias que saem do acampamento, que tem como único bem a lona e que vem pra dentro do Assentamento ainda continuando a morar no barraco de lona, não tem como produzir numa área que se tem como árvore, braquiária, e que tem um custo médio quinhentos reais pra ficar pronto 1 hectare de terra pra produzir. Então qual é a família que tem condições financeiras de

preparar a terra e ainda sustentar os filhos? Isso deixa a família vulnerável porque o INCRA condena essas ações na medida que ao visitar o lote dessa família e não encontrando a pessoa no seu lote, essa pessoa é notificada como alguém que não está cuidando do seu lote, mas essa pessoa precisa sobreviver, então, é muito contraditório o INCRA cobrar que a pessoa permaneça no lote mas na contramão dessa história não lhe dá a condição devida pra ela permanecer no lote. Então essa é a realidade nua e crua que nós estamos vivendo nesse momento, depois de cinco anos [...] eu tenho pra mim que isso não é só uma questão burocrática, é uma questão política também. Porque nada justifica que se fique com um documento tanto tempo sem entregar pro produtor. Sabendo que esse documento é que lhe permite acessar a principal verba que lhe permita produzir no seu lote. A desculpa atual é que o INCRA está passando por um processo de investigação graças à situação de corrupção e degradação que passa a própria instituição. Agora o que não é justo é que as famílias que não tem nada a ver com a corrupção do INCRA paguem o preço da corrupção do INCRA.

O Sr. Francisco, a partir da experiência no Assentamento Emerson Rodrigues, revela uma percepção importante do processo de implantação da reforma agrária e dos limites de seu modelo. Independente da veracidade de algumas de suas informações, elas apontam a real necessidade de uma política que vá muito além da mera concessão da terra, que conceda recursos através de um sistema de financiamento que viabilize a produção e a comercialização dos produtos e, conseqüentemente, a maior permanência dos assentados/as. Contudo, podemos dizer que ao manifestar seu desacordo com o tipo de política aplicada pelo INCRA no Assentamento, não se trata de estar infeliz no campo, mas de perceber que, mesmo com as conquistas realizadas, ainda tem um longo processo para garantir melhorias de acordo com as necessidades locais.

Pesquisadores do tema apontam as contradições e tensões desse processo de conquista da terra, dos sonhos e expectativas às dificuldades concretas, como argumenta Borges:

[...] o sonho da terra e o desejo de nela permanecer, perpassaram toda a história e memória de lutas. Esse marco e desejo compartilhado na memória e expressão do presente, por ser o centro das recordações e fundamento para a história que se vivera, fosse no trabalho familiar na terra ou das ‘práticas coletivas’ para conquistá-la e dela não sair ao invés de sinalizar para o ‘ser ninguém’ ao não tê-la em mãos, apontou o seu inverso: fez que a terra de trabalho e a sua conquista se tornassem o eixo da memória, conjugando-se à luta. Daí, neste capítulo, a sua compreensão como a mística que fez somar os desejos dos camponeses com os da organização, do individual com o coletivo da tessitura da identidade, mas ao mesmo tempo da alteridade. Vista desse modo, visamos explicitar, na discussão sobre a terra, sentidos diversos, por vezes ambíguos, ao evidenciarmos práticas e representações camponesas na luta pela terra como visão de mundo e de desejo de transformações sociais que ultrapassaram os limites da propriedade para demonstrar as práticas de luta por novos valores e pela conquista de direitos historicamente usurpados. (...) Se pensarmos a liberdade exclusivamente pelo viés econômico, terra e liberdade podem tornar-se dissonantes, já que os assentados são livres para controlar o tempo do trabalho, mas prisioneiros das políticas econômicas voltadas para o meio rural [...] (BORGES, 2009, p.255/260).

Ao abordarmos um técnico da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, que estava a trabalho na área dos Assentamentos da Santa Mônica, ele relatou que o INCRA ainda não disponibilizou para os/as assentados/as o documento DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF. A falta desse documento impossibilita a aquisição do referido crédito, uma vez que o INCRA nos responde que para entregar a DAP é necessário estarem concluídas outras etapas, como, por exemplo, as casas.

No assentamento em foco, de fato a maioria das famílias vive de recursos extraídos do sítio, sem nenhum financiamento. Hoje, segundo o senhor José Luis da Silva, o Assentamento produz em média 80 toneladas de alimentos ao mês, fator possibilitado através de organização de associações, diminuindo, assim, a venda de produtos aos atravessadores, o que favorece uma maior valorização de suas mercadorias.

Ainda no que diz respeito às estratégias para permanência no sítio, foi criada a Associação dos Produtores Rurais da Economia Solidária do Assentamento da Santa Mônica - ASSOL -, com a finalidade de negociar melhores condições de comercialização da produção, bem como de criar projetos que possam incluir também os jovens e mulheres do grupo no processo produtivo. Como é o caso de um subgrupo que está sendo criado no intuito de aproveitar o buriti, um fruto típico do cerrado. A experiência envolverá aspectos não só econômicos, mas de agregação de valores pessoais e coletivos e interação social. Embora, inicialmente, a Associação tenha sido criada para atender às famílias do Assentamento Emerson Rodrigues, o grupo que a iniciou avaliou que as oportunidades deveriam se estender às outras pessoas da região.

Através da Associação conseguiram uma parceria com a prefeitura de Terenos e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB -, através do Programa de Aquisição de Alimentos e Doação Simultânea - PAA, em que a prefeitura garante o transporte e a CONAB compra os alimentos dos assentados e assentadas e doa a um grupo/comunidade ou entidade carente.

Essa é uma ação que comprova a importância da distribuição de terra para famílias que se interessam em trabalhar na terra independentemente de serem ou não de origem camponesa.

Observamos também a existência de famílias, que não participam da organização da Associação e, no entanto, mantêm uma relação muito próxima com as pessoas dos bairros e vilas onde moram, como também ampliam relações com moradores com os quais antes não tinham nenhum contato, levando semanalmente a produção para venderem diretamente aos consumidores. Essa relação fortalece tanto o/a assentado/a quanto o/a consumidor/a que tem acesso a produtos mais baratos e de melhor qualidade, agregando renda e valor comercial aos produtos que se perderiam nas lavouras e/ou seriam repassadas ao atravessador. Nessa mesma perspectiva, alguns vizinhos compram em menor escala a produção e pagam um preço melhor para o sitiante produtor.

O Assentamento Emerson Rodrigues é muito favorecido pela proximidade das cidades de Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e, especialmente, da capital Campo Grande, facilitando o acesso aos moradores consumidores, pois, mesmo sem ter transporte particular (muitas pessoas não possuem nenhum veículo), os/as assentados/as conseguem comercializar sua produção.

Dona Lúcia Helena, por exemplo, começou a comercializar sua produção em Campo Grande sem ter qualquer conhecimento com os moradores das “Moreninhas”. Hoje, já tem vários amigos/as no local:

Quando você começa uma coisa, tudo é difícil, depois, você acostumando com as pessoas, as pessoas vão comprando [...] de porta em porta desde o começo. Tem três anos e sete meses que eu faço isso [...] mandioca, abóbora, quiabo, maxixe, jiló... as pessoas que gosta de quiabo, não gosta de jiló, as que gostam de jiló não gosta de quiabo, e eu já sei das pessoas certinho [...] fiz amizades. E eu gosto de trabalhar lá. Se eu levar uns seis sacos eu vendo tudinho.

A realização deste trabalho de pesquisa possibilitou apreender as transformações ocorridas na vida de famílias que passaram de uma condição, muitas vezes, de pobreza, de falta de acesso ao trabalho, à saúde, ao lazer, ao transporte e até de paz, para alcançar vida mais digna, tendo respeitados direitos essenciais à vida humana. Algumas dessas transformações constatamos na fala do assentado Antônio Lérias:

Outras partes da nossa vida, nós tivemos também na área rural, e a gente sabia que rico a gente não ia ficar. Na questão da terra é uma sobrevivência pra gente viver bem, tranquilo, assim, sem a preocupação da cidade. Na cidade é uma forma de viver. Na área rural, no campo é outra. A gente tem mais liberdade no caso. Isso é o que a gente pensava que a gente ia ter sempre e vai ter, e sabendo que a gente ia ter que trabalhar, a gente não ia enricar mesmo, a gente ia continuar pobre. A gente quando entrou pro acampamento, o objetivo era esse, conseguir um pedaço de terra

e os filhos poder estudar, essas coisas, o que nós sonhou foi isso, e a gente tá alcançando esse sonho.

Ainda que imersos em dificuldades, pudemos sentir nas falas das pessoas a capacidade de viver cada dia de uma vez, sem, no entanto, se preocuparem com o enriquecimento, mas com a sobrevivência diária. Como diz Shanin:

Camponês tem provado ser extremamente resistente e criativo em suas situações de crise... A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Assim, procuram reconstruir no novo lugar os sonhos, a vida e os bens materiais que até então não tinham tido a oportunidade de obter. Compreendemos que essa reconstrução é carregada de significados e/ou aspectos que vão desde o fator econômico, passando pelo da conquista da liberdade e conquista política, processo esse que implica em mobilidade e mudança de papel social (COSTA, 2005).

Nesse sentido, procuramos de forma sintética desvelar as razões que levaram pessoas que aparentemente não têm ou não tiveram nenhuma relação com o mundo camponês, a buscar nesse universo a oportunidade de uma transformação da vida.

Considerações finais

Um número significativo de pessoas que viveram no meio urbano por mais de dez anos faz parte hoje do Assentamento Emerson Rodrigues. Comumente ouvem-se pessoas de vários segmentos sociais criticando o público assentado que hoje integra o Assentamento por este

não ser tipicamente formado por pessoas nascidas e criadas no campo. Tal crítica não procede e revela também certo preconceito mesmo porque cabe a cada grupo e/ou indivíduo sentir-se ou não pertencente ao mundo rural/urbano, ou ambos, ou seja, constituir sua identidade a partir de suas experiências.

Há bastante tempo, as cidades, principalmente as médias e grandes, não oferecem condições e qualidade de vida aos seus moradores, em razão da grande escala em que operam. O caos está instalado, os indivíduos cada vez mais se sentem comprimidos em espaços físico, econômico e sociocultural. Assim, verificamos, tanto nos questionários aplicados, quanto nas entrevistas orais realizadas, que diversos fatores motivaram o desejo e a luta por um pedaço de chão por parte de alguns habitantes urbanos já caracterizados.

Ouvimos e sentimos nos relatos que, mesmo com a morosidade dos órgãos competentes em assumir seus papéis e propiciar condições econômicas e sociais para que os/ as assentados/as pudessem produzir de forma significativa, os/as próprios/as assentados/as têm se organizado da forma que conseguem para garantir a permanência no Assentamento. Verificamos também que, mesmo com todas as dificuldades, sejam elas a falta de acesso a créditos de apoio, de água, e o pouco conforto em suas casas ainda a ser concluídas, isso não os incomoda tanto. Sentem-se livres para construir suas histórias com o que a vida lhes permite. E isso inclui até mesmo buscar outras fontes de renda, como trabalhos em fazendas vizinhas, em usinas e em outros sítios, como forma de garantir o sustento de suas famílias.

Os instrumentos de pesquisa utilizados possibilitaram várias análises e nos ajudaram a compreender a mobilidade daquele público diverso, em que se encontram pessoas oriundas de várias cidades dentro e fora do Estado. Outras análises são certamente pertinentes, mas desse rico material foi possível, em parte, conhecer as experiências vividas na cidade, entender o processo de luta no acampamento, o que se tornou

fundamental para constatar as transformações que as famílias sofreram ao longo de suas vidas.

Reconhecer o Assentamento Emerson Rodrigues como um espaço de novas possibilidades é confirmar como a reforma agrária é fundamental no processo de superação de pobreza e de oferta de melhor qualidade de vida. É importante tanto para quem é beneficiado com uma parcela de terra, quanto para quem se torna beneficiado com o acesso aos produtos da Reforma Agrária, que muitas vezes são mais saudáveis e mais baratos.

Por essas e outras razões, torna-se cada vez mais indispensável a preocupação de pesquisadores de todas as áreas de conhecimento em relação ao estudo dos assentamentos, bem como a importância dos mesmos para a evolução/transformação política, econômica e social da sociedade.

Relação dos/as entrevistados/das:

Ana Alves Ferreira do Nascimento, 47, entrevistada em 26/05/2012.

Antonio Leros de Oliveira, 63, entrevistado em 21/05/2012.

Cleber Alves Fagundes, 35, entrevistado em 05/06/2012.

Dinair Lemes Rodrigues de Oliveira, 60, entrevistada em 21/05/2012.

Djanira Antonia Antônia Fagundes, 54, entrevistada em 05/06/2012.

Elisandra de Souza Pereira, 29, entrevistada em 21/05/12.

Francisco Machado, 46, entrevistado em 04/06/2012.

Glória Reis de Paula, 44, entrevistada em 04/06/2012.

José Alves Fagundes, 57, entrevistado em 05/06/2012.

Lucia Helena Barbosa Pereira, 36, entrevistada 30/06/2012

Neuraçi de Souza Pereira, 53, entrevistada em 22/10/2011.

Roberto Luis Conceição, 33, entrevistado em 12/05/2012.

Sidiney Alves da Silva, 47, entrevistada em 04/06/2012.

Tadeu de Moraes Delgado, 38, entrevistado em 05/06/2012.

Terezinha de Souza Pereira, 52, entrevistada em 21/05/2012.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, v. 11, n. 31, p. 37-49, dez. 1997.

BORGES, Maria Celma. *Desejo do roçado ao sonho da liberdade*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sessão Três Lagoas, ano 6, n. 10, nov. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, p. 122-155.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

FALCHI, Edna de. *Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Rural Sul Bonito em Itaquiraí/MS: o assentamento como lugar de reconstrução do modo de vida*. In: ALMEIDA, Rosimeire Aparecida (org). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia - as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral, MS*. Dourados: UEMS/UFMGD, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, v. 15, n. 43, p 185-206, dez. 2001.

RUA, Maria da Graças; ABRAMOVAL, Mirian. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Unesco, 2000.

SHANIN, Teodor. *Lições camponesas*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

JOVENS DO ASSENTAMENTO SEBASTIÃO ROSA DA PAZ, JUTI - MS: O DILEMA ENTRE FICAR OU SAIR¹

*Alice Araújo do Nascimento
Rosângela Fátima Correa Ávila
Julio Cezar de Souza Alvarenga*

O assentamento estudado recebeu o nome de Sebastião Rosa da Paz em homenagem a um sindicalista que nasceu em outubro de 1937 no município de Catalão, Goiás. Grande líder religioso, com o passar do tempo percebeu que sua luta teria de ser ampliada, e então decidiu participar de outros organismos como sindicatos e partidos políticos. Seu objetivo era fortalecer e organizar a classe trabalhadora em busca de maior justiça social. Em 1980, Sebastião, sua esposa Isaura e seus filhos, se mudaram para o município de Uruaçu, em Goiás, onde ele se tornou uma liderança muito forte e criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais naquela localidade, e do qual foi eleito presidente. Também foi articulador para a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT - em Goiás, uma das primeiras no Brasil. Devido à sua integridade e coragem, despertou o ódio de fazendeiros e policiais, sendo assassinado ao lado de sua esposa e de sua filha no dia 28 de agosto de 1984. Este foi mais um crime contra trabalhadores rurais que ficou impune.

O Assentamento Sebastião Rosa da Paz está localizado ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, aproximadamente a 100 quilômetros da fronteira com o Paraguai. Nasceu de um pequeno acampamento conhecido como acampamento da CUT, e contava com cerca de 100

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz Faisting.

famílias que, após várias e intensas lutas que duraram mais ou menos três anos, ali se instalaram. A antiga fazenda São João, desapropriada em 2000, era uma área improdutiva que se encontrava hipotecada e mergulhada em dívidas. No início, foram assentadas apenas 50 famílias, e atualmente o assentamento conta com um número maior de famílias em decorrência dos agregados. Nele residem povos oriundos de várias regiões, tanto de outros Estados como descendentes de paraguaios e argentinos.

As principais fontes de renda dos assentados são a produção do leite, a apicultura e a agricultura, especialmente, milho, feijão, mandioca, amendoim e cana-de-açúcar para produção de melado e rapadura. É uma preocupação do/as assentado/as produzirem principalmente para subsistência, sendo o excedente comercializado. Esse comércio começou a ser mais valorizado pela população do município após a criação da “feirinha”, como é chamada a feira dos agricultores familiares dessa localidade.

Para a produção de subsistência, o/as assentado/as contam ainda com pomar, horta e campineiras para o gado. É importante ressaltar que na horta está incluído o cultivo das ervas medicinais tanto para as pessoas como para os animais, e também registrar o interesse de algumas famílias em trabalhar com a produção orgânica. A APOMS – Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – tem auxiliado o/as produtores/as nesse sentido. A imensidade de pragas e doenças existentes, principalmente pela prática da monocultura na região, torna tudo muito difícil e todo o apoio torna-se fundamental. Outra fonte de renda ainda não explorada é o potencial turístico que o Assentamento possui, pois nele está localizada a cachoeira do chamado Salto Pirapó.

Por estar localizado na divisa de dois municípios – Juti e Amambaí –, ressaltamos que muitas políticas públicas deixam de ser implementadas no Assentamento, pois tanto um município quanto o outro se isenta desta responsabilidade, o que acarreta prejuízos sociais para as pessoas que ali residem, causando frustração principalmente entre a população

jovem. Foi nesse sentido que entendemos importante considerar as razões apresentadas pelos/as jovens que vivem no assentamento estudado para ficar ou sair do campo. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi refletir sobre quais os principais fatores que levam os/as jovens do campo, em dado momento de suas vidas, a se afastarem de suas famílias e também do “pedaço de terra” pelo qual lutaram. Para alcançar tais objetivos, utilizamos como metodologia a observação do cotidiano dos/as jovens, o que foi facilitado pelo convívio que já temos com os/as mesmos/as, uma vez que também residimos no Assentamento. Além disso, utilizamos a literatura sobre o tema e realizamos entrevistas com alguns jovens.

Ressaltamos que, como moradores/as do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, há mais de 10 anos, convivemos com essa situação, e isso nos motivou a escolher este tema para o desenvolvimento de nosso trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Ciências Sociais – PRONERA/ UFGD. O fato de presenciarmos nosso/as jovens indo embora nos causou certa inquietude, que nos fez pensar em várias questões sobre os motivos reais de os jovens estarem desistindo da vida no campo.

O dilema entre ficar ou sair do campo tem sido bastante estudado por outros pesquisadores, pois representa um grande desafio para o fortalecimento da reforma agrária, bem como para a própria sobrevivência das famílias no campo. Constantemente ouve-se que a “juventude é o futuro da nação”. Sendo assim, pode-se dizer que o jovem do campo também deveria ser pensado como o futuro do campesinato. Mas percebemos que esse futuro pode estar ameaçado, pois a juventude migra cada vez mais para a cidade em busca principalmente de inclusão social, já que a mesma não é encontrada no campo de forma concreta e eficaz.

Com essa pesquisa, pudemos compreender melhor tal problemática, bem como suscitar possibilidades de melhorias na qualidade de vida que favoreceriam a permanência desses/as jovens no

campo. O desenvolvimento deste trabalho nos possibilitou ainda pensar que existem alternativas para mudar a realidade vivida pelos/as jovens do campo. Alternativas que venham ao encontro das necessidades dos mesmos, tanto no campo financeiro quanto no campo social, podendo, assim, fundamentar melhor sua liberdade de escolha.

A reforma agrária e o Assentamento Sebastião Rosa da Paz

A estrutura agrária do Brasil é composta por grandes latifúndios, tornando-o, assim, um país com grandes extensões de terras, mas também com graves problemas sociais. Tais problemas vêm se arrastando há vários séculos; desde a abolição da escravatura já se fazia necessária a reforma agrária, visto que, junto com a liberdade dos negros, acentuaram-se ainda mais as desigualdades sociais e a discriminação racial. Como tirar o sustento, se a terra, a única ferramenta com a qual sabiam trabalhar, se torna cativa dos senhores? “Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver!” (BALDUINO, 2004, p. 25). E não só os negros, mas os chamados “pobres livres” também foram vítimas de um processo cruel de exclusão social. A falta de uma política correta, no momento certo, teve resultados desastrosos. Tudo o que presenciamos ainda hoje são resultados, entre outros, de uma política pensada para uma minoria:

Com a edição da lei de terras de 1850, determinando que o acesso à terra só se faria mediante compra ou herança, os negros, na fuga das senzalas, ou já usufruindo da abolição da escravatura, empreenderam discretamente o caminho da ocupação das terras mais distantes e por lá foram se estabelecendo (BALDUINO, 2004, p. 22).

Oliveira ressalta ainda que:

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantir o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001, p.187).

Esses grupos compostos pelos negros há pouco “libertos” e os “pobres livres” passaram desde então a viver em situações de vulnerabilidade, sempre às margens da sociedade, pessoas desprovidas de condições para viver uma vida com dignidade. Hoje ainda percebemos essa triste realidade na sociedade brasileira, sombras de um passado no qual os termos igualdade e inclusão nem sempre fizeram parte da pauta dos políticos e governantes.

Essas práticas, comuns em todo o país, não se deram de forma diferente no antigo Estado de Mato Grosso. Durante o governo Vargas, uma das saídas para minimizar esses problemas sociais causados pela exclusão da terra, aliada aos objetivos de ocupação e defesa das fronteiras, foi dar sequência à construção da linha férrea que ligava o território de Ponta Porã à área mais central do Estado e, conseqüentemente, ao país:

Podemos, portanto, dizer que também a conclusão e a ampliação da Noroeste, nessa época, foram delineadas como um dos implementos integrantes da *Marcha para Oeste* desencadeada pelo Estado Novo, que visava ao desbravamento, à ocupação econômica e à segurança interna na fronteira (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Assim, a preocupação de Vargas era, entre outras questões, povoar o território mato-grossense e, para isso, precisava contar com o camponês.

Para tanto decidiu criar o território de Ponta Porã, impedindo assim que a Cia. Mate Laranjeiras, que desde 1882 explorava os ervais da região, continuasse dominando esses ervais. Com isso, Vargas poderia alcançar outro objetivo, que era o de fazer reforma agrária na região:

A hipótese de que Vargas ao criar o Território Federal de Ponta Porã, visando consolidar o projeto colonizador, eliminou as possibilidades de novo arrendamento das terras - onde se encontravam os ervais - para a Cia. Mate Laranjeira é pertinente. Isto porque a partir desse decreto a área fronteira passou a tomar outras formas, facilitando assim a ação do governo federal, sobre ela. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), por exemplo, situada no novo território federal, veio confirmar as intenções governamentais nesse sentido (OLIVEIRA, 2002, p. 15).

É dentro desse contexto que, na década de 1950, a região de Dourados recebe muitos imigrantes, devido a todo esse processo ocorrido na região e à retomada das terras usadas pela Cia. Mate Laranjeiras. Segundo Arruda, “a área arrendada então ultrapassava a casa dos cinco milhões de hectares, possivelmente um dos maiores arrendamentos do período republicano”. (ARRUDA, 1997, p. 34). Vargas então consegue resolver dois problemas, ou seja, retomar as terras e iniciar um processo de reforma agrária na região, colonizando a fronteira. Com isso, o governo consolida o projeto de colonização e cria a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados). Contudo, concretamente a reforma agrária² só se deu a partir da década de 1980 e, no decorrer de todo este processo, vieram várias outras formas de assentamentos rurais. Finalmente, em 2001, surge o assentamento Sebastião Rosa da Paz, o primeiro localizado entre os municípios de Juti e Amambaí.

2 O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi formulado em 1985, e o 2º em 2004.

O Assentamento Sebastião Rosa da Paz e o dilema do/as jovens entre ficar ou sair

Quando foi criado em 2001, o Assentamento Sebastião Rosa da Paz era um local onde havia muitas crianças e jovens. Podemos dizer que, das 50 famílias ali assentadas, pelo menos 40 tinham no mínimo dois filhos. Havia ainda famílias com até cinco filhos, na época com idade entre 15 e 22 anos. Hoje a realidade do assentamento é outra. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi tentar compreender a situação desses jovens e o dilema pelo qual eles passam entre ficar ou sair do assentamento. São momentos de reflexão, pois estão em busca de autonomia e responsabilidade, principalmente, em relação à autonomia financeira. Essa busca gera conflitos íntimos, muitas vezes acompanhados de medo e incerteza. Para alguns, a permanência nos lotes é um meio de garantir a sua independência, pois conseguem conciliar com a família mecanismos para a estabilidade financeira de ambos. Para outros, contudo, a saída se constitui no único mecanismo de garantir essa mesma independência. Uma das formas que possibilitou a produção deste trabalho foi a constante observação do relacionamento que os/as jovens mantêm com suas famílias e com o meio em que vivem. Para tanto, utilizamos como ferramenta principal, além da observação, entrevistas e rodas de conversas com os/as mesmos/as.

Uma das jovens entrevistadas, de 20 anos, com ensino médio completo e sem possibilidade, no momento, de cursar o ensino superior, diz o seguinte:

O que me faz ficar aqui é o fato de gostar muito do sítio e também por ter sido criada na área rural. Aqui é mais calmo, então pensando assim não tenho vontade de sair, mas por outro lado aqui não tem nenhuma política pensada para o jovem. Deveria ter algo que possibilitasse nossa permanência com nossa família e ao mesmo tempo nos possibilitasse autonomia financeira. Hoje sou totalmente dependente de meus avós, tenho vergonha de

falar, mas é a realidade. Muitas vezes preciso de coisas e tenho que pedir para eles e nem sempre podem me dar, causando assim uma situação muitas vezes embaraçosa tanto para mim quanto para eles. (Rosângela, PA Sebastião Rosa da Paz, 18/04/12).

Para aquele/as que não conseguem se manter financeiramente no assentamento e optam por buscar melhores condições na cidade, observamos que muito/as dele/as, ainda assim, não se desapegam do aconchego da família, da terra, e do lazer ali proporcionado desde a sua infância. É o que manifesta outra entrevistada, filha de assentado, 19 anos e com ensino médio completo.

Não consigo nem imaginar a possibilidade de ter que voltar a viver na cidade. Creio que eu me identifico com o sítio, pois eu amo viver no campo. Minha vida é lá no campo, mesmo depois de casada espero que continue assim. Apesar de tudo isso, por mais estranho que possa parecer, não me sinto uma camponesa. Penso que talvez pelo fato de não ter havido um contato direto com a terra durante minha infância. Quando vim para o sítio tinha dez anos, então não consigo me ver mexendo com a terra nem com os bichos. Eu me sinto uma dona de casa, portanto as atividades domésticas é o trabalho que realizo com prazer. (Thais, PA Sebastião Rosa da Paz, 18/04/12).

Esse depoimento demonstra que existem pensamentos diferenciados em relação à importância da vida no campo, pois o que se vê são formas diferentes de construção de identidades. Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebemos que a juventude consegue se movimentar dentro do conceito do que é ser jovem camponês, mesmo aqueles que não se sentem como tal. Essa subjetividade de cada um contribui para a auto-afirmação de como cada jovem se vê dentro de sua comunidade, formando, assim, sua identidade.

Identidade é a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências... não apenas

o homem enquanto um conjunto de papéis de valores, de habilidades, de atitudes etc. (BOCH, 2002 p. 145).

É importante analisarmos o dilema pelo qual esses jovens passam. Seu modo de pensar, de viver, seus valores, às vezes, passam a ser repensados, reavaliados, reorganizados. Notamos que em muitos casos o maior dilema do/a jovem no momento de sair acontece principalmente pelo valor simbólico dado a tudo que permeia seu viver no assentamento, concepções de vida que foram sendo construídas paralelamente à construção física do seu espaço. No momento da decisão, todo este contexto é (re)pensado e a dúvida persiste entre o que gostaria de fazer e o que precisa ser feito. A afinidade desenvolvida nos relacionamentos tanto de pessoa para pessoa, como das pessoas em relação ao mundo que as rodeia é, em seu modo de ver, essencial para se ter vida. Esse relacionamento é definido por Boff:

Cuidar das coisas implica ter intimidade, senti-las dentro, acolhe-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele. A razão analítico-instrumental abre caminho para a razão cordial, o *esprit de finesse*, o espírito de delicadeza, o sentido profundo. A centralidade não é mais ocupada pelo *logos** razão, mas pelo *pathos** sentimento. Este modo de ser-no-mundo, na forma de cuidado, permite ao ser humano viver a experiência fundamental do valor, daquilo que tem importância e definitivamente conta. Não do valor utilitarista, só para o seu uso, mas do valor intrínseco às coisas. A partir desse valor substantivo emerge a dimensão de alteridade, de respeito, de sacralidade, de reciprocidade e de complementaridade. (BOFF, 2003 p. 96).

Nessa perspectiva da identidade, podemos observar a dificuldade dessa juventude que se vê obrigada a fazer escolhas. Essa escolha tem dois extremos apenas, ou seja, é ficar ou sair. E nesse momento esses valores em relação a tudo o que foi construído, muitas vezes, moldado com as próprias mãos, agora não será mais prioridade em suas vidas. É

importante ressaltarmos ainda que o apego destes jovens ao local onde vivem está além do fator exclusivamente econômico, embora esse aspecto seja importante. Ou seja, o apego nesse sentido envolve subjetividades, sentimentos e não somente apego aos bens materiais.

O que se percebeu, em muitos casos, é que o/as jovens não conseguem romper o laço campo/cidade de forma definitiva. Isso se dá geralmente não só porque seus familiares continuam morando no assentamento, mas pela forma de vivência construída até então. Ao ser questionado sobre isso, outro entrevistado de 24 anos, que cursou até o oitavo ano em escolas da cidade, pois no assentamento não havia escola, argumenta o seguinte:

Já sai de casa três vezes para continuar meus estudos e conseguir uma profissão, mas não deu certo, sempre voltei para o assentamento. Na última vez voltei na tentativa de conseguir meu próprio lote. Hoje financeiramente a situação não está muito boa, mas não gostaria de sair daqui, sou feliz por estar com minha família, aqui tenho amizades, consciência de comunidade, boteco com mesa de sinuca, campo de futebol, o rio com a cachoeira, aqui pra mim tá dez! Sempre que eu saia minha mãe não concordava com a ideia, mas permitia a minha saída. Quando eu estava na cidade eu sentia muita saudade de casa, pois a vida aqui é mais saudável, temos mais responsabilidades. (Vagner, PA Sebastião Rosa de Paz, 10/05/2012).

O fato de os pais não apoiarem a decisão dos filhos de saírem do assentamento, mas acabarem aceitando, também é constatado por Yamin e Mello:

Como consequência, tal decisão gerava uma contradição: o trabalho por eles desempenhado era imprescindível ao lote familiar, considerando a chegada da velhice dos responsáveis, mas a impossibilidade de assalariamento e a pouca extensão da terra os impulsionava a buscar outros rumos às suas vidas. (YAMIN; MELLO, 2010, p. 55).

Percebemos que no momento de sair há muita dúvida e insegurança, mas quando os mesmos já estão na cidade qualquer contratempo torna-se motivo de retorno para a casa, mesmo que esse retorno seja temporário.

Em contraste com todo esse processo de migração para a cidade, há também o/a jovem que, apesar das dificuldades, resiste e consegue permanecer no assentamento. Há também o jovem que sai, mas com a certeza de regressar, ou seja, sai em busca de conhecimento que futuramente se tornará uma ferramenta para continuar a viver no campo de forma digna junto com seus familiares. Algum/as jovens trazem em seu modo de vida características acentuadas sobre a vida camponesa, características essas que determinam a forma de viver, como afirma uma das entrevistas que se formou em curso de técnico agrícola pela Escola Família Agrícola de Itaquiraí, e atualmente está cursando o ensino superior em Agronomia em Dourados.

Apesar de não ter participado do acampamento de forma direta, meus pais sempre trabalharam e moraram em fazendas e nossa vida foi muito difícil. Quando surgiu a possibilidade de passar de empregado da fazenda para assentado meu pai reconheceu a oportunidade de finalmente se firmar numa terra que seria sua. Hoje temos muita coisa que se morássemos na cidade não teríamos, principalmente em relação à alimentação. Mesmo residindo na cidade a minha casa é aqui, foi aqui que passei minha infância. O fato de ter vivido no campo ajudou muito na minha formação enquanto cidadã, me possibilitou ter princípios e valores que provavelmente na cidade eu não teria. O fato de ter sido criada no campo contribuiu para a formação do meu caráter associada ao conhecimento que meus pais já traziam consigo. Pretendo me formar e voltar com conhecimento suficiente para trabalhar na nossa terra. (Valdinéia, 04/05/2012).

Entendemos aqui o quão importante é a escola agrícola e o quanto a mesma contribui no momento de formar o pensamento de jovens do campo, quando se fala em lugar de viver. Percebemos, neste

momento, a importância de uma educação voltada para a realidade do campo, valorizando o seu modo de vida, sua cultura e acima de tudo o seu conhecimento. Como ressalta Ghedini (2009),

A criação dos *assentamentos* rurais, decorrente dos conflitos no campo, no Brasil, sempre estabeleceu uma estreita relação com as práticas de *alfabetização*, à medida que, para os trabalhadores, ela é considerada como uma das ferramentas para a concretização do projeto almejado. Essa meta é observada em muitas experiências exitosas, que confirmam a contribuição social de um trabalho educativo pautado na realidade dos educandos – como as iniciativas da Escola Ativa, das Escolas Famílias Agrícolas, das Casas Familiares Rurais (BRASIL, 2003). Tais ações almejam uma escola que estabeleça (...) uma relação com o desenvolvimento, supõe também que os sujeitos, que vivem e trabalham neste espaço, compreendam o campo como um lugar de viver e reproduzir a existência e não apenas de produzir para o mercado. (GHEDINI, 2009, p. 39).

Notamos em muitos momentos que os/as jovens vêm em sua própria saída do assentamento uma forma de futuramente conseguirem voltar, conciliando uma vida digna no campo com direitos como educação, trabalho, renda, saúde. Ou seja, mesmo saindo do assentamento, esse/as jovens não consideram isso uma ruptura com suas raízes, porém esse momento é encarado mesmo como uma estratégia para permanecer no campo. Aliado a tudo isso, há o fator cultural já incorporado, pois trazem consigo uma bagagem cultural que difere da vida encontrada na área urbana. Tudo isto faz parte da cultura do jovem assentado, cultura esta que é transmitida pelos pais e avós, reafirmando, assim, suas identidades.

[...] a cultura é um extenso e contínuo processo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências, não somente de um indivíduo, mas, sobretudo de um grupo social. No entanto, cada grupo identifica-se a determinada cultura, com diferentes características (MACHADO, 2002, p.31).

O que podemos perceber, na maioria das entrevistas, é que nem sempre os jovens querem realmente sair do assentamento. Geralmente, não encontram alternativas e, por isso, são forçado/as a criar possibilidades para uma vida digna e alcançar sonhos que a maioria dos/as jovens tem. Tal situação é também influenciada pelo fato de a reforma agrária não corresponder, enquanto políticas públicas, às necessidades desse grupo. Apesar disso, muito/as jovens se sentem felizes no assentamento. É o que afirma outro entrevistado, 20 anos, casado e com ensino médio incompleto, que optou por construir sua casa no assentamento e continuar morando perto de seus pais como agregado.

Sim, sou feliz e continuaria aqui mesmo se pudesse estudar, fazer uma faculdade, mas custear essa faculdade com renda do próprio sítio. Não quero sair daqui, somente se não houver alternativa. A maioria dos jovens sai daqui principalmente por falta de emprego, ou seja, o jovem não tem renda, a cidade mais próxima também não tem condições de oferecer algo. No meu caso, como eu sou caçula e meus pais já estão de idade, a minha permanência foi uma necessidade e hoje não me arrependo de ter ficado. Pelo contrário, acredito que fiz a melhor escolha e não me vejo morando fora daqui. (Elder, PA Sebastião Rosa da Paz).

Dessa forma, podemos observar que a realidade do jovem que migra para a cidade acontece por falta de alternativas, que deveriam ser oferecidas principalmente por políticas públicas. Esse jovem sai, mesmo que para isso seja preciso abrir mão de sua vida particular e familiar, vida construída de forma conjunta, onde tudo é comum a todos. Essa construção se dá não apenas com os familiares, mas com toda uma comunidade, ou seja, de forma coletiva, no dia-a-dia das famílias que pela proximidade tempo/espaço tudo é partilhado. Essa é uma forma encontrada pelo assentado para transmitir o seu modo de vida de geração a geração.

A flexibilidade da adaptação, o objeto de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Mostra-se também a importância dos princípios e valores a serem repassados a uma geração que de uma forma ou outra será responsável pela terra. Daí a preocupação dos pais, preocupação essa trazida na fala dos filhos, em que os mesmos valorizem não só a terra, mas a luta que originou essa terra. Ainda, segundo a fala do jovem Elder:

Quando era criança, pensava que era loucura, passar fome, frio, problemas de saúde, enfim todo tipo de privacidade, morar em barraco de lona à beira das estradas. Hoje penso diferente. Sei que tudo fez parte de uma luta e tudo o que temos foi conseguido após sermos assentados. Hoje vivemos bem, optamos por um estilo de vida que seria impossível ter se morássemos na cidade. Aprendi a amar e valorizar o que construímos. (Elder, PA Sebastião Rosa da Paz).

Conseguimos perceber nessas entrevistas que são vários os pontos abordados pelos jovens, tanto para ficar quanto para sair do assentamento. Existe o jovem que consegue ver todo esse processo de luta e permanece, e há o jovem que, apesar de não ter conseguido permanecer no assentamento, consegue identificar as causas de sua saída. De acordo com outro entrevistado, 19 anos, que está cursando o primeiro ano do curso superior de matemática, as causas da saída são as seguintes:

Em relação à educação, aqui não existe, até mesmo a escola de ensino fundamental foi fechada. Em minha opinião isso não poderia ter acontecido, deveria ter sido recuperada. Em relação à família, penso que a mesma deve ter participação na vida dos

jovens, pois ela é a estrutura, ou seja, a base principal para qualquer jovem. Penso que se a causa da saída dos jovens do assentamento é falta de alternativas como educação e trabalho deveriam ser pensados políticas de acordo com nossa realidade. A educação, por exemplo, deveria trazer cursos que viesse de encontro com as necessidades do camponês. Tem que haver uma reeducação para que usem a ferramenta que tem, ou seja, a terra. Penso que os assentados muitas vezes trabalham de forma errada, não sabendo aproveitar bem os espaços. (Fábio, PA Sebastião Rosa da Paz).

Esse depoimento confirma a preocupação dos/as jovens no intuito de terem melhores condições para a permanência no campo, de modo que sejam implementadas políticas públicas e, assim, não tenham que se deslocar para a cidade.

Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico, para com ele compatibilizar o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem vindo. Tanto no âmbito do Estado e das políticas públicas quanto no âmbito da sociedade civil. Seria igualmente perverso recusar a diversidade das inspirações e das ações de intervenção na realidade problemática. (MARTINS, 2002, p. 9).

Em síntese, constatamos através desta pesquisa que existem muitas razões que instigam o/a jovem do campo a migrar para a cidade. A falta de políticas públicas voltadas para a população jovem pode ser uma delas, mas é preciso ressaltar que esse/as jovens não vivem sozinhos. Logo, essas políticas não podem ser pensadas de forma isolada do seu contexto, pois os problemas não se limitam à juventude, mas à família e à comunidade, e se agravam ao longo da vida, na adolescência e na fase adulta.

No Brasil, segundo os dados do censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), temos cerca de 8 milhões de jovens

morando em regiões rurais. Diversos estudos, no Brasil e em outros países, apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de jovens do campo rumo às cidades. O que torna a questão foco do debate atual é o contexto da política de Reforma Agrária que vem sendo implementada no Brasil desde 1985. (CASTRO, 2012,p. 442)

Portanto, podemos dizer que a problemática é bem mais extensa e complexa. Ou seja, não se deve tratar a questão como apartada das dificuldades enfrentadas pelos/as pequenos/as produtores familiares que hoje compõem o universo de produtores assentados.

Considerações finais

Nosso principal objetivo, ao escrever este artigo, foi tentar encontrar respostas à angústia de presenciar o êxodo da juventude do assentamento Sebastião Rosa da Paz para a cidade de forma tão intensa. Em nossa percepção, essa juventude abandonava o campo atraído pela vida urbana ou em busca de aventuras. Acreditamos que essa forma de ver não é exclusivamente nossa, mas de vários outros pesquisadores interessados no tema. Esse é um tema que tem se tornado objeto de pesquisa para vários estudiosos.

Ao nos depararmos com várias situações relacionadas a esse/as jovens, quando é chegado o momento de escolher entre ir ou ficar, percebemos o quão grande torna-se esse desafio para o/as mesmo/as. Foi através de observação acerca de diversos fatores como a falta de trabalho, educação, entre outros, vividos pelos/as jovens no assentamento pesquisado, que pudemos abrir um leque de possibilidades.

Um dos fatores observados no decorrer da pesquisa foi com relação à condição econômica, pois as famílias permaneceram por um longo tempo em acampamentos, e quando receberam a terra já estavam vulneráveis financeiramente. Assim, à ausência de políticas públicas e

a demora na liberação dos financiamentos geraram tais instabilidades e levaram, muitas vezes, o/as jovens a optarem por sair do campo. Observamos que boa parte dos/as jovens, que não reside mais no assentamento, provém dessas famílias, pois não conseguiram a própria autonomia financeira no campo, tendo que buscar alternativas na cidade, ainda que muito/as argumentem que essa busca fora do assentamento é justamente para investir no lote.

O que se percebe também é que há falta de integração entre campo e cidade. A maioria das políticas públicas é pensada e voltada para o meio urbano e, com isso, o campo fica desprovido de meios que propiciem a permanência do/a jovem, causando o dilema entre sair ou ficar.

Percebemos também que muitos jovens buscam trabalho na cidade com a finalidade de estudarem, pois não há meios de transporte do assentamento para as universidades. Essa preocupação com o estudo, para muitos, também tem como finalidade o seu retorno a terra. Por isso, pensamos que a ida do jovem para a cidade pode ser entendida como estratégia para voltar ao campo e viver com dignidade, aplicando no campo os conhecimentos aprendidos. Com efeito, muito/as desses/as jovens saem para trabalhar e estudar contrariados, por deixarem seu convívio familiar, mas qualquer data comemorativa é um motivo para estarem novamente em seu convívio familiar e desfrutarem dos prazeres oferecidos pelo assentamento.

Além das políticas públicas nas áreas de educação e lazer principalmente, outra possibilidade favorável à permanência do/a jovem no campo seria o desenvolvimento do turismo nessa localidade. É do conhecimento de todos os moradores o grande potencial turístico na região, com existência de dois saltos maravilhosos no Rio Amambai: o Salto Pirapó e Salto Itú. Há, ainda, a mata com córregos que desaguam no Rio Amambai, com possibilidades para trilhas e passarelas sobre o Salto Pirapó, ligando o assentamento ao

município de Juti, diminuindo a distância entre os dois em mais de seis quilômetros.

Finalmente, destacamos que não foi objetivo deste trabalho oferecer soluções definitivas sobre o dilema entre ficar ou sair por parte do/as jovens do assentamento estudado, uma vez que compreendemos que este fenômeno envolve muitos fatores e um grau de subjetividade difícil de diagnosticar. Contudo, pelas nossas observações, convívio e conversas com algum/as desses jovens, alguns dos fatores relacionados a esse fenômeno puderam ser percebidos, os quais consideramos importantes e que precisam ser aprofundados.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagoas-MS, v. 1, n. 3, ano 3, maio 2006.

_____. *O sentido da terra camponesa: práticas de distinção*. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA e IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2007, Londrina. Anais... Londrina, 10 a 14 de outubro, 2007.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiase. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: UEL, 1997.

BALDUINO, Dom Tomas. *O campo no século XXI território de vida, de luta e de construção da justiça social*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI: terra de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números*. Estudos Avançados, 11, 31, p. 47, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Problemas ligados à cultura das classes pobres*. In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1988.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude do campo*. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. *Nós, cidadãos aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida, uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1983.

_____. *O cativo da terra*. 7 ed. São Paulo: Hucitec. 1998.

MENEZES, Ana Paula. *Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados*. Revista História em Reflexão. Dourados, v. 5, n. 9, p. 2, jan/jun. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados. São Paulo, 15, 43, p. 187, 2001.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *O estado e a nova nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso*. Fronteiras: Revista de História. Campo Grande: UFMS, n. 1, 1997)/ A Universidade, v.6, n.12, p. 14 e 15, 2002.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima; BARROS Adriano de Sousa. In: XIV Ciso - *Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009, Recife*. Anais... Recife, 2009.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINE. João Edmilson (Org.). *Campesinato e território em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidática Série Poder).

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 1997, p. 08-18, 19-58.

YAMIN, Giana Amaral; MELLO, Roseli Rodrigues de. *A divisão territorial no Mato Grosso do Sul e a construção de muitas infâncias*. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. Campo Grande, v.15, n. 29, p.197-216, jan./jun. 2009.

_____. *Ruim é copiar, é escrever*”: a escola para as crianças assentadas. Revista ACOALF Aplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa. São Paulo, ano 4, n. 8, 2010. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.

SÍLVIO RODRIGUES: HISTÓRIA DE VIDA E LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL ¹

*Edmilson Marques dos Santos
José de Oliveira
Rosana dos Santos
Vilma Martins de Oliveira Silva*

*Eu estou aqui, agora aqui é minha morada.
Aqui eu passo as horas, os minutos e os segundos
Sabendo que é definitiva a minha estadia.
Nunca tive a paciência de ficar tanto tempo parado.
Sem conseguir me mexer
Mexer na luta do povo
Na caminhada da transformação
Encontrar um novo jeito de melhorar a vida de muita gente
Que às vezes não sabe a diferença dessa melhora
Que é de ter terra para plantar
Local para trabalhar e também sofrer para valorizar.²*

Essa poesia trata de militantes³ que acreditam em um novo jeito de viver e na transformação social através do processo de Reforma Agrária. Esse processo vem sendo discutido e construído a cada dia

1 Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob orientação do Prof. Ms. Fabiano Coelho.

2 Tadeu Morais Delgado, poesia dedicada a Sílvio Rodrigues, 2000.

3 Militantes. Segundo Coelho (2010, p. 122), ao analisar documentos do MST, militantes são os sujeitos que dão sustentação e organicidade ao Movimento. Ou seja, são pessoas experientes e conscientes das lutas que desenvolvem na organização. Os militantes têm a tarefa de ser o vínculo entre a Direção do MST e a sua base. Isto é, ser o elo com os milhares de pessoas que integram o Movimento nos acampamentos e assentamentos.

pela luta dos movimentos sociais do campo que se deparam com os impasses e embates criados pelas oligarquias dominantes.⁴ Na década de 1980, a luta dos trabalhadores avançou em todo o país e no Estado de Mato Grosso do Sul não foi diferente. O início se deu com as ações dos trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários que haviam sido expropriados de suas terras ou tinham perdido seus postos de trabalhos no campo. Estes se organizaram formando grandes acampamentos. Em um contexto de intensos conflitos sociais no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu oficialmente em janeiro de 1984.

A luta pela terra agrega milhares de pessoas. Grande parte dessas pessoas, ao acreditar na mudança social, acaba distante de suas famílias e segue como militantes, contribuindo com os caminhos e os descaminhos que envolvem a luta pela terra. Nesta perspectiva, a proposta deste artigo é refletir sobre alguns aspectos que marcaram a trajetória de vida do militante Sílvio Rodrigues, enfatizando sua importância no contexto histórico da luta pela terra e da formação do MST no Estado de Mato Grosso do Sul. Por meio de referências bibliográficas, produção e análise de entrevistas com pessoas que conheceram e conviveram com Sílvio Rodrigues, como também análise de imagens, jornais e textos escritos relacionados à sua pessoa, buscamos entender suas ações e ideais no contexto da luta pela terra.

Salientamos que este trabalho tem um “caráter biográfico”, por refletir algumas questões da luta pela terra a partir de uma pessoa, no caso, Sílvio Rodrigues, embora não seja propriamente uma biografia. Conforme Vavy (2006, p. 204), a biografia pode ser entendida como “narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem”. No que tange às entrevistas, Portelli

4 Oligarquia agrária: modelo político concentrador de terra e renda, em um Estado onde os interesses sociais de grande parte da população são deixados de lado, sendo que é feita para garantir interesses políticos e econômicos de pequenos grupos privilegiados.

(1997, p.15) lembra que recorrer a fontes orais não é obter objetivamente do entrevistado “sua verdade”, como se a memória fosse um depósito de acontecimentos, mas saber que o narrador tem papel ativo no processo de rememoração e, portanto, na criação dos significados, como reforça o autor:

A utilidade das fontes orais para o pesquisador não repousa tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma as suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, 1997, p. 3).

Fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e escrever sobre a trajetória de vida de um militante é um grande desafio, pois fazemos parte desta história, do processo de formação do militante e de sua trajetória na luta pela terra. O militante se forma na prática, fortalecida pela teoria. Assim, é preciso dizer que, enquanto sujeitos históricos e pesquisadores, participamos juntos da formação de militantes e juntos nos tornamos militantes. Nessa prática, buscamos a mudança da realidade e, assim, a nossa própria mudança. Conforme escreve Konder, baseando-se nas teorias de Marx, “a práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos” (1992, p. 115).

Cumpramos lembrarmos que, desse modo, o envolvimento com Sílvio como militante junto aos autores dificulta o distanciamento necessário para algumas análises. Apesar de não existir a “neutralidade científica”, buscamos, como sugere Japiassu, “critérios de objetivação”. Escrevemos sobre a trajetória de vida de Sílvio sem deixar de falar de sua importância, de sua história, com seus acertos e erros, vícios e virtudes. Como salienta Japiassu: “a atividade científica não pode ser considerada como um templo sagrado. Ela é uma atividade humana e social como

qualquer outra. Está impregnada de ideologias, de juízos de valor, de argumentos de autoridade, de dogmatismos ingênuos” (1976, p, 24-25).

Ao estudar trajetórias de vida, é possível visualizarmos outras possibilidades de compreensão do processo da luta pela terra. Com esse tipo de estudo, tem-se a possibilidade de recuperar as experiências vividas e as ações daqueles que contribuíram de forma voluntária para o processo de emancipação humana, rompendo com a ordem capitalista,⁵ buscando condições dignas de vida. Nessa direção, ao discutirmos aspectos da biografia de um militante, é possível entender que: “a memória autobiográfica se apóia na memória social, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral”. (HALBWACHS, 1994, p. 55).

Conhecer os lutadores, os pensadores, os participantes e os intelectuais orgânicos da luta pela Reforma Agrária e aprender com eles é importante para evitar os erros do passado. Talvez seja a certeza de que estamos no rumo certo, valorizando o trabalho e a luta dedicada à causa do povo, bem como buscando reconhecer a importância da militância e sua contribuição na luta pela terra. A trajetória de vida do militante Sílvio Rodrigues e sua formação dentro de um movimento social vem contribuir com a construção e o entendimento da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. É relevante ouvir as pessoas que viveram os processos de luta pela terra, pois a história tem a possibilidade de mostrar não apenas a vida dos heróis e das figuras públicas, mas a do homem comum, que nem sempre tem a oportunidade de falar sobre sua vida, suas lutas e seus sonhos. (BORGES, 2004).

Assim, ressaltamos a importância do registro de histórias de pessoas que não são contempladas pela história oficial: “a memória

5 É o modo de produção baseado na concentração e centralização da riqueza e da renda que exclui, na atualidade, uma grande parte da classe trabalhadora do próprio sistema formal da produção, ao mesmo tempo em que amplia cada vez mais o número de sujeitos relegados à informalidade do mundo do trabalho. Ver: TRANSPADINI, Roberta. Apresentação. In: MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

abre possibilidades de registro daquilo que não está visível ou, às vezes foi ‘apagado’ pelo sofrimento e até pela necessidade de que o convívio ficasse no subterrâneo do próprio eu”. (FARIAS, 2006, p. 44). Nesta perspectiva, almejamos com este artigo recuperar memórias que versam sobre a trajetória do militante Sílvio Rodrigues no MST e na luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Também objetivamos evidenciar questões sobre as ameaças de morte que sofria nesse processo até seu assassinato no ano de 2000.⁶

Vidas em movimento

O Estado de Mato Grosso do Sul possui um território de 35.054.800 hectares, em posse dos latifúndios de exploração, com projetos de reflorestamento para fins comerciais, usinas de álcool, lavouras mecanizadas e pecuárias extensivas. (CORTÊZ, 1985, p. 38-39). Sua característica acentuou-se, inicialmente, na exploração de ervais⁷ e na “criação de gado magro com vistas à produção de charque e subprodutos”. (ALMEIDA, 2010, p 111). Sua fundação foi decorrente de uma lei complementar de 11 de outubro de 1977, quando se separou do então Estado uno do Mato Grosso, legitimando-se em 1^a de Janeiro de 1979 como “Mato Grosso do Sul”.⁸

O processo de ocupação em Mato Grosso do Sul é conflituoso, pois sempre existiram grupos indígenas no território, e a disputa por terras era latente. Grande parte dos povos indígenas foi expulsa de suas terras

6 Agradecemos a todos/as aqueles/as que contribuíram com esta pesquisa, pessoas que se prontificaram a colaborar, buscando nas lembranças fornecer-nos informações, fontes e fotos, que propiciaram a elaboração deste artigo.

7 Segundo Almeida (2010, p. 110), a exploração dos ervais era feita pela Companhia Mate Laranjeira, cuja criação foi desencadeada pelo Decreto Imperial, de 1882, o qual concebeu, por arrendamento, a Thomaz Laranjeira.

8 Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm>. Acesso em: 18 abr. 2012.

ou morta pelos chamados bandeirantes,⁹ que vieram em busca de riquezas naturais e, mais tarde, terras para criar gado. É preciso lembrar que o Estado não foi formado pelo princípio da democratização das terras, mas pelo caráter de concentração de terras defendida pela elite dominante. A década de 1970 foi o ápice da retomada da luta pela terra, período em que o Brasil passava pela repressão da Ditadura Militar.

Nessa época, foram organizados diversos e distintos movimentos sociais no campo, que contribuíram com o processo de luta pela terra. Assim, os movimentos sociais organizados deram continuidade à luta pela terra, com novas formas e estratégias de luta. Como ressalta Grzybowski, “as lutas pela terra forjam como classe, diferentes frações do campesinato em clara oposição a ‘expropriação’¹⁰ imposta pela expansão capitalista” (1987, p. 18). Nesse contexto, houve um processo de “modernização do campo”.¹¹ Essa modernização proposta para o campo tinha como pano de fundo a concentração de terra e o intenso êxodo rural. Desta forma, estamos de acordo com Stédile, quando diz que “a concentração da propriedade da terra, que mantém as riquezas naturais, a agricultura e o poder político nas mãos de uma minoria, é uma das principais fontes de injustiças sociais.” (STÉDILE, 1997, p. 3).

Os movimentos sociais surgem devido à concentração, ao avanço e ao desenvolvimento do capitalismo no campo, das contradições desse modo de produção. Entre os movimentos sociais, destacamos o MST, que se apresenta como um movimento importante na luta pela terra, pelos

9 Denominam-se “bandeirantes” os sertanistas de São Paulo que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata, abundante na América espanhola, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeirantes#Bandeirismo>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

10 Segundo Martins, “estamos diante de um amplo processo de expropriação dos lavradores levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas. Apoiadas particularmente nos incentivos fiscais, começam a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra” (1999, p. 46-47).

11 Sobre o processo de “modernização do campo” ver: SILVA, José G. da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

direitos sociais e na busca pela dignidade dos sujeitos. Parafraseando Sader, os sujeitos que integram os movimentos sociais seriam homens e mulheres que, de diversas e distintas formas, procuraram agir no intuito de construir sua própria história. (1988, p. 51). Esses sujeitos buscaram construir projetos coletivos de mudança social, partindo de suas próprias experiências de luta.

A gestação do MST foi fruto de mobilizações e enfrentamentos em várias regiões do país, em especial na região Sul, em que os mesmos começaram a dar um novo rumo aos conflitos e às disputas pela posse da terra. Como destaca Melo, em um texto sobre a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da terra:

Na década de 80 começaram a organizar encontros pelas lideranças para troca de experiências e mobilizações de luta pela terra, a partir de 1984 o Movimento foi se consolidando, período esse de ascenso das mobilizações de massa, quando ocorreu o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), de 20 á 22 de janeiro de 1984, com a participação de cerca de 150 delegados de 12 estados da Federação. (MELO, 2006, p. 115).

O MST é um “movimento de massa”¹² que luta, basicamente, por terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na sociedade. A sua origem encontra-se nas lutas isoladas pela terra no Sul do país, onde ocorreram as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante, em 1979, no Rio Grande do Sul, da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina, e da Fazenda Primavera, em Andradina, São Paulo, ambas em 1980. Também, em 1981, das lutas das famílias acampadas em Encruzilhada Natalina, município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (SILVA, 2004, p. 19-20).

12 Massa. Segundo Coelho (2010, p. 122), ao analisar documentos do MST, o Movimento “massa” são todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens e que pode ou não se mobilizar nas ações de luta pela terra.

Em seu processo histórico, o MST construiu uma organização sólida. A militância, seguindo os princípios organizativos do Movimento, trabalha em algum dos setores que dividem suas ações em: Frente de Massa, Formação, Propaganda/Comunicação, Finanças, Saúde, Educação, Produção, Gênero e Meio Ambiente. Além dos setores, há também as Secretarias em níveis regionais, estaduais e nacional. A militância da “Frente de Massa” é encarregada por trabalhar na entrada da base social do Movimento, agregando famílias advindas, sobretudo, dos bairros da periferia das cidades. Essa militância conscientiza as famílias da injustiça social de que são vítimas, e apresenta a elas uma proposta de melhoria de suas vidas, através da luta na organização do MST.

O MST organiza as famílias em barracos de lonas às margens das rodovias para pressionar as autoridades no cumprimento da lei de Reforma Agrária. Esses “barracos de lona” formam o acampamento. Durante o período em que as famílias ficam acampadas, passam por um processo de discussão de formação política através de oficinas, cursos, seminários com todos os setores do Movimento. Temas importantes como a mística e os valores, a disciplina, a cooperação, a educação, a conjuntura, a comunicação popular são discutidos entre as famílias acampadas.

A maior instância da organização do MST é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos. Os coordenadores e os dirigentes nacionais são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. A organização prefere não rotular alguém com o título de principal dirigente, evitando o personalismo. Assim, adota o princípio da direção colegiada, em que todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade.¹³ O MST tem

13 Essa é uma dimensão e orientação do MST. Não que isso aconteça na prática, sendo que o personalismo pode vir de fora para dentro.

recebido apoio de organizações não governamentais e religiosas do país e do exterior, interessadas em estimular a Reforma Agrária e a distribuição de renda em países em desenvolvimento.

O MST está organizado em 23 estados do Brasil mais o Distrito Federal. Não tem registro no “Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)” por ser um movimento social e, portanto, não é obrigado a prestar contas a nenhum órgão de Governo, como qualquer movimento social institucionalizado ou associação de moradores. O objetivo do MST, segundo Stédile, “é a democratização do acesso à terra, o combate à pobreza e à desigualdade social”. (1999, p. 31).

A ação do MST está voltada para além da luta por ocupações de terras. Nesse sentido, não basta as famílias terem a terra, se não tem como produzirem nela. O Movimento busca formas de ação em defesa da manutenção do homem no campo; luta por saneamento básico, energia elétrica, acesso à cultura e ao lazer, tentando criar condições de estrutura para a vida na terra. Por isso, suas reivindicações estão voltadas a diversas frentes que facilitam a permanência na terra, e assim realizam diversas ações como ocupação de órgãos públicos, caminhadas, passeatas, atos públicos, obstrução de rodovias, dentre outras ações.

No Mato Grosso do Sul, cooperaram com a formação do MST militantes Sem Terra¹⁴ oriundos dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. As principais organizações que se articularam na luta pela terra e contribuíram para a formação do MST foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais. Criada no ano de 1975, a CPT teve participação muito importante nas lutas no campo. Suas atividades estendem-se por diversas regiões do país, apoiadas na Teologia da Libertação e na estrutura de parte da Igreja Católica. A CPT desenvolveu e desenvolve trabalhos de

14 O nome “Sem Terra” com letra “maiúscula” e sem hífen se refere aos sujeitos que integram e lutam na organização do MST.

discussões e reflexões acerca dos problemas sociais não somente no meio rural, mas entre todas as populações excluídas e marginalizadas. Em 1978, a CPT surge definitivamente no cenário das lutas sociais no Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente, na Diocese de Dourados, sul do Estado. A partir de então, passa a realizar vários encontros na região de Dourados, organizando-se de forma mais próxima junto aos trabalhadores rurais, e contribuindo com a formação do MST.

No ano de 1984, o MST iniciou suas ações na luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Aproximadamente mil famílias ocuparam a Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. Na ocasião, houve despejo das famílias pela polícia. As famílias não tendo para onde ir, receberam apoio de parte da Igreja Católica e da CPT, e foram acampar na Vila São Pedro, Distrito de Dourados, até o findar das negociações. Muitas famílias desistiram nesse percurso e outras foram assentadas no Assentamento Padroeiro do Brasil, em Nioaque, em 1985. Nesse ano, os representantes dos Sem Terra do Estado participaram do “I Encontro Nacional do MST”, realizado em Cascavel, Paraná. Também no “I Congresso Nacional do MST”, em Curitiba/Paraná, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul estavam presentes nas atividades do evento.

O ato de ocupar terras pode gerar tensões e conflitos. José de Oliveira, um dos autores deste texto e militante do MST no Estado de Mato Grosso do Sul, há 20 anos, concedendo entrevista a Lérias, narra de forma elucidativa esse processo:

[...] Em 1986, 4.600 famílias brasiguaias foram barradas na fronteira do Estado com o Paraguai, onde cerca de 200 famílias conseguiram acampar em Eldorado e mil famílias foram transferidas provisoriamente para Dois Irmãos do Buriti. A demora no assentamento levou as famílias a ocuparem a fazenda Monjolinho no Município de Anastácio. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária) as transferiu para os Assentamentos Taquaral e Piraputanga em Corumbá, e Casa

Verde em Nova Andradina. Todas estas lutas foram organizadas pelos Sindicatos Rurais e a CPT. Só em 1989 que foi possível realizar a primeira ocupação de terra com 1.280 famílias como MST na fazenda Itasul, em Itaquiraí. Neste mesmo ano o MST organizou mais três ocupações, em Itaquiraí, Jateí, e Bataiporã com mais de 1.100 famílias. Os acampados que estava na Fazenda São Luiz, em Bataiporã, organizaram no final do ano 1989 uma passeata e um ato público na cidade contra o despejo. Em apoio à mobilização, compareceram no comitê Pró-Reforma Agrária, o PT, a CUT, e a CPT. Em 1990, 300 trabalhadores rurais sem-terra realizaram uma marcha de Dourados a Campo Grande na Jornada de Luta pela Terra e Contra o Plano Collor. Resultando na desapropriação de 7.500 hectares de terras.¹⁵

A partir da fala de José de Oliveira, notamos que a ocupação de terras é um método usado pelo MST e por outros movimentos sociais no Brasil. Na década de 1960, foi muito utilizado pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Estado do Rio Grande do Sul, como um método de pressão para acelerar a desapropriação de terras. Nesta direção, nos anos de 1990, o MST expandiu-se por todos os estados brasileiros, organizando-se e realizando centenas de ocupações de terras.

Entre os anos de 1990 e 1995, foram reduzidas as políticas voltadas à desapropriação de terras e à sistematização de assentamentos no Brasil, sendo esse período considerado pelos movimentos sociais do campo como “trágico”. Esse momento histórico foi governado pelos presidentes Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994). Nesse período, foram poucos assentamentos conquistados. Os acampamentos foram combatidos pela polícia, por pistolagens dos fazendeiros e pela impunidade do Estado. José de Oliveira narra alguns momentos referentes às repreensões sofridas pelos trabalhadores rurais sem-terra, em Mato Grosso do Sul, neste período:

Toda hora ia gente presa, foi o período mais triste, foi no governo Pedro Pedrossian. Neste período tinha delegado especial só para cuidar de sem-terra e tem gente que não sabe disso. Foi terrível

15 José de Oliveira. Entrevista realizada por Clodoaldo Lérias, para um trabalho de monografia. Município de Rio Brillhante-MS, em 2006

e aí ficamos cinco anos sem assentar ninguém no Estado. Esse período foi de 1990 a 1995, nele nós não conseguimos avançar.¹⁶

A repressão da polícia concedida pelo aparato do Estado fez com que muitas famílias desistissem da luta e assim enfraquecessem os movimentos sociais na época. Mas essas formas opressivas geraram novas formas de resistências de luta e de organização desses movimentos sociais.

O período de 1996 a 2000 representou a retomada da luta pela terra e de conquistas de assentamentos em todo o Brasil. Nessa ocasião, no Estado do Mato Grosso do Sul, foram criados 97 assentamentos, e surgiram 109 acampamentos, localizados em diversos municípios. Por força das mobilizações, ocupações e diversas lutas, em 2002, havia 45% de famílias assentadas ligadas ao MST (ALMEIDA, 2003). Percebemos, assim, que houve conquistas mesmo com todos os conflitos apresentados na fala de José de Oliveira.

Nesse período, muitos militantes de movimentos sociais do campo foram presos, perseguidos e despejados violentamente pela polícia. Do MST, podemos citar as/os militantes Nina, Carlos Ferrari e Antônio Borborema. Outros foram mortos, como é o caso de Sílvio Rodrigues. Como descrevemos na introdução deste artigo, buscaremos aqui recuperar alguns momentos da trajetória de vida deste militante, sobretudo, no que diz respeito à sua participação na luta pela terra no Mato Grosso do Sul.

Sílvio Rodrigues nasceu no dia 28 de maio de 1975. O seu nascimento foi marcado pelo falecimento de sua mãe, acontecimento que fez com que o pai de Sílvio o responsabilizasse pela morte da mãe. Seu companheiro de luta, Claudionor Ferreira, comenta esse acontecimento: “Quando ele nasceu sua mãe morreu no parto, o pai dele o rejeitou por

¹⁶ José de Oliveira. Entrevista realizada por Clodoaldo Lérias, para um trabalho de monografia. Município de Rio Brillhante-MS, em 2006.

achar que ele matou a mãe. Assim ele foi criado com o avô, quando completou 14 anos, pegou a mochila e foi para Rondônia, a pé, partiu pro mundo”.¹⁷ Sílvio era nordestino, de boa estatura, forte, cabelo meio castanho, encaracolado e quase sempre curto. Tinha barba rala, era meio “largado”, não se cuidava muito. Sua aparência sempre muito humilde, camisas ou camisetas quase sempre sem passar, gostava de usar calças sociais, e tinha poucas roupas. Por onde passava, largava uma peça de roupa e ganhava outras. Assim ia seguindo. Claudionor relata ainda que: “ele dizia que não adiantava andar bem arrumado com tanta gente passando fome”.

Imagem I – Sílvio Rodrigues: III Congresso Nacional do MST, Brasília, 1995.



Fonte: Fotos concedidas por Eurides Pereira.

Como podemos observar na foto, Sílvio tinha orgulho de participar das atividades do MST, e não importava o lugar. Ele estava sempre presente e muito comprometido com o que fazia. Nas palavras de Claudionor, podemos acompanhar que a trajetória de Sílvio não foi fácil, mas sim cheia de obstáculos.

¹⁷ Claudionor Ferreira (conhecido como Baiano), militante do MST desde 1990. Assentado no Assentamento Itamarati. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST-MS, no ano de 2011.

[...] quando chegou em Sonora, no finalzinho desse ano, ele trabalhou 2 meses, arrumou sua bagagem e foi para Rondônia, quando chegou em Vilhena, estava pedindo comida para comer, pedindo ajuda, e conheceu o Zé Pinto, e ele levou ele para o acampamento lá em Rondônia. Conheci o Sílvio em Rondônia no ano de 1990, eu trabalhava na coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e nas mobilizações que fazia no sindicato, reunia o pessoal do MST, aí fomos para Porto Velho juntos. Foi quando conheci o Sílvio ele tinha 16 a 17 anos, cabelos compridos, fazíamos trabalho de base dentro do sindicato, entregando panfletos. Nas lutas fomos para muitos lugares, no dia, 16 de agosto de 1994, a 1^o ocupação, ocupamos a fazenda de um deputado em Rondônia, o Sílvio era muito simples, companheiro, eu aprendi lutar dentro do MST por causa do Sílvio, ele sempre me dizia, nunca seja covarde e nunca minta pro seu povo.¹⁸

O entrevistado sinaliza para a saída de casa e a falta de contato que Sílvio Rodrigues tinha com sua família. Uma relação conflituosa. Saiu de casa muito cedo, sem saber ao certo o que buscava. Segundo relatos, morou na rua um período, foi para a cidade de Sonora – Mato Grosso do Sul, onde trabalhou dois meses. Conseguiu dinheiro e seguiu para Rondônia, onde iniciou seu envolvimento com o sindicato de trabalhadores rurais e, mais tarde com o MST, começando, assim, a luta no Movimento, onde aprendeu e ensinou muita coisa. De acordo com as palavras de Sebastião:

Sílvio falava que o militante pra aprender, não era olhando num quadro e uma pessoa escrevendo que ele ia aprender, que isso era só o conhecimento teórico, que ele precisava ir pra prática, e o militante só iam viver e conviver se tivesse lutando e nunca deixasse de estar aglutinando e somando com o povo.¹⁹

18 Claudionor Ferreira (conhecido como Baiano), militante do MST desde 1990. Assentado no Assentamento Itamarati. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST-MS, no ano de 2011.

19 Sebastião Billar, conhecido por “Tiãozinho”, militante do MST, da Regional Centro Sul. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST-MS, no ano de 2011.

E, Sílvio se preocupava muito em estar com o povo. Isso fazia dele um militante respeitado entre as pessoas que integravam o MST, pois, como ele mesmo afirmava: “é na prática que se forma o militante”. O relato do militante do MST Tadeu de Moraes Delgado nos mostra que, em sua trajetória, Sílvio Rodrigues teve uma história sempre marcada pela luta e pelo sofrimento, como também pela vontade de lutar contra as injustiças sociais. Estudou na Escola Nacional, que é um curso básico do MST. Mesmo tendo estudado somente até a 4^o série, tinha a prática de ler muito. Conseguia relacionar o que lia com a realidade, e desde muito cedo já defendia as ideias que acreditava.

Sílvio iniciou sua militância no MST, em Rondônia, ainda criança ajudou assentar muitas famílias, participou de muitas lutas, estudou somente até a 4^o série, e foi no movimento que teve a oportunidade de ser indicado para fazer a Escola Nacional do MST, o que fortaleceu sua postura política. Foi um dos militantes que ajudou a fundar o MST do Mato Grosso, aonde atuou por um período, esteve contribuindo no Distrito Federal e Entorno, em 1996 regressa ao Mato Grosso do Sul.²⁰

Sílvio atuou como militante do MST no período de 1988 a 2000. Teve sua vida pautada na luta do povo e no sonho da construção de uma sociedade diferenciada, com igualdade de direitos. Enfim, lutava contra a ideia de uma sociedade em que o capital é o bem mais precioso. Por isso, falar da luta de um militante nas terras do Estado Mato Grosso do Sul e, principalmente, no município de Rio Brillhante, significa falar do próprio processo de Reforma Agrária no Estado. Destacamos, assim, a história de Sílvio dentro de um cenário de contradições no campo. Através das contradições surgem os conflitos e os movimentos sociais. O MST é fruto das contradições no campo. A luta pela terra e a organização dos trabalhadores rurais sem-terra pelos seus direitos agregam pessoas de

20 Tadeu de Moraes Delgado, militante do MST. Entrevista realizada em julho de 2010. Campo Grande-MS

diversos e distintos lugares, envolvidos na construção de um novo local para se viver e trabalhar. Neste contexto, surgem pessoas que, apesar de terem suas particularidades, se destacam na capacidade de interpretar a realidade. Sílvio era visto com essa capacidade, como se pode observar na fala de Delgado:

Nos dias de reuniões e ações dentro do Movimento, ele mapeava aqueles que podiam contribuir. Junto com a coordenação fazia estudos e mostrava sabedoria, deixava boquiabertos todos àqueles que se achavam sábios, quando começava falar de coisas que tinham uma amplitude muito maior, daquelas que o pequeno mundo que nos cercava e conhecíamos dos nossos acampamentos ou nossos municípios interioranos. Falava das lutas passadas de outros povos que lutavam por um mundo melhor, por dignidade, por justiça social. Comentava dos projetos políticos que são contrários aos pobres, de homens torturados e torturadores. Lembrava da luta dos desempregados, empregados escravos e dos seus senhores, e acima de tudo falava das vitórias populares, e de como a Reforma Agrária poderia mudar a vida das pessoas, pois ela estava além da terra, ela era a transformação social do ser humano que tem direito a moradia digna, a educação de qualidade, saúde, lazer, esporte, cultura, alimentação saudável, crédito e assistência técnica garantindo assim o sucesso de nosso sonho.²¹

Sílvio não tinha uma “educação formal”, com diplomas e certificados escolares, porém isso não prejudicou sua militância. Possuía um conhecimento enorme e muita facilidade de falar sobre o que lia. Tinha uma peculiaridade que o ajudava muito. Segundo o entrevistado Silva, “ao mesmo tempo em que lia um noticiário em jornal ou revista, coisa que fazia constantemente, e assistia ao jornal na televisão, conseguia fazer interferências em sua fala diante do que lia e via”.²² É visível nas falas dos integrantes do MST entrevistados a admiração por Sílvio, sintetizada na fala do Delgado.

21 Idem.

22 Ramão Aldo Antunes da Silva, integrante e militante do MST. Entrevista concedida em agosto de 2011, no Assentamento São Judas, em Rio Brilhante-MS.

[...] em meio às atividades de estudo realizadas nos acampamentos aplicava dinâmicas, brincadeiras que descontraíam a companheirada, e animava para seguir a diante. Silvio Rodrigues, não media esforços estava o tempo todo preparado para cumprir as tarefas colocadas pelo movimento. Não tinha habilitação, isso foi em muitos momentos um limitador para a sua militância, mas isso nunca serviu de empecilho para que deixasse de cumprir as tarefas, ia andando ou de carona de ônibus, ou seja, lá estava ele, mochila nas costas e pé na estrada, assim atuou em nossas regionais deixando lembranças por onde passou.²³

Sílvio era um militante educador, voluntário e de muita coragem, e demonstrava isso nas ocupações das fazendas, nas mobilizações reivindicativas por terras, justiça e trabalho. Esteve presente na maioria das lutas no curto período em que contribuiu na organização do MST no Estado de Mato Grosso do Sul. Ao estudar o Movimento, Silva destaca que para serem militantes, os sujeitos precisam:

[...] saber exercer autoridade, ser educador, não perder nunca o vínculo com ‘as bases’, ter autoridade moral, consciência revolucionária, sensibilidade humana, boa apresentação visual, respeitar os valores da família não caindo em namoros interesseiros e oportunistas, ser educado, ter controle dos vícios, saber escutar, ser companheiro escutando e compreendendo o outro. O militante tem que saber dar e fazer entrevistas, fazer contatos, negociar e articular. (SILVA, 2004, p. 133).

Com efeito, Sílvio era considerado uma referência de militante dentro do MST, como sublinha Juarez dos Santos, que morou um período com ele: “Ele era militante de serviço de base, não tinha estudo, nenhum curso de frente de massa, um dos setores dentro do MST. Tinha um debate a nível nacional, era bem informado, lia muito, tinha um conhecimento internacional.”²⁴

23 Tadeu de Moraes Delgado, militante do MST. Entrevista realizada em julho de 2010. Campo Grande-MS.

24 Juarez dos Santos, ex-militante do MST, com quem o Sílvio morou muito tempo. Entrevista concedida em agosto de 2011, no Assentamento São Judas, em Rio Brillhante-MS.

Com o retrocesso da luta pela Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul, e o caráter autoritário do Governo²⁵, aconteceu o acirramento da violência no campo, dando autonomia aos latifundiários que contavam com milícias armadas, delegados especiais, exclusivos para policiar as mobilizações de trabalhadores rurais. Essa prática facilitava o mapeamento das lideranças e facilitava os decretos de prisões preventivas. Iniciavam-se, assim, as perseguições aos militantes do MST, dentre eles o militante Sílvio Rodrigues. “Ele morava em casa, uns quinze dias antes uns capangas correram atrás dele, mas ele era fanático pelo MST, ele não queria parar”.²⁶ Notamos que as ameaças e perseguições não fizeram com que Sílvio cessasse suas lutas, mas fizeram com que ele ajudasse na luta pela terra no Mato Grosso do Sul e também na organização do MST no Estado.

A partir das entrevistas com pessoas que conviveram com Sílvio, percebemos que ele tinha um objetivo de luta: recuperar o direito de cidadania. Sempre dizia que era preciso lutar. Planejava o MST, mas não planejava sua vida. Isso se refletia em um dos grandes problemas que atrapalhava sua militância, o vício em bebidas alcoólicas. Como qualquer ser humano também tinha suas fraquezas e fragilidades. Mas, com a ajuda dos integrantes do MST superou as adversidades, como ressalta Delgado:

Sílvio nunca parou de militar, porém, teve período em que a Direção Estadual resolveu afastá-lo e, assim, ele pudesse fazer um tratamento, pois precisava parar de beber. Porém ele não aceitava que era dependente da bebida, então só foi parar de beber quando ficou doente e apresentando problemas de cirrose. O médico proibiu Sílvio de beber, alegando que se continuasse poderia vir a perder a vida. Na verdade isso serve de exemplo para todos

25 Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do partido do PSDB, com projetos contrários da Reforma Agrária, o que acirrou ou conflitos no campo.

26 Juarez dos Santos, ex-militante do MST, com quem o Sílvio morou muito tempo. Entrevista concedida em agosto de 2011, no Assentamento São Judas, em Rio Brillhante-MS.

aqueles que não têm o controle deste vício, que pode causar danos físicos, morais e políticos para qualquer ser humano.

Quando Sílvio parou de beber, assumiu a Secretaria Regional que ficava em Rio Brilhante, e passou a ser mais bem cuidado, pois nesta época trabalhava conosco uma companheira que era acampada com os companheiros que resultou hoje no Assentamento Margarida Alves. Ela ficava na Secretaria, o seu nome é Sílvia, hoje está assentada no PA Geraldo Garcia, pois bem eles ficaram grandes amigos e ela passou a cuidar das roupas dele e a valorizá-lo, sempre cobrando dele para se vestir melhor etc.²⁷

O MST contribuiu para a recuperação de Sílvio e de tantas outras pessoas, que encontraram no Movimento perspectivas e novas alternativas de vida, descobrindo na organização uma família, uma organização que olha as pessoas enquanto “gente” que luta por uma vida digna. O fato de Sílvio ser convidado a assumir a Secretaria Regional é uma prova da confiança que a organização depositava nele. Essa confiança e valorização é que o fortalecia na luta contra o vício, e na luta em prol da redistribuição de terra.

Sílvio acreditava naquilo que fazia e contribuía com a formação dos militantes, mostrando que faziam parte do processo de formação e conscientização. Neste sentido, Iasi destaca: “o fenômeno da consciência como um movimento e não algo dado”. (2007,p.12). Sílvio Rodrigues foi um militante que parece ter construído esta consciência no processo de luta pela terra, através das ocupações, das marchas, dos acampamentos e assentamentos, e de outras atividades desenvolvidas pelo MST.

A atuação deste militante e sua formação política e ideológica dentro do MST fazem com que o Movimento, como símbolo de luta e resistência, reconheça e valorize sua vida até mesmo após a sua morte. Para o MST, Sílvio Rodrigues é considerado um mártir, pelo

27 Tadeu de Moraes Delgado, militante do MST. Entrevista realizada em julho de 2010. Campo Grande-MS.

reconhecimento de sua atuação no processo de luta pela terra e pela vida. Morreu lutando por acreditar em uma vida digna. E, para a organização do MST, ele permanece presente naqueles que continuam lutando por um ideal, como se Sílvio não tivesse morrido. “Um homem não está verdadeiramente morto a não ser quando morra o último homem que ele conheceu.” (BORGES, 2006, p. 221).

Sílvio foi um militante que acreditou na luta contra o latifúndio e foi a favor da democratização da terra. Lutou por estes ideais em um lugar onde a concentração da propriedade privada da terra é o modelo defendido e que, por sua vez, mantém a concentração de poder, numa dominação política, econômica e histórica no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa realidade social e política sempre se configuraram no Estado que, atualmente, é denominado Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, destacamos a relevância das lutas dos movimentos sociais do campo, sobretudo, pela democratização da terra no país. Diante de tais acontecimentos, de lutas, que ficam marcados na memória das pessoas que conheceram Sílvio, e nas palavras expressas na poesia do Zé Pinto, podemos observar que a trajetória da vida de Sílvio não foi um “mar de rosas”.

De repente ouvi um SÍLVIO

*Ele vinha sem muita esperança de se encontrar
Sem fé, sem carinho, sem crença, sem caminho, vi ele chegar.*

Num recanto do meu canto, encontrou um canto.

Dividiu seu planto com o meu olhar.

Sentiu na cantiga o cheiro de povo.

Saindo do velho, seguindo pro novo.

Plantando harmonia contra a agonia da fome e da dor.

E nas minhas veias o sangue ferira sem demagogia.

Mas por esta gente, me fez cantador

E ele perguntou:

– Qual é a estrada que devo seguir?

Olhei nos teus olhos, e então respondi:

– Numa encruzilhada bem perto daqui, vire pra esquerda.

E com as pessoas que tu encontrar.

Aprenda o segredo de sempre ouvir

Sempre perguntar.

De sempre aprender, sempre ensinar.

– E verás um M de mobilizar.

– E verás um S de sempre sonhar.

– E verás um T de terra e trabalho.

O grande motivo desse caminhar.

– E numa bandeira com marcas de sangue

E grandes vitórias ali já as mãos.

Que te levarão para o horizonte que veio buscar.

– Pegou a mochila e foi o menino

A Reforma Agrária mudou seu destino

E em movimento aprendeu a lutar.²⁸

28 Zé Pinto (poeta e músico), coordenador do MST no estado de Rondônia.

Naquele momento em que o Zé Pinto encontrou Sílvio na rodoviária e o apresentou ao MST, ele ofereceu ao mesmo uma família. E para muitos militantes, o MST é o lugar onde eles encontram uma família. Sílvio aprendeu sobre a luta e a lutar. Colocou-se em movimento, contando sua história nos acampamentos e assentamentos por onde passava, pois até chegar ao acampamento, geralmente, as famílias passam por muitas dificuldades, e essas dificuldades contribuem para o fortalecimento da organização, passando a enxergar as desigualdades em que vivem e a lutarem contra ela. As famílias levam suas experiências de vida, tensões, paixões para dentro do acampamento, e quando somadas essas perspectivas, passam a visualizar a organização como referência. Dessa forma, Bogo sublinha que:

No momento em que organizam o acampamento, levam para dentro do assentamento todas as cicatrizes que existem na pele e na consciência, rapidamente mudam o comportamento, porque compreendem o que estão fazendo e passam a confiar na organização. (BOGO, 2008, p. 148).

E essa confiança Sílvio tinha na organização. Era com ela que ele contava e dela que falava, como se para ele não existisse outra família. Porém, como era a relação de Sílvio com sua família? De acordo com as pessoas que viveram com Sílvio, nos diversos lugares que tramitava, ele não gostava muito de falar sobre isso. No Movimento se sentia gente, como ele mesmo dizia. Segundo Delgado: “Sílvio não falava de seus irmãos nem sua família. Ele poderia ter seguido caminhos diversos, porém dizia que o MST deu sentido a sua vida e se tornou sua família.”²⁹

Muitos dos jovens, que adentram ao MST, assim como Sílvio, vêm de famílias desestruturadas, ou não, e de uma realidade com sérios problemas sociais: falta de incentivo ao esporte e ao lazer, desemprego

29 Tadeu de Moraes Delgado, militante do MST. Entrevista realizada em julho de 2010. Campo Grande-MS.

(renda), dentre outras necessidades mínimas para uma vida digna. Na compreensão de Ademar Bogo, as famílias, na esperança de conquistarem um pedaço de chão, juntas na coletividade e na identificação com as pessoas no processo de luta pela terra, com o desejo de construir uma nova vida, levam tudo o que têm, enfrentam as adversidades que vão surgindo pelo caminho e assim também se educam:

Os trabalhadores Sem Terra, movidos pela esperança de conquistar o teu espaço, levam tudo do que tem, e mesmo no perigo do conflito, acreditam que os filhos estão mais seguros do que se ficassem para trás. Assim, na coletividade, ao mesmo tempo em que as pessoas se educam se identificam. (BOGO, 2008, p. 148).

No Brasil e no Mato Grosso do Sul, registram-se inúmeros conflitos por terra. E, nesses conflitos, muitas lideranças de trabalhadores rurais sem-terra são assassinadas. Destacamos o assassinato de Sílvio Rodrigues. Apesar de o Estado de Mato Grosso do Sul ter no período (1999-2007) um governo popular, do Partido dos Trabalhadores (PT-Governador “Zeca do PT”), as oligarquias agrárias defendiam com todas as forças suas propriedades (grandes latifúndios). A força dos grandes proprietários de terras não se concentrava apenas no poder e nas influências políticas, mas também no uso da violência física e psicológica contra os trabalhadores.

A fala de Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST no Estado de Mato Grosso do Sul, nos permite pensar o contexto de violência praticada contra os trabalhadores rurais sem-terra, e o sentimento de impunidade em relação às práticas de violência. Na ocasião, o entrevistado destaca questões que envolviam a luta pela terra na região de Rio Brillhante, onde Sílvio militava pelo MST e também onde seria assassinado. Suas palavras evidenciam também um momento de organização de uma ocupação:

[...] Foi visando fugir do desemprego e das duras condições de vida da cidade ou do trabalho temporário, que as 150 famílias ligadas ao MST organizaram-se e fez no dia 1^a de abril de 2000 uma ocupação na Fazenda Ramallete, localizada no Município de Rio Brillhante. Estas famílias oriundas da região da Grande Dourados: Rio Brillhante, Maracaju, Dourados, Nova Alvorada e Itaporã. Na busca da terra para poder plantar e dar melhores condições de vida as suas famílias onde possam ter: trabalho, saúde, educação, transporte, alimentação, lazer, enfim direito a serem cidadãos, desafiaram a ordem e o poder do latifúndio na região.

A ocupação durou 7 dias e com a liminar de despejo teve que deixar a área e se acampar nas proximidades BR 267 que liga Rio Brillhante a cidade de Maracaju. Quando ainda na ocupação organizaram uma coordenação e batizaram o nome do Acampamento por Índio Galdino em homenagem ao guerreiro que foi assassinado no dia 19 de abril de 1997 em Brasília. Durante a ocupação, pistoleiros fizeram ronda, tentando amedrontar as famílias ameaçando entrar no acampamento. Mas como o mesmo estava dentro da mata, por este motivo os pistoleiros tiveram dificuldades de entrar no acampamento. O Prefeito do Município esteve no local a pedido dos fazendeiros da região, pedindo que as famílias se retirassem, mostrando-se claramente contra a Reforma Agrária.

Passaram-se um ano e meio acampados nas proximidades da BR 267 que liga a cidade de Rio Brillhante a Maracaju, aguardando providências em relação ao assentamento das famílias. Em uma reunião do Setor de Frente de Massa do MST, foi tirado como encaminhamento, fazer uma ocupação na Fazenda Engenho Novo de propriedade de Laura Costa Brito sobrinha de um dos maiores latifundiários do Estado, Lúdio Coelho.³⁰

Esta área denominada Engenho Novo, localizada próxima a Prudêncio Thomas, Distrito de Rio Brillhante, mais conhecido como Aroeira, estava sendo vistoriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a pedido do MST e foi considerada

30 Entrevista concedida por Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST, realizada em 2006. Município de Rio Brillhante-MS.

improdutiva. Esse fato mexeu com os latifundiários da região que contrataram empresas de segurança que atuavam como se fossem polícia. A truculência da segurança particular é relatada na fala de Lérias Oliveira:

Foram construídas guaritas onde ficavam os seguranças armados e as porteiiras todas eram trancadas no cadeado. No dia 30 de Agosto de 2000 foram tirados dois companheiros para fazer a vistoria da Fazenda Engenho Novo, no Município de Rio Brillhante. Sílvio Rodrigues que acompanhava o acampamento desde a sua origem era assentado no Assentamento São Judas no mesmo município e o Ranildo da Silva acampado no Índio Galdino. Ranildo era uma das lideranças do acampamento que aguardava para ser assentado. Não sabendo da covardia que outro acampado tinha tramado contra eles, mais precisamente contra o Sílvio Rodrigues. Neste dia 30 de agosto um trágico acontecimento deixou as famílias abaladas. Dois companheiros de luta tombaram: Sílvio Rodrigues e Ranildo da Silva, que após sofrerem uma dura traição, foram capturados, torturados e assassinados a tiros na mais crueldade em que pode sofrer uma pessoa antes da morte. Mortos foram jogados e deixados como se fossem animais as margens do Rio Vacaria, nas proximidades do Distrito de Prudêncio Thomas, a 22 km da cidade de Rio Brillhante. Após três dias de busca foram encontrados.³¹

Como narra o entrevistado, demonstrando o poder de cercar, controlar e persuadir, fazendeiros desta região contrataram uma pessoa que adentrou ao acampamento, conquistando a confiança de Sílvio. Essa pessoa conduziu Sílvio e outro companheiro para a morte. “Chamou os dois para fazer uma vistoria na área e chegando lá os entregou aos jagunços armados que os torturam na sede da fazenda, e depois de muito sofrimento, os dois foram levados à beira do Rio Vacaria e mortos com tiros de espingarda de calibre 12”.³² Tortura,

31 Entrevista concedida por Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST, realizada em 2006. Município de Rio Brillhante-MS.

32 Entrevista concedida por Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST, realizada em 2006. Município de Rio Brillhante-MS.

sofrimento e injustiça, como expressa a narração, tiraram de Sílvio, de forma cruel, o direito de lutar.

No relato de Lérias Oliveira, percebemos a indignação e o sofrimento diante do que aconteceu. A humanidade e a humildade de Sílvio foram contrapostas com a desumanidade e a crueldade com que foi assassinado. Sílvio foi assassinado por acreditar que a terra deve cumprir sua função social. Em nossa concepção, a terra é para ser cultivada, coletivizada e não ser cercada, individualizada e disputada a ponto de tirar a vida de alguém por sua posse. Como nos conta Clodoaldo:

O traidor voltou para o acampamento dizendo que os dois tinham largado ele na beira da estrada e sumido com o seu carro, porém a conversa não colou para ninguém, mas ele estava muito atordoado e desinquieto, não falava coisa com coisa. Enquanto isso os meninos continuavam desaparecidos, e todos os procuravam, por todos os lugares possíveis. Neste período estava chovendo bastante, isso dificultava a busca, porém a nossa suspeita era que eles haviam sido mortos, sequestrados, enfim todos estavam desesperados. Nisso já havíamos entrado em contato com Campo Grande, que imediatamente designou um delegado para a região e assumiu o caso, passando a investigar com mais critério. Prendeu de início o primeiro suspeito, o acampado que estava junto e logo confessou a participação no crime, isso já havia passado dois ou três dias quando encontraram os corpos na beira do rio por pescadores.³³

Foi no município de Rio Brillante que ocorreu o assassinato dos militantes Sílvio Rodrigues e Ranildo da Silva, e seus corpos foram encontrados no dia 1 de setembro de 2000, conforme segue a matéria do jornal:

A polícia encontrou, no final da tarde de hoje, 01/09/2000, os corpos de dois integrantes do MST no Mato Grosso do Sul que

33 Entrevista concedida por Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST, realizada em 2006. Município de Rio Brillante-MS.

estavam desaparecidos desde a noite de quinta-feira. Eles foram achados à beira do córrego Vacaria, em Rio Brillhante (MS), com as mãos amarradas para trás e os corpos perfurados a balas. Um dos mortos, Silvio Rodrigues de Souza, 25, era líder regional do MST e havia recebido ameaças de morte. O outro era Ranildo da Silva, 36 anos, morador no acampamento Índio Galdino. Antes de saber do assassinato, Brunetto declarou que o sumiço deveria ter ligação com as ameaças de morte. Brunetto disse que Rodrigues comandou diversas invasões na região de Rio Brillhante, e, por isso, estaria sendo ameaçado. 'Ele (Silvio) recebeu ameaças dentro do fórum da cidade. Arrendatários de fazendas na região disseram que iriam pegá-lo', afirmou Brunetto. O líder assassinado coordenou há dois meses a invasão da fazenda Beco do Sossego. Na época, comandou as famílias de sem-terra que derrubaram a cerca da propriedade e se apropriaram do maquinário do fazendeiro.³⁴

Ao serem localizados, os corpos já estavam em situação de decomposição, por isso os caixões permaneceram lacrados e foram velados por pouco tempo. Pessoas de todo o Estado de Mato Grosso do Sul foram para prestar sua homenagem e solidarizar com os companheiros de luta, e pela perda de um militante que sempre lutou e que tinha um desejo de que as conquistas na luta pela terra acontecessem. Isso é perceptível no relato de Antonio Pinheiro de Lima que relata que o companheiro morto cansava de falar: "eu morro pela luta. Ele morreu numa morte trágica. A morte dele foi a pior tortura que pode acontecer para um ser humano, isso pra nós marca muito, nos entristece como nos fortalece pra luta, pois nós temos muito sangue derramado."³⁵

34 CELSO BEJARANO JR. PUBLICIDADE, da Agência Folha, em Campo Grande- MS. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u5605.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

35 Antônio Pinheiro de Lima, militante do MST, coordenador da Regional Pantaneira. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST-MS, no ano de 2011.

Imagem II: Velório do Sílvio Rodrigues. Rio Brilhante-MS.



Fonte: acervo particular de Clodoaldo Lérias de Oliveira.

O assassinato de Sílvio e Ranildo sensibilizou o MST de todo o Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Foi motivo de grandes lutas para que mais um crime não permanecesse impune, sem que os culpados fossem condenados pela justiça.

Imagem III: Julgamento dos réus. Rio Brilhante-MS.



Fonte: acervo particular de Clodoaldo Lérias de Oliveira.

A justiça não foi feita. Os assassinos não foram condenados e responderam aos crimes em liberdade. O acampado, que ajudou na

emboscada contra Sílvio e Ranildo, fugiu para o Paraguai. Os seguranças que estavam envolvidos no assassinato também permaneceram soltos. E para os trabalhadores rurais sem-terra, lutadores, ficou a indignação pela impunidade. Mas também permaneceu o exemplo deste homem que viveu pouco e significou muito. Um exemplo para aqueles que acreditam ser possível construir um país diferente e melhor.

A fala de Lérias de Oliveira remete a pensar que o crime cometido contra Sílvio Rodrigues e Ranildo da Silva foi premeditado, planejado, seguido de sequestro, tortura e assassinato. Houve réu confesso, mas isso não serviu para que os assassinos fossem condenados à prisão.

Mais uma vez a pistolagem mata duas lideranças do MST no estado do Mato Grosso do Sul a mando do latifúndio. Neste caso, membros de uma empresa de 'Segurança' foram identificados e confessados o crime. Mesmo sendo réus confessos permaneceram menos de dois meses presos, mostrando a lei do lado em que está. Um ex-acampado que já havia sido expulso de outro acampamento na região, conseguiu infiltrar no Acampamento Índio Galdino, bem como ter confiança junto ao companheiro Sílvio. Claudiomiro Ortiz juntamente com a empresa de segurança planejaram o assassinato. Ortiz confessou a traição e também se encontra fora das grades. Mais uma vez o poder do latifúndio nos golpeou e tirou do meio de nós dois grandes companheiros de luta. Esperamos que a justiça pudesse condenar os culpados pelo assassinato não só destes companheiros mais de tantos outros. Um dos mandantes, Cláudio Penhavel foi julgado e condenado a 30 anos de prisão em regime fechado, mas responde em liberdade até recorrer às outras instâncias tribunais.³⁶

Muitas vezes, no Brasil, foram presos trabalhadores por ocuparem as terras que não cumprem com sua função social, latifúndios improdutivos que não produzem alimentos, não geram empregos, não cumprem com os direitos trabalhistas, nem com a legislação ambiental, dentre outras questões. Mas nada disso é levado em conta quando se enfrenta o poder daqueles que ditam as leis em um país que ainda é

36 Antônio Pinheiro de Lima, militante do MST, coordenador da Regional Pantaneira. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST-MS, no ano de 2011.

considerado como uns dos mais desiguais do mundo. Os autores deste texto e os demais sujeitos do MST perderam um companheiro importante, símbolo de militante do Centro-Oeste, não se negando ao desprendimento e à voluntariedade para contribuir em qualquer canto e fez jus sua frase: “não importa onde se nasce e sim aonde se luta”.

No município de Rio Brillhante foi constituído o Assentamento Sílvio Rodrigues, nome dado em sua homenagem, e também por ser a fazenda pleiteada para o processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Podemos, ainda, perceber a indignação no relato do entrevistado Lérias de Oliveira, no ano de 2006:

As famílias indignadas com tamanha violência e traição realizaram uma manifestação com muita dor e indignação. Reuniram-se em Rio Brillhante no dia do velório mil pessoas clamando por justiça. E no dia 28 de setembro de 2001, o acampamento Índio Galdino ocupou a fazenda Engenho Novo. Após muitas discussões e mesmo com pistoleiros na área, as famílias resistiram lutando, permaneceram firmes, até que em 13 de abril de 2002 realizou-se o sorteio dos lotes. Foram beneficiadas 120 famílias que, em homenagem ao companheiro tombado na luta, nomearam com o nome de Sílvio Rodrigues.³⁷

37 Entrevista concedida por Clodoaldo Lérias de Oliveira, militante do MST, realizada em 2006. Município de Rio Brillhante-MS.

**Imagem IV: manifestação de protesto, pela falta de justiça. Rio
Brilhante-MS – 2001.**



Fonte: acervo particular de Clodoaldo Lerias de Oliveira.

Sílvio era muito conhecido na região de Rio Brilhante. Também entre os integrantes do MST em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Era ele quem respondia por parte das ações do Movimento na área da comunicação, concedendo as entrevistas. Segundo Ramão Aldo A. da Silva, Sílvio morreu, mas sua morte fortaleceu o Movimento:

Ele morreu, mas não parou nada no Movimento, continuaram todas as ações, pois não tínhamos só um líder e sim um coletivo, os fazendeiros achavam que iam conseguir nos parar, mas acabamos fazendo acampamento dentro de Rio Brilhante, e ainda levando outras pessoas para outras regiões outros municípios como Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Ponta Porã onde surgiram os assentamentos: Assentamento Rosa Luxemburgo e Assentamento Ranildo da Silva em Sidrolândia e no Assentamento Nova Conquista (Fazenda Itamarati II), em Ponta Porã.³⁸

³⁸ Ramão Aldo Antunes da Silva, integrante e militante do MST. Entrevista concedida em agosto de 2011. Assentamento São Judas, Rio Brilhante-MS.

Silvio era um militante engajado e por onde transitava deixava sua marca na história. Isso fortalecia a luta e fazia com que outros militantes a forjassem o novo. Lembrando Bogo: “os que partiram, após anos de luta, porque a natureza ou as emboscadas impediram que nos passos seguissem fazendo rastros na poeira da estrada da utopia, continuam presentes fazendo rastros na consciência dos que andam pelos exemplos que deixaram.” (2002, p.16). Nessa direção, a poesia de Delgado revela os meandros dessa utopia:

TENTARAM ME PARAR

Se quer me parar.

Me de motivos que sejam maiores.

Do que aqueles que me mantêm lutando.

Se quer me parar, tranque todos os caminhos por onde eu possa andar.

Se quer me parar, tire todas as alternativas de que eu possa voar.

Se quer me parar, tire-me a língua para que eu não possa falar.

Se quer me parar, corte-me os braços para que as mãos existentes neles eu não possa gesticular.

Se quer me parar, tire-me os olhos pois com eles ainda posso me expressar.

Se quer me parar, tire-me da cabeça o cérebro pois ele me permite pensar e sonhar.

Se quer me parar, tire-me depois de tudo isso, o CORAÇÃO que ainda bate e me faz ter a capacidade mais bonita, que é a de poder AMAR.

Se quer me parar, vai ter que deter todos aqueles com quem eu pude me expressar.

Você quis me parar:

Porém o que não imaginava

era a tamanha facilidade que temos

de entender e se MULTIPLICAR.³⁹

39 Poesia de Tadeu Delgado, militante do MST, 2000.

A poesia de Delgado demonstra que nos movimentos sociais do campo, particularmente no MST, a força que brota dos sujeitos surge de acordo com as necessidades do povo. E esta força em vários momentos faz com que militantes como Sílvio não parem de buscar objetivos que motivem as pessoas por condições dignas de vida. Quando se perde um militante de expressão política e referência como Sílvio Rodrigues, as pessoas que não fazem parte do Movimento logo perguntam: e agora? Mas, a posteriori, percebem que aquele militante era um dos vários que ainda irão surgir com capacidade e entendimento político organizativo. E, principalmente, com indignação diante da realidade social, porque enquanto existir muita terra com pouca gente a luta não cessará. Sobre isso, a história é nossa testemunha.

Considerações finais

No Brasil, sobretudo, nos últimos quarenta anos, foram presos, torturados e assassinados milhares de trabalhadores rurais. Esses acontecimentos ocorreram pelo fato de os sujeitos envolvidos na luta pela terra ocuparem terras que não cumprem com a “função social”, estabelecida pela própria Constituição Federal e ferirem os interesses da propriedade privada.⁴⁰ Os latifúndios improdutivos, ocupados por trabalhadores rurais, não produzem alimentos, não geram empregos, muitos deles não cumprem com os direitos trabalhistas, nem com a legislação ambiental, dentre inúmeras outras questões. Isso poderia ser considerado quando os trabalhadores rurais enfrentam, por meio da ocupação, o poder daqueles que ditam as leis, em um país, como tratado anteriormente, que ainda é considerado como um dos mais desiguais do mundo.

40 De acordo com a Constituição Federal de 1988, os artigos 184 e 186 fazem referência à função social da terra e determina que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária.

Apesar de todas as perdas, de tantos trabalhadores rurais que tombaram na luta, da tamanha falta que militantes como Sílvio Rodrigues fazem no processo de Reforma Agrária e na vida, trabalhadores e trabalhadoras sem-terras continuam resistindo, seguindo seu legado e, acima de tudo, prosseguindo como ele a acreditar na luta e na transformação social. Nesta perspectiva, para lembrar a morte de Sílvio e de tantos outros trabalhadores e trabalhadoras rurais que não foram em vão, recorreremos a uma poesia de Mauro Luiz Iasi que retrata, em suas linhas, as dificuldades do momento. Mas, o findar de tantas ações nos faz lembrar o motivo pelo qual trabalhadores e trabalhadoras continuam lutando, também porque para os autores, Sílvio foi muito mais do que um amigo. Foi um camarada que deixou saudades.

(...) Mas, quando entre camaradas nos encontramos

E ousamos sonhar futuros.

Quando a teoria nos aclara a vista

E com o povo, ombro a ombro, marchamos,

Respondemos:

Vale a pena viver quando se é comunista!⁴¹

41 IASI, Mauro Luiz. Vale a pena viver quando se é comunista In: _____. Meta Amor Fases: coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 110.

Documentos Diversos

IASI, Mauro Luis. Vale a pena viver quando se é comunista In: _____. **Meta Amor Fases:** coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 110.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeirantes#Bandeirismo>. Acesso em: 31/03/2012.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estatuto da Terra: Lei 4.504, 30 de novembro de 1964, Brasília.

Jornal On-line, PUBLICIDADE, da Agência Folha, em Campo Grande (MS). Acessado em 18 de abril de 2012.

Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm. Acessado em 18 de abril de 2012.

MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Senado Federal Brasília, 2006.
Publicações internas do MST (Cadernos de Formação, Cartilhas, etc.)

MST- Caderno de Educação nº 13. Edição especial. Dossiê, **MST e Escola**. Documentos e Estudos: 1990-2001. Curitiba- PR, 2005.

MST- Cartilha de Estudo. **A Organicidade e o Planejamento**, MST, 2004.

MST- Caderno de Formação Nº6. **Valores de uma práxis militante**. São Paulo, outubro de 2009.

Entrevistas

Antônio Pinheiro de Lima, militante do MST, coordenador da Regional Pantaneira. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST/MS, no ano de 2011.

Claudionor Ferreira, (conhecido como Baiano) militante desde 1990. Assentado no Assentamento Itamarati. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST/MS, no ano de 2011.

Clodoaldo Lérias de Oliveira, Militante do MST, Entrevista realizada para um trabalho de monografia. Município de Rio Brillhante/MS no ano de 2006.

José de Oliveira, militante do MST a 20 anos. Entrevista realizada por Clodoaldo Lérias, para um trabalho de monografia. Município de Rio Brillhante/MS no ano de 2006.

Juarez dos Santos, ex-militante do MST, com quem o Sílvio morou muito tempo, entrevista concedida em agosto de 2011, no Assentamento São Judas, em Rio Brillhante-MS.

Ramão Aldo Antunes da Silva, integrante e militante do MST. Entrevista concedida em agosto de 2011, no Assentamento São Judas, em Rio Brillhante-MS.

Sebastião Billar, conhecido por “Tiãozão”, militante do MST, da Regional Centro Sul. Entrevista realizada no XXVI Encontro Estadual do MST/MS, no ano de 2011. Tadeu de Moraes Delgado. Militante do MST. Entrevista concedida em julho de 2010. Campo Grande/MS.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosimeire Ap. (Org.) *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosimeire Ap. (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

BOGO, Ademar. *Identidade e lutas de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida - 1874-1940. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Conviver, aprender a ser recíproco*. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

CALDART, Roseli Salete. Caderno do ITERRA. Ano VII - *Intencionalidades na Formação de Educadores do Campo*. Veranópolis, 2007.

_____; Edgar Jorge Kolling. *Paulo Freire, um educador do povo*. 3 ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COELHO, Fabiano. *A prática da mística e a luta pela terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FARIAS, Marisa de F. L. de. *Acampamento 'América Rodrigues da Silva': esperança e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HALBWCHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p.131-160.

IASI, Mauro Luiz. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 19-47.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

MORISSAVA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PORTELLI, Alessandro. Conferências: tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação e História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC, 1981.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 -1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Cristiane Bereta da. *Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST/ Cristiane Bereta da Silva*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, José G. da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Tereza Bressan de. *Manual de orientação para elaboração e apresentação de projetos e trabalhos acadêmicos*. 3 ed. Dourados: Gráfica e Akatsuka, 2008.

STÉDILE, João P; FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

ENTRE O FICAR E O PARTIR: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE LUTA DAS FAMÍLIAS BRASIGUAIAS DO ASSENTAMENTO TAQUARAL EM CORUMBÁ - MS¹

*Cristiano Almeida da Conceição
Maria de Fátima Ferreira*

Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História (MARTINS, 1989, p.12).

Ao utilizarmos a metodologia da história oral², a partir de estudo de caso, buscamos evidenciar a trajetória de famílias brasiguaias³, visando a apreender suas histórias desde a ida para o Paraguai, na década de 1970 até o seu retorno ao Brasil, quando da entrada no acampamento no ano de 1986, a fim de entender os sonhos, as dificuldades, as estratégias de

1 Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob orientação da Profª. Dra. Maria Celma Borges.

2 Agradecemos a todas as famílias “brasiguaias” [brasileiros que moravam no Paraguai] entrevistadas no assentamento Taquaral, as quais contribuíram para a realização desta pesquisa. Agradecemos ainda em (in memoriam) a Msc, Aldalgiza Inês Campolin que contribuiu para a discussão da história oral e, conseqüentemente, para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

3 Para Sprandel (1992), os brasiguaios são camponeses que reafirmam a sua nacionalidade de brasileiro, quando foram vítimas de uma dupla “expulsão”, primeiro em território brasileiro, pela inserção de máquinas na agricultura e concentração fundiária, e mais adiante em território paraguaio onde, para sobreviver, os arrendatários e os pequenos produtores rurais tiveram que trabalhar de boas-frias, em sua maioria sem documentação. Sobre este tema, ver também: José Lindomar de Albuquerque (2010), Carlos Alberto Ferrari (2009) e Juliana Tosati Nogueira (2011).

manutenção no acampamento e a chegada definitiva na terra, ao serem assentadas no Taquaral, em Corumbá, no ano de 1991.

A presença desses trabalhadores e trabalhadoras brasiguaios na luta pela terra foi marcada pela ação de várias organizações, mas principalmente pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Seu José Ferreira de Moura, um dos agentes desse processo de lutas, enfatiza como eram feitas as negociações e a organização de manifestos no acampamento, destacando de quem recebiam apoio:

[...] Em Eldorado, nós saíamos com as lideranças para negociar. Chegava lá não tinha êxito, porque as terras que nós íamos procurar, os documentos estavam engavetados e a turma dizia que estava em tal lugar, e ninguém abria o jogo. Fizemos uma manifestação uma vez para irmos a Campo Grande. Coisa difícil era acampar em Campo Grande num grande movimento. Nós tínhamos ido ao INCRA, ficamos muitos dias para organizar o povo, para saber como nós podíamos chegar ao INCRA, porque a liderança ia e não resolviam. Eles falavam para o povo que está em tal lugar, tal lugar. Então tivemos uma organização de muitos dias para ver se dava certo, para nada faltar. Tivemos êxito de chegar a Campo Grande com um número de cento e vinte pessoas, organizados pela Pastoral, apoiado pelo deputado que esteve conosco, se eu não me engano lá na mata do Jacinto, lá em Campo Grande. Essa organização lá foi uma das mais importantes que nós podemos dizer que foi, porque a organização não falhou [...].⁴

Ao considerarmos a questão da trajetória de vida como um caminho subjetivo, é possível entender que as histórias das famílias analisadas, apesar de sua narrativa individual, se cruzam na inserção ao acampamento em uma luta coletiva na busca pela conquista da terra.

Menegat, apoiando suas reflexões em Pollak (1992), entende a memória “como um elemento construído pelo sentimento individual e

4 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

pelo sentimento coletivo, podendo servir de fonte para a reconstrução do perfil de uma pessoa ou de um grupo” (2009, p. 27). Já para D’Aquino, a memória é individual, portanto “está enraizada no meio afetivo, nos quadros de solidariedades múltiplas dentro dos quais cada um se encontra engajado” (1996, p. 3).

Alberti, ao discutir a memória na perspectiva do trabalho com a história oral, observa que: [...] “é uma forma de recuperação do passado concebido pelos que viveram [...]” (1990, p.13).

Desse modo, partindo das reflexões da história e memória de luta das famílias brasiguaias, o artigo objetiva apresentar os caminhos da pesquisa, com seus sujeitos e conceitos. Visa ainda a enfatizar questões como: o sonho interrompido, os motivos da luta, as mobilizações dos camponeses no tempo do acampamento Eldorado, a transferência para o assentamento provisório Santo Inácio e a ida para o assentamento Taquaral, visto como um novo lugar. Na conclusão, discutimos o significado da terra e a importância de sua conquista para os assentados.

O caminho da pesquisa: entre os sujeitos e os conceitos

Este trabalho teve início com a localização das famílias oriundas do Paraguai, denominadas na época de brasiguaias, do grupo de Paloma, residentes no assentamento Taquaral, em Corumbá, Mato Grosso do Sul/MS. Para o seu desenvolvimento, obtivemos apoio da CPT que colaborou ao ceder fotos do momento do acampamento e do assentamento das famílias, as quais não foram utilizadas no texto, mas contribuíram para a compreensão do processo de lutas. O acesso às famílias foi fácil, especialmente porque também somos assentados no Taquaral, fazemos parte do mesmo assentamento e temos em nossa bagagem um pouco da história dessas famílias, das quais somos parte.

Além da coleta de relatos com as famílias, realizamos conversas informais com agentes da CPT, que, na época da implantação do

acampamento, faziam parte da organização do movimento. As entrevistas foram gravadas entre os meses de março e maio de 2012 e depois transcritas na íntegra. É preciso dizer que, por sermos assentados e acadêmicos, num trabalho de pesquisa sobre o lugar em que moramos, vivemos situações em que as pessoas tentavam partilhar/construir coletivamente as memórias, como nas seguintes situações: ao chegarmos a um lote, o senhor olhou para um dos autores e disse: “conheço você desde pequenininho”.⁵ Numa outra conversa sobre o acampamento, a pessoa entrevistada disse: “lembra daquele momento do acampamento?”⁶

Foram trajetórias construídas coletivamente, passando por diferentes lugares. Segundo Menegat (2009), os brasiguaios assentados no Taquaral não usam essa identidade de brasiguaios nem falam muito sobre o tempo de vida no Paraguai. O silêncio desses trabalhadores revela o sentimento de terem deixado parte de sua história misturada à terra que cultivavam, ou seja, o solo fértil que trouxe esperança de acomodar a família e que ficou para trás junto aos bens que, com seu trabalho suado, foram conquistados ao longo do tempo naquele país. Isto é bem ilustrado na fala de José Ferreira de Moura, um dos entrevistados:

[...] fiquei nove anos lá, maior sofrimento. Sabe o que é sofrer? A terra boa produtiva, mas quando colhia não tinha para quem vender e quando você vendia o preço era muito baratinho, não dava para cobrir as despesas. Terra não tinha condições de comprar e não era seguro, você comprava, com dez anos tinha uma perseguição, eles tomavam a terra de volta, aí você tinha que comprar de novo a mesma terra sua. Depois outra perseguição, o mesmo documento que tinha validade hoje dali uns dois anos já não era documento, você tinha que fazer tudo de novo, mesmo assim ficamos nove anos lá. Daí saímos e viemos para esse acampamento os brasiguaios. Lá no Paraguai fui morar com meu irmão por uns dias, daí peguei uma terra arrendada trabalhei como meeiro, lá você não tinha chance. Cheguei lá com trinta e seis cruzeiro, o dinheiro que levei, paguei a mudança e sobrou

5 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

6 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com Darci Alves.

esse dinheiro. Não vim na primeira remessa para a Santa Idalina porque devia trinta e seis mil guarani, era pouquinho dinheiro, mas eu não queria sair do país devendo para não deixar má fama para os meus filhos, como ensinamento para os filhos. Sempre ensinava para eles que podia passar por tudo, mas que sempre fosse honesto. Eu por causa disso não pude vir, os meus irmãos vieram e eu fiquei lá. Daí na outra remessa eu já tinha condições, tinha pagado. Na época esse meu irmão que tinha terra lá [Paraguai] ele trabalhava aqui [Brasil] comprava mercadoria lá e vendia aqui, então ele disse, nós temos uma proposta de pegar terra no Brasil, é mais que justo nós que vivemos aqui quase escravizados pegar uma terra para trabalhar, somos brasileiro somos os primeiros que tem que estar lá. Só que vai ser difícil, reforma agrária no país é uma polêmica, na prática é difícil vocês podem sair daqui com uma certeza, vão encontrar muitas dificuldades lá, mas vamos encarar [...].⁷

A partir da memória das trajetórias individuais da luta pela terra, temos histórias que nos contam sobre essas famílias brasiguaias que hoje vivem no Taquaral, mas que passaram por diversos territórios. Para esta análise, utilizamos vários conceitos como o de fronteira e o de território, a partir de Martins (1997); o de campesinato, tendo por referência Shanin (2008) e Oliveira (2001); e também o conceito de resistência, tomando por base Thompson (1981), e de identidade, a partir de Lane (1981).

Fronteira é uma definição que nos auxilia porque entendemos que os brasiguaios estiveram na fronteira e em diferentes definições de fronteira, especialmente a da exclusão e a do expatriamento. A fronteira da vida, conforme definição de Martins:

[...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o Homem não se encontra - se desencontra. [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico (1997, p. 12).

7 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

Martins (1997) afirma que a fronteira traz muitos significados e pode ser compreendida como lugar sem começo nem fim, no sentido de viabilizar a existência de quem domina, mas também como lugar de luta de quem também resiste à dominação. Ainda, para Martins:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica de nós. Quando a História passa a ser nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que nós devoramos e nos devorou (1997, p. 151).

Para a entrada desses camponeses em outro país, a fronteira estava ali posta para eles, como uma linha imaginária, sendo preciso ter o aval de quem a dominava, como podemos perceber na fala de Luiz da Conceição:

[...] Para nossa entrada no Paraguai o pai foi lá em Guairá no estado do Paraná no cônsul, fez uma documentação que estava indo para o Paraguai. Chegando lá apresentou o documento e nos entramos. Ele deu entrada na imigrante e nós demos entrada no permitido que era para três a quatro meses. A gente pagava para ter este permitido, aí tinha que renovar e se a polícia pegasse sem este permitido ou vencido já dava problema, podia até ir preso [...].⁸

A fronteira vai além do conceito geográfico, de uma linha estática, pois é um local de conflituosidade, alteridade, local instável. A fronteira pode ser entendida como lugar cosmopolita de pessoas que fazem a história. Nesse sentido, entendemos que a fronteira ainda persiste no assentamento Taquaral, já que existem brasiguaios que lá se estabeleceram e chegaram ao lugar, mesmo não sendo o lugar sonhado,

⁸ Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Abril de 2012, com Luiz da Conceição.

como aponta Menegat (2009). Mas encontramos também aqueles que ainda não fincaram raízes, estão na fronteira da vida.

A luta pela terra é marcada por um modo de vida vivenciado anteriormente e pela tentativa de reconstrução no presente, no caso, o modo de vida camponês que, ao forjar a luta, a partir da resistência camponesa, recria mecanismos para recuperar sua condição de sujeito na luta pelo acesso a terra, mas também pela permanência na terra conquistada.

Nesse sentido, Shanin (2005) permite-nos entender que a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, como é na unidade capitalista. O autor explicita que o campesinato é importante não apenas pelas características de resistência, mas pela capacidade de adaptação ao território em que se encontra.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e ajuda mútua encontrada nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicação de soluções encontradas para ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008, p.25).

Permanecer no Taquaral e refazer projetos, como mostra Menegat (2009), ao definir o que plantar, como plantar, a construção e reconstrução de lugares, têm o sentido de resistência camponesa. No Taquaral, os brasiguaios procuram recriar projetos. No entanto, a agricultura camponesa não acontece fora do sistema capitalista, mas no seu interior. Trata-se de uma maneira particular de resistência, de luta para a permanência na condição de produzir, e mais do que produzir, de viver dignamente junto à família. Trata-se de outra maneira de criar mecanismos para contrapor-se, mas, ao mesmo tempo, manter-se no sistema capitalista, calcado no modelo da economia familiar com características muito particulares. Nos dizeres de Shanin:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sobre certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (2008, p.27).

Desta forma, é necessário entendermos como tem se dado a luta pela posse da terra, e como estes demandantes de terra, quando se reconhecem como classe e se mobilizam para o enfrentamento do monopólio da concentração de terra, que se traduz na luta de classes, reafirmam nessa luta sua identidade e sua consciência. Para Thompson, “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica” (THOMPSON apud PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.27).

Esses homens e mulheres têm se configurado como sujeitos de um dos espaços de luta mais marcantes enquanto processos sociais, evidenciando práticas que fizeram e fazem esta luta frente ao modelo político e econômico excludentes. Nesse processo, as famílias camponesas percorreram uma longa trajetória. Os demandantes por terra expressam sua existência criando espaços de resistência nos assentamentos de reforma agrária, a exemplo do que estudamos. Percebemos que não se trata de um contexto social de fácil compreensão. A constituição de um assentamento de reforma agrária é complexa, pois estão presentes vários atores e seus projetos de vida, como afirma Almeida:

Desta forma, é necessário entendermos como tem se dado a luta pela posse da terra, tanto no plano externo a classe camponesa (latifundiários versus camponeses), como interno (o

relacionamento entre os diferentes movimentos e organizações existentes), para que, assim, possamos discutir as distinções e as identidades neste processo de (re) criação camponesa (2003, p.124).

No início da década de 1980, Mato Grosso do Sul, espaço territorial de grande concentração de terras, teve seus primeiros registros de conflitos de terras, como destaca Almeida, ao ressaltar que se deram entre: “arrendatários e fazendeiros ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí” (2003, p. 120).

O Brasil, em 1985, assistiu ao retorno de 950 famílias brasiguaias que adentraram de volta ao território brasileiro pela cidade de Mundo Novo, retornando de maneira organizada pela CPT e pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, a fim de reivindicarem o direito a terra, agora em seu país natal.

Expulsos das terras em que trabalhavam no Paraguai, muitos expropriados de suas propriedades, os brasiguaios, organizados pela CPT, seguiram em busca da conquista de um pedaço de terra no Brasil, a fim de dar continuidade à atividade que sempre foi o seu ofício. Porém, agora encontraram mais uma vez o desafio de persistir com seu sonho. Classificados como “brasiguaios”, aprenderam com as dificuldades a resistir ao longo tempo de espera em acampamentos para conquistar a terra, além de resistirem às pressões políticas por parte do Estado e de interesses particulares.

A resistência não esteve presente somente no tempo de luta pela terra. Está também no dia a dia do assentamento, quando cada momento é visto como um desafio. Para Oliveira, essas lutas simbolizam: “[...] memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores” (2001, p. 190).

Os camponeses brasiguaios aprenderam que para resistir é preciso saber lidar com as diferenças, mesclando identidades ao conviver com culturas e costumes diversos nas escalas individuais e coletivas. As mudanças forçadas de um lugar a outro fazem o reconhecimento do ser social, dando sentido às ações sociais individuais ou coletivas e evidenciando, na estrutura social, os muitos lugares que esses sujeitos ocupam ao longo do tempo e da luta em busca de seus objetivos.

As lutas para driblar as repressões e encontrar uma condição ideal para viver trazem visíveis marcas para muitos desses camponeses que, por inúmeras vezes, percorreram diversos lugares em busca da terra. E muitos resistem ao tempo das intempéries, do Paraguai ao acampamento no Brasil, e o sonho da conquista da terra fez com que eles voltassem à condição de acampados quantas vezes fosse preciso. Essa resistência e perseverança são visíveis na fala de seu Antônio Florêncio, ao expor o desejo da conquista da terra sonhada, vista como dádiva de Deus:

Nasci na cidade de Santa Terezinha no estado do Pernambuco. Antes de ir para o Paraguai, morava na cidade de Gaúcha no estado do Paraná. Em 1975 eu morava em Alto Piquiri, trabalhava por dia ou por empreita. Eu fui junto com um irmão de fé que me convidou para morar lá nas terras de um irmão que tinha uma fazenda no Paraguai. Ele levou para lá uma máquina velha de costura e uns buchos.⁹ Trabalhei junto com Antônio Arns, plantamos feijão e algodão, e no outro ano comprei um arrendamento de uma viúva, plantei algodão, soja e milho. Foi muito trabalho, neste lugar eu ganhei muito dinheiro, então eu inventei de ir para a Bahia, foi à viagem mais infeliz da minha vida [lágrima nos olhos]. Minha família sofreu por minha causa. Eu trabalhei lá na colheita de café, e no final da colheita o homem deu o café que caiu no chão para colher a meia. Uma vez, lá na Bahia em uma feira, eu estava sentado, um homem bateu na minha costa e falou assim: você é novato aqui? Eu falei sou. Você veio de onde? Eu vim do Paraná. Você tem quantos filhos?

⁹ É uma espécie de mala improvisada em sacarias.

Tenho seis. Você nunca mais sai daqui! Eu respondi para ele [olha para o céu] o senhor é grande e tem poder e eu vou sair daqui, sair dessa boca pesada. Voltei da Bahia direto para o Paraguai, trabalhei lá mais dois anos daí entrei no acampamento. Entrei no barraco e enfrentei a boca pesada, trabalhei cortando lenha e colocando em cima do caminhão, para carvoaria e também no corte da cana [...].¹⁰

Lane (1981), apoiando as suas reflexões em Piaget, afirma que a identidade se constrói: “progressivamente, em estágios sucessivos desde o nascimento, o sujeito organiza o pensamento e o julgamento” e mantém-se ao longo do tempo e das mudanças. “[...] as condições sociais decorrentes da produção da vida material determinam os papéis e a nossa identidade social” (1981, p. 23).

O reconhecimento do pertencimento à classe de camponeses é a identidade que a maioria dos assentados construiu para si ao longo de seu processo histórico que não é estático. Essa condição está em constante transformação, pois o sujeito é o próprio agente de sua história, com condições de mudar e transformar o meio em que vive. Essas famílias vindas para o Taquaral trouxeram em suas bagagens uma longa história, e nessa trajetória de vida de partida de um lugar ao outro, em busca da terra para dela sobreviver, construíram e (re) construíram, por diversas vezes, o projeto de vida, como podemos observar nas histórias de vida contadas pelas pessoas que vivem no assentamento Taquaral.

Os Brasiguaios: um sonho interrompido

Foi no cenário da “revolução verde” e do “milagre econômico”¹¹ que, nos anos de 1970, diante da necessidade de sustentar e abrigar a

10 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Abril de 2012, com Antônio Florêncio.

11 A denominada “Revolução Verde” foi o processo de modernização da agricultura, com incremento de máquinas e melhorias em sementes genéticas, discurso esse que dizia que essas novas técnicas iam acabar com a fome do mundo. Esta “Revolução” e o “milagre econômico” ocorreram no mesmo contexto dos anos de 1970, momento em que a euforia tomava conta das ditaduras militares, ignorando o que acontecia aos pobres dos campos e cidades. Sobre este período, é importante consultar: Silva, 1982.

família, um grande número de pessoas partiu do Brasil em busca de terra e de trabalho no Paraguai. O desejo da terra no Brasil não se materializou naquele momento em função da exploração do trabalho por parte dos contratantes e pelo emprego da mecanização e expulsão do campo, como salienta José Ferreira de Moura:

Nasci em Malacacheta, Minas Gerais. Saí em 1975 do Paraná para o Paraguai, lá nós ficamos até 1984. O fator que me fez ir para o Paraguai foi à situação de lugar para trabalhar, quando trabalhávamos no Paraná, a situação era, pegava um mato de alguém para trabalhar, quando aquele estava derrubado mandava para outro lugar, você tinha que deixar aquele que estava aberto e pegar outro mato para trabalhar, não estava tendo lucro, por fim entrou a mecanização. O pessoal só dava aquelas beira de córrego, onde não tinha como transportar o produto. Era muito difícil, mesmo assim com toda dificuldade a gente fazia, plantava pastagem e tinha que pegar outro. Depois não estava tendo nem isso mais, a mecanização foi empurrando as pessoas até que chegou um limite, onde estava não tinha mais lugar de trabalhar, aí optei por sair procurar outro meio. Meus irmãos iam para o Paraguai, lá já tinha um irmão que tinha terra, aí me convidou para ir para lá, então nós fomos, fiquei nove anos lá, maior sofrimento, sabe o que é sofrer? A terra boa produtiva, mas quando colhia não tinha para quem vender e quando você vendia o preço era muito baratinho, não dava para cobrir as despesas. Terra não tinha condições de comprar, e não era seguro [...].¹²

Diante dessa exclusão provocada em parte pela inserção das máquinas na agricultura e pela concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, as famílias que viveram esse processo de modernização da agricultura viram como alternativa a emigração para outras regiões, principalmente para o país vizinho, o Paraguai. Naquele período, várias famílias atravessaram a fronteira e compraram pequena quantidade de terra naquele país, formando um verdadeiro território de brasileiros no Paraguai, como relata Luiz da Conceição:

12 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

Eu nasci em Cambé, mas antes de ir para o Paraguai morava em Terra Roxa no Paraná, meu pai tinha uma chácara de três alqueires, aí ele trocou estes três alqueires, em troca de umas terras lá no Paraguai, na região da Paloma em onze alqueires, daí nos fomos para lá. Lá em Terra Roxa nós cultivávamos soja, mas na realidade nossa terra era muito fraquinha e tinha grande parte banhado, e na realidade eram apenas dois alqueires. Como não dava para nós sobreviver porque nós éramos oito irmãos, meu pai resolveu ir para o Paraguai. Ele conheceu uma pessoa que tinha estas terras, eram trinta e três alqueires, mas os trinta e três alqueires ele não tinha capacidade para comprar, porque era pouco recurso dele, então eles compraram esta área em três pessoas, [dois compadre] no caso foi uma troca, deu suas terras no Brasil e pegaram as terras do Paraguai que era todo mato, não tinha nada, nada aberto, tudo mato, quando nos fomos para lá em 73, acho que é. Para chegar lá no lote não tinha estradas, aí nós tivemos que abrir estradas, um tipo de carreador para chegar até o lote [...].¹³

A maioria das famílias que imigrou para o Paraguai foi atraída pela propaganda do governo da época que dizia: “com a venda de um hectare no Brasil era possível comprar mais de cinco no Paraguai” (WAGNER, 1990, p.16).

Albuquerque diz que: “a presença de brasileiros no Paraguai principia no final dos anos 1950, intensifica-se nas décadas de 1960 e 1970 no contexto de construção da hidrelétrica de Itaipu e continua em novos fluxos nos últimos anos” (2009, p.2).

Muitos camponeses foram no intuito de adquirir terras que abrigassem boa parte da família, em sua maioria, composta por várias pessoas, como relata Darci Alves:

[...] Foi assim, meu pai tinha um compadre, ele foi embora para o Paraguai, aí lá terra era fácil, comprava mais barato. Aí um dia

13 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

ele foi à nossa casa no Paraná, e falou sobre isso, meu pai ficou interessado, só que a gente morava no lote do meu avô e tinha quase tudo, tinha vaca, tinha animal, aí o pai vendeu tudo e nos fomos para o Paraguai. Ele comprou um pedaço da terra desse compadre dele, e disse vamos embora para o Paraguai, vamos ter nossa terra, lá é bom para produzir. Quando fomos embora, fomos só com malas, ele tinha vendido tudo as coisas para pagar esse compadre dele pela terra, quando nos chegamos no Paraguai esse compadre dele tinha vendido a terra para outra pessoa, e nos não tínhamos onde morar, ficamos sem nada. Aí tinha um pessoal do finado Loro, que tinha um irmão dele que tinha um sítio, ele falou para o meu pai, há Dorvalino faz uma casa aqui, até você arrumar alguma coisa. Daí meu pai fez um barraquinho lá, e nós fomos morar no sitio dele, trabalhando em fazenda, trabalhando para os outros [...].

14

De acordo com Wagner (1990), esses camponeses, que outrora foram expropriados do trabalho rural no Brasil, buscavam no país vizinho a esperança de “dias melhores”, advindos da oferta de terras férteis e baratas.

Para o camponês, o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto no fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua sobrevivência. Uma parte desse fruto “é condição direta de sua sobrevivência” (MARTINS, 1989, p. 91). A expansão e a modernização da produção agrícola impossibilitavam essa sobrevivência e tornavam-se uma realidade no Brasil. No Paraguai, o sistema produtivo ainda se dava de forma lenta, não havendo emprego de máquinas na abertura de novas áreas de agricultura, como nos conta José Alves de Souza, que vivenciou isso na prática:

Nasci em Água Boa, Minas Gerais. Antes de ir para o Paraguai morava em Palotina, e possuía dois grilos de terra. Fiquei uma temporada na cidade de Assis Chatobriand. Em Palotina nós plantávamos por nossa conta, lavoura de menta, milho, feijão,

14 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com a assentada Darci Alves.

arroz, e também trabalhei de gato¹⁵. Eu era conhecido dos fazendeiros aí tive notícia dessa fazenda lá no Paraguai, essa turma era de Palotina, foi meu patrão com as seguintes condições: mato em pé, água no córrego e cinco por cento de tudo que produzisse, esse era o contrato de boca. Eu me movimentava ali e fazia diversos tipos de plantio. Plantei e rocei por minha conta, lá plantei também hortelã, para fazer isso eu trocava dias de serviços com outros companheiros, roçava queimava e fazia o plantio, tinha a minha semente própria, porque comprava na venda. Nesta fazenda moravam nesse mesmo processo umas dez famílias, então nós dividimos a área, fazendo uma espécie de loteamento e ninguém ocupava a área do outro. Cheguei a tocar cinco alqueires, mas também trabalhava para fora na diária porque o patrão não ajudava [...].¹⁶

Estes brasiguaios, diferentemente do que esperavam, estando em terras paraguaias, foram novamente vítimas do sistema capitalista, sendo expropriada a sua mão de obra em benefício do fazendeiro. Assim, o imigrante tornava-se uma presa fácil.

No início do governo de Alfredo Stroessner, no ano de 1960, houve a promessa de transformação do país, como ressalta Ferrari:

Foi de total responsabilidade do governo Stroessner a decadência da economia paraguaia que foi transformada, sim, pela formação de extensos latifúndios de exploração florestal a cargo, principalmente, do capital de grandes latifundiários brasileiros conhecidos na época por ‘colonizadores’ e, atualmente ‘brasileiros no Paraguai’, arruinando totalmente as condições de vida da população camponesa do país (2010, p. 20).

Segundo Nogueira, “o Paraguai, ao contrário de defender sua soberania territorial, abriu as portas à imigração brasileira, a partir de 1960, quando o governo Stroessner deixou que entrassem brasileiros para

15 “Gato” é a expressão utilizada para designar quem intermedeia a relação entre os trabalhadores e o fazendeiro/ou empresa, particularmente no momento da “contratação” da mão de obra.

16 Entrevista no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza

povoar suas fronteiras [...]” (2011, p. 17). Mas, o relato do camponês Luiz da Conceição, deixa exposto à falta de políticas públicas para que permanecessem em terras paraguaias:

[...] A nossa dificuldade é que tudo tinha que ser por nossa conta, nós derrubava o mato, e o recurso era pouco, tinha que plantar de acordo com a força da gente. Tinha que ter a sua semente, todo mundo tinha a semente caseira e assim foi indo. Fomos abrindo, plantando soja, milho, feijão, arroz e hortelã. Na época que estava lá a soja produzida era vendida para picareta¹⁷ e depois surgiu a cooperativa em Paloma, já o feijão e arroz eram mais para o consumo e quando plantava um pouquinho a mais não tinha para quem vender, então tinha que vender para picareta que cruzava para o Brasil. O presidente da cooperativa era o padre Henrique e no caso a gente com o passar do tempo o pai ficou associado da cooperativa e começamos a pegar a semente de soja essa coisa lá dentro da cooperativa. No começo quando estava no mato nós pegávamos financiamento da cooperativa e também nem sei se era financiamento de governo, sei que pegávamos da cooperativa que formamos, era uma cooperativa bem pequenininha [...].¹⁸

Darci Alves também relata as mesmas dificuldades vividas para se manter no Paraguai:

[...] Lá a gente colhia de tudo, café, arroz, feijão, milho, o que comprava era só o sal e açúcar. Só foram difíceis dois anos que a gente perdeu tudo, até você trabalhar para ter as coisas. Então foram dois anos bem difíceis. Mas depois, tudo que você planta lá se colhe, mesmo pagando renda para os outros a gente vivia bem, não faltava o que comer [...].¹⁹

José Alves de Souza narra que nunca possuiu terra no Paraguai e que, para se manter em terras alheias, desempenhou, naquele país, diversas funções, além de seu ofício de camponês:

17 Pessoas que compram produtos por um preço bem abaixo do preço de mercado e vendem a outros.

18 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

19 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com a assentada Darci Alves.

[...] Eu fiquei morando no Paraguai por dez anos, só vim no Brasil neste período duas vezes só para trazer as crianças para ver a mãe. Durante esses dez anos trabalhei de sereno,²⁰ dois anos, no secador (silo) de saqueiro e por último trabalhei na triagem de produtos como: soja, milho e feijão. Eles me deram uma triadeira trinton com motor yamar para triar. Me deram uma instrução, aí eu fui trabalhar uma safra, todas com um salário fixo. Era tratado assim: quem era freguês do armazém acertava com eles no armazém, e quem não era pagava para mim no local. Eu entregava o dinheiro para eles, e como eu era analfabeto, quando recebia dinheiro de uma triagem juntava com aquele papel e entregava para o patrão. No Paraguai eu só morei em terra dos outro, uma época plantei na terra da minha sogra, e depois mudei para a cidade [...].²¹

No relato anterior, José Alves de Souza deixa explícito que desempenhou diversas funções para esse mesmo patrão, mas nunca conseguiu adquirir a tão sonhada terra para morar.

Como também se depreende dos relatos, o fator motivador da transferência de brasileiros para o Paraguai, em sua maior parte, foi em decorrência do desejo de acesso a terra. Lá chegando, encontraram a duplicidade da cultura: a cultura paraguaia e a nova cultura dos imigrantes. O jogo de futebol era um dos principais momentos de sociabilidade e de interação dessas culturas. É sobre essa questão que Mário Chiconviaki, um dos entrevistados, fala:

[...] Morei dez anos lá, onde eu morava não posso reclamar de nada, porque se estando documentado está bom, só reclamo da saída. Lá quando ia fazer uma festa, você ia ao comissário, ele falava: quem resolve lá são vocês. Tinha o finado meu pai, o finado Dito, o pai do compadre Luiz era um grupo só de brasileiro ali, então não posso reclamar de nada. Nós saíamos, jogava bola, só não

20 Guarda noturno.

21 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

tinha muita liberdade não. Quando a gente ia à cidade os milicos procuravam documentação, se você tinha identidade, identidade paraguaia, migração ou permissão de seis meses. Eles eram muito prevaletidos, qualquer coisa estava enquadrando as pessoas. Não é igual aqui no Brasil que nos podemos ir quer quando quer. Arrendatário você sabe, começou entrar umas leis meio pesada e lá são eles quem manda [...].²²

O local descrito pelos camponeses demonstra um verdadeiro território brasileiro em terras paraguaias, mas a falta de escola para as crianças era um problema enfrentado por todos, como Luiz da Conceição descreve:

[...] Nós nunca tivemos algum tipo de desavença com os paraguaios, a gente morava em um lugar que tinha uma grande colônia de brasileiros. De cada cem brasileiros deveria ter dois a três paraguaios ali pelo meio, mas era só brasileiro onde nos estávamos. Para gente morar era bom, para viver era bastante sadio. Agora escola, estrada, saúde se precisasse era muito difícil. A escola praticamente só estudava quem tinha dinheiro para pagar uma aula particular e quem não tinha ficava sem estudar, estrada quando precisava tinha que juntar o povo e fazer coleta para arrumar a estrada e quando precisava de uma esteira porque nem andava a cavalo. Era valeta para tudo que lado, escola não tinha mesmo. Meu irmão que foi para lá sem estudo, ficou sem estudo mesmo. Nós não tínhamos nem jeito de vir fazer compra no Brasil, só quando vinha fazer uma compra de roupa ou um troço assim parecido, já a questão de alimentação comprava ali mesmo na Paloma no preço que estivesse[...].²³

Após vários anos trabalhando como empregado para o mesmo fazendeiro, o qual, como narra José Alves de Souza, era uma pessoa muito influente na região, esse ofereceu uma espécie de proteção ao trabalhador, como sugere o relato:

22 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com Mário Chiconviaki.

23 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril 2012, com Luiz da Conceição.

[...] Nesses dez anos que morei lá, nunca tive problema, os meus patrões gostava de mim: ‘Ei, dom José, senhor só vai preso a cá de matar ou roubar, se prender mandamos soltar dom José’ [risos]. Na época só existia dois partido: o colorado e o liberal, o colorado era meio cruel, o liberal era mais favorável. Algumas pessoas diziam se o liberal ganhar era melhor para os brasileiros e se o colorado permanecesse no poder ia expulsar os brasileiros. Na época tinha muito brasileiro lá, plantava, colhia e vendia lá mesmo [...].²⁴

Nesse período, o governo que estava no poder era do partido colorado. Havia uma disputa entre este partido e o liberal que influenciava diretamente a vida dos brasileiros que lá viviam, mas as famílias não manifestavam sua preferência, pois, segundo o entrevistado, o patrão era quem decidia.

Motivos para entrar na luta

Diversos foram os motivos que levaram os camponeses a entrarem na luta pela terra, mas, para muitos deles, a falta de espaços para constituírem a família, em terras paraguaias, e também em terras brasileiras, tornou-se o fator determinante, como conta Luiz da Conceição, em sua história de vida:

[...] Eu entrei lá em 1973 e sai em 1986 não me lembro bem, acho que é uns 13 anos. Quando eu fui para o Paraguai fui solteiro, tinha uns 17 anos, e daí eu casei e comecei a ter filhos, minha intenção era que meus filhos tinham que ter estudo, e lá na época à gente estava vendo que não tinha como. E aí o maior pensamento era isso voltar para o Brasil, quando surgiu aquele movimento do pessoal, aí eu resolvi vir. Foi basicamente isso que me levou entrar na reforma agrária, para não ver meus filhos sem estudo, sem saber ler e escrever, como os meus irmãos que não conseguiu estudar [...].²⁵

24 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril 2012, com José Alves de Souza

25 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril 2012, com Luiz da Conceição.

A fala de Luiz da Conceição nos demonstra que o acesso a terra possibilita a liberdade, fazendo com que o homem se torne livre. O acesso a terra através da reforma agrária é um dos caminhos para aqueles que estão marginalizados pelo processo capitalista. Assim, José Alves de Souza utilizou-se da reforma agrária para romper com este monopólio e conquistar a sua terra:

[...] Eu saí de lá porque ouvi falar que eles davam um pedaço de terra aqui no Brasil, e na base de seis meses já pegava a terra, só que não foi bem assim, demorou muito. Mas a gente teve apoio do sindicato, e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). A vontade era de ter a terra, comprar a gente não podia, então com essa facilidade veio muita gente para cá com esse objetivo [...].²⁶

Já para Antônio Florêncio, a terra é vista como lugar de sossego, de libertação:

[...] Eu saí para buscar um tacho de terra, e dou graças a Deus por estar aqui, porque quando você mora em terra dos outros, você não tem sossego, você é mandado, por boa que seja você é mandado. Então hoje você é empregado, amanhã talvez não, e aqui eu sou empregado do governo, não estou no que é meu, mas ele não manda sair, eu já andei demais [...].²⁷

José Ferreira de Moura foi uma das vítimas deste sistema de opressão durante o período em que morou no Paraguai. Na história narrada pelo assentado, é possível perceber a opressão:

[...] Nesses nove anos que fiquei lá no Paraguai, só trabalhei para os outros, como meeiro. O patrão era uma brasileira, uma viúva muito boa pessoa, deixou nós ficarmos lá, pagava a renda mais barato, trabalhava para ela, e cuidava da terra. Ela propôs para mim se eu quisesse comprar a terra, ela venderia a terra para

26 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

27 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

mim e faria uma parceria muito boa, eu pagaria as prestações por ano da maneira que eu pudesse, mas o homem encarregado que cuidava da terra antes, cresceu o olho em cima porque a terra já estava limpa, e nessa época eu tinha trabalhado quatrocentos e cinco dias de serviço para limpar a terra. Fazia a troca de serviço. Quando a terra estava boa o patrão foi lá e disse que ia tocar a terra, e que eu tinha que procurar outro lugar. Aí a mulher propôs a venda da terra, trezentos mil guaranis, era pouquinho dinheiro, mas no volume era muito, e eu não tinha essas condições para comprar. Então você pode plantar e do próprio serviço você paga, aí o homem falou não. Mas então você fica o tempo de nós fazer o documento. Esse homem que cuidava da terra antes ficou com medo de eu tomar a confiança dele, porque eu estava fazendo muito serviço e ele não tinha feito, ele só cuidava do local, aí falou: ‘eu vou mais vocês lá fazer o documento’. A mulher mandou fazer o documento e ele fez o documento no nome de um paraguaio, e quando eu cheguei lá o homem já tinha vendido a terra para outro homem. Daí disse então se eu quisesse ficar na terra tinha que ser da maneira que eles queriam abrir outra área. Eu já tinha saído do Paraná por causa disso, ia enfrentar o mato de novo no machado para deixar pronto lá. Então eu não aceitei e falei: ‘vou embora’. Meus irmãos estavam indo embora para São Paulo, eu não podia ficar sozinho porque eu não tinha condições de ficar, me manter sozinho, e lá nós fazíamos a troca de serviço entre os irmãos e os amigos deles, e dessa forma ia entrar pessoas estranhas, daí falei: ‘não, já que eles vão embora, eu vou embora também’ [...].²⁸

No campo, conforme Martins, o capitalismo utiliza-se de diversas artimanhas. Nas palavras desse autor: “através do cativo, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário-por-trabalho”. (1998, p.15).

28 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

Para o camponês, a terra é o elemento de reprodução familiar. A terra serve de manto protetor, de onde ele retira o alimento e se abriga do sol e da chuva. A terra o liberta do patrão.

As mobilizações dos camponeses no tempo do acampamento Eldorado

Como já observado, os camponeses, ao se unirem para requerer suas reivindicações, contaram, em terras brasileiras, com o apoio da CPT, órgão ligado a uma das pastorais da Igreja Católica, como afirma Luiz da Conceição, que ficou sabendo da luta por meio da igreja:

[...] A gente ficou sabendo através da fala de um para o outro, lá no Brasil está saindo acampamento, um foi contando para o outro. No caso, quando a gente ia à igreja conversava um com o outro, os amigos falavam da situação, então pensei: 'vamos para lá para pegar um pedaço de terra'. Antes disso estiveram por lá o pessoal da pastoral. Eu não cheguei presenciar nenhuma reunião deles, mas falava sempre com os companheiros que também veio para o acampamento [...].²⁹

José Alves de Souza diz que ficou sabendo da organização do acampamento porque antes tinham saído algumas pessoas para vir para Ivinhema, como expressa o seu relato: “[...] aí, nesse caso, ficamos sabendo que saíram bem, então formaram grupo para trazer mais gente para o Brasil, ai então eu vim [...]”.³⁰

O acampamento, para Antônio Florêncio, significava a luta para a conquista da terra; desse modo, poderia criar seus filhos. A notícia veio por meio de um amigo:

[...] Eu morei lá por dez anos, e eu sai de lá para ganhar um pedaço de terra. Eu fiquei sabendo desse acampamento através

29 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

30 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

de amigo, porque um pai de família sem um taco de terra para criar seus filhos é duro para ter sossego. Eu comprei um plástico e fui lá construir o barraco. Na viagem nossa do Paraguai para lá [Eldorado] foi a minha mudança e a do finado Louro no mesmo caminhão, chegando lá dormimos todos no barraco também do finado Paulo Preto, porque chegamos tarde e não deu tempo para passar a lona no barraco [...].³¹

Também para Mário Chiconviaki, os amigos foram os porta-vozes para a sua entrada no acampamento:

[...] Fiquei sabendo do acampamento por meio de amigos. Muita gente saiu de lá, pessoal de Alvorada, de Troncal Quatro, gente de diversos lugares, aí foram atrás e falaram do acampamento, aí nós saímos. Antes disso foram um grupo de brasileiro cadastrando as pessoas, brasileiros que estavam no Paraguai. Daí que nos ficamos sabendo mais ou menos que ia sair essa reforma agrária [...].³²

A fala de José Ferreira de Moura evidencia que a sua entrada no acampamento não tinha ocorrido na primeira saída de brasiguaios para a Santa Idalina, haja vista a dívida que ele tinha adquirido em terras paraguaias. Mas o seu irmão Valdomiro foi um dos responsáveis pela mobilização dessas pessoas, de modo que chegou até a ser detido no lugar do irmão.

[...] Eu tinha um irmão que há muito tempo vivia lá. Ele era muito querido pelo comissário, e também pessoas que era advogado. Ele foi à capital do Paraguai, para pedir uma documentação para fazer uma ruta, [estrada]. Ele foi até a cidade, pediu uma documentação para fazer essa ruta, foi muito bem apoiado. O presidente da época era Stroessner. Ele concedeu a documentação através de um advogado, aí ele convocava as pessoas para trabalhar e lá ele dizia, ele tinha dois cadernos; um para apresentar os trabalhadores e no outro ele estava matriculando as pessoas para sair e voltar

31 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

32 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com Mário Chiconviaki.

para o Brasil. Chegou ao ponto da policia paraguaia perseguir ele, pois eles não queriam que os brasileiros sáíssem. [...] Aí esse meu irmão, o Valdomiro, ele cadastrou mil famílias. Quando começou saber das notícias que o Valdomiro estava cadastrando essas pessoas para levar para o Brasil o comissário [Delegado] começou perseguir ele: ‘dom Valdomiro porque você esta fazendo isso?’ Aí ele falou: ‘não, não é isso não eu estou notificando as pessoas no serviço que estamos fazendo, nós estamos fazendo uma rua aqui e é muito difícil, vai gastar muito tempo, vai precisar de muita gente, então um faz um pedaço e o outro faz outra parte ate nós sairmos lá’. Aí ele mostrou o documento que o presidente tinha dado para ele, e ele concorda com o documento; ‘não, então você está de parabéns’. No tempo que a estrada ficou pronta o cadastro estava nessa situação de mil famílias. Essa foi antes da nossa vinda, a primeira leva que saíram para o escondido na Santa Idalina. [...] eu cheguei ser preso, não eu não cheguei ser preso, cheguei ser detido, porque nós éramos muito parecidos [...].³³

Estando em outro país, a estratégia de mobilização dessas pessoas foi a de modo “formiguinha” – um falando para o outro –, no entanto, mesmo assim, a mobilização aconteceu de forma extraordinária, como relatam os entrevistados.

José Ferreira de Moura, em seu retorno ao Brasil, relata que em suas bagagens trouxe mais do que lembrança, como podemos constatar, pois a memória é rica em detalhes, demonstrando as estratégias de sobrevivência ao adentrar a luta:

[...] Nós trouxemos umas coisas sim, trouxemos algumas criações, assim pouquinho. Lá, o que tínhamos vendemos baratinho, porque não podia trazer grandes coisas, em movimento para estar num lugar, você não poderia movimentar se você tem bastante criação. Aí eu vim simplesmente com as vaquinhas do leite que podia ficar no acampamento, podia sustentar as pessoas que veio conosco. Trouxe umas seis a sete vaquinhas, trouxe alguns porcos, trouxemos a semente. Aí fomos muito bem recebidos no acampamento, porque tinha as pessoas que matriculava e

33 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

tinha outras pessoas que orientavam, tinha a Pastoral da Terra que ajudava a organizar. Nós não organizávamos nada já estava tudo organizado, nós simplesmente obedecíamos às maneiras que eles tinham organizado e eles nos instruíam como que deveríamos fazer, como deveríamos nos comportar no acampamento e ali eles estabeleciam metas para a gente ajudar a coordenar o acampamento [...].³⁴

As lembranças do retorno para casa não saem da memória de Antônio Florêncio, ao recordar o episódio:

[...] A nossa volta foi tranquilo porque nesse dia tinha o jogo do Brasil [copa do mundo] pararam o caminhão e pediram o documento, e eu não sabia onde tinha colocado, eu casei o Louro também ficou apavorado, eles lá vendo o jogo do Brasil [comissário e tarachi], daí o comandante lá da televisão disse: “manda passar”, aí todo mundo passou logo [riso]. O transporte da mudança custou 1000 cruzeiros. Quando chegamos a Eldorado já tinha muita gente acampada [...].³⁵

A comentar o seu retorno, Luiz da Conceição salienta o desafio que enfrentou para trazer umas cabeças de vacas de Paloma até Eldorado.

[...] Os primeiros que saíram do Paraguai tiveram problemas com suas mudanças, mas nós não, porque o pessoal já tinha quebrado esta barreira. Eles queriam explicação porque o pessoal estava vindo embora. Quando vim mandei primeiro a mudança no caminhão com a família, daí eu e meu cunhado viemos a pé de Paloma até Eldorado para trazer algumas cabeças de vacas, e um cavalo com carroça. Lembro que saímos de lá uma hora da manhã, e um dos cachorros do meu pai acompanhou a carroça, a gente tocou ele de volta, mas em certo trecho da estrada o cachorro apareceu de voltar, aí então resolvemos colocar ele em

34 Idem.

35 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

cima da carroça. Nós chegamos a Eldorado, [acampamento] quase meia noite. Foi uma aventura [...].³⁶

Aqui fica exposta a preocupação do assentado em trazer as vacas para garantir o leite para as crianças, não sabendo ele que sua trajetória estava apenas no começo, pois a preocupação no garantir o sustento da família fez com que os brasiguaios, de imediato, pensassem na sobrevivência. Trazer as cabecinhas de gado, como destaca o narrador, valeu o sacrifício. Em relação à terra, o desejo de cultivá-la alimentava as ações no acampamento, sendo subsídio para a memória da maior parte dos entrevistados.

Por estar vivendo no período de transição da ditadura para democracia, e também como forma de proteger seus agentes da repressão dos ruralistas, o método desenvolvido no acampamento Eldorado, pela CPT, era o de não divulgar quem estava responsável pela coordenação, como ressalta José Ferreira de Moura:

[...] Durante a noite trabalhava como guarda, segurança para que ninguém viesse entrar e destruir a organização. Um dia eu fui surpreendido por pessoas que estava testando como é que funcionavam os guardas a noite, chegou uma pessoa do mesmo grupo foi lá e queria entrar no acampamento de noite. Ela queria saber quem era a liderança, aí nós dissemos: ‘não, aqui não tem liderança, aqui é um para cada um, e Deus por todos’. Então a pessoa falou: ‘não, mas eu fiquei sabendo que tem uma liderança aí e eu preciso do nome deles’. Aí então eu falei: ‘não conheço liderança, nenhuma aqui’. A gente era orientado nas reuniões que não era para citar quem era liderança, chefe, de maneira nenhuma, e quem eram as pessoas que coordenava. ‘Não, nós aqui vivemos assim, todo mundo toma as decisões

36 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

internas, aqui não tem chefe, não tem ninguém’. Eu não lembro o nome da irmã, aquela mulher que foi lá [...].³⁷

O acampamento é um espaço transitório até chegar a terra. Pode ser entendido, a partir das entrevistas, como um campo de guerrilha onde os acampados traçam as estratégias para romper com o monopólio da propriedade, mas, para sobreviver nessa longa espera, os movimentos e sujeitos criam mecanismos para manter o acampamento e a família na luta, como descreve José Ferreira de Moura:

[...] Eu vim de Paloma! Isso era muito significativo para entrar no acampamento, se identificar. Chegar para a pessoa e falar: Com quem você quer falar? Essa eu não conheço. Pesquisávamos bastante as pessoas quando chegava, por exemplo, para contratar pessoas para trabalhar. No começo nós não podíamos sair para trabalhar, mas depois foi liberado, podíamos sair, mas sair com uma liderança, mas já saíamos orientados sobre o que deveria conversar, e o que não deveríamos, então nós saíamos para trabalhar. Quando chegava uma pessoa para contratar trabalhadores, nós pesquisávamos ele primeiro o que ele queria e qual a função, se morava ali senão morava. Se víamos que tinha risco, nós não negociávamos, se não entendia a linguagem bem correta o que a pessoa queria, então nós não identificava a pessoa que ele queria, muitas vezes chegava pessoas procurando se era a Pastoral da Terra que cuidava, dizia: “não aqui é o povo, todo mundo junto”. Quando nós sabíamos que as pessoas eram pessoas que queriam inteiramente ajudar o movimento a gente falava: ‘olha, vocês conversam com a liderança, vamos procurar uma pessoa ali, ver se ele pode receber’, aí ia procurar uma liderança, mas nós não falávamos quem era a liderança. Procurava uma pessoa, ele já tinha sua linguagem certa para conversar com a pessoa, se era pessoa que eles tinha coisas eles abria o jogo senão, não abria o jogo, e a pessoa ficava desorientada do mesmo jeito. Nós saíamos para trabalhar de caminhão de boia-fria, nós ia depois voltava para o acampamento, a noite tinha reunião às vezes tratado de movimentos, eles diziam: ‘olha tal tempo nós

37 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

não podemos sair para trabalhar, nós temos um movimento assim, e assim todo mundo tem que estar junto', então nós obedecia, mesmo se tinha necessidade de trabalhar, mas aquele momento era reservado, e nós obedecíamos sem reclamar, porque o objetivo nosso era de estar junto na luta para conseguir a Terra, todo mundo era igual e importante [...].³⁸

Para permanecerem no acampamento, as famílias criaram várias estratégias, como Mário Chiconviaki diz: “a vida no acampamento era muito difícil, trabalhava de boia-fria, as mulheres também iam, eu deixava meus filhos com amigas, vizinhas, os que eram maiores a gente levava, os pequenos deixava para conseguir um dinheirinho para organizar alguma coisa”³⁹. No acampamento, a solidariedade estava sempre presente e as famílias ajudavam-se mutuamente para contornar as dificuldades encontradas.

Podemos perceber que, no acampamento, como salienta a senhora Darci Alves: “só ficava as mães e as crianças pequenas, todo mundo esparramava para trabalhar, eu mesmo chegava à noite, saía de manhã e chegava à noite”⁴⁰. Nesse processo de luta pela terra, as famílias camponesas muitas vezes permaneciam em uma longa espera. Sendo assim, o serviço temporário tornava-se fundamental para continuar na espera, como narra Luiz da Conceição.

[...] Ficamos acampados quase dois anos em Eldorado, e para se manter no acampamento trabalhava nas fazendas de boias-frias quando tinha serviço, e quando não tinha serviço ficava parado. E muitas das pessoas que acamparam com a gente desistiram, porque a dificuldade era muita. Os líderes falavam que não tinham previsão de quando ia sair a terra porque estava muito difícil, e que tinha que se unir, mas o pessoal foi se cansando

38 Idem.

39 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Maio de 2012, com Mario Chiconviaki.

40 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Maio de 2012, com Darci Alves.

e muitos desistiram e acabou saindo. A pastoral era a nossa organização. Cada pessoa tinha o representante do seu grupo, e cada representante reunia entre os outros grupos discutia os problemas para negociar com o governo. Depois de dois anos acampados em Eldorado fomos transferido todos para Santo Inácio [...].⁴¹

No período do acampamento, além de estar ali sem uma renda fixa, mesmo quando se buscava um trabalho fora, tinham que se cumprir com as obrigações do dia a dia, como lembra Antônio Florêncio: “Neste período, que ficamos em Eldorado, trabalhei bastante para fora para arranjar o que comer e à noite às vezes nós ainda estava escalado para trabalhar na guarda do acampamento. A gente ficava com outro companheiro a noite toda com um apito na mão apitando para dizer que nós estávamos fazendo a ronda”.⁴²

No início da década de 1990, assiste-se a um significativo retorno desses camponeses ao Brasil. Conforme Nogueira (2010), a estrutura fundiária, com suas bases na concentração de terras, gerou problemas de ordem internacional no lugar onde estavam os camponeses brasiguaios. Com a implementação de grandes áreas de monocultura, foram continuamente expulsos da terra.

A transferência para o Santo Inácio

O conflito social iniciou-se com a criação dos acampamentos no Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de reivindicar a reforma agrária. Esse Estado é um dos maiores espaços de concentração fundiária. Isso fez com que esses trabalhadores, através de organizações junto a movimentos sociais,

41 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

42 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

partissem para as reivindicações de seus direitos – o acesso a terra –, para que resolvessem a situação das famílias que se encontravam nos acampamentos à beira das rodovias e à espera de um lugar para abrigar sua família. O governo do Estado, como estratégia para esconder o povo que estava em várias regiões do Estado, indicou a fazenda Santo Inácio no município de Dois Irmãos do Buriti para a constituição do assentamento provisório.

Após dois anos de longas reuniões com suas lideranças e já tendo a área indicada, os acampados aceitaram a proposta e criaram em Santo Inácio um grande acampamento constituído de pessoas de várias regiões do Estado. Isso é perceptível no relato de Luiz da Conceição:

[...] Todos os acampamentos do estado foram trazidos para este local, não lembro mais a quantidade de família que ficaram acampadas neste local. Nesta vinda o governo que trouxe a mudança. Na época eu trouxe do Paraguai duas cabeças de gado, um cavalo e carroça que foi uma dificuldade medonha para segurar estes bichinhos no acampamento, alguns deles chegaram até aqui no Taquaral. Antes de vir para o acampamento, lá no Paraguai a gente achava que as terras vinham com dois a três meses, e que o governo queria dar terra, e na realidade era totalmente o contrário teria que se lutar pela terra. Então a demora era muita e no acampamento estávamos em uma situação que já não estávamos mais resistindo [...].⁴³

A organização do acampamento partia da união do povo para se chegar a um objetivo comum: a conquista da terra, como nos conta José Ferreira de Moura:

[...] Nós conseguimos muitas coisas na parte de organização, por exemplo, para conquistar as coisas, negociar alguma coisa, muitas vezes a pessoa ia lá a um lugar, os outros ficavam de retaguarda apoiando. O povo era unido, não tinha briga, tudo pacífico. Mas se fosse preciso usar a força todo mundo ajudava. Eles temiam o

⁴³ Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Abril de 2012, com Luiz da Conceição.

braço forte chamado povo unido. A união do povo era temível e o povo precisa continuar sendo unido em todos os setores, e com a união nós podemos tudo [...].⁴⁴

A vida no Santo Inácio e a ida para o Assentamento Taquaral – um novo lugar

Longe da área urbana as famílias tiveram a necessidade de se organizar de maneira mais ampla no que se refere à educação, à saúde, entre outras, reinventando maneiras e estratégias para manter a ordem e a união entre as pessoas e garantir o desenvolvimento social. Isto é o que relata a entrevista a seguir, com Luiz da Conceição:

[...] Não tinha apoio do governo, e tinha que fazer movimento, para conseguir alimentação, escola, era difícil, não foi fácil não. Para resolver a questão da escola, as pessoas construíram umas escolas de pau-a-pique e a saúde aparecia médico lá em um posto improvisado, também de pau-a-pique e depois que construíram um local. Já a educação, as próprias pessoas que estavam no acampamento que tinham um pouco mais de estudos, fez uma seleção dessas pessoas e as próprias passaram a serem os professores dos alunos. No período que ficamos no acampamento sempre trabalhamos de boia-fria, e lá em Santo Inácio todos os **GRUPOS**⁴⁵ teve um pedaço de terra para plantar, foi dividido entre os GRUPOS em media três hectares para cada grupo cultivar, então o nosso GRUPO subdividiu esta área em pequenas parcelas, teve gente que conseguiu colher algumas coisa, já outro pegaram terra ruins e não colheram nada. Eu colhi arroz, feijão, milho. O acampamento estava organizado por Grupo e também tinha o setor, saúde, educação. As lideranças de cada grupo se reuniam com seu grupo todos os sábados para falar dos andamentos da semana, eu participava do setor da saúde.

44 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de Maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

45 A palavra *grupo* em maiúsculo significa a origem do local de onde vinha a família, como, por exemplo, Dourados, Jatei, Eldorado, Sete Quedas, Taquarussú, Bataiporã, Três Lagoas.

A medicina que nós desenvolvíamos era a medicina caseira, por várias vezes a pastoral nos levou em encontro de saúde, uma vez em Campo Grande e varias vezes em Jardim, onde todos os participantes apresentavam na palestra as ervas medicinais, cada grupo tinha um representante no setor [...].⁴⁶

José Alves de Souza, narrando sobre a forma de organização e a vida no assentamento provisório Santo Inácio, observa que a identidade de brasiguaios foi se constituindo nesse momento, ao se depararem com outros grupos com realidades diferentes dentro do trabalho coletivo nessa área. A sua fala também revela o momento de chegada ao assentamento Taquaral onde os grupos eram divididos pelo nome da região de onde tinham vindo.

[...] As lideranças conseguiram através de reivindicações uma área para ser cultivada em grupo. O governo do estado mandou tratores para fazer a terra para nós plantarmos. No acampamento nós nos identificávamos como brasiguaios isto era uma denominação por todos os acampados para ser identificado, isso aconteceu até aqui em Corumbá. Tinha grupo Jatei, Corumbazinho, Caarapó, Dourados, Três Lagoas, entre outros mais. Quando veio para cá mudou um pouco a liderança porque alguns deles ficaram no Monjolinho, Santo Inácio e Casa Verde. Os últimos que saíram de Santo Inácio fomos nós. Aqui tinha fama de terra boa. Quando foi para conhecer a área do Taquaral veio um grupo de pessoas que representava o restante do grupo para fazer os barracos. O motivo que me trouxe para cá foi seguinte, se a boa notícia anda, a ruim avoa, então a terra de Santo Inácio nós já conhecíamos. Monjolinho a informação também não era boa, já Casa Verde a terra era arenta só produzia abacaxi, então ficamos assim para decidir. Dava o nome e tinha até uma data para se arrepender, em uma data em diante não poderia mudar mais [...].⁴⁷

46 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

47 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

Tendo o conhecimento do tamanho da área do Santo Inácio e após várias situações de conflitos, assim com muitas mobilizações e negociações, os órgãos governamentais indicaram novas áreas para assentamento definitivo, sendo elas: Casa Verde, Monjolinho e Taquaral. As famílias se organizaram de diversas maneiras para serem assentadas nessas áreas, e a chama da conquista da terra se avivou com maior vigor naquele momento.

Após decidirem em reunião no grupo e com a família para qual área gostariam de ir, várias famílias prepararam-se para viajar até Corumbá, para a construção dos barracos que iriam abrigá-las. Sobre essa questão, os relatos a seguir tornam-se bastante ilustrativos:

[...] Eu vim para cá para ajudar a fazer os barracos, quando chegamos aqui fomos expulsos, porque o caminhão que vinha trazendo as nossas ferramentas e a comida foi preso na estrada, à gente tinha trazido algumas ferramentas como machado, foice e cavadeira. Só não passamos fome porque recebemos ajudas das pessoas que já estavam assentadas na região, como do Urucum, Tamarineiro I e pessoas da cidade que nos ajudavam. Mas não se identificavam para não serem reprimidas, também nossas lideranças iam até a cidade em busca de apoio. E ainda quando estávamos fazendo os barracos a polícia veio aqui e disse que não era para fazer barraco algum, a turma foi para negociação e disseram que estava na justiça. E já quando todos estavam aqui à turma foi negociar com o prefeito da época o Fadah Gatass, ele fez uma brincadeira, mas estava falando serio dizendo que acampado aqui tinha que 'comer cobra', [riso] mas nós levamos na brincadeira, porque não tinha nada em mãos. Sabíamos que todos estavam contra nós, fazendeiros, autoridades que não favorece a reforma agrária. Tivemos pouco êxito, muito bate boca. O governo na realidade não vinha para negociar, mas para tirar o povo da área, mas como o povo não foi embora, eles nos davam as migalhas. Tivemos que sair algumas vezes da área para poder negociar [...].⁴⁸

48 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

Antônio Florêncio, quando conheceu o novo lugar, pensou em desistir, como relata:

[...] Então a gente se interessou vir para cá, mas quando cheguei aqui pela primeira vez, armei o rancho, mas não gostei do lugar. Acabamos de fazer os ranchos, voltamos a pé até Corumbá para embarca no trem. Eu me lembro de que levei todas as minhas traias nas costas, um peso danado. Lembro-me de algumas pessoas (Antônio de Sá, Paulo Preto, José e o seu tio). Depois que chegamos lá em Dois Irmãos do Buriti, a gente soube que a polícia despejou todo mundo, eu levantei as mãos para o céu e falei graças a Deus [riso] ainda bem que trouxe tudo. Cachimbinho um dos companheiros tinha colocado só um pau no meio do barraco. Falou: ‘seu Zé, eu não volto para lá se eu arrumar uma troca’, e ele arrumou uma troca e ficou no Santo Inácio. Eu também ia procurar uma troca, não queria voltar mais não, ai meu filho Zélio falou - ‘não pai, não troca não, lá tem bastante madeira’ [...].⁴⁹

Como percebemos nos relatos, o lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, “o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente” (SILVA, 2004, p.25).

A vinda das famílias para Corumbá se deu em um momento da história de luta onde já estavam cansadas de tanto esperar. Na ansiedade de conquistar seu pedaço de chão, conforme os relatos, acabaram decidindo ir para esse ou para aquele lugar, sem consultar os companheiros de longa luta pela terra, causando, nesse momento, a fragmentação da organicidade de cada grupo.

José Ferreira de Moura, ao contar como foi à mudança para Corumbá, destaca a sua peleja para embarcar as vacas no trem:

⁴⁹ Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

[...] Eu fui um dos últimos a chegar, porque nós levamos as vacas a pé de *Santo Inácio*, hoje chamado de Marcos Freire, até a estação Palmeiras para embarcar no trem. Essas vacas ficaram por 72 horas sem comer e beber água. Nós sabíamos que em Corumbá existia uma área do grupo CHAMA⁵⁰, e que não possuía a escritura, mas na verdade não havia nenhum documento. Então, para não perder tudo eles negociaram uma parte da terra, no caso aqui a do Taquaral, em troca do restante das outras sem documentação. A minha vinda para cá é devido o grande número de acampados, que era maior do que as áreas que eram negociadas, não dando para assentar todos. Então ficavam assim: tinha área para serem assentados em Nova Andradina, Bodoquena, Sidrolândia e tinha essa área de Corumbá que ninguém conhecia, mas na verdade eu não conhecia nenhuma delas [...].⁵¹

Já, José Alves de Souza narra sobre as dificuldades para chegar ao Taquaral:

[...] Na chegada aqui tivemos um problema lá no portão de ferro, uma barreira com a polícia. E lá vou falar de novo na pastoral da terra, a Ivaneíde, Nego, Milton. Esse povo são lutador da vida ao próximo. Essa barreira era para nós não entrarmos no Taquaral, depois de uma longa conversa nós conseguimos entrar. Não me lembro do primeiro dia quando chegamos aqui, porque já passou mais de vinte e três anos, então quando chegamos o barraco já estava pronto meio roscofe⁵² [...].⁵³

Outro entrevistado, Luiz da Conceição, destaca que:

[...] O motivo que me trouxe para Corumbá é que eu morava em Santo Inácio e a terra era muito arenosa, boa parte da terra

50 Era o nome do grupo dono das fazendas da região onde as famílias acamparam em Corumbá.

51 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

52 Feito a modo grosseiro, sem muito capricho.

53 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

era desse jeito, e a turma que visitou Corumbá (liderança) falava que a terra era boa, fértil para produção, e a gente que trabalhou sempre na agricultura desejava uma terra dessas, boa para plantar. A nossa saída de Dois Irmãos do Buriti foi em 1989, a nossa mudança foi carregada de caminhão até a estação de trem em Palmeira. Descarregamos no chão a mudança e tornamos carregá-la no trem e só saiu o trem quando tudo já estava carregado. Chegando aqui em Corumbá, descarregamos de novo e carregamos novamente em caminhões para trazer até aonde era o acampamento. Chegamos aqui para serem jogando no campo sem barraco, sem nada. A mudança para Corumbá foi muito sofrida, teve companheiros que passou semana para sua mudança chegar até aqui, pois deixaram mais 26 vagões na estação Palmeira para serem carregados, somente para trazer as nossas coisas, além das trais de casa, também animais, cavalo, vacas, cachorro, porco, galinha, carroças e outras coisa mais que nem lembro [...].⁵⁴

A chegada ao Taquaral depois de uma longa trajetória de luta faz o sonho ser mais evidente na memória de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras que ancoraram naquele chão. Misturadas ao ar embriagante do néctar da conquista, as lembranças do passado incerto agora se misturam ao presente que, no momento da chegada, ainda não estava certo, mas que dava ao povo uma força nova para um acreditar mais vivo no “Deus da terra”, que, conforme os relatos, era ali o chão que os esperava. É perceptível nas entrevistas que os assentados não pensavam nas dificuldades, mas sim em estar em sua terra. O relato de Mário Chiconviaki nos faz entender essa chegada:

[...] Trabalhava até de tarde, daí ia até meia noite puxando água de carroça para minha casa e para os outros. Aqui foi difícil em tudo, para fazer o começo, o sustento da família, não tinha recurso nenhum, todo mundo sem dinheiro, sem mercadoria sem nada, não tinha de onde tirar. Foi onde as mulheres foram tudo

54 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

para a cidade trabalhar, lavar roupa para comprar comida para os filhos. Eu enfrentava o mato, cobra, pernilongo fazendo rima dessa área, sofri igual cavalo véio. Hoje não, hoje em vista do que eu era quando cheguei eu tô bem, mas sofri muito aqui. Dizer, gostar daqui a gente gosta, mas não é aquele dizer assim aquele... gostar, gosta, porque estou vivo até agora, até hoje graças a Deus ninguém me incomodou. Aqui na época que não tem pernilongo é bom, mas quando chega o pernilongo aí é cruel. Na época que chegamos aqui só ficou quem queria ficar mesmo, quem tinha um recursinho caiu fora, só ficou aqui quem não tinha para onde correr. Enfrentar aqui como eu cheguei enfrentar, só com os olhos de fora com paletó para ficar no meio do pernilongo. Não vou dizer que não sofri porque eu sofri tô vivendo. Hoje a produção é conforme o tempo, milho, mandioca, abóbora, tem ano que não produz nada. Hoje tenho gado, tiro leite, a produção de agora e o leite.⁵⁵

Outra entrevista com Luiz da Conceição também enfatiza essa questão, ao pontuar que:

[...] Na época, quando viemos para cá houve programas nas rádios que dizia que o governo trouxe os flagelados para soltar aqui em Corumbá. Assim que nós éramos taxados aqui. Hoje houve uma grande mudança, as pessoas não vê a gente como baderneiros, mas como produtor mesmo. As dificuldades encontradas aqui foram alimentação, saúde e o problema da educação no campo, foi bem difícil porque teve que organizar tudo. Tivemos que fazer diversas manifestações, muitas vezes o comércio fechava as porta com medo de nós, achando que íamos invadir ai a liderança ia lá e fala: ‘não pessoal, nós estamos aqui para reivindicar nossos direitos e não fazer baderna’. Aí então eles entenderam a nossa realidade. Aqui nós procurávamos serviço para trabalhar e ganhar o sustento e não eram somente os homens, mas também as mulheres. Muitas das mulheres trabalharam de diarista na cidade [...].⁵⁶

55 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com Mário Chiconviaki.

56 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

Viver no assentamento é um desafio, pois esse desejo não é compartilhado por toda a família, já que as dificuldades vivenciadas fizeram com que principalmente a maioria dos mais jovens fosse embora, não valorizando a luta para a conquista da terra. No tempo presente, é comum encontrarmos casais que estão morando sozinhos no sítio. Essas pessoas trazem enraizadas na memória a recordação dos antigos companheiros de luta que partilharam dos mesmos sonhos. As lembranças do passado os fortalecem dando-lhes a impressão de estar em seu lugar de origem. Os filhos, muitas vezes, não concordam com os pais por viverem diretamente a influência urbana, não valorizando a luta e as dificuldades que os pais encontraram para abrir o lote e sustentar a família.

Os relatos, a seguir, explicitam as dificuldades encontradas, desde o início, para permanecer na área, tanto na abertura dos lotes como também quanto aos mosquitos, os pernilongos, que hoje têm diminuído um pouco com a abertura das áreas. Conforme José Alves de Souza: “Eu gosto de morar aqui em Corumbá porque parece com minha terra natal Minas Gerais, porque você sabe eu sou mineiro até o rastro, meus filhos chamam para ir embora eu falo não filho, eu tô cuidando para vocês. De início eu mudei para agrovila⁵⁷ porque não tinha jeito, e de lá que eu abri aqui o lote”.⁵⁸

Antônio Florêncio narra a primeira noite no novo lugar:

[...] Quando cheguei aqui descemos a mudança lá no capim, foi boca quente, era bem tardezinha, tinha um pernilongo danado, tivemos que fazer uma fogueira por causa dos pernilongos, puxei uma corda no pau, estiquei uma lona e dormimos em baixo. Logo no primeiro dia para a gente roçar uma capoeira tinha que amarrar uma camisa na cabeça, ficava só com os olhos para fora, camisa manga longa e uma

57 Espaço reservado no sistema de agrovila; área para comércio, centros sociais e moradia.

58 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

fogueira em volta. Batia a foice e escutava zum, zum de pernilongo, teve algumas famílias que voltaram embora [...].⁵⁹

Sobre a história da conquista, o relato de José Ferreira de Moura é muito ilustrativo, pois evidencia a importância da luta e as marcas que ela vai constituindo no processo, tal como a relevância de reviver cada momento:

[...] Quando eu cheguei aqui, olhei este mundo velho, achei igual a Minas Gerais, a terra, as árvores, as montanhas, eu estava em casa, mas, porém o sistema para trabalhar era diferente e quem não se adaptou foi difícil ficar para plantar. Lá em Minas era diferente porque tinha bastante mina de água e aqui quando saímos para caçar água quase morremos de sede, mas eu amo este lugar, não pretendo sair daqui. A terra, o sofrimento, a história deste lugar, ninguém pode esquecer. Se a gente for abrir mão daquilo que nós conquistamos através de muitas lutas, sacrificando muitas pessoas que arriscaram sua vida para defender a nossa, então devemos valorizar e ficar na terra, valorizar tudo isso. Pra mim a história do lugar é movida pelos acontecimentos e eu quero permanecer revivendo aqueles momentos, porque eu vivo a cada momento. Eu fico triste quando uma pessoa que lutou com nós não está bem, é tristeza, e quando vejo uma pessoa que se deu muito bem que lutou com a gente pra mim é muita alegria. A gente nunca vai esquecer o que as pessoas fizeram pela gente, então eu vivo este momento que vai ficar na memória.⁶⁰

Sobre o tempo presente e o vivido no assentamento, a entrevista de José Alves de Souza nos conta que:

[...] Hoje nós trabalhamos com um pouquinho de gado, mas planta de tudo um pouquinho, embora a minha vocação inicial fosse de trabalhar em tudo. Mas é diferente da região onde a

59 Entrevista realizada no assentamento Taquara, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

60 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

gente morava, porque o passarinho não deixar você colher coisa que produz muita semente, o milho, o arroz, é essa coisa você não colhe é difícil, mas não é o lugar que é ruim e a natureza que modificou com o tempo. O que eu queria era escapar do boia-fria e eu escapei me sinto realizado, dono da minha terrinha. Ainda não tenho a documentação dela, ainda não é nossa, mas posso trabalhar em cima tranquilo e deixar de ficar mendigando as coisas, apesar de não ter muitas coisas, mas se plantar a terra dá, apesar do tempo de nós não aprendermos o ciclo da cultura aqui é muito pouco, às vezes o ciclo da chuva é muito pouco, se chover você colhe e se não chover você não colhe, ainda temos falta de patrulha para fazer a terra no tempo certo, porque você tem que se adaptar com o local que vivemos. Ainda não temos um local para vender o leite e com isso fica difícil para investir, falta também água para ampliar a criação.⁶¹

Quando as famílias chegaram ao assentamento Taquaral se depararam com uma realidade diferente de todas que já tinham vivido. O trabalho de boia-fria não existia e as pessoas que se identificavam como moradores do Taquaral sofreram inúmeras discriminações, como, por exemplo, serem chamadas, na cidade de Corumbá, de “vagabundos, marginais, mendigos, arruaceiros”, entre outros termos pejorativos. Sofriam discriminações por serem da roça. Inúmeras vezes, as pessoas foram maltratadas nas ruas por serem de origem simples. Mas, o desejo de permanecer na terra deu forças para superar as afrontas e conseguir a inserção na comunidade corumbaense. Jovens e mulheres foram trabalhar na cidade em diversas frentes de trabalho, as quais complementaram a situação de carência pela qual passavam. Narra Antônio Florêncio que:

[...] O meu filho trabalhou na cidade carpindo terreno, e a mulher trabalhou na cidade de doméstica porque aqui não tinha serviço para os homens, as mulheres que colocavam as coisas dentro de casa. Eu plantei uma rocinha de um hectare, mandioca, arroz,

61 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

deu para comer um tempo. Uma vez quando nós fomos fazer uma manifestação, teve momento que o comercio de Corumbá abaixou as portas, então as lideranças foram lá e disse: ‘olha o nosso manifesto aqui é para reivindicação e não de invasão de estabelecimento’. Ai eles ergueram as porta de novo. Quando eu ia para cidade os comerciantes perguntavam você é do Taquaral? Eu falava: ‘sim’, ai eles falavam: ‘o que vocês vieram fazer aqui? Aqui não é para pobre não, aqui não dá lavoura’, então a gente fica desanimado porque um fala uma coisa e outro fala outra. Quando entrei no lote, eu plantei bastante arroz, deu cada cacho, deu muito arroz, plantei também bastante pasto. No inicio tive bastante dificuldade porque não saiu dinheiro para fazer o plantio, a gente chegou até assinar um papel, lá no capim [local antigo do acampamento] em cima do capô da caminhoneta do INCRA para a liberação de quatro mil cruzeiros, e até hoje nada do dinheiro.⁶²

Reaprender a cultivar a terra, adaptar-se ao lugar e conviver com as diferenças foi um desafio que nem todos estavam preparados para enfrentar, como conta o entrevistado:

[...] Tive vários estranhamentos aqui. É um local muito quente, muito pernilongo, água salobra e falta dela foi um grande problema para adaptar. Para plantar aqui tivemos que mudar a produção, não produz o que a gente esperava. Várias pessoas que tentaram cultivar aqui ficaram endividadas. No primeiro ano plantamos algodão, milho, feijão, mas não tivemos sucesso não. Na realidade o algodão no primeiro ano produziu bem, mas no segundo e terceiro ano caiu à produção por causa de pragas, o comércio também era bem fraco, vinha um pessoal que comprava o algodão aqui e levava para Dourados. Na realidade, hoje nós temos que gostar daqui, porque temos um pedaço de terra, a gente ainda tem várias dificuldades têm que levar o trabalho sem poder desanimar, pois é onde tiramos o pão de cada dia, é um lugar bom. A dificuldade para mim é o clima, a falta de água que não tem para todo mundo e também chove pouco, a questão da produção e

62 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

comercialização ainda é precário, mas tem várias saídas. Para as pessoas que querem ir à feira, é um bom mercado, mas não tem um comércio onde sua produção de leite pode ser vendida em cooperativa.⁶³

Viver no assentamento Taquaral, para essas famílias, apesar de inúmeras dificuldades – a falta de água, os mosquitos, as diferenças de clima e solo onde o jeito de cultivar a terra teve de ser adaptado de acordo com a necessidade – é motivo para afirmarem que pertencem a esse lugar. Foi no Taquaral que encontraram o cantinho para criar raízes e manter a família. As lutas travadas ao longo da caminhada em busca da terra fortaleceram esse sonho. Apesar do longo tempo de espera em acampamentos, foi mantida a esperança de chegar ao novo lugar, por mais difíceis que tenham sido (e sejam) as condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, há a persistência da luta para na terra permanecer, daí a importância do significado da terra, como apresentaremos no término deste texto.

Considerações finais

Como percebemos nos relatos, para os camponeses assentados no Taquaral, a terra é definida como o lugar de morada da vida, o endereço, a não dependência de ninguém, a tranquilidade, a fonte de sustentação, a dádiva de Deus. A entrevista a seguir demonstra essa questão:

[...] Significa tudo, é daqui que a gente tira o sustento, pelo menos aqui para nós, é isso meu porto seguro, estou firme, daqui não saio, daqui ninguém me tira, eu gosto de terra eu gosto de sítio. Gosto de Corumbá, porque tudo que eu tenho tirei daqui de Corumbá e a gente não produz quase nada, não colhe quase nada, mas consegue as coisas. Qual é o mistério? Morar em terra dos outros a gente não ia para frente, lá a gente colhia muitas coisas.

⁶³ Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

Nós não comprávamos feijão, arroz, café, a gente vendia café, vendia soja, vendia milho e com esse dinheiro que a gente vendia às coisas não comprava nada para a gente porque não sobrava. É um mistério, aqui a gente colhe bem menos e consegue comprar alguma coisa, lá era a prateleirinha, o banquinho, o fogão de lenha e o dinheiro não sobrava. Lá andava a pé, ninguém tinha carro. Eu acho se morar no que é dos outros não é abençoado, dinheiro não rende. Aqui vivo bem.⁶⁴

As dificuldades para se manter ao jeito do lugar, colocadas aqui pelos entrevistados, evidenciam que o homem do campo consegue adaptar-se a terra conforme sua necessidade. Entre o ficar e o partir, muitos desses trabalhadores rurais optaram por partir quantas vezes fosse preciso para conquistar seu desejo e alimentar o sonho de se manter na terra. A longa caminhada – do Brasil ao Paraguai e o retorno –, o sair de sua terra natal em busca do lugarzinho tranquilo e sustentável para cuidar da família, para essas pessoas vai além de qualquer dificuldade. É o sentido da terra que expressa a vida, como narram os entrevistados:

[...] A terra para mim é tudo, sem a terra você não pode sobreviver [pausa] a terra é uma coisa muito importante para nós, porque da terra você tira o sustento e você esta pisando em cima da terra. Senão estivesse terra onde você estaria pisando hoje? São detalhes pequenos que a gente deve guardar. Para eu sobreviver em cima dela eu devo estar pisado em cima dela, se eu estou firmado nela, é por isso que eu queria conquistar a terra, porque todo lado que ando estou pisado na terra, um pedaço de terra que eu tenho a confiança de pisar, aqui eu posso anoitecer e amanhecer sem ninguém para me tirar daqui, abrigar a família. Tenho para onde ir e para onde voltar.⁶⁵

[...]A terra para mim representa tudo, dá o pão de cada dia, pode ser boa ou ser ruim ou se fraca, mas te dá sossego, ninguém

64 Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com a assentada Darci Alves.

65 Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de Maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

manda em você, só Deus que manda em você. A terra pode ser até em cima de um lajeiro, mas ela é sua.⁶⁶

Diante do que foi relatado pelos entrevistados, vimos que o amor à terra e a esperança são fatores que os mantêm na luta por dias melhores. Durante as entrevistas, houve momentos de muita emoção ao lembrarem os companheiros que ficaram para trás, as muitas vezes que foram expulsos e maltratados em território de outros, a decisão de ir e de vir, a busca pela realização do sonho. Houve momentos em que também participamos das lembranças das histórias, por fazermos parte dessa comunidade. A trajetória e a memória de luta das famílias brasiguaias são, por fim, o reviver da história traçada por pés e mãos calejadas que nunca se cansaram de lutar pela vida na terra.

Entrevistas

Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com Antônio Florêncio.

Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com a assentada Darci Alves.

Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de abril de 2012, com José Alves de Souza.

Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com José Ferreira de Moura.

Entrevista realizada no assentamento Taquaral no mês de abril de 2012, com Luiz da Conceição.

⁶⁶ Entrevista realizada no Assentamento Taquaral, no mês de Abril de 2012, com Antônio Florêncio.

Entrevista realizada no assentamento Taquaral, no mês de maio de 2012, com Mário Chiconviaki.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1990, 197p.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos 'brasiguaios' entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. Tese, Presidente Prudente.

D'AQUINO, Teresinha. *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP*. In: XX Encontro da ANPOCS, outubro de 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1996.

FERRARI, Carlos Alberto. *Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná - Paraguai*. 2009. 213 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas.

LANE, Silvia T. Maurer. *O que é psicologia social*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 39).

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do pantanal: assentados na lama e na areia - as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral*. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O cativo da terra*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. *Fronteiriços: diferentes territorialidades no Assentamento Itamarati I-MS*. 2011. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, n.15, v. 43, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p 112.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 8, n 7, p.1-21, jul/ dez 2005.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org). *Campesinato e território em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular/Unesp, 2008, p.23-48.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. A terra no imaginário dos migrantes temporários. *Revista de História Oral*, n. 4, p.103-120, jun. 2001.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Rio de Janeiro.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1989, 86 p.

HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO: O CASO DO ASSENTAMENTO RANILDO DA SILVA EM MATO GROSSO DO SUL¹

*Cristiane Paula Morais Vilasboa
Ivone Fernandes Santos
Valdirene de Oliveira*

[...] a questão agrária não apenas é uma expressão das condições decorrentes da apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidas como também a terra é o sustentáculo de toda a riqueza, razão pela qual a racionalidade capitalista, supostamente indiferente ao que se passa no campo, sucumbe ante a iminência de sublevação dos princípios impostos como legítimos (PAULINO, 2007, p. 340).

Este artigo é resultado de uma pesquisa que buscou compreender como vivem as pessoas do Assentamento Rural Ranildo da Silva, localizado ao sul de Mato Grosso do Sul, entre as divisas de três municípios: Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia e Rio Brillhante. As pessoas deste assentamento são oriundas de outros estados e do Paraguai. O estudo objetivou entender o cotidiano do assentamento, seu processo histórico desde o acampamento rural, tendo em vista a história brasileira ser marcada por muitos conflitos sociais, principalmente no meio rural, em que se apresentam duas classes antagônicas: os camponeses, representados nesta pesquisa por famílias assentadas que têm como movimento social mediador o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e os latifundiários.

¹ Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior.

Buscamos, a partir do método da entrevista oral e da escrita, bem como da observação de campo, conhecer a história do Assentamento Rural Ranildo da Silva, entendendo qual sua relação com a teoria de criação e recriação do campesinato brasileiro, interpretando como vivem as famílias que lá residem e trabalham, através da observação de quais razões levaram as pessoas a acamparem e estarem até o momento assentadas, trabalhando em seus lotes, uma vez que essas famílias estão assentadas há cinco anos e buscam estratégias cotidianas para permanecerem na terra.

Utilizamos como critério de escolha dos entrevistados/as pessoas que estiveram desde o início dos acampamentos, que constituíram o assentamento pesquisado, bem como as comunidades internas a qual pertencem, pois as diversas localidades constituídas a partir do surgimento do assentamento possuem características físicas e culturais diferentes, que influenciam diretamente no permanecer assentado/a. Nesse sentido, foi necessária a compreensão das estratégias de sobrevivência na terra, que aparecem desde o *trabalho acessório*², ao princípio da solidariedade e ajuda mútua, da força de trabalho familiar à diversificação da produção. Estas observações foram essenciais para discutirmos um dos paradigmas da sociologia rural, ou seja, se existe a recriação do campesinato no Brasil.

Para isso, a análise de autores, como Stédile (1997), discutindo a questão agrária brasileira, Oliveira (1998), Almeida (1997), Shanin (2008) e Cândido (2003), no sentido da formação do campesinato no Brasil e de como esta população vive e se reproduz, foram fundamentais para entendermos a dinâmica da formação do Assentamento Ranildo da Silva, que se constitui como um elo entre o modo de vida camponês e suas ascensões enquanto uma classe.

No desenvolvimento da pesquisa, buscamos fundamentar as razões que levam pessoas assentadas, com características camponesas, a

2 Conceito citado por Tavares dos Santos, de acordo com Oliveira (1998), sendo o trabalho acessório uma denominação atribuída à ação de o camponês transformar-se periodicamente em trabalhador assalariado com o objetivo de complementar a renda familiar camponesa.

continuarem resistindo na terra, mesmo diante de uma estrutura agrária que atualmente impõe adversidades, dentre elas o incentivo à grande produção em detrimento da agricultura familiar. Assim, levamos em consideração o fato de essas pessoas estarem desde 2006 assentadas e até o momento não terem acesso ao crédito fomentador da produção (PRONAF - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar). Além disso, muitos ainda seguem morando em barracos de lona, ou construíram pequenas casas, pois até o momento não tiveram acesso total ao crédito para habitação, estando com suas casas incompletas.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira contempla a introdução, em que se apresenta a contextualização, o problema e o objetivo a ser estudado, bem como a metodologia utilizada. A segunda parte traz um breve histórico relacionado à questão agrária e à ocupação do território brasileiro e sul-mato-grossense, visando compreender a formação do campesinato no Brasil. A terceira parte apresenta o histórico do assentamento, bem como a discussão, a partir das entrevistas, sobre a criação e a recriação do campesinato, perguntando-se como essa identidade se caracteriza na vida cotidiana das famílias integrantes do assentamento rural Ranildo da Silva. O artigo finaliza com a apresentação das considerações finais.

Um território em constante disputa: história da propriedade de terra no Brasil

Discorrer sobre a questão agrária brasileira, a existência do campesinato e a recriação das identidades camponesas atuais, remete-nos a compreender o processo de “ocupação” do território nacional, bem como suas premissas históricas ancoradas na dominação da terra e dos povos. Segundo Stédile (1997):

Os problemas agrários que podem ocorrer em uma sociedade compreendem diversos aspectos e características, mas quando nos

referimos a questão agrária, ao problema agrário ou a questão fundiária de determinado país, estamos nos referindo à existência de problemas basicamente na forma da propriedade e posse da terra (STÉDILE, 1997, p. 8).

A questão agrária no Brasil foi assim definida, pois a divisão do espaço não ocorreu de maneira uniforme, não atendeu aos diversos grupos sociais, interferindo consideravelmente na formação cultural e identitária da sociedade brasileira. Podemos fazer essa afirmação porque desde o “descobrimento” deste território pelos portugueses, estes se apropriaram das riquezas e principalmente das terras que até então eram um bem comum da população indígena, passando a ser de uso e benefício de uma minoria da sociedade, ou seja, dos colonizadores.

Neste sentido, a Coroa portuguesa destinava grandes parcelas de terra a seus próprios membros ou àqueles que prestassem serviços à Coroa. Estas parcelas eram denominadas Capitânicas Hereditárias, visto sua exploração ser de direito dos herdeiros. As capitânicas, por sua vez, eram distribuídas de acordo com a vontade de seus donatários com o objetivo de proteger o território e explorar por quem nela pudesse investir. Stédile complementa: “essa situação explica a opção pelo latifúndio monocultor, que caracterizou a economia e a sociedade brasileiras por vários séculos, sustentadas pela mão de obra escrava indígena e africana” (1997, p.19).

Desde o processo de colonização, viveram-se intensas disputas com a finalidade de reorganizar o território, no qual sempre estiveram em conflito os grandes proprietários de terra e os desprovidos desse meio de produção (MARTINS, 1998).

A história do Brasil é marcada por conflitos agrários desde a senzala, de forma que foi a partir da luta indígena que também nasceu a luta dos negros, trazidos forçadamente para trabalhar e produzir riqueza. Essa realidade não está distante dos dias de hoje, em que a disputa por terra, vivenciada por muitos trabalhadores, tem a própria terra como símbolo de poder.

Para entendermos a importância da luta e da resistência dos negros, podemos fazer referência ao que escreve Oliveira: “das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras de liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial” (2001, p. 190).

Durante meados do século XIX, houveram transformações relacionadas ao uso e à posse da terra, bem como às características do trabalho escravo no Brasil, levando a Coroa portuguesa - devido a pressões inglesas - a promulgar no Brasil, em 1850, a lei imperial número 601, conhecida como “Lei de Terras”, que determinava a posse da terra a quem tivesse poder aquisitivo para adquiri-la. O Estado passa a cumprir um papel importante neste período, ou seja, “o Estado, por meio das legislações específicas, concentrará o poder de transformar as terras em propriedades privadas.” (SILVA, 2004, p. 17).

Almeida complementa que a estrutura fundiária brasileira sempre foi marcada pela acumulação da propriedade de terras pelos latifundiários e que a monopolização do meio de produção, terra, estabeleceu inúmeros conflitos que “marcam a luta de classe dessa história.” (1997, p.137).

Neste mesmo período, final do século XIX, ocorre a imigração de uma parcela da população europeia ao Brasil, constituída de camponeses pobres que vinham com o objetivo de se apropriar de terras. Muitos se obrigaram a trabalhar nas fazendas de café principalmente na região sudeste como colonos, podendo cultivar somente entre as linhas de café, fora dos horários de trabalho. Segundo Moraes, “no que tange a esse conjunto diferenciado de trabalhadores rurais aqui denominados pobres do campo - muitos não tinham direito de propriedade da terra” (2004, p.18). E segue:

Quanto aos colonos, que existem nas fazendas de café do Estado de São Paulo, recebiam parte do pagamento pelo seu trabalho e o de suas respectivas famílias em dinheiro; a outra parte correspondia à permissão para o plantio de certos produtos - como milho e

feijão - entre as fileiras dos cafezais, ou ao direito de ter uma pequena roça de subsistência e criar animais de pequeno porte. Os colonos residiam nas propriedades, em casas geminadas - as colônias. (2004, p. 18-19).

Neste sentido, a população camponesa brasileira do fim do século XIX e início do século XX é entendida por Cândido (2003) como composta por indivíduos dotados de certa rusticidade, trabalho familiar estruturado a partir de tradições e hábitos simples do trabalho na roça, desde o cultivo de plantas, a criação de animais para seu sustento, em que a cultura assumia um papel importante, influenciando cotidianamente seus hábitos de constituição em determinado lugar. A terra era sinônimo de liberdade e sobrevivência, constituindo, assim, sua cultura. Bogo (2000) atribui à cultura o sentido de produção material e imaterial da vida que se reproduz através da educação movida pelo contexto histórico de cada geração, que se refaz a partir da interpretação de suas consciências, transgredindo várias gerações, formando identidades.

O final do século XIX e o início do século XX foram épocas em que se estruturava uma nova realidade, pois surgiram revoltas como a da Guerra de Canudos e a do Contestado, as Ligas Camponesas³, estimuladas por um “novo/velho” contexto social, do fim da escravidão, de “trabalho livre”, de surgimento da república. Porém, ainda alicerçados pela alta concentração fundiária, pois, uma vez que o fazendeiro toma posse das terras, em que de acordo com Martins, a “apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora o subproduto da escravidão, passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, condição para arrancar do camponês mais trabalho” (1983, p.63).

A ocupação do território sul-mato-grossense

Desde fins do século XVII, a parte oeste do Brasil passa a ser alvo de explorações, com o objetivo de capturar indígenas para trabalhos nas

3 MORISSAWA, Mitsui. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

fazendas do sudeste. No entanto, no século XVIII, ocorre a ocupação da porção oeste brasileira com o objetivo da extração de minerais como o ouro, além do estabelecimento de atividades como pecuária e extração de erva-mate. Porém, a ocupação mais intensa no sul de Mato Grosso, conforme Queiroz (2008), só ocorreu efetivamente a partir do século XIX com a imigração de mineiros e paulistas.

Com a constituição do regime republicano em 1889, os Estados passaram a administrar suas terras que até então eram de domínio federal, favorecendo as decisões pelas oligarquias regionais e aumentando a concentração das terras no Estado de Mato Grosso.

Outro fator que direcionou a apropriação das terras no sul de Mato Grosso, e que estabeleceu a estrutura de grandes propriedades, foi a concessão de uso de terras fornecida a Thomas Laranjeira em 1882, a qual garantia o uso de terras devolutas com o objetivo de extrair erva-mate nativa, tornando-se uma grande empresa na região. Esse fato atraiu imigrantes gaúchos que para cá vieram com o mesmo objetivo, os quais estabeleceram uma relação conflituosa com a Companhia Mate Laranjeira. (FABRINI, 2008).

A partir do governo Vargas em 1930, várias medidas foram tomadas com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e enfraquecer a CIA. Mate Laranjeira, como o aumento da taxa de juros sobre o produto erva-mate, a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) e do território federal de Ponta Porã em 1943, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, incentivando a população camponesa à migração para esta região. (OLIVEIRA, 1997).

Percebemos que a concentração fundiária no sul do Estado de Mato Grosso, que em 1977 passa a ser o Estado de Mato Grosso do Sul, é um agravante que deixa à margem determinada parcela da população, ou seja, os camponeses, que a partir das concepções de Fabrini (2008) nunca foram expropriados de suas terras, pois nunca a tiveram devido ao processo de ocupação desse território, estruturado sob o domínio da grande propriedade e da produção monocultora.

A partir dessa concepção de ocupação do território nacional e estadual, a história de muitos conflitos locais, movimentos sociais e constituição de assentamentos se insere. Dentre estes movimentos, em 1984, surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), um dos mais conhecidos movimentos sociais de luta pela terra e de grande importância política, que desde sua gestação vem organizando trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra com o objetivo da conquista da terra, avançando no questionamento dos entraves do sistema capitalista e “lutando” pelo objetivo da Reforma Agrária no Brasil.

O Assentamento Ranildo da Silva: organização camponesa em Mato Grosso do Sul

O assentamento Rural Ranildo da Silva localiza-se na divisa de três municípios: Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia e Rio Brillhante. É cortado pelo Rio Vacarias e possui uma área de 2.862,4422 hectares. Este assentamento possui 176 famílias, sendo correspondente a cada família uma parcela de terra de 12 hectares totais, dos quais 8 hectares são destinados a áreas de administração individual que compreendem a residência familiar, e os quatro hectares restantes são de uso coletivo. Para diversas famílias, as áreas individuais possuem o significado de “área produtiva”, o que consideram sua propriedade.

Nestas áreas individuais, podemos perceber o cultivo de alimentos, desde árvores frutíferas até o cultivo de grãos, como milho, feijão, arroz entre outras espécies relatadas pelos próprios/as assentados/as, bem como a criação de pequenos animais, como, por exemplo, galinha caipira, patos, gansos, porcos, carneiros. No entanto, observamos durante as visitas que boa parte das famílias possui em seus lotes⁴ o gado leiteiro,

4 Durante a observação no assentamento, para entendermos a dinâmica de organização e constituirmos sua história, percebemos que para o significado do termo lote, outros termos foram utilizados como sítio ou gleba, e até mesmo pedaço de terra foi usado para designar o espaço de moradia no assentamento.

porém em pouca quantidade. O leite é destinado ao consumo familiar e à venda quando há produção excedente, sendo entregue no único tanque resfriador de propriedade do laticínio que atende à demanda do assentamento.

Já os quatro hectares restantes de cada lote são de uso coletivo e estão dispostos em áreas denominadas cooperadas. Essa orientação de área coletiva foi uma experiência produtiva e de vida que partiu do projeto de Reforma Agrária para o Estado de Mato Grosso do Sul, executado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e organizado por seu superintendente no ano de 2004, Luiz Carlos Bonneli. Contudo, essa organização fundamentava-se em uma forma organizativa defendida pelo movimento social mediador, no Ranildo da Silva, pelo MST.

O Assentamento surgiu em dezembro de 2004 e em 2005 se concretizou a partir da entrada das pessoas na área correspondente ao assentamento, antiga fazenda Mutum.⁵ No entanto, o aniversário do assentamento é comemorado a partir do dia 21 de outubro de 2006, momento de entrada das pessoas em seus lotes. Os lotes foram distribuídos de acordo com a “organicidade”⁶, segundo a lógica do MST, que desde 1984 atua em Mato Grosso do Sul, organizando os trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária. Oliveira (2001) ressalta a importância deste movimento:

[...] O MST como movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária um lado novo e moderno não

5 A fazenda Mutum surgiu em 1974 e é fruto do desmembramento da antiga fazenda Capão Bonito, denominada Fazenda Eldorado S/A, que possuía uma área de 9.972,1231 hectares, oficialmente inscrita desde 1960. (INCRA, 2009).

6 Organicidade: conceito atribuído pelos integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para designar o processo de organização dos acampamentos e assentamentos rurais, que se orientam através de setores e instâncias.

se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. (2001, p. 194)

O Assentamento Ranildo da Silva é composto por famílias oriundas de diversos municípios do Estado: Anastácio, Miranda, Terenos, Caarapó, Dourados, Rio Brilhante, Nioaque, Bonito, Ponta Porã, Itaporã. Está dividido em cinco grupos denominados pelos mesmos como comunidades. Cada grupo é representado por um número de 1 a 5 e foi formado por afinidades construídas durante o período de acampamento, no qual possuíam uma organização interna que propiciava o conhecimento mútuo entre as famílias, discutindo, em suas reuniões aos finais de semana - devido à dinâmica do acampamento **semiaberto**⁷ -, projetos e planejamentos de como se constituiria o futuro assentamento.

Além dos quatro grupos que possuem lotes com áreas individuais e coletivas, há no assentamento um grupo que se diferencia dos demais por sua estrutura física, sua organização, além de seus princípios e percepções das estratégias para permanecerem assentados/as. Este grupo é denominado coletivo, possui 23 lotes de 12 hectares cada, sendo assim divididos: 1 hectare individual, no qual os moradores denominam de área de privacidade; outros 11 hectares para produção agropecuária, organizada no modelo coletivo - área coletiva - o qual pressupõe atividades vinculadas à auto sustentação e vínculo com o mercado através da venda de produtos lá produzidos. A principal proposta de investimento

7 Acampamento semiaberto: denominação atribuída à organização de acampamentos que possuíam parte de suas famílias residindo em barracos de lona, participando de todas as atividades internas e externas referentes a estudos realizados pelo MST e a resolução de problemas imediatos. Nele parte das famílias reside na cidade alternando seu tempo entre trabalhar na cidade e participar do acampamento, podendo trabalhar e acampar ao mesmo tempo.

está organizada em torno da atividade bovino-leiteira e da criação da instituição de legalidade ao grupo, cooperativa de produção, que está em andamento.

A história do assentamento Ranildo da Silva inicia-se a partir da unificação de dois acampamentos, Douradense e Ranildo da Silva, ambos gestados em 2002. Entretanto, a partir de sua organização interna ocorreram desistências de algumas pessoas, possibilitando a entrada de pessoas de outros acampamentos do Estado, dentre eles: Joaquim Pereira Veraz, de Nova Alvorada do Sul; Nova Conquista, de Ponta Porã; 1^a de Agosto, de Caarapó; Padre Jozimo, de Sidrolândia; Raimundo Lopes, de Dourados; Oito de Outubro e Apolônio de Carvalho, de Bonito. Ronildo Lopes de Lima, de 37 anos, residente no assentamento Ranildo da Silva no lote 101, relata sobre a história do acampamento Douradense até o momento de união ao acampamento Ranildo da Silva e a constituição do atual assentamento:

No final do ano de 2001, após os assassinatos de Silvio Rodrigues e Ranildo da Silva, no município de Rio Brillhante, a coordenação do acampamento Índio Galdino do futuro assentamento Silvio Rodrigues ficaram com a tarefa de organizar novas famílias para continuarem a luta pela terra e reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. Então alguns militantes do MST/MS que faziam parte da coordenação estadual do acampamento se deslocaram até a periferia do município de Dourados, reunindo várias famílias interessadas em conquistar um pedaço de terra para sobreviverem e tirarem seu próprio sustento. Com o resultado de várias reuniões, essas famílias decidiram então no dia 14 de março de 2002 montar acampamento na proximidade da antiga pedreira de Dourados, ao longo da BR-143, às margens do córrego curral de arame. No início desta ocupação reuniram-se aproximadamente 60 famílias que com o passar de alguns meses atingiram o número de 2.200 famílias. Famílias essas oriundas de diversos municípios da região da grande Dourados como: Itaporã, Fátima do Sul, Douradina, Caarapó, Rio Brillhante. Isso tudo acontece no período da pré-campanha do presidente da república Luís Inácio Lula da Silva. Era uma grande aglomeração de barracos de lona

e inúmeras culturas diferenciadas numa mesma localidade onde houve vários tipos de conflitos. Surgindo assim a necessidade do MST implementar a tão chamada nova organicidade para conseguir organizar este grande número de famílias, onde parte dela se identificaram com a identidade de sem-terra. Com o passar do tempo e a morosidade de surgir a área de assentamento, muitas famílias começaram a desanimar e desistirem de seus sonhos. Então a militância que acompanhava o acampamento douradense juntamente com as famílias acampadas decide em 22 de agosto de 2002 fazer uma ocupação para acelerar o processo da conquista de suas terras ocupando então no município de Itaporã a fazenda Coimbra 3M de propriedade da prefeita de Tupã, município localizado na cidade de São Paulo, ocupação essa que gerou grande conflito, mas que teve resultado positivo, e após 12 dias e 12 noites, após várias negociações mudamos para uma área provisória para acomodar essas famílias que totalizaram 617 nesse período, proporcionando assim a oportunidade de produzir alimentos como hortaliças, arroz, feijão e mandioca, e fazer treinamento para futuro projeto de assentamento. Novamente com a morosidade do órgão competente pela reforma agrária de não resolver o problema, as famílias já conscientizadas da luta pela terra resolveram então no dia 10 de março de 2005 deixar a área provisória carregando então todos os seus pertences, desde barracas e animais em caminhões e carretas fretadas até a sede da unidade avançada do INCRA em Dourados para cobrar a terra prometida pelo superintendente do INCRA, resultando no dia 12 de março de 2005 a unificação dos acampamentos Douradense e Ranildo da Silva na fazenda Mutum onde futuramente seria o P.A.⁸ Ranildo da Silva no município de Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia e Rio Brilhante, com 520 famílias, que foram sorteadas para serem assentadas 200 famílias na antiga fazenda Mutum e as demais na antiga fazenda Eldorado no município de Sidrolândia. (Entrevista concedida no dia 16/04/2012).

Percebemos na fala de Ronildo vários elementos de reflexão sobre a questão agrária brasileira, a luta pela terra e a característica política do movimento social MST, pois este ressalta a perspectiva dos acampados

⁸ “PA” significa Projeto de Assentamento.

a partir das eleições presidenciais, com relação às possibilidades de mudanças concretas no projeto de Reforma Agrária, tanto no que se refere à criação de assentamentos rurais, quanto às formas para melhoras estruturais – educação, saúde, lazer –, em que acreditavam em suas propostas de implementação.

É perceptível na fala os conflitos pelos quais passaram as famílias sem terra dessa região, quando Ronildo cita o assassinato de dois militantes sem terra, Silvio Rodrigues e Ranildo da Silva. Segundo relatos das famílias, os dois foram vítimas de uma emboscada. Seus nomes viriam a serem lembrados a partir da constituição de acampamentos e assentamentos. Observamos estes conflitos também quando se refere à participação das pessoas em ocupações e mobilizações, as quais nem sempre foram pacíficas.

O outro acampamento, o qual também veio a formar o Assentamento Ranildo da Silva, foi o próprio acampamento Ranildo da Silva. Formado no ano de 2002, em frente à fazenda Pipoca, no distrito de Prudêncio Thomas, conhecido como Aroeira, pertencente ao município de Rio Brillhante. O senhor Vicente Paulo Colado Vilasboa, de 52 anos, nascido no Paraná, morou em São Bernardo do Campo, São Paulo, desde os oito anos de idade, mudando-se para o Mato Grosso do Sul em 1994. Em sua infância, “viu seus pais, irmãos e primos na lida no campo, trabalhando com lavouras”. Comprou uma chácara em 1997, porém no centro da Aroeira. Como relata Senhor Vicente, “mudamos de São Paulo para o interior porque queria uma casa sem muros”. Entrou no acampamento em maio de 2002, hoje residente no lote 113, na comunidade 04. Ele também relata como foi o início do acampamento:

Vi a morte de dois companheiros do MST num lugar chamado poção (Rio Vacarias), Aroeira. (...) Um dia depois vi uma grande turma, que destruíram a guarita na entrada das fazendas Engenho Novo e Pipoca, por acharem que foram os mandantes dos crimes. Conquistaram a fazenda Engenho Novo, que era de propriedade da família Coelho, onde hoje é o assentamento Silvio Rodrigues.

Como todo acampamento quando é assentado, tem que formar outro acampamento, assim inicia o nosso acampamento às margens da BR 163, próximo onde morreram Silvio Rodrigues e Ranildo da Silva. O nome do acampamento e hoje assentamento foi dado como homenagem ao nosso companheiro Ranildo. Fui acampado desde 2002, graças a meu filho que fez a inscrição. Não morava no acampamento, morava na Aroeira. (...) Fizemos várias manifestações, fui coordenador de comunicação, depois de alimentação. (...) Fizemos manifestações em frente ao fórum de Rio Brilhante para que condenassem os mandantes do crime do assassinato dos dois companheiros, fui a marcha de Goiânia à Brasília pelo MST. Ajudei o INCRA ajustando lotes e travessões no parcelamento dos lotes em julho de 2006. (...) Pertenci ao grupo 3 no lote 127, mas mudei para o grupo coletivo e convidei minha filha que pra minha maior alegria quando cheguei do Congresso do MST já havia se mudado pro grupo. O grupo de acordo com nossas ideias tende a formar cooperativa, que é nosso sonho, trabalhar com dignidade pra tirar nosso sustento e ainda ajudar a construir algo mais justo para seus filhos. Não espero cair do céu, tem que correr atrás. (Entrevista concedida no dia 16/04/2012).

O senhor Vicente relembra em detalhes a forma como ocorreram os conflitos de luta pela terra no município de Rio Brilhante, enfatizando sobre a violência no campo causada pelos conflitos. Observa como os assentados percebem os assassinatos⁹ dos militantes Silvio Rodrigues e Ranildo da Silva. Verificamos, nesta fala, que a morte dos “companheiros do MST” não paralisou a “luta” pela terra das famílias, construindo um movimento contrário ao que se esperava, o medo, desembocando em reações de persistência aos projetos das famílias, ou seja, a conquista da terra.

9 A família Coelho, de acordo com dados do TRE/1998, possuía 31.692,8 hectares de terras nos municípios de Rio Brilhante, Terenos, Miranda, Sidrolândia, Bonito e Camapuã. Se somada a quantidade de terras ocupadas com todos os assentamentos implantados no Estado, tem-se exatamente 675.330,76 ha (INCRA, 2009), e que em média propicia o equivalente a 22 hectares de terra por família em Mato Grosso do Sul.

O assentado também reflete sua opção por trocar seu lote “individual”, por um lote “coletivo”, compreendendo-a enquanto uma alternativa de permanência e produção diferenciada, no qual a participação se torna um princípio necessário a todas as famílias integrantes deste grupo. Ressalta o sonho coletivo das pessoas do grupo em construir uma instituição legal – cooperativa – no sentido de organizar a produção, o trabalho, a vida das famílias, construindo novas formas de se pensar o campo e construí-lo para as futuras gerações.

As famílias inicialmente ingressaram nos acampamentos movidas por um sonho antigo, a posse da terra. Muitos são descendentes de famílias que viviam na terra, no entanto sem possuí-la, alguns como trabalhadores rurais em fazendas da região como meeiros, arrendatários, colonos ou assalariados, e como observa Silva (2004): “estas pessoas não possuíam muitas vezes o direito à propriedade da terra”. Assim como conta Dona Juraci, de 52 anos, oriunda do município de Itaporã, morou em Dourados, integrante do lote 77, na comunidade 02, vinda do acampamento Douradense, morou na cidade, porém trabalhou parte de sua vida nas fazendas:

[...] Eu não tinha terra, mas tinha parentes que tinha terra. Fomos criadas trabalhando na roça. Minha mãe e meu pai sempre nesta vida, na catação de amendoim, algodão, café. Minha mãe estava sempre ali e a gente sempre com ela. Estudei e fui trabalhar na cidade, mas sempre com aquela vontade de ter um pedaço de terra. A gente sempre trabalhou na terra, mas não era da gente, sempre tive vontade de ter uma terra pra mim. (entrevista concedida no dia 17/04/2012).

E segue falando sobre como pensavam durante o período de acampamento, sobre o futuro assentamento, e sobre como vivem hoje no local sonhado:

Eu e meus companheiros até junto sentava lá fora e sonhava em ter um sítio que pudesse ter alimentação para o dia-a-dia pra gente

sobreviver e viver nele.(...) A gente planta um pouco de cada, comecei com cinco pés de abacaxi, hoje já tenho uns duzentos, a gente vai multiplicando. Quando a gente veio pra cá, não tinha rama de mandioca, a gente conseguiu com um vizinho, plantei uns dez pés, hoje eu tenho mais. Tenho banana, nada grande, e a gente vai vender pra comprar outras coisas além do que a gente produz. (entrevista concedida no dia 17/04/2012).

Observamos, na fala de dona Juraci, o sonho de ter a propriedade da terra, entendendo-a enquanto terra de trabalho, ou seja, propriedade familiar, em contraposição à terra de negócio, sendo esta propriedade capitalista. Oliveira (1998) nos faz refletir sobre a finalidade da terra para os diversos setores da sociedade, em que na fala da assentada dona Juraci, a terra é sinônimo de liberdade, fartura e vida, e a propriedade é vista enquanto instrumento de trabalho e não de exploração de trabalhadores. Além disso, mesmo morando boa parte de sua vida na cidade, a terra passa a ser o objetivo de sua vida, proporcionando sua sobrevivência e sua reprodução. A terra constitui sua identidade. Esta identidade vai se firmando e se percebendo quando Juraci diz “...a gente planta um pouco de cada, comecei com cinco pés de abacaxi, hoje já tenho uns duzentos, a gente vai multiplicando”. A multiplicação vai além das plantas, o que multiplica são os sentimentos pelo lugar e as relações firmadas.

Dentre as várias identidades, destacamos a identidade histórica que, de acordo com Bogo (2008), é construída ao longo da vida dos assentados/assentadas, no processo de vida/luta das pessoas envolvidas em um processo histórico de reafirmação da identidade camponesa consolidada no tempo/espaço. A construção dessas identidades propicia a formação de uma nova identidade, a de sem terra.

Neste sentido, a partir das categorias “terra de trabalho e terra de negócio”, além de “modo de vida e classe”, Shanin (2008) discute que as famílias alternam um período de trabalho nos lotes e, em alguns momentos, mobilizam-se a partir da necessidade, situações percebidas nas falas dos/as próprios/as assentados/as. Assim, podemos discutir como o campesinato se constituiu no Brasil, enfatizando sobre sua criação

e recreação. Entendemos estes elementos, na concepção de Oliveira (1998), que concebe o campesinato como fruto de relações capitalistas contraditórias. O autor entende que o trabalho camponês, do qual é extraída a renda da terra, acontece dentro de relações não tipicamente capitalistas, de forma que não se concretize uma relação direta de extração de mais-valia. O capital abre assim brechas para que o campesinato se constitua e, portanto, venha a se consolidar.

Percebemos isso nas declarações de Ronildo e de Vicente, quando estes nos relatam sobre como os acampamentos Douradense e Ranildo da Silva organizavam-se cotidianamente. Isso se deu, pois, durante o período de acampamento, as famílias uniram-se com o objetivo do acesso a terra, e para isso enfrentaram nas margens das rodovias federais adversidades naturais e políticas, ou seja, chuva, vento, calor, despejos policiais em momentos de ocupação de terras, falta de alimentação e de água, além de preconceitos, como os termos “vagabundo e preguiçoso”. Porém, definem suas ações para acelerar o processo da Reforma Agrária, ocupando o INCRA, demonstrando características de classe e apontando também como se configura seu modo de vida, quando estes cultivam alimentos com a intenção do auto sustento e de mudanças no pensamento da sociedade sobre seus reais objetivos.

Delcy Pardo Braga, de 56 anos, assentada na comunidade 01, lote 30, relata sobre as dificuldades em permanecer no local: “[...] Tive um pouco de desilusão porque a gente quando tá acampado pensa que tudo é rápido como um conto de fadas e não é, porque nós estamos com quase 6 anos aqui e até agora a gente não tem assistência nenhuma a não ser a casa [...].

No entanto, continua relatando sobre o que significa ser assentada para ela e como sobrevive na terra:

[...] Tive vontade de vir para o acampamento porque meu sonho era ter um sítio, uma terra para sobreviver em cima dela. Vim do acampamento para a Mutum. Hoje graças a Deus tenho o meu lote sobrevivo em cima dele, já tentei lavoura, mas agora minhas condições não dá por causa da saúde, mas o pouco que eu posso eu faço e eu vivo aqui neste lote e o meu maior sonho é viver

até o último dia da minha vida aqui. (...) O lote é a realização de um grande sonho, a minha vida inteira eu sonhei em ter um lote e viver no sítio e não na cidade, por que eu não me sinto uma cidadã lá da cidade, um bichinho da cidade, eu sou bicho do mato e gosto daqui. (...) Quando eu tinha saúde eu fazia doce, comprava leite dos vizinhos pra mim fazer doce e revender e era o que eu sobrevivia a vida inteira, hoje eu to sobrevivendo de venda de roupa, a minha irmã me ajuda, dá umas peças de roupas pra mim revender e é o que eu to sobrevivendo aqui. No lote eu tenho o essencial pra comer, mandioca, batata, abóbora, banana, milho não, porque eu inventei de criar galinha caipira e não tenho como conciliar as duas coisas e eu não tenho dinheiro pra fechar as galinhas, e galinha caipira se fechada não tem ovo, não bota, então agora eu to pensando em comprar uma tela pra fazer minha horta, porque eu to sem horta, faz muita falta aqui pra gente, porque morar no mato e não ter verdura pra comer é muito triste. (entrevista concedida no dia 18/04/2012).

Percebemos nas palavras de dona Juraci e de dona Delcy o sentido atribuído a terra. No entanto, o sonho desta terra de “liberdade” limita-se pelo fato de que o Estado – órgão responsável pela manutenção destas famílias nos assentamentos rurais – não dá acesso a financiamentos. Nesse sentido, ocorre um desencantamento pela Reforma Agrária. Entretanto, o desejo de estar/residir no assentamento faz com que dona Delcy crie estratégias de sobrevivência, como “vender roupas” para permanecer na terra.

Nesse sentido, podemos pensar sobre como estas falas representam as formas como as famílias deste assentamento vivem e reproduzem seu modo de vida no cotidiano, de como buscam estratégias de sobrevivência na intenção da permanência em seus lotes. Esse modo de vida, segundo as concepções de Shanin (2008), vai se constituindo através de uma economia familiar fundamentada em produtos para a subsistência, os alimentos. É o que atesta a fala de dona Delcy, apontando como os camponeses acabam por se (re)constituírem. Por atribuir uma função à terra que se difere dos proprietários capitalistas, os quais têm como

objetivo, de acordo com Oliveira (1998), a extração da renda da terra. Os camponeses são ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores da terra.

Percebemos quando estas se referem a trabalhos externos, considerados por Tavares dos Santos, de acordo com Oliveira (1998), como trabalho acessório, “o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via-de-regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa”. Esse é o caso do senhor Sérgio, de 61 anos, morador do lote 54, na comunidade 02, que residiu em sua infância no sítio de seus pais e trabalhou em fazendas e sítios. Ele assim relata sua experiência de ser assentado:

[...] Pra mim no assentamento foi difícil, tive que trabalhar pra fora pra poder ficar no lugar, eu saia e a mulher ficava no sítio, a cada 15 dias do mês eu vinha. Hoje já melhorou mais pra gente, eu consegui plantar, trabalho só aqui em roda mesmo. Tenho de tudo um pouco, tenho mandiocal, tenho milho, tudo um pouco, mas é pro gasto, não adianta plantar pra querer vender que nem o abacaxizal, mas você planta e não tem pra quem vender, eu planto mais porque chega um tempo eu crio porco, o animal come também. Tenho 7 vacas, tenho uma potranca, galinha, porco. Fui trabalhando e conseguindo comprar, fechei uma parte do meu lote. (...) Eu mesmo construo, igual essa minha casa. Meu sonho é ficar por aqui mesmo e criar as criação, plantar um pouco pra sobreviver, acho que é o sonho de todos quase aqui. (...) A problemática é que no começo eles fala que tem muita coisa pra ajudar, mas se você não trabalhar você não tem nada aqui, você não vê projeto de nada aqui, só vê promessa, se a pessoa quiser ficar no lote tem que lutar e trabalhar. O meu sonho é ficar aqui se Deus quiser.(entrevista concedida em 17 de abril de 2012).

Podemos perceber na fala do senhor Sérgio várias estratégias camponesas para permanência no lote, dentre as que aparecem está a diversificação da produção, que contempla a plantação e a criação de animais para o autoconsumo. Somente é vendido o produto excedente ou, em último caso, serve para alimentar os animais no lote. Outro

elemento é o trabalho acessório, conforme nos diz o assentado: “tive que trabalhar fora pra poder ficar no lugar”. Mesmo em face às dificuldades financeiras encontradas pelo não acesso aos financiamentos, em que aparece na sua fala quando ele diz “não vê projeto de nada aqui, só se vê promessa”, Sérgio se refere às perspectivas de apoio por parte do governo, que não foram supridas.

Muitas são as dificuldades encontradas no assentamento, que vão desde a comercialização dos produtos à própria produção, pois é perceptível no assentamento de maneira geral, a carência do solo de composições químicas necessárias a uma boa produção. Esse fato é decorrente ao uso da terra por grande período pela produção pecuária intensiva existente no período em que o local ainda era fazenda Mutum, anterior à constituição do assentamento. Outra dificuldade é a distância das cidades, cerca de 70 quilômetros, que, em períodos chuvosos, dificulta ainda mais, além da falta de transporte coletivo. Estas dificuldades são alguns dos fatores que resultam no desânimo das famílias, segundo Sérgio.

Vercir, de 32 anos, assentado na comunidade 04, conhecido como grupo coletivo, que tem como objetivo a formação de uma cooperativa, reside no lote 114, participou mais diretamente da organização dos acampamentos e assentamentos, nos relata como as pessoas concebem o assentamento e como sobrevivem nele:

Ao chegar na terra as pessoas acham que já tem crédito, casa e deixam de lutar, ficam esperando, muitos desistem, outros vendem o lote devido ao desânimo a espera por crédito. Com o crédito as pessoas vão se estabilizando e o assentamento começa a dar resultado. Enquanto esperam trabalham de boias-frias, empregado, alguns tiram o sustento da terra, aqueles que já possuíam recursos de reserva, alguns vendem doce, verduras, leite, outros arrendam, fazem parcerias. As pessoas minimamente plantam para sobreviver, feijão, horta, pomar, criam galinhas, porcos. O assentamento vai se organizando em grupos coletivos ou de maneira individual, as pessoas criam instituições como associações, cooperativas, fazem parceria com outras instituições

como o INCRA, prefeituras, igrejas. Há coisas que dependem do governo, outras não. (entrevista concedida no dia 20/04/2012).

Vercir apresenta outro elemento fundamental para a compreensão das estratégias camponesas de permanência na terra, a cooperação. Para Oliveira (1998), “as cooperativas ofereciam as vantagens da compra/venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido”, pois, como o mesmo autor reflete, devemos olhar o campesinato como algo que se cria e recria no seio do capitalismo, ou seja, o capital cria maneiras de reprodução do seu contrário com o objetivo de extrair a renda da terra sem necessitar expropriar o camponês de suas terras. O autor ressalta ainda:

[...] esse processo é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que ele ocorre, abre para os camponeses novos horizontes históricos, em que a subordinação e sujeição da renda da terra aos grandes monopólios capitalistas geram para eles (os camponeses) a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas sobretudo, a luta contra o capital. (OLIVEIRA, 1998, p.82).

A renda da terra que Oliveira ressalta nos remete à reflexão acerca do motivo pelo qual hoje o capital não necessita retirar o camponês de suas terras. O capital extrai do trabalhador do campo uma renda, que se constitui na apropriação da mais-valia ou trabalho excedente, através do trabalho não pago que se converte no preço dos produtos agrícolas, em que através da concentração da terra também se concretiza. Sendo assim, essa apropriação da renda da terra pelo capital submete setores do campo e da cidade, ao extrair de toda a sociedade o acesso a terra, e ao impor a “dependência” aos preços dos produtos, tentando, a partir da industrialização no meio rural, transformar o camponês em um pequeno produtor capitalista. Por isso, buscam modificar o termo camponês para agricultor familiar. No entanto, mudam a aparência, esquecendo-se da essência do que significa ser camponês.

Esse mesmo campesinato, modificado através da vida na cidade, com o sonho de retornar ao campo, constitui-se enquanto assentado/a através da luta de um movimento social – o MST - que tem como princípios fundamentais a luta por terra, Reforma Agrária e transformação social. O MST transforma suas consciências, suas identidades, que se apresentam em alguns momentos como classe consolidada. Ou seja, de acordo com Shanin (2008), une-se em luta por direitos e ideais. E por vezes suas ações transformam-se em simples reprodução de seu cotidiano, ao qual Shanin (2008) denomina de modo de vida.

Apresenta-se assim nas falas a constituição de um modo de vida que se expressa através da economia familiar camponesa que deve ser observada não simplesmente por seu viés econômico, mas o ser e fazer-se camponês para além da realidade concreta, ou seja, as pessoas do campo devem ser vistas através de sua subjetividade e capacidade de recriação, mesmo diante desta economia capitalista voltada à produção para o mercado. Assim, surge em seu interior “relações não tipicamente capitalistas”, a economia familiar camponesa, sobre a qual Paulino e Almeida (2010) nos faz refletir.

Esta economia camponesa se expressa por relações de trabalho familiar cooperado, sem exploração do trabalho, com o objetivo de segurança/soberania alimentar, através da produção para o autoconsumo. O excedente, quando vendido, serve para suprir as necessidades internas da família, e não como forma de renda para acumulação de capital. A terra é o bem mais precioso, proporcionando-lhes vida, produção e (re)produção, sendo através da diversificação de produtos, do trabalho e, também de mobilização quando necessário, a essência da resistência camponesa.

Considerações finais

A história do Brasil e a história de Mato Grosso do Sul não se diferem no que tange à organização e distribuição do espaço (terra,

recursos naturais, tecnologia), bem como as concessões feitas pelo Estado às elites deste país em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, as pessoas não aceitaram pacificamente essa situação. Cabe salientarmos as inúmeras manifestações ocorridas durante a história de luta pela terra no Brasil, que se transformaram em movimentos com características diferentes, mas que comungaram dos mesmos objetivos, dentre eles a posse da terra.

Não é possível, diante dessa história, não notar o intenso movimento de luta pela terra, pois as oscilações do “ser camponês”, entre se constituir como classe social e um modo de vida faz parte do movimento dialético da história e influenciam diretamente nessa reorganização do território que demonstra não só as dificuldades de sobrevivência das pessoas do campo no sistema capitalista, altamente explorador e concentrador, mas também a presença deste ser social que se reafirma através das lutas sociais atuais, não só de (re)conquista da terra, mas de insistência pelo reconhecimento de sua existência na sociedade, em que se destaca o MST através do Assentamento Rural Ranildo da Silva.

O/as assentado/as do Assentamento Ranildo da Silva apresentam alternativas. Através da apresentação de suas histórias, demonstram as diversas estratégias encontradas pelas famílias no sentido de permanecerem em sua terra, de (re)construírem suas vidas. O assentamento é produção, é espírito de cooperação, é alimento para autoconsumo, é um reanimar a cultura popular, é um modo de vida, é a necessidade de mobilizar, é trabalhar para gerar vida.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosimeire A. de. A luta pela terra no Brasil. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: UFMS, p.137-149, 1997.

_____. A sociologia da prática em Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas, v. 1, n. 3, ano 3, p. 92-109, 2006.

ARRUDA, Gilmar de. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: UEL, 1997.

BARROS, Edgard Luiz de. *Repensando a história: o Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1990.

BOGO, Ademar. *Identidades e lutas de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O MST e a cultura*. 2 ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, Caderno de Formação, n. 34, 2000.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 1 ed. São Paulo: Vozes, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CHANFRIN, Antônio Luis; FEITOSA, Reginaldo da Silva; SILVA, Wilson Ferreira da. *Considerações a respeito da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o caso do acampamento Santa Edwirges em Rio Brillhante*. 2001. Monografia (Bacharelado e Licenciatura plena em Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. 1 ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 53-80.

_____. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Processo de criação de Assentamento Ranildo da Silva: criação oficial n. 22*. Campo Grande/MS, 2004.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.148-207.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O cativo da terra*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p.62-102.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. Dourados: UEMS/UFGRD, 2009.

MORISSAWA, Mitsui. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, v.15, n. 43, p.185-205, 2001.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1998, p. 5-88.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: UFMS, n. 1, p. 13-25, 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 339-351.

_____.; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 112 p.

_____.; FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campesinato: questões teórico-políticas. Campesinato e territórios em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular/ Unesp, 2008, 496p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. 1 ed. Dourados: UFGD, 2008, p. 15-73.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 1997, p. 08-58.

ESTRATÉGIAS DE (RE)PRODUÇÃO FAMILIAR NA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS AREIAS, ALDEIA, SÃO MANOEL E PADROEIRA DO BRASIL¹

*Adriana Alves Grassieli
Fabio Pereira Nunes
Marli Cunha
Nilda Roza*

Este trabalho é uma exigência para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O referido trabalho, conhecido como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, ou Trabalho de Elaboração Própria - TEP, foi elaborado por quatro acadêmicos, seguindo a lógica do curso que enfatiza e valoriza o esforço coletivo (em grupo).

Partindo da concepção de assentamento rural como um novo espaço social, o presente estudo objetiva apreender a sustentabilidade familiar e as estratégias de (re) produção adotadas pelos camponeses nos seguintes assentamentos: PA Areias (Nioaque), PA Padroeira do Brasil (Nioaque), PA São Manoel (Anastácio), e PA Aldeia (Bataguassu).

As diferentes questões que permearam o tema da sustentabilidade familiar nos assentamentos nos motivaram a fazer um trabalho voltado às estratégias de reprodução adotadas pelos camponeses.

Para a realização do trabalho em pauta, apropriamo-nos dos estudos de Shanin (2005), que nos permitem compreender que o campesinato, além de uma classe, é também um modo de vida; de

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida

Oliveira (1986; 2001), que nos adverte sobre as variadas alternativas de (re) produção familiar que os camponeses buscam para sobreviverem na terra, no espaço rural. E Paulino e Almeida (2010, p.21), que nos fazem compreender que o trabalho acessório não agrícola é uma alternativa encontrada pelos camponeses para auxiliar em sua permanência na terra. “Situações que, a princípio, seriam indícios de descamponização, mas que, na prática, se convertem em estratégias de resistência, *um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser*”. Aprendemos ainda que Chayanov, segundo Paulino e Almeida (2010), ensinou que a economia familiar camponesa não deve ser analisada com os parâmetros da economia capitalista, uma vez que esta primeira centra sua reprodução na unidade familiar e não no capital.

Portanto, os referidos autores nos possibilitaram compreender e fazer um recorte acerca das diversas formas de (re) produção adotadas pelas famílias para construir sua sustentabilidade dentro do lote. Ressaltamos que, apesar de tantas dificuldades enfrentadas, muitas famílias encontram no projeto de assentamento uma “opção de vida” para (re) organizar, (re) planejar sonhos. Isso ocorre, pois, para estas famílias, é esse espaço que permite um novo modo de vida, com aconchego familiar, trabalho. Este cenário permitiu serem reconhecidos e se reconhecerem, como sujeitos sociais.

O trabalho segue dividido em três partes. A primeira consiste em uma breve apresentação dos assentamentos pesquisados. A segunda parte é dedicada ao relato das realidades vivenciadas e encontradas em cada assentamento.

Na terceira parte, apresentamos considerações sobre as especificidades diagnosticadas em cada assentamento, com base no que denominamos como sustentabilidade familiar camponesa, processo derivado das estratégias que os camponeses criam para permanecerem na terra.

O texto apresentado foi elaborado a partir dos relatos das famílias. Esses depoimentos nos foram concedidos por intermédio de entrevistas realizadas através de um questionário. As entrevistas foram realizadas com 10% das famílias em cada assentamento contemplado pela pesquisa. Portanto, no PA Areias foram entrevistadas 8 das 81 famílias, no PA Aldeia 22 das 217 famílias, no PA São Manoel 13 das 127 famílias, e no PA Padroeira do Brasil 10 das 100 famílias. O critério de escolha das famílias se deu a partir da explicitação da permanência no assentamento.

Breve histórico dos assentamentos Areias, Aldeia, São Manoel e Padroeira do Brasil

O PA Areias surgiu como fruto do processo de luta pela terra, do qual se destaca um grupo de 37 famílias, na sua grande maioria vindas da periferia dos municípios de Aquidauana e Anastácio, que não tiveram sucesso em uma ocupação anterior no município de Aquidauana e passaram a lutar por terra em Nioaque.

Assim, em 2002, acamparam em frente à fazenda Areias Ponteio, situada a 45 km da cidade de Nioaque no Km 49 da BR 419. A propriedade estava inativa, favorecendo a instalação do acampamento em 22 de setembro de 2002 com 37 famílias remanescentes da referida ocupação em Aquidauana. Para aumentar a força de mobilização, a liderança da Federação da Agricultura Familiar abriu espaço para que outros sem terras - filhos de assentados moradores nos Assentamentos próximos - acampassem. A situação levou ao aumento do contingente do Acampamento para 96 famílias.

Em outubro de 2008 - após muitos sonhos e conflitos internos, frutos de divergências entre acampados descontentes - realizou-se finalmente o Assentamento com 63 famílias. Em 2011, outras 18 famílias foram incorporadas no projeto do Assentamento, totalizando atualmente 81 famílias no PA Areias.

O PA Aldeia fica localizado às margens da BR-267 (Rodovia Manoel da Costa Lima), km 93, distante 63 km da sede do município Bataguassu e 320 km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

O projeto é fruto da desapropriação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do imóvel denominado na época “Fazenda Aldeia”, que era de propriedade de José Azenha Maia. Possui uma área total de 10.718,2345 hectares, dividida em 217 lotes com áreas que variam de 21,00 hectares até 46,00 hectares. Da área de 10.718,2345 hectares, que abrange o assentamento, 275,66 hectares são destinados à área de reserva permanente e 2.287,39 hectares à de reserva legal.

Os aspectos considerados para divisão dos lotes foram: aptidão agrícola das terras, acesso aos recursos hídricos, declividade, distância da rodovia (BR 267) e infraestrutura existente. O PA tem como data de implantação o dia 28 de setembro de 1998, e pertence à microrregião geográfica de Nova Andradina.

A população assentada é oriunda de vários municípios vizinhos, tais como Nova Andradina, Batayporã, Taquarussu, e Santa Rita do Pardo, como também originária de vários estados da federação, tais como: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, dentre outros - situação que leva a costumes heterogêneos. A vegetação é conhecida como cerrado, que foi em grande parte substituído por pastagens para criação de gado.

O PA São Manoel está localizado aproximadamente a 25 km da sede do município de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul/MS. Instalado pelo INCRA em dezembro de 1993, possui uma área total de 3.450 hectares, da qual 400 hectares foram destinados à reserva de preservação permanente e 12 hectares destinados à área de sociabilidade (agrovila). Restaram, desse modo, 3.038 hectares divididos em 127 lotes que variam entre 17 e 53 hectares. A comunidade

é constituída por pessoas oriundas de diversos estados brasileiros e de países vizinhos, como o Paraguai.

O assentamento é centrado em uma região muito acidentada, dificultando assim a sustentabilidade e a continuidade das atividades da agricultura. No período de instalação, o assentamento tinha como base econômica a produção de algodão, de feijão, de milho e a extração de madeira nativa. Devido às condições irregulares do terreno, ocorreu muita degradação do solo e assoreamento dos córregos, deixando inviável a produção dessas culturas. Como meio de sobrevivência, a base econômica passou a conjugar, na maioria dos casos, aposentadoria, serviço público e produção de leite. Porém, no caso da criação de bovinocultura leiteira, essa atividade no lote também não tem sido suficiente para a sustentabilidade das famílias, por gerar pouco retorno financeiro.

Já o PA Padroeira do Brasil está localizado no município de Nioaque, na BR 419, km 52; rodovia entre Anastácio e Nioaque. O mesmo surgiu no mês de setembro de 1984. O número de famílias oscilou entre 468 e 476 famílias, sendo composta por ex-arrendatários e boias-frias vindos de vários municípios, como: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Gloria de Dourados, Batayporã, Taquarussu, Nova Andradina e Dourados - com exceção de um grupo menor de brasiguaios e ilhéus.

Esse assentamento - Padroeira do Brasil - foi o primeiro projeto instalado em Mato Grosso do Sul. Ele nasceu como consequência da luta e da ocupação de terra ocorrida em 28/04/1984, na fazenda Santa Idalina, em Ivinhema, em que através de ato oficial o governo estadual despejou os sem terra, sob forte guarnição da polícia. Com o despejo, as famílias desabrigadas foram acolhidas pelo Bispo Don Teodardo da Diocese da cidade de Dourados-MS, ficando instaladas por curto período na Vila São Pedro. Após 90 dias de negociação, o governo do Estado da época, Wilson Barbosa Martins, comprou uma área de aproximadamente 2.500 hectares no município de Nioaque, assentando cerca de 480 famílias que deram origem ao assentamento Padroeira do Brasil.

Algumas dessas famílias foram colocadas em lotes provisórios divididos em tamanho de cinco hectares por família. A empresa de serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul - AGROSUL, vinculada à secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado, entregou aos assentados um documento intitulado “Termo Administrativo de permissão de Uso”, para que estes pudessem ocupar a área. Portanto, o título que as famílias recebiam era provisório, o que permitia que buscassem terras em outros locais por intermédio da reforma agrária, tendo em vista que o tamanho das parcelas, no Padroeira do Brasil, era considerado pequeno demais.

Tratava-se de uma solução provisória, dada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de compra da área, de forma que o INCRA não coordenava o projeto de Assentamento, mas sim a AGROSUL.

Estas famílias, no início do projeto, receberam ajuda da Diocese de Dourados que forneceu os seguintes alimentos: arroz, açúcar, farinha de mandioca, óleo de soja, sal, e, por alguns meses, leite em pó para as crianças. Essa situação foi superada nos anos seguintes quando os pequenos proprietários puderam produzir seus alimentos.

Versatilidade: o segredo da economia doméstica camponesa

PA Aldeia: A fonte de renda está centralizada na produção de leite. Atualmente a produção média do assentamento concentra-se em torno de 20.000 litros/dia. Das famílias entrevistadas, a produção média está em torno de 70 a 250 litros/dia. Segundo Kirchof (2001): “a pecuária leiteira é muito importante entre os pequenos produtores familiares, pois a venda do leite é a garantia econômica de sua sobrevivência no meio rural”. Tal afirmação condiz com a realidade dos camponeses do PA Aldeia. O escoamento da produção fica por conta das empresas de laticínios que fazem a captação do produto nos resfriadores, diariamente.

Para os camponeses do PA Aldeia, o preço do leite é de fato uma preocupação e tem ocasionado indignação entre os produtores.

Quando chegamos aqui, há 13 anos isso foi em 1998, quem já tinha umas vaquinhas vendia o leite naquele tempo a 22 centavos, o sal FOSBOV me lembro que paguei 8 reais. Hoje a gente paga 80 reais e recebe o leite a 58 centavos. Isso é uma vergonha, contar centavos para tratar dos filhos [...] as mercadorias todas subiram só o leite que não, agente tem que ser artista para viver contando centavos, mas agente vive (Aníbal, assentado no PA Aldeia. Entrevista realizada em março de 2012).

A indignação de seu Aníbal é pertinente quando se pensa a reprodução da família somente a partir dos ganhos provenientes da produção de leite. Faz-se necessário esclarecer, no entanto, que a renda camponesa deriva das demais produções na unidade familiar.

Tratar da renda camponesa é uma tarefa árdua que requer ponderações, e não se deve fugir da lógica que diferencia a produção camponesa da produção capitalista. E para isso nos atentamos aos estudos de Chayanov que, segundo Paulino e Almeida (2010), define a renda camponesa como não capitalista, uma vez que quando adquirida é transformada em bem-estar (reprodução do grupo doméstico) dentro da unidade familiar.

Mensurar a renda dentro do lote é uma matemática complicada não só para seu Aníbal, mas para a maior parte dos camponeses, pois não é costume camponês contabilizar como renda a produção para autoconsumo. Ou seja, para a maioria das famílias, renda é apenas os ganhos em forma de dinheiro, dando condições para buscar no mercado o que precisam dentro do lote. Essa concepção camponesa nos é elucidada com maior precisão por Oliveira na distinção que faz entre produção camponesa e produção capitalista.

Na produção capitalista temos o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas D-M-D na sua versão simples, e D-M-D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias onde a conversão de

mercadoria em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 1986, p. 68).

A presença da produção de alimentos é uma prática tão comum na unidade camponesa que foge à compreensão atribuir valor aos produtos que compõem a mesa. Desse modo, os produtos cultivados e criados na terra, como legumes, hortaliças, frutas, aves e porcos, nem sempre são contabilizados como renda, já que são produzidos para o autoconsumo com o intuito de garantir uma alimentação de qualidade. Somente o excedente é transformado em mercadoria (vendido), o que nem sempre acontece em virtude dos baixos preços pagos pelo mercado.

É nesse sentido que Chayanov (1981) aponta que a economia doméstica se explica por “suas exigências de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção” (CHAYANOV, 1981, p.136 apud PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.19).

A produção para o autoconsumo dentro do assentamento Aldeia é das mais variadas. Dos entrevistados, 86,36% possuem horta, mandioca e um pomar; 13,63% plantam milho e feijão; 54,54% plantam melancia, abóbora e quiabo, 81,81% disseram criar porcos e aves (para ovos e carne).

Muitas famílias possuem renda não agrícola advinda de aposentadorias, bolsa família, e atividades de geração de renda fora do lote. Trata-se aqui do “trabalho acessório”, definido por Tavares dos Santos (1978) como a “transformação do camponês em trabalhador assalariado que constitui uma renda suplementar na unidade camponesa”. Adverte-se que a renda não agrícola não é, em hipótese alguma, uma recusa ao modo de vida camponês, e sim uma estratégia de reprodução familiar, como afirmam Almeida e Paulino.

É precisamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas

adaptativas às crises recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração. Situações que, a princípio, seriam indícios de descamponização, mas que, na prática se convertem em estratégias de resistência, um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 21).

Das famílias entrevistadas, 13,63% recebem bolsa família, 31,81% são aposentados e 27,27% possuem trabalho acessório.

Muitas são as estratégias de sobrevivência adotadas pelos camponeses na tentativa de fazer do lote um lugar de moradia e, mais que isso, torná-lo uma unidade produtiva como garantia de uma vida digna. Para Shanin (2008 apud PAULINO e ALMEIDA, 2010, p 19), a versatilidade é uma distinção dos camponeses. Vejamos em suas palavras: “a flexibilidade de adaptação [...] bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses”.

Seu José confirma tal afirmação e nos fala das estratégias adotadas para gerar renda com a esperança de um futuro promissor.

A nossa renda é o leite né, e a gente desenvolve isso de uma forma que o passar do tempo a gente crê que vai melhorar bastante, mas eu também tenho a selaria aqui em casa onde eu confecciono artigos em couro né, é cabeçada, calça de couro essas coisa que os peão usa para trabalhar, mas a intenção é daqui mais uns anos desenvolver mais algum tipo de renda porque ai com certeza a vida vai melhorar mais ainda né. Aquele projeto do balde cheio a gente tem intenção de implantar ele aqui dentro também para poder ter uma renda melhor então tudo isso é renda né. (Jose Lima Cavalcante, PA Aldeia, lote 57. Entrevista realizada em Março de 2012).

Segundo Ehlers (1996), com a chegada da revolução verde, a humanidade desenvolveu-se sob uma lógica econômica que considerava os recursos naturais inesgotáveis e a agricultura moderna deslanchou

com práticas agrícolas extremamente agressivas, que têm ocasionado a degradação ambiental. Dentro do “magnífico progresso”, as tecnologias modernas não foram geradas tendo como alvo a viabilização da agricultura camponesa.

Neste sentido, Paschoal (1995) esclarece que, em resposta ao modelo de agricultura industrial, surgem os movimentos de agricultura não industrial que datam do início do século XX com o nome de agricultura alternativa, atualmente conhecida por agroecologia. Contrapondo-se à situação marginal a qual foi historicamente relegada, a agricultura camponesa segue cumprindo um papel relevante no que tange à produção de alimentos, ocupação de mão de obra, manutenção da biodiversidade agrícola e a preservação do meio ambiente. Neste sentido, podemos dizer que a agricultura camponesa é a base da agroecologia.

No PA Aldeia percebemos uma grande preocupação relacionada à agroecologia, pois grande parte das famílias camponesas evidencia em seus relatos que não fazem uso de veneno nem adubação química na produção para o autoconsumo. No entanto, não acreditam ser possível trabalhar somente com adubação orgânica no restante da propriedade devido à carência do solo característica de pastagens extremamente degradadas, presentes na maioria dos lotes. O uso de agrotóxico é frequente no combate às ervas competidoras (mato, planta daninha) e na ação contra moscas e carrapatos no rebanho bovino.

No entanto, o que chama a atenção é a simplicidade de alguns que acreditam não estar prejudicando o meio ambiente. Por exemplo, segundo seu José, “o veneno que a gente usa faz um uso correto e usa muito pouco. É uma quantidade que não interfere tanto”. Notamos uma influência da agricultura moderna entranhada no pensamento de algumas famílias. O pouco veneno utilizado de modo correto que não interfere ou não agride o meio ambiente são, sem dúvida, ideias lançadas pelo mercado capitalista com o intuito de vender.

Ainda existe, todavia, uma preocupação do camponês em relação ao alimento da família, pois, embora se apropriando de técnicas não

ecológicas, seu José tem consciência do mal provocado pelos agrotóxicos e da importância da agroecologia.

O veneno que a gente usa é só para passar na cana, pra matar as invasoras, por exemplo, a braquiária e no gado pra combater as moscas e os carrapatos só [...] mas quanto menos a gente usa veneno melhor para todo mundo. Pra natureza, pros bichos, pra gente mesmo. [...] agora o adubo orgânico depende do que você vai plantar, só ele resolve e depende o que você vai plantar, não?. Uma reforma de pasto não tem como você usa o adubo orgânico. Tem que se adubo químico, mas se você for plantar uma horta, um pomar aí você consegue fazer uma adubação orgânica, mas do contrário eu acho que tem que ser química mesmo, não tem jeito. Quer dizer, jeito tem, mas a gente não tem informação nenhuma, aí o químico acaba sendo mais prático, mais rápido, mas se tiver a possibilidade de aprender e a gente tem que aprender. Agora, tudo que planta pra comer esse é orgânico, a gente não usa veneno, não pode. O milho do quintal, a banana, a horta, a mandioca, isso aí não tem veneno não, essa é totalmente orgânica. (José, assentado no PA Aldeia. Entrevista realizada em março de 2012).

Observamos que no PA Aldeia a maioria das famílias acessa financiamentos, no entanto parte delas encontra-se na condição de inadimplência junto ao Banco do Brasil - referente a financiamentos anteriores. Poucas famílias obtiveram respaldo técnico nos projetos elaborados, tendo em vista que os projetos tinham que ser voltados à “pecuária leiteira”, porém nem todas as famílias tinham conhecimento para tal atividade - o que provocou a não quitação das dívidas por perdas econômicas com a atividade. Segundo o depoimento do responsável pela empresa de assistência técnica no município, esse fato se dá por questões culturais.

[...] a maioria dos assentados no PA Aldeia eram pessoas que trabalhavam na lavoura e nunca haviam tido contato com o gado leiteiro. Considerando que as condições do solo da região são propícias a criação de gado e não para o cultivo da lavoura, essas

pessoas se viram obrigadas a trabalhar com a pecuária leiteira sem conhecer tal atividade, que associada ao alto custo de produção não os possibilitou no desenvolvimento da renda esperada, fato que levou algumas famílias a se tornarem inadimplentes junto ao Banco do Brasil [...]. (Maurílio dos Santos, AGRAER, Bataguassu. Entrevista realizada em Março de 2012).

Compreendemos que a herança cultural foi um dos principais obstáculos no que se refere ao desenvolvimento das famílias, que ainda se encontram em processo de adaptação à atividade imposta, uma vez que considerável contingente era agricultor. Quanto aos serviços de assistência técnica por conta do Estado, este tem deixado a desejar e a insatisfação abrange a maioria das famílias.

Embora abandonados e à mercê do destino, os camponeses buscam várias formas de se manterem dentro das parcelas. A procura por novas técnicas, que os auxiliem na atividade de pecuária leiteira, é constante. O que explica, por exemplo, a recente implantação do manejo de rotação de pastagem. Porém, das famílias entrevistadas, somente 13,63% (três) implantaram o sistema de manejo rotacionado, que consiste na divisão da pastagem em pequenas áreas formando vários piquetes por onde os animais são conduzidos. O tempo em cada piquete é determinado pelo tipo de pastagem, quantidade de animais e tamanho da área.

Das 13,63% que trabalham com o manejo rotacionado, 9,09% (duas) utilizam técnicas de irrigação em uma área de dois hectares, 18,18% utilizam inseminação artificial - visando a um melhoramento genético do rebanho. As demais utilizam o manejo extensivo. No entanto, é comum a complementação alimentar nos longos períodos de estiagem através de capineiras do tipo cana e capim Napier.

Notamos que, apesar de a tecnologia de produção não estar à disposição da maioria das famílias, o seu uso faz-se presente entre os moradores do PA Aldeia, mas de forma escassa no tocante a tecnologias avançadas ou maquinários de grande porte.

O assentamento dispõe de alguns maquinários de uso comunitário, adquiridos com recursos do PRONAF, tais como, trator, tombador, grade, semeadeira, calcareadeira, subsolador. Estes, segundo os relatos dos moradores, são insuficientes para atender à demanda dos lotes. São poucas as pessoas que possuem trator e implementos para prestarem serviços. Enfim, os camponeses não estão satisfeitos no que se refere às tecnologias de produção e reclamam da falta de maquinários apropriados e assistência técnica de qualidade.

[...] a gente precisa de informação, cursos de melhoramento genético, ter possibilidade de fazer correção de solo, isso é tecnologia para você desenvolver um trabalho certo, porque o conhecimento que agente tem é pouco. Então, eu acho que falta o governo se empenhar e mandar pra gente mais esse tipo de coisa, apoiar mais o que a gente faz. (Erisvaldo, assentado no PA Aldeia. Entrevista realizada em março de 2012).

Algumas famílias disseram ter consciência do impacto que grandes maquinários provocam ao solo, no entanto frisam que a apropriação das mesmas garantiria uma melhoria na produção (em pauta o leite), influenciando diretamente na renda e, conseqüentemente, proporcionando melhores condições de vida a todos no assentamento.

Ao falar de políticas públicas, 95,45% das famílias denunciam o abandono por parte do governo. As reclamações são muitas, dentre elas: a impossibilidade de acessar novos financiamentos, a falta de assistência técnica voltada à pecuária leiteira e os problemas com a saúde pública.

Embora muitas sejam as dificuldades encontradas pelos camponeses do PA Aldeia, muitas também são as estratégias de (re) produção familiar, como podemos observar no texto ora apresentado. Percebemos que a sustentabilidade seguida na unidade de produção é centrada na lógica da economia familiar, sem apropriação de mais valia (lucro).

PA Areias: Tratando da temática da sustentabilidade, percebemos que para os moradores conseguirem permanecer na parcela, com qualidade

de vida, variadas estratégias são adotadas para enfrentar a precariedade do momento inicial do assentamento. Estratégias essas que permitem (re) construir seu modo de vida, interferindo no meio onde vivem através da produção agrícola.

Cabe enfatizarmos que esta pesquisa, ao elencar questões que representam os anseios dos assentados, busca apreendê-las a partir de uma percepção de dentro do assentamento, identificando dilemas e a adoção de estratégias para melhorar a condição de vida.

Nas entrevistas realizadas no PA Areias, os assentados pontuaram as atividades agrícolas desenvolvidas nas parcelas como a principal estratégia de reprodução familiar, com destaque para o milho, o feijão, e a mandioca, produtos destinados ao consumo familiar e também como alimentação dos animais domésticos. Outras atividades ainda vêm colaborando com o sustento das famílias no PA Areias, dentre elas a criação de galinha e porcos, e variadas espécies frutíferas contribuem na alimentação. Situação relatada pelo senhor Ari.

Aqui é a rama de mandioca, feijão, milho, isso tudo ajuda, tem banana também. De lavora que a gente planta aqui no momento, é isso. Para ajudar na alimentação eu tenho galinha, porco, inclusive tem frutas que já tá produzindo, a manga, o limão, urucum, que serve para ajudar na alimentação, isso você já não compra. Minha parreira de maracujá está produzindo um pouco, mas é pro consumo. (Ari, assentado no PA Areias. Entrevista realizada em março de 2012).

Muitas são as estratégias adotadas pelos moradores para permanecer no lote. Todos de alguma maneira retiram da parcela alimentos para a família, uma grande porcentagem produz para o consumo e vende o excedente. Culturas, como o algodão e o gergelim, são destinadas ao comércio.

Entretanto, apesar da multiplicidade de atividades agrícolas, estas ainda não são suficientes para os camponeses estarem satisfeitos

com sua qualidade de vida no assentamento. Na tentativa de sanar suas necessidades básicas, ou de consumo, muitos se valem de empreitas e/ou empregos nas fazendas vizinhas. As diárias entre moradores também ajudam no ganho monetário do assentado. Todo esforço desses sujeitos remete-se à busca de sustentabilidade familiar, e nessa conjuntura produzir/obter o alimento é a ação mais perseguida entre as famílias entrevistadas no PA Areais. Vejamos o que escrevem Paulino e Almeida a respeito da comida:

Podemos dizer que, então, que a comida e, nela, a noção de fartura, cumpre mais que uma finalidade alimentícia. Ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é através da produção de alimentos que os camponeses expressam seus laços de identidade. Assim, em uma linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como as formas de sociabilidade e solidariedade oriundos dessa articulação. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 40).

Na sua composição geral, o assentamento tem pessoas que, por diversos motivos, saíram ou seus pais tiveram que sair do campo nas décadas de 1970 e 1980. A cidade, contudo, não foi lugar de emancipação e melhoria, fazendo-os voltar para o campo.

Algumas dessas famílias possuem renda do Programa Bolsa Família, aliado com aluguel da casa que possuem na cidade. Assim conseguem permanecer no lote, mesmo sem ter, até o momento, ajuda governamental.

Na produção agrícola, as técnicas empregadas nos lotes ainda são precárias, ou seja, fazem uso em sua maioria de implementos manuais e de tração animal. As máquinas agrícolas, na visão dos assentados entrevistados, ajudariam no preparo do solo, sobretudo, no aumento da área agrícola de cada parceleiro. Porém, eles contam apenas com um trator particular, que faz serviços de mecanização e triagem de grãos.

Embora vários entrevistados tenham consciência do quanto às máquinas agrícolas podem prejudicar o solo, é desejo dos assentados se apropriarem da tecnologia de produção, para facilitar seu trabalho na propriedade. Eles se queixam de não terem acesso à tecnologia, acham que o assentamento fica parado por não ter como produzir em maior escala. Toda essa busca expressa o desejo do camponês em ampliar sua produção. Além disso, essa ausência de tecnologia no assentamento é uma contradição em relação à inovação técnica presente na região Centro Oeste do país, como mostram Santos e Silveira:

Os produtos de uma agricultura globalizada – soja, milho, algodão arroz – são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola (um trator para cada 8,8 habitantes agrícolas, uma máquina de colheita para cada 54,7 habitantes agrícolas), (...) a utilização de tecnologia de ponta, como a agricultura de precisão. Beneficiada pelo valor relativamente baixo da terra, ela também consegue diminuir seus custos de trabalho com altos graus de capitalização em fixos e fluxos. Todavia o Estado participa generosamente do financiamento necessário à criação de novos sistemas de engenharia e de novos sistemas de movimentos. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 271).

Vemos, pois, um paradoxo. Enquanto os latifundiários se apropriam de amplos meios de produção com financiamento público, os assentados estão insatisfeitos por não terem como aumentarem sua produtividade, convivendo, frequentemente, com a falta até mesmo de trator., Mesmo com o anseio de ampliar a produção, são poucos aqueles porém que fazem a relação do custo e do benefício no uso de máquinas agrícolas. Isso ocorre em parte por não terem esse hábito e também por não terem acesso à tecnologia. Daí a falta de interesse em fazer cálculos a esse respeito.

O senhor Ademar descreve como vê a falta de tecnologia no Assentamento:

Falta mais ajuda dos políticos que tem que da mais assistência para o assentamento, além do INCRA. Essa falta que maquinas agrícolas atrapalha porque muitas vezes, a gente não tem o dinheiro na hora certa, outra hora não tem o trator, pra preparar no momento certo. E aqui é um lugar que só tem um trator, esse trator é particular, muitas vezes ele não pode vir no dia que a gente precisa preparar a terra, porque o dono do trator tem que preparar a terra dele ou de outros. Eu acho que falta mais maquinários, minha preocupação é ter como preparar minha terra no dia e mês que eu acredito ser melhor pra produzir, e pra isso precisa de trator pro povo no momento que a pessoa quer plantar. (Ademar, assentado no PA Areias. Entrevista realizada em março de 2012).

Segundo os dados coletados com os assentados do PA Areias, apenas 10% dos moradores fazem uso de agrotóxicos na produção agrícola, outros 10% desconhecem o uso de técnicas agroecológicas na produção agrícolas. Já 20% dizem que não têm como produzir apenas com técnicas orgânicas, porém estão dispostos a fazer uso da produção orgânica para o consumo familiar, ou seja, estão cientes que o agrotóxico pode prejudicar o ser humano.

Os assentados do PA Areias pontuam como alternativas para melhorarem sua qualidade de vida, as seguintes ações: trabalhar fora do lote para aumentar a renda da família, aumentar a produção agrícola como fator de superação das dificuldades, receber apoio do governo com políticas públicas que venham ao encontro das necessidades dos assentados.

Dentre as políticas públicas consideradas inexistentes ou deficitárias, em primeiro lugar, está a falta de moradia e de financiamentos, pois, até março deste ano, não tinham acessado recursos. Em relação à educação, pontuaram a precariedade das instalações no assentamento. Há também falta de implementos agrícolas. Por último, denunciaram a falta de transporte coletivo, de saúde e de orientação técnica para o plantio.

Por fim, os moradores avaliaram a permanência no lote e o que dizer para companheiros que, diante das dificuldades, pensam em desistir. Quanto à permanência no lote, houve unanimidade, ou seja, 100% dos assentados disseram que não sairão do lote de forma alguma, expressando seu orgulho em ser assentados no PA Areias.

Porém, variadas foram as opiniões a respeito da desistência de famílias no PA Areias. Enquanto alguns disseram que o morador é quem deve escolher o que é melhor para ele, uma maioria destacou que o/a assentado/a deve lutar e resistir, pois plantando dá para continuar. Destacam, por exemplo, que as periferias das cidades são muito piores que o assentamento. Houve ainda um percentual de 37,5% que diria ao companheiro que está pensando em desistir que ele deveria permanecer no assentamento, pois os problemas estão em todos os lugares.

PA São Manoel: Desde outubro de 2009, o município de Anastácio vem realizando, através da parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Anastácio - COOPRAN, um projeto denominado CPR - Doação. O projeto consiste na aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares cadastrados no Programa de Aquisição de Alimento - PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, ambos com distribuição simultânea às entidades assistenciais, às famílias carentes, cadastradas através de suas organizações, e ainda com entrega nas escolas. Com a inclusão nestes programas do governo, as famílias voltam a produzir pequenas plantações de variadas culturas, inclusive hortaliças para fornecer aos referidos programas e também vender na feirinha do pequeno produtor rural da economia solidária - que acontece a cada 15 dias em Anastácio.

Os programas PAA e PNAE são custeados pelo Governo Federal. O PAA é coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que compra os produtos da agricultura familiar e destina

à doação. Já o PNAE é coordenado pela administração escolar, via Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Anastácio, através de suas organizações, no caso a COOPRAN. Existe uma cota para venda dos produtos destinada a cada produtor que deseja participar, sendo este um programa voltado à agricultura familiar camponesa.

O valor de comercialização é de R\$ 15.000,00/DAP/Ano Civil. Ou seja, cada família de camponês pode entregar o valor de R\$ 4.500,00 ano para o PAA e R\$ 9.500,00 ano para o PNAE. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para aquisição de alimentação escolar, no mínimo 30% (lei n^a. 11.947, de 16 de junho de 2009) deverão ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações.

É notório o crescimento econômico do campesinato com a implantação do PAA e do PNAE, pois quando os produtos têm destino certo o camponês tem garantia de renda. Com isso, se restabelece o volume de crédito rural por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, uma vez que o camponês, antes inadimplente com o Banco do Brasil, ficava impossibilitado de acessar novos créditos.

Com a entrada de mais recursos financeiros no assentamento, o camponês tem mais acesso às novas tecnologias de produção que facilitam o manejo do trabalho, trazendo mais possibilidades de negociações.

Atualmente, 15% dos produtores entrevistados do São Manoel vendem seus produtos para doação via PAA e a cada 15 dias alguns deles vendem na feirinha na cidade. Os produtos contemplados no programa PAA são mandioca, feijão, farinha de mandioca, abóbora, hortaliças, mamão, abacaxi, melancia, mandioca, entre outros.

É importante considerarmos que o PA São Manoel é composto por sujeitos com diferentes perspectivas sociais, construídas de acordo com suas necessidades. Portanto, o caminho do desenvolvimento do assentamento traz implicações do modo de ser e de estar no campo de cada um. E mesmo as dificuldades estando

relacionadas às estruturas macroeconômicas, leia-se falta de apoio à reforma agrária, existem maneiras próprias de organização social e de enfrentamento desses problemas por parte de cada indivíduo e/ou grupo familiar.

Logo, são muitas as alternativas/estratégias criadas pelos camponeses para sobreviverem na terra, e entre tais alternativas está a produção de variadas culturas em pequenas porções de terra, possibilitando, além da lavoura para o autoconsumo, a comercialização do excedente.

Faz-se necessário compreendermos quais são as perspectivas e as expectativas dos camponeses, e como se veem enquanto sujeitos na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Especialmente tendo de lidar com a ausência de políticas públicas que possam garantir-lhes a permanência no campo, tais como: crédito, tecnologia adequada, assistência técnica, capacitação, lazer, bem como o acesso aos serviços de educação e de saúde de boa qualidade. Tudo isso partindo de uma concepção de autonomia, ou seja, algo que garanta alimentar a sua família, e condições de comercializar o excedente para manutenção de outras necessidades no lote.

Nas palavras do senhor Wilson, podemos entender a importância atribuída à tecnologia de produção junto ao campesinato na perspectiva do aumento da produção.

Sou a favor de todo tipo de tecnologia, todo instrumento ou técnica que pode ser usada para melhorar a sustentabilidade familiar. Para o sustento produzo frutas e feijão. Para a geração de renda leite, mandioca, abacaxi e bezerros, e trabalho como agente de saúde. As técnicas que utilizo são trabalho manual, tração animal e trator, [...]. O emprego de tecnologias possibilita o preparo do solo e reforma de pastagem. [...]. Faço uso de agrotóxico por falta de conhecimento, utilizo tecnologia na produção leiteira, e na produção agrícola. Com o uso das tecnologias eu consigo aumentar minha produtividade, [...]. Faço uso de algumas técnicas agroecológicas como a curva de nível,

cerca em nível, uso do NIM (planta utilizada para composto orgânico no combate a parasitas animais). Atualmente entrego os produtos agrícolas para o PAA e PNAE, pois precisamos produzir para comercializar, se produziéssemos apenas para o autoconsumo não conseguiríamos sobreviver no lote, dependemos de muitas outras coisas tais como: energia, comunicação, vestuário, remédio, transporte, e outras necessidades. (Wilson, assentado no PA São Manoel. Entrevista realizada em outubro de 2011).

Na fala do senhor Wilson, apreendemos que o camponês percebe que, mesmo sendo alguém à margem do sistema, o capitalismo está inserido no seu mundo ainda que de forma precária. Logo, é um sujeito que faz parte da sociedade, condição que gera entusiasmo e vontade de lutar. Uma forma de lutar é deixar de produzir somente para o autoconsumo e buscar formas justas de produção e comercialização de seus produtos.

É exatamente por ver seus produtos valorizados que dona Lucia fala com tanto orgulho da venda para o PNAE e PAA, Programa que, segundo ela, paga o preço justo.

Para o autoconsumo plantamos abobrinha, quiabo e frutas enquanto que para geração de renda produzimos maracujá, abacaxi, mandioca, feijão e hortaliças. A única renda não agrícola que temos é de um salário mínimo do trabalho do meu esposo. Usamos o trator para o preparo do solo, porque contribui na agilidade da produção com menos esforço físico. [...]. Praticamos a Agroecologia com adubação verde, feijão de porco, mucuna, feijão guandu, crotalaria e vários repelentes naturais, [...]. Precisamos de infraestrutura que atenda as nossas necessidades de produção [...], melhoria nas estradas, saúde e educação. Vendemos nossa produção diretamente ao consumidor através do PNAE e PAA para doação e merenda escolar. [...]. (Maria Lucia, assentada no PA São Manoel. Entrevista realizada em novembro de 2011).

Dona Lucia ressalta a importância de não fazer uso de adubos químicos e diz que pratica a Agroecologia. Segundo a assentada, o fato

de o assentamento ser atendido pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável com os programas PAA e PNAE, é um dos fatores de maior importância para o desenvolvimento econômico das famílias camponesas.

Ao conversar com o senhor José Flávio, percebemos a alegria em seu olhar, um sorriso de contentamento e satisfação em ter seu pedaço de chão para plantar seu alimento livre de agrotóxico, tendo assim uma alimentação mais saudável.

A tecnologia hoje oferece qualidade e agrega valores aos produtos. [...] contribuem começando com as curvas de nível e no futuro com o aumento da produtividade, pois mesmo produzindo sem veneno precisamos de máquinas para gradear a terra. [...] com o desenvolvimento do lote estou começando vender a minha produção, direto ao consumidor através do PAA. Graças à reforma agrária eu tenho meu pedaço de chão. [...] não uso agrotóxico, só utilizo a agroecologia, o esterco de gado curtido ou humos [...], é um pouco trabalhoso porque exige dedicação e conhecimento, mas vale à pena, aqui é melhor que a cidade. [...] a nossa produção é principalmente para o sustento da família, mais a sobra e para o comércio e sustento da nação. (José Flávio, assentado no PA São Manoel. Entrevista realizada em outubro de 2011).

A fala do senhor José Flávio revela a importância da reforma agrária, principalmente, quando ele diz: “mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, aqui é melhor que viver na cidade onde por mais que se trabalhe nunca se tem nada”. Segundo o assentado, agora que podem contar com o auxílio do trator e sabem que tem para quem vender os produtos podem plantar para comercializar. Antes do PAA tinham que vender para o atravessador. E o que ganhavam, às vezes, não pagava as despesas para produzir.

Diferente do modelo do agronegócio, em que a tecnologia de produção visa a produzir em grande escala e o lucro máximo, nas comunidades camponesas assentadas, a tecnologia de produção é compreendida como auxílio no trabalho, onde a consequência é a

melhoria na produção em pequena escala. Podemos afirmar que o camponês, quando usa a tecnologia, está em busca de um desenvolvimento econômico sustentável que lhe possibilite qualidade de vida e não o acúmulo de capital.

Atualmente, o camponês assentado conta com o apoio de algumas instituições e movimentos sociais, tais como Comissão Pastoral da Terra - CPT, Movimento dos Trabalhadores Sem Terras - MST, sindicatos e personalidades acadêmicas de grande importância na formulação de pesquisas. Sujeitos que levam orientação aos camponeses que, aos poucos, conquistam o acesso a terra e ao fomento agrícola, ações necessárias para (re)criar a vida no campo. Em resumo, a luta camponesa conta com apoio de

Agentes das comunidades Eclesiais de base da Igreja Católica - CEBs, sindicalistas, militantes de partidos políticos ou do Movimento dos Sem-Terra - MST, técnicos estatais e pesquisadores acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento e universidades passaram a participar dessas 'experiências de reforma agrária', tendo em vista a referida assessoria. (D'INCAO; ROY, 1995, p. 26).

Segundo D`Incao e Roy (1995), pode-se observar, em meio às representações dos movimentos sociais, que a luta e o anseio por dignidade e soberania alimentar ultrapassam todas as fronteiras, dando força ao camponês para chegar ao seu objetivo, fortemente marcado pelo desejo de um povo que foi expropriado de suas terras passando, inclusive, pelo processo de desenraizamento cultural. Portanto, a volta ao campo contém também o desafio de (re)aprender a cultivar a terra. (ALMEIDA, 2008).

PA Padroeira do Brasil: Após 24 anos, das quase 500 famílias que foram acomodadas no assentamento Padroeira do Brasil, hoje restam somente 100. Os motivos da redução de famílias são os mais variados, dentre eles destacamos o fato de que a maioria dos moradores

possuía cerca de quatro lotes. A aquisição de mais de um lote dentro dos assentamentos é uma estratégia de reprodução do grupo familiar, e no Padroeira, por serem os lotes muito pequenos, tal fato incidiu com maior relevância.

No PA Padroeira do Brasil, as normas para transferência de lotes não se processam da mesma forma que nos assentamentos constituídos pelo INCRA, fato que possibilitou a aquisição de mais de um lote por morador, ao passo que algumas famílias deixavam o assentamento. A saída das famílias dentro dos assentamentos é comum, pois o fato de elas terem conquistado a terra não diz que fincarão raízes nessas localidades.

Acerca deste movimento, Borges (1997) nos diz que “a terra é um ponto de chegada, mas não um ponto de parada”. Portanto, a estadia na terra se dará a partir de fatores culturais de cada indivíduo que não foram levados em consideração no momento de assentamento. Para os trabalhadores, os assentamentos representam um local de retorno, de reconstrução de vida, um espaço de reintegração cultural e social. E quando isso não acontece, alguns acabam por abandoná-los, porque, para muitos, o ato de estar assentado não é a estação final. A este respeito, assim nos fala Borges:

(...) a terra é um ponto de chegada, mas não um ponto de parada, de finalização. É chegada de alguém que dela partiu e que a ela está voltando; alguém que é o mesmo e já não é o mesmo de quando partiu, porquanto viveu novas relações, novas experiências, individuais e sociais, avançou na sua história, descobriu-se gente, fez-se gente, fez-se sujeito na sua rebeldia e na sua busca de ser; ser que pensa e que fala, e que na sua fala revela o seu pensar que se torna ação - ação que transforma a si próprio, transformando o seu próprio mundo, o dos outros, a história. (BORGES, 1997, p. 171).

No entanto, nas idas e vindas dos assentados camponeses, a sustentabilidade dentro do assentamento Padroeira do Brasil segue amparada por diversas estratégias de (re) produção. Nos primeiros anos do

assentamento, a economia girava, principalmente, em torno da agricultura, onde os camponeses plantavam para o autoconsumo e comercializavam o excedente. Mas, com o passar do tempo, a baixa fertilidade do solo não permitiu que as famílias sobrevivessem unicamente da lavoura. Com a dificuldade de cultivar as terras, uma parte das famílias partiu em busca de terras em outras localidades do Estado. As famílias que se encontravam em melhores condições financeiras adquiriram mais terras e aumentaram suas áreas, o que permitiu a substituição da lavoura pela criação de gado de leite. Esse foi um dos fatores que levou à diminuição no contingente populacional do assentamento.

A produção de leite, atualmente, é a fonte de renda adotada por cerca de 40% dos moradores. Estes levam o produto aos dois resfriadores que existem no projeto; calcula-se que a produção média do assentamento chegue a 630 litros/dia.

Segundo os entrevistados, a produção de leite é uma fonte de renda complementar, pois afirmam possuir outras rendas. Algumas famílias criam gado de leite, já outras criam o gado de corte em pequena quantidade devido ao tamanho da área. Nestes casos, a renda se dá através da comercialização dos bezerros, pois, ao contrário da pecuária leiteira, onde se comercializa primeiramente o leite e depois o bezerro, na pecuária de corte, por não visar ao leite como renda, o bezerro é a renda em curto prazo.

Em relação à lavoura, 20% das famílias entrevistadas disseram que plantam milho e feijão com o objetivo de comercializar. Por outro lado, 80% afirmaram plantar milho, feijão e mandioca, além de criar porcos e galinhas, para o consumo da família. Notamos que existem algumas famílias que ainda produzem para o autoconsumo e para comercialização, e outras que produzem unicamente para o consumo da unidade familiar.

Entendemos que ambas as estratégias, tanto dos camponeses que plantam para vender como daqueles que plantam unicamente para o consumo,

geram renda. A partir do momento que deixam de buscar na cidade os produtos que compõem a mesa, e estes são produzidos dentro da unidade familiar, geram aí também uma forma de renda. Lembrando que o regime de economia familiar se caracteriza por ser o camponês dono da força de trabalho e da terra.

Alguns se valem do trabalho acessório que se dá por intermédio de diárias nas parcelas vizinhas, já outros são funcionários públicos prestando serviços na escola do assentamento, neste caso temos 10% como funcionários públicos. Também percebemos dentro do PA Padroeira do Brasil um grande número de pessoas aposentadas. São cerca de 30% das famílias que possuem renda proveniente de aposentadoria, o que contribui com a reprodução da vida dos camponeses e o desenvolvimento das parcelas, como afirma seu Vicente.

Depois que eu e minha mulher conseguimos aposentar eu pude melhorar a vida no sítio porque aí o dinheiro vindo do leite, dos bezerros e outras coisas mais dá para melhorar as coisas no sítio, não é muito mais dá para sair do sufoco quando preciso para ir ao médico, e outras necessidades [...] e a aposentadoria dá para gente manter as despesas no mercado”. (Vicente, assentado no PA Padroeira do Brasil. Entrevista realizada em março de 2012).

O envelhecimento dos moradores que residem no PA Padroeira do Brasil e a saída dos jovens são fatos que têm preocupado os moradores como evidencia seu Ailton. “É preciso arrumar ocupação para os jovens do assentamento se não só vai ficar pessoas de idade, que já são aposentados aqui”. (Ailton, assentado no PA Padroeira do Brasil. Entrevista realizada em Abril, 2012).

Não adentraremos na questão da juventude rural, no entanto, faz-se necessário mencionar que é de fato preocupante a evasão dos jovens, acontecido tanto no Padroeira do Brasil quanto nos demais assentamentos. Logo, é fundamental discutir e viabilizar políticas públicas voltadas ao bem-estar dos jovens do campo a fim de que diminua a evasão da juventude rural.

Ainda que existam, como constatamos, tecnologias de produção, parte dos trabalhos é desenvolvida com grande esforço braçal, em que as ferramentas manuais predominam. Isso ocorre porque as áreas cultivadas são pequenas e também os tratores utilizados são da prefeitura e, quando chegam ao assentamento, já passou a época de plantio. Essa situação é denunciada pelo senhor João Francisco: “uso mais a tração animal, enxada, matraca. Quando chega o trator para arar a terra muitas vezes não é época de planta, ou está muito seco, mas quando é possível uso trator também”. (João Francisco, assentado PA Padroeira do Brasil. Entrevista realizada em março/2012).

É considerável o número de famílias que disseram fazer uso de técnicas agroecológicas, ou seja, 70% dos camponeses contaram produzir alimentos orgânicos pensando no bem-estar da família. Os segredos da agroecologia sem dúvida perpassaram gerações como podemos observar nas sábias palavras de Seu Sebastião.

Quando aparece erva daninha na área de plantio, como tiririca, carrapicho, significa que a terra já tá cansada e que precisa descansar para recupera a força e voltar a produzir, então tem que deixar por conta dela. E quando parece guanxuma na roça precisa plantá outra cultura com raízes profundas para quebrar a terra e permitir que água entre. E não adianta fica jogando veneno, que isso só vai piora a terra, até chegá o tempo de não produzir mais nada. (Sebastião, assentado no PA Padroeira do Brasil. Entrevista realizada em março de 2012).

Embora constatemos uma grande redução no número de pessoas residentes no PA Padroeira do Brasil, os entrevistados, que lá residem desde o início do assentamento, afirmam que vão permanecer na terra até que se cumpra a “vontade de Deus”. Ainda que tenham ocorrido grandes mudanças no modo de produzir dos camponeses deste assentamento, notamos uma grande resistência por parte dos que permaneceram, (re) criando e se adaptando às novas culturas que o tempo os condicionou a aprender.

Para Shanin, segundo Paulino e Almeida (2010), essa disposição de ajustamentos a novas condições de sobrevivência são próprias do camponês. Deste modo, compreendemos que é nessas mudanças que se forja a economia camponesa centrada na unidade familiar de produção.

Considerações finais

Nos resultados desta pesquisa, observamos que nos quatro assentamentos a sustentabilidade familiar é construída de diversas formas, edificadas a partir das possibilidades viáveis de cada local. Assim, podemos dizer que no PA Aldeia a sustentabilidade familiar é construída principalmente pela pecuária de leite, permitindo uma leve semelhança com o PA Padroeira do Brasil, que conta com a pecuária de leite, além da renda proveniente de pensões e aposentadorias. Vale ressaltar que o termo pecuária de leite, utilizado neste artigo, segue apenas uma regra técnica, pois sabemos que o camponês que se vale da criação de gado de leite, ou de corte, está pensando na reprodução do grupo familiar.

O PA São Manoel é o único que se destaca no tocante ao uso de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia familiar, sendo elas os programas PAA e PNAE. Sabemos que esses programas deveriam ser implantados em todos os assentamentos, uma vez que foram construídos para o pequeno agricultor, o que melhoraria indubitavelmente as condições de vida das famílias - como tem acontecido no São Manoel.

O PA Areias tem sua sustentabilidade econômica centralizada na produção agrícola de subsistência, com comercialização de excedente juntamente com o trabalho acessório. Tal fato se dá pela recente implantação do assentamento e a não disponibilização de créditos públicos.

Mesmo de forma retraída e precária, os camponeses têm se apropriado das tecnologias de produção, como se pode observar nos assentamentos pesquisados. Ainda que o PA Padroeira do Brasil seja o mais

antigo, constatamos que os três assentamentos mais recentes se destacam no que se refere à apropriação de tecnologia de produção. Porém, o uso dessa tecnologia não impede a implantação da agroecologia, uma vez que esta prática está presente nos quatro assentamentos. Percebemos, contudo, grande influência da agricultura moderna, com práticas antiecológicas - uma consequência do sistema capitalista influenciada pelo agronegócio. No entanto, os camponeses se destacam na produção orgânica.

Observamos que a economia familiar camponesa é de fato enigmática, porque não há um modelo de sucesso a ser seguido; na verdade, cada grupo vai produzindo sua história de resistência, portanto, ela é encantadora e, ao mesmo tempo, incompreendida pelos capitalistas. A versatilidade dos camponeses é a estratégia de resistência do povo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. A. (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 1, 347 p.

_____. A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas, v. 3, n. 3, p. 92-109, 2006. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/agbt/>>.

BOGO, A. O MST e a cultura. 2 ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres. *Caderno de Formação*, n. 34, 2000.

BORGES, M. E. L. *Terra: ponto de partida, ponto de chegada - identidade e luta pela terra: reforma agrária*. São Paulo: Editora Anita, 1997.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

KIRCHOF, B. *Nova legislação para o leite (Portaria 56) preocupa pequenos produtores*. Disponível em: <www.emater.tche.br>. Acesso em: 03 mar. 2012.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, v.1, 190 p.

MARTINS, J. S. *O Cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, C. G. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do camponado brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.15, n. 43. set./dez. 2001, p. 05-13; 28-88.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

PADOVAN, M. P. et al. (editores técnicos). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul: fundamentos e experiências*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005. 127 p.

PASCHOAL, A. D. Modelos sustentáveis de agricultura. *Agricultura Sustentável*. Jaguariúna, 1995.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v.1, 112 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, v. 1, 473 p.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21. jul/dez. 2005.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). *Campesinato: territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, M. A. M. A terra no imaginário dos migrantes temporários. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANHO “Outros 500, outros 40: história, cultura e memória”, 2001, Brasília. *Anais...* Brasília: UNB, 2001, v. 1, p. 31-31.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

A REFORMA AGRÁRIA E OS IMPACTOS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO DOS ASSENTAMENTOS LAGOA GRANDE E AMPARO EM ITAHUM - MS¹

*Dalva Marques Machado
Mauro Sérgio Almeida
Zilda Alves de Souza*

Este trabalho busca compreender a dinâmica territorial do distrito de Itahum, localizado a 64 km do município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, situando o papel da escola do campo neste processo. A importância estratégica do distrito para a região evidencia-se ao se traçar um paralelo entre três épocas: do funcionamento da Estrada de Ferro - em tempo de delimitação e afirmação do território das fronteiras -, da época da desativação, as consequências para o distrito, e do período recente marcado pela implantação de dois Assentamentos Rurais na região, os projetos de assentamentos Lagoa Grande e Amparo.

O distrito de Itahum, de acordo com relatos dos entrevistados, foi palco de grande circulação de pessoas e mercadorias na época de funcionamento da Estrada de Ferro, Ramal de Ponta Porã com Estação Ferroviária no Distrito, pertencente à NOB (Noroeste do Brasil), nas décadas de 1940 e 1950. Essa estação supria a região da Grande Dourados e foi suporte para o crescimento do município. Com a desativação da Estrada de Ferro, na década de 1980, a movimentação praticamente parou. Foram criadas e vitalizadas as estradas e rodovias para a circulação de mercadorias. Houve um desmonte da estrutura local, com o fechamento de cooperativas, de agência bancária, entre outros. Nesse contexto,

¹ Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação do Prof.Dr. Walter Roberto Marschner.

estabeleceram-se grandes fazendas com extensas pastagens para criação de gado, o que mudou o cenário do distrito, desaquecendo a movimentação e causando um “vazio” no local.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) implantou dois Assentamentos Rurais no distrito na década de 1990, possibilitando, a partir do surgimento dos acampamentos rurais e posterior formação dos assentamentos de Amparo e Lagoa Grande, um novo fluxo de pessoas na localidade. Importa observar os impactos que representaram essas mudanças na economia, na educação, no transporte, entre outros aspectos do Distrito, e perceber que papel a escola desempenhou nestes processos.

Para isso, esta pesquisa utilizou-se de rodas de conversas, orientadas por questionários abertos e gravações autorizadas. Nos questionários, tratamos de algumas questões em comum como: o apogeu e decadência do distrito de Itahum e a nova perspectiva com a implantação dos Assentamentos Rurais Lagoa Grande e Amparo na região. Os dados foram coletados junto à direção da escola Antônio Vicente Azambuja, ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), ao CDR (Centro de Documentação Regional) situado na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). A história oral do local também foi fonte importante, coletada por meio de entrevistas realizadas com alguns moradores da época da estrada de ferro e com outros do atual momento do distrito de Itahum.

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Esta análise tem como pressuposto básico a constituição social dos espaços. As relações sociais no distrito de Itahum entre os assentamentos, a comunidade, o comércio e a escola, abordados neste estudo, são compreendidas como malhas constituintes de um espaço chamado território (RAFFESTIN, 1993). Para além de sua realidade física, o espaço geográfico é compreendido sociologicamente:

A origem do termo território e o seu emprego nas Ciências não advêm dos estudos geográficos, tampouco das Ciências Humanas, mas sim das Ciências da Natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia onde o conceito será cunhado. Desta forma, o conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 37 apud TERRA, 2009).

Assim definido, o território é composto pela sociedade, pelo espaço e pelo tempo. A sociedade transforma e efetiva o território através de sua existência e das relações com o espaço no devido tempo. Raffestin (1993) assinala que o território é o produto dos atores sociais, e o analisa como:

[...] espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência, revelam relações marcadas pelo poder. Apoiar-se no espaço, mas não é o espaço. [...]. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A concepção de Marschner (2009) acerca do território não é diferente no que tange às relações na ocupação dos espaços:

É nesse sentido que pode se falar de território como espaço social apropriado, como uma forma materializada de poder, que determina a relação social, e é resultante de confrontação, porque

possui limites e fronteiras, enfocando as ações sociais rumo ao desenvolvimento, fomentado pelo diálogo na busca de soluções para os problemas de determinado território, pela conexão local e global para atender os diferentes necessidades e interesses dos atores. (MARSCHNER, 2009, p. 14).

Oliveira explica, por sua vez, que o capital se apropria do território e ali se instala, coordenando as formas de produção e ditando as regras de funcionamento:

O processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num 'mar' de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Como espaço socialmente constituído, o território não é estático. Para entender sua dinâmica, trabalhamos, neste estudo, com os conceitos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2001).

Trata-se de entendermos a *territorialização*, no caso estudado o distrito de Itahum, em dois momentos: primeiramente, dominado pelas oligarquias locais (coronéis) e seus interesses políticos e, posteriormente, como território de interesse do Governo Federal com a implantação da estrada de ferro, com o objetivo de ocupar os espaços da fronteira.

Para cumprir esse percurso, é importante entendermos a colonização do sul do Estado de Mato Grosso, onde se localiza o distrito de Itahum, cujo estudo passa pelo conhecimento da Cia. Mate Laranjeira, assim como de suas principais características e forma de ocupação do espaço. Da mesma forma, é fundamental atentarmos à Estrada de Ferro (NOB - Noroeste do Brasil) e à CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), para, assim, tentarmos compreender a formação do

território de Itahum neste período. No caso estudado, encontramos os trabalhadores, os grandes proprietários rurais, os indígenas e o Estado, cujos projetos e as relações de poder constituem as forças para a dinâmica territorial.

A desterritorialização da região ocorreu, inicialmente, com a desativação da estrada de ferro, em meados de 1980, diminuindo o fluxo de pessoas e mercadorias do local. Esse fato fez com que as famílias moradoras no Distrito procurassem outras localidades para efetivar moradias. Paralelamente, houve a implantação de grandes latifúndios e fazendas de criação de gado, com extensas pastagens. Assim, mudou-se o cenário local com imensos canaviais e florestas de eucaliptos.

A reterritorialização local acontece com o surgimento dos dois assentamentos rurais, Amparo e Lagoa Grande, já na década de 1990. A implantação destes aumenta a demanda por educação dos filhos dos assentados e da comunidade local, aquecendo o setor educacional do Distrito, assim como o de outros setores do comércio.

Com o advento dos assentamentos rurais na região, dá-se o momento atual da dinâmica territorial, a reterritorialização, que, de acordo com Heredia (2002, p.77), constitui manchas territoriais formadas por concentração regional de assentamentos. Trata-se de “uma resultante objetiva das lutas empreendidas, que se tornam objeto de reapropriações e racionalizações pelos diferentes atores”.

A autora, *ao analisar os impactos regionais da reforma agrária no Brasil*, revela algumas demandas que as manchas de assentamentos, localizadas em um determinado local, criam (HEREDIA, 2002). Os movimentos de luta pela terra reivindicam políticas que estejam voltadas para sua realidade de vida:

Os movimentos de trabalhadores têm conseguido definir ‘áreas prioritárias’ para as intervenções do Estado e têm sido hegemônicos no desenho de modelos de ‘assentamentos’, vale dizer, de padrões de relacionamento social que, se não são aqueles

idealizados pelas propostas dos movimentos, estão muito mais próximos do que é valorizado pela ‘cultura camponesa’ do que aquilo que é propugnado pelos planejadores estatais. (HEREDIA, 2002, p. 77).

Neste contexto, a escola do campo surge como resultado desses processos de lutas e do aumento da demanda por vagas. Os alunos oriundos, na sua maioria, dos assentamentos rurais, buscam uma troca de experiências com a educação escolar para efetivar uma parceria no que diz respeito à aprendizagem educacional condizente com sua vivência no campo.

A escola, segundo Gramsci (1989), constitui-se como um “intelectual orgânico” para pensar os processos de mudanças na sociedade. Ela deveria ser o espaço onde as pessoas formulassem suas ideias para demandar ao poder público o atendimento às suas necessidades a partir de um projeto popular. O autor define a categoria de “intelectual orgânico” como proveniente da classe social que o gerou, no caso, os camponeses, tornando-se assim um especialista, homogeneizador e organizador. Esse intelectual cria conceitos para uma nova realidade cultural e de visão de mundo. Partindo dos argumentos desse autor, questionamos o quanto a escola do campo pode ser um intelectual orgânico, um sujeito coletivo ligado ao campesinato com influência no meio em que reside e participação nas decisões.

Breve histórico da dinâmica territorial de Itahum

Existiram dois momentos de *territorialização* do capital em Itahum. Uma primeira territorialização ocorreu na forma de poder do coronelismo, entendida aqui como esfera de influência política do maior proprietário de terras da região, o Coronel Antônio Vicente Azambuja. Ao visar à valorização de suas terras, inclusive a localidade em que se situa o distrito de Itahum, e a facilidade de escoamento da sua produção,

utilizou-se de sua influência em benefício próprio. Esse sistema foi herança da passagem da monarquia à república, com grandes extensões territoriais controladas pela elite, como explica Becker (2003, p. 70): grandes espaços não controlados pelo governo central, domínio ilimitado e arbitrário dos latifundiários, chefes políticos locais, os *coronéis* e seus jagunços.”

A Cia. Mate Laranjeira

Com o final da guerra do Paraguai foram implantadas no sul de Mato Grosso empresas de características extrativistas de minérios e vegetais, dentre elas a Companhia Mate Laranjeira. Esta empresa manteve o domínio sobre a exploração da erva-mate por quase meio século e chegou a dominar uma vasta extensão de terras. Nesse sentido, muitos estudiosos do processo de ocupação não indígena do sul de Mato Grosso afirmam que a Mate Laranjeira dificultou ou então representou, de certa forma, um empecilho à efetiva ocupação de espaços geográficos na região, uma vez que exercia sob as áreas de sua influência um rígido controle político e armado. Almeida discorre que:

Terminada a guerra com o Paraguai, foi firmado o tratado de limites entre os dois países (Brasil e Paraguai). A comissão de Demarcação era abastecida por uma loja de Porto Alegre e tinha, como funcionários, Ernesto Paiva e Tomaz Laranjeira, época em que tomaram conhecimento dos ervais do sul de Mato Grosso do Sul. (2008, p. 62).

A partir do conhecimento dos vastos ervais no território paraguaio e mato-grossense, Tomaz Laranjeira se beneficiou do poder político que exercia e, segundo a autora, manteve influência sobre o território do sul do Estado de Mato Grosso, incluindo o distrito de Itahum, criando a empresa Cia. Mate Laranjeira.

O Sr. Antônio Dagal, pequeno produtor rural, morador no distrito de Itahum desde a década de quarenta nos relata que:

A Erva Mate Laranjeira funcionou aqui por um tempo, eles tinham projeto de prosseguir a estrada de ferro até Dourados. Quando chegamos aqui em agosto 1945, Itahum tava iniciando, nem o trem corria ainda, só vinha até Maracaju, aqui tava em construção, tinha muito trabalho braçal com picareta e pá, a terra para abertura dos trilhos eram carregadas em carroças tipo basculante, puxada por burros e as pedras eram arrebetadas com dinamite. Eu tinha sete anos de idade e aqui em Itahum só tinham duas casas. Meu pai comprou essas terras e ficamos por aqui. (entrevistado em 08/09/2011).

O Estado Novo e a colonização do sul do estado de Mato Grosso

Na década de 30, a partir do golpe de estado de Getúlio Vargas em 1937, surgiu o desafio e a necessidade da criação da imagem de uma nova Nação, de acordo com Ponciano (2001), “com novos valores, intervindo em todos os domínios da cultura, da política, da educação e da economia, com vistas a construir a figura de um país unificado, homogeneizado em sua língua, costumes, comportamentos e ideias”. Em pleno autoritarismo do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas implementou a “Marcha para o Oeste”, com intenção desenvolvimentista e objetivo claro de povoar a fronteira com o Paraguai. Para isso, ocupou os espaços “vazios” e integrou os Estados Brasileiros, visando, sobretudo, à região Centro Oeste do Brasil, especificamente o sul de Mato Grosso.

A agricultura e a pecuária foram responsáveis pela ocupação efetiva do sul de Mato Grosso, ao contrário da forma dispersa de povoamento originado com a Cia. Mate Laranjeira e com sua forma de extração vegetal. O monopólio dos ervais nativos pela Companhia estendeu-se dos anos de 1882 a 1924.

A CAND (Colônia Agrícola de Dourados)

A partir das ideias do Estado Novo, conforme Menegat (2009), foram criadas as Colônias Agrícolas, pelo Decreto - Lei nº. 3.059 em 14 de fevereiro de 1.941. No Centro Oeste, criaram-se duas: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, o que trouxe várias famílias para o Estado, aumentando, assim, o fluxo de famílias para garantir a ocupação de terras na região. De acordo com Menegat:

Com o objetivo primordial de formar núcleos rurais e urbanos, na década de 1940, pelo decreto-lei n 5.941, de 28/12/1943 (SIC), o governo de Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola de Dourados, na região sul do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Com essa criação, pretendeu povoar a faixa de fronteira do sul do estado, distribuindo lotes para os agricultores, dando início ao processo de exploração da agricultura, especialmente da agricultura familiar, e da formação de pastagens na área. (2009, p. 33-34).

A proposta era atrativa e a propaganda intensa. A intenção do governo era a de colonizar e estruturar o campo, e para tanto:

A pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. Para tanto, esse trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la. Em suma, teria o auxílio do Estado para a fixação em outras áreas, sobretudo naquelas consideradas despovoadas, de espaços vazios. (PONCIANO, 2001, p. 95).

Conforme observamos, o autor tem razão, pois Colônias Agrícolas foram implantadas, inclusive no município de Dourados, por ser uma região com potencial para desenvolvimento na agricultura e

possuir terras de melhor qualidade para o plantio. Além de boas terras, a chegada de migrantes foi um fator de estímulo para a colonização ligada à agricultura.

A situação dos indígenas

Com o avanço evidente da fronteira agrícola e a apropriação do território, os povos indígenas e os pequenos produtores não tiveram alternativa que não fosse a venda da sua força de trabalho para os grandes proprietários. Em relação aos povos indígenas, Brand explica:

Os povos indígenas contemporâneos vêm profundamente marcados pelo processo de colonização, extremamente agressivo e violento, que não só destruiu definitivamente a maior parte dos que aqui viviam antes dos europeus, mas, devido à espoliação de seus territórios e recursos naturais, comprometeu, também, a sustentabilidade dos que lograram resistir. (2008, p. 27).

O autor ainda afirma que “A implantação da Colônia Agrícola obedecia a um plano amplo de colonização do governo federal e não era admissível que “um grupo de índios atrapalhasse a implantação do projeto” (BRAND, 2008, p. 34), colocando os interesses do Estado acima dos interesses dos povos indígenas que ali habitavam, indiferentes às suas origens.

Entendemos com Couto de Oliveira (1997) que os espaços não se encontravam vazios, as empresas extrativas e os posseiros disputavam com os índios Guarani e Kaiowá que habitavam a região, o que não foi considerado pelo Governo em seu projeto de reforma agrária.

O coronel Antônio Vicente Azambuja

A figura de Antônio Vicente Azambuja resume o que explica Martins: “Os chefes políticos municipais ou regionais acabaram sendo

conhecidos como *coronéis* e o fenômeno político que marcaram com sua presença ficou conhecido como *coronelismo*.” (1986, p. 46).

Podemos observar uma primeira *territorialização* na forma do coronelismo, como afirma Martins (1986), como chefe político regional na figura do coronel, impondo sobre os moradores da região relações de servidão. Tal afirmação é atestada por Elói, um ex-gerente da COOTRIJUI (Cooperativa que na época possuía matriz no Rio Grande do Sul e mantinha uma filial em Itahum): “Os coronéis, donos de grandes fazendas da região, são muito miseráveis, não deixam o distrito crescer, não têm funcionários fixos, por isso precisam da mão de obra do povo de lá, se o povo crescer, não vão mais querer trabalhar pra eles de graça.”. (entrevista em 08/06/2012).

Em 1914, Antônio Vicente Azambuja entra para a História do Município de Dourados, fundando o vilarejo Eldorado, hoje Distrito de Itahum, que se encontra a 64 km de Dourados. De família tradicional, agropecuarista e proprietário das terras onde hoje se localiza o Distrito, foi fundador e missionário da igreja Presbiteriana nesta localidade e doou um lote de terras para a Estação Ferroviária Noroeste do Brasil.

A região concentrava grandes propriedades de terra e coronéis com influências políticas, conforme relato do senhor Antônio Dalge, pequeno produtor rural do distrito, residente no local desde a década de 1950:

Como o Coronel Antônio Vicente Azambuja era muito influente, tinha um genro que era expedicionário da guerra, conseguiu desviar a estrada de ferro por aqui, conheci o engenheiro da companhia que construiu a ferrovia, o nome dele era Dr. Horta que foi o responsável por fazer o mapa e cortar o patrimônio. Toda a terra do patrimônio era do Sr. Antônio, que queria fazer aqui uma cidade com nome de Eldorado, porque na verdade Itahum era o nome da estação ferroviária, que significa ‘pedra preta’. O nome de pedra preta foi dado porque os trabalhadores tiveram de fazer um corte em uma pedra para fazer a ferrovia e a pedra era preta. Em troca dos serviços do engenheiro o Sr. Antônio deu um lote de terras pra ele. (entrevistado em 08/09/2011).

A estrada de ferro na dinâmica territorial

Uma segunda *territorialização* está relacionada ao auge político e econômico vivido pelo distrito, uma vez que se tornou um centro de fluxo de pessoas e mercadorias. Tal fato decorreu por ser um ambiente formado em torno da ferrovia Noroeste do Brasil, e um espaço onde se iniciaram as relações sociais e de poder que fariam do distrito uma referência na região.

A região de Itahum foi estruturada para os fluxos de capital. Com a chegada da estrada de ferro e posterior funcionamento, o distrito tornou-se um referencial em circulação de mercadorias e pessoas. Conforme relato do senhor Antônio: “Isso aqui (o distrito) era um vai e vem de gente, levando e trazendo mercadorias, circulava muito dinheiro”. (entrevistado em 08/09/2012).

Podemos entender que, além de servir ao capital, a estrada de ferro funcionou para demarcar a fronteira, “uma vez que ela teve por objetivo desbravar o Sul de Mato Grosso e abrir novas possibilidades de contatos e comunicações com outros estados, bem como repúblicas vizinhas, e, ainda, obter um maior controle na região.” (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

A empresa também foi essencial para o crescimento econômico da região da grande Dourados. Em Itahum, de acordo com o senhor Elói Kraemer, no início da década de 1980, “a COOTRIJUI usava sempre a ferrovia, quando o destino das cargas era para São Paulo ou o porto de Paranaguá, mas quando ia pra outras regiões a gente usava caminhões”, afirma o, então, gerente geral da Cooperativa Cootrijui localizada no distrito de Itahum, na época.

O entrevistado senhor Domingo, professor, natural e morador de Itahum, afirma a importância da estrada de ferro para a região dizendo que:

Meu pai passou aqui antes do apogeu do distrito de Itahum, no final da década de 1950, ele disse que conheceu as casas da recém-

chegada estação de trem e comentou sobre as árvores grossas que tinham na beira da estrada. Depois ele veio de trem e disse que o trem passava duas vezes por dia, a Cootrijui, funcionava como potência na época, o trem trazia muita mercadoria como gado e cimento. (entrevista em 12/3/2012).

A construção da ferrovia agitava a região no final da década de 1940 e início da década 1950, trazendo trabalhadores de regiões distantes do país, o que aumentou a circulação de pessoas e, conseqüentemente, a necessidade de suprimento das mesmas. Aliado a isso, aconteceu a transformação do território do distrito, com a movimentação, a comercialização e a fixação dos migrantes na região.

Posteriormente, esses trabalhadores fixavam moradia no distrito, devido ao fato de ser vagarosa a construção das ferrovias, com seus obstáculos naturais da região, e depender totalmente de verbas do Governo Federal.

De acordo com Queiróz (2004, p. 435), segundo dados de 1940, a área da NOB “concentrava praticamente a metade da população urbana do SMT (Sul de Mato Grosso), atual Mato Grosso do Sul”. De acordo com o autor, a população do SMT concentrava-se em torno das estações. No distrito de Itahum, a área da NOB (Ferrovia Noroeste do Brasil) era bastante povoada, que coincidia com a área do distrito de Itahum, como também era movimentada e servia de suporte para o desenvolvimento da região.

No ano de 1960, conforme dados de Queiróz (2004, p. 436), a população em torno das áreas da NOB, nas estações ferroviárias e locais que a ferrovia influenciava, era de 190.381 habitantes, representando 33,3% (por cento) do total de habitantes do Sul do Estado de Mato Grosso. O autor afirma também que “os mais notáveis e duradouros efeitos diretos da ferrovia circunscreveram-se ao meio urbano da área por ela servida.” (QUEIRÓZ, 2004, p. 449).

O senhor Antônio Dalge nos relata que:

Aqui tinham duas pensão, na do seu Ernesto o pessoal vinha de ônibus, os nordestinos não tinham malas, era tudo saco, ficava aquele monte, eles pagavam pra carregar do ponto até a pensão, pena que ninguém tinha máquina pra tirar foto, a estrada de ferro era movimentada, às vezes ficavam até quinze dias pra conseguir carro, enquanto isso eles paravam na pensão que parecia formigueiro, de tão cheia. O pessoal que vinha pra Colônia tiveram facilidade de chegar até aqui por causa do trem, eram três a quatro ônibus cheio que iam para Dourados, o pessoal ia até por cima no ônibus, não tinha fiscalização, dava umas cinco a seis horas de viagem até lá, carregava todas as coiseras e cargas. (entrevistado em (8/9/2011).

Queiróz (2004) explica que, após a inauguração e o funcionamento da ferrovia em 1953, houve maior movimentação e aquecimento do comércio local, pois a mesma servia para o escoamento da produção da erva-mate, que em meados de 1950, significava aproximadamente 30% (por cento) dos serviços prestados pela Ferrovia Noroeste do Brasil. Isso se explica pelos extensos ervais que existiam na região do Sul do Estado de Mato Grosso do Sul e do país vizinho, o Paraguai.

Junto à estrada de ferro, vieram alguns fazendeiros, comprando vastas quantias de terras para a criação de gado. O clima propício, as terras boas para pasto e a ferrovia garantiam a eles o transporte do gado para a região sudeste do País.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012), a população total do município de Dourados em 1950 era de 22.834 habitantes, sendo 4.730 habitantes na área urbana e 18.104 na área rural. Já em 1960, a população saltou para 84.955 habitantes, com 16.468 na área urbana e 68.483 na área rural. (Disponível em www.ibge.gov.br).

Essa evolução de habitantes em uma década não se deve somente ao fato do desmembramento de alguns municípios na época, mas se deve

ao programa de desenvolvimento da região feito pelo governo com a chegada de migrantes.

A educação seguia o ritmo da época, não havia investimento, tampouco incentivo para que os trabalhadores estudassem. No distrito de Itahum, uma casa de madeira servia para os poucos moradores da comunidade interessados em estudos. A entrevistada, Professora Maria José, moradora antiga do distrito, professora e diretora da Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, afirma:

Os moradores mais antigos nos relatam que aqueles que queriam estudar na época em que Itahum estava no auge da movimentação, tinham de se deslocar à casa de madeira onde funcionava a primeira escola, não havia estrutura suficiente e os educadores não eram formados, a educação era precária, podemos afirmar que a educação não estava no auge. (entrevistada em 19/3/2012).

COOTRIJUI

Um investimento bastante significativo, que contribuiu para o desenvolvimento da região na época, foi a implantação da COOTRIJUI, em 1981, com seu funcionamento em 1982. A empresa recebia grãos para armazenamento com capacidade para 300 mil toneladas. A filial no distrito de Itahum servia de suporte para o armazenamento de grãos dos produtores rurais da região. Com a cooperativa, vieram alguns elementos importantes para o desenvolvimento, como o funcionamento de uma linha de ônibus com destino ao Rio Grande do Sul, frota própria para atender aos seus funcionários e à comunidade em geral. Também tinham convênios com médicos e farmácias de Dourados para atendimento de seus funcionários, um mercado para fornecer alimentos a seus cooperados e funcionários, assim como uma loja de agropecuária. O senhor Elói era, na época, o gerente da filial de Itahum, e nos conta que:

Mudei para o distrito de Itahum em 1974, vim com outros amigos do Rio Grande do Sul para arrendar terras dali, não deu

certo. Então comecei a trabalhar na COOTRIJUI, como gerente em 1981, a estrutura veio pronta do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso do Sul com 16 unidades, tinha até fábrica de ração e abatedouro de frango em Dourados. A cooperativa tinha ônibus próprio para ir pro Rio Grande, mas foi desativado quando a COOTRIJUI fechou em 1985 e a COOAGRI comprou a unidade. (entrevistado em 08/06/2012).

Desterritorialização

Com a desativação da estrada de ferro, não havia mais interesse do agronegócio, representado pela cooperativa, pelos criadores de gado e pela fazenda Itamarati, em fixar suas bases na região do distrito de Itahum. Segundo Queiróz (2004), um dos motivos do fim da circulação do trem de ferro ocorreu em decorrência das altas taxas de embarque cobradas pela Companhia Noroeste do Brasil deixando de ser tão lucrativo o escoamento da produção.

Podemos entender que, em um segundo momento, o capital se desterritorializa. Esse momento é caracterizado como uma decadência na região, uma vez que os comércios, a COOTRIJUI, a agência bancária, dentre outros foram fechados. Os moradores migraram para outras terras e a circulação e a movimentação de pessoas e mercadorias praticamente parou. A população, que morava no distrito de Itahum, foi expulsa da terra para a cidade. O centro de movimentação em função da linha férrea ficou esvaziado pela falta de trabalho. Os grandes latifúndios com suas pastagens predominaram na região, impedindo a fixação dos moradores no distrito, como afirma Fabrini:

É neste contexto de deslocamento e desterritorialização dos arrendatários familiares, parceiros ou ‘peões’ que não tiveram possibilidade de ‘enraizamento’ na terra por causa da concentração fundiária, que se encontra a razão principal dos conflitos no campo do sul de Mato Grosso do Sul. (2008, p. 71).

Ao passar pela região na rodovia que liga o distrito de Itahum a Dourados, é evidente a *desterritorialização* do capital. As fazendas cada vez mais destinam vastas áreas de pastagens para produção de cana-de-açúcar e eucalipto, configurando novas atividades do latifúndio, ainda que sempre baseadas na monocultura. Podemos notar uma grande quantidade de terras arrendadas às usinas de açúcar e às destilarias de álcool, como também as imensas plantações de eucalipto, o que configura a concentração de terras. Como afirma Fabrini: “Assim, é possível concluir que a concentração de terra, característica principal do campo no sul de Mato Grosso do Sul, é a razão principal pela exclusão da terra, e consequentemente, geração de miséria e pobreza dos camponeses dessa região.” (2008, p. 78).

O trem foi desativado e com isso a movimentação local sofreu uma queda brusca: “Quando para o trem, acaba a movimentação, fica pior ainda quando terminam as madeiras da região, acabando com as serrarias” relata o senhor Domingo (entrevistado em 12/3/2012). “A linha férrea implantada pela Noroeste do Brasil foi muito marcante e carregada de resultados positivos para a comunidade. Seguiu-se, após a sua desativação, uma fase estática, triste e sem graça.”, como narra a senhora Maria José (entrevistada em 19/3/2012). Outro morador acrescenta que:

Quem conviveu aqui sabe do progresso da linha de trem, hoje a ferrovia não tem mais influência. Toda coisa tem seu tempo, hoje é a facilidade do carro, se hoje tivesse o trem só algum aposentado ia usar pra passear, e com isso ia ser mais cara a passagem. No Brasil o trem parou de funcionar por influência das fábricas de caminhão, Mercedes e Scania, quando entraram no Brasil que acabou o movimento das estradas de ferro. (Antônio, entrevistado em 8/9/2011).

Não havia trabalho para os habitantes que ali ficaram, com exceção de algumas serrarias que tentavam aquecer o comércio local. A movimentação e a circulação entraram em decadência, afetando, assim, toda a região.

A COOTRIJUI foi vendida para a COOAGRI, que desativou sua unidade no início dos anos 90, quando já não havia tantos funcionários. Tal contribuiu ainda mais para o vazio herdado pelo distrito, já que, além de empregos, a cooperativa assistia a seus funcionários que ali residiam, com saúde, transporte e alimentação. O senhor Elói nos relata que “quando a COOAGRI faliu e fechou a unidade, muita gente ficou sem emprego, parou o distrito, a produção continuou nas fazendas, mas as pessoas já não tinham emprego.” (entrevistado em 08/06/2012).

Houve uma grande saída de moradores do local, um esvaziamento: “O distrito não tinha movimento, as pessoas contavam que os mercadinhos tinham pouca mercadoria nas prateleiras”, como evidencia dona Luciana, moradora no Assentamento Lagoa Grande, (entrevistada em 09/06/2012). Já o senhor Domingo diz:

Várias famílias foram embora da região, muitas para o norte de Mato Grosso, pois tinha acabado o movimento. Itahum era o centro, as pessoas vinham de trem e pegavam o ônibus aqui para outras localidades como Dourados e Antônio João. Outras vinham de ônibus para pegar o trem também. (entrevistado em 12/3/2012).

Os fazendeiros, que vieram junto com a estrada de ferro, aumentaram suas terras com o impacto do fechamento da ferrovia, pois quando a estrada de ferro parou, parou consigo o progresso do distrito, “acentuando a diminuição relativa da população urbana, do número de estabelecimentos rurais e das pequenas propriedades, tudo convergindo para o padrão latifundiário de apropriação de terras.” (QUEIRÓZ, 2004, p. 449).

Os latifúndios já estavam formados, as vastas terras já estavam em posse dos fazendeiros fortes da região, com impacto demográfico na cidade de Dourados. Segundo dados do IBGE (2012), em 1970, a população total de Dourados era de 79.186 habitantes, com 31.599 na região urbana e 47.587 habitantes na área rural.

Se compararmos com a estatística de 1960, a população urbana praticamente dobrou, e a população rural diminuiu quase 20 mil habitantes. Não é certo que isso aconteceu somente devido ao esvaziamento do distrito de Itahum, pois havia outros fatores, como o desmembramento de municípios. Porém, é correto afirmar que a contribuição do distrito foi bastante significativa para a mudança do panorama local.

A região estava totalmente entregue ao declínio econômico e não havia possibilidades de ressurgimento, ou seja, a reterritorialização local era praticamente impossível.

Houve uma época em que o distrito desacelerou o crescimento bruscamente. A economia local girava em torno das serrarias que degradavam o bioma, devastando o cerrado. Esse panorama somente melhorou com a implantação dos acampamentos na região, e efetivou com a criação dos dois assentamentos rurais, que aqueceram novamente a economia do distrito, e, principalmente, no nosso caso, aumentou a demanda pela educação (Maria José, entrevistada em 19/3/2012).

Reterritorialização

Em um terceiro momento, ocorreu no distrito uma reterritorialização, com a implantação dos dois assentamentos rurais na região do distrito. Vários autores exaltam a forma como o território se modifica. Inicialmente a forma de consumo capitalista é indispensável, pois as famílias ainda estão se estruturando em suas terras. Conforme Farias:

Os homens e as mulheres conquistam a terra e definem as estratégias de permanência, fortalecendo e/ou reconstruindo a história de vida com o objetivo de reprodução familiar. Percebe-se, assim, a experiência se refazendo cotidianamente. (2008, p. 176).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA,² o assentamento Lagoa Grande, localizado no distrito de Itahum, município de Dourados-MS, foi criado em 6 de novembro de 1997, através do Projeto de Reforma Agrária, idealizado pelo INCRA, adquirido através de desapropriação sob a portaria n. 052. São 4.070.7679 ha de terra distribuídas entre 168 famílias beneficiárias, onde era a então fazenda Lagoa Grande de propriedade da senhora Venina Azambuja.

A implantação dos assentamentos rurais nos arredores do distrito mudou significativamente o ambiente. São mais de cinco mil hectares de terras que antes pertenciam a latifúndios e agora significam moradias para 255 famílias assentadas. A demanda por alimentação, vestuário, educação, entre outras necessidades de sobrevivência, afetou diretamente o distrito de Itahum, que se reestruturou, apresentando uma nova realidade em relação ao seu auge e à sua decadência. Conforme Heredia, houve uma modificação no cenário do distrito:

A maior parte dos responsáveis pelos lotes desloca-se para o assentamento com a família. Em termos gerais, [...] sendo habitados por uma família nuclear (pais, mães e filhos) que passa a ter no local uma importante fonte de trabalho e condições de reprodução social e econômica. (2002, p. 77).

A senhora Luciana é assentada no P. A. (Projeto de Assentamento) Lagoa Grande e participou da luta pela terra desde o acampamento. Ela diz que: “com a chegada dos assentamentos aumentou o número de gente na região, e isso aquece o local”.

O segundo assentamento localizado no distrito é o P.A. Amparo, criado em 22 de novembro de 1997, através da portaria n. 0071, destinando 1.126,893 ha de terras para serem distribuídas entre 87 famílias beneficiárias.

² Disponível em www.incra.gov.br

A natureza das transformações econômicas

A necessidade de sobrevivência dos camponeses faz com que, em um primeiro momento, antes do suporte do governo com financiamentos, quando acampados e, posteriormente, no assentamento, tenham de comprar seus mantimentos no distrito de Itahum, aquecendo primeiramente o comércio. Cumpre destacar o afirmado por Shanin:

Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é, sobretudo, complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. (2008, p. 25).

O camponês, além da resistência, diferencia-se no modo de vida e adapta-se ao sistema não acumulativo. Segundo Shanin,

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (2008, p. 25-26).

De fato, a pesquisa demonstra uma economia de dinâmica mais lenta, que é a base dos assentamentos rurais, e que assume contornos definitivos. A territorialização atual pauta-se no autoconsumo, gerando excedentes para comercialização e troca de produtos entre as famílias dos assentamentos, até mesmo, com o comércio local. Assim, não há total dependência da forma de compra e venda de produtos, o que demonstra um modo de vida camponês. Tal modo de vida suscita demandas diferenciadas das que o capital está acostumado a presenciar e apropriar-

se. Como ressalta Paulino (2007, p. 343): “a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, [...] integra o sistema de trocas mercantis por meio da venda da sua produção, e não do seu trabalho, como fazem os assalariados”.

Os assentamentos agora implantados revitalizaram o município, no sentido de terem criado perspectivas e reacenderem os ânimos dos moradores, criando demandas e uma nova realidade. Conforme a entrevistada, professora Maria José,

Itahum ressurgiu e se redescobriu com a implantação dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande. Esse fator contribuiu para impactar positivamente na economia, produção e investimento local. Percebemos que as possibilidades de crescimento, melhorias e emancipação foram reavivadas. Foi um avanço interessante e somador que apontou caminhos possíveis para o sucesso de potencializar forças. (entrevistada em 19/03/2012).

O senhor Domingo afirma a contribuição dos assentamentos dizendo que:

Com a implantação dos assentamentos, aumentou o número de alunos na escola, precisando de mais funcionários, movimentou a economia local, pois a maioria faz compras no distrito, se não faz usa o ônibus para ir à cidade, aumentou também os veículos, isso contribuiu com os postos de gasolina, movimentou a saúde também. (entrevistado em 12/03/2012).

O entrevistado senhor Aparecido, proprietário de uma farmácia no distrito de Itahum, discorre: “posso dizer que todos os assentados já passaram por minha farmácia, muitos não ficam meus clientes, mas com o tempo eles voltam.” (entrevistado em 13/3/2012). O proprietário afirma que 30% da movimentação do seu comércio depende dos moradores do assentamento e que poderia representar maior número. Ele relata que “se tivéssemos uma melhora na saúde aqui em Itahum, o médico receitaria os remédios e as pessoas comprariam no meu comércio, porém elas

vão a Dourados se consultar e compram suas receitas por lá mesmo.” (entrevistado em 13/3/2012).

O que podemos notar no distrito é uma nova realidade econômica que, se não está tão aquecida como na época da estrada de ferro, também não apresenta a forma decadente da época da sua desativação. O distrito conta com 2.083 habitantes (dados do IBGE de 2010), supermercados, *lan house*, farmácia, ruas asfaltadas, destacamento policial, duas escolas. Enfim, possui infraestrutura suficiente para seu funcionamento e suporte dos dois assentamentos rurais implantados ao redor do distrito.

No comércio local, aconteceu um fenômeno interessante, o qual afirma o modo de vida camponês. No início do assentamento, as vendas para os assentados correspondiam a mais de 50%, atualmente representam apenas 30%. Essa mudança de consumo pressupõe a retomada de um modo de vida camponês. Após um tempo determinado, as famílias conseguiram superar, ao menos parcialmente, a relação capitalista de consumo, abastecendo-se com a produção nos seus lotes. Cresceu também o comércio do excedente, oportunizando até mesmo a troca de mercadorias, o que Oliveira explica: “O camponês, como proprietário dos meios de produção, produz seus meios de vida e mercadorias. Mas constitui uma unidade de produção diferenciada dentro do capitalismo, pois não realiza todas as condições fundamentais da produção capitalista”. (1990, p. 103).

O senhor Aparecido explica a forma de comércio entre alguns assentados: “Sou comprador dos produtos do assentamento, compro ovos, queijo e verduras, e eles levam o remédio. Semana passada, comprei um queijo do Seu Nino e ele levou remédio.” A entrevistada, senhora Luciana, nos explica a relação do assentamento Lagoa Grande com o distrito de Itahum no comércio dizendo:

O assentamento fornece leite, frango, ovos, verduras, pão. Minha vizinha faz vassoura e vende no distrito, o outro faz sabão caseiro pra vender. Tem também o cultivo de pimenta nos lotes pra fazer

conserva e vender. Quatro famílias fornecem pão e sabão. Tem também os artesanatos com fibra de bananeira, que é um projeto em parceria com a UFGD. (entrevistada em 9/6/2012).

Luciana também salienta que “os assentados também procuram preços mais atrativos em Dourados, nos atacados. O preço é melhor porque compram em fardos e também não é todo dia que podemos sair do lote, daí aproveitamos.”

O senhor Aparecido afirma que “os assentados recebem em cheque, vão a Dourados e deixam o dinheiro lá” (entrevistado em 13/3/2012). Os entrevistados apontam para uma necessidade básica na manutenção do dinheiro dos salários dos aposentados e da produção leiteira, no distrito, isto é, de uma agência bancária. A Professora Maria José relatou que “a escola, muitas vezes, serve de amparo à comunidade mais idosa, para recebimento das bolsas do governo e da aposentadoria. uma pena é que nós instruímos e eles recebem em Dourados, e por lá fazem suas compras” (entrevistado em 19/3/2012). Já o senhor Domingo afirma que “na época da estrada de ferro havia uma agência bancária aqui, quando parou o trem, fechou o banco, isso prejudicou a movimentação de dinheiro.” (entrevistado em 12/3/2012).

Os assentamentos e a nova relação com o bioma cerrado

No assentamento Lagoa Grande, são encontrados frutos originários do cerrado brasileiro com a presença das espécies na maioria das propriedades, como: guavira (*Campomanesia adamantium*), mangaba (*Hancornia speciosa*), pequi (*Caryocar brasiliense*), mama cadela (*Brosimum gaudichaudii*), pimenta de macaco (*Xylopia aromática*), murici (*Byrsonima verbascifolia*), baru (*Dipteryx alata*), marolo (*Annona coriacea*), lobeira (*Solanum lycocarpum*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*).

Pelo meio ambiente, pela conscientização e com objetivo de orientar os pequenos produtores no uso de técnicas apropriadas para a produção de alimentos e geração de receita a partir da utilização e preservação do Cerrado, professores e alunos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) desenvolvem, desde 2008, o projeto “Uso múltiplo da diversidade biológica do Bioma Cerrado: estratégia sustentável para comunidades dos assentamentos rurais da Região da Grande Dourados - MS”.

A senhora Luciana participa do projeto desde o início e afirma que:

A UFGD vem estudar nas reservas do assentamento para ajudar a preservar o bioma, e fazer uma coleta consciente dos frutos, estudam as plantas nativas e fazem dia de campo nos lotes. Ambas as partes são beneficiadas, abrimos as porteiras dos nossos sítios para eles e eles abriram as portas para o pequeno produtor e a agricultura familiar da Reforma Agrária. A Universidade ajuda a divulgar e abriu o espaço para o comércio dos produtos na faculdade, também ajudam com transporte e assistência técnica. (entrevistada em 09/06/2012).

Os frutos do cerrado foram usados na produção de fermentados, na desidratação de vegetais e na manipulação de alimentos e por meio delas foram gerados diversos produtos: doce de leite com pequi, baru, marolo; geleia de mangaba e lobeira; farinha de jatobá; vinagre guavira e murici. Além disso, duas vezes ao mês, as famílias envolvidas no projeto comercializam seus produtos oriundos de matéria-prima do cerrado no prédio da FCBA/ UFGD.

O projeto, que conta com auxílio financeiro do MEC/PROEXT, é coordenado pela professora Zefa Valdevina Pereira (FCBA) e tem a participação de vários professores das Faculdades de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA), Ciências Agrárias (FCA) e Engenharias (FAEN).

Sobre o projeto, a entrevistada Luciana analisa que: “o projeto precisa ainda de mais divulgação, muitas vezes nem os moradores da região sabem que podemos aproveitar os frutos do nosso cerrado.” (entrevistada em 9/6/2012).

A escola e seu papel na reestruturação do campo

Com o visível crescimento populacional ocorrido com o surgimento dos assentamentos rurais, houve o aumento do número de alunos. Assim sendo, fizeram-se necessárias várias lutas e reivindicações da comunidade local para alcançar a conquista de uma nova escola, para, assim, possibilitar o atendimento da demanda vigente. Foi, assim que se consolidou a nova Escola Municipal José Eduardo Estolano - Perequeté, até mesmo porque a única escola existente, a Azambuja, não tinha estrutura física suficiente para a demanda (veja tabela 1). A escola “Perequeté” oferece aulas às séries iniciais - do primeiro ao quinto ano. A escola foi inaugurada em 5 de junho de 2005 e atende a 250 alunos do distrito.

Diante disto, é visível, no quadro comparativo, o fluxo de alunos nos respectivos anos letivos, antes e depois da implantação dos assentamentos. Mesmo com a consolidação da escola Municipal “Perequeté”, o número de atendimento manteve-se no equilíbrio de outrora. Assim, evidenciou-se o crescimento, visto que a Escola Vicente Azambuja continua atendendo a alunos dos assentamentos.

Tabela 1 - Variação nas matrículas na escola Antônio Vicente Azambuja

Ano	Nº Alunos	Ano	Nº Alunos	Ano	Nº Alunos
1993	387	2000	897	2007	490
1994	355	2001	653	2008	492

1995	382	2002	643	2009	498
1996	433	2003	601	2010	501
1997	478	2004	541	2011	511
1998	771	2005	516	2012	494
1999	891	2006	531	-	-

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja

Organização: Os autores.

A tabela apresenta, em 1998, a crescente demanda por vagas na escola Antônio Vicente Azambuja. De 478 alunos em 1997, a escola passou a atender 897 em 2000. Houve um aumento devido à implantação dos assentamentos rurais, Lagoa Grande e Amparo. O aquecimento da demanda por educação resultou na criação de uma nova escola, a Escola Municipal José Eduardo Estolano, a “Perequeté”, que passou a atender, em 2008, a 250 alunos, reduzindo a demanda sobre a escola Antônio Vicente Azambuja.

A professora Maria José explica o motivo de a escola levar o nome de “Perequeté”, dizendo:

A nova escola, nascida através da luta e reivindicação popular, não poderia ter um nome mais conveniente. “Perequeté” foi um líder comunitário que trabalhou em prol da comunidade local, esteve sempre presente nos movimentos que demandavam melhorias para a comunidade, porém, por motivos ignorados desapareceu sem deixar vestígios, até mesmo seu corpo nunca foi encontrado. Existem muitos boatos referentes a seu desaparecimento, mas nunca foi comprovado nada. (entrevistada em 19/3/2012).

O senhor Elói Kraemer confirma a versão da professora quando ressalta: “eu conheci o Perequeté, era uma liderança que trazia muita ajuda à comunidade, um político queria colocar o nome da

mulher dele na escola, imagina, nunca trouxe um grão para o distrito.” (entrevistado em 8/6/2012).

A principal escola do distrito é a Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, que herdou o nome do doador do lote onde se situa o prédio. Hoje está autorizada a oferecer a Educação Básica do Campo, ou seja, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Especial, através da Resolução /SED nº 2216 de 23/12/2008, e é mantida pela Secretária de Estado e Educação de Mato Grosso do Sul. Conforme entrevista com a professora Maria José Lins, é possível observarmos que:

A partir de reivindicações da população crescente a escola Azambuja conquistou a reforma e ampliação do prédio, bem como a mudança na metodologia de ensino para Escola Básica do Campo, visando a atender os alunos do campo em suas especificidades, onde depois atenderia conforme redistribuição de números de alunos em respectivas séries. (entrevistada em 19/3/2012).

A escola Antônio Vicente Azambuja é um referencial positivo na comunidade. O senhor Domingo relata que

Muitos alunos que passaram pela escola Antônio Vicente Azambuja, hoje estão fazendo curso superior na cidade de Dourados. Temos até aluno fazendo pós-graduação. Eu estudei os primeiros anos lá, depois pegava o ônibus para Dourados para fazer o magistério. (entrevistado em 12/3/2012).

As escolas Antônio Vicente Azambuja e “Perequeté” foram denominadas pela legislação estadual como Escolas do Campo, e a partir do ano de 2012 tiveram de adequar-se às regras da Secretaria de Educação. Houve adequação do currículo de acordo com as novas exigências, incorporando disciplinas como o eixo temático Terra, Vida e Trabalho e, ainda, trabalhando os conteúdos específicos da Educação do Campo.

Um papel importante exercido pela escola Antônio Vicente Azambuja, percebido por meio de visitas e relatos dos entrevistados,

é a de incorporação das políticas públicas. No distrito, não existem secretarias de administração, tampouco agência bancária. A escola agrega as tarefas perante a comunidade e a atende suprindo, ao menos parcialmente, algumas necessidades básicas como a assistência social. Nesse caso, orienta idosos em seus direitos e auxilia-os no recebimento da aposentadoria, colocando o telefone à disposição dos mesmos, também providencia cestas básicas às famílias mais necessitadas da comunidade, fazendo encaminhamentos, até mesmo na saúde dos moradores, entre outros.

As escolas de Itahum, ao ressignificarem-se como Escolas do Campo, passaram a assumir um papel de gestor do espaço público, tentando preencher o vácuo que o agronegócio deixou no distrito com sua desterritorialização. Entretanto, seu papel fica comprometido à medida que ocorre a total subordinação à SED-MS (Secretaria de Estado de Educação) que constrói uma política educacional própria articulada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), privando as ações da escola e limitando sua autonomia. Segundo a Professora Maria José:

Sabemos do papel da escola junto à comunidade, nos esforçamos para trabalharmos como parceiros, junto aos assentamentos, acampamentos, comunidade, entre outros, porém tantas vezes deixamos a desejar, devido à forma de orientação que nos foi determinado pela Secretaria de Educação. Estamos esperando uma maior autonomia agora, depois que assumimos o papel de Escola do Campo. Vamos buscar parcerias com outras instituições para consolidarmos uma plena Educação do Campo. (entrevistada em 19/03/2012).

Considerações finais

Ao longo de sua existência, o distrito de Itahum passou por profundas transformações que definiram sua importância para o desenvolvimento da região da grande Dourados. Historicamente, o

distrito representou um grande ponto de referência para o município com o funcionamento da estrada de ferro e seu progresso econômico a partir da década de 1950. Após uma fase de decadência, com a desativação da linha férrea e, praticamente insignificância para a economia da comunidade do distrito, a implantação dos assentamentos rurais Lagoa Grande e Amparo fez da região referência de uma ressignificação do modo de vida com a territorialização de uma forma camponesa de viver.

Os assentamentos rurais aumentaram a demanda por vagas nas escolas. Para o atendimento dos assentados e moradores da região, foi criada uma nova escola e com ela veio a necessidade por profissionais na área da educação e por transporte escolar, entre outras necessidades básicas, que aquecem a economia do distrito.

Nessa perspectiva, buscamos, neste artigo, por meio de entrevistas e rodas de conversa, compreender como se deram algumas destas transformações, os mecanismos que engendraram estas fases, e alguns elementos como o comércio, a comunidade e a escola. Procuramos entender a ligação entre os mesmos e a presença dos assentamentos rurais no distrito.

Buscamos ainda entender o papel da escola nessa nova realidade do distrito, agora atendendo a alunos oriundos de dois assentamentos da região, considerando seus avanços e suas limitações na atuação educacional.

Conforme os relatos, pudemos observar a necessidade de infraestrutura no distrito para uma maior participação da comunidade assentada na economia local. Há que destacar que muitas falas evidenciam o desejo de emancipação do distrito de Itahum, processo que certamente seria objeto de uma próxima pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.) *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.h

CALAZANS, Marcelo. *Coletânea de textos para o curso de teoria latino-americana*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FABRINI João E. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortes, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Ed. EGA. 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HEREDIA, Beatriz et. al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 18, p. 73-111, abr. 2002. Disponível em <www.nead.gov.br>. Acesso em: ago. 2012.

INSTITUIÇÃO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MARSCHNER, Walter R. *Aspectos da territorialização dos assentamentos da região de fronteira do Mato Grosso do Sul*. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Ciências e Tecnologias do Estado de Mato Grosso do Sul, 05 de março de 2009, Dourados - MS.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MENEGAT, Alzira S. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia - as contradições entre projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral - MS*. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. USP, 15, 43, 2001.

_____. Camponês. *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, n. 8, p.102-105, 1990.

_____. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Benícia C. *O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: A Universidade, 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia agrária e questões agrárias. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Júlio C. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 339-351.

PONCIANO, Nilton P. *O processo civilizador do sul de Mato Grosso: a colônia agrícola nacional de Dourados*. São Paulo: UNESP/ UNICENTRO, 2001.

QUEIRÓZ, Paulo R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Campo Grande: UFMS, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.23-47.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A terra no imaginário dos migrantes temporários. *Revista História Oral*, n. 4, p. 103-120, jun. 2001.

TERRA, A. *Evolução histórica da categoria geográfica território*, p. 17 a 31. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-4.pdf>>.

Entrevistas

Antonio Dalge - entrevistado em 08/09/2011 - pequeno produtor rural do distrito.

Elói Kraemer - entrevistado em 08/06/2012 - ex-gerente da Cootrijui.

Luciana Pogliesi Fernandes - entrevistada em 09/06/2012 - assentada no P.A. Lagoa grande participa do projeto Riquezas do Cerrado, parceria UFGD/Lagoa Grande.
Maria José Lins - entrevistada dia 19/03/12. - Diretora da Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja.

Domingo Rosa Veiga - entrevistado dia 12/03/12 - natural e morador do distrito de Itahum.

Aparecido Gonçalves - entrevistado dia 13/03/12 - proprietário de farmácia no distrito de Itahum.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS: PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CONE SUL – MS¹

*Carlos Alberto Heling
Marisete Inês Resmini*

O atual debate sobre o desenvolvimento sustentável do Brasil rural, pautado sobre a política pública de desenvolvimento territorial, fundamenta-se em uma estratégia do Governo Federal de articulação interministerial e de pactos federativos, e participação da sociedade civil organizada, voltada ao combate da pobreza rural e da desigualdade social municipal e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento socioeconômico, cultural, educacional, ambiental e de sustentabilidade.

Este artigo versa sobre a recente experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural, mais precisamente apresenta as orientações desta abordagem em nível nacional, a atuação do programa no Estado de Mato Grosso do Sul/MS, e discorre sobre o Território da Cidadania Cone Sul² em MS, apresentando dados sob a sua formação e organização, e os arranjos institucionais que constitui o CODETER³ Cone Sul.

O presente artigo está estruturado em seis partes, seguidas de algumas considerações ao final de cada um deles, sendo que a primeira

1 Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA, sob orientação do Professor Dr. Guillermo Alfredo Johnson

2 Composto pelos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru. Homologado Território Rural de Identidade em 2003 e inserido no Território da Cidadania em 2009.

3 Colegiado de Desenvolvimento Territorial Cone Sul, composto de forma paritária entre poder público e sociedade civil organizada por representantes dos oito municípios do Território Cone Sul.

delas consiste nesta pequena introdução. Na segunda parte, apresentamos as premissas do Programa Território da Cidadania sob orientação da SDT/MDA e de seus respectivos desenhos organizativos e de orientações sobre esta política pública que serve de objeto para os nossos propósitos. Na terceira parte, apresentamos o contexto de abordagem territorial do Programa Território da Cidadania no Estado de Mato Grosso do Sul. Na quarta parte, apresentamos o Território Cone Sul - MS, versando sobre a organização histórico-espacial deste território, os dados sociais, econômicos, educacional de sua população e o contexto de ruralidade presente. Também apresentamos a contextualização do público estratégico deste programa no território, e as principais cadeias produtivas e sua importância para a economia local e regional e as principais ações de deliberação do colegiado territorial. Na quinta parte, destacamos pontos fundamentais a serem analisados para a implementação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Cone Sul. Na sexta e última parte, expomos nossas considerações finais.

Para tanto, buscamos analisar conceitos teóricos e dados em documentos oficiais junto aos Ministérios Federais, órgãos estaduais e municipais, como o IBGE, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Secretarias Municipais. A coleta de dados foi complementada pela análise de documentos e diagnósticos já realizados sobre o Território Cone Sul, como PTDRS⁴, PST⁵, relatórios de assessoria técnica, estudos de cadeias produtivas, atas e relatórios de reuniões e demais documentos relativos ao Colegiado Territorial do Cone Sul e nossa observação participante em oito reuniões do colegiado territorial, no ano de 2011 e 2012.

4 Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado em sua primeira versão no ano de 2006 e qualificado pelo colegiado territorial no ano de 2011.

5 Plano Safra Territorial, elaborado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial no ano de 2007.

Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil

A atual política brasileira de desenvolvimento territorial aplicada ao setor rural, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é formalizada através do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), e configura-se na base de formação da própria SDT, ocorrida em 2003, durante o início do primeiro mandato do governo Lula.

Este programa teve início no ano de 2003, mas só foi regulamentado em julho de 2005, quando obteve sua formalização por intermédio da portaria emitida pela SDT nº 5, de 18 de julho/2005, a qual reconhece a seleção, a alteração e a administração de territórios rurais e que garante base formal e legal para a implantação dos “Territórios da Cidadania”, programa este que começou a ser efetivamente executado pela SDT no ano de 2008.

O conceito de território rural adotado oficialmente pela SDT diz respeito a

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Brasil, MDA/SDT, 2005d).

De acordo com dados apresentados pela SDT (2005), a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, entre os quais se destacam:

a) O rural não se resume ao agrícola; b) A escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é

excessivamente ampla; c) a necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento. (Brasil, MDA/SDT, 2005d).

A intenção do programa de desenvolvimento territorial é garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes dimensões, como a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental. No entanto, ressaltamos que a construção da “identidade” e de “coesão social” é atributo de alguns territórios, mas não de todos.

Durante o processo de identificação, implantação e trabalho com os Territórios Rurais de Identidade, o Governo entendeu que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial, com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção, a SDT apresentou ao Governo Federal a proposta do Programa Territórios da Cidadania, o qual foi lançado em 2008, expondo o mesmo referencial conceitual dos territórios rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma proposta de gestão social bem mais estruturada, a qual foi entendida inicialmente por muitos teóricos por uma “estrutura complexa”.

Em suma, foi a partir das experiências acumuladas pela SDT e do conjunto de Territórios Rurais de Identidade homologados que foram selecionados os atuais territórios da cidadania. Entre os critérios utilizados pelo MDA/SDT para identificar estes territórios, estão:

I) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; II) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km ; III) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social);

IV) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional. (Brasil. MDA/SDT, 2005a).

O programa Territórios da Cidadania apresenta propostas destinadas à redução das desigualdades sociais pautada como ação prioritária pelo Governo Federal. Para identificar seu objetivo, recorreremos às falas do ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Casél (2007), afirmando que o programa centra-se na “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. É com este discurso que o Territórios da Cidadania é lançado em âmbito nacional, “com a perspectiva de focar suas atenções aos pequenos e médios produtores rurais brasileiros”, como afirmou o então Presidente Lula durante discurso, na cerimônia de lançamento do Programa Territórios da Cidadania, na cidade de Quixadá (CE), em 28 de fevereiro de 2008:

[...] esse ‘Territórios da Cidadania’, quando foi apresentado para nós, ainda no ano passado [2007], eu me convenci – e fiz questão de dar os parabéns ao companheiro Guilherme [Ministro do Desenvolvimento Agrário] e à equipe que trabalhou – quando eles apresentaram o “Territórios da Cidadania”, eu me convenci de que nós tínhamos conseguido elaborar o mais extraordinário Programa de atendimento de políticas de oportunidades combinadas com políticas sociais que nós já tínhamos preparado no Brasil. Me convenci disso. E, sobretudo, porque a execução dele depende da construção das parcerias. Não é possível fazê-lo dar certo daqui de Brasília. (Luiz Inácio Lula da Silva; 2008).

Ainda de acordo com as premissas apresentadas pela SDT, o programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e da integração de políticas públicas. Também se propõe ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania.

Inicialmente, o programa atendeu a 60 territórios, e no ano de 2009 foi ampliado seu atendimento para 120 territórios da cidadania, dentre os 164 territórios rurais homologados e reconhecidos pela SDT. Os critérios utilizados na seleção dos territórios da cidadania foram:

a) menor IDH (Índice do Desenvolvimento Humano); b) maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; c) Maior concentração de populações quilombolas e indígenas; d) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; e) maior número e municípios com baixo dinamismo econômico; f) maior organização social; g) pelo menos um território por Estado da Federação. (Brasil, MDA/SDT, 2007).

Enquanto o PRONAT apresentava um esquema de gestão exclusivamente centrado na SDT/MDA, vinculando-se aos diversos colegiados territoriais, o processo de gestão do Programa Territórios da Cidadania estabelecia um novo arranjo organizacional, composto por: 1) Comitê Gestor Nacional; 2) Comitês de Articulação Estadual; 3) Colegiados Territoriais.

O Comitê Gestor Nacional foi formado inicialmente por representantes de 19 Ministérios, e em 2010 ampliou-se para 22 Ministérios, sendo a coordenação geral executada pelo MDA. Este comitê possui atribuições de aprovar diretrizes, adotar medidas para execução do programa, avaliar e definir novos territórios. Mesmo a coordenação sendo realizada pelo MDA, a articulação era feita, até dezembro de 2010, pela Casa Civil e o monitoramento do programa é realizado pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural).

Os Comitês de Articulação Estadual possuem caráter consultivo e propositivo, possuindo representação dos órgãos federais, estaduais e representações das prefeituras dos municípios envolvidos nos territórios. Visam a apoiar a organização e a mobilização dos colegiados territoriais, e fomentar a articulação e interação das diversas políticas públicas nos territórios, como também acompanhar a execução do programa, auxiliar na sua divulgação e apresentar sugestões de novos territórios e ações.

Os colegiados territoriais são compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade em cada território. A orientação realizada pela SDT é para que estes possuam uma composição de representatividade paritária entre poder público e sociedade civil organizada. Entre as atribuições dos colegiados territoriais, destacam-se:

- i) divulgar as ações do programa; ii) identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento de acordo com critérios estabelecidos, sistemas de gestão pré-estabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes; iii) promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; iv) contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; v) sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; vi) exercer o controle social do programa. (Brasil, MDA/SDT, 2007).

A normatização dessas novas institucionalidades – colegiados territoriais –, de acordo com a SDT, faz-se necessária por estes espaços congregarem diversas instituições, tanto públicas quanto da sociedade civil organizada com papéis e interesses distintos e diversos atores e atrizes que se envolvem no programa a partir participação social, constituindo-se em fóruns de espaços consultivos e decisórios, responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e controle público das ações implementadas, envolvendo diferentes ações setoriais apresentadas por 22 Ministérios, cujo exercício de articulação se dará conclusivamente na escala territorial, complexificando o processo de gestão social e de transparências na destinação de recursos públicos.

Concordamos com Delgado e Leite (2011), nas concepções expressas em um artigo publicado na Revista Dados,

Muito mais que a mera somatória de ações e dotações orçamentárias dos ministérios sobre um mesmo espaço social, trata-se de pensar a lógica da territorialização e governança de políticas a partir de um encontro de ações bottom-up, pelos atores locais – agora não necessariamente agrários – com aquelas top-down,

também não necessariamente setoriais. [...] Na normatização da política ganham destaque dois processos: a descentralização das políticas públicas e o empoderamento dos atores locais. Ambos os atributos são identificados como centrais à lógica da ação pública, na medida em que se supõe que sua efetiva implantação fortalecerá os processos de participação social aos mecanismos de governança democrática e transparência e/ou accountability da política territorial (Revista Dados – 2011, v. 54).

Nesse sentido, as Resoluções nº 48 e 52 do CONDRAF (Brasil, MDA/Condraf, 2004 e 2005) já destacavam importância da “efetivação e democratização dos conselhos territoriais como mecanismo para assegurar o processo de participação social e propor uma efetiva política de desenvolvimento, eliminando interferências político-partidárias e das oligarquias locais nos processos decisórios”. Esses espaços públicos deveriam contemplar a representatividade, a diversidade e a pluralidade dos atores envolvidos, reforçando no âmbito da resolução, o objetivo de buscar a normatização dos conselhos territoriais, assegurando a continuidade das suas ações, e de garantir paridade de representação, onde, no mínimo, 50% das vagas dos conselhos sejam ocupadas por representantes da sociedade civil organizada ligada a agricultura familiar.

De acordo com as orientações da SDT, os colegiados territoriais deveriam possuir três espaços organizativos diferenciados, sendo que sua efetiva denominação e funcionamento seria objeto da especificidade local de cada um dos territórios. Estes espaços contemplam 1) Plenário Geral; 2) Núcleo Dirigente ou Diretivo e, 3) Núcleo Técnico.

Além destes espaços institucionais organizados, cada colegiado deverá realizar outros instrumentos relativos ao monitoramento e à avaliação do programa, ações estas que alicerçariam o mecanismo de controle social.

Em especial, destaca-se, em nível municipal, a efetiva participação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. Já em abrangência territorial, ressalta-se a elaboração dos Planos Territoriais

de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), Plano Safra Territorial (PST), e Planos Territoriais de Cadeias Produtivas Comerciais (PTCPC).

Estes importantes instrumentos referenciam-se nas diretrizes gerais da estratégia de intervenção territorial concebida pela SDT, apresentado pressuposto básico a gestão social do Território com ênfase no alcance dos seguintes resultados:

- a) Fortalecimento da Gestão Social - ampliação da capacidade dos atores e atrizes sociais em gerirem de forma pactuada os rumos do desenvolvimento territorial, construindo mecanismos participativos de controle social;
- b) Fortalecimento das redes Sociais de Cooperação - ampliação do nível de organização, confiança e cooperação da sociedade, fortalecendo a identidade territorial;
- c) Dinamização Econômica nos Territórios Rurais - fortalecimento dos sistemas e redes produtivas locais formadas por agricultores familiares, ampliando a agregação de valor nos Territórios;
- d) Articulação de Políticas Públicas - integrar políticas e programas públicos com foco na realidade territorial, fortalecendo as instituições territoriais. (MDA/SDT - Guia de orientações para elaboração de PTDRS; 2005).

Observamos que estes componentes têm como principais objetivos desenvolver, entre os atores e atrizes sociais, a visão estratégica e sistêmica fundamental ao fortalecer a capacidade de coordenar os processos de gestão participativa nos Territórios.

Assim, o desafio presente no processo de planejamento do desenvolvimento territorial rural sustentável é possibilitar que as ações propostas possam, a cada ciclo, torná-lo cada vez mais participativo, integrado e sistêmico.

Mato Grosso do Sul e a abordagem territorial

A política de desenvolvimento rural estabelecida sobre uma abordagem territorial, coordenada pela SDT/MDA, apoia diretamente quatro territórios rurais em Mato Grosso do Sul, atendendo a 41 municípios dos 79 que constituem o estado.

Conforme ilustra a figura I, contextualizando o mapa do estado de Mato Grosso do Sul, os territórios homologados no Estado são o Território da Reforma, composto por 11 municípios, o Território Vale do Ivinhema, composto por 10 municípios, o Território da Grande Dourados, composto por 12 municípios, e o Território Cone Sul, composto por 8 municípios.

A política territorial iniciou suas ações no estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2003, e contabiliza resultados relevantes diante deste grande processo de mobilização e articulação das políticas públicas ofertadas pelo governo federal em consonância com os estados e municípios.

De acordo com o balanço das ações territoriais⁶, realizado pela equipe técnica da SDT e apresentado ao CONDRAF no ano de 2011, no Estado de Mato Grosso do Sul/MS, os investimentos nos municípios que participam do programa, através do PROINF (Programa de Investimentos em Infraestrutura nos Territórios Rurais), que é de deliberação exclusiva dos Colegiados territoriais, passam de mais de R\$ 50 milhões de reais, durante os oito primeiros anos de existência do programa.

Esses investimentos estão pulverizados em ações de fortalecimento à agricultura familiar, dentre eles caminhões, patrulhas rurais mecanizadas, construção de escolas agrícolas, veículos, equipamentos de informática, escritórios, agroindústrias, centros de formação de tecnologia, entre outros.

A política territorial em MS tem se fortalecido e recebe elogio de prefeitos (as), da Bancada Federal e, aparentemente, possui uma forte integração entre poder público e sociedade civil na busca de soluções para a agricultura familiar.

Neste contexto, destacamos a parceria entre os municípios e a Bancada Federal constituída por representante de MS e suas atuações em Brasília (DF) junto aos Ministérios Federais e demais órgãos que ofertam ações aos Territórios da Cidadania do Estado. Fato evidenciado nas palavras de Edílson Sarate (2011), consultor da SDT na função de articulador da política territorial em MS:

A participação do mandato do Senador de nosso estado [Delcídio do Amaral] tem sido crucial para que possamos garantir as conquistas e dar visibilidade às ações territoriais nos municípios que participam do Programa Território da Cidadania, ajudando a potencializar o desenvolvimento rural fortalecendo a agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul (SARATE, 2011).

Todavia, observamos que o governo do Estado de MS tem pouco envolvimento direto com a abordagem de desenvolvimento territorial.

⁶ Dados disponíveis em www.mda.gov.br. Acessado em 10 de maio de 2012.

As contribuições deste ao longo dos últimos dois mandatos concentram-se basicamente na participação dos representantes da AGRAER⁷, nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial dos quatro Territórios da Cidadania homologados no estado.

E, ao contrário de outros estados, o governo de MS nunca apresentou uma matriz econômica, com destinação de recursos financeiros e ou ações socioculturais que possuíssem respaldo à política de desenvolvimento rural sob abordagem territorial existente no Estado. Além disso, o Plano de Desenvolvimento Estadual (PDE)⁸ não apresenta vínculo direto ou considerações relativas às ferramentas desenvolvidas pelos colegiados territoriais a exemplo dos PTDRS, sendo o PDE desenvolvido a partir de diretrizes universalizantes e pouco observa a relação de heterogeneidade e o contexto de ruralidade existente dentro das quatro principais microrregiões que compõem o estado.

O Território da Cidadania Cone Sul

O Território Cone Sul, situado no extremo sul do estado de Mato Grosso do Sul, é composto pelos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru, dos quais três municípios (Japorã, Mundo Novo e Sete quedas) fazem fronteira internacional com o Paraguai. Sua extensão territorial é de 12.733 Km . Há nove anos é apoiado pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Território Cone Sul foi homologado em Território Rural de Identidade no mês de julho de 2003 através da CERDS-MS, segundo as

⁷ Agência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁸ Ver em Plano de Desenvolvimento Estadual (2010), disponível em www.seproptur.ms.gov.br.

orientações do MDA. E é constituído por municípios que apresentam características social, econômica, cultural e ambiental semelhantes, apresentando destaque para o alto número de agricultores familiares presentes no território.

Inicialmente, sua base organizacional era denominada de comissão intermunicipal de articulação territorial (CIAT), composta por uma representação de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público. No ano de 2006, esta organização passa por uma reformulação orientada pela SDT, e se constitui no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), passando a contar com uma plenária geral composta por 32 participantes, organizada de forma paritária entre sociedade civil e poder público, aumentando a representação do poder público e diminuindo respectivamente a participação direta da sociedade civil.⁹

No ano de 2009, este território rural foi selecionado pela SDT para ser incluso no programa “Território da Cidadania”, sendo esta uma excelente oportunidade para um amplo desenvolvimento do mesmo. E, ao mesmo tempo, um grande desafio para os atores e atrizes sociais envolvidos, relativo à proposta de mudança nas práticas políticas, garantindo o acesso às políticas públicas, reduzindo o autoritarismo e a dependência da sociedade ao poder público e possibilitando o avanço da gestão social, tornando-a mais democrática e participativa.

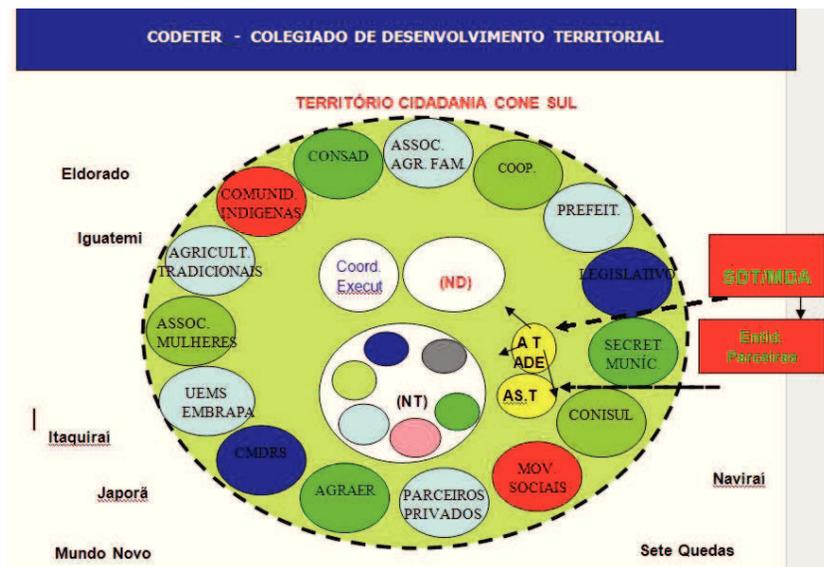
Sua mais nova estrutura organizacional operativa foi estabelecida no dia 17 de novembro de 2010, a partir da construção e apreciação em plenária de seu regimento interno com o qual se pretendeu nortear e formalizar a constituição do CODETER – Cone Sul, reafirmando o papel interno do colegiado na busca de uma efetiva participação social.

9 Sobre esta temática, ver análise realizada por DELGADO, Nelson G; LEITE, Sérgio P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

Outro ponto importante e destacado pelo regimento interno deste colegiado consiste na representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada, possibilitando a efetiva participação de representantes da sociedade. Também orienta para a constituição de 1/3 de representação feminina, garantindo a participação das mulheres nos processos decisórios, conforme ilustra a figura 02.

Outro elemento incorporado por este colegiado à política territorial reporta-se não apenas por meio da participação de representantes municipais, os quais em geral eram apontados apenas pelas prefeituras, mas também pela reativação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os quais passam a ser peças-chave e interconectadas da institucionalidade territorial, não simplesmente porque seus representantes passam a definir os representantes municipais que irão ter assento no CODETER, mas porque os projetos municipais para serem enviados ao CODETER devem ser aprovados primeiro pelos conselhos participativos municipais.

Figura 02 – Organograma de Estrutura Funcional



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados de documentos oficiais do CODETER-Cone Sul.

Atualmente, a plenária geral do colegiado do Território da Cidadania Cone Sul conta com 64 conselheiros, sendo 32 da sociedade civil organizada e 32 conselheiros dos órgãos governamentais. Organiza-se internamente através de uma Coordenação Executiva, composta por quatro representantes em nível territorial; Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico, além do apoio da SDT/MDA e de duas entidades parceiras.

O Núcleo Diretivo (ND) é composto por dois membros representantes da sociedade civil e dois membros representantes de órgãos governamentais, em cada município que compõe o território, totalizando no território 16 representantes titulares e 16 suplentes.

No processo de composição e consolidação do Núcleo Técnico (NT), referente à sua estruturação, o funcionamento o Colegiado Territorial definiu sua representação formal por um representante por município e dentre estes um coordenador territorial. O principal

objetivo do NT é a elaboração e o monitoramento de projetos (setoriais e/ou específicos).

O colegiado territorial possui uma dinâmica de encontros periódicos em todos os oito municípios que permitem estabelecer um processo permanente de planejamento, o monitoramento e a avaliação do programa, e grande capacidade de mobilização e articulação das instituições territoriais e dos atores e atrizes sociais ali presentes.

Observamos que o desenho organizativo deste colegiado territorial é muito bem elaborado, mas na prática notam-se alguns desafios para a concretização dessa proposta organizativa, dentre estes, destacamos a não participação dos setores do mercado, a rotatividade dos representantes do poder público, a dificuldade de reconhecimento e a articulação com as políticas do Estado, a dificuldade dos representantes da sociedade civil em acompanhar todas as atividades do colegiado e a baixa qualificação destes representantes.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

A Resolução no 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 16 de fevereiro de 2005, preconiza que as institucionalidades territoriais devem construir ferramentas endógenas, nas quais “o planejamento e a gestão social do desenvolvimento territorial deve ser concretizado por meio de espaços de debate e concertação, com transparência e participação”.

Em consonância a esta resolução, no ano de 2006, este território elaborou o seu primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, de forma participativa através de diversas reuniões, oficinas, seminários e encontros dos diversos protagonistas deste território.

De acordo com relatos presentes em atas de reuniões deste colegiado, a entidade parceira - Fundação Candido Rondon -

conveniada à SDT/MDA, responsável pela elaboração dos PTDRS, a partir da sistematização dos dados apontados e levantados pelos atores e atrizes territoriais durante as atividades deste território, apontam para a elaboração de um documento que seguia um modelo de base universalizante disponibilizado pela SDT e não apresentou as características da heterogeneidade do território, nem mesmo as principais propostas elencadas pelo Colegiado Territorial para a articulação de programas e projetos.

Tais ações dificultaram a organização da base territorial, desestimulando a participação dos atores e atrizes sociais deste território e desvirtuando muitos dos temas propostos pela base, apresentando um incremento de dados não característicos do território/região, além de apontamentos de elevação de alguns municípios sobre os outros por afinidades e interesses políticos em comuns.

Atualmente, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Cone Sul superou um enorme desafio, sendo este o de qualificar o PTDRS, dando-lhe uma “cara” realmente característica deste território, expressando os anseios e as necessidades desta região.

A qualificação do PTDRS do território Cone Sul consta de um diagnóstico territorial pautado em indicadores sociais, econômicos e culturais, e levantamento das institucionalidades e de suas formas organizacionais. O resumo dos principais problemas e potencialidades sobre o território do Cone Sul, e a construção de uma visão de futuro não apenas voltadas para tentativas de ver/sanar os problemas e as dificuldades existentes, mas sim as oportunidades internas e externas que o território possui para transformar em sucesso sua ação no presente.

Com base nesta visão, foram definidos os eixos integradores, sendo eles “I. Socioeconômico; II. Gestão Ambiental; III. Educação do Campo; IV. Serviços básicos; V. Gestão social do território.” (PTDRS, 2011). A partir destes eixos, foram definidos e estruturados os projetos setoriais e específicos.

Esses projetos foram amarrados entre si nos diferentes eixos aglutinadores e devem responder às demandas específicas do território, articulando-as em projetos estratégicos, estabelecidos a partir das diferentes dimensões do desenvolvimento, sendo elas:

Dimensão Econômica: objetivando resultados econômicos com níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda; *Dimensão Sociocultural:* buscando a construção de mais equidade social e territorial, através respeito à diversidade local e a busca da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder; *Dimensão Político-institucional:* possibilitando a construção de novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas e articuladas; *Dimensão Ambiental:* compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais (PTDRS Cone Sul, 2011).

As diretrizes gerais da estratégia de abordagem e intervenção territorial deliberadas por este território pautam-se nas orientações concebidas pela SDT, que tem como pressuposto a gestão social dos Territórios com a missão de alcance das seguintes áreas de resultados:

Fortalecimento da Gestão Social, Fortalecimento das redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica nos Territórios Rurais e Articulação de Políticas Públicas. Estes resultados estão preconizados em três grandes momentos, sendo a Sensibilização, Mobilização e Articulação; Gestão e Planejamento do Desenvolvimento Territorial e a Implementação de Projetos, Controle e Avaliação (Relatório de Assessoria Técnica. Território Cone Sul, 2011).

Para a elaboração da qualificação do PTDRS 2011, realizaram-se os levantamentos de dados secundários endógenos e exógenos e trabalharam-se os diagnósticos participativos junto ao colegiado

territorial e se estendeu através dele às comunidades rurais do Território.

Assim, foram construídos coletivamente os eixos de desenvolvimento e programas que deverão nortear a elaboração dos projetos e orientar a aplicação dos recursos financeiros, com objetivo de promover o desenvolvimento com igualdade e inclusão social, missão do Território da Cidadania do Cone Sul - MS.

Os eixos e os programas propostos partiram do acúmulo de demandas da agricultura familiar, estratégicas para o desenvolvimento sustentável, e estão pautados nos princípios da agroecologia, participação social, valorização da agricultura familiar e inclusão social, diversificação da produção, desenvolvimento humano e social.

Destacamos, mais uma vez, para a construção (bem elaborada) de uma importante ferramenta norteadora para o desenvolvimento deste território, mas eminentemente técnica o que dificulta a utilização desta pela grande maioria dos atores e atrizes que compõem o colegiado territorial, principalmente os representantes da sociedade civil. Por outro lado, este documento aponta para o grandioso leque de articulação de políticas públicas e ações para a promoção do desenvolvimento do território.

No entanto, observamos a existência de uma enorme dificuldade na execução das ações proposta devido, em primeiro lugar, por muitas das ações extrapolarem o ambiente municipal, à rotatividade de representantes do poder público, e ao baixo conhecimento técnico/burocrático da maioria dos representantes que compõem este colegiado territorial.

Em segundo lugar, destacamos a baixa deliberação pelo Governo do Estado sobre a abordagem de desenvolvimento territorial. E, em terceiro, para a própria dificuldade existente em nível federal na articulação de ações entre ministérios, mesmo diante a um programa bem estruturado como o Territórios da Cidadania.

Por último, merece destaque a ideia de que a gestão social, operada como instrumento de governança territorial, teria principalmente o objetivo de garantir a maior eficiência no uso dos recursos públicos, visando a atingir os indicadores de desenvolvimento programados.

Assim, ressaltamos que os instrumentos de monitoramento e de avaliação (seja na escala do desenvolvimento territorial propriamente dita, seja na escala de programas e projetos específicos) passem a operar a partir de processos participativos, abastecidos por informações pertinentes e pautados por indicadores que reflitam as aspirações e expectativas depositadas na perspectiva do desenvolvimento do território.

Apesar do sofisticado desenho técnico-instrumental que informa o contexto no qual se produz e se implementa o processo de gestão social do território, é interessante ressaltar, como preconiza os documentos oficiais da SDT, que todos esses mecanismos de política só teriam sentido a partir de sua plena utilização pelos atores e atrizes sociais que são objetos diretos da própria política, o que nos leva a enfatizar a análise de que este colegiado territorial necessita de capacitação constante sobre os seus próprios mecanismos de controle.

Dados socioeconômicos do Território do Cone Sul

De acordo com dados disponíveis no Censo Populacional - IBGE (2010), a população do Território Cone Sul é de 137.376 habitantes e representa 9,20% da população do Estado. A análise do censo populacional (IBGE 2010) demonstra que há grandes variações na distribuição da população nos municípios do território, sendo o município de Japorã o menor com apenas 7.731 habitantes, e o município de Naviraí o maior com 46.424.

No entanto, ao analisarmos os dados populacionais, observamos que este território possui grande ruralidade. Segundo dados do Censo populacional IBGE (2010), nos municípios de Eldorado, Mundo Novo,

Iguatemi, Sete Quedas e Naviraí, a população urbana supera a rural, sendo o último com maior representatividade. Já nos municípios de Japorã, Itaquiraí e Tacuru, a população rural é maior que a população urbana.

O município de Naviraí corresponde a 34,50% de toda população do território, sendo o que apresenta a maior diferença entre a população urbana e a rural. Nesse município, 92,31% da população vive em área urbana e é o com maior área geográfica, correspondendo a 3.193,549 Km e sua densidade demográfica média é de 14,54hab/km . O município de Mundo Novo é o que apresenta o maior índice de densidade demográfica, 35,67 hab/km . O município de Iguatemi é o segundo maior município em área geográfica, correspondendo a 2.946,524 Km e nele vivem 14.875 habitantes, o que lhe confere o menor índice de densidade demográfica do território que é de 5,05 hab/km .

Tabela 1: Informações sobre a população no Território do Cone Sul.
100.221 72,95 37.155 27,05 11,86

Município	Área (Km²)	População Residente (hab.) 2010.					Variação da população 2000 a 2010
		Total	Urbana	%	Rural	%	
Eldorado	1.017,788	11.694	9.348	79.93	2.346	20.07	5,3
Iguatemi	2.946,524	14.875	11.006	73.98	3.869	26.02	8,45
Itaquiraí	2.063,785	18.614	7.600	40.82	11.014	59.17	15,27
Japorã	419,398	7.731	1.400	18.10	6.331	81.90	20,57
Mundo Novo	477,783	17.043	15.271	89.60	1.772	10.40	8,06
Naviraí	3.193,549	46.424	42.855	92.31	3.569	7.69	21,02
Sete Quedas	833,735	10.780	8.974	83.24	1.806	16.76	-1,44
Tacuru	1.785,327	10.215	3.767	36.87	6.448	63.13	14,66
Total	12.737,889	137.376	100.221	72,95	37.155	27,05	11,86

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (1) Censo Demográfico (2000). (2) Contagem da População (2010).

A Tabela 1 também possui dados relativos à evolução da população no Território do Cone Sul entre 2000 e 2010. Nesse período, o território apresentou um crescimento populacional de 11,86%, o que representa

um crescimento populacional considerável, quando comparado com o crescimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

Naviraí é o município com maior variação populacional positiva do território. Em 2000, sua população era de 36.662 habitantes, e o mesmo era responsável por concentrar 30,9% da população do território. Já em 2010, a população passou para 46.424 pessoas, e a concentração aumentou para 34,5% da população total do território, reforçando uma tendência existente na região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, que justifica este crescimento por ser o município com maior número de indústrias instaladas na região.

O município de Japorã, apesar de ser o menor em número de habitantes no território, foi o segundo município que apresentou maior variação populacional positiva, com aumento de 20,57%, seguido de Itaquiraí com aumento de 15,27%. Enquanto Eldorado, Iguatemi, Mundo Novo e Tacuru apresentaram um crescimento demográfico pequeno em relação aos demais municípios, variando entre 5 e 14,6 %, Sete Quedas foi o único município do território que apresentou um saldo negativo de 1,44% na sua população.

Informações da Prefeitura de Sete Quedas apontam para o fechamento de indústrias da atividade madeireira como fator para a diminuição da população durante esse período. Também se deve analisar que este é o município mais novo do território, tendo a menor extensão territorial e não possui assentamentos rurais do PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária). De acordo com seu plano de desenvolvimento municipal (2011), em resposta ao déficit populacional, há previsão de implantação urgente de assentamentos rurais, tanto pelo PNRA quanto pelo programa estadual de crédito fundiário.

Ao realizar a análise socioeconômica e educacional da população deste território, um dos principais referenciais encontrados é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que retrata a qualidade e expectativa de vida e o nível de pobreza da população. O Território

da Cidadania Cone Sul possui Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M) médio de 0,710, ficando inferior à média do Estado e do País, os quais são respectivamente, 0,778 e 0,766, conforme ilustra a Tabela 2.

Quando são examinados os componentes referenciais do IDH por município, percebemos que o maior índice é o de educação que em média do território corresponde a 0,790. Já o referencial de IDH, que mede a longevidade em média territorial, é de 0,710. E o menor de todos IDH é o referencial de renda que em média territorial corresponde a 0,642. Como parâmetro de comparação foi utilizado o IDH-M do Estado e do País. Em 2010, a média dos três índices referenciais de IDH-M do território Cone Sul está abaixo do índice do Estado e do País.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano dados de 1991 a 2000 nos municípios que formam o Território do Cone Sul.

Municípios	IDH Educação	IDH Renda	IDH Longevidade	IDH Municipal	Ranking Estadual	Ranking Nacional
Eldorado	0,799	0,624	0,702	0,708	68	2.855
Iguatemi	0,828	0,658	0,708	0,731	44	2.404
Itaquiraí	0,791	0,595	0,745	0,710	65	2.802
Japorã	0,703	0,522	0,682	0,636	77	4.015
Mundo Novo	0,855	0,675	0,754	0,761	20	1.554
Naviraí	0,824	0,676	0,754	0,751	31	1.843
Sete Quedas	0,772	0,676	0,708	0,719	58	2.642
Tacuru	0,745	0,570	0,670	0,661	76	3.584
Média do Território	0,790	0,625	0,715	0,710	-	-
Média no Estado	0,864	0,718	0,751	0,778	-	9
Média no Brasil	0,849	0,723	0,727	0,766	-	-

Fonte: Atlas PNUD; 2000. Apud IBGE; 2011.

Quando examinados os índices de cada município, Japorã e Tacuru são os que apresentam os menores IDH do território e do Estado de Mato Grosso do Sul. Os municípios de Mundo Novo e Naviraí apresentam os melhores índices do território nos três componentes (longevidade, educação, renda). Em todos os municípios, dos três indicadores utilizados para compor o IDH-M, a renda é o índice mais baixo e o índice de educação é o mais alto.

A Tabela 3 apresenta os indicadores de Densidade Demográfica¹⁰, Índice GINI¹¹, Razão de Dependência¹², Pobreza nos Municípios do Território. Mesmo apresentando municípios com o índice de densidade demográfica chegando a 35,6 hab./km², o índice médio do território está abaixo do índice estadual. O mesmo acontece com o índice de urbanização onde dois municípios ultrapassam o índice estadual, mas a média territorial fica abaixo deste.

Quando comparadas as informações de razão de dependência e os índices de desenvolvimento humano nos municípios do território, notamos que há uma razão direta entre os dois. Os municípios com os menores IDH são aqueles que apresentam os maiores índices de razão de dependência. O município de Japorã está nas duas extremidades com o maior índice de dependência e o menor IDH-M.

Tabela 3: Índices demográficos municipais do Território Cone Sul.

Municípios	Índices Demográficos e Análise de pobreza					
	Densidade Demográfica (Hab/Km ²) ¹	PIB PER CAPITA ²	Razão de Dependência ³ (%)	Índice de Pobreza Subjetiva ³ (%)	Incidência de Pobreza ³ (%)	Índice GINI ³ (%)
Eldorado	11,49	10.943,44	59,1	34,76	38,48	0,43
Iguatemi	5,05	12.994,72	62,1	31,61	35,49	0,44
Itaquiraí	9,02	9.482,47	62,1	34,08	31,37	0,43
Japorã	18,43	4.667,86	86,3	46,41	37,64	0,43
Mundo Novo	35,67	9.388,54	56,5	33,51	40,08	0,44
Naviraí	14,54	13.470,59	55,5	34,46	41,58	0,45
Sete Quedas	12,93	7.835,04	62,7	32,46	37,99	0,42
Tacuru	5,72	9.353,22	74,7	42,64	41,12	0,42
Média do Território	14,11	9.766,99	64,88	36,24	37,97	0,43

Fonte: (1) - IBGE; 2010. (2) - IBGE; 2008. (3) - IBGE; 2003. Apud IBGE, 2011.

10 O indicador de densidade demográfica mostra a concentração da população humana em relação ao espaço.

11 O índice de GINI mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda renda da sociedade e a renda dos outros indivíduos é nula).

12 Razão de Dependência é expressa pelo quociente entre a população dependente e a população potencialmente ativa. Neste grupo, estão incluídas as pessoas entre as idades de 15 a 64 anos, que em princípio estão inseridas no mercado de trabalho. Por sua vez, a população dependente é composta por pessoas muito jovens de 0 a 14 anos, que, em tese, ainda estão fora do mercado e aquelas acima de 65 anos - que já estariam aposentadas.

A falta de condições e de perspectivas propicia à população ativa potencialmente dos municípios, acima evidenciados, buscar em outros municípios melhores condições de sobrevivência. O município com o maior índice de Razão de Dependência é o município de Japorã (86,3%) e o menor é Naviraí (55,5%). A razão de dependência do Estado é de 54,4% e todos os municípios do Território Cone Sul apresentam índice superior a este.

Outro índice utilizado para aferir o indicativo de pobreza nos municípios é o Índice de Domicílios em Situação de Pobreza, que busca identificar os domicílios que possuem saneamento inadequado e cujos responsáveis têm renda de até um salário mínimo/mês, e frequentaram escola por menos de quatro anos.

Analisando a pobreza e a desigualdades, através dos dados publicados pelo IBGE em 2003, notamos que essa situação permanece. Ao observar a incidência de pobreza e o índice de GINI, fica evidente que o território encontra-se numa situação drástica em relação à pobreza e à desigualdade. Na análise dos dados da Tabela 3, verificamos que apenas os municípios de Naviraí, Mundo Novo e Tacuru mantêm índice acima de 40% de incidência de pobreza e a média do território é 37,97%. Já a média de pobreza subjetiva é mais drástica referenciada por 36,24%. A média territorial do índice GINI é 0,43.

Todos estes índices, quando de sua atualização posterior ao ano 2007, poderiam revelar um quadro de pobreza ainda mais drástico devido à ocorrência de focos de febre aftosa neste território durante o período de 2005 e 2006, dizimando a economia local e regional. No entanto, a política de desenvolvimento territorial tem propiciado ações de embate a esta situação, propiciando o fortalecimento da agricultura familiar e a dinamização da economia local e regional.

A análise da população, frente ao enfoque do sistema educacional no território da cidadania do Cone Sul, de acordo com dados do Censo Escolar 2010 disponíveis na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC,

aponta para uma flutuação da população. Isso ocorre, pois, quando temos na maioria dos municípios um aumento expressivo nas matrículas do ensino fundamental, que está em sua grande maioria situado no setor urbano dos municípios e cai no ensino médio quando os jovens param de estudar para trabalhar, ou vão estudar nos grandes centros, que possibilita “subjetivamente” o acesso ao mercado de trabalho com maior facilidade.

Outro ponto a ser analisado é o baixo percentual de crianças inseridas no sistema de educação infantil. Também se deve ressaltar o baixo número de alunos inseridos no quadro do ensino superior, bem como o baixo número de universidades no território e o baixo quadro de possibilidades de área de formação nos campos existentes.

O sistema educacional do Território da Cidadania Cone Sul se analisado diante da expressiva ruralidade presente neste território, veremos que há um verdadeiro antagonismo nas ações aqui presentes. Este tema ainda é um grande desafio para o território e merece uma análise mais detalhada diante do princípio de que o sistema educacional é um dos principais pilares na estruturação do desenvolvimento rural sustentável e no combate à erradicação da pobreza extrema.

Contudo, ao olharmos para o território enquanto uma unidade, sobre o seu coeficiente social, cultural e econômico, notamos a existência de uma expressiva ruralidade, presente no *habitos*¹³ das pessoas que ali vivem. Também é visível a existência de um enorme vínculo de dependência do dito urbano com o meio rural, principalmente, no fator econômico. Sendo o meio rural uma importante praça de veiculação de serviço e renda para a maioria da população urbana deste território. Os principais serviços disponíveis no meio rural estão relacionados à agricultura, pecuária de leite, mandiocultura, piscicultura, apicultura e outros.

13 Ver sobre este conceito em: ALMEIDA, Rosimeire A. Sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas/MS, v. 1, n. 3, ano 3, maio de 2006.

Agricultura familiar no Território Cone Sul – MS

O contexto de formação, ocupação, povoamento do Estado de Mato Grosso do Sul, durante o período em que este ainda pertencia ao antigo Estado de Mato Grosso, visava apenas à exploração dos recursos naturais disponíveis na região, principalmente aos ervais e aos vastos campos de pastagens rasteiras, ideais para a criação de gado de corte.

Atualmente a presença da agricultura familiar é expressiva no Território Cone Sul, fruto de reivindicações dos movimentos sociais do campo e da política de reforma agrária federal, propiciando uma nova forma de ocupação e uso do solo, e os objetivos estratégicos do atual contexto político brasileiro de fortalecimento da produção interna de alimentos.

De acordo com a Lei Federal 11.326/06, que define categoria da agricultora familiar, o público deste território que constitui a demanda social do MDA é formado por “Assentados/as de Reforma Agrária; Agricultores/as Tradicionais; Indígenas; Grupos de Artesanatos; Aquiculturas e Pescadores/as Artesanais”. De acordo com dados do PTDRS,

O Território da Cidadania Cone Sul possui 4.172 propriedades de agricultores familiares tradicionais, 5.036 propriedades de agricultores familiares assentados de reforma agrária, 472 famílias de aquiculturas e pescadores artesanais e 5 terras indígenas que, juntas, somam mais de 9.500 habitantes indígenas. (PTDRS Cone Sul, 2011).

Dentre este público, observamos que, na sociedade civil organizada, apenas os assentados/as de reforma agrária possuem uma efetiva participação representativa junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Cone Sul. Existe um número baixo de representação dos agricultores familiares tradicionais e dos grupos de artesanatos. Já os indígenas e os pescadores artesanais existentes nesse território, até o momento não estão ocupando seu espaço de representação dentro da

política participativa de desenvolvimento territorial, demandando a realização de ações que fortaleçam o processo de reconhecimento, identidade e empoderamento, bem como o respeito à diversidade territorial presente, procedendo à inclusão social e participativa destes segmentos da sociedade.

O quadro a seguir apresenta, a partir de dados primários presentes em atas de atividade deste colegiado territorial, as cinco atividades apontadas com maior destaque pelos agricultores familiares nesse território.

Tabela 4: Principais atividades econômicas no Território Cone Sul.

Nº de ordem	Atividade produtiva	Representação no Território em %	Estimativa de participação na renda familiar
1	Leite	70 à 80%	80%
2	Mandioca	28 à 38%	5 à 7%
3	Hortifruticultura	10%	3 à 5%
4	Apicultura	7 à 10%	3 à 5%
5	Piscicultura	7 a 10%	-

Fonte: Evento de debates sobre cadeias produtivas no Território Cone Sul (Junho 2011).

Todas estas atividades econômicas já possuíam destaques junto aos documentos existentes no território Cone Sul, fazendo frente às ações no eixo socioeconômico e nos programas prioritários existentes no PTDRS (2011).

Ações territoriais: políticas públicas para agricultura familiar

Sobre o contexto de desenvolvimento, destacaremos as principais temáticas que são deliberadas pelo CODETER Cone Sul, em busca de articulação e otimização de recursos públicos e suas especificidades visando ao fortalecimento do desenvolvimento rural do território e consequentemente ao apoio à agricultura familiar.

Em análise do livro Ata 001 de registro das atividades realizadas pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Cone Sul, percebemos que nas

deliberações relatadas estão pautadas as matrizes de ações disponibilizadas pelo governo federal, entre as quais se destacam ações relativas à:

A) Assistência técnica e crédito e a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF; B) Comercialização nos mercado institucional: PAA e PNAE; C) Acesso à cidadania a partir do Programa Luz Para Todos, Programa Social de Habitação, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Arca das Letras, Inclusão digital, dentre outros; D) Programa de Investimentos em Infraestrutura nos Territórios Rurais – PROINF. (Livro Ata 001; CODETER Cone Sul).

Além destes, destacamos deliberações sobre temáticas voltadas à organização da produção e comercialização e para a gestão social e acesso à cidadania, a exemplo de,

Cooperativismo e associativismo; Formação de consórcios públicos de direito público; Ações sobre certificação e inspeção de alimentos de origem vegetal e animal, com forte debate para implantação do SUASA; Implantação do cooperativismo de crédito, a partir de uma articulação com o sistema CRESOL; Ações de regularização fundiária e conservação do meio ambiente; Construção de rádios comunitárias. E [recentemente houve] pautas relativas às ações ligadas ao turismo rural, territorialização da saúde e segurança pública no meio rural. (Relatório de Assessoria Técnica no CODETER Cone Sul, janeiro de 2012).

De acordo com os dados disponibilizados no sitio do MDA, o montante de recursos disponibilizados através do Programa de Investimentos em Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF), que é de deliberação exclusiva do Colegiado Territorial, é de aproximadamente R\$ 9 milhões de reais, durante os nove primeiros anos de existência do programa. Os recursos possuem fonte financeira do Orçamento Geral da União com contrapartidas das prefeituras municipais, e são destinados ao desenvolvimento de ações de investimento em infraestrutura e custeios

demandados e deliberados através do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Cone Sul.

Estes investimentos estão pulverizados nos oito municípios que compõem o território em ações de fortalecimento à agricultura familiar. Na Tabela 5, apresentamos os valores em montantes e números de projetos apoiados em cada município que compõe o território.

Tabela 5: Recurso do PROINF no Território Cone Sul – 2003 a 2011

Municípios	Montantes (R\$)	Nº de Projetos	Montante (%)
1 - Eldorado	433.233,88	5	4,86
2 – Iguatemi	2.633.313,75	11	29,54
3 – Itaquiraí	3.395.028,76	9	38,08
4 – Japorã	658.108,59	7	7,38
5 - Mundo Novo	509.310,72	8	5,71
6 – Naviraí	302.645,66	4	3,40
7 – Sete Quedas	356.401,35	7	4,00
8 - Tacuru	626.248,92	8	7,02
Total no Território	8.914.291,63	59	100

Fonte: SDT - MDA; 2011.

De acordo com os registros em documentos oficiais do CODETER Cone Sul, os recursos do PROINF foram destinados para:

A) Aquisição de caminhões para apoio ao transporte na comercialização; B) Patrulhas rurais mecanizadas destinadas ao apoio preparo de solo e plantio; C) Estruturação física da Escola Família Agrícola e aquisição de uma Van para transporte dos educandos, implantação de unidades produtivas e didáticas, em avicultura, apicultura e criação de ovelhas na EFAITAQ; D) Construção e aquisição de equipamentos para agroindústrias; E) Apoio a cadeia produtiva da bovinocultura leiteira com aquisição de resfriadores de leite, e equipamentos para inseminação artificial. F) Apoio a cadeia produtiva do peixe com a aquisição de equipamentos para evisceração, câmara fria

e caminhão baú refrigerado; G) Construção de uma biblioteca Ambiental; H) Construção do Núcleo de Projetos Territorial; I) Realização de capacitações dos atores sociais em desenvolvimento territorial; J) Realização da Feira do Leite do Território Cone Sul, realizada anualmente a partir de 2009; K) Apoio a cadeia produtiva da Apicultura com a construção de seis entrepostos de beneficiamento de mel e derivados, L) aquisição de veículo e materiais de escritórios para apoio a assistência técnicas aos agricultores familiares; M) Apoio a produção nas comunidades Indígenas, com aquisição de equipamentos de tração animal. N) apoio a diversificação da produção, com aquisição de maquinários mecanizados. (Relatório de Assessoria, 2011).

Apontamentos gerais referentes ao Território Cone Sul

Neste subtítulo, destacaremos nove elementos básicos, que servem de análise à implementação do desenvolvimento rural no Território da Cidadania Cone Sul, contribuindo para a qualificação constante das ferramentas de planejamento e gestão social. Esses elementos serão apresentados ao Codeter Cone Sul, em resultado à contribuição deste ao nosso trabalho.

1- Existe uma disparidade econômica e social entre os municípios do Território: enquanto Naviraí e Mundo Novo se destacam como polos econômicos e com IDH mais altos no Território aproximando-se do Estado e do Brasil, os municípios restantes apresentam problemas principalmente com referência à renda. Destacamos que é preciso pensar formas mais concretas de aumentar a renda da população dos pequenos municípios do Território Cone Sul, como Japorã, Sete Quedas, Tacuru, Itaquiraí, Iguatemi e Eldorado. O estímulo à diversificação da produção no meio rural é um ponto partida.

2 - A população do território ainda apresenta baixa escolarização e conta com baixa qualidade de ensino no meio rural, o que desestimula a migração dos jovens para as cidades.

3- Grande número de famílias vivendo no meio rural. Apesar da existência de grande concentração de terras e renda nas mãos de poucos,

as pequenas propriedades, grande maioria em praticamente todos os municípios, ocupam uma pequena parcela da área, produzindo alimentos de forma diversificada. Dada a importância para os municípios menores, a agricultura familiar ainda possui baixa eficiência econômica. A renda precisa ser dinamizada.

4 - Grande parte dos produtores/as desconhece o conceito de Território e suas implicações para o desenvolvimento, sendo este um ponto negativo ao processo de desenvolvimento pretendido. Falta maior investimento nas áreas de capacitação sobre o princípio de sensibilização e mobilização, ampliando e qualificando a representação social no CODETER.

5 - O baixo preço obtido pelos produtos da agricultura familiar e a consequente baixa renda dos produtores podem ter suas raízes nos seguintes aspectos: a) Desorganização da produção local (grande número de pequenos produtores vendendo o mesmo produto de forma isolada); b) Desconhecimento - por grande parte dos produtores - de experiências positivas de associativismo e cooperativismo. Observamos a descrença neste tipo de ação; c) Comércio concentrado nas mãos de poucos atores, com forte destaque para os atravessadores, de produtos com baixo valor agregado (baixo nível de industrialização), d) Enfraquecimento do comércio local (dentro dos municípios), mesmo com a existência de algumas iniciativas no sentido de realizar feiras municipais, este comércio ainda é extremamente incipiente.

6- Existem algumas instituições desenvolvendo atividades pontuais e desarticuladas no Território - cada instituição apresenta características próprias, com limitações e potencialidades específicas. Necessidade de maior articulação entre instituições no planejamento e execução de ações, também voltadas à saúde, educação e segurança pública.

7 - Necessidade de resgatar a participação efetiva dos produtores junto aos órgãos de representação: Sindicatos, Associações, Cooperativas e Conselhos Municipais.

8 - Necessidade de implementar políticas efetivas de desenvolvimento que congreguem não apenas a questão produtiva, mas também a educação do campo, a segurança pública e a saúde.

9- Necessidade urgente de ações efetivas para a regularização de propriedades e a regularização ambiental. Um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento e dos sistemas produtivos.

Considerações finais

Diante dos inúmeros conflitos sociais ocorridos anteriormente e das inúmeras políticas públicas fracassadas, evasivas e inoperantes, devidas à fragilidade social de organização e planejamento, a região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul vê surgir no Programa Território da Cidadania um novo paradigma nas políticas públicas, em que a integração institucional e interministerial e a coletividade são fatores preponderantes para o desenvolvimento regional sustentável.

A organização das propostas é oriunda das forças vivas do Território (atores e atrizes sociais) que são conhecedoras da atual realidade, que, de forma orientada, consideram as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, sociocultural, ambiental, econômico e educacional, a partir de alinhamento de ideais. Isso possibilita, pois, a reestruturação e a reorganização das iniciativas de desenvolvimento e produção, viabilizando um novo modelo de gestão dos recursos públicos de maneira mais consciente e menos vulnerável.

Assim, o colegiado de desenvolvimento territorial apresenta-se como uma forma propositiva e de gestão do desenvolvimento integrado, onde os setores, públicos e da sociedade civil organizada, são articulados e aglutinados em uma unidade, respeitando suas diversidades e papéis.

A partir do Colegiado Territorial Cone Sul, organizado sob o modelo de gestão pública, baseada nos pressupostos do PRONAT através do território da cidadania, são diagnosticados, valorizados e discutidos

de forma participativa os gargalos e os limites do local para o processo de desenvolvimento, os quais estão evidenciados no PTDRS, promovendo novas perspectivas à população da região Cone Sul do Mato Grosso do Sul.

Ao concluir este artigo, percebemos que o caminho que a agricultura familiar no Território Cone Sul vai tomar no futuro dependerá da capacidade organizacional de sua sociedade, e principalmente do fato de os agricultores familiares em se organizarem e de enxergarem a questão territorial como uma nova ferramenta de trabalho com muitas possibilidades para a dinamização de sua economia.

A partir do momento em que a concepção de desenvolvimento territorial chegar a todos os seguimentos da sociedade, e esta começar a enxergar possibilidades, além das fronteiras municipais, poderá surgir uma nova força no sentido de alavancar o seu desenvolvimento. Municípios isolados têm menos chances de conseguir dar impulso ao desenvolvimento em todos os setores de sua sociedade e o trabalho no território pode trazer benefícios a todos.

Apontar apenas um elemento produtivo prioritário para o território baseados nas informações levantadas seria, talvez, um erro, devido à diversificação existente e à falta de maiores informações da dinâmica existente no mesmo, o que pode ser conseguido com o aprofundamento deste estudo.

A sociedade civil precisa se apropriar dos espaços públicos disponíveis, e vice-versa, para, então, discutir, estudar e sugerir alternativas para o território no que diz respeito à sua produção e aos rumos que querem para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosimeire A. Sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas, v.1, n. 3, ano 3, maio 2006.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 08 maio 2012.

_____. *Palácio do Planalto: discursos*. Disponível em: <www.imprensa.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2012.

_____. *Programa Territórios da Cidadania*. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: maio 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Resolução n. 52, de 16 de fevereiro de 2005. *Diário Oficial da União*, 17 de fevereiro de 2005.

_____. (2005a). *Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília, MDA/Condraf (Série Documento do Condraf, 1).

_____. (2004). Resolução n^a 48, de 16 de setembro de 2004. *Diário Oficial da União*, 23 de setembro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Territórios da cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro*. Brasília: MDA/SDT, 2007.

_____. (2006b). *Referências para a gestão social dos Territórios Rurais: guia para o controle social*. Brasília, MDA/SDT (Documentos de Apoio, 4).

_____. (2005a). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento*. Brasília, MDA/SDT (Documentos de Apoio, 2).

_____. (2005b). *Referências para a gestão social de Territórios Rurais*. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 3).

_____. (2005d). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 1).

_____. (2006). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cone Sul*. Brasília: MDA/FCR, maio de 2006.

_____. (2010). *Orientações gerais para elaboração e qualificação do PTDRS: guia de planejamento territorial*. Brasília, janeiro de 2010.

_____. (2011). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cone Sul*. Brasília: MDA/OIKOS, novembro de 2011.

CODETER Cone Sul. *Atas de atividades*. Livro Ata, v. 01, p. 01-78, 2012.

_____. (2011). *Relatórios de assessoria técnica*. Campo Grande: ISPP, dezembro 2011.

DELGADO, Nelson G; LEITE, Sérgio P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 43-473, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário*. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 21 maio 2012.

_____. (2010). *Contagem populacional*. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 21 maio 2012.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 38, p. 171-185, fev. 2011.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E TURISMO (SEPROTUR). *Plano de Desenvolvimento Estadual 2010*. Disponível em: <www.seprotur.ms.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2012.

Segunda Parte

Educação e Diversidade no Meio Rural

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITAQUIRAÍ – EFAITAQ: CONSTRUINDO MÚLTIPLOS CONHECIMENTOS COM NOVAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS APLICADAS AO ENSINO¹

*Aline Alves Fernandes
Gerson Ferreira Tavares*

Queremos iniciar o presente trabalho destacando a importância deste estudo em nossa formação acadêmica e pessoal, uma vez que essa realização nos proporcionou condições para inserção em pesquisas nas áreas abrangidas pelo curso de Licenciatura em Ciências Sociais/ PRONERA, que são as áreas de assentamentos rurais, lugares dos quais somos parte, visto que neles vivemos. A intervenção nessas áreas como acadêmicos/as oportunizou pensá-las em outras dimensões, além daquelas que cotidianamente vivemos. Portanto, a atividade pedagógica da última etapa do curso, desenvolvida com o Trabalho de Elaboração Própria (TEP), levou-nos a uma reflexão sobre a prática que hoje estamos construindo na Escola Família Agrícola de Itaquiraí (EFAITAQ), especialmente porque fomos alunos/as dessa escola e atualmente retornamos a ela como pesquisadores/as e professores/as. Ressaltamos que, além do TEP, também desenvolvemos na mesma escola a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, acompanhando as atividades pedagógicas.

As atividades acadêmicas elencadas permitiram a integração entre os saberes acadêmicos que construímos ao longo do curso, e que

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação da Profa. Dra. Alzira Salete Menegat

no momento da prática do Estágio Supervisionado² e da pesquisa do TEP, puderam ser associados à nossa realidade. Dessa forma, fizemos a interação entre o saber acadêmico com o cotidiano em que vivemos, associando-o aos processos educacionais em construção nas escolas de assentamentos rurais.

Em nosso trabalho de TEP procuramos estudar a Escola Família Agrícola de Itaquiraí em suas práticas metodológicas, analisando como as mesmas são desenvolvidas para compreender em que sentido a metodologia utilizada contribui para a concretização da proposta da escola, dos/as alunos/as e da comunidade, bem como de que maneira se dá essa contribuição.

A pesquisa foi realizada por meio da observação participante, da aplicação de questionários e de entrevistas gravadas com estudantes dos 2^a e do 3^a anos, com a diretora e com um membro da associação da escola. Também foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as EFA's do Brasil, analisando as práticas metodológicas aplicadas ao ensino e, em especial, a Pedagogia da Alternância, que proporcionaram embasamento teórico e orientaram nossas análises. Além disso, para o complemento no levantamento de dados e nas informações necessárias, estudamos documentos existentes na escola, dentre eles o Projeto Pedagógico e a Matriz Curricular do curso, observando como organizam os conteúdos e as práticas metodológicas. Analisamos, ainda, os cadernos de acompanhamento dos/as alunos/as para verificar como ocorre o Tempo Comunidade, bem como outros documentos que nos permitiram compreender a dinâmica de criação e condução das práticas aplicadas na escola.

Para a apresentação do texto, fizemos a opção por dividi-lo em três partes: na primeira, apresentamos reflexões acerca da criação e

2 Quando dizemos “nosso estágio” nos referimos ao estágio que desenvolvemos em conjunto com outros dois acadêmicos do nosso curso de Licenciatura em Ciências Sociais - PRONERA/ UFGD, e que não fazem parte dos trabalhos de TEP, sendo eles Carlos Alberto Heling e Marisete Inês Resmine.

organização das EFA's no Brasil. Na segunda analisamos a EFAITAQ-MS, atentando para sua construção e para a metodologia aplicada pela escola. Na terceira parte estudamos a proposta da escola como uma alternativa de educação no campo para a região, como também os instrumentos pedagógicos da instituição, como práticas metodológicas que envolvem a Pedagogia da Alternância na EFAITAQ, que sustentam e contribuem na proposta da mesma. Enfim, a intenção foi apresentar a Escola em suas práticas metodológicas, verificando as possibilidades de construir novos processos educacionais no campo de Mato Grosso do Sul.

O que são EFA's?

As EFA's são instituições de ensino que buscam promover a formação integral, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses da agricultura familiar. Para tanto, esse tipo de escola tem um sistema de ensino diferenciado das demais, baseado na alternância, com conteúdos divididos entre o tempo na escola, quando são repassados conhecimentos em aulas presenciais, e o tempo na comunidade, quando alunos/as retornam para suas residências e procuram colocar em prática os saberes adquiridos. No que diz respeito às finalidades sociopedagógicas das EFA's, Silva argumenta:

[...] associam as sequências de formação na escola e na família a um processo de aprendizagem construído a partir do movimento teoria-prática. Elas explicitam, assim, uma concepção de formação que se desenvolve na dinâmica das sequências entre o meio escolar e o meio familiar, com a escola sistematizando e valorizando os conhecimentos oriundos da realidade socioeconômica dos alunos e as famílias fornecendo os conteúdos de base do processo de escolarização, cujo objetivo orienta-se, em última instância, para a aplicação prática no meio familiar dos conhecimentos desenvolvidos no meio escolar. (SILVA, 2005, p. 8).

As Escolas famílias agrícolas no Brasil, conhecidas como EFA's, foram inspiradas, conforme as reflexões de Souza (2010), no modelo

Francês das Maisons Familiares Rurales e no modelo Italiano Scuola della Famiglia Rurale, e que no Brasil foram implementadas devido às inúmeras lutas de agricultores/as por alternativas educacionais que valorizassem suas origens. O marco da criação das Escolas ocorreu na década de 1960, no Espírito Santo, quando as EFA's começaram a ser discutidas pelo Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo/MEPES. "O período de 1973 a 1987 [...] é considerado a fase de consolidação do modelo das EFA's no estado do Espírito Santo e o início de sua expansão para outros estados brasileiros." (SOUZA, 2010, p. 60)

Souza mostra que a partir da década de 1980 o movimento em prol da Pedagogia da Alternância conquistou significativa força no Brasil, levando as experiências das EFA's do Espírito Santo para diversas regiões do País, e encaminhado pelos movimentos sociais que defendem a educação pensada a partir das necessidades vividas no campo.

A Alternância é um modelo específico de formar e educar pessoas que vivem no meio rural, enfatizando o respeito à cultura do sujeito do campo, a cultura onde o sujeito está inserido, caracteriza-se por alternar a formação do aluno entre momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar. (SOMACAL e CORONA, 2007, p. 4)

As Escolas Famílias Agrícolas têm como principal base o método de Paulo Freire, com uma pedagogia em que as pessoas se tornem protagonistas de sua história. Na Alternância tem-se uma educação que envolve o contexto social, cultural, político e econômico, no qual os/as educandos encontram-se inseridos/as, contribuindo no aprendizado porque já são detentores do senso comum sobre os conteúdos estudados, geralmente definidos de acordo com a necessidade da região. Freire, no trecho a seguir, demonstra essa visão:

Preciso, agora, saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho minha atividade pedagógica. [...] diminuo a distância que me separa de suas condições negativas de vida na

medida em que os ajudo a aprender não importa que saber, o do torneio ou o do cirurgião, com vistas à mudança do mundo, à superação das estruturas injustas, jamais com vista à sua imobilização. (FREIRE, 2002, p. 87)

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância utilizada pelas EFA's assume uma função social no atendimento à demanda das comunidades camponesas, tentando fazer com que grupos sociais não sejam excluídos pelo fato de não possuírem um sistema de educação que trabalhe de acordo com suas necessidades. Nas EFA's buscam-se as necessidades que, geralmente, envolvem a permanência dos/as jovens do campo no campo, promovendo o acesso às tecnologias de produção para a recreação familiar. Essa função é exercida através da interação entre os diversos sujeitos ao intervirem positivamente em seu mundo, ou seja, envolve escola, estudantes e comunidade na construção do que está na realidade dos/as educandos/as, numa organização que nos remete às reflexões de Paulo Freire:

Resultado do esforço criador e recriador do trabalho humano, por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens, num ato de reciprocidade, fazendo cultura e criando história. É a aquisição crítica, reflexiva, criadora de experiências humanas incorporadas no ser e em sua vida plena, no sentido do 'ser mais'. (RAMEH, Leticia apud FREIRE, 2005, p. 9).

Em suma, a função social da educação defendida por Freire e encontrada nas EFA's é fruto do trabalho conjunto do ser humano em prol da melhoria da realidade existente, que se dá na interação e na troca de saberes entre os indivíduos como sujeitos de um processo educativo.

A EFA de Itaquiraí em Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul existem três EFA's: EFASIDRO - Escola Família Agrícola de Sidrolândia, localizada no assentamento Capão

Bonito, município de Sidrolândia; EFAR – Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues, instalada em Nova Alvorada do Sul; e EFAITAQ – Escola Família Agrícola de Itaquiraí, no assentamento Lua Branca, no município de Itaquiraí.

A EFASIDRO é a mais recente, iniciando suas atividades letivas em 2006. A EFAR é a pioneira em Mato Grosso do Sul, criada em 1996 em Campo Grande como COAMS. Em 2009 foi transferida para Nova Alvorada do Sul, quando foi denominada EFAR; e a EFAITAQ, criada em 2004.

A EFAITAQ localiza-se na região Conesul do Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Itaquiraí, Assentamento Rural Lua Branca. A Escola atende pessoas de comunidades camponesas de municípios do Conesul, dentre eles: Mundo Novo, Japorã, Eldorado, Iguatemi, Tacuru, Sete Quedas, Itaquiraí e Naviraí. A seguir, uma imagem da entrada da escola, onde é possível ver o entorno das edificações com a ornamentação, um cuidado que torna aquele lugar mais agradável para o grupo que vivencia aquele espaço.

Fotografia 1: Entrada da EFAITAQ



Fonte: Arquivo da Escola Família Agrícola de Itaquiraí – EFAITAQ

A proposta da EFAITAQ foi aprovada em 28/09/2002, e em 2004 foi matriculada a primeira turma.

Foram habilitados 97 (noventa e sete) profissionais, oriundos de 16 (dezesesseis) assentamentos do Estado. A instituição oferece em alternância o curso profissionalizante Técnico em Agropecuária paralelamente ao ensino médio. A formação técnica em agropecuária tem possibilitado aos egressos condições para melhorarem conhecimentos de processos produtivos, com vistas a melhorias nas propriedades e emprego em indústrias, entidades e prefeituras municipais da região. (PERIN, et al, 2011, p. 3).

Atualmente a escola possui 120 estudantes, sendo que destes 38 cursam o 3^a ano, 40 cursam o 2^a ano e 42 o 1^a ano. São estudantes oriundos de diversos espaços rurais da região, não apenas de assentamentos, mas também de aldeias indígenas. Além disso, há outras comunidades camponesas contempladas, como os chacareiros/as e ribeirinhos, especialmente porque a escola tem sua proposta voltada a atender a juventude e adultos que estejam vivendo em situações de agricultura familiar.

No processo de seleção de novos/as alunos/as, já que o número de vagas oferecido pela escola é inferior à procura das comunidades, ocorre uma seleção com diversas etapas: entrevistas, prova escrita e avaliação prática em que os/as candidatos/as expõem suas habilidades agrícolas.

A escola vem sendo mantida principalmente pelos convênios com os municípios das respectivas comunidades, que são responsáveis pelo transporte dos/as estudantes, além de contar com parcerias de órgãos públicos e empresas de interesse rural, que atuam como parceiras na proposta da escola, dentre elas a AGRAER³, a EMBRAPA e o SENAR. Os convênios são adquiridos por meio de projetos elaborados pela escola,

3 Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER); Empresa Brasileira de Pesquisa e Abastecimento Agropecuário - Oeste (EMBRAPA); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

e também pela associação mantenedora, e envolvem melhoramento e conservação das instalações, manutenção de maquinários agrícolas e sementes, alimentação dos/as estudantes e funcionários, contratação de professores/as na área da agropecuária (agronomia, veterinária, zootecnia, engenharias, etc.) e nas áreas abrangidas pelo ensino médio (ciências exatas, ciências humanas, letras e artes), entre outras.

No quadro de funcionários, a grande maioria tem relação com o campo, sendo moradores de assentamentos e comunidades rurais, mas também há pessoas que residem na área urbana, porém com histórico de vida relacionada ao campo. Desta forma, todos os/as profissionais⁴ da referida instituição possuem ou possuíam ligação com o meio rural.

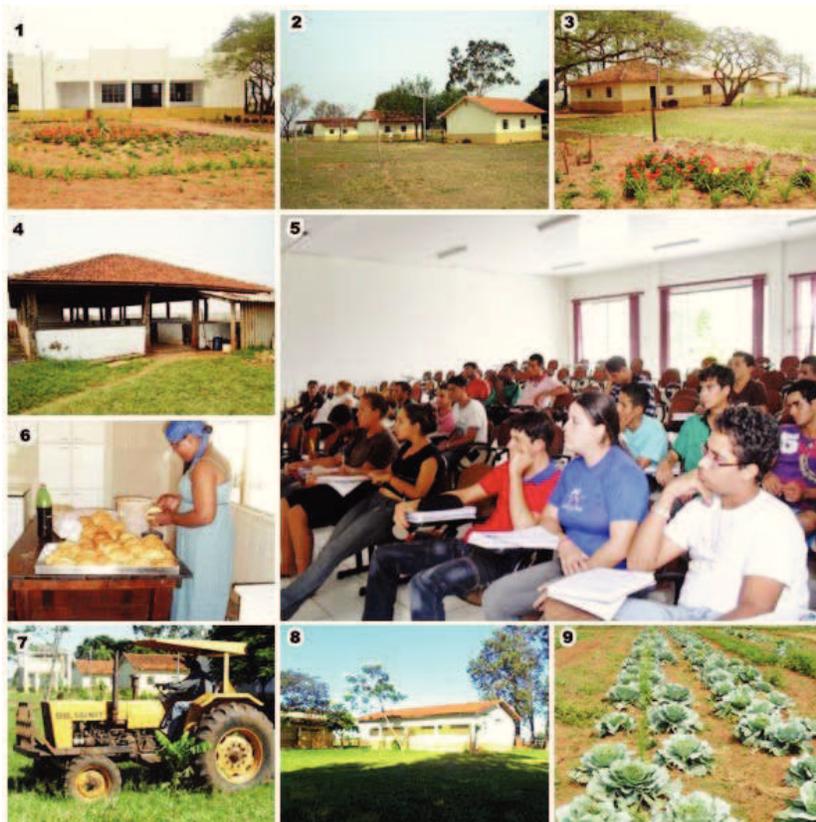
A Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí (AEFAI) possui um papel de mantenedora da escola, sendo constituída pelos pais dos/as estudantes, com sede no mesmo local da Escola. A AEFAI possui responsabilidades econômicas e pedagógicas com a Escola, bem como de representação desta em eventos. As responsabilidades econômicas dizem respeito à busca de parcerias e convênios para manutenção da Escola, estudantes e funcionários. Já as pedagógicas tratam da contribuição com o aprendizado dos/as educandos/as, trazendo à escola cursos de capacitação, efetivando parcerias para realização de estágios supervisionados e, especialmente, servindo de canal de diálogo entre as famílias dos/as estudantes com o contexto escolar da EFAITAQ.

A Escola e a associação trabalham juntas em uma proposta de educação no campo, e que se apresenta de forma diferencial porque está sendo construída baseada na Pedagogia da Alternância, na qual buscam os fundamentos da valorização da identidade camponesa na construção de conhecimentos que promovam a formação profissional e humanas em desvinculá-la dos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais

⁴ Quando dizemos “profissionais”, referimo-nos ao conjunto de funcionários da escola, que envolve não apenas os/as professores/as, mas também cozinheira, viveirista, guarda e caseiro.

da realidade vivida pelos/as estudantes e suas comunidades. Abaixo, imagens do cotidiano da EFAITAQ:

Figura 2- Instalações da EFAITAQ



Fonte: Arquivo da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ

As figuras acima apresentam as seguintes instalações:

- 1) Anfiteatro, onde acontecem eventos de maior expressão;
- 2) Alojamentos, que abrigam alunos/as durante o período em que estão em aulas presenciais;

- 3) Casa dos monitores, que auxiliam os procedimentos metodológicos;
- 4) Pocilga, para criação de suínos, os quais servem para aulas práticas e alimento ao grupo;
- 5) Interior do anfiteatro, no momento das aulas;
- 6) Cozinha, na qual são preparadas as refeições dos/as alunos/as e professores/as;
- 7) Trator, utilizado nos trabalhos de aulas práticas;
- 8) Prédio de salas de aula, onde acontecem aulas teóricas;
- 9) Horta, onde são desenvolvidas atividades práticas com hortaliças, também aproveitadas na alimentação do/as estudantes.

Vemos nas imagens o cotidiano da EFAITAQ, desde a presença do grupo durante as aulas presenciais, expresso na foto 5, como também em outros espaços nos quais o corpo discente participa de aulas práticas e de grupos de trabalho que envolvem manutenção e limpeza dos alojamentos, que servem para abrigar os/as alunos/as e professores/as, bem como dos arredores da escola, fazendo com que cotidianamente o local esteja organizado. A horta, mostrada na foto 9, atende a dois objetivos: espaço de construção de conhecimentos na área da horticultura e local de produção de alimentos servidos nas refeições na escola.

A pocilga, apresentada na foto 4, e o trator, mostrado na imagem 6, também são meios que contribuem na capacitação técnica e prática dos estudantes; sendo a pocilga espaço de aprendizagem no campo da suinocultura e também espaço de produção de alimentação utilizada na escola. O trator auxilia na prática agrícola desenvolvida com os educandos, utilizado no preparo da terra para diversas culturas. As imagens 1, 5 e 8 mostram o anfiteatro e as salas de aula, espaços onde ocorrem eventos e aulas que proporcionam conhecimento teórico nas diversas áreas da ciência, tanto no ensino médio quanto no ensino técnico.

A partir das entrevistas que realizamos na EFAITAQ, bem como das imagens analisadas, juntamente com o estudo dos documentos,

observamos que a escola está contribuindo na formação de jovens de assentamentos, colaborando com a melhoria na qualidade de vida das famílias camponesas e no desenvolvimento rural da região, como está previsto em seu Projeto Político Pedagógico que tem como base “promover a formação integral em prol da melhoria da realidade camponesa e do desenvolvimento rural”. (Projeto Político Pedagógico da EFAITAQ, 2012, p. 4).

A proposta da escola na Pedagogia da Alternância

A região do CONESUL possui uma vasta população de agricultores familiares assentados pela reforma agrária e de outras pequenas comunidades camponesas. Porém, há uma grande defasagem em assistência técnica na agricultura familiar, e não há um sistema de educação que considere as particularidades do campo, fazendo com que parte dos jovens tenha que deixar suas propriedades em busca de formação educacional nas cidades. Essa saída provoca uma série de mudanças, dentre elas a evasão dos jovens dos assentamentos, que com isso deixam de trabalhar em benefício da agricultura familiar. Além dessa evasão existem ainda dificuldades de acesso às novas tecnologias para essa modalidade de produção, uma vez que quem permanece são as pessoas de idade mais avançada que utilizam de modelos tradicionais de produção, muitas vezes trazidos de outras regiões brasileiras que nem sempre são possíveis de serem aproveitadas em função da realidade local.

É nesse contexto, por meio da luta de agricultores familiares da região, que foi aprovada a proposta da Escola Família Agrícola de Itaquiraí, com o objetivo de trabalhar em prol do campo. A Escola oferece educação profissional de nível técnico, no eixo agropecuária, curso que é trabalhado concomitante ao ensino médio e que é organizado na Metodologia da Alternância, presente na proposta pedagógica e que responde ao contexto das EFA's:

Para a Pedagogia da Alternância, o centro do processo educacional é o aluno e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida para a metodologia de ensino, de modo que a teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida do educando. Com o desenvolvimento dessa prática educacional, a tendência é gerar interesse do estudante pelas atividades agrícolas, aprimorar as técnicas utilizadas pela sua família e pela comunidade na qual está inserido [...]. (INSTITUTO RECRIANDO, 2008, p. 2).

A Pedagogia de Alternância da EFAITAQ considera a realidade do/a educando como a base da prática pedagógica, na qual a teoria se torna meio para melhoria da qualidade de vida, com conteúdos organizados numa matriz curricular dividida em três módulos e oferecidos em três anos.

A Matriz curricular da EFAITAQ, mostrada na Tabela II, dividida por módulos, vem sendo pensada por um conjunto de sujeitos envolvidos com o ensino da escola, especialmente direção, professores/as e membros da associação. Segundo o art. 53 do regimento interno da escola, o currículo do ensino médio segue a Base Nacional Comum, organizada em três áreas de conhecimento: 1) linguagens, códigos e suas tecnologias; 2) ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; 3) ciências humanas e suas tecnologias. As disciplinas para o ensino técnico, mostradas na Tabela 1⁵ a seguir, totalizam carga horária de 2.740 horas: (Regimento Interno da EFAITAQ, 2012, art. 53).

Tabela 1: Matriz curricular da EFAITAQ

Módulo I:		
Disciplina	Carga Horária da Fase Escolar	Carga Horária da Fase Domiciliar
Agroecologia	20	10

⁵ Tabela retirada do Projeto Pedagógico da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ.

Contabilidade e Custos	20	10
Agricultura	60	30
Olericultura e Jardinagem	40	20
Culturas Anuais e Regionais	40	20
Fruticultura	40	20
Agroindústria	40	20
Zootecnia	10	20
Animais de Pequeno Porte	40	20
Animais de Médio Porte	20	10
Animais de Grande Porte	20	10
Prática na Agropecuária	40	20
Carga Horária	400 horas	200
Carga Horária Total	600 horas	

Módulo II:

Disciplina	Carga Horária da Fase Escolar	Carga Horária da Fase Domiciliar
Agroecologia	20	10
Contabilidade e Custos	20	10
Agricultura	40	20
Olericultura e Jardinagem	20	10
Culturas Anuais e Regionais	40	20
Fruticultura	40	20
Agroindústria	20	10
Zootecnia	20	10
Animais de Pequeno Porte	40	20

Animais de Grande Porte	20	10
Prática na Agropecuária	40	20
Desenho e Topografia	40	20
Construção e Instalação Rural	20	10
Culturas Perenes regionais	20	10
Irrigação e Drenagem	40	20
Mecanização Agrícola	40	20
Carga Horária	480 horas	240
Carga Horária Total	720 horas	

Módulo III:

Disciplina	Carga Horária da Fase Escolar	Carga Horária da Fase Domiciliar
Agroecologia	20	10
Desenho e Topografia	20	10
Construção e Instalação Rural	40	20
Organização, planejamento e Gestão	20	10
Extensão Rural	40	20
Legislação Ambiental e Trabalhista do Meio Rural	40	20
Agricultura	20	10
Zootecnia	20	10
Animais de Pequeno Porte	40	20
Animais de Grande Porte	20	10
Prática na Agropecuária	40	20
Desenho e Topografia	40	20

Construção e Instalação Rural	20	10
Culturas Perenes regionais	20	10
Irrigação e Drenagem	40	20
Mecanização Agrícola	40	20
Carga Horária	480 horas	240
Carga Horária Total	720 horas	

Os conteúdos planejados na EFAITAQ são organizados da seguinte forma: os discentes deslocam-se de suas casas para a escola e nela permanecem no período escolar por uma semana útil, para participarem das aulas presenciais, e na semana subsequente retornam à fase domiciliar, para desenvolverem trabalhos teóricos e experimentos na área da agropecuária. Assim, esse processo intercalado de “ir e vir” faz com que:

O estudante não perca o vínculo com a família, com a comunidade, com a lida na terra e, sobretudo, com a sua cultura. O processo pedagógico do ‘ir e vir’ favorece o intercâmbio de experiências e a comunhão entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos acumulados pelas comunidades, proporcionando a integração entre o saber, o saber-saber e o saber-fazer. A organização do calendário escolar possibilita que enquanto uma turma esteja em Fase Escolar, no internato, outra turma esteja em Fase Domiciliar, no meio sócio-profissional familiar, sendo assim, o processo de ‘ir e vir’ é ininterrupto. Um grupo de estudantes na escola e um grupo de estudantes na comunidade, revezando nos espaços e no tempo. (PERIN, et al. 2011, p. 14)

Na fase escolar, os/as estudantes permanecem na escola de segunda a sexta-feira, frequentando aulas práticas e teóricas, do ensino técnico, bem como do médio, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Além das aulas, nessa fase desenvolvem várias atividades em

grupo, como os serões, nos quais são trabalhados temas escolhidos pelo grupo envolvido e de acordo com a necessidade, envolvendo também reflexões, místicas, oficinas, palestras, atividades culturais e esportivas, entre outras.

A alternância é de extrema importância para a escola, uma vez que cumpre uma função fundamental no desenvolvimento dos/as estudantes como pessoas e como profissionais. Pela proposta da escola, observamos a busca para a formação de jovens autônomos, que tenham capacitação e que, independente das escolhas futuras onde possam atuar, façam a opção pelo campo, firmando dessa forma sua identidade como oriundo/a ou membro da agricultura familiar.

No processo de alternância, o tempo comunidade possui grande importância na formação e aprendizado, visto que é através do contato com a família e com a comunidade que o conhecimento adquirido é posto em prática. Percebemos isso devido à participação no cotidiano escolar e também nas entrevistas com alguns/as estudantes.

A fase domiciliar é o período em que temos um tempo para desenvolver em nossas propriedades as técnicas adquiridas na escola e também um período para nós efetuarmos a troca de experiências com nossos familiares, experiências estas que não só nos ajuda na parte pedagógica, como também na relação e na convivência em sociedade escolar. E ressaltamos que neste tempo também aproveitamos para estar desenvolver trabalhos escolares. Por isso vemos que a Pedagogia da Alternância é essencial para nosso aprendizado. (Junior Henrique do N. Silva e Bruno Izidoro Sens, 2012. Estudantes do 2º ano, entrevista escrita em 07/03/2012).

O sistema de ensino adotado pela EFAITAQ procura atuar na formação profissional e humana, promovendo formação integral e utilizando, para isso, uma intensa troca de experiências entre comunidade, estudantes e professores/as, num diálogo entre todas as partes envolvidas nesse meio.

O que está no núcleo central da Pedagogia da Alternância é a troca de experiências, numa defesa de que o conhecimento não deve ser apenas transmitido para o educando, mas sim construído por meio de um processo de interação da escola com o contexto no qual o/a jovem está inserido/a, levando em conta as diversidades sociais, políticas, econômicas, culturais e individuais. É essa a proposta que vem sendo construída pelas EFA's de um modo geral, e isso não é diferente na EFAITAQ, formando assim,

[...] um ambiente educativo extremamente positivo, em que as interações ocorrem em um clima de amizade, alegria e descontração. As atividades de grupo, as experiências extra-sala de aula, a convivência intensa constituem, inegavelmente, fatores facilitadores de uma maior interação entre monitores e alunos que estimulam a construção de relações educativas mais afetivas e pessoais. (Idem. SILVA apud ROULLIER. p. 9).

Na EFAITAQ, observamos que o processo ensino-aprendizagem acontece num espaço de confiança, que vai além do simplesmente ensinar, como em uma “educação bancária”, que trata o/a discente como uma folha de papel em branco a receber todo o conhecimento, repassado pelo/a professor/a. Percebemos na EFAITAQ um processo de construção de conhecimentos com base numa troca de experiência, onde o/a educador/a aprende com o/a educando/a e o educando/a aprende com o educador/a, o que cria oportunidade para o debate e prática da profissionalização, bem como para a convivência com a diversidade e respeito ao próximo. É um conhecimento construído conjuntamente entre escola, educando e comunidade.

Uma EFA é uma Associação de Famílias, Pessoas e Instituições que buscam solucionar a problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, sem, entretanto, excluir os adultos. [...] O objetivo da EFA é facilitar os meios e os instrumentos adequados ao crescimento dos educandos, estes constituindo

os principais protagonistas de todo o processo de formação. (CALVÓ, 1999, p.17).

A EFAITAQ não é diferente do proposto por Calvó, já que surgiu como um meio de possibilidades para o campo, cuja proposta expressa no Projeto Pedagógico da escola é contribuir na melhoria da qualidade de vida dos camponeses e no desenvolvimento rural regional por meio da capacitação de jovens filhos/as de agricultores familiares, fazendo que esses/as, ao se formarem, trabalhem em prol do meio rural em que vivem. Desde antes da implantação da Escola ocorria, e ainda ocorre, o envolvimento dos pequenos agricultores, pois foi pela demanda por eles encaminhada que a escola surgiu. Para manter seu compromisso social, proposto em sua criação, na EFAITAQ foi assegurado que ingressem na escola apenas aqueles/as que pertençam ao meio rural, demanda encaminhada pelos agricultores/as que colocaram seus/as filhos/as na instituição.

Foi decidido por agente da associação e pela escola na reunião que só pode estudar lá se morar no assentamento ou sítio ou ser apadrinhado por algum associado, porque assim se torna mais fácil os jovens depois de formados técnicos fiquem na propriedade ou trabalhar para melhorá-la. (Maria da Luz Ferreira, 2012. Associada na AEFAl).

Os pais e mães, assim como a representação da associação mantenedora, acreditam que se forma um maior compromisso dos/as jovens com as propriedades rurais se estes permanecerem na escola até concluírem os estudos. Consta no Projeto Pedagógico da escola, construído conjuntamente entre associação, corpo docente e direção, que apenas se matricule quem tiver concluído o ensino fundamental, que seja filho/a de agricultor/a familiar residente na propriedade rural ou apadrinhado (que esteja em cuidados de famílias de agricultura familiar, como sobrinho, neto, afiliado), e que tenha passado pelo processo seletivo.

No que se refere às questões pedagógicas, cabe à Associação Mantenedora da Escola decidir sobre os requisitos de acesso e o perfil profissional dos/as discentes, podendo incluir temas de estudo que os membros julgarem necessário e, na medida do possível, até opinarem na organização e oferecimento das disciplinas.

À direção e à coordenação pedagógica cabe o papel de garantir a organização interna através dos procedimentos de ensino mais adequados à realidade da instituição, lidando com os/as jovens da melhor forma possível e podendo, assim, desenvolver juntamente com os/as docentes um método de trabalho que possa garantir o aprendizado e desenvolvimento dos/as discentes. A direção deve garantir que o projeto pedagógico seja aplicado, isto é, trabalhando em conjunto com a coordenação pedagógica e professores/as, nos processos e reuniões que envolvam a instituição escola, desde a elaboração do projeto do curso até a metodologia de ensino a ser utilizada com os/as estudantes.

É preciso destacar que professores/as e funcionários/as da escola (diretora, coordenadora pedagógica, viveirista, cozinheira) são todos mantidos pelo governo estadual, sendo a folha de pagamento transferida por meio da associação da escola. Esta, por sua vez, tem a função de repassar o pagamento ao quadro. As diferentes atividades desenvolvidas pelos/as funcionários/as na EFAITAQ são indispensáveis nesse processo de formação, incluindo saúde, alimentação, atividades rurais (viveiro, horta, agricultura, pecuária). Nesse sentido, o papel de cada um tem igual importância no aprendizado dos/as estudantes.

A importância do trabalho em grupo é que une cada vez mais os alunos e o pessoal da escola, pois um precisa do outro para chegar ao objetivo final, seja ele trabalhoso ou pensativo. Muitas vezes o trabalho em grupo rende mais do que o trabalho individual, pois envolve todos de uma forma que contribuam levando a um resultado satisfatório. (Luiz Felipe Gonçalves da Silva, 2012. Estudante do 3ª ano, entrevista escrita em 07/03/2012).

A estratégia de ensino utilizada na escola, pautada na Pedagogia da Alternância e na troca de saberes, torna os/as estudantes críticos da

realidade em que se encontram, valorizando a troca de experiências e a aplicação desses saberes na comunidade.

A aplicação na propriedade e na comunidade desses conhecimentos, que são construídos a partir da troca de experiências, é acompanhada e avaliada pelos/as professores/as e monitores/as através dos instrumentos pedagógicos e da participação das famílias e das comunidades no âmbito escolar. Essas práticas garantem o aprendizado dos/as estudantes e sua formação profissional e humana, o que demonstra que a metodologia de ensino utilizada pela escola está fazendo com que a proposta trazida no projeto Político Pedagógico seja efetivada. Desse modo, a Pedagogia da Alternância, na EFAITAQ, e também os instrumentos que a mesma envolve, constituem uma metodologia de ensino inovadora, e se configura em uma alternativa para a educação no campo.

Instrumentos pedagógicos de alternância na EFAITAQ

Os instrumentos pedagógicos são ferramentas que buscam garantir as questões e propostas no Projeto Pedagógico e no currículo da escola. Dessa forma, podem ser entendidos como procedimentos metodológicos de ensino, pautados na Pedagogia da Alternância, que por sua vez é a principal metodologia de ensino empregada pela escola.

A capacidade de aplicação de técnicas voltadas ao meio rural, compromisso com o campo, visão técnica e crítica da realidade e respeito às diversidades, são características que os/as técnicos/as em agropecuária formados na EFAITAQ devem possuir para a efetivação da proposta da escola. Para tanto, os instrumentos pedagógicos aplicados são grandes colaboradores.

As atividades dos/as educandos/as, tanto práticas como teóricas, são avaliadas e garantidas por meio dos seguintes instrumentos pedagógicos: caderno de acompanhamento, unidade demonstrativa realizada na propriedade (área de horta, lavoura, pasto ou pomar), visitas às famílias, avaliação teórica, amostra de trabalhos, folhas de observação, fichas individuais, caderno da realidade, avaliação do/a professor/a, avaliação do/a discente.

Esses instrumentos são de suma importância na avaliação dos/as estudantes no ensino médio regular e no ensino médio técnico, podendo atribuir aos/as estudantes uma nota média bimestral de no máximo 10 pontos, e 30% desses correspondem às notas de habilidade e convivência, do Caderno da Realidade (C.R) e do Caderno de Acompanhamento (C.A). Os demais, 70%, correspondem às avaliações teóricas e amostragem de trabalhos.

Para melhor compreender a importância desses instrumentos, apresentaremos alguns deles. O caderno de acompanhamento é utilizado para relato de todas as atividades realizadas durante a fase escolar e domiciliar. Essas atividades, na escola, são confirmadas pelos/as professores/as por meio de suas observações e assinatura junto ao relatório, o qual é apresentado aos pais em cada fase domiciliar. As atividades na comunidade também são relatadas pelos/as educandos/as, e por meio de observações e assinatura dos pais, junto ao relato, confirmadas e apresentadas aos professores/as em cada fase escolar. O caderno de acompanhamento é como um diário que mantém pais, mães e professores/as informados/as sobre as atividades dos/as jovens, e para que seu objetivo seja alcançado vale 1 ponto na nota bimestral dos/as estudantes.

As pastas individuais, preenchidas pelos/as professores/as, servem para o registro do comportamento do/a educando na escola, e nelas são arquivadas todas as ocorrências. Estes instrumentos avaliam a convivência entre os/as alunos/as, atentando para a compreensão das diversidades e o respeito ao próximo. A convivência dos/as educandos/as no ambiente escolar e as atividades práticas de grupo nos setores e com as atividades práticas na agropecuária (escola e propriedade) valem 1 ponto na nota bimestral. Essa nota é chamada de habilidade e convivência. A seguir, apresentamos algumas imagens dessas atividades. Nelas temos atividades práticas realizadas pelos/as estudantes durante a fase escolar, as quais, juntamente com várias outras realizadas em grupo, são avaliadas em suas respectivas disciplinas do ensino técnico, mas também pelos instrumentos pedagógicos que atribuem a nota de habilidade e convivência entre os/as estudantes:

Figura 3 - Atividades na EFAITAQ



Fonte: Arquivo da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ

As figuras acima apresentam, respectivamente:

- 1) Montagem do canteiro na horta;
- 2) Abate de suíno para alimentação escolar;
- 3) Irrigação do viveiro de mudas;
- 4) Montagem de experimento de adubação verde.

As visitas nas propriedades das famílias dos/as estudantes também são instrumentos pedagógicos importantes no processo de educação na EFAITAQ. Estas devem se realizar duas vezes ao ano, sempre com a presença do monitor responsável, conforme escala definida pelos municípios, acompanhado por um ou dois professores/as da escola. Sua

finalidade é promover diálogo entre os/as professores/as e familiares dos/as educandos/as sobre as atividades práticas desenvolvidas na propriedade a partir dos conhecimentos adquiridos na escola, bem como promover o conhecimento do ambiente de vivência dos/as estudantes, para avaliar se eles estão aplicando na propriedade o conhecimento adquirido com a escola. A imagem, a seguir, mostra experimentos dos/as estudantes nas propriedades, com horticultura, fruticultura e agricultura, conhecimentos construídos a partir de algumas das disciplinas existentes na matriz curricular do ensino técnico.

Figura 4 - Visita de professores/as e estudantes do Assentamento Sul Bonito, Itaquirai/MS.



Fonte: Arquivo da Escola Família Agrícola de Itaquirai - EFAITAQ

As imagens acima apresentam, respectivamente:

- 1) Produção de mudas para horta;
- 2) Cultivo de batata doce;
- 3) Pomar de mamão, frutas cítricas e goiaba;
- 4) Cultivo de tomate e alface;
- 5) Cultivo de beterraba, cenoura, alface, almeirão e couve;
- 6) Cultivo de mandioca;
- 7) Cultivo de almeirão e alface;
- 8) Cultivo de frutas cítricas, banana e abacaxi.

As imagens demonstram as visitas dos professores da EFAITAQ nas propriedades de alunos da escola que residem no assentamento Sul Bonito. Essas visitas são realizadas nas comunidades de todos/as os/as estudantes da Escola, e representam um instrumento pedagógico que avalia os experimentos desenvolvidos pelos educandos/as em suas propriedades, conjuntamente às suas famílias, num estímulo para garantir a aplicação prática do aprendizado adquirido na escola e, especialmente, produzir mudança de comportamento produtivo nas propriedades. Intenta-se introduzir novos métodos que permitam potencializar os conhecimentos existentes e assim melhorar as capacidades produtivas dos pequenos/as produtores/as.

As avaliações de professores/as e estudantes, citadas anteriormente, também fazem parte dos instrumentos pedagógicos. Da parte dos professores/as, é uma prática em que os/as mesmos/as conversam sobre os educandos até chegarem a um consenso sobre qual nota será atribuída a cada estudante nos quesitos Caderno de Acompanhamento, Habilidade e Convivência e Caderno da Realidade. Da parte dos/as estudantes, anualmente, eles falam da metodologia de ensino dos/as professores/as, das instalações da escola, dos problemas que observam, como também de possíveis soluções para esses problemas. Os/as professores/as analisam

os aspectos apontados pelos/as estudantes e realizam as alterações que beneficiem o sistema de ensino.

O Caderno da Realidade auxilia no desenvolvimento da visão crítica sobre questões da realidade com que convivem. Nele são montados, uma vez por bimestre, planos de estudo para a fase domiciliar, os quais são formados por questões sobre um determinado tema que é apontado pelos/as professores/as como relativo à realidade dos/as estudantes (ex.: conquista da terra; permanência na terra; quem sou eu; minha cidade; origem da minha família; etc.). O plano de estudo sai da escola com questionário sugerido pelos/as estudantes e melhorado pelos/as professores/as, podendo envolver pesquisa para eles responderem aos questionários e posteriormente construir textos sobre o tema escolhido. O Caderno de Realidade vale 1 ponto na nota bimestral dos/as estudantes.

A formação humana em si é uma parte muito importante neste processo, sendo desenvolvida pela convivência em grupo, tanto na escola como na comunidade, por meio do contato com a diversidade de saberes e culturas. O que a escola parece buscar é o respeito à humanidade e todas suas diferenças e identidades. É nesse sentido que as Ciências Sociais, que estão na matriz da escola, têm sua importância reconhecida, também colaborando na formação humana, especialmente porque a escola trabalha diversos temas relacionados à área, que vão desde a preocupação com a formação do ser social até o comprometimento em uma produção com bases humanitária e ambientalmente sustentáveis, como apresentado pela direção da escola: “Na área de Ciências Sociais é ministrada na escola as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Estudos Regionais, as quais contribuem em suma para a formação humana dos discentes”. (PERIN, diretora da escola, 2011, questionário aplicado em 23/05/2011)

Nas disciplinas de Ciências Sociais, são trabalhadas especialmente questões da diversidade de raça, condição econômica, religião e gênero,

mas sempre norteadas para os aspectos regionais. Esses temas compõem as disciplinas citadas anteriormente, e juntamente com o tema Agroecologia promovem interatividade com as demais disciplinas, reforçando o sentimento de pertença à agricultura familiar, tanto dos/as discentes como dos outros que estão envolvidos no contexto da EFAITAQ, seja direta ou indiretamente, o que facilita a atuação dos educandos, após a formação, em benefício do campo, que é um local de grupos sociais diferenciados.

Na escola, a construção do conhecimento é trabalhada de forma dinâmica, mostrando para os/as educandos/as a importância dos estudos teóricos e práticos, tendo em vista as fontes mais importantes para a educação integral: o diálogo, o respeito e o compromisso. O trabalho e grupo é um importante método de ensino utilizado com os/as estudantes, pois facilita o entendimento dos conteúdos e a interação nas aulas, bem como o respeito às diversidades.

Percebemos o diálogo entre educadores/as, estudantes e comunidade na metodologia de ensino vivenciada na escola. Esse fato demonstra flexibilidade no que diz respeito ao planejamento das atividades de ensino devido à troca de opiniões e experiências existentes, um exemplo que pode contribuir em suma para o aprendizado dos/as educandos/as tornando-os/as protagonistas de sua história e de suas convicções, pois englobando suas experiências individuais, e eles/as se tornam sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. O ato pedagógico na escola é:

[...] uma atividade sistemática de interação entre seres sociais tanto no nível do intrapessoal como no nível de influência do meio, interação esta que se configura numa ação exercida sobre os sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. (MÜLLER apud LIBÂNEO, 2001, p. 277).

A possibilidade da metodologia de trabalho na EFAITAQ, na qual o/a estudante permanece um tempo na escola e um tempo na

comunidade, possibilita que não se perca o vínculo com a cultura, fortalecendo sua identidade. Nesse tipo de metodologia, ocorre uma intensa troca de experiências entre comunidade, estudantes e professores/as, havendo diálogo entre todas as partes envolvidas nesse meio, criando condições para fazer com que os/as educandos/as se sintam valorizados e despertem, assim, interesse e vontade de aprender, de interagir com o outro, trocando experiências, construindo o conhecimento humano e profissional, como indicado por Arroyo:

A educação acontece em uma trama de continuidades práticas, valores, procedimentos, rituais, saberes culturais. É aí que a inovação educativa vai sendo tecida. Há a educação construindo-se nesse tecido escolar. Aí está o cerne de qualquer inovação, ter sensibilidade e respeito para com essa dinâmica educativa [...]. (FARIAS apud ARROYO, 2006, p. 6)

Outro momento que consideramos parte do processo pedagógico da Metodologia da Alternância diz respeito à atribuição de atividades aos estudantes, sendo essas desempenhadas em grupos denominados “setores de trabalho”, durante o período das aulas presenciais. As atividades são relacionadas à alimentação e à organização da infraestrutura, em que os grupos são escalados de modo que perpassem todos os setores de trabalho. Nesse sentido, os educandos/as são responsáveis pelas atividades de limpeza dos alojamentos, do pátio, das salas de aula, do laboratório, da sala de informática, do refeitório, da cozinha, da diretoria e dos banheiros. Além da limpeza, este processo também envolve a colheita e a higienização das hortaliças consumidas nas refeições, o preparo do café da manhã, o reaquecimento dos alimentos para o jantar, já que a cozinheira é responsável por prepará-los, e, por último, o grupo do refeitório serve as refeições aos demais.

Levando em conta todo o contexto apontado neste trabalho, vimos que a escola foi criada para atender a demanda da comunidade rural regional por assistência técnica e educação no campo, em decorrência

das dificuldades de produção e sustentabilidade da agricultura familiar regional. Para esse objetivo ser alcançado, é preciso duas condições: garantir que os técnicos formados pela escola realmente trabalhem em prol do campo, bem como garantir que conheçam as técnicas de produção da agropecuária.

Considerações finais

A EFAITAQ está construindo uma educação no e do campo, com instrumentos que estimulam a valorização da identidade camponesa e a capacidade de atuação técnica, pois não há como realizar um trabalho de qualidade em prol de algo com profissionais que não se identifiquem com o campo, como também não há como proporcionar acesso à tecnologia se não a conhecerem. É nesse ponto que a Pedagogia da Alternância é uma metodologia de ensino adequada porque tem o/a estudante como centro no processo educacional, proporcionando as condições para atender a demanda pela qual a EFAITAQ foi criada.

A escola segue um modelo de ensino que busca tornar os/as educandos/as sujeitos críticos e conhecedores da realidade. Isso foi notado pelo respeito e diálogo mútuo entre educadores/as e educandos/as, e entre escola e comunidade, com a preocupação em manter sempre uma proximidade com os/as estudantes para com o seu meio familiar e sócio-político. Essa troca de experiência é uma característica da Pedagogia da Alternância que revela adaptabilidade à realidade vivida.

Observamos no âmbito da EFA de Itaquiraí que nela tem-se um projeto educacional próprio, com instrumentos pedagógicos diferenciados, o que permite, por meio da Pedagogia da Alternância, atender as necessidades regionais, atuando na formação integral de jovens filhos de agricultores, não deixando de lado os adultos. Assim, a educação na EFAITAQ é um processo que ainda está em construção, num trabalho com a Pedagogia da Alternância, alternativa inovadora de educação no

campo, contrário ao modelo hegemônico de ensino no País, em que os conhecimentos são transmitidos do/a professor/a para o/a educando/a sem valorizar as particularidades e experiências discentes. Na alternância da EFAITAQ tem-se um processo de educação centrado no/a estudante e em sua realidade familiar. Em suma, como Paulo Freire defendia, lá temos a construção de conhecimentos caracterizados pela troca de experiências, onde professores/as aprendem com os/as educandos/as e educandos/as aprendem com professores/as por meio de um conhecimento baseado na “pedagogia progressista” que envolve o meio e as pessoas.

Enfim, os instrumentos pedagógicos diferenciados e o projeto próprio possibilitam com que o/a educando/a não perca o vínculo com sua cultura e raízes, fortalecendo sua identidade. É nesse contato que as técnicas aprendidas na escola são divulgadas aos camponeses, permitindo que esses também possam utilizá-las. A alternância contribui na proposta de desenvolver a formação profissional e humana a partir da realidade dos/as educandos/as, fazendo com que trabalhem na melhoria da agricultura familiar, pois reconhecem a realidade e nela também se reconhecem, buscando melhorá-la.

Durante a pesquisa, observamos que sem os instrumentos pedagógicos construídos e transmitidos na EFAITAQ a formação integral prevista no projeto não poderia ser efetivada, pois são os meios encontrados para atender a proposta da escola, das famílias e das comunidades camponesas. Logo, a demanda dos agricultores por educação de qualidade e pelo acesso às tecnologias de produção, que colaboram na recriação familiar e na melhoria da produção dos pequenos lotes, dificultar-se-ia. Seus instrumentos garantem o profissionalismo, ou seja, a capacidade da aplicação prática das técnicas para agropecuária, e também o humanismo que significa respeitar as diferenças do outro e aceitar a si mesmo. Nesse sentido, a metodologia de ensino utilizada pela escola torna-se o pilar para a proposta ser efetivada, garantindo um conhecimento amplo, num compromisso com a formação de técnicos/

as voltados/as ao campo, intentando melhorar produtivamente pequenas propriedades com respeito às diversidades sociais.

BIBLIOGRAFIA

CALVÓ, Pedro Puig. Centros familiares de formação. *Pedagogia da alternância*. Brasília: UNEFAB, 1999.

Escola Família Agrícola de Itaquiraí (EFAITAQ). *Regimento escolar interno para 2012*.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Orientações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas da Rede Municipal de Educação de Dourados*. Dourados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. Coletivo Sabotagem, 2002.

INSTITUTO RECRIANDO. A educação no campo no chão do semi-árido sergipano: prática de ensino que fortalece o conhecimento sobre o semi-árido. *Encontros e caminhos*, 2008.

MÜLLER, Luiza de Souza. *A interação professor-aluno no processo educativo*. USJT, 2001.

PERIN, Elisângela Donizete et. al. *Projeto de curso para 2012*. Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2011.

RAMEH, Letícia. Método Paulo Freire: uma contribuição para a história da educação brasileira. In.: V Colóquio Internacional Paulo Freire, 2005, Recife. *Anais...* Recife, 2005.

SILVA, Lourdes Helena da. A educação do campo em foco: avanços e perspectivas da Pedagogia da Alternância em Minas Gerais. In: 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED (GT MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO Nº 3). 2005. *Anais...* Caxambu: Anped, 2005.

SOMACAL, Marilene; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. *Interdisciplinaridade na pedagogia da alternância: um processo de interação entre a teoria e prática*. UFPR, 2007.

SOUZA, João Alves Batista de. *O papel das Escolas Família Agrícola (EFA) no desenvolvimento de alternativas agrícolas em Mato Grosso do Sul: o caso da Escola Família Agrícola de Itaquiraí/EFAITAQ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado/geografia/dissertacoes/dissertacao-joao-batista>>. Acesso em: 10 abr. 2012 .

Fontes

Bruno Izidoro Sens. Estudante do 2º ano da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2012. Chacareiro, Japorã/MS.

Elisângela Donizete Perin, Diretora da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2011.

Junior Henrique do N. Silva. Estudante do 2º ano da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2012. Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí/MS.

Luiz Felipe da Silva. Estudante do 3ª ano da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2012. Assentamento Lua Branca, Itaquiraí/MS, 2012.

Maria da Luz Ferreira. Membro da Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - AEFAl. Assentamento Floresta Branca, Lote 174. Eldorado/MS, 18/04/2012.

Renata Albuquerque Lima. Estudante do 3^a ano da Escola Família Agrícola de Itaquiraí - EFAITAQ, 2012. Assentamento Rancho Loma, Iguatemi/MS.

O PROCESSO EDUCACIONAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SIDROLÂNDIA (EFASIDRO): A ESCOLA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS¹

Ivanilda Ricardo de Farias Torales
Lauraline da Silva Ramos Freire

O sistema da Pedagogia da alternância consiste em algo fascinante, em que nós, professores, aprendemos o real motivo de como se educar para educar. Que a aprendizagem acontece a todo instante, com momentos grandiosos e pequenos. E que mesmo tudo conspirando para o não, o verdadeiro educador deve acreditar que tudo é possível. Acreditar em seu educando e principalmente em você mesmo. Pois para a diferença acontecer será que não pode começar por mim?

Ricardo Pereira Alves

Este texto tem por objetivo apresentar a proposta de educação diferenciada da Escola Família Agrícola de Sidrolândia (EFASIDRO), que nasceu da necessidade e desejos das famílias assentadas. A escola potencializa a realidade das/os educandas/os de assentamentos, sendo este um dos critérios principais para a inserção de crianças e jovens que vivem nesse espaço social.

A EFASIDRO situa-se no assentamento Capão Bonito II, no município de Sidrolândia, localizado a aproximadamente 65 quilômetros de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. A estrutura educacional atende educandas/os do 6^a ao 9^a ano do Ensino

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob orientação da Profª. Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias

Fundamental.² Atualmente recebe de 70 a 85 educandas/os oriundos de 12 assentamentos de reforma agrária, ligados à agricultura familiar e divididos em quatro municípios: Campo Grande, Terenos, Maracaju e Sidrolândia.

A escola realiza suas atividades pautadas na Pedagogia da Alternância, com regime de internato, onde as/os educandas/os permanecem uma semana na escola, desenvolvendo atividades teóricas e práticas, e uma semana com a família, colocando em prática seu aprendizado. Para isso, no lote da família é disponibilizado um espaço na terra para que as/os mesmas/os possam colocar em prática o conhecimento adquirido na escola, envolvendo, nessa atividade, família e educando/a.

A EFASIDRO é mantida pela Associação da Escola Família Agrícola de Sidrolândia (AEFAS). Está “Inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n° 089.128800/0001-84 regida pelo seu Estatuto devidamente registrado em cartório. É a mantenedora legal da EFASIDRO” (PPP, p. 09. 2009). A AEFAS é formada pelas famílias das/os educandas/os da escola que, segundo o monitor Cesar, ocorre por meio da:

[...] matrícula do estudante, pois automaticamente ao matricular a criança na escola, os pais ou responsáveis tornam-se associados à AEFAS (Associação da Escola Família Agrícola), tendo direito de votar e ser votado para fazer parte da diretoria da associação. A associação tem a função administrativa, mas não fica só ai, tem que promover encontro com os pais, palestra, cursos e outras atividades, que ajudem no desenvolvimento dos estudantes como cidadão. (24/06/2012).

Desta forma, a participação das famílias é assídua, de maneira que a escola demonstra-se aberta para a relação escola-família e família-

² A escola não possui ensino médio. Diante dessa ausência, alguns das/os educandas/os cursam esse nível de ensino na extensão da Escola Estadual Paulo Eduardo de Souza Firmo, localizada no Assentamento Eldorado também pertencente ao município de Sidrolândia, outros vão para a EFA de Nova Alvorada do Sul, e outros para os centros urbanos.

escola, desde sua manutenção e organização até a tomada de decisões conjuntas relacionadas ao currículo e à escolha do tema gerador, como podemos ver nas considerações do coordenador pedagógico Ricardo:

A EFASIDRO é um projeto educativo de gestão comunitária, e administrado pelas famílias dos estudantes matriculados na escola, onde a realidade do estudante é determinante em nortear as ações educativas e pedagógicas da escola. A manutenção da escola acontece através de uma associação de pais chamada AEFAS (Associação da Escola Família Agrícola de Sidrolândia), que mantém a instituição através de convênios feitos com o estado e município, que compra a alimentação e é responsável pelo pagamento de funcionários. O que a associação financeiramente recebe dá condições de fornecer o básico aos estudantes (junho de 2011).

A inquietação com a educação do campo e para o campo não é atual. Há muito tempo nos preocupamos com essa questão – tanto famílias quanto movimentos sociais – para que se efetive uma educação que valorize o meio e a cultura local em que as/os educandas/os vivem. Desejamos uma escola em que as/os educandas/os sintam-se incluídos e não marginalizados. Segundo Vieira (p. 21, 2002), a LDB, em seu artigo 23, “[...] prevê *flexibilidade* no que se refere às formas de organização escolar, permitindo que se atenda às necessidades regionais e locais, às diferentes clientelas e necessidades do processo de aprendizagem”.

É nesse contexto que surgiu a EFASIDRO, com o objetivo de levar uma educação que contemplasse a recriação e a valorização do modo de vida no campo, com uma proposta pedagógica que busca garantir a permanência e a autossustentabilidade na economia familiar, com respeito e valorização das especificidades locais e regionais. Assim, é possível respeitar o meio ambiente e desenvolver atividades na agricultura e pecuária agroecológica.

Para o alcance de tal princípio, a Pedagogia da Alternância é a educação que pode contribuir, por se pautar em um processo de

práticas libertadoras com uma visão voltada para a especificidade local, responsabilizando as famílias e a comunidade, e não somente a escola, pela educação das/os filhas/os de assentadas/os. Assim, todas as pessoas podem se envolver na valorização do campo e na aprendizagem das/os jovens.

Pensando nisso, é relevante ressaltar a importância atribuída à construção da Proposta Política Pedagógica com a participação das famílias e que, portanto, não se caracteriza como um simples “amontoador” de normas, mas como um documento de “conhecimento em movimento” que sai da teoria, se concretiza na prática e volta para a teoria em sentido dialógico, ultrapassando o que está escrito. Enfim, valoriza o vivido.

Consequentemente, esta valorização incentiva o envolvimento das famílias e da comunidade no processo curricular, administrativo e econômico da escola. Como argumenta Ricardo:

As famílias são a base na organização da escola, através da associação (AEFAS). Além de responder por todos os convênios, ementas, é a peça fundamental na discussão, planejamento e organização de todo o espaço escolar. A participação acontece de forma voluntária, organizacional, formatura, formação das famílias, pedagógico (conselhos de classe e entregas de conceitos), visitas às famílias. Além disso, há os demais instrumentos pedagógicos como caderno da alternância, plano de estudos, serões, etc. (15/05/12).

Para a compreensão da educação enquanto movimento crítico pautado na autonomia dos sujeitos sociais, que orienta o fazer pedagógico da EFASIDRO, utilizamos autores como Paulo Freire e Roseli Salette Caldart, cujas reflexões foram primordiais para a compreensão geral do tema. Além dessas leituras, realizamos o estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP), construído a partir de histórias de outras EFA's, as mais antigas do Estado de Mato Grosso do Sul, e de experiências das/os monitoras/es, professoras/es e da direção da escola. O PPP não

apresenta uma teoria explícita em sua estrutura. Entretanto, encontramos semelhanças com as metodologias de Paulo Freire. Utilizamos, ainda, o Regimento Interno da Escola para a apreensão do cotidiano escolar, envolvendo aspectos como história da escola (constituição, conquistas e dificuldades), formas de organização (estrutura curricular, conteúdos desenvolvidos, gestão escolar, dentre outros), metodologias de ensino-aprendizagem.

Utilizamos, ainda, a observação direta em visitas à escola, quando também foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com dois funcionários (coordenador e professor/monitor) e a mãe de um dos estudantes. Considerações de algumas pessoas foram registradas no caderno de campo durante a visita às famílias, momento no qual fotografamos as atividades práticas das/os educandas/os para melhor compreender as concepções que envolvem o fazer pedagógico da educação do campo.

A Escola desenvolve seu processo educativo pautado na Pedagogia da Alternância, por permitir a discussão sobre a educação do campo e para o campo e suas especificidades enquanto uma proposta diferenciada e mais libertadora, além de privilegiar elementos formadores das relações de gênero, discutir cultura, trabalho coletivo e socialização de saberes entre educandas/os e educadoras/es. Enfim, a escola e a comunidade como um todo. (FERNANDES, 2006. p. 28apud MACHADO, 2008 p. 33).

Portanto, a EFASIDRO foi observada a partir do seu cotidiano, no intuito de compreender o princípio do ensino-aprendizagem que visa valorizar a vida no campo e principalmente cultivar o amor à terra.

A História das Escolas Família Agrícola (EFA'S) e a Pedagogia da Alternância

A história das Escolas Família Agrícola (EFAS) e a Pedagogia da Alternância iniciaram-se na França, em 1935, no povoado Lauzum,

sendo sua precursora a instituição familiar *Maison Familiale Rurale*. Depois tiveram origem as Casas Familiares Rurais (CFR) e a Escola Família Agrícola (EFA), que propunham a valorização do campo e da vida campesina, uma vez que o ensino urbano desinteressava os jovens à vida campesina e não levava em consideração a especificidade do campo, causando desinteresse e evasão. (Projeto Político Pedagógico da EFASIDRO, 2009)

Em 1960, uma lei reconhece a Pedagogia da Alternância como uma modalidade de Ensino Profissional Agrícola, através de um estatuto de escola privada reconhecido pelo Estado francês. A partir de então, esta pedagogia propaga-se para outros territórios. Entre as décadas de 1960 e 1970, ultrapassou os limites das fronteiras continentais e chegou ao continente africano e, posteriormente, à América do Sul e Caribe. No total são aproximadamente mil escolas em todo mundo, que contribuem em formações de jovens e adultos da área rural. (Projeto Político Pedagógico da EFASIDRO, 2009).

Concomitantemente, no Brasil estava havendo uma mobilização para que houvesse uma educação no campo.

Na década de 60, a fim de atender aos interesses da elite brasileira, então preocupada com o crescimento do número de favelas nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para cidade. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que ‘os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais’. (BRASIL. MEC. SECAD, 2007, p.11).

Mas somente implantar escolas na zona rural não era suficiente. Era necessário também que houvesse um modelo de educação em sintonia com a realidade das/os educandas/os, respeitando suas culturas, seus direitos sociais e suas necessidades locais.

Destacam-se nesse momento as ações educativas do movimento nacional dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do Movimento Eclesial de Base (MEB). Outras iniciativas de organização da educação para campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs). Essas instituições, inspiradas em modelos franceses e criados no Brasil a partir de 1969 no Estado do Espírito Santo, associam aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário. A proposta pedagógica, denominada Pedagogia da Alternância, é operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar. [...]. (BRASIL. MEC. SECAD. p.12, 2007).

No Brasil, portanto, a EFA e a Pedagogia da Alternância chegaram em 1968 no Espírito Santo, incentivadas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com o intuito de ensinar não somente as disciplinas pedagógicas, mas também instruir os filhos de trabalhadores rurais a cultivarem a terra e valorizarem o campo. Desde então, esse princípio se fortaleceu, se ampliou e se estendeu para outros estados do Brasil. Soma-se a ele a valorização do conhecimento trazido de casa pelo/a educando/a com as teorias e práticas aprendidas na escola. Desse modo, é possível que essas/es educandas/os apliquem os saberes na sua propriedade, uma vez que passam um período na escola e outro em casa. Assim, assumem atividades coletivas com sua comunidade e família, desenvolvem empreendimentos e profissões e, principalmente, assumem liderança.

No Estado de Mato Grosso do Sul, o trabalho de extensão rural inicia-se no ano de 1964, contribuindo para melhorar as condições de vidas das famílias que viviam nestas áreas. Portanto, a partir do desejo por uma educação diferente, surgiu a proposta concreta incentivada, primeiramente, pela extensão rural e, com a ampliação das discussões, orientada pela Pedagogia da Alternância. De modo geral, essa educação

tornou-se opção a uma educação formal frente às necessidades da realidade rural do Brasil. Necessidades essas ligadas diretamente à economia agrícola, no que se refere à produção de subsistência com valorização do modo de vida das famílias do campo.

De acordo com o PPP da EFASIDRO, a primeira EFA surge em 1989:

Em 20 de maio de 1989 criou-se a COAAMS (Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul), formada por Agricultores Assentados das Associações existentes nos Projetos de Assentamentos do nosso Estado. Em 1994, a COAAMS fez uma visita na Escola Família de Olivânia, no Espírito Santo, para conhecer a experiência pedagógica e ter maiores esclarecimentos sobre a metodologia de trabalho. Nasce em 1996 a Escola Família Agrícola - COAAMS, situada em Campo Grande MS. Depois de alguns anos de discussão entre agricultores(as) das associações na região do cone - Sul do estado devido o grande número de assentamentos naquela região, perceberam a necessidade de uma educação diferenciada para uma fixação dos jovens no campo. (2009, p.15).

A partir daí muitas conquistas se efetivaram como também muitos desafios e dificuldades permaneceram, e fazem parte do processo de “luta por uma educação do campo e para o campo” vinculado à “luta pela permanência na terra”.

A realização de um sonho: a estruturação de uma proposta pedagógica diferenciada

Sentindo a necessidade de uma educação diferenciada da educação urbana, um grupo de assentados do Assentamento Capão Bonito II colocou em prática o projeto da escola agrícola, criando a Escola Família Agrícola de Sidrolândia (EFASIDRO).

A EFASIDRO iniciou suas atividades em 2004, quando um grupo de agricultoras/es tomou a iniciativa de implantar uma escola

agrícola no assentamento, pois sonhavam e almejavam para suas/seus filhas/os uma educação que valorizasse o campo. Em agosto de 2006 foi criada oficialmente a EFASIDRO, que desde então vem enfrentando várias dificuldades para manter a autonomia junto às famílias. Suas/seus educandas/os recebem atribuição de um trabalho em conjunto com duas instituições importantes na sua formação social, sendo elas a família e a escola. Sobre essas instituições, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos destaca:

[...] essas instituições têm uma responsabilidade específica na formação das pessoas, durante longos e importantes anos de suas vidas. A formação de personalidades e construção de saberes, valores, práticas e visões de mundos constituem um processo permanente. (PNEDH, 2003, p.16)

As duas instituições, família e escola, trabalham aspectos relacionados à moral e às estruturas sociais sem desprezar a cultura e os valores do lugar em que essas pessoas vivem e, assim, é possível oferecer uma educação de qualidade, criando alternativas para as/os educandas/os compreenderem o fenômeno da exclusão social de modo crítico. De acordo com Oliveira, “[...] a escola surge como instituição social para garantir não só o crescimento das potencialidades do indivíduo como também o lugar indispensável a sua integração no seio da sociedade”. (OLIVEIRA, 1993, p. 92). Acrescenta ainda que “[...] a verdadeira educação é aquela que necessariamente sabe, antes de tudo, em que direção caminha e quais os fins e objetivos que deseja alcançar”. (OLIVEIRA, 1993, p. 91)

O êxodo rural e as modificações das culturas rurais geraram dificuldades para o crescimento das potencialidades das pessoas. Devido ao afastamento do meio rural, saberes e fazeres se fragilizaram, levando ao rápido processo de desmatamento com uso de agrotóxicos, queimadas, preparo inadequado do solo, etc. Tais fatores foram causados por práticas conservacionistas nas áreas de cultivos e predominantes na monocultura. A Pedagogia da Alternância discute essas transformações e, ao relacionar

teoria e prática no cotidiano escolar e familiar, questiona tais mudanças e as consequências delas na vida natural e social.

A Pedagogia da Alternância segue inspirada em Paulo Freire e institui uma “educação problematizadora”, a educação em que o/a educando/a e educador/a desenvolvem o conhecimento coletivamente e privilegiam um conjunto de práticas que considera a realidade em que o/a discente se encontra inserido.

Essas práticas envolvem o contexto social, cultural, político e familiar no processo de construção do conhecimento, de maneira que pode incentivar a visão crítica da sociedade em que vive sem menosprezar o conhecimento adquirido fora da escola. Assim, considera-se uma escola filantrópica e democrática, e esforça-se para não ter uma educação “bancária”, ou seja,

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso ‘bancário’ meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (FREIRE, 2002, p.13).

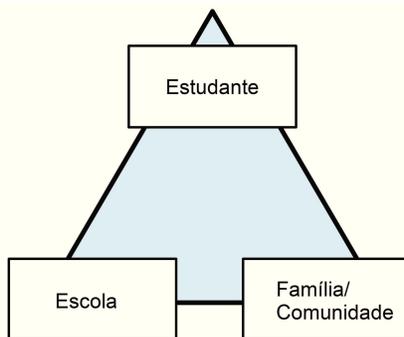
A escola busca a experiência democrática citada acima, pois as educadoras e os educadores acreditam que as/os educandas/os possuem conhecimento, podem ensinar e transmitir seus saberes a outras pessoas. Esse aspecto diferencia esta concepção da educação “bancária” em que a/o educadora/dor acredita ser a/o única/o conhecedora/or do saber, ignorando o que as/os educandas/os trazem de casa, como se fossem uma folha em branco. Essa educação, portanto, é crítica e permite a compreensão rigorosa do mundo, sem se constituir em um processo controlador, mas “criticamente possível”.

Podemos complementar com Caldart (2002), ao falar que a perspectiva da educação do campo é exatamente “educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeito da direção de seu destino.” Entendemos que a educação do campo para as/os trabalhadoras/es rurais que nele vivem, é um direito e deve ser proporcionada por políticas públicas específicas, pensadas por esses atores sociais. Não por um modelo hegemônico, mas com perspectivas emancipatórias, democráticas e que corresponda à realidade desse campo.

Nessa perspectiva, na contramão do modelo capitalista, a escola trabalha os princípios gerais da educação do campo, de acordo com a realidade dos assentamentos rurais e suas especificidades, com a participação e valorização das famílias dos estudantes, como nos relata o coordenador pedagógico, Ricardo:

A participação das famílias é de fundamental importância no planejamento e no desenvolvimento na instituição. São as famílias que possibilitam acontecer a diferença. Pois com a Pedagogia da Alternância Regular de período de estudo, as famílias são reconhecidas e valorizadas como mestres. A tríade representada por pirâmide estudante, escola e família/comunidade é que faz este modelo de pedagogia acontecer. (2012).

A seguir, vejamos a pirâmide indicada pelo educador:



Com as considerações do coordenador pedagógico, remetemo-nos a Nóvoa (1998), que representa a escola pautada em dois eixos apenas, os professores e o Estado:

A escola cresceu nesta crença. E os professores acreditaram que lhes estava cometida a missão de arautos do progresso. Contra tudo e contra todos, se preciso fosse. Para isso tiveram, num certo sentido, de se isolar: são bem conhecidos os conselhos para que os professores não se misturassem com o povo, mas também ao participassem com isenção, não se vinculando a interesses de grupo. O reforço da ligação entre dois vértices do triângulo, os professores e o Estado, conduziu à marginalização do terceiro: famílias/comunidade. (NÓVOA, 1998, p.20)

Essa construção escolar, ainda presente na maioria das escolas convencionais, é rompida com a Pedagogia da Alternância. Isso ocorre porque a/o educanda/o está no topo apoiada/o pela escola, comunidade e família, ou seja, a humanização é central na proposta. E esta é, definitivamente, a maior diferença observada na escola, por todos aquelas/es que a conhecem. Portanto, a participação das famílias na escola objetiva melhorar a formação das/os educandas/os, manter a autonomia da instituição e fazer prevalecer a pedagogia crítica inspirada em Paulo Freire. Para isso, existem formas coletivas de organizações e planejamentos, como relata o monitor Cesar:

Existe o plano de formação da escola, esse é praticamente o plano anual, ele é construído sobre a realidade dos estudantes, e faz parte da construção os pais, dois estudantes de cada turma, monitores, coordenador e a direção da escola. (25/06/2012)

Esse plano consta no PPP:

[...] o Plano de Formação procura em sua articulação geral ter presente: o conteúdo, o educando, o(a) educador(a), o(a) técnico-administrativo e a organização, realizada em parceria entre instituições e atores (famílias, educandos e monitores), que passa

pelo poder e a comunicação. O Plano de Formação consiste numa tentativa de dar organicidade a todo o conteúdo curricular do curso da Escola Família Agrícola - EFASIDRO, tendo presente em sua estruturação ter a realidade [...]. (2009, p. 30).

Assim sendo, a EFASIDRO busca apreciar o que as/os educandas/os já conhecem, bem como os valores que trazem de suas famílias. A valorização vem a partir do companheirismo das famílias na participação do plano de formação citado anteriormente, que busca estratégias para permanecer de portas abertas em meio a tantos empecilhos. Além disso, a escola também “luta” para conservar-se autônoma e visa preservar sua cultura de escola do campo, no campo e para o campo, corroborando para o paradigma da Educação do Campo:

[...] para o qual se pretende migrar, preconiza-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola. (BRASIL. MEC. SECAD. p.13, 2007)

Na EFASIDRO, a construção desse paradigma conta principalmente com a participação assídua das famílias, demonstrando que a escola se mantém aberta por causa da relação escola-família e família-escola, e para a definição conjunta de decisões.

A escolha do *Tema Gerador* acontece anualmente no Plano de Formação. Todo ano, a escola trabalha com seu próprio tema gerador e deste se desdobram mais quatro subtemas, que são desenvolvidos durante o ano letivo, e todos os anos eles são substituídos.

Para fazer esta escolha, inicialmente, muitas dificuldades surgiram, e atualmente se instituiu um processo mais fácil e com menor grau de dificuldades, considerando a metodologia adotada. Primeiro, a administração da escola dialoga com a família, objetivando registrar

suas considerações e expectativas para as/os filhas/os em relação ao que deverão aprender. No segundo momento, as/os educandas/os participam e, assim, são definidos os subtemas e o *Tema Gerador*. Trata-se de um processo democrático, dialógico e participativo entre família e escola.

Ou seja, a família está presente desde a definição dos temas e subtemas que nortearão a aprendizagem de suas/seus filhas/os até a manutenção da estrutura da escola. Segundo o artigo 52 do Regimento Escolar,

A Associação é composta por todas as Famílias que tenham filhos/as matriculados/as regularmente na Escola, por todas as comunidades que enviam educandos/as e por sócios/as voluntários/as, sendo regida por um estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral. (2009, p.20)

Enfim, essa escola procura manter-se autônoma tanto financeiramente quanto no aspecto pedagógico, por meio da relação dinâmica, respeitosa e, principalmente, dialógica entre instituição, educandas/os, família e comunidade, aspectos fortalecedores de uma educação pautada na emancipação das pessoas.

Trabalho coletivo no fazer pedagógico

A EFASIDRO mostra-se diferente e organiza o seu fazer pedagógico de modo a dialogar diretamente com a família. Por isso, as técnicas utilizadas evidenciam a participação na escola e na família, o acompanhamento familiar constante das experiências escolares, bem como a socialização de informações entre essas duas instituições. Desse modo, a construção do conhecimento é, de fato, uma construção dialógica, como aponta Paulo Freire, ao defender a autonomia de educanda/os e educadoras/es.

Para a efetivação dessa educação emancipatória, a educação do campo, assumida também pela EFASIDRO, estrutura-se com

características específicas próprias da Pedagogia da Alternância, como será apresentado a seguir.

A escola ultrapassa os limites das cercas que delimitam a área escolar para acompanhar suas/seus educandas/os em casa, observando seu comportamento na família, ao desenvolverem atividades no sítio onde residem, na comunidade com a qual convivem e envolvem em seu trabalho. E ainda, a escola preocupa-se com os assuntos do cotidiano, tais como gênero, raça/etnia, culturas. De acordo com Caldart:

A educação do campo não cabe em uma escola, mas, a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses (2002, p. 36).

Por isso, parafraseando Sposati (1999), a educação é fundamental para a inserção da/o jovem na sociedade para alcançar as necessidades básicas que um ser social necessita, sendo uma delas a autonomia como princípio ético. A educação do campo cria formas para se alcançar a autonomia, e para acompanhar esse princípio. A EFASIDRO busca também viabilizar o Curso Técnico em Agropecuária no Ensino Médio, objetivando contribuir para o desenvolvimento dos assentados.

Como já salientamos, a escola trabalha com a Pedagogia da Alternância, de modo que as/os educandas/os permanecem uma semana em casa e uma semana na escola, a fim de interagir o conhecimento acadêmico com a realidade, aplicando as aprendizagens da escola junto à família e vice-versa. Portanto, há momentos em que a responsabilidade é da escola e, em outros, a família toma para si os cuidados e acompanhamento das tarefas.

Na maioria das vezes, as/os responsáveis pelas/os educandas/os encontram-se em meio a tantas obrigações e se esquecem de acompanhar

as/os jovens e crianças em suas atividades diárias, não observando seu comportamento, por exemplo, e, posteriormente, podem se sentir culpadas/os por não terem dado a atenção necessária às/aos filhas/os. A Pedagogia da Alternância permite refletir sobre tal realidade, já que a família é sempre chamada a assumir responsabilidades.

Por isso, diferente de outras escolas, a EFASIDRO evidencia que a família faz parte de seu cotidiano, é valorizada durante o processo, como destaca Luci Dalva ao falar sobre a contribuição da escola na vida de seu filho.

O João Pedro ficou mais responsável, mais desinibido, mais empolgado, e se despreendeu um pouco de mim (quanto à dependência materna) para tomada de decisões. Infelizmente, pelo menos da minha parte, ainda deixo muito a desejar. Eu deveria ser mais presente. E, não digo apenas por causa de recursos financeiros, mas, de participação familiar efetiva. É muito fácil cobrar a escola, difícil muitas vezes é a compreensão do significado “Escola Família Agrícola”. Se é escola família, cada um de nós, pais e irmãos, somos parte deste corpo maior que é o corpo escolar agregado a nossos lares, já que a escola continua quando nossas crianças retornam para os braços familiares. Procuo acompanhar todas as atividades do JP através do caderno da alternância, inclusive as que por hora pareçam as menores, por que acho importante para a escola acompanhar o desenvolvimento dele, que tenha pleno conhecimento de suas atividades físicas, intelectuais, emocionais, coletivas ou não.

O tempo em que as/os educandas/os permanecem em casa é denominado *Tempo Familiar*. Elas/eles recebem *fases*³ que serão avaliadas e computadas como presença. Para executar as *fases*, as/os educandas/os pesquisam, entrevistam e aplicam o conhecimento no sítio. Com isso, elas/eles voltam para escola envolvidas/os por

3 Atividades programadas por disciplinas desenvolvidas no tempo em que estão em casa, e quando não são executadas, são computadas como falta, e quando desenvolvidas, como presença.

uma perspectiva e, conseqüentemente, socializarão com seus colegas a experiência vivenciada. Assim, todas/os terão também suas expectativas sobre o assunto abordado na fase domiciliar correspondida.

Essa organização do fazer pedagógico que colabora com o papel crítico da/o educadora/or é defendido por Libâneo, ao dizer que “[...] formar sujeitos pensantes e críticos é aprender a pensar metodicamente, é aprender a aprender.” (apud COSTA, 2003, p. 47). E julgamos que, ao contribuir para a formação de cidadãos/os críticos, as/os educadoras/es acabam por aprender com as/os educandas/os. Segundo Vieira (2002, p.14), ao parafrasear Bruner (2001), “[...] assim é que a educação une o passado com o futuro. Comunica a Herança cultural das gerações precedentes à luz das exigências do mundo de amanhã. O conhecimento transmitido pela escola expressa também este duplo movimento: resume um legado e antecipa a possibilidades”.

Logo, as *fases* são atividades responsáveis por levar as/os educandas/os à prática do que está no papel, despertam na/o educanda/o a curiosidade que leva aos questionamentos socializados em sala de aula ou até mesmo com a família, a fim de chegarem a uma conclusão, formando, assim, sua opinião e propiciando uma (re)leitura do mundo. De acordo com Rodrigues, “[...] a educação é o elemento da vida social responsável pela organização da experiência dos indivíduos da vida cotidiana, pelo desenvolvimento de sua personalidade e pela garantia da sobrevivência e do funcionamento das próprias coletividades humanas.” (2002, p. 9).

A escola preocupa-se em se aproximar das famílias e valorizar sua participação. Tal objetivo é favorecido por meio da utilização da técnica do *caderno de alternância*, utilizado para as anotações diárias no *Tempo Familiar* e também no *Tempo Escola*. Segundo Ghiraldelli Jr. (1990, p.74-75 apud VIEIRA, 2002, p. 17), “[...] cada escola, seja qual for o seu grão, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação”. Pensando desta forma, cada monitora/or acompanha a/o

educanda/o na escola e escreve para o responsável (pai, mãe ou outra pessoa) dizendo o que ocorreu durante aquela semana, assim essa/e responsável deve ler e assinar, indicando saber sobre a experiência escolar do/a jovem.

Dessa forma, é a/o monitora/or quem tem a responsabilidade de zelar pelo bem estar da/o educanda/o no tempo-escola quando está fora de sala de aula. Ela/e acompanha as tarefas de limpeza do local, no café, no almoço, no lanche da tarde, na janta, como também confere se todas/os estão em sala de aula e, ainda, acompanha ao médico quando é necessário. Em muitos casos, orientam para melhoria da educação na escola e em casa. Na escola, o monitor está sempre presente e é responsável pelo dormitório masculino e uma monitora pelo dormitório feminino, diferente da/o professora/or que é responsável por desenvolver os conteúdos previstos e pela/o educanda/o dentro da sala de aula, atribuindo a ela/es avaliações de aprendizagem, dentre outras que existem em uma sala de aula. Quando a/o educanda/o retorna à escola deve levar consigo o *caderno de alternância* com as observações de seu responsável durante a semana que ele/a permaneceu em casa, chamada de *Tempo Família*. Desta forma, a/o monitora/or responsável saberá sobre as dificuldades enfrentadas, podendo agir de alguma maneira para saná-las e ampliar o conhecimento.

Além disso, a/o monitora/or pode contribuir para incentivar a participação da família na organização escolar porque, a partir do registro de informações, as pessoas responsáveis podem acompanhar as/os jovens mesmo não estando presentes fisicamente. Assim sendo, há um *acompanhamento personalizado* que é um instrumento pedagógico da escola e, então, cada educanda/o tem uma monitora/or para lhe acompanhar durante o ano letivo, sendo esta/e responsável em registrar todos os acontecimentos no *caderno de alternância*, além de conversar, tirar dúvidas e orientar. Por meio do caderno de alternância é possível saber o que acontece no dia a dia da escola. Enfim, essa técnica de ensino

proporciona informações à família sobre o cotidiano escolar, bem como permite à escola acompanhar, a distância, a realização das atividades que são levadas para serem desenvolvidas no sítio.

Além desses instrumentos, podemos citar outros que aproximam as famílias do processo de ensino-aprendizagem, sendo ferramentas definidas no PPP e presentes em todas as EFA's. A diferença está nas especificidades de cada EFA que adapta a prática pedagógica conforme a sua necessidade, ou seja, são as mesmas técnicas, mas existem diferenças nas execuções. A seguir, apresentamos algumas:

***Caderno da realidade:** as/os educandas/os relatam suas visões sobre acontecimentos extraordinários na escola como viagens, palestras, jogos escolares, etc.

***Noite cultural:** confraternização quinzenal que busca propiciar o lazer, melhor a raconvivência por meio de música, teatro, poesia, sempre avaliando e refletindo sobre isso.

***Intervenção externa:** momento de discussões sobre temas escolhidos pelos educandos e educandas de maneira informal, ocorridos uma vez a cada semestre.

***Visita às famílias:** as/os educadoras/es visitam as famílias das/os educandos com objetivos de observar, conhecer e avaliar com a família o processo educativo da escola e o crescimento pessoal e social do educando. É um momento de socialização de ideias sobre questões sociopedagógicas.

Vale ressaltar que é durante as visitas às famílias, que acontecem uma ou duas vezes por ano, dependendo da necessidade, que pudemos perceber o trabalho em conjunto das duas instituições – escola e família –, quando uma preenche a necessidade da outra. E constatamos a importância de ambas trabalharem juntas.

Esse contato constante entre família e escola foi constatado diretamente durante as visitas realizadas no ano de 2011 para o desenvolvimento da pesquisa, quando, então, evidenciou-se o valor

atribuído pelas famílias à escola, principalmente por sentirem-se valorizadas e participantes ativas. Por sua vez, a escola cria ferramentas para incentivar e manter a participação, como, por exemplo, um questionário contendo algumas observações das famílias referentes às suas expectativas, anseios e angústias para com a escola. Conforme anotações no caderno de campo, Maria, a secretária da escola, diz:

Essas perguntas são para nortear o que devemos fazer, de acordo com a realidade dos alunos e com a participação dos pais, que se sentem parte da escola. Sendo assim, temos que saber como eles podem assumir as responsabilidades que, para eles, não existiam quando as crianças estavam em outra escola. (Maio 2011).

Técnicas pedagógicas com princípios educacionais como essa são voltadas ao fortalecimento da realidade da vida rural, tendo a participação das famílias das/os educandas/os em todos os processos pertinentes à escola. Percebermos que tais instrumentos pedagógicos vêm mostrando resultados satisfatórios, pois tanto a escola quanto a família conseguem acompanhar o desenvolvimento das/os jovens, de modo que juntos contribuem para a sua formação crítica e autônoma.

O trabalho em conjunto entre escola-família e família-escola ficou evidente tanto durante o contato direto com o corpo docente e administrativo da escola, quanto nos métodos e técnicas que a escola utiliza para envolver a família no fazer pedagógico. Tanto a comunidade escolar quanto a comunidade externa esforçarem-se ao máximo para não fechar as portas ou trocar de lugar, alternativa que já foi oferecida: até o ano de 2011, a escola apresentava alguns problemas, principalmente relativo à possibilidade de interrupção do seu funcionamento devido à inadequação da estrutura física do prédio, que não é apropriada para receber as/os educandas/os adequadamente, pois está instalada em um prédio que pertencia à sede da antiga fazenda. Entretanto, a comunidade sempre desejou permanecer no mesmo local e preservar a escola. Porém, esse desejo não impede que o prédio passe por reformas, sem alteração de sua história e de seu significado para essa comunidade.

Como a comunidade não tinha recursos para efetivar tal reforma, através da Associação e da Administração da escola foi enviado um projeto ao “Território da Reforma”, via Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e a comunidade conseguiu aprovar a construção de um prédio que atenderá à demanda do Ensino Fundamental (séries finais). Entretanto, não fica dispensado o intuito de se ter um imóvel mais adequado às necessidades das/os educandas/os, como afirma o professor/monitor Cesar,

O nosso prédio precisa de reforma, e necessitamos de mais um dormitório para poder atender estudantes do ensino médio. É um projeto revolucionário e ousado que tem uma pedagogia que atende as necessidades do jovem do campo, evitando o êxodo dos jovens para cidade. Espero que alcance o objetivo que é desenvolver o campo através da educação. Pois acredito nesse projeto e desejo ver essa reforma agrária mal feita funcionar com a ajuda dos jovens. (2012).

Como observamos, a comunidade não deseja deixar o prédio onde está instalada a escola, porque há uma história que fora construída por estas famílias. No início, por exemplo, quando ainda não havia funcionários suficientes, houve colaboração voluntária das famílias da comunidade local para o seu funcionamento. Atualmente, as famílias dos alunos através da AEFAS (Associação da Escola Família Agrícola de Sidrolândia) são responsáveis pela manutenção da escola por meio de trabalhos, muitas vezes voluntários.

A escola encontra dificuldades econômicas e de estrutura física por insistir em manter sua autonomia, por ter uma educação voltada para filhas/os de assentadas/os que valorizam as condições e permanência dos mesmos no campo. Como afirma Ricardo, coordenador da escola:

Como uma instituição filantrópica (escola das famílias) o poder público possibilita poucas condições financeiras para o desenvolvimento do projeto. Acredito que a escola segue a

realidade vivenciada na grande maioria dos assentamentos. Pouco recurso e muitos sonhos e vontade de crescer e se desenvolver. O diferencial da escola acontece frente à necessidade e a inquietude das famílias, estudantes e monitores, que ao máximo tentamos escapar das impossibilidades, geralmente de ordem econômica, para assim, pensar alternativas em como promover uma qualidade de vida digna, saudável e orgânica, servindo de espelho aos estudantes. (Maio de 2012)

Ou seja, apesar de todas as dificuldades, a EFASIDRO consegue se sobressair devido ao trabalho coletivo da escola com as famílias. O contrário ocorre na maioria das escolas que reclama da ausência da família no contexto escolar. A EFASIDRO não tem este problema e não importa a distância, as famílias fazem o possível para se fazerem presentes por meio de comunicação telefônica ou mesmo utilizando-se da bicicleta e percorrendo vários quilômetros para chegar a escola, como ocorreu com um pai de uma das estudantes, que mora no assentamento Eldorado, localizado a aproximadamente 36 quilômetros da escola.

Assim como as famílias se mostram essenciais para a escola, esta também se mostra importantes para as famílias, como relata mãe de uma das estudantes da EFASIDRO:

[...] minha filha sempre foi danadinha, e eu sempre tive medo de deixar ela longe das minhas vistas. Quando morávamos na cidade ela sempre dava um jeito de me enganar, quase não ia para a escola, matava aula para sair com as colegas, e quando mudamos para o assentamento eu tive esse medo, pois se perto de mim ela fazia essas coisas imagine longe, em uma escola no qual ela fica por uma semana? Eu percebi que esse medo foi em vão, porque depois que ela entrou na escola me ajuda em casa, tem interesse em cuidar dos animais, assumiu responsabilidades, e eu fico feliz porque para mim a escola me ajudou a educar a minha filha, na experiência de dividir as coisas, pois aprendeu a viver em grupo. (Jéssica. Assentamento Capão Bonito II, junho 2011).

Portanto, constatamos a importância desse trabalho entre família-escola e escola-família, principalmente no que se refere à permanência

na terra, ao fortalecimento do trabalho coletivo, fatores que deixam os pais bastante satisfeitos. Contudo, a escola almeja oferecer o ensino profissionalizante, para que estes jovens possam continuar seus estudos sem precisar mudar de escola e, conseqüentemente, prolongar ainda mais este laço de parceria.

Além da relação com a família, como consta no Projeto Político Pedagógico, o governo estadual é responsável pelo salário das/os professoras/es e monitoras/ES, bem como por parte da alimentação das/os educandas/os. A Prefeitura Municipal de Sidrolândia responsabiliza-se pela estrutura física na qual a escola funciona, contendo o imóvel necessário e área de campo para as práticas agrícolas, e cede professores para a base nacional comum. Como já foi dito, a Associação das Famílias contribui com a manutenção e alimentação, e outras entidades cooperam com diversas doações. Mas entre todas as parcerias a principal é mesmo a da família, a mais participativa, que oferece maior apoio e trabalho voluntário. Afinal, se não existissem as/os educandas/os e suas famílias a escola também não existiria, já que a EFASIDRO foi fundada a partir da necessidade destas famílias em oferecer a suas filhas e seus filhos uma educação diferenciada.

Considerações finais

A pesquisa proporcionou o conhecimento e o registro sobre uma escola que se aproxima ao máximo da escola que desejamos, entretanto, poderia melhorar se tivesse mais apoio financeiro, pois companheirismo a escola já possui, o das famílias principalmente. Afinal, se não fossem as famílias a escola já teria “fechado as portas”.

A escola que almejamos é aquela que respeite as diferenças e o limite de cada pessoa, com educadoras/res que interajam com o conhecimento de educandas/os, discutam as questões do dia-a-dia em sala de aula e criem alternativas para que as experiências, construídas

neste espaço, sejam levadas para as famílias e comunidades. Desejamos uma escola democrática que ouça a família e as/os educandas/os. É o que ocorre na EFASIDRO.

Nas visitas que fizemos à escola, percebemos que educador/a e educando/a têm uma relação de amizade e socializam conhecimentos, de modo respeitoso e autêntico.

Segundo Arroyo,

[...] não podemos confundir e substituir a gestão participativa pelo cerne da relação educativa. A mobilização e participação das comunidades e das famílias poderiam ser equacionadas nas dimensões socializadoras, educativas, que sem dúvidas têm. Poderia ser uma oportunidade para que os educadores percebessem as proximidades entre os espaços familiares, comunitários e escolares, entre os saberes do currículo e os saberes sociais. (2010, p. 20)

A EFASIDRO preocupa-se com esta gestão participativa, tanto que tem como parceria as famílias, conhece a importância e valoriza a aproximação entre os espaços citados pelo autor. Por essa razão não é fácil manter esta forma de trabalhar, pois ela rompe com o tradicionalismo das escolas convencionais e, por isso, sofre consequências, principalmente no âmbito econômico. Contudo, como nos disse a professora Marisa de Fátima Lomba Farias, ao dirigir-se a turma de Licenciatura em Ciências Sociais do Pronera (a nossa turma):

[...] Desde então encontramos muitas pessoas, quando então, compartilhamos saberes, conhecimentos, experiência, sonhos, expectativas, e porque não, angústias, decepções, medos e tantos outros sentimentos.

São pessoas caminhantes que buscam um futuro melhor, com dignidade e felicidade. Nesta caminhada questionam a dominação, a falta de direitos, a desigualdade social, enfim trazem à tona as contradições dessa sociedade e nos levam a pensar porque elas existem e quais são os mecanismos de manutenção de relações de privilégio (2011, p. 2)

Enfim, tudo isso nos mobiliza. A socialização de experiências nos ensina que mesmo a mais simples pessoa tem algo para nos ensinar, e foram tais princípios que a escola nos mostrou ao unir-se com as famílias, respeitando as diferenças. Portanto, acreditamos que mesmo com as dificuldades ela não abre mão de manter sua autonomia junto às famílias e de oferecer uma educação que valorize verdadeiramente as famílias assentadas, permanecendo na “luta” para oferecer uma educação de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: MEC, SECAD, 2007. (Cadernos CECAD 2).

_____. *Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (PNEDH)*, 2007.

CALDART, Roseli Salete (Org.). Por uma educação do campo: traços de uma identidade. *Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas*. v. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

COSTA. Marisa Vorrabera (Org.). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

EFASIDRO. *Projeto político pedagógico da EFASIDRO*. Sidrolândia, 2009.

_____. *Regimento escolar da EFASIDRO*. Sidrolândia. 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. Editora Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MACHADO, Carmem Lucia Bezerra et. al. *Campo: análise de experiências*. Brasília: MDA, 2008, p. 26-86.

NÓVOA, António. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, Raquel Volpato; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; GEBRAN, Raimundo Abou (Org.). *Formação de professores*. São Paulo: Unesp, 1998.

OLIVEIRA, Admardo Serafim. Filosofia e educação. *Introdução ao pensamento filosófico*. 8. ed. São Paulo: Editora Layola, Brasil, 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. Educação para inclusão. *Educação e aprender: reflexão e criação*. v. 2, CENPEC: São Paulo, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTA E RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA¹

*Alessandra Morais Silva
Valéria de Jesus Fragoso de Melo*

O Brasil possui um longo histórico de disputas em torno da questão fundiária, na maioria das vezes violentas. As famílias que fizeram parte do acampamento “17 de Abril” e, atualmente, estão assentadas no assentamento com o mesmo nome, optaram por questionar essa concentração fundiária e lutaram contra o Estado em busca de dignidade.

A formação histórica do Brasil é marcada pela concentração de terras e riquezas, fato gerador da “luta pela terra”, terra que é considerada pelas famílias sem terra um bem de trabalho. Diante de tal realidade há o acirramento dos conflitos, até porque o Brasil é um dos países onde não se intensificou a realização da reforma agrária. Essa situação tem gerado focos de tensão entre a população camponesa e os proprietários de grandes porções de terra, que as utilizam para manter e ampliar seu “poder”.

Esses proprietários organizam-se em sindicatos, inclusive, com forte representação no Congresso Nacional, incentivando a manutenção da concentração e monopolização das terras por meio de criação e implementação de políticas públicas direcionadas ao agronegócio. Ressalta-se que a propriedade de terras no Brasil envolve grupos estrangeiros e multinacionais, que visualizam renda a partir da própria terra e de tudo o que ela produz.

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciência Sociais – UFGD/PRONERA, sob orientação da Prof. Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias.

As famílias que serão retratadas neste artigo viveram uma realidade de expropriação e de violência gerada em uma história que privilegiou grupos dominantes, em um País marcado pela desigualdade de classes e a luta entre elas. Diante disso, grupos se organizam, principalmente com apoio de movimentos sociais, em busca de qualidade de vida e retorno à terra que lhes foi expropriada, direta ou indiretamente.

Nesse artigo relataremos esse processo de “luta pela terra” a partir de depoimentos de pessoas hoje assentadas, destacando como viviam no acampamento e, atualmente, quais são as estratégias para a permanência no assentamento. Foram considerados os sonhos e as expectativas de construir uma vida digna. Buscou-se também apresentar a “luta” das famílias que residem na terra mesmo com as dificuldades encontradas, muitas delas relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e políticos, e outras relativas à própria natureza, dificuldades pouco consideradas/compreendidas pelo Estado.

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento 17 de Abril, localizado no Distrito Nova Casa Verde, distante 60 km do município de Nova Andradina, 80 km do município de Bataguassu e 267 km de Campo Grande. Seu acesso é possível pela BR-267 e pela MS 134.

Onde anteriormente localizava-se a sede da fazenda Teijin, atualmente funciona o “Centro de Formação e Capacitação de Cultura, Estudo e Pesquisa das/os Trabalhadoras/es Eldorado dos Carajás” (CEEPATEC), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse Centro desenvolve-se o projeto Pastoreio Racional Voisin (PRV) em 20 ha, e também está instalada uma biblioteca montada pelo grupo Utopia. Há, ainda, um espaço utilizado pela empresa de Assistência Técnica do Assentamento, denominada Associação Criança, Esporte, Cultura, Educação e Recriação (CRESCER).²

² É uma Associação criada pelos agricultoras/es ligada/os à FETAGRI, fundada no dia 31 de outubro de 1993.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, foi desenvolvida a seguinte metodologia: aplicação de questionário para 15 famílias, visitas para conversas informais e observações registradas em caderno de campo. Na seleção das/os entrevistadas/os se considerou os seguintes aspectos: indicação feita pelas/os militantes e dirigentes, maior permanência no processo de luta pela terra, participação nas mobilizações internas e externas do MST (em âmbito local, estadual e nacional), disponibilidade e capacidade de memória individual.

Outro fator a ressaltar é que dentre as 15 entrevistas realizadas, algumas foram citadas diretamente no texto, e outras contribuíram para a construção das reflexões nele registradas. A pesquisa se estabeleceu com as famílias e militantes/dirigentes, todas/os assentadas/os no Assentamento 17 de Abril. Além disso, documentos, fotos e anotações pessoais também foram disponibilizados, principalmente por alguns militantes que se preocupam, desde o período do acampamento, com o registro da “memória da luta pela terra” que resultou no Assentamento 17 de Abril.

No decorrer do trabalho será apresentado um histórico sobre a vida das famílias desde o acampamento até o assentamento. Em seguida, adentraremos na questão dos principais problemas enfrentados para conquista da terra. Em outro momento, nos deteremos na resistência dessas famílias para permanecerem na terra e corresponderem às suas próprias expectativas. E, por fim, analisaremos a construção e a produção de existência no assentamento “17 de Abril”, afirmando a importância de continuar a pesquisa que não se finda nesse momento, mas abre possibilidades para sua ampliação.

O objetivo, portanto, não é simplesmente ser assentada/o, mas sim ressignificar a sua existência, com um novo jeito de ser, agir, trabalhar e estudar, sem negar saberes e fazeres vivos em suas memórias. Através de lutas e organizações coletivas criar possibilidades de construir alternativas concretas que subsidiem uma vida digna às famílias.

Assentamento “17 de Abril”: ocupar

As famílias que estão no Assentamento “17 de Abril” são compostas na sua maioria por filhas/os de pequenas/os agricultoras/es e assentadas/os da reforma agrária, oriundas/os dos municípios de Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados, Batayporã, Fátima do Sul, Ivinhema, Nova Andradina, Jateí, Deodápolis, além de outros Estados como São Paulo e Paraná.

A luta dessas famílias “Sem Terra” iniciou no dia 17 de abril de 1999, quando aconteceu a primeira ocupação da Fazenda Angical, em Novo Horizonte do Sul (divisa com o Município de Ivinhema, no MS), sob a coordenação do MST. Segundo os relatos, era uma das noites mais frias já vividas na região, e tal condição climática não impediu que durante a madrugada mais de 1.300 famílias em caravana se deslocassem para a ocupação da fazenda em cerca de 40 caminhões e veículos pequenos como caminhonetes, carros, carroças e bicicletas.

As/os acampadas/os realizaram oito ocupações durante os três anos que permaneceram em “luta” pela fazenda Angical. Nesse período a organização foi estabelecida por “grupos de famílias” que eram constituídos conforme a região de onde originava cada pessoa. Cada um dos grupos tinha um coordenador e uma coordenadora, e os demais membros eram designados para equipes e setores organizativos do acampamento (gênero, liturgia, saúde, educação, cultura, comunicação, finança, alimentação, segurança/disciplina, roça, higiene e produção).

No transcorrer do processo da primeira ocupação, já passados 20 dias, o acampamento recebeu o aviso de reintegração de posse da justiça. A reintegração resultou na saída do acampamento que estava localizado no interior da área e, conseqüentemente, as famílias foram obrigadas a montar seus barracos na estrada de acesso à fazenda. A partir de então, iniciou-se o processo de negociação, tanto com relação à área quanto à infraestrutura (alimentação, lona, remédios,

dentre outros), necessária para a manutenção de condições mínimas de sobrevivência dessas famílias.

A segunda ocupação ocorreu por volta de 120 dias após a primeira, mas desta vez o período foi menor, mediatizado por conflitos entre as famílias e a força policial que defendia “o grande patrimônio” (Fazenda Angical).

É importante ressaltar a sociabilidade que se formava no acampamento, fortalecida por diversos fatores, dentre eles as festas realizadas pelas famílias. As Festas do 17 de Abril eram as mais famosas da região por apresentarem aspectos culturais diferentes, que alimentavam o imaginário social e coletivo do acampamento. Nessas festas eram apresentadas místicas de abertura, teatro, bailes e jogos de futebol. Em meio a essas atividades surgiu o Grupo de Cultura Utopia, que era responsável por várias atividades ligadas à identidade cultural tanto das famílias acampadas como também do MST.

[...] Mas a mística está nos acordes que amedrontam as cercas, nas vozes que abrem as porteiras para a vida, nos poemas declamados por bocas trêmulas, nas bandeiras e consciências que se erguem contra as injustiças. Ela é a própria participação popular nas marchas, nos confrontos com a polícia, nas reivindicações pela justiça e pelo pão. É o vigor da mística que alimenta os sonhos e guarda as sementes para semearmos o futuro das próximas gerações [...]. (Rogério Augusto Pinto, 2002).

As comemorações de final do ano eram outras datas significativas, segundo as famílias. O acampamento era organizado em regime fechado, o que significava que as famílias só poderiam sair diante de uma programação realizada por elas próprias em coletivo. Sendo assim, elas se reuniam para o debate sobre problemas internos, bem como faziam a escala de saída (trabalho e visitas) garantindo que 50% das pessoas ficassem dentro do acampamento. Em datas como Natal e Ano Novo também faziam um revezamento para contemplar todas as famílias sem

deixar o acampamento vazio e desprotegido. A assentada Aguinolina relembra como funcionava o regime fechado em relação às saídas.

A gente saía para trabalhar ou visitar a família, ficava quinze, aí tinha que voltar no dia certo pro outros saí. Se não voltasse no dia certo tinha que pagar pena (definida pelas famílias do grupo). Teve um monte de gente que tinha que cavar buraco de fossa, fazer segurança nas noites na guarita do acampamento e outras coisas. (Aguinolina, 2011).

Nessas ocasiões eram realizadas comemorações coletivas com apresentações teatrais coordenadas pelo Grupo de Cultura Utopia, para as famílias que ficavam no acampamento.

No que diz respeito ao debate sobre a produção no acampamento, eram realizados cursos teóricos e práticos, e nessa época as famílias “sonhavam o sonho” e “viviam a cooperação”. Elas plantavam os alimentos (hortaliças, milho, feijão, mandioca, legumes, dentre outros), que eram divididos e distribuídos coletivamente; e os sonhos fortaleciam a resistência para o enfrentamento à violência, ao frio e à falta de infraestrutura.

No início do ano de 2001 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) informou às famílias sobre a existência de uma grande área no Município de Nova Andradina denominada fazenda Teijin, que seria destinada às famílias, e no máximo em seis meses as mesmas seriam assentadas. A fazenda Teijin “era” terra da União que fora doada para o grupo Teijin.

Neste sentido, as famílias direcionaram a “luta” para essa área, e com elas outros grupos seguiram “marchando em fileiras”. Nesse sentido, a mística sempre foi fundamental para revigorar os sonhos e a força que motiva as pessoas. Para as famílias ela não é simplesmente uma apresentação com encenações teatrais, mas significa a força que faz com que a luta continue e as pessoas busquem objetivos comuns que as satisfaçam, o que sozinhas/os seria impossível conquistar. A foto a

seguir retrata uma mística apresentada pelas/os acampadas/os do “17 de Abril” no Encontro Estadual do MST/MS de 2001, que enfatizava a luta das famílias e a importância da unidade das mesmas para atingir seus objetivos.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

Ocupar a Teijin: a ampliação das famílias e da força coletiva

A partir do 2^a semestre de 2001 a fazenda Teijin passa a ser foco de luta de acampamentos que se deslocavam de outros municípios, dentre eles os acampadas/os sob a liderança da Federação de Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI). Aproximadamente 48 famílias do acampamento “Vinte de Janeiro”, do município de Batayporã, passaram a integrar o MST por decisão própria, e se mudaram para a frente da fazenda Teijin.

Localizada no entroncamento das rodovias BR 267 e MS 134, em Nova Andradina (MS), a área de 28.497 hectares foi considerada improdutiva pela vistoria realizada pelo Incra no ano de 2000. Decreto Presidencial de 05 de outubro de 2001 declarou o imóvel

como de interesse social para fins de reforma agrária. No ano seguinte, o Incra fez o depósito em juízo do valor da indenização. [...] Dentro da legalidade e obedecendo a um cronograma, o Incra implantou o assentamento. Para a autarquia fundiária, a Fazenda Teijin não existe mais desde 26 de julho de 2002, quando o Projeto de Assentamento 17 de Abril foi criado oficialmente e destinado às 1.120 famílias de trabalhadores rurais. (INCRA, 2007).

O INCRA apresentou laudo técnico caracterizando a fazenda Teijin como latifúndio improdutivo, por não cumprir a função social da terra. Diante dessa constatação de baixa produtividade da atividade desenvolvida no período, que era a bovinocultura de corte, o ex-proprietário entrou com recurso junto ao Ministério Público, alegando que a propriedade era inviável para a reforma agrária na perspectiva da produção agrícola, de acordo com as limitações químicas, físicas e biológicas do solo, e diante da caracterização da área que culminou em processo jurídico. Assim, perpassaram 18 liminares até a efetivação da desapropriação da área em assentamento, após longos quatro anos de espera das famílias de 2002³ a 2006⁴.

As famílias permaneceram na área, pela sinalização positiva do INCRA e principalmente por acreditarem que a pecuária faz parte de um campo da agricultura. As famílias tinham certeza que poderiam estruturar um projeto de criação de gado de corte, bem como de produção de leite, levando em consideração que a produção depende de vários fatores, como ambiente, clima, solo, mercado, dentre outros.

Outro acampamento, “Chico Mendes”, localizado no município de Novo Horizonte do Sul, na fazenda Dois Irmãos, também se mudou no final do ano de 2001 para a beira da estrada junto ao acampamento “Vinte de Janeiro”, somando aproximadamente 152 famílias. E, por fim,

3 Portaria de criação do Assentamento Teijin é datada de 26 de julho de 2002.

4 Autorização para as famílias ocuparem os lotes no P.A. Teijin é datada de 20 de junho de 2006.

chegou o acampamento 17 de Abril, no início do ano de 2002, com aproximadamente 480 famílias.

Dessa forma, os três acampamentos agregaram-se, formando apenas um acampamento e ampliando o número de famílias para cerca de 680. Por decisão de todas as famílias, o acampamento seria chamado de 17 de Abril, deliberação que definiu posteriormente o nome do assentamento, hoje também 17 de Abril.

Nessa época as famílias passaram por muitas dificuldades, e uma das mais complexas de resolver estava relacionada à água. Não havia poço ou rio próximo ao acampamento, nem possibilidade de furar poços caseiros, pois seria necessário alcançar a profundidade para além de cem metros. Sendo assim, as pessoas dependiam do abastecimento de água da prefeitura com caminhões pipas, muitas famílias chegavam a buscar água a mais ou menos cinco quilômetros de distância do acampamento.

Além disso, as famílias ainda enfrentavam o preconceito e o desprezo por uma parte da população e do poder público. Mesmo diante de um acampamento com cerca de 680 famílias, ao longo de um quilômetro e meio à beira da estrada, não houve interesse ou atenção do governo municipal para com o grupo. O prefeito de Nova Andradina declarou à imprensa que não queria “Sem Terra” na cidade dele, porém as famílias estavam decididas a lutar até o “fim”, ou melhor, diziam lutar pelo início de uma vida digna. Assim sendo, ocorriam mobilizações constantes, importantes para visibilizar o acampamento, a exclusão e os desafios enfrentados pelas famílias.

Em 2002 o MST e outros movimentos sociais fizeram uma organização coletiva para a campanha contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), apoiados pelo Grupo de Cultura Utopia, do acampamento 17 de Abril que realizou uma “Rodada da Cultura”. O grupo passou por 32 escolas em nove municípios para apresentar a peça “Alcapeta”, que enfocava os temas sobre Transgênicos, ALCA, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial de Comércio

(OMC) e assim por diante, acompanhando o período de realização do plebiscito contra a ALCA no Brasil.

No ano de 2003 as famílias passaram por vários conflitos, mobilizações e reuniões, e iniciaram também os debates sobre o modelo de assentamento. E em 2004 o MST iniciou o processo para a organização dos acampamentos que refletiria nos futuros assentamentos. Era denominada a “Nova Organicidade do MST”. Esse novo processo foi pensado e implementado nos acampamentos e assentamentos com o objetivo de melhorar a distribuição de tarefas, a participação das famílias, o fluxo de informação e também para que as famílias pudessem debater e formar grupos a partir de afinidade (tanto como vizinhos como para possíveis projetos coletivos).

A Nova Organicidade do MST foi estabelecida em âmbito nacional, tendo como base a formação de grupos de cerca de 500 famílias denominada Brigada, tendo dois dirigentes (um homem e uma mulher). Desse total, foram formadas cerca de 10 comunidades de 50 famílias com duas/dois coordenadoras/ES (um homem e uma mulher). Cada Comunidade formou cinco Núcleos de Base (NBs) de 10 famílias com duas/dois coordenadoras/es (um homem e uma mulher), e dentro dos NBs também existia distribuição dos cargos das equipes.

Neste sentido, o acampamento 17 de Abril passou por um momento de desconstituição das estruturas organizativas, as instâncias foram destituídas para que as famílias formassem seus Núcleos de Bases e Comunidades conforme afinidade e parentesco. O processo foi impulsionado pela possibilidade de conquista do assentamento ainda no ano de 2004, Na verdade, como diziam as famílias, “desde o ano de 2001, a terra estava por sair”.

Em 2005, o acampamento 17 de Abril participou da Marcha Nacional do MST, de Goiânia (GO) a Brasília (DF), durante 17 dias, percorrendo 200 km, com a participação expressiva do Grupo Utopia. Ele contribuiu na confecção de grandes bonecos a serem utilizados nas apresentações de peças teatrais durante todo o percurso, bem como na organização dos grupos e nas apresentações culturais durante a Marcha.

Não seria possível a saída de todas as famílias do acampamento, então, aquelas que ficaram responsabilizaram-se por cuidar dos pertences das pessoas que foram para a Marcha, e do acampamento como um todo. Neste mesmo ano de 2005 o acampamento ocupou a fazenda Teijin, as famílias saíram das margens (em frente à porteira da fazenda) e foram para o centro da área, visibilizando mais uma vez a “centralidade da luta por essa terra”.

Mais um exemplo da força do coletivo para a manutenção da organização e alimentação do sonho de conquista da terra. As famílias compreenderam que não bastava apenas ficarem em acampamentos à beira das rodovias. O objetivo era pressionar o Estado que demonstrava morosidade e ingerência com relação ao direito dos povos do campo a terra. A esperança apenas não bastava, era preciso convicção e luta constante.

A fotografia a seguir foi tirada em 2003 em uma assembleia com as famílias em frente à porteira da fazenda Teijin, com a presença do Dr. Charles⁵, de funcionários do INCRA e de coordenadores do MST/MS, que estavam presentes para debater a situação das famílias que permaneciam acampadas na frente da fazenda.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

⁵ Procurador da República que exercia função no Mato Grosso do Sul nesse ano de 2003.

A resistência das/os assentadas/os

Apesar da autorização da Justiça Federal para a entrada das famílias na fazenda Teijin em 2004, os ex-proprietários desobedeciam às ordens judiciais e não retiravam suas estruturas da área destinada à reforma agrária. As famílias aguardaram cerca de um ano, mas cansadas de esperar e cientes de seus direitos (autorizadas a ocupar), decidiram entrar no latifúndio cumprindo apenas a determinação.

Em 2004, uma medida concedida pela Justiça Federal de Dourados (MS) autorizou o Incra a transferir as famílias acampadas na rodovia BR-134 para o imóvel, já transformado em Projeto de Assentamento. Apesar dos sucessivos pedidos de desocupação expedidos pela Justiça (inclusive com instauração de multa de R\$ 1.000), a expropriada – Teijin – vinha se recusando a cumprir ordem judicial de retirada de seus pertences, incluindo todo o rebanho bovino (INCRA, 2007).

O acampamento se estruturou em um local estratégico, próximo ao poço de água e à escola que pertenciam à fazenda, e assim as famílias teriam melhor acesso à água. As/os acampadas/os analisaram que dentro da fazenda seria mais seguro para as famílias do que as margens da rodovia. No entanto, mesmo com a posse da fazenda, o acampamento recebia ameaças da segurança privada e da polícia quando os proprietários perdiam a posse da fazenda. Foram “derrubadas” 12 liminares até essa época pelas famílias.

O processo da “Nova Organicidade” continuava “animado”, incentivado pela recente condição das famílias, então acampadas na terra e com a posse da mesma. Porém, ainda não havia condições de ocupar os lotes devido à falta de liberação ambiental, de definição das estradas e de disponibilização de água.

Em 2005 as famílias estavam muito animadas. A Marcha havia deixado muitas conquistas, inclusive uma escola-polo para o

futuro assentamento 17 de Abril, e o INCRA estava cadastrando as/os acampadas/os para a transferência e posse da terra. As famílias preparavam a festa de entrega oficial dos lotes. Mas infelizmente a festa não ocorreu, novamente, pois os proprietários antigos recuperaram a propriedade.

Entretanto, a persistência e a luta estavam, e ainda estão vivas na memória de muitas pessoas, condição incentivadora da permanência desde a primeira ocupação. As famílias, aos poucos, conquistaram autonomia, reconhecimento e qualidade de vida. Segundo um dos assentados, “o que atrapalha a luta é a demora em sair a terra e os créditos, mas depois vale a pena”. E acrescenta:

[...] Hoje temos cinco anos de assentados, hoje eu me sinto mais valorizado, pois a conquista da terra me trouxe melhor expectativa de vida, tenho moradia, trabalho, sou reconhecido pela sociedade local que me vê como pessoa importante para o desenvolvimento socioeconômico da região. (Valdemir Joaquim de Oliveira, 2011).

Alguns núcleos familiares recordam-se que mesmo à beira da rodovia por mais tempo que o previsto, muitos resistiram à falta de decisão sobre a terra (Teijin), e conservaram, ao menos, uma “pequena horta” que tinha muito valor cultural e também econômico. Todavia, outros desistiram ou foram assentados em distintas áreas que surgiram, como, por exemplo, a fazenda Itamaraty (Ponta Porã), que foi liberada um pouco antes da Teijin e tinha vagas disponíveis (lotes).⁶

No dia 17 de abril de 2006, o acampamento completou sete anos de luta, mesmo não tendo a definição da fazenda Teijin como área de reforma agrária. As famílias estavam mais confiantes, pois a “autarquia fundiária considerava inexistente o latifúndio Teijin a partir de 26 de julho de 2002”. No entanto, só no dia 23 de junho de 2006 a área foi

⁶ Realizou-se um sorteio dessas vagas com pessoas que optaram por ir para o assentamento, hoje chamado Conquista na Fronteira, sob a liderança do MST (Itamaraty I).

entregue definitivamente às famílias. Um dos fatos mais importantes para reforçar a memória da luta pela conquista da terra para moradia: “o Assentamento oficial”.

A imagem, feita em 2009, retrata uma família orgulhosa de sua produção após 3 anos da consolidação do assentamento, pois a roça farta é de alimentos saudáveis, sendo que tudo que eles produziram até a data da foto foi de forma orgânica, demonstrando realmente qual é a capacidade de resistência das famílias tanto com relação ao cultivo como também com relação à saúde e ao bem estar da família que vive naquele ambiente.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

Produzir: alimentos e esperanças...

A formação efetiva do assentamento 17 de abril aconteceu no dia 23 de junho de 2006, com a entrega dos lotes às famílias, já que as próprias famílias haviam se reunido e realizado o sorteio dos lotes nos NBs. O sorteio não ocorreu através do INCRA, procedimento comum, sendo que este órgão apenas ratificou a ação das famílias.

Chegar aos lotes não eliminou os obstáculos, principalmente em relação à água, pois a instalação ainda estava em andamento e a ausência de estradas dificultava o deslocamento das famílias que ocorria através dos antigos travessões da fazenda.

Mesmo diante de tais problemas, a mudança para os lotes ocorreu, e de modo estratégico para evitar o risco das famílias perderem a posse da terra. Esse foi um período muito difícil para elas, que andavam mais de 20 quilômetros, muitas vezes no meio do mato, a fim de deslocarem-se para o ponto de acesso ao transporte até a cidade ou para as reuniões de organização do assentamento.

Uma decisão relevante tomada pelas famílias, que retrata uma forma de cooperação e organização exemplificada pelo Grupo Utopia, foi em relação ao nome do assentamento. Após a entrega da área e a consolidação da distribuição dos lotes, as famílias decidiram manter o nome “17 de abril” para o assentamento, tendo em vista a jornada de luta já desenvolvida pelo coletivo e também como simbolismo diante dos diversos episódios registrados na memória coletiva.

1ª- Memória ao massacre de Eldorado do Carajás no Pará em 17 de abril de 1996;

2ª- Data da 1ª ocupação, no município de Novo Horizonte do Sul - MS/1999;

3ª- Após o massacre (17 de abril), tornou-se o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Já no assentamento “17 de abril”, seria necessário viabilizar “a produção da vida no novo lugar”. Então as famílias se organizaram a partir das divisões de lotes efetivadas pelo INCRA, da seguinte forma: o assentamento tem uma área total de 11.915 ha. que se divide em área média de 25 ha. para 355 famílias (antigos: Chico Mendes, 20 de janeiro e 17 de abril) e 20 ha. para as 152 famílias de acampamentos mais novos do MST, “Airton Roque Vieira” (Novo Horizonte do Sul) e “Zumbi dos Palmares” (Ivinhema). A divisão foi um acordo entre as famílias e o INCRA. O quadro

a seguir evidencia, de forma simples, a organização do assentamento.

Quadro 1: Comunidades e números de famílias em cada uma.

Nome	N ^a Comunidade	N ^a Famílias
Conquista da Vitória	01	50
17 de Abril	02	50
Terra Viva	03	50
Santa Rosa	04	50
Canaã	05	50
Boa Sorte	06	50
Campo Verde	07	55
Renascer	08	60
Airton Roque Vieira	09	46
Boa Vista	10	46
Total	507	

Fonte: Dados disponibilizados pelos militantes e dirigentes do CEEPATEC.

Mesmo na terra, as dificuldades permaneciam. No início do ano de 2007, o maior desafio para as/os assentadas/os seria o de organizar a primeira festa do assentamento “17 de abril”, no sentido de comemorar um ano de assentamento e também angariar recursos para o 5^a Congresso Nacional do MST, que aconteceria em Brasília. A tarefa do Grupo Utopia era preparar a mística de abertura do 1^a Rodeio Camponês. O evento foi muito elogiado pelas famílias do local e da região. Registrado em muitas memórias, atualmente é lembrado com entusiasmo pelas/os assentadas/os, que solicitam a realização de outra festa com mística de abertura, com receptividade, sem brigas, com versos de rodeio sem preconceito, uma festa onde as pessoas se sintam bem.

No 5 Congresso Nacional do MST (junho de 2007), houve também a participação de famílias do assentamento “17 de Abril”.

O Grupo Utopia ficou responsável pela coordenação das atividades culturais do MST/MS, juntamente com os demais estados do Centro Oeste (mística de abertura, apresentação de teatro e organização das noites culturais). A atividade foi relevante e contou com a participação da juventude que chamou a atenção do MST.

No decorrer de todo aquele ano, as famílias seguiram nas mobilizações devido à morosidade dos órgãos públicos responsáveis em encaminhar os processos relacionados à reforma agrária. No final de 2007 e início de 2008, as famílias tiveram acesso ao *Crédito Fomento* e começaram a organização de produção para subsistência. Porém, segundo as famílias, o processo é moroso e ineficiente, de forma que até hoje há assentados acessando esse crédito. As explicações às famílias vão desde documentos perdidos à ausência de funcionários, dentre outros.

No ano de 2008, ocorreu um fato que indignou as famílias (que estavam assinando os documentos para o início do processo de construção das casas): o embargo do Ministério Público Federal (MPF) envolvendo cerca de 60 famílias, pois a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA) alegava que as famílias estavam assentadas em áreas de reserva ambiental. O questionamento dos assentados era: A SEMA e o INCRA são instituições do Estado, como podiam se contradizer assim? As famílias estavam nos lotes que foram vistoriados e concedidos a elas por esses órgãos estaduais em comum acordo.⁷ Diante desse episódio, a vida das famílias ficou ainda mais difícil, impedindo os processos para a organização do assentamento (acesso a crédito e recebimento dos materiais para a construção da casa) por mais um ano, mesmo assim elas continuaram resistindo.

Em 2009, após três anos de assentamento, as famílias começaram a acessar o Crédito Habitacional, que fora liberado em duas etapas de construção devido ao número de moradias e à quantidade de materiais, visto que outros assentamentos estavam também construindo casas,

⁷ Afirmações registradas a partir das entrevistas.

assim, a demanda era grande (em relação à entrega de materiais por parte das empresas). O processo de organização da construção de casas do assentamento era e é gerenciado por um grupo representante das famílias que leva em consideração a composição dos espaços sociais, físicos e políticos do lugar.

Em meio ao processo de construção das casas, em 2009, aconteceu a Marcha Estadual do MST/MS, sendo que o Assentamento 17 de Abril participou sempre com o apoio do grupo Utopia nas atividades culturais, de formação e na coordenação do processo. A Marcha tornou-se um símbolo de resistência das famílias assentadas, pois era uma das primeiras vezes que se contava com um número significativo de assentadas/os. Em seguida, ocorreram outras atividades também com esse caráter de mobilização e questionamento.

Nos anos recentes, de 2010 e 2011, as famílias do assentamento 17 de Abril estavam envolvidas na construção das casas, que não era diferente dos outros, pois os processos gerenciados pelo Estado continuam ocorrendo de modo lento e, muitas vezes, essas etapas são demasiadamente dolorosas por causa da morosidade. Desde o ano de 2009 algumas famílias já estavam acessando o crédito habitação, boa parte acabara as casas e já estavam acessando o crédito PRONAF a partir de 2011. Mas ainda há muitas que estão esperando as liberações do restante dos materiais para “construir” e outras para “acabar” a construção da casa.

O tempo passa, e somente após cinco anos de assentamento que o crédito PRONAF passa a ser usufruído pela maioria das famílias do assentamento, no entanto ele só é liberado para quem já construiu a casa. Sendo assim, ainda há famílias sem casa, sem energia, sem crédito no assentamento, não pela falta de esforço e luta das famílias, mas pela ineficiência do Estado.

Muitas/os assentadas/os continuam com o compromisso de tornar a terra não somente produtiva, mas que o assentamento seja

“o lugar” das famílias para viverem de forma digna, com produção diversificada, de qualidade e rentável, contribuindo, assim, para o projeto de construção de um sistema de autogestão pelas/os trabalhadoras/es.

Nesse sistema almejado pelas famílias do Assentamento 17 de Abril, os esforços das/dos trabalhadoras/es se direcionam à conquista de resultados através da capacidade de organização, autogestão e ação cooperada, de modo a dignificar a vida no campo e produzir, realmente, a existência satisfatória em sua opção de vida na terra. Como salientam Palmeira e Leite (1998),

Os assentamentos não só geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também transformaram em maior ou menor medida as relações de poder local. [...], a luta pela terra altera o modo de vida e a consciência dos que nela se envolveram, o mesmo pode se dizer do espaço onde o assentamento se insere. (PALMEIRA e LEITE, 1998, p. 146).

Por fim, é necessário destacar as conquistas no campo da educação, tão caras aos povos do campo e aos grupos em condições sociais e econômicas vulneráveis e, acompanhando os autores citados anteriormente, também tem influência na formação política das pessoas e nas relações de poder. Foram também conquistas relevantes para assentadas/os e movimentos sociais no Estado de Mato Grosso do Sul e em outros do Brasil.

No ano de 2008, houve o vestibular para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, criado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados, que conta com a participação de duas pessoas do assentamento. Em 2009, ocorreu o vestibular para o curso de Ciências da Natureza e Matemática, no estado do Paraná, com a participação de uma pessoa. No ano de 2010, aconteceu outro vestibular para o curso de Veterinária na Universidade Federal de Pelotas-RS, com o objetivo de completar as vagas ociosas do processo ocorrido em 2007, isso

porque, devido à protelação do início do curso e por motivos variados, algumas pessoas desistiram. O assentamento 17 de Abril teve como saldo, dois assentados que passaram no vestibular.

Após o resultado do vestibular, o curso se iniciou em 2011, corroborando para as conquistas das famílias do MST, e sendo o primeiro curso de Medicina Veterinária para assentadas/os da Reforma Agrária, com o intuito principal de melhorar as condições de vida nos assentamentos, aplicando conhecimentos técnicos que garantam “o bem estar animal e humano”. Segundo o assentado Valdemir, essa conquista é importante para o assentamento 17 de Abril, pois “[...] o ensino superior pode surtir efeitos futuros porque alguns jovens ao concluí-lo buscam se formar em disciplinas voltadas para as necessidades do campo.”

As famílias, por sua vez, estão desenvolvendo atividades na área a partir do processo de organização do assentamento que leva em consideração a composição dos espaços físicos e políticos do mesmo, com a contribuição de militantes do MST que, muitas vezes, deixam seus lotes individuais para buscar alternativas de desenvolvimento para o conjunto das famílias. A imagem a seguir refere-se a um desfile em que as crianças participaram representando o assentamento “17 de Abril” e a luta pela reforma agrária. Esse desfile aconteceu em 2003 e foi organizado por professores e coordenadores das escolas de Nova Casa Verde juntamente com a escola do Assentamento 17 de Abril.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

Assentamento 17 de Abril: entre o sonho e a realidade na ressignificação das identidades camponesas

Inicialmente, quando o MST surgiu, especificamente na década de 1980, as/os trabalhadoras/es do campo tinham um perfil de camponesas/es, realmente dominavam em alto nível os conhecimentos em relação à agricultura e tinham o controle sobre a produção e o trabalho familiar. Atualmente, boa parte das/os assentadas/os é de origem urbana, “desprovida” de saberes com relação ao trabalho no campo. O assentamento 17 de Abril não está distante desse contexto. No entanto, é possível perceber nas famílias assentadas a raiz camponesa, mesmo nas que apresentam valores e modos de vida mais urbanizados.

Segundo a professora Rosimeire, a raiz camponesa está dentro de cada pessoa que tem origem da “labuta com a terra”. A/o camponesa/ês também acompanha as transformações tecnológicas e, assim como as pessoas que vivem em espaços urbanos, não conseguem lidar muito bem com as alienações do capital, recebem influências e internalizam comportamentos dominantes impostos por determinados grupos. O resultado desse processo de alienação pode ser a degradação do valor cultural, da ética e moral camponesas.

Este ponto é fundamental para a compreensão da crítica que fazemos a campesinidade e a consequente proposta de sua substituição pelo conceito bourdiano de *habitus* para entender a (re)criação camponesa. Ou seja, como o *habitus* tem seu alicerce na teoria da prática é possível pensar tanto a dimensão da permanência como da mudança obedecendo uma mesma lógica, qual seja, a de adaptar-se aos acontecimentos e situações. Situação inversa da campesinidade que da forma como é proposta não permite esclarecer como se dá o novo. (ALMEIDA, 2006, p. 98-99)

O direcionamento das políticas públicas implantadas na agricultura modifica a cultura das/os trabalhadoras/es do campo, suscitando ambiguidades, dificuldades e conflitos distintos, isso porque

não corresponde ao seu modo de vida e necessidades, principalmente de “lida” com a terra, que, na maioria dos casos, está preparada para a criação de gado. Percebemos que o processo de formação e aprendizagem, ocorrido no período de acampamento (7 anos) e assentamento (5 anos), é insuficiente para elevar o nível de consciência das/os trabalhadoras/es. Contudo, acreditamos que uma das formas de “luta concreta”, por meio das quais acumulamos força em vários sentidos, é a Reforma Agrária consolidada no assentamento, ou seja, “tornar a terra produtiva”.

No entanto, tal percepção é viável para quem tem “os pés no chão”, pois o sistema capitalista continua dominando as relações sociais. Mesmo conquistando a terra para trabalhar e produzir para o autossustento, as famílias internalizam a influência desse modelo e são orientadas pelas pseudonecessidades do Capital.

Ausência de referência temporal ou acronia: os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros; surgem como pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências; existem enquanto forem objetos de transmissão e deixam de existir se não forem transmitidos. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanecer o espetáculo de sua transmissão. (CHAUI, 2012).

Essa dicotomia aflora com maior intensidade na passagem do acampamento para o assentamento, isso porque são espaços-tempos diferenciados e orientados por necessidades e expectativas diferentes. A/o assentada/o lembra da época de acampamento como um aprendizado sobre a convivência coletiva, bem como da importância da unidade na luta.

O acampamento para nós era um espaço de vida e de concentração de forças. Eram mais de quatrocentas famílias e todas se conheciam e se respeitavam, aprendemos muito vivendo em comunidade, principalmente sobre a importância da união para vencer os obstáculos impostos pelo capitalismo (Valdemir Joaquim de Oliveira, 2011).

É possível perceber que quando as pessoas estão em um acampamento, parecem estar excluídas da sociedade, é como se perdessem de vista a ordem e as regras da sociedade individualista, inclusive, as de “cada um por si”, constantes no cotidiano fora da organização do acampamento. O tempo do acampamento passa a ser regido por reciprocidade, proximidade e diálogo entre as famílias, principalmente para sua manutenção e continuidade diante de muitas adversidades, violências e, especialmente, de tempos longos de espera.

No assentamento, é difícil começar essa vida nova “de cercas e pequenas propriedades”, pois retornam orientações individuais que pautavam as relações anteriores. Até hoje, muitas famílias dizem que, apesar do sofrimento, “os anos de barraco foram os melhores de sua vida”. Valdemir se recorda do acampado como uma época de sofrimento, mas de muito aprendizado coletivo. Por isso, afirma-se que o assentamento também é resultado de uma subjetivação. Como destaca Farias:

A partir de componentes da memória, da experiência, do projeto familiar, bem como de expressões originadas da luta pela terra, no período de permanência no acampamento, quando enfrentaram a necessidade de mudanças de vida e na chegada ao assentamento. Trata-se de um processo constante na sua inconstância. (2008, p. 194).

Então, nesse novo tempo e lugar de “constante resistência na sua própria inconstância”, as famílias vivem a ambiguidade de se submeterem novamente às regras da sociedade capitalista, ressurgem os valores individualistas e produtivistas. As cercas parecem facilitar a escolha do “caminho que parece melhor”, o do individualismo, e da troca de favores; uma “padronização” que parece ocorrer de forma “voluntária obrigatória”.

O princípio da reciprocidade, como já mencionado, foi muito forte no período de acampamento, mas não é fácil manter a organização coletiva e democrática no assentamento 17 de Abril diante da estrutura

capitalista, mesmo sendo liderado por um movimento social ativo e “agressivo politicamente” como o MST, que lutou junto para o alcance desse “sonho” comum.

Não obstante, de certa maneira, quem tem maior ligação com a “terra”, como disse Almeida (2006), tem a “raiz camponesa dentro de si”, e ainda consegue conservar este princípio, que, com certeza, poderá levá-los a perspectivas futuras significantes e positivas sob o ponto de vista da cooperação dentro do assentamento 17 de Abril.

As perspectivas estão ainda distantes, uma vez que a cooperação do trabalho, terra e capital não foi suficiente para avançar de modo que pudéssemos acumular força e resistir ao modelo agrícola atual. A cooperação que fazemos é simplificada e muito pequena diante do desafio que temos, embora possa desenvolver o papel embrionário a cooperação perpassa pela industrialização. Esta estrutura que está colocada pelo capital privado nos torna simples produtores de matéria prima, e precisamos dar passos nesta direção e de braços em braços formar correntes solidárias a quebrar preconceito na afirmação de relações humanamente verdadeiras, onde pensar diferente não pode ser entendido como crime. (Garganta de Ouro, 2011).

Outro fator a ressaltar, na direção das afirmações do assentado Garganta: “de braços em braços formar correntes solidárias e quebrar preconceitos”, é a participação das mulheres nas atividades de organização e reuniões comunitárias do assentamento. Apesar da presença masculina mais assídua, as mulheres estão ocupando lugares decisórios imprescindíveis e parecem transformar as relações, incentivam a “afirmação de relações humanamente verdadeiras”, segundo Garganta de Ouro. A foto apresenta mulheres e homens em reunião ainda no acampamento debatendo sobre a participação da mulher nas atividades. Essa foto foi tirada pelo setor de cultura no ano de 2004, no momento em que elas estão falando um “grito de ordem”.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

As mulheres têm papel fundamental desde a época do acampamento até os dias de hoje, principalmente na produção. Atuam cotidianamente em seus lotes, desde trabalhos ligados à produção (leite, horta, roças, dentre outras) até aos trabalhos domésticos. Em muitos casos, os homens vão trabalhar fora do lote e as mulheres são responsáveis por toda a organização do sítio e da família.

Funcionamento das instituições do Estado e do MST no Assentamento 17 de Abril

Atualmente, o Assentamento 17 de Abril ainda funciona com 10 (dez) comunidades, totalizando 507 famílias, cada uma com pelo menos 1 coordenador que participa das reuniões, e é responsável em levar informações para suas comunidades. Elas têm 1 ha. de terra como área social para construir estruturas coletivas, como igrejas, barracões de festa, campo de futebol, sendo que muitas já se estruturaram neste sentido. Como demonstram Palmeira e Leite (1998):

A constituição do assentamento inaugura uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção etc.) e reflexos, às quais se soma, às vezes disputando com outras comunidades locais, potencialmente não beneficiadas por nenhuma atenção pública especial. Em outros casos ainda é a presença do assentamento que inaugura novos processos reivindicatórios. (1998, p. 147).

Os assuntos mais discutidos nas reuniões demonstram essa “dinâmica de demandas” e dizem respeito à água, ao financiamento e créditos atrasados, habitação, transporte escolar, energia e cultivo. São temas diretamente relacionados ao cotidiano das famílias e geram insatisfações porque não são correspondidos enquanto direitos sociais por meio de políticas públicas, tanto que o assentamento 17 de Abril não possui nenhum serviço de saúde, e o hospital mais próximo fica a 58 km do assentamento.

Quanto à educação, o assentamento 17 de Abril contava com uma escola que oferecia de 1^a ao 5^a ano do ensino fundamental, e as aulas eram ministradas por alguns educadores/as militantes do MST, valorizados/as e reconhecidos/as pelos/as educandos/as como os “professores do Movimento”, além de serem assentados/as no 17 de Abril, viverem a mesma realidade das famílias e dos/as educandos/as.

Atualmente, a escola oferece apenas Educação Infantil e o 1^a ano do Ensino Fundamental, porém o quadro mudou, as aulas são ministradas por educadores/as contratados/as pela prefeitura que vivenciam uma realidade diferente daquela vivida no assentamento. A escola é uma extensão de uma escola municipal da cidade, denominada Luis Cláudio Josué. Para os/as assentados/as funciona como a escola do Assentamento 17 de Abril, porém não é como na época de acampamento, quando a educação era voltada ao campo e para o campo, como salienta Valdemir:

A educação voltada para o campo é ferramenta indispensável na fixação e manutenção dos trabalhadores na terra uma vez que ela

deve atuar sem fugir as origens das comunidades rurais ajudando o sujeito a compreender o seu papel na sociedade para que assim possa interferir ajudando a transformá-la para melhor. (Valdemir Joaquim de Oliveira, 2011).

Com essa mudança, não se nota muita diferença do ensino convencional ministrado na cidade, a não ser o direito da criança de estudar próximo de sua casa. As famílias não participam da educação dos filhos e filhas na escola. Esta continua sendo uma estrutura padronizada, como a educação bancária questionada por Paulo Freire, na qual os/as professores/as transmitem a informação e os/as alunos/as recebem de forma passiva e acrítica.

Uma das propostas do CEEPATEC com relação à educação era a construção de uma escola-polo no assentamento. Para isso, as áreas foram reservadas e destinadas quando o assentamento foi organizado espacialmente. O projeto foi aprovado, porém a escola foi construída em um bairro rural de Nova Andradina, Nova Casa Verde, assim, “o sonho da escola do campo no campo” se perdeu nos caminhos tortuosos e oportunistas político-partidários.

O acesso a meios de transporte é outro desafio para famílias. O mais comum é a motocicleta. Há aquelas que ainda dependem de carroças ou de uma simples bicicleta. Para movimentações até o centro urbano mais próximo, as/os assentadas/os usufruem do transporte escolar, uma contribuição proeminente para a locomoção de certas pessoas dentro e até fora do assentamento.

Com relação ao uso de tecnologias, poucas famílias têm acesso à internet, muitas possuem a telefonia celular; e grande parte já possui a energia elétrica (aproximadamente 400 moradias). Contudo, há outras que não usufruem de energia elétrica por não terem suas casas de alvenaria prontas (na casa que não é de alvenaria não é instalada a energia). A maioria possui televisão, máquina de lavar roupa e geladeira, aquelas que ainda não adquiriram é por falta de energia em casa ou por obterem renda insuficiente para a aquisição de bens duráveis.

As/os coordenadoras/es de Comunidade são voluntárias/os que disponibilizam seu tempo ao coletivo, mas, muitas vezes, são cobradas/os e chamadas/os de “ladrões”, são vistas/os com desconfiança e não têm sua dedicação reconhecida. Segundo algumas famílias, o individualismo é cada vez mais acentuado, no que diz respeito à participação e organização coletiva. Essa condição gera dificuldades e obstáculos para as poucas pessoas que contribuem com um coletivo, que se apresenta omisso, diferentemente de todo um percurso construído para a conquista da terra. Porém, algumas/ns assentadas/os reconhecem a dedicação de militantes do MST, que, mesmo contribuindo “vinte e quatro horas”, estão aos poucos se organizando e produzindo para subsistência.

Com referência à permanência da juventude no campo, as/os jovens sempre declaram que não participam das decisões de família, e que há falta de oportunidade para adquirirem bens de consumo que a cidade “oferece”. O êxodo da juventude para o espaço urbano vem acontecendo, assim como em outros assentamentos. No entanto, percebe-se certa resistência de muitas/os jovens em ficar no campo. Esse esforço motiva o Centro de Formação do MST e a CEEPATEC a buscarem alternativas visando a adquirir qualidade de vida com relação às tecnologias.

No tocante ao aspecto religioso, verifica-se que as famílias do Assentamento 17 de Abril não frequentam muito os templos religiosos. Com o assentamento mais estruturado, as igrejas Católicas e Evangélicas começaram a atuar e a manifestar suas ideologias religiosas na localidade, e segundo o assentado Adelar era difícil na época de acampamento. As famílias não fazem uma análise crítica da época de acampamento, quando não havia quase nenhuma interferência das igrejas em suas vidas, já que as mesmas encontravam-se descapitalizadas.

Na questão econômica, a maioria das/os assentadas/os estabeleceu a produção de “gado de leite” como forma principal de sustentar a família. Segundos dados do IAGRO (2010), existem 15 mil animais no assentamento 17 de Abril e, segundo o laticínio da região, são

recolhidos em torno de 25 mil litros de leite diários. Há ainda animais de consumo, como galinha, porco, ovelha, cabrito, pato e, também, de trabalho: cachorros, gatos e equinos.

A Assistência Técnica do assentamento, até 2011, era de responsabilidade da AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), cujos técnicos atendiam em média 169 famílias cada (eram três profissionais no assentamento 17 de Abril), e a frequência das visitas era muito baixa, o que deixava as famílias muito descontentes com as ATES.

As festas mais tradicionais no Assentamento 17 de Abril são arraiais, quermesses, festas religiosas que acontecem geralmente dentro das comunidades, e na maioria desses momentos, também acontecem torneios de futebol, bingos, almoços e algumas apresentações teatrais do grupo Utopia. Durante o tempo de acampamento 17 de Abril, todo ano - durante sete anos - era realizada uma festa envolvendo todas as pessoas, e após a concretização do assentamento só foi possível uma única festa em cinco anos devido a algumas dificuldades do cotidiano, pois as pessoas que organizavam a mesma estão envolvidas na organização de documentos referentes à construção das casas e empenhadas em outras atividades que surgem no decorrer desse tempo, e também por causa de problemas judiciais, ambientais, estagnação dos recursos e demais fatores.

Com relação à “memória” da luta das famílias, é comum as/os assentadas/os relembrem as épocas anteriores através das festas, apresentações teatrais, rodas de tereré e conversas. O Grupo Utopia tem o maior acervo de fotos, gravações, além do assentado Nivaldo, que conserva todos os registros escritos dos acontecimentos desde o primeiro dia de acampamento até os dias atuais. Algumas famílias guardam fotos ou objetos como bandeiras, bonés, ferramentas, documentos particulares, painéis da época de acampamento, dentre outros. Alguns dizem que preferem esquecer e não querem cultivar memórias deste tempo.

Instituições como família, escola, igreja e organicidade do MST são imprescindíveis para o funcionamento e desenvolvimento

do assentamento 17 de Abril. Conforme algumas famílias, organização e unidade são fatores que contribuem para continuar enfrentando os desafios, e reinventando novas formas de resistência.

Às vezes, o desânimo pode tomar conta das/os assentadas/os devido à desistência (vendas e abandono de lotes), porém percebe-se ainda a resistência de muitas famílias para permanecerem vivas na luta. Essa resistência cotidiana é significativa, demonstrada, por exemplo, no esforço de alguns jovens do grupo Utopia, do assentamento 17 de Abril, que mesmo com dificuldades, constroem alternativas para continuar as atividades teatrais. A imagem, a seguir, foi registrada em 2010 e mostra que o Grupo Utopia cria peças teatrais que buscam demonstrar aos assentados que “trabalhar de empregado” tem muito mais desvantagens e geralmente eles são explorados. Nesse momento de ensaio, mostra-se o quanto as pessoas que vão trabalhar em usinas são exploradas e maltratadas tanto moral quanto verbalmente.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, acervo 2011.

Considerações finais: uma história em andamento

Um dos grandes desafios do assentamento 17 de Abril, assim como do MST, é construir estratégias para o questionamento

do sistema capitalista e das formas de manutenção de privilégios de determinados grupos sociais, como os grandes proprietários de terras. Mas, principalmente, demonstrar a partir de experiências e práticas, que a reforma agrária é necessária, não sendo apenas para a “divisão de terra”.

No início do assentamento, a maioria das famílias não conseguia garantir todas as suas necessidades de sobrevivência. Por isso, uma ou mais pessoas saíam para trabalhar em atividades externas ao lote com o objetivo de garantir o sustento dos familiares. Essa opção era gerada pela falta de incentivos financeiros e créditos, além da demora que causava conflitos e fragilizava estruturalmente tanto as famílias quanto o assentamento. Com o tempo, as pessoas se distanciaram dos valores de pertencimento ao campo. A vontade das famílias em realizar seu antigo objetivo de morar e de se autossustentarem no campo pôde perder-se pelo caminho devido às desilusões.

Quanto à organização coletiva do assentamento, as reuniões acontecem no CEEPATEC, sendo que as instâncias e o fórum de decisões ainda são as próprias famílias das comunidades, a Coordenação das Comunidades, a Direção Estadual, o Grupo gestor do CEEPATEC, que decidem coletivamente as opções para melhor desenvolvimento local. Nesse sentido, há uma preocupação para que os encaminhamentos e as reivindicações sigam o posicionamento da maioria, já que os temas são discutidos nas instâncias decisórias do assentamento, e contam com a participação das famílias que participam das estruturas organizativas.

O modelo de participação foi gestado desde o período da luta política no acampamento, e incentivou a cooperação como uma tentativa de construir um viver diferente, mesmo dentro do sistema vigente que fortalece o individualismo e a competitividade entre as pessoas. A maior parte das estruturas físicas e políticas foram adquiridas através da luta coletiva e de ações cooperadas. Porém, o sistema capitalista incentiva a competição e, em muitos casos, as pessoas não perceberam a importância do coletivo e da participação grupal, e assim, esqueceram-se da “conquista

coletiva” quando alcançaram os objetivos individuais, como a terra que desejavam.

É preciso demonstrar à sociedade que a reforma agrária é necessária, é importante, mesmo diante das contradições na sociedade capitalista. O MST é um movimento de famílias que luta para o cumprimento dos direitos humanos elencados na Constituição Brasileira, dentre eles, a concretização da reforma agrária, uma ferramenta para inclusão social com qualidade de vida e valorização das/os trabalhadoras/es rurais desse país.

Um dos sonhos comuns dessa/es lutadoras/es é o da “moradia digna”. A foto a seguir apresenta a realidade decorrida desde 2009, quando se iniciou a construção, até chegar à satisfação em pousar para foto na casa nova. A mesma vem a ser uma das concretizações do sonho que o acompanha desde a época de acampamento, que é o de conquistar uma vida digna.



Fonte: Equipe de mobilização da construção das casas do assentamento 17 de Abril-MST/MS, 2010.

Sendo assim, perguntamo-nos: porque, mesmo vivendo o processo de luta coletiva, não nos posicionamos e acabamos fazendo parte das “reformas” que o Estado oferece? Há um descenso da luta de massa e organizativa? Como não comprometer a forma de organização, as estratégias de ocupação e de formação de acampamentos? Como discutir sobre as alternativas de aquisição da terra, a vida nos assentamentos e as expectativas dos que ainda se encontram acampados “às margens

das rodovias e da sociedade”? São muitas perguntas e continuaremos buscando as respostas.

As imagens seguintes nos proporcionam a reflexão sobre a importância da “mística” e da luta coletiva que envolve muito mais que seres humanos, mas também a natureza, nossos símbolos, a cultura que podem “forjar o novo” através de nossas mãos.



Fonte: Setor de Cultura do MST/MS, 2002 a 2010.

Essas respostas serão encontradas coletivamente, diante das ambiguidades e desafios da “*luta pela terra*”, orientadas pelas necessidades concretas das famílias envolvidas na reforma agrária e por análises que, como esta, diagnosticam o pertencimento à terra, a presença da produção para subsistência e para o mercado interno (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 19), além do fortalecimento do *habitus camponês* em meio ao sistema capitalista que insiste em recuperar forças e manter-se hegemônico.

A relação do ser humano com a terra, que vigora no sistema capitalista, é apenas como “*valor de troca*”. Porém, as/os camponesas/es nos deixam perceber que “a terra” é tão essencial para continuidade da existência da vida, como é necessária uma nova consciência a respeito da lógica de produção de alimentos. É imprescindível que se priorize a “cadeia produtiva” como um todo e não só a humanidade, pois somos apenas uma parte que faz parte do todo. E o Assentamento “17 de Abril” resiste, assim, como outros assentamentos, em sonhar com esse “novo lugar”, mesmo diante das dificuldades. O questionamento e o

rompimento da cerca do latifúndio se dará através das/os trabalhadoras/es do “campo” que forjaram e continuam as contradições na “luta pela terra” aliadas/aos que ainda continuam trilhando os caminhos para o acesso a terra de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas/MS, maio 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <www.incra.gov.br>.

Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC). Disponível em: <<http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br>>. Acesso em 2012.

CHAUÍ, Marilena. PIG (*) produz culpas e condena sumariamente. *Programa Conversa Afiada*, de nove de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2012.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Assentamento Rural Sul Bonito em Itaquiraí-MS: o assentamento como lugar de reconhecimento do modo de vida. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

LINHARES, Maria Yed da; SILVA, Francisco Carlos da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista NERA - Reforma Agrária*, 2001.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In.: COSTA; Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et. al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

Fontes Orais

Adelar Belo. Entrevista realizada no assentamento 17 Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Adauto de Lima. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Aguinolina de Jesus. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Edinéia. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Garganta de Ouro. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Gildete. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Joel Fragoso de Melo. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Maria Aparecida Pego. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Nivaldo. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

Valdemir Joaquim de Oliveira. Entrevista realizada no assentamento 17 de Abril, 2011. Nova Andradina, MS.

PRODUÇÃO ESCRITA DAS CRIANÇAS DA EXTENSÃO PORTO DA MANGA, CORUMBÁ - MS: UMA EXPERIÊNCIA DE LETRAMENTO¹

Sonia Regina da Silva Tomichá

O presente trabalho pretende apresentar um relato de experiência de letramento, realizado em uma escola da Extensão Porto da Manga, localizada no município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Ao partilhar a realidade de uma escola, desde o momento em que os alunos encontram-se aliados dos processos de leitura e escrita até o momento em que se tornam escritores de suas histórias, relatam-se projetos, sonhos e convicções sobre o papel da educação na estruturação da criança como um sujeito de direitos.

As reflexões construídas, a partir do presente relato, encontram-se ancoradas em dois conceitos fundamentais para a educação de crianças nas séries iniciais: produção escrita e letramento. Embora haja diferentes concepções sobre estes conceitos e, como na maioria das definições conceituais em ciências humanas não há consenso em suas definições, pretende-se elencar algumas concepções que nortearão a prática da educadora.

A produção escrita inserida no contexto das artes possibilita às crianças a construção de sua identidade e autonomia. A partir de momentos prazerosos e lúdicos, a escrita vai além do simples fato do ler e escrever. Na produção de escrita, a criança é estimulada a viajar para

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação da Profa. Dra. Verônica Aparecida Pereira.

um mundo imaginário, um mundo de fantasia, inicialmente individual e, posteriormente, transmite aos demais os seus sentimentos em relação ao mundo e em relação a si.

De acordo com a teoria psicogenética, as crianças adquirem valores morais não só por internalizá-los ou observá-los do mundo externo, mas por construí-los interiormente, por meio da interação com o meio ambiente (PIAGET, 1977). Neste cenário, o educador precisa nortear sua prática pedagógica de modo a favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, relacionando a escrita a uma descoberta prazerosa.

O desenvolvimento da linguagem possibilita o acesso ao mundo simbólico, permitindo à criança maior expressividade e compreensão do mundo que a cerca. Por isso, a língua falada, seja oral ou gestual, gera condições de acessibilidade e participação social. Assim como a fala não representa todo o pensamento, a língua escrita poderá não representar fielmente a expressão do que se fala. A necessidade de produção escrita, para os adultos, surge como possibilidade de materialização da nossa história e cultura. Segundo Ferreiro (2002), a leitura e a escrita surgem a princípio como ofícios, inclusive, separados, visto que os escribas não eram leitores autorizados e o que controlava o comportamento do leitor era diferente daquele que escrevia. Para a criança, o desenvolvimento da leitura e da escrita deixa de ser compreendido como um ofício, mas uma obrigação: “Todos os problemas da alfabetização começaram quando se decidiu que escrever não era uma profissão, mas uma obrigação, e que ler não era marca de sabedoria, mas de cidadania” (FERREIRO, 2002, p.12).

Ainda nos primeiros anos de vida, mesmo antes de ir à escola, a criança já manifesta vontade de ler e de escrever, e isso pode ser percebido nas frequentes brincadeiras relacionadas a alunos e professores. É só colocar um lápis e um papel em suas mãos que a criança começa a fazer rabiscos ou quando pega um livro dramatiza o comportamento de ler. A alfabetização começa exatamente neste período e continua quando chega à escola.

Cabe lembrar que alfabetizar vai além da decodificação de letras, como no passado, escribas e leitores o faziam. É papel do professor utilizar metodologias diferenciadas no processo de alfabetização, orientar a criança para o uso da leitura e da escrita de modo interpretativo, gerando leitura com compreensão. Infelizmente, dados alarmantes da avaliação de alunos, que encerram os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental nas escolas públicas, apontam que apenas 5% dos alunos encerram esses períodos devidamente letrados (BRASIL, 2006).

Soares aponta questões pertinentes sobre alfabetizar e letrar:

A cada momento, multiplicam-se as demandas por práticas de leitura e de escrita, não só na chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, com os meios eletrônicos. [...] Se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada (1989 p.73-74).

Santos e Mortimer (1998) consideram letramento o exercício da alfabetização que tem por objetivo o cultivo de práticas sociais. Os autores indicam a importância do comportamento de escrever relacionado ao contexto em que a criança encontra-se inserida, suas vivências e ações estabelecidas. Para Soares (1989), em sociedades grafocêntricas, como a nossa, tanto crianças de camadas favorecidas quanto crianças das camadas populares convivem com a escrita e com práticas de leituras cotidianamente, ou seja, vivem em ambientes de letramento. A diferença é que crianças das camadas favorecidas têm um convívio inegavelmente mais frequente e mais intenso com material escrito e com práticas de leitura e de escrita. Diante destas condições, torna-se “[...] prioritário propiciar igualmente a todos os acessos ao letramento, um processo de toda a vida” (SOARES, 1989, p. 87). Tanto Santos e Mortimer (1998) como Soares (1989) alertaram sobre a importância de considerar a história da criança no processo de aquisição de conceitos, realizando

uma leitura do mundo que integra, tornando-se capaz de compreendê-lo e modificá-lo.

Nas relações multiculturais, as diferenças que afastam o sujeito da possibilidade de apropriação da construção histórica cultural, falseiam as avaliações meritórias, centrando no sujeito responsabilidades por fracassos que não são individuais. Na perspectiva de Santos (1999), a expressão do diferente se dá em uma relação de grupos, em diferentes culturas, em que as condições de igualdade e diferença concorrem entre si: “[...] pessoas e grupos têm o direito a ser iguais quando a igualdade os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (p.30). Nessa perspectiva, gerar condições de acessibilidade torna-se um imperativo moral em toda sociedade.

É inegável que toda sociedade não mais consiga viver sem o uso da escrita. São visíveis as demandas por práticas de leitura e de escrita, não só na chamada cultura de papel, mas também na nova cultura da tela, com os meios eletrônicos, que, ao contrário do que se costuma pensar, utilizam-se fundamentalmente da escrita. Assim, nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a cultura escrita e responder às demandas de hoje. É necessário ser letrado.

Segundo Lopes, Abreu e Mattos (2010), à medida que a criança progride em seu desempenho linguístico, distingue aspectos da língua oral e da escrita, adquirindo conhecimentos necessários e indispensáveis ao domínio da língua. De um comportamento linguístico espontâneo, automático e rápido, ela passa, paulatinamente, para um comportamento mais controlado, intencional e deliberado. Ela começa a pensar sobre a língua, principalmente quando o seu registro é pela escrita. Além dos aspectos apontados pelas autoras, destaca-se na escrita seu potencial de socialização, a criatividade e a imaginação.

Entre as possibilidades geradoras de letramento, o ato de escrever e contar histórias é um recurso de apropriação da linguagem e da escrita para melhor comunicação no agir e no interagir com o

cotidiano vivenciado pelas crianças. Criar estratégias para incentivar a expressão da linguagem e da escrita de forma que todos participem e sintam necessidade de se expressar, dizer o que pensa, o que faz, promove reflexões e maior interação com o meio onde vive.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo apresentar a importância da escrita para as crianças em fase inicial de aprendizagem na estruturação de práticas sociais e cidadãs. Nesta experiência de letramento, a escrita foi compreendida como principal meio para a alfabetização e comunicação das mesmas, estimulando processos de socialização, criatividade e imaginação. A partir do objetivo geral, que pretende caracterizar e descrever a experiência de letramento das crianças da extensão Porto da Manga, buscou-se especificamente: a) descrever processos de produção oral e escrita; b) descrever práticas educativas que favoreceram a aquisição da escrita; c) contribuir para a discussão de práticas educativas que culminem em formação de crianças como agentes transformadores do meio em que vivem.

Relato de experiência da produção escrita das crianças de Porto da Manga: uma experiência de letramento

Participaram do estudo quinze crianças ribeirinhas, estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, em salas multisseriadas, frequentadoras da Escola Extensão Porto da Manga - Corumbá-MS e uma professora regente responsável por todas as disciplinas.

O Porto da Manga fica na margem esquerda do Rio Paraguai, cerca de 70 km de Corumbá. É uma comunidade ribeirinha que vive da pesca artesanal, da coleta de iscas e de outros serviços oferecidos aos turistas que visitam o lugar, que chama a atenção por sua beleza natural. A escola fica localizada bem no centro desta comunidade e atende toda região. A comunidade enfrenta grandes cheias e rigorosas secas, e tanto as cheias como as secas influenciam diretamente na vida das crianças que frequentam a escola, como também na vida de toda a comunidade.

A única renda que vem de fora é a bolsa família, mas nem todos recebem este benefício. Nesta comunidade o único direito conquistado é a educação, pois a comunidade é desassistida de todos os outros, tais como moradia, lazer, segurança, saúde e alimentação.

São essas as crianças da comunidade atendidas pela escola. A carência é tão grande que cerca de 30% delas só se alimentam na escola. Os estudantes, no momento de realização do estudo, tinham entre 5 e 12 anos, são filhos de moradores da região, em sua maioria, pescadores artesanais, coletores de iscas e piloteiros de barcos a motor.

O relato de experiência encontra-se estruturado em duas fases. Na primeira fase, apresenta-se um diagnóstico inicial sobre a realidade dos alunos e da escola. A segunda fase, por sua vez, descreve a estruturação dos projetos que se mostraram pertinentes para o processo de construção da escrita. Por fim, discute-se sobre a importância da divulgação do trabalho, acesso à produção das crianças e do processo de letramento.

Primeira fase: conhecendo a realidade das crianças e despertando o interesse pela escrita

A chegada da educadora à escola deu-se em 2010. De imediato, a educadora percebeu que as crianças não tinham interesse pela escrita, e não existia por parte da escola expectativa de que desenvolvessem essa competência.

Quando chegou à extensão Porto da Manga, a educadora foi informada de que as crianças não gostavam de estudar e só frequentavam as aulas para não perderem a bolsa família. As crianças eram taxadas de preguiçosas e desinteressadas, mas a educadora logo percebeu que as crianças precisavam não de alguém mostrando seus fracassos escolares, fortalecendo a baixa estima delas, mas de alguém que mostrasse que elas eram capazes. Evidente que com muito esforço e dedicação.

Buscando identificar o que as crianças faziam, a educadora percebeu que gostavam muito de brincar e às vezes de desenhar. Qualquer

atividade relacionada à escrita era aversiva. Consciente da necessidade das crianças aprenderem a ler e a escrever, a educadora chegou a pensar em desistir, assim como outras que passaram por aquele lugar.

No começo, as crianças eram muito arredias e não tinham costume de trocar carinho. A educadora sempre foi muito emotiva e acolhedora, mesmo sem saber se isso poderia ser bom ou ruim. Tinha o cuidado de falar para as crianças que o ser humano é feito de emoção e razão, e que há momentos para cada uma delas. Começava as aulas sempre dizendo às crianças o quanto amava estar ali e o quanto cada uma delas era importante para ela, quando percebia que já estavam envolvidas por um laço muito forte de amor e amizade.

É comum que diante de grandes dificuldades (falta de estrutura, salas multisseriadas e ausência de pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento do trabalho), incorra-se no erro de acreditar que o aluno é incapaz e o principal responsável por seu fracasso. No entanto, diante do compromisso que acreditava ter com aqueles alunos, passou a trabalhar com o repertório que os alunos tinham, valorizando principalmente os desenhos. Falava da importância da escrita, incentivando-os em suas produções, ainda que eles apresentassem erros e dificuldades.

A educadora tinha o cuidado de não apontar os erros, e sim de valorizar as iniciativas de cada aluno. Por isso, se negou a fazer as correções dos textos sozinha, como a detentora do saber. A sala de aula, para a educadora, era sempre um aprendizado contínuo.

Buscou refletir sobre a melhor maneira de contribuir com o aprendizado das crianças sem estigmatizá-las. Evitava o uso de caneta vermelha nas correções dos textos, porque seria muito fácil recolher as produções escritas e devolvê-los cheios de rabiscos vermelhos. Solicitava às crianças que corrigissem junto com a professora, a partir do quadro, observavam os erros e acertos, realizando a reescrita. A sala era dividida em grupos para que todos pudessem participar da correção e apontar as palavras escritas de forma **diferente** (esse era o termo para não constranger a criança autora).

No ano seguinte, a pedido dos pais dos alunos e da diretora da escola, que já reconheciam algo diferente na postura da educadora, reiniciaram-se os trabalhos, desta vez, com o objetivo de avançar na apropriação da escrita enquanto uma premissa de cidadania. Os alunos foram incentivados a transformar sua produção escrita em livros. A proposta foi recebida com interesse e alegria. A partir dessa iniciativa, surgiu o primeiro projeto: *Crianças que produzem histórias*, o qual deu origem a outros projetos, descritos na fase seguinte.

Segunda fase – tornando-se escritores da sua realidade

O encontro com a escrita enquanto expressão da história e da realidade de cada criança desencadeou novos desafios. As crianças passaram a observar e a descrever o ambiente com uma nova ferramenta, capaz de decodificar e partilhar realidades que não estavam expressas em outros textos e contextos. A produção escrita das crianças foi organizada em 24 livros,² que descrevem oito diferentes projetos apresentados a seguir.

Projeto crianças que contam histórias; 2. Projeto à procura de pequenos heróis; 3. Projeto árvores do pantanal; 4. Projeto meio ambiente; 5. Projeto pequenos escritores, lindas poesias; 6. Projeto jornalista do futuro; 7. Projeto crianças do Porto da Manga; 8. Projeto Porto da Manga: como é bom viver aqui.

O Quadro 1 ilustra alguns recortes da produção textual do projeto 8.

2 Os livros produzidos pelas crianças encontram-se disponíveis na biblioteca da escola. Neste ambiente, elas têm acesso à produção individual e coletiva, bem como a outros livros organizados no acervo, de acordo com o seu interesse.

Quadro 1: Produção textual das crianças da extensão Porto da Manga: Vida de Criança: se eu fosse um passarinho... As fotos utilizadas foram devidamente autorizadas pelos responsáveis.

Vida de Criança...

Recortes da produção textual das crianças de Porto da Manga sobre quem são e a percepção sobre o lugar onde moram.



Francislei, 10 anos
Aqui no Porto da Manga tem muitos bichos, tem o rio, tem muitas árvores e tem crianças. Eu queria ter um cavalo, porque gosto muito de cavalos, quando eu crescer quero ser peão de rodeio.



Ronald, 7 anos
Gosto muito de brincar de tudo, não tem brincadeira que eu não gosto e gosto também de nadar no rio e de subir em árvores.



Leandro, 12 anos
Eu acho muito legal morar aqui.
Se eu fosse um passarinho iria cantar para fazer alguém feliz, depois voaria sobre o pantanal e cantaria só pra você.



Matheus, 10 anos
Eu moro bem na beira do rio, gosto muito daqui.
Se eu fosse um passarinho



Gleiciellen, 11 anos.
Você sabia que o Porto da Manga é um lugar muito bom pra se viver, eu amo este lugar.
Se eu fosse um passarinho queira voar sempre bem pertinho da minha família.



Leonardo, 12 anos
Gosto muito do lugar onde vivo por ser um lugar lindo, porque tem muitos animais, peixes e muitos pássaros. Se eu fosse um passarinho queria voar bem lá no alto só para ver a bela paisagem do pantanal.



Robert, 10 anos.
Eu acho o Porto da Manga um lugar muito lindo, mas, gostaria de conhecer outros lugares. Se eu fosse um passarinho voaria para um lugar bem distante.



Karoliny, 9 anos
Sou uma menina alegre que gosta de estudar e de fazer muito leitura.
Se eu fosse um passarinho voaria para bem longe, só para conhecer, depois voltaria pra cá.



Rúbia, 10 anos
Se eu fosse um passarinho, eu queria ser um beija-flor,

A partir da produção escrita das crianças, bem como dos seus relatos orais, foi possível identificar uma relação positiva com o lugar onde vivem, valorizando a natureza, o espaço físico, o brincar e as relações pessoais estabelecidas, em especial, a família. Por mais que também, em outros relatos, esteja presente a dificuldade econômica, os passarinhos que querem ir para longe, mostram nessa ação a curiosidade frente ao desconhecido e não o abandono do seu *ninho*.

Todos os projetos passaram por nove etapas:

Audição de histórias de vida de crianças, narradas ou lidas pela educadora.

A audição de histórias foi o primeiro passo tomado rumo à iniciação da escrita, o objetivo era envolver as crianças sem as forçá-las na produção textual. Leitura de relatos de fatos verídicos e imaginários, inicialmente, pela educadora e depois pelas crianças, sempre envolvendo escritas feitas das mesmas.

As crianças que já produziam escritas tinham a oportunidade de ler a sua produção, e as que ainda não produziam tinham também o direito de narrar uma história que alguém lhe contou ou uma história que ele mesmo produzia oralmente. Assim, todos produziam textos.

Rodas de conversas, oportunizando que cada criança se expresse de forma verbal.

A roda de conversa foi um momento no qual ideias e diálogos foram colocados em prática. Segundo os Referenciais Curriculares de Educação Infantil,

A roda de conversa é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias. Por meio desse exercício cotidiano, as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas ideias, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar o grupo como instância de troca e aprendizagem. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e a ouvir os amigos, trocando experiências. Pode-se, na roda, contar fatos

às crianças, descrever ações e promover uma aproximação com aspectos mais formais da linguagem por meio de situações como ler ou contar histórias, cantar ou entoar canções, declamar poesias, dizer parlendas (BRASIL, 1998, p. 138).

Na roda de conversa, os alunos conversavam sobre fatos de cada dia, experiências vividas na escola ou em casa, sobre assuntos tratados nos conteúdos de Geografia, História, de Ciências Naturais. Esta estratégia mostrou-se um estímulo importantíssimo para participação das crianças, favorecendo a expressão de suas ideias e experiências, como também superação da timidez e socialização com os pares, atividades facilitadoras da aprendizagem.

Estabelecimento entre a educadora e as crianças de um dia da semana para que as crianças narrassem um conto, história lida ou imaginária.

Estabelecimento de um dia, no meio da semana, para produção de textos escritos, de acordo com a escolha de cada criança, desde que o assunto fosse para o enriquecimento de todos.

Correção de todos os textos mediante a permissão da criança autora. É importante ressaltar que a correção não se pautava em punição dos erros ortográficos ou gramaticais. A mesma era feita de forma coletiva, contando com a colaboração de todos, favorecendo a observação e interpretação da escrita.

Segundo Citelli e Bonatelli,

De certa maneira, no movimento de feitura e releitura do texto é que o aluno vai dominando a sua escrita, percebendo os recursos expressivos da linguagem, operando as variações intertextuais com a consciência de quem dialoga com uma tradição que o antecede e o transcende. (1997, p. 122).

Diário de campo: observação e registro diário referente às pesquisas de campo e entrevista envolvendo a comunidade.

A pesquisa de campo iniciou-se com temas levantados com as crianças em sala de aula. Foram apontados vários temas do Pantanal, como: animais, sementes, flores e árvores. A escolha coletiva foi pelo tema: As Árvores do Pantanal.

Foram elencados alguns nomes de árvores do Pantanal e cada criança escolheu qual queria pesquisar. A pesquisa foi individual, com perguntas relativas a estas árvores e também sobre dúvidas que as crianças tinham a respeito dessas árvores.

Foram realizadas pesquisas de campo envolvendo o conhecimento local, valorizando experiências passadas de pais para filhos no intuito de preservar a cultura do lugar, com suas particularidades, suas características e diferenças de outros lugares. Durante as pesquisas de campo, as crianças realizavam observações, registravam suas impressões e convidavam moradores da região para participar de entrevistas coletivas em sala de aula.

Conforme Callai, citado por Castrogiovanni (2009):

Cada lugar tem uma força, tem uma energia que lhe é própria e que decorre do que ali acontece. Esta não vem de fora, nem é dada pela natureza. É o resultado de uma construção social, na vivência diária dos homens que habitam no lugar, do grau de consciência das pessoas, como sujeitos de um mundo em que vivem, e dos grupos sociais que constituem ao longo de sua trajetória de vida (p.119).

As entrevistas foram realizadas de duas maneiras. Primeiramente, realizavam o convite durante a atividade de diário de campo, na casa do entrevistado. Na oportunidade, esclareciam ao entrevistado sobre o tema a ser abordado no dia da entrevista e faziam o agendamento. Em sala de aula, todos se preparavam para receber o entrevistado, com perguntas previamente estruturadas.

De acordo com Silva (2010, p.26):

A entrevista é uma atividade rica porque o entrevistado, também chamado de pessoa-fonte, muitas vezes apresenta suas experiências e seus conhecimentos práticos, o que, muitas vezes, não se obtém em detalhes nos textos consultados.

A partir dos dados coletados durante a entrevista, os alunos realizavam sua produção escrita.

A produção escrita, que resultou das entrevistas, descreveu a realidade daquela comunidade. Neste contexto, escrever sobre o dia da mulher, por exemplo, não era algo que se fazia a partir de um imaginário ou algo determinado pelo olhar do outro, e sim demonstrava a forma com a qual a criança consegue apreender as informações do entrevistado. Nestas informações, estão presentes as emoções, a história, a identidade e a realidade do outro, compartilhada com o grupo.

Os trabalhos foram expostos para serem apreciados pelas crianças e pelas pessoas que visitaram a escola como incentivo aos alunos da outra sala que ainda não tinham aderido à produção textual.

Ao final de cada bimestre, foram realizados encontros com a comunidade escolar e local para apreciação da exposição de histórias escritas e contadas pelas crianças.

A primeira exposição foi ainda tímida, com livros expostos nos corredores da escola. Chegou um grupo de turistas para visitar a escola e começaram a olhar os livros e comentaram que ficaram encantados, não imaginavam nunca encontrar um trabalho tão rico num lugar tão distante. Não se esperava tanto sucesso, porque o objetivo principal era mostrar para as crianças como elas tinham um grande potencial para a escrita.

Etapa 9. Ao final de cada bimestre, a educadora e as crianças confeccionavam convites para toda a comunidade escolar e local, também preparavam a sala com cartazes. Na porta de entrada da sala havia um enorme cartaz escrito “BEM VINDOS À PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DO PROJETO CRIANÇAS QUE CONTAM HISTÓRIAS”. Ao final de cada bimestre, novas exposições de projetos eram realizadas.

Além das etapas descritas, durante o desenvolvimento das atividades de escrita dos livros, foram realizadas oficinas de música, de dança, de teatro e poesia.

No Pantanal é muito forte a ligação das crianças com músicas regionais. Por isso, foram selecionados para uma hora de dança os cantores Almir Sater, Perla, Tônico e Tinoco, entre outros, que cantam músicas envolvendo a natureza. A descontração das crianças na hora da dança serviu como condição de socialização e manutenção de laços de amizade, favorecendo o convívio e o respeito mútuo.

Na dança, fizeram o rasquiado e o chamamé, danças típicas do Pantanal, uma forma também de valorizar a cultura local. As crianças se identificam com a música pantaneira, visto que desde muito pequenas participam de danças reverenciando santos da crença da família. É comum o relato das crianças em relação à devoção aos santos em suas famílias e à crença de que tais santos são responsáveis pelo sucesso ou insucesso de alguém conhecido.

Houve também dinâmicas de grupo que utilizaram leituras de poesias, contos e histórias infantis. Na escola, há um sistema completo da rádio escola, o que favoreceu a prática de quinze minutos da aula voltados para leitura de contos ou fábulas pelas crianças, e até cantaram uma música para a comunidade.

O teatro foi utilizado como meio de socialização e expressão de cada criança. A dança e a música como formas de representar a fala do corpo e dos sentimentos do coração.

Assim como exposto por Dias (2010), no projeto da Escola Ativa, a poesia foi apresentada em fontes grandes, de fácil visualização, fixada na parede. Inicialmente as crianças não demonstraram atenção. No segundo dia, além da exposição visual, a poesia *As Borboletas*, de Vinicius de Moraes, foi declamada em voz alta e cheia de emoção. Houve silêncio. Durante a semana, o conteúdo foi desenvolvido, sem retomar a poesia.

Na semana seguinte, outra poesia foi exposta. Dessa vez, logo após serem fixadas, algumas crianças fizeram leitura em voz alta, outras, leitura silenciosa e ainda as crianças do primeiro ano que ainda não dominavam a leitura, pediram à educadora que saísse da frente, pois precisavam ler.

Estas últimas, conforme instrução prévia, utilizavam os dedinhos para se localizarem na direção da escrita. O mais interessante é que todas liam. A partir de então, houve ênfase no trabalho com poesia, valorizando o desempenho de cada um.

Foram trabalhadas várias poesias de Clarice Pacheco, Vinicius de Moraes e de Emanuel Marinho. Este último, as crianças não conheciam, mas aprenderam a admirá-lo, repetindo um de seus versos: “poesia não compra sapatos, mas como viver sem poesia”? (MARINHO, 1997).

Na poesia, encontramos um excelente meio de transmitir e fortalecer a autoestima, o conhecimento, os valores como solidariedade, responsabilidade, disciplina, autoconfiança, auto-aceitação, tolerância, concentração, alegria e muitos outros sentimentos tão necessários à formação dos nossos educandos (as).

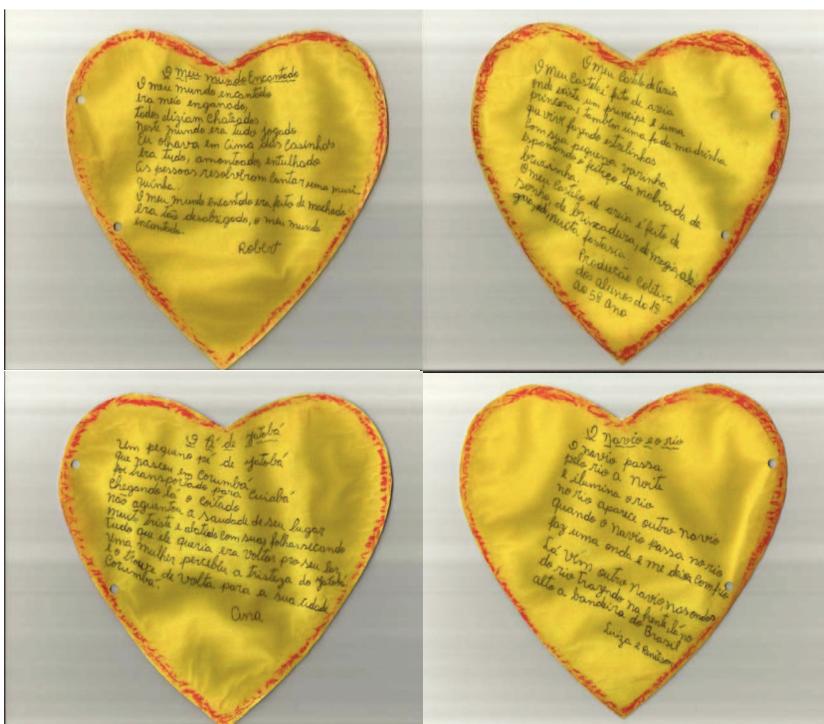


Figura 3: Relatos poéticos.

Dias (2010) aponta ainda que a poesia retrata o sonho, o imaginário. Ouvir ou ler poemas é envolver-se com a ludicidade verbal, com a sonoridade musical das palavras; é vivenciar a emoção, o amor, a saudade, a simplicidade, a beleza, o inusitado.

A leitura fantástica e poética é antes de tudo e indissoluvelmente fonte de maravilhamento e de reflexão pessoal, fonte de espírito crítico, porque toda a descoberta de beleza nos faz exigentes e, pois, mais críticos diante do mundo. E porque quebra clichês e esteriótipos, porque é essa recriação que desbloqueia e fertiliza o imaginário pessoal do leitor, é que é indispensável para a construção de uma criança que amanhã, saiba inventar o homem (HELD, 1984, p. 207).

Entretanto, é de se esperar que entre as crianças, algumas são mais tímidas. Para resolver este impasse, acordaram uma prenda para os participantes, culminando na participação de todos os alunos. Houve apresentação de dança e teatro nos dias das mães, libertação dos escravos, festa junina e folclore. Alguns desses momentos foram retratados na Figura 4.





Figura 4. Apresentação de teatro no dia do folclore.

Por fim, todas as experiências contribuíram para o desenvolvimento dos conteúdos da atividade de escrita dos livros pelas crianças. Estes relatavam as características da história local, as condições familiares e a identidade de cada criança, seu potencial de observação, exploração e apropriação do mundo que os cerca. Ao todo, foram escritos vinte e quatro livros sobre as experiências das crianças do Porto da Manga. No começo, foram 24 livros, agora já são 58 ao todo e as crianças a cada dia estão mais entusiasmadas e confiantes que podem chegar muito além do que elas mesmas imaginam.

Considerações finais

A atuação das crianças foi essencial, pois o intuito deste trabalho era de reconhecer o potencial de escrita e possibilitar um maior desempenho cognitivo das crianças da extensão Porto da Manga. Elas contribuíram para que a atuação da educadora tivesse seus objetivos plenamente alcançados. Todos os alunos, antes considerados como incapazes, tornaram-se escritores de sua própria história.

Apesar da dificuldade das crianças da extensão Porto da Manga em relação à aquisição da escrita, garantir o seu acesso foi um fator primordial na experiência de letramento. A partir de um trabalho conjunto com atividades de leitura, interpretação de textos, teatro, dança, música e poesia, promoveu-se um espaço de acessibilidade e de inclusão social, no qual cada um dos alunos se constituiu como sujeito participativo.

Durante os três anos de experiências, constatamos o contentamento da comunidade, a alegria que falam das conquistas das crianças, como nos relata o pai da aluna Luiza:

Eu como pai da Luiza, fiquei muito orgulhoso dela ter ganhado uma medalha. Eu achei muito bom, porque é um incentivo da professora dela e até vou colocar no quarto dela como prova de um bom exemplo da escola que fez dela uma vencedora de todos os obstáculos. Com muito carinho. Antônio Catarino de Oliveira. (Relato feito depois que as crianças receberam medalhas na produção do livro).

O projeto à procura de pequenos Heróis foi realizado com grande empenho com vistas à participação de uma exposição internacional. Propunha a premiação das crianças que relatassem algum tipo de atitude envolvendo boas ações. Com apoio da direção, o projeto foi encaminhado ao coordenador geral do projeto, que na mesma hora o enviou para a Itália.

Acreditamos que este trabalho trouxe grandes contribuições sociais para as crianças e para a comunidade do Porto da Manga. As crianças passaram a ser reconhecidas como escritoras, transformadoras de suas histórias e do meio onde vivem. A educadora acreditou no potencial e crescimento de cada aluno, respeitando o limite de cada criança e suas diferentes formas de expressão. Desta forma, acredita-se que houve contribuição para o crescimento social e intelectual das crianças. À educadora contribuiu para que esta, por sua vez, crescesse como mulher, mãe e agente transformadora do meio onde vive.

O trabalho desenvolvido poderá contribuir com outros educadores que, em situações para as quais a educação é negligenciada, este não desista do desafio de educar. Disponibilizaram-se propostas, outras maneiras de aquisição do saber, uma forma de alfabetizar para além das portas da sala de aulas. Alfabetizar com o intuito de crescer e de transformar o mundo. Podemos perceber que podemos ser muito mais do que meros educadores que não sonham e não capazes de fazer os outros sonharem... Ações de alfabetização, capazes de abrir portas onde outras se fecharam: alfabetizar - letrar - emancipar: desafios do educador.

Por fim, deixamos de ser invisíveis!

BIBLIOGRAFIA

BRASIL Ministério da Educação, Coordenação Geral de Planejamento. Secretaria de Educação Especial. *Números da educação especial no Brasil*. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/>>. Acesso em: 10 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. il.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). *Ensino de geografia, práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CITELLI, Beatriz H. Morão. *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Cortez, 1997.

CITELLI, Beatriz H. Morão; BONATELLI, Ivonhoé Robson Marques. *A escrita na sala de aula: vivências e possibilidades*. São Paulo: Cortez, 1997.

CURTO, Luis Maruny. *Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a ler e escrever*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DIAS, Selma Alves Passos Wanderley. *Caderno de ensino e aprendizagem: alfabetização e letramento*. Programa Escola Ativa, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. *Escrita e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 1992.

FERREIRO, Emília. *Passado e presente dos verbos ler e escrever*. São Paulo: Cortez, 2002.

HELD, Jacqueline. *O imaginário no poder*. São Paulo: Summus, 1993.

LOPES, Janine Ramos; ABREU, Maria Celeste Matos de; MATTOS, Maria Célia Elias. *Caderno de ensino e aprendizagem: alfabetização e letramento*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

MARINHO, Emanuel. *Caixa de poesias*. Rio de Janeiro: Argumento, 1997.

MORAES, Vinicius. *A arca de Noé: poemas infantis*. 2ª ed. Aumentada. São Paulo: Companhia das letras, 2003; Sabiá, 1970.

PACHECO, Clarice. *Caderno de poesias*. Obra póstuma. 1 ed. Porto Alegre: AGE, LTDA. 2003.

PIAGET, Jean. *O juízo moral da criança*. São Paulo: Editorial Summus, 1994, 302 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-31, 1997.

SANTOS, W. L. P.; MORTIMER, E. F. Tomada de decisão para ação social responsável no Ensino de Ciências. *Ciência e Educação*. São Paulo: Escrituras. V. 7, n.1, p.95-111, 2001.

SILVA, Lulia Queiroz. *Caderno do educador (a): história*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2010. 44 p.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO TAQUARAL¹

Eliane Ceri Assis Santana

Infância(s) e criança(s): da invisibilidade à cidadania: os espaços históricos e sociais ocupados pela criança ao longo dos tempos

A literatura sobre a infância (SARMENTO, 2002; SARAMAGO, 1994; PIRES; BRANCO, 2007; MULLER, 2006) nos relata que, até meados do século XIX, a criança era vista apenas como um adulto em miniatura e, portanto, não havia muitos estudos referentes à infância e à criança como ser/sujeito em fase especial de desenvolvimento. No estudo de Martins (2006), ressalta-se que a categoria infância teve início nos séculos XVI e XVII, consolidando-se apenas no século XVIII.

Corroborando, os apontamentos de Kramer (1982) apud Martins (2006 p. 1) evidenciam que o conceito de infância nem sempre existiu, mas estruturou-se como produto histórico e social. Portanto, não é estático, e sim dinâmico e surge como produto da sociedade capitalista.

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação da Prof. Dra. Verônica Aparecida Pereira.

Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo e direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura (KRAMER,1982, p. 19).

Após a Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, com a necessidade de participação da mulher no trabalho produtivo, a criança passa a integrar o ambiente de trabalho das indústrias provocando diversos problemas de saúde e um grande índice de mortalidade infantil, exigindo um olhar diferenciado para esta problemática.

Assim começam a surgir os conceitos relativos ao tema, tais como o termo *infant* que surge nesse momento com o significado de “aquele que não fala”. Desta forma, a infância é vista como o período em que a criança não desenvolve plenamente a linguagem e a capacidade de se manifestar. Essa desvalorização da infância e da criança, vista apenas como “um vir a ser”, limitava as discussões científicas.

Como ressalta Martins, neste período histórico,

[...] distinguiu-se um grupo etário com características e necessidades próprias, porém essa distinção não favoreceu para enaltecer as peculiaridades das crianças como competentes para desenvolver um pensamento racional. Ao contrário, foram negadas peculiaridades da criança em favor de uma preocupação com a formação de um vir-a-ser; nesse sentido, a educação surgiu como obrigação humana na busca da moralização (MARTINS, 2006, p. 19).

No Brasil, não foi diferente. A criança não recebia atenção adequada nem havia preocupação com sua educação, seu desenvolvimento e bem-estar. Isso pode ser observado nos documentos jurídicos e históricos, em que as primeiras ações e leis, que tratam da infância e juventude, tinham caráter punitivo e moralizador.

No século XVIII, em nosso país tínhamos como medidas de “atenção” à criança apenas a conhecida Casa dos Expostos² que abrigava crianças órfãs e enjeitadas da sociedade, situação que se prolongou até a segunda metade do século XIX, momento em que a nação foi palco de profundas e intensas transformações sociais e políticas, advindas da revolução industrial e da urbanização do país. Essas transformações fizeram com que o olhar sobre a criança e a infância acontecesse de forma diferente de como (não) ocorria até então. Ainda assim o que se observa são olhares na perspectiva do déficit, da falta, da falha ou do vir a ser (ROCHA, 2010).

É nesta conjuntura social que surgem as primeiras leis voltadas à criança e juventude no país, vinculadas ao Código Criminal de 1830, que previa medidas punitivas menos violentas que as existentes até então, sob as ordenações de Portugal. Medidas estas, que agora, passam a ter um caráter “teoricamente” educativo, como ressaltou Rizzini (2000, p.9) sobre a legislação que previa a detenção da criança nas chamadas “Casas de Correção”.³ Estas leis previam sanções aos menores a partir dos 14 anos que cometessem crimes de forma consciente. Não existia na época nenhuma lei que priorizasse os direitos da criança. Tampouco se pensava na criança como sujeito de direitos, como cidadã.

Um olhar para a segunda metade do século XIX permite a análise do movimento higienista, resposta aos problemas causados mediante a intensa urbanização do país, antes, essencialmente agrário. Esta urbanização exacerbada e sem um planejamento adequado implicou em vários problemas sociais, entre eles o alto

2 Lugar no qual eram deixadas as crianças abandonadas nas ruas e filhos bastardos das famílias abastadas para receberem “abrigo”. Porém, como sabemos, a Casa dos Expostos não dava conta de proteger as crianças nem havia esta intenção. Antes o que se esperava é que as crianças levadas para lá chegassem ao óbito provocado, muitas vezes, pelas péssimas instalações e pela falta de controle das doenças infectocontagiosas. O nível de mortalidade infantil era altíssimo ainda neste período.

3 Orfanatos para onde eram recolhidos os menores abandonados e os menores infratores retirados da guarda da família.

índice de mortalidade infantil, o aumento da marginalização e da criminalidade.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que se volta o olhar à criança, elabora-se as ambiguidades entre os conceitos de criança idealizada e criança real e surge também a distinção entre a criança (aquela que atende aos padrões idealizados) e o menor (aquela que foge a estes padrões). Este conceito de menor que permeava a sociedade da época pode ser encontrado ainda no século XX com a criação do Código de Menor de 1927, que traz o mesmo caráter punitivo, e educação meramente moralizadora e coercitiva da legislação citada anteriormente (RIZZINI, 2000, p.9).

Esta criança “pensada” era dócil, educada, bem alimentada, “limpa”, inocente, submissa, que não questiona, que é branca, rica, necessita ser moldada/educada, para vir a ser um adulto responsável e digno de herdar os bens e honras das famílias abastadas. Como evidenciou Oliveira (2011, p.25), trata-se de uma “concepção que percebe as crianças como potencialidades, dotadas de ingenuidade e pureza que o tempo e as relações sociais se encarregariam de corromper”.

Este ideal de criança contrastava com a criança real (muitas vezes, chamada de menor) que compunha a maioria da sociedade infantil da época, criança pobre, negra ou mestiça, desprovida de alimentos, filha de mães solteiras, órfãs, não letradas, sem acesso aos bens culturais, marginalizada que precisava trabalhar ou praticar pequenos furtos para sua subsistência.

Sobre o menor, Fonseca (2007, p.1-2) ressalta que:

No caso dos menores, as mudanças de discurso e atuação são visíveis quando começam a ser criadas instituições para a sua contenção e correção, sobretudo no final do século XIX e, mais precisamente, no começo do século XX. Pela sua emergência nas contradições sociais e urbanas dessa época, o menor foi visto como abandonado, tanto em decorrência de sua orfandade, quanto nos aspectos material ou moral, precisando, portanto, ser

regenerado e devolvido à sociedade apto a trabalhar e ocupar um lugar de obediência entre os demais cidadãos. Dentre as várias instituições que existiam e foram modificadas em virtude das novas demandas sociais despertadas pela menoridade, e aquelas que foram criadas, surgem colônias correccionais, institutos agrícolas, casas de correção e abrigos de abandonados.

Ambos os grupos, fossem denominados crianças ou menores, a despeito das diferenças socioeconômicas, eram vistos como seres incompletos. As crianças ricas seriam preparadas para a vida adulta dentro dos padrões ideais exigidos pela sociedade capitalista, os meninos, para a administração dos bens familiares e as meninas para um “casamento perfeito”. As crianças pobres, por sua vez, precisavam de uma educação que as “civilizassem”, retirando-as de seu estado de “selvageria” para uma condição de pessoa “humana”, receberiam desde cedo educação para o trabalho e o serviço submisso.

De acordo com Martins (2006), são as relações estabelecidas socialmente entre a criança e o outro, o lugar que ela ocupa e o papel que desempenha na sociedade, que vão nortear a elaboração do conceito de infância e criança de cada contexto sócio-histórico-cultural.

Essas concepções de infância, quando discutidas, refletem a forma de conceber a criança em determinado momento histórico e, por essa razão, devem ser tomadas, em grande medida, como resultado do processo social e econômico derivado de sua época. Pode-se observar, também, que essas visões vêm sofrendo mudanças, em virtude de novas relações sociais postas pela contemporaneidade e de contribuições das ciências que estudam a criança em seu desenvolvimento. Com base nesse movimento, defende-se a noção de uma infância histórica e cultural, isto é, articulada ao lugar social que a criança ocupa na relação com o outro e é nessa perspectiva que a infância deixa de ser categoria natural (MARTINS, 2006, p. 22).

É desta forma que, ao longo do tempo, as diversas transformações sociais e os diferentes estudos sobre a infância e a educação infantil vêm

engendrando novas perspectivas de compreensão do sujeito criança e sua forma de existência na sociedade.

Apesar de a categoria infância, como dito no início deste trabalho, começar a ser pensada desde o século XVI, no Brasil, é somente no final do século XX, com a formulação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que a criança passa a ser vista como cidadã, e a proteção da infância passa a ser defendida como direito social. No artigo 6^a da referida Lei, lê-se: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifos nossos).

Esses pequenos avanços ocorridos ao longo do tempo produziram em nossa sociedade um conceito de criança que aponta para “um sujeito histórico de direitos” (BRASIL, 1990). A partir de então, as transformações sociais, a pressão dos movimentos sociais e os organismos internacionais em prol da infância intensificaram as discussões acerca das necessidades infantis, fazendo com que surgissem com relativa rapidez outras leis, estatutos e demais políticas públicas voltadas a garantir o atendimento às necessidades infantis, estabelecendo direitos fundamentais de proteção, educação e desenvolvimento da criança.

Atualmente a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 227, aponta que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Como pode ser identificada na supracitada legislação, na atual conjuntura, a criança é vista como cidadã e, a família, o Estado e a

sociedade são responsáveis por garantir o cumprimento dos seus direitos fundamentais e sociais. Porém, como ressalta Martins (2006), mesmo dividindo responsabilidades com demais instituições sociais, a família ainda é a primeira e a principal instituição de educação e proteção da criança.

Independentemente da configuração familiar ou das condições objetivas de existência, a família continua sendo a instituição social responsável pelos primeiros cuidados, pela proteção e pela educação da criança pequena e, ao mesmo tempo, primeiro e principal canal de iniciação dos afetos, das relações sociais e das aprendizagens para a criança (MAMEDE, 2001 apud MARTINS, 2006, p.11).

Entendendo a importância da instituição familiar na educação da criança, voltamos o nosso olhar às concepções de participação infantil que permeiam o ambiente familiar. Damos ênfase às falas das crianças sobre os espaços de atuação existentes neste processo e analisamos o que as mães pensam sobre o ser criança e como concebem a capacidade ou incapacidade de a criança participar dos processos decisórios na família.

A importância da participação infantil para a constituição do sujeito autônomo

Como podemos observar em nossa sociedade, a partir da literatura sobre a infância e criança no Brasil (KRAMER, 2002; OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 2006), ocorreram vários avanços na história social da criança e da infância, que hoje a colocam como sujeito de direitos, além da produção de inúmeros estudos que evidenciam sua capacidade de atuação social, olhando-a como ser capaz e completo, em fase especial de desenvolvimento. No entanto, atualmente, ainda temos em nossa sociedade práticas que desconsideram as necessidades e as potencialidades inerentes a esse período da vida humana e continuam atuando para a perpetuação da ideia da criança como ser incompleto,

incapaz, que adquire passivamente valores, conhecimentos, crenças e demais elementos que farão dela um adulto (ser completo).

Charlot apud Kramer (2002, p.43) afirma que “a visão de criança baseada numa suposta natureza infantil, e não na condição infantil, mascara a significação social da infância’. A dependência da criança perante o adulto é um fato social e não natural [...]”.

Neste sentido, compartilhamos a ideia de Oliveira (2011, p.22), quando ressalta que a infância e a criança são uma construção social considerando “a criança como sujeito individual e social capaz de produzir cultura e história”.

Sarmiento (2004, p.12) aponta que “estudos sociológicos da infância têm sustentado a autonomia das formas culturais da infância”. Segundo o autor,

Essas formas culturais radicam e desenvolvem-se em modos específicos de comunicação intrageracional e intergeracional. Sem prejuízo da análise dos factores psicológicos e das dimensões cognitivas e desenvolvimentais que presidem à formação do pensamento das crianças, as culturas da infância possuem, antes de mais, dimensões relacionais constituem-se nas interacções com os adultos, estruturando-se nessas relações formas e conteúdos representacionais distintos.

Nesta perspectiva, a interação entre adultos e crianças, entre estas e seus pares e com o meio social em que vivem, propicia a elaboração deste “mundo infantil” e proporciona o desenvolvimento da personalidade e da identidade da criança, uma vez que é “em contacto com várias realidades diferentes, das quais vai aprendendo valores e estratégias que contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social” (SARMENTO, 2004, p. 14).

Ainda, segundo o autor, essa elaboração da identidade recebe influência dos diferentes espaços, os quais a criança ocupa, aos quais pertence. Para ele, “contribuem a sua família, as relações escolares, as

relações comunitárias e as actividades sociais que desempenham, seja na escola ou na participação de tarefas familiares” (SARMENTO, 2004, p. 14). Assim, devemos entender a criança a partir das diversas relações que estabelece com o seu entorno.

Outro estudioso que defende a concepção de criança como sujeito “concreto, completo e contextualizado” é Wallon.⁴ Este pensador, ao estudar a criança, ressalta a importância de vê-la numa “perspectiva abrangente e global” investigando-a nos diversos “campos de sua atividade e nos vários momentos de sua evolução psíquica” para entender como ocorre a elaboração da sua personalidade. Segundo Galvão (1995, p. 11), Wallon olhava a infância como “mais do que um estado provisório, considerava a infância como uma idade única e fecunda, cujo atendimento é tarefa da educação”.

Compartilhamos da ideia de que se deve estudar

[...] a criança como uma realidade viva e total no conjunto de sua atividade, de seu comportamento e no conjunto de suas condições de existência e em seguir seu desenvolvimento em todos os seus aspectos e situá-lo com relação a outros desenvolvimentos com os quais apresente algum tipo de semelhança (TRANG THONG, 1986, apud GALVÃO, 1995, p.32).

É olhando a criança em sua totalidade no conjunto das relações que estabelece com o outro e com o meio que podemos entender a importância de a criança participar ativamente nos diferentes espaços nos quais se constituem suas relações com a realidade a qual pertence para a sua constituição como pessoa autônoma.

Freire (2007. p.51) discorre acerca da importância dessas relações para o processo formativo do sujeito.

⁴ Médico, psiquiatra, psicólogo e educador nasceu e viveu na França (1879-1962). Um humanista muito influenciado pelo marxismo, estuda o desenvolvimento humano considerando a criança em suas relações com o ambiente, privilegiando a pessoa em sua totalidade, como forma de estabelecer uma “compreensão dialética do desenvolvimento infantil”.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação, e decisão, vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. [...] e na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

Dentro desta perspectiva, buscamos olhar a criança como sujeito completo, produtor de cultura e capaz de atuar ativamente na sociedade e participar dos processos decisórios já desde muito cedo, junto à família, instituição primeira na qual a criança é inserida e que, portanto, se torna a base das suas relações interpessoais. Como evidencia Oliveira (2011, p. 20), a criança é “sujeito individual e social, que constrói concepções acerca da realidade social na qual se insere”.

Desta forma, defendemos a participação infantil em processos decisórios e entendemos que a mesma propulsiona o desenvolvimento da criança contribuindo para o processo de formação de sua autonomia.

Vale ressaltar que usamos o termo participação e não protagonismo infantil por entendermos que dentro dos processos decisórios há que se ter uma postura que considere na mesma proporção de importância cada um dos sujeitos que neles se inserem. Assim, ao optar pelo termo participação, entendemos, conforme Pires e Branc, (2007. p.317), que “os princípios que sustentam a participação infantil indicam que é necessário investir na autonomia infantil, o que não significa incentivar o surgimento de pequenos tiranos, nem a submissão dos adultos à vontade das crianças. [...] A verdadeira autonomia é regulada por um compromisso recíproco entre os sujeitos”. As perspectivas de Oliveira (2011), Freire (2007) e Vigostsky (2010) colaboram para compreender o papel social da criança e a importância do adulto como mediador.

Freire (2007) ressaltou a importância dos processos de participação, decisão, criação e recriação para o desenvolvimento do

sujeito consciente e autônomo. O autor afirmou que, ao ser inserido nestes processos, por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos, pode-se promover o desenvolvimento da autonomia, propulsionando sua capacidade de decisão. E esta será “[...] melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça suas tarefas concretas.” (2007, p.51). Desta forma, insistimos que não basta deixar a criança escolher entre uma opção e outra, mas deve-se conscientizá-la das prováveis consequências de suas escolhas, para que, de modo consciente, comprometido e responsável, a criança possa decidir. Evidencia-se, portanto, a importância do adulto atuar como mediador neste processo.

Na perspectiva de Vigotski (2001), busca-se compreender o adulto como alguém mais experiente, que necessita gerar condições para o desenvolvimento infantil. Nesse processo, deverá promover condições desafiadoras, que demandam participação, resolução de problemas, observação e questionamento. Assim, promover ações participativas na infância pode colaborar para a estruturação de indivíduos com identidade própria, mais autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

Oliveira (2011), apropriando-se da ideia de Pinto (1997), defende que “as crianças têm consciência de seus sentimentos, ideias, desejos e expectativas. Elas são capazes de expressá-los, desde que haja quem as escute com atenção” (p.23). É preciso, então, que as famílias conheçam a importância da participação infantil para que criem espaço para as ações infantis dentro dos processos decisórios; além de compreender a criança na perspectiva de suas potencialidades e não do déficit. Assim poderão promover condições para o desenvolvimento pleno das crianças dentro e fora do ambiente familiar.

Diante do exposto, pensamos que identificar influências de maior ou menor participação da criança nas decisões de famílias assentadas poderá ajudar na compreensão das tramas que envolvem a elaboração de sua identidade, de sua personalidade (mais ou menos autônoma),

processos estes que permitirão ao indivíduo se colocar na sociedade de forma ativa, crítica e participativa. Além disso, podemos compreender as prováveis causas do abandono ou da permanência de jovens na luta pela terra e do direito conquistado por suas famílias, uma vez que a participação, desde a infância, pode estar relacionada à compreensão da luta, da realidade social na qual a criança está inserida e dos processos de resistência e permanência na terra.

Portanto, buscamos, neste trabalho, identificar e analisar a visão de crianças e de suas mães sobre o espaço de participação do contexto familiar e dos processos decisórios. Especificamente, buscamos discutir e analisar as causas da presença ou ausência da participação no âmbito familiar, bem como a visão das crianças e de suas mães sobre a sua atuação crítica e participativa neste contexto. Procuramos ainda identificar a concepção de infância elaborada pelos sujeitos.

Forjando caminhos, percorrendo trilhas:

Os procedimentos metodológicos na pesquisa com crianças

O caminho se faz ao caminhar (Antonio Machado).

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa, apresentando, segundo sua finalidade, um caráter descritivo. Foi realizado a partir de um trabalho de campo junto às crianças do Assentamento Taquaral, localizado no município de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul-MS.

Segundo Gonsalves (2003, p. 67), “é importante destacar que, no geral, o estudo de caso, ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação”. Ressaltamos, portanto, nosso desejo de que o presente estudo possa contribuir para a comunidade estudada de modo a promover maior participação de suas

crianças nos processos decisórios sejam no ambiente familiar (foco de estudo deste trabalho), sejam nos demais ambientes nos quais a criança esteja inserida (escola, igreja).

Como critério para escolha dos sujeitos da pesquisa, elencamos que seriam crianças na faixa etária entre oito e doze anos de idade, residentes no referido assentamento e alunas da Escola Municipal Rural Polo Monte Azul.

Como instrumentos de pesquisa, foram adotados a coleta de dados junto à escola para identificação dos sujeitos, o sorteio da amostragem, as entrevistas semi-estruturadas às crianças e às suas respectivas mães, a produção de textos e desenhos feitos pelas crianças.

Gobbi (2002) evidenciou a relevância do desenho como instrumento de pesquisa junto às crianças. Segundo ela, ao ser conjugado com a oralidade, o desenho constituiu-se em um importante veículo de informações que permitem perceber como as crianças estão concebendo o contexto histórico e social no qual estão inseridas.

Oliveira (2011, p.115) também ressaltou a importância do desenho como um meio de comunicação da criança, como mais uma das linguagens infantis. Segundo a autora,

Conjugados às narrativas, os desenhos possibilitam compreender a percepção que as crianças têm do mundo que as rodeia, ou seja, os significados que vão atribuindo aos objetos da cultura.

Desta forma, os desenhos foram analisados como mais uma das diferentes linguagens infantis, como forma complementar para perceber as concepções das crianças acerca do contexto no qual estão inseridas.

Vale ressaltarmos que, ao buscar a fala das crianças, não estamos fazendo no sentido de “permitir” sua expressão e participação, pois não “se trata de ‘dar’ a voz às crianças, no sentido de que é o adulto que permite a fala, mas criar possibilidade de diálogos [...]” (OLIVEIRA, 2011, p.20).

A fim de complementar as informações coletadas, realizamos também entrevistas com as mães dos sujeitos da pesquisa. Importa dizer

ainda que, ao trazer as falas das mães como dados complementares para a realização da pesquisa, não o fazemos na perspectiva de que a criança por si só não consiga se expressar, necessitando do adulto para fazê-lo. Mas sim, porque entendemos que, na sua interação com os adultos, elas “constroem interpretações sobre o que as cerca. Ao mesmo tempo em que incorporam valores, saberes, atitudes, também criam formas próprias de compreensão a respeito daquilo que os adultos já construíram” (OLIVEIRA, 2011, p.21).

Como amostra, foram escolhidas mediante sorteio nove crianças e suas respectivas mães. As responsáveis pelas crianças que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando-lhes sigilo e respeito às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa com seres Humanos.

O protocolo de entrevistas visava a descrever: a) conceito de infância, b) participação da criança no contexto familiar; e c) processos decisórios da família. As mães e seus filhos eram entrevistados em sua residência, individualmente.

Complementando a entrevista, as crianças realizaram desenho da família, indicando textualmente algumas ações.

O conteúdo das entrevistas foi transcrito para a sistematização dos dados e análise de conteúdo, a partir dos pressupostos indicados por Bardin (1996). As categorias de análise foram definidas posteriormente à coleta de dados. Os desenhos foram analisados como dados complementares para a estruturação das categorias.

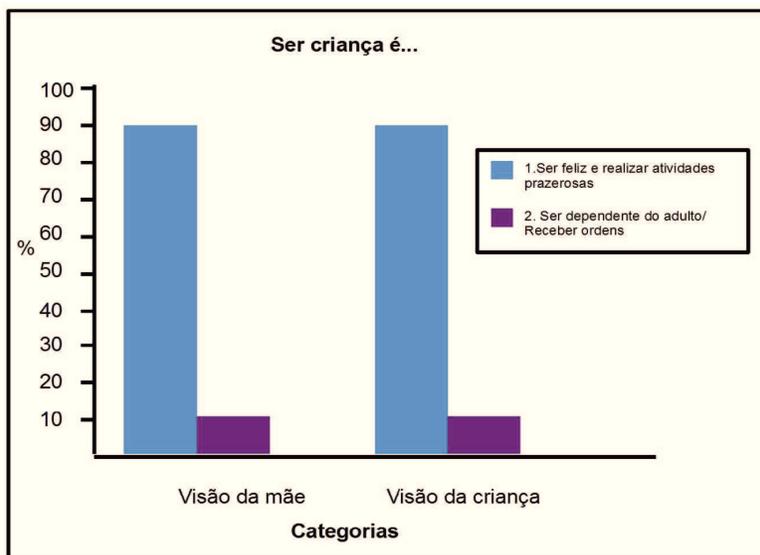
O caráter interdisciplinar do presente estudo se justifica pela concepção de criança e infância que fundamenta o nosso trabalho. Uma vez que ao estudar a criança como ser completo a investiga de forma dialética. Analisando, assim, sob diferentes aspectos, os diversos elementos que podem ter auxiliado para a elaboração de suas concepções. Desta forma, percorremos caminhos que se enveredaram pelos campos da Sociologia da Infância, da História, da Psicologia, da Antropologia, da Pedagogia.

As concepções de infância, participação infantil e papel social da criança presentes no ambiente familiar: o que falam os sujeitos da pesquisa

Ao buscar compreender qual a visão dos participantes sobre a infância, perguntamos sobre o que pensam que é ser criança. As respostas dos sujeitos apontaram para uma visão idealizada e romântica de criança, tanto para as mães como para as crianças.

As respostas indicam a concepção de que ser criança é ser feliz e realizar atividades prazerosas, ainda que haja uma relação de dependência e obediência ao adulto, conforme apontado na Figura 1.

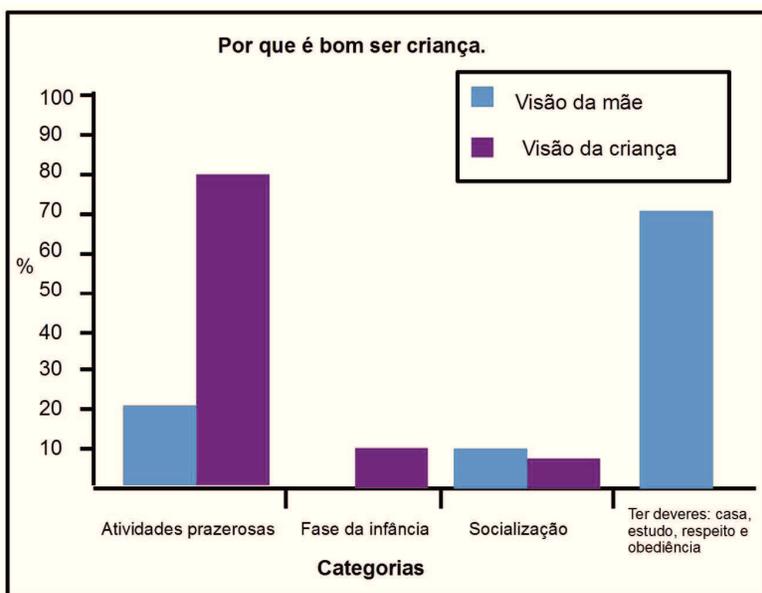
Figura 1: Ser criança é...? Visão de mães e crianças sobre a concepção da infância.



Práticas positivas relacionadas à infância foram investigadas a partir da descrição, com as mães, sobre o que as crianças podem fazer, e com as crianças sobre o porquê é bom ser criança. Na visão das crianças, os

aspectos positivos da infância estão relacionados às atividades prazerosas, como brincar, estudar, curtir a natureza e descobrir coisas novas, ao ser criança e socializar-se no meio em que se encontra. Na visão das mães, os aspectos positivos da infância estão mais atrelados aos deveres. Os dados percentuais das respostas apresentadas encontram-se na Figura 2.

Figura 2: Por que é bom ser criança? Visão de mães e crianças sobre aspectos positivos da infância.

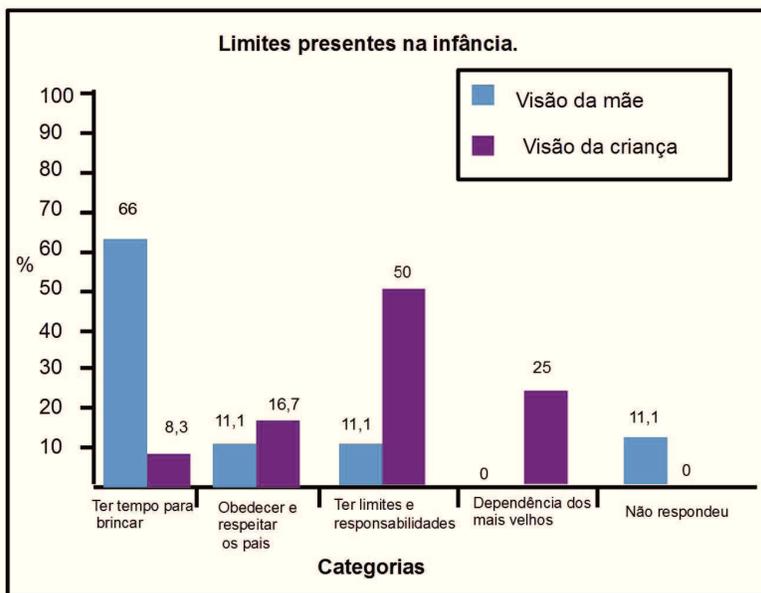


Na visão da mãe, as atividades mencionadas extrapolam as atividades mais prazerosas, apontando responsabilidades junto à família, ligadas à colaboração nas atividades domésticas, preocupações com o futuro e participação nas discussões que envolvem decisões. É nítido o quanto as crianças valorizam o brincar e as mães a responsabilidade. O cuidado em relação ao dado observado sobre a infância requer atenção, para que esse período não seja encurtado, com a sobreposição de responsabilidades em detrimento do brincar.

Outro aspecto investigado refere-se à compreensão dos limites, regras e combinados. Estes, quando bem sucedidos, podem ser uma conquista para a família, possibilitando a descrição da situação em que se encontram e as consequências das ações envolvidas. Ao descrever as contingências, aumenta-se a possibilidade de participação e compromisso. Quando as consequências não são descritas, não se reflete sobre o porquê da obediência aos responsáveis, fazendo com que as ordens sejam vivenciadas como fatores negativos.

Na entrevista, as mães responderam sobre o que acreditavam que as crianças precisavam fazer (regras estabelecidas), ao passo que as crianças apontaram o que haveria de 'ruim' em ser criança (dificuldade em compreender o porquê de algumas ações), verificando em que medida as limitações da idade tornam-se obstáculos para determinadas práticas. Na Figura 3, é possível comparar as categorias resultantes dessa investigação.

Figura 3: Visão de mães e crianças sobre regras e limites presentes na infância.



Observamos que, para as mães, ao se estabelecer limites e responsabilidades não se pode perder de vista a necessidade da criança brincar. Esse dado complementa o anteriormente apontado, destacando que, mesmo tendo responsabilidades, a criança precisa ter espaço e condições para ser criança. Na visão das crianças, surgem falas que destacam a sua visão de responsabilidade e colaboração como difíceis de serem realizadas. Este indicativo sugere que as atividades quando cumpridas são realizadas ainda por obediência, sem que se compreenda a função colaborativa dentro do contexto familiar. Outra dificuldade indicada destaca-se em relação à dependência dos mais velhos para locomoverem-se ou realizarem atividades de seu interesse.

A discussão desta problemática envolve, além da necessidade de estabelecimento de regras claras, o diálogo sobre a compreensão dos direitos e deveres da criança. Neste aspecto, cumpre diferenciar o trabalho infantil e a possibilidade de colaboração no contexto familiar.

Na primeira reflexão, temos de diferenciar o que seja exploração do trabalho infantil dos processos de (colaboração) socialização que ocorrem nas comunidades rurais nos quais a criança ao acompanhar os pais na lida da roça “brincando” aprende; apreende os mecanismos envolvidos na realização das atividades produtivas, incorporando valores e elaborando concepções acerca do que seja o trabalho e suas implicações para a vida humana.

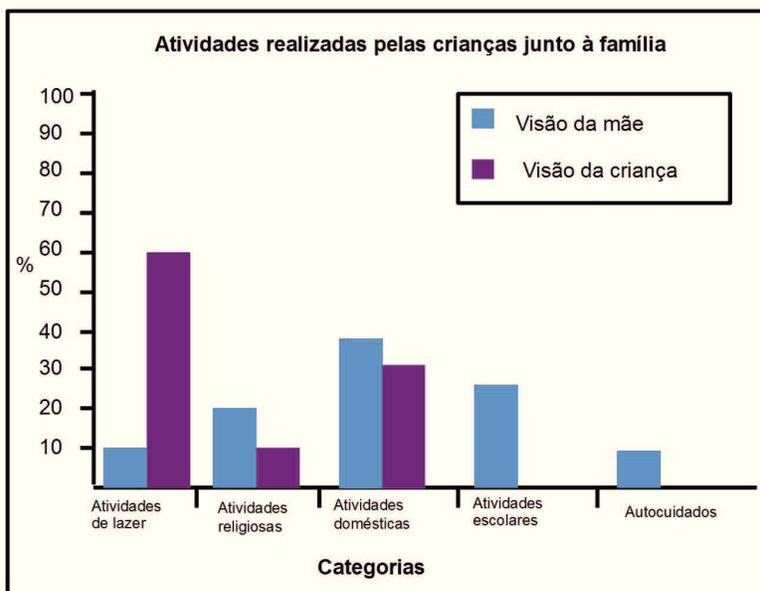
Acerca do que tange ao trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho,

Trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade. A legislação brasileira - de acordo com a Emenda Constitucional n. 20 aprovada em 16 de dezembro de 1998 - proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo, no entanto, o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz. Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, os trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social. (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2004, p. 1)

Na segunda reflexão, apontamos a necessidade de assumir responsabilidades junto ao ambiente que integramos. Essa responsabilidade perpassa desde a concepção de guarda dos pertences após a utilização (brinquedos, utensílios, talheres, objetos pessoais) até a responsabilidade que temos pelo mundo que nos cerca (o cuidado do próprio corpo, da casa, da escola, da cidade, da natureza, do nosso planeta). Do contrário, achamos sempre que a responsabilidade e o cuidado são do outro, da ‘sociedade’, como se estivéssemos separados desta. Daí a importância da socialização, da interação infantil através dos processos de colaboração dentro do ambiente familiar.

Buscando compreender melhor as atividades realizadas pelas crianças junto à família, os participantes descreveram um pouco mais sua rotina. Os dados categorizados encontram-se apontados na Figura 4.

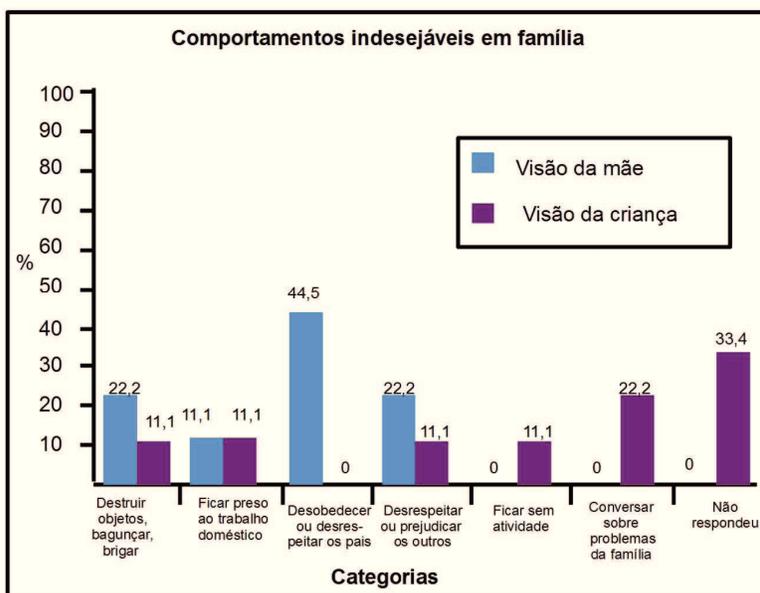
Figura 4: Visão de mães e crianças sobre as atividades realizadas pelas crianças junto à família.



Embora haja predomínio do indicativo de atividades de lazer pelas crianças, as atividades domésticas são apontadas tanto pelas crianças como pelas mães com índices muito próximos. Considerando distantes os índices de atividades de lazer, há necessidade de maior conscientização dos pais sobre os espaços de lazer e a recreação na infância, dado que as próprias mães apontaram como relevante na questão anterior. Destarte, as mães mostraram preocupação em relação às atividades escolares, o que não foi apontado pelas crianças. Considerando-se que a Educação é um direito da criança e dever do Estado e da família (BRASIL, 1990), este aspecto deve ser destacado na postura das mães como ponto favorável na compreensão do que é ser criança e quais são as suas necessidades.

Na entrevista, os participantes indicaram, ainda, os comportamentos que seriam indesejáveis no contexto familiar, sendo estes apresentados na Figura 5.

Figura 5: Comportamentos indesejáveis em família na visão de mães e filhos.



Na visão das mães, a desobediência ou desrespeito aos pais é o que mais incomoda. Para tanto, destacamos novamente a necessidade de diálogo e importância de se estabelecer regras mais claras. Como as crianças ressaltaram dificuldades para conversar sobre problemas da família, é possível inferirmos que o diálogo sobre as regras e o desrespeito não deve ser muito tranquilo, necessitando de orientação e intervenção para estabelecerem um compromisso entre as partes. A construção da possibilidade de diálogo e argumentação da criança perante o adulto é algo recente na sociedade, visto que, por muito tempo, esperava-se que a criança simplesmente cumprisse ordens do adulto, que estaria em condições diferenciadas de poder. Embora se reconheça que os pais tenham maior experiência e condições de definir o que é melhor para a criança, criar um espaço em que ela possa se manifestar, expressar seus sentimentos, emoções e razões pelas quais ela apresenta determinado comportamento, é um avanço, no sentido de reconhecer na criança sua identidade e papel social dentro da família e percebê-la como sujeito completo e capaz.

Neste papel social, há responsabilidades que poderão ser gradualmente assumidas. Na visão das mães e das crianças, a participação da criança nas decisões da família tem seu início em pequenas ações como a escolha de seus pertences e lugares para passear, até o momento em que começam a discutir sobre o orçamento doméstico.

No processo de tomada de decisões, apenas 11,2% apontou a participação do pai e da mãe em igualdade de decisão; 44,0% expôs ser a mãe a responsável, e 44% indicou o pai. Nas decisões mais importantes da família, não houve participação dos filhos, salvo em uma das famílias.

A participação da criança nos processos decisórios, ainda que gradual, a partir da escolha de seus pertences, é algo que precisa ser fomentado junto às famílias. Em especial, nas famílias de assentados, a questão da manutenção da luta pela terra e a resistência em continuar assentado, produzindo e alcançando as metas estabelecidas, recai sobre

a continuidade do trabalho em família. Esta continuidade, por sua vez, precisa ser passível de construção de significado para a criança, à medida que ela se sente como parte integrante da luta, da conquista e da decisão em permanecer lutando.

Considerações finais

Talvez a infância, assim como a poesia, não precise ser analisada, mas sentida. Sofro medo de análise (Manoel de Barros).⁵

Talvez como a epígrafe sugere, a infância não necessite de análise e sim de sensibilidade por parte do pesquisador. Ouvir as crianças e entender as tramas que envolvem a construção de sua percepção de mundo é um exercício que requer um olhar atento e minucioso. É preciso desvestir-se da construção social de um olhar voltado às incompletudes e passar a entendê-las a partir de suas potencialidades. Perceber que a criança não é um sujeito incompleto, mas sim um sujeito singular, com formas de pensar e compreender o mundo que lhes são peculiares, diferentes dos adultos. O primeiro e difícil trabalho do pesquisador é desvestir-se dos preconceitos e ouvir a criança entendendo-a a partir do seu olhar e não mais com um olhar “adultocêntrico”.

Os resultados da pesquisa apontaram para uma participação infantil bastante limitada, uma vez que nas decisões mais importantes a criança não tem voz. Além disso, mesmo quando existe a participação e a colaboração infantil nas atividades dentro do contexto familiar, as mesmas ocorrem sem que haja um perfeito entendimento de como e porque as tarefas são realizadas, bem como da importância da criança participar dos processos decisórios e das atividades colaborativas.

Lembramos que é preciso haver diálogo entre os adultos e as crianças de modo a estabelecer regras claras que permitam entender o

⁵ Poeta sul-mato-grossense. Disponível em: <[www.http://pensador.uol.com.br/poemas_de_manoel_de_barros/](http://pensador.uol.com.br/poemas_de_manoel_de_barros/)>.

papel que cada indivíduo desempenha dentro da família. Além disso, faz-se necessário uma maior conscientização do adulto sobre os processos de desenvolvimento infantil, de modo a perceber a criança como capaz de tomar decisões. Claro, decisões diferentes das tomadas pelo adulto, porém, com o mesmo nível de importância.

O diálogo como forma de evidenciar a função e a importância de cada sujeito dentro da família é necessário para que a criança esteja realmente inserida neste contexto. É importante que a criança sinta-se parte da família, que ela esteja com e na família nas mais diferentes situações, agindo, falando, participando dentro das suas potencialidades, respeitando seus limites e capacidades. Desta forma, como lembra Paulo Freire (2007), a criança terá maior capacidade de fazer escolhas conscientes, tomar decisões responsáveis.

De grande importância para a criança, a educação escolar é vista pelos pais como necessária, aspecto positivo identificado nos resultados do trabalho. A criança necessita ser inserida nos diferentes contextos sociais e em diversas situações de aprendizagem para que possa desenvolver-se, e a escola é um ambiente privilegiado para que estas situações aconteçam. Segundo Galvão (1995, p.102), é na relação com o outro e com o mundo que a criança desenvolve-se, pois, conforme a autora,

[...] ao participar de grupos variados a criança assume papéis diferenciados e obtém uma noção mais objetiva de si própria. Quanto maior a diversidade de grupos de que participar, mais numerosos serão seus padrões de relações sociais, o que tende a enriquecer sua personalidade.

Essas relações sociais são importantes, pois será ao interagir com o outro que a criança irá elaborar sua identidade. São as relações interpessoais que propiciam o que Galvão (1995, p.113) vai chamar de crises de oposição que, segundo a autora, são “indícios da necessidade de autonomia”.

É necessário ressaltar a importância de que o adulto responsável pela criança conheça a dinâmica do desenvolvimento infantil para que possa tomar,

[...] medidas concretas que visem possibilitar maior autonomia e responsabilidade às crianças que podem diluir a oposição e facilitar a convivência nos momentos críticos. Sem falar nos benefícios [...] para o desenvolvimento de condutas sociais importantes como a cooperação e a solidariedade (GALVÃO, 1995, p.107).

Desta forma, insistimos que é necessário um trabalho junto às famílias a fim de conscientizá-las da importância da participação consciente por parte das crianças como atividade propulsora do seu desenvolvimento pleno.

Muitas dúvidas surgiram ao longo deste trabalho que não puderam ser respondidas. Dúvidas estas que trago comigo como mola que propulsionará novos estudos relativos à participação das crianças nos processos decisórios dentro do Assentamento Taquaral. O estudo limitou-se a estudar as concepções das crianças e de suas mães acerca da participação infantil apenas no contexto familiar.

Relembrando as ideias apontadas por Wallon, na apresentação de Galvão (1995) e de seus seguidores, há que se estudar a criança inserida nos diversos ambientes, nos quais ela se insere. Desta forma, fica como indagação para estudos posteriores como se dão os processos decisórios nos demais ambientes frequentados pelas crianças do assentamento Taquaral, tais como a escola, a igreja, os grupos de afinidades? Como sua participação nestes processos contribui (se contribui) para a elaboração de sua autonomia e de sua identidade como criança/jovem rural assentado? Como essa participação tem contribuído para sua permanência na terra?

As (in)conclusões nos dão pistas de que é necessário maiores estudos e intervenções que visem a propiciar o aumento das atividades participativas às crianças do Assentamento de modo a auxiliar na

constituição de um sujeito crítico, autônomo, criativo, realmente envolvido nas questões políticas e sociais do contexto no qual está inserido, promovendo a construção de sua cidadania.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei n.º 8.069/90, 1990.

FONSECA, S. C. *Do abandonado ao menor: o caso do instituto disciplinar em São Paulo - 1903-1927*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2838-Int.pdf>>. 2007. Acesso em: 14 jul. 2012

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GALVÃO, I. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1995.

GOBBI, M. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, L. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GONSALVES, E. P. *Iniciação à pesquisa científica*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

KRAMER, S.; SILVA, J. P. da; BARBOSA, S. N. F. Questões metodológicas da pesquisa com crianças. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 41-64, jan-jul. 2005.

_____. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Caderno de Pesquisa*, n.116, p.41-59, jul/2002.

MARTINS, R. K. *Expectativas das famílias com crianças menores de quatro anos em relação à educação pública e as experiências educativas vividas por seus filhos*: um estudo da Localidade Rural de São José, Município de Braço do Norte - SC. 2006. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina.

MULLER, F. *Infância nas vozes das crianças*: educação e sociedade. Campinas, v. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago. 2006

OLIVEIRA, M. T. E. de. *Crianças narradoras*: e suas vidas cotidianas. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. *Protagonismo infantil*: co-construindo significados em meio às práticas sociais. Brasília: UNB, 2007.

Rizzini, I. *A criança e a lei no Brasil*: revisando a história - 1822-2000. Brasília: Unicef; Rio de Janeiro: USU, 2000.

ROCHA, J. F. T. *Do asilo dos expostos ao berçário*: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: _____.; CERIZARA, A. B. *Crianças e miúdos*: perspectivas sociopedagógicas da infância e da educação. Porto: ASA, 2004.

_____. *Imaginário e cultura da infância*. Disponível em: <http://titosena.fortunecity.com/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2011.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, F. F. *O trabalho infantil no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <www.pensador.uol.com.br/poemas_de_manuel_de_barros/>. Acesso em: 19 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE NEGRA COLÔNIA DE SÃO MIGUEL, MARACAJU - MS

*Maria Aparecida do Nascimento
Nelson Aparecido Silva Casimiro
Thiago José dos Santos*

O Brasil tem uma história marcada pelo trabalho escravo. Essa exploração de tão intensa levou muitos escravos a fugirem e a se refugiarem nos recantos de mais difícil acesso para evitar a recaptura. No período recente, remanescentes dessa população têm se (re)organizado, retomando suas raízes étnicas-culturais e constituindo comunidades. Tais sujeitos coletivos passam a reivindicar direitos territoriais e sociais, exigindo o reordenamento jurídico do Estado. Entretanto, desde suas origens até os dias atuais, essas comunidades enfrentam problemas relacionados ao seu reconhecimento e à construção e negociação de sua identidade. É sobre esse tema que pretendemos discorrer, tomando como foco a realidade de uma comunidade específica.

Com o fim oficial da escravidão no país, em 1888, os quilombos deixaram de ser apenas os recintos¹ isolados de negros fugidos. Gradativamente o termo passou a designar também as comunidades negras remanescentes que se organizaram a fim de resistir à estrutura fundiária vigente. Tais questões precisam ser investigadas e analisadas para só então poder propor alguma ação que promova a visibilidade social e a reconstrução de sua identidade. As comunidades quilombolas são exemplos dessa realidade de exclusão

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação do Prof. Dr. Levi Marques Pereira.

que se torna cada vez mais evidente na atualidade, mas cuja origem remete ao passado escravocrata da nação brasileira.

O processo histórico da formação dos quilombos é percebido através de conceitos ideológicos, que refletem interesses políticos e econômicos. Segundo Carvalho (2001), o processo histórico de cidadania no Brasil até a formação dos atuais quilombos percorreu um longo caminho. A partir do século XVI até a interrupção do tráfico negreiro, entraram no Brasil aproximadamente quatro milhões de escravos, concentrando-se nas regiões de produção da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Com o surgimento de novas frentes de expansão econômica, as populações negras difundiram-se por todo o território nacional, o que explica a presença de quilombo em praticamente todas as regiões, pois os negros sempre levaram consigo sua forma de organização familiar, de produção econômica e de outras práticas sociais, o que lhes permitia e permite reconstituírem-se enquanto comunidades.

Resulta daí a ideia de que pensar a questão quilombola é, antes de tudo, pensar a questão da terra e a sua vinculação com o direito de liberdade do ser humano. Implica também em considerar o modo como os coletivos humanos mobilizam seus saberes e práticas para produzirem sua experiência social e histórica. Portanto, para buscarmos compreender a organização de uma parcela da sociedade que no passado, além da liberdade individual, também se viu expropriada da terra, devemos entender como se deu, mesmo que parcialmente, o processo de distribuição de terras em nosso País e um pouco do processo que conduz ao reconhecimento, mesmo que ainda tardio e incompleto, das comunidades quilombolas que até os dias de hoje deparam-se com os mais diversos tipos de exploração e preconceitos. É a partir daí que poderemos entender a sua organização nos dias atuais.

Para este trabalho, analisamos a Comunidade Negra Colônia de São Miguel, município de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Os dados sobre esta comunidade serão apresentados na parte final do presente artigo;

antes realizaremos uma breve incursão sobre a questão da distribuição da terra no Brasil, sobre a presença do negro na sociedade nacional e a definição atual de quilombola.

A terra brasileira e a sua relação com a história dos afrodescendentes

A história do nosso país já conta com mais de cinco séculos. Nesse período, foi colônia, império e, desde 1889, organiza-se no regime de república. Todo esse processo histórico foi marcado por um conjunto de interesses focados no atendimento das demandas das elites econômicas e agrárias. Resulta daí a ocupação e a apropriação de forma desigual da terra, que perdura até os dias atuais.

Podemos dizer que os europeus chegaram às terras americanas dispostos a retirar delas toda a riqueza possível e depois retornarem ricos para os seus países de origem. Com o Brasil, os portugueses não foram diferentes na forma de pensar e agir. Ainda no período das grandes navegações, Portugal enfrentava dificuldades em suas relações econômicas com outros Estados europeus, enfrentando ainda a crise no comércio das especiarias com o Oriente e o risco de perder as posses americanas. Tais fatores levaram Portugal a optar pela colonização exploratória do Brasil, e, para alguns estudiosos do processo de formação da sociedade brasileira, os primeiros colonizadores tinham índole duvidosa, como relembra Joaquim Nabuco:

No princípio da nossa colonização, Portugal descarregava no nosso território os seus criminosos, as suas mulheres erradas, as suas fezes sociais todas, no meio das quais excepcionalmente vinham emigrantes de outra posição, e, por felicidade, grande número de judeus. (NABUCO, 2000, p. 98)

A posição assumida por Nabuco facilmente seria classificada hoje como preconceituosa, mas passa a ideia de como o autor interpreta

a formação da sociedade brasileira e a herança que ela representa para sua configuração atual. De todo modo, hoje estamos em condições de considerar que o determinante não foi necessariamente a origem das pessoas aqui chegaram, mas o modelo de colonização predatória aqui estabelecido e as condições aviltantes a que foram submetidos os negros para cá trasladados e a população indígena autóctone. Mesmo após o fim da escravatura, negros libertos, índios, mestiços e brancos empobrecidos passaram a formar o segmento numericamente majoritário da população, alijados da participação política e do acesso ao principal meio de produção - a terra. Na construção da sociedade brasileira, a propriedade da terra, mais que um meio de produção, sempre foi vista como o símbolo de pertencimento ao segmento dominante da sociedade, o que explicaria a grande dificuldade de conceber e executar políticas de acesso a ela, para o atendimento das necessidades de negros, índios e empobrecidos em geral.

As terras americanas pertencentes a Portugal no período colonial pertenciam ao rei, cabendo apenas a ele distribuí-las. Segundo Becker (2003, p. 41):

No início a colonização a legislação relativa à propriedade de terra estava baseada na política rural de Portugal. A terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa. Uma estratégia de distribuição controlada da terra envolveu empreendedores privados na colonização do território sem ônus para a Coroa.

A primeira organização administrativa do país foi baseada no grande latifúndio, as Capitânicas Hereditárias. Sendo assim, os donatários encontraram aqui uma vastidão de terras, onde só se deparavam com os povos nativos - indígenas. Em muitos casos, os indígenas ofereceram resistência aos novos ocupantes, mas acabaram sendo dominados e/ou expulsos para o interior. Gradativamente o território foi sendo ocupado

pelos portugueses e seus descendentes, que sempre recorreram à mão-de-obra escrava do negro africano.

Essa política se estendeu por todo o período colonial e, em algumas partes do Brasil, até no período republicano, quando o governo incentivava a ocupação de vastos territórios como forma de consolidar o território nacional. Porém, o impacto social desse processo tornou-se desastroso no que se refere à distribuição social da terra no país.

O Brasil constitui-se como um país de extensa área territorial, com forte tradição agrícola, associada a uma diversidade étnica e cultural. Entretanto, até hoje ainda não se conseguiu resolver um dos mais antigos problemas sociais que aflige o povo brasileiro, que é a ocupação desordenada e o mau aproveitamento de terras, que estão associadas a um elemento, que se pode considerar mais importante, a concentração fundiária ou latifúndio. Desde a chegada dos portugueses em solo brasileiro, persiste, até os dias atuais, a exclusão de amplos segmentos etnicorraciais do acesso à terra.

Martins (2004), descrevendo o atual contexto em que se encontra a luta pela terra no Brasil, traz o seguinte comentário:

Desde os anos 50, o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação das terras novas da fronteira no Paraná, em São Paulo, no Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Rondônia, no Acre, podem ser vistos de um modo novo, por meio do mapa geográfico da violência, pela explosão de conflitos fundiários que os acompanha. Essa é a versão moderna da Conquista. Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do “branco” contra o índio; violência do branco rico contra o branco pobre; violência do branco pobre contra o índio; violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados. (MARTINS, 2004, p. 23)

Mesmo não se atendo às questões da terra dos afrodescendentes, Martins nos dá uma visão ampla de como são os conflitos pela terra

no Brasil, envolvendo uma série de elementos econômicos e étnicos. Discutindo a questão da terra relacionada ao negro no final da escravidão, Leite ressalta a criação de uma nova categoria de brasileiros, “libertos”:

Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos”. (LEITE, 2000, p. 335)

Para Silva (2004, p. 17), um dos fatores marcantes na questão da Lei de Terras (1850) é que ela “põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra”. Na prática, isto implica a instituição da compra como única via de acesso a terra, tornando o processo inacessível aos pobres, indígenas e afrodescendentes libertos. Sobre isto Becker (2003, p. 58) afirma que:

No mesmo ano [1850], uma nova política de terras e de trabalho se estabelecia para regularizar a propriedade da terra e o fornecimento de trabalho, bem como o crédito: a Lei de Terras.

Essa prática serviu de base para conter a apropriação de terras, visto que chegava ao fim a escravidão e começavam a chegar ao país grande contingente de imigrantes europeus, o que demonstrava grande preocupação também com a garantia da continuidade do fornecimento da mão-de-obra. Sobre o assunto Silva (2004, p. 17) escreve:

A promulgação dessa lei ocorreu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. [...] além de garantir aos proprietários a mão de obra imigrante e nacional, contribuiu para evitar ou amenizar a crise no mercado de trabalho logo após a abolição da escravidão em 1888.

Como podemos perceber, as terras brasileiras, quando não mais de posse indivisível do rei, passaram a ser compradas, fato criado pela lei que estabeleceu que elas passariam a ser adquiridas por meio da

compra, limitando o acesso às terras. O negro, ex-escravo, agora torna-se dependente do trabalho assalariado, seu trabalho é pago, e diga-se de passagem, muito mal pago, impedindo-o de ter acesso à terra e à liberdade plena.

O histórico da escravidão e a má distribuição de terras se desdobram em formas de intensa exploração do trabalho assalariado. Essa herança perpetua-se no tempo, de modo que só recentemente, a partir do governo de Vargas, passaram a ocorrer mudanças significativas na condição do trabalhador. Sendo assim, as questões vinculadas à terra no país perpassam por uma série de situações ao longo da história, onde se destacam: as dificuldades de acesso, especialmente pelo afrodescendente, os conflitos, o choque de interesses econômicos e as questões étnico-raciais. Esses aspectos de certa forma influenciaram significativamente nas legalizações de terras, tornando difícil o reconhecimento de certas áreas, sobretudo, as reivindicadas por remanescentes de afrodescendentes.

O reconhecimento do direito de acesso à terra para a população descendente de escravos aparece pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que trata da regularização das terras ocupadas por remanescentes de comunidades afrodescendentes. Nele encontramos as seguintes afirmações: “Art. 68 (ADCT) - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (Constituição Federal, 1988).

Mesmo com o reconhecimento formal do direito dos afrodescendentes à propriedade das terras historicamente ocupadas por suas comunidades, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) encontra muitas dificuldades em realizar a regularização fundiária dessas terras. Um dos motivos é que no Brasil, fora da Amazônia, praticamente inexistem terras que não sejam tituladas, ou seja, na maioria dos casos as comunidades quilombolas ocupam

apenas pequenas porções do território que reivindicam, sendo que tais terras frequentemente estão tituladas em nome de terceiros, o que requer complexos e onerosos processos de desapropriação.

As marcas históricas do negro no Brasil

O Brasil é o país americano que mais importou escravos africanos, segundo Carvalho (2001). Essa realidade trouxe impactos muito negativos para a sociedade nacional.

O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterruptamente até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. (CARVALHO, 2001, p. 20)

Enquanto perduraram o tráfico e a escravidão, o negro, inserido à força em nosso território, viveu em condições subumanas, tornando-se vítima de um sistema explorador e extremamente injusto. Negros e negras realizavam trabalhos extenuantes e sem nenhum tipo de remuneração. Apenas lhes eram assegurada a alimentação, valendo ressaltar que de baixa qualidade e em proporções inferiores às necessidades exigidas pelo corpo em tais atividades. Além disso, sofriam castigos físicos e morais, sendo as negras, muitas vezes, abusadas sexualmente, algumas mutiladas, outras engravidadas por seus patrões 'donos', dando à luz filhos tidos como bastardos. Muitas negras, geralmente, deixavam de amamentar seus próprios filhos e filhas para serem amas de leite dos filhos e filhas da Sinhá (esposa do proprietário de escravos). Nessas condições, como se não tivessem vontade própria, viviam expropriadas de qualquer conforto ou direito social. Diante da sociedade da época, eram tidos/as apenas como objeto.

Os escravos brasileiros viveram expropriados de qualquer condição dignamente humana. Diante disso, muitos negros/as aproveitavam-se das poucas oportunidades que ocorriam do descuido do capitão do mato e de seus jagunços para fugirem das senzalas, tentando deixar para trás aquela vida de exploração. Com isso, buscavam refúgio nos locais mais distantes possíveis e de difícil acesso, a fim de impedir a recaptura e, aos poucos, esses agrupamentos iam se constituindo em pequenas comunidades denominadas quilombos. Tais grupamentos costumam ser designados como quilombo de fuga.

A visão que se tem sobre o afrodescendente e das comunidades quilombolas pode ser percebida de várias formas no cotidiano, como, por exemplo, nas relações salariais, no acesso e no tipo de trabalho, e na própria literatura, como no Minidicionário Aurélio (2009), que pontua que “os quilombos são o refúgio de escravos fugidos” – quando, na realidade, as comunidades quilombolas são a reestruturação cultural de um povo. Parte significativa das atuais comunidades quilombolas não são descendentes diretos de quilombos de fuga, surgem de famílias negras que se territorializaram em espaços onde sua presença foi permitida ou tolerada. Nesses espaços, reuniram parentes e descendentes, formando comunidades de negros já libertos, mas, muitas vezes, sem dispor de documentos das terras que ocupam.

Toda essa exploração e a imagem construída sobre os afrodescendentes são retratados até os dias de hoje nas relações sociais, como as brincadeiras e as piadas quase sempre carregadas por um preconceito maldoso ou discriminatório. Essa situação vai além, como nas relações trabalhistas nas quais as pessoas de cor preta e parda recebem salários inferiores aos brancos e dificilmente ocupam cargos de chefia.

Carvalho (2001) faz referência a José Bonifácio no que se refere às razões alegadas para a proclamação da abolição dos escravos no Brasil. Segundo informa, ela só veio a acontecer após a abolição dos escravos em Cuba, por entendimentos políticos entre imperador e fazendeiros, quando

se convenceram de que a manutenção da escravidão poderia ser perigosa para a defesa nacional e promoveria o enfraquecimento da segurança interna. Para o autor, “a escravidão era um obstáculo para formação de uma verdadeira nação, pois mantinha uma parcela da população subjugada à outra” (CARVALHO 2001. p. 50). Embora os escravos que stivessem libertos não gozavam dos direitos civis e naturais, não votavam, não tinham escolas, terras, nem a plena liberdade individual. O negro liberto era uma categoria de pessoa sempre sob suspeição.

Segundo Nabuco (2000), a Constituição de 1824 definia, restritamente, quem poderia ter direitos civis. Somente os homens, brancos e com determinada renda, poderiam votar e ser votados. Sendo assim, mesmo que algum negro alforriado possuísse a renda com valor preestabelecido dificilmente desfrutaria dos direitos civis.

Arruti (2005, p. 71) remete-se a Hasenbalg (1992) para dizer que o tom dos discursos sobre a abolição e o negro no Brasil contribuiu para a transformação do modo de pensar nas câmaras municipais e academias de letras estaduais. Gradativamente vai se criando um ambiente favorável à mudança de mentalidade sobre o lugar do negro na sociedade brasileira, mas esse movimento começa tímido e envolve poucos setores da sociedade, o que é insuficiente para contrapor-se aos interesses das grandes oligarquias agrárias.

Segundo Arruti (2005), somente com a elaboração da Carta Constituinte do Brasil, em 1988, é que são garantidos todos os direitos civis. Neste contexto histórico, ressurgem ou voltam a ganhar visibilidade os movimentos relativos ao centenário da abolição da escravidão e da situação do negro na sociedade brasileira, mas não registrava ainda agrupamentos ou comunidades negras remanescentes, e sim eventos que evocavam especificamente o quilombo de Palmares. Outros eventos foram acontecendo, como a comemoração do dia 13 de maio, reconhecido como a data de assinatura da Lei Áurea, e 20 de novembro data da morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares,

data reconhecida oficialmente pelo Estado como o dia da Consciência Negra. Ainda, segundo o autor, mesmo que tais eventos apresentassem características de protestos, acabaram por influenciar a criação do artigo 68 (ADCT) da Constituição, vindo a garantir respostas às demandas dos agrupamentos negros rurais autoidentificados como remanescentes de quilombos.

A resistência tem como tema central a persistência ou a produção de cultura negra no Brasil. Neste sentido, surgem alguns questionamentos: a) em que proporção os quilombos buscam reproduzir modos de vida africanos? b) Como eles reproduzem criações mais ou menos originais? c) Em que proporção sua organização social opera como meio de resistência cultural?

Arruti (2005, p. 72) registra que Rodrigues caracteriza o Quilombo de Palmares como persistência da África no Brasil “um retorno à barbárie”. Arruti também aponta que Ramos caracteriza o quilombo de Palmares como um fenômeno “contra-aculturativo”, o que poderia ser entendido como uma reação à desagregação cultural que o africano sofreu sob o regime da escravidão. Refletindo sobre a situação do negro no Brasil, Macena afirma:

O período escravocrata brasileiro deixou profundas marcas na história do país, bem como os reflexos que se apresenta na sociedade. Os excluídos de toda e qualquer oportunidade, como no passado, ainda estão presentes até hoje, sejam reunidos no campo ou na cidade. Com um discurso de reparo e justiça social, diversas organizações sociais vêm desenvolvendo propostas e pressionando o poder público para implementações de políticas públicas voltadas para as minorias étnicas. Sob a égide de implementar uma política de promoção da igualdade racial, o governo brasileiro, no ano de 2005, desenvolveu o Programa Brasil Quilombola, que se apresenta como um conjunto de ações e diretrizes destinadas às comunidades remanescentes de quilombos. (MACENA, s/d, p. 1)

Só muito recentemente, como podemos perceber, é que o Brasil iniciou um processo de reconhecimento e respeito pelos afrodescendentes.

O que podemos observar é que o Brasil foi um dos últimos a abolir a escravidão, fazendo-o legalmente apenas no ano de 1888, porém só muito recentemente tem buscado reconhecer e garantir direitos de igualdade social aos afrodescendentes e o direito do território às comunidades quilombolas.

Várias características da situação escravagista permanecem mesmo após a abolição, às vezes explícita, às vezes oculta. Tal persistência causa danos profundos para a sociedade nacional, atingindo especialmente aquela parcela da população que se tornou brasileira à força: a afrodescendente. Parcelas dessa população fugiram do cativeiro de seus “donos” e se refugiaram nos locais de mais difícil acesso. Após a abolição, os libertos passaram por intensa mobilidade pelo território brasileiro até se agruparem em comunidades em diferentes períodos dos séculos XIX e XX. Tais agrupamentos formam hoje as comunidades remanescentes de quilombo que, na atualidade, buscam garantir seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Os quilombos atuais

A definição mais comum que figura o imaginário popular é de que quilombo é o local de refúgio de negros fugidos. Porém, com o fim da escravidão essa realidade vivencia uma série de transformações conceituais. Os negros já não mais precisam buscar abrigo como no passado, mas sim se (re)afirmar quanto a sua identidade.

Segundo Carvalho (2001), após a abolição, o que restou aos libertos foi o paternalismo do governo e dos senhores, e algumas vezes que insistiram em assisti-los na educação, empregos e terras. As consequências foram piores e duradouras para a maioria da população negra. Esta não recebeu nem terras, nem escolas e nem empregos, o que lhes restou foi retornar às fazendas, trabalhar muito por baixos salários, e a outros engrossar a parte da população sem emprego fixo nas periferias

das cidades, ocupando até hoje posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida.

A busca do termo quilombo como um conceito socioantropológico proporciona o aparecimento de novos atores sociais, e a renovação dos modos de ver e viver a identidade negra. Sendo assim, a legislação brasileira já adota o conceito de comunidade quilombola, reconhece a determinação da condição quilombola que advém da autoidentificação.

Arruti (2005, p. 75), na busca da definição de quilombo, remete-se a Carneiro (1988, pág. 14), para o qual os quilombos foram o fenômeno de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial, e de restauração dos valores antigos. Arruti registra ainda que, para Nascimento (1980, p. 263), quilombo não significa escravo fugido, quer dizer reunião fraterna e livre convivência existencial. Arruti refere-se ainda a Hoornaert (1982, p. 12), para quem quilombo se vincula apenas à memória histórica, mas, sobretudo, a um estilo de vida. No Brasil, é atualidade, não o passado. Percebemos um esforço desses autores em captar uma significação positiva do termo quilombola, cuja referência principal está no exercício da liberdade e não na condição da escravidão.

Comunidade Negra Colônia de São Miguel

Para iniciar a discussão sobre a comunidade Negra São Miguel, é necessário traçar uma definição do que seria uma ‘comunidade’. Para tal, recorreu-se ao Dicionário de Ciências Sociais (1986, p.229), que traz várias definições. Para Parsons, “comunidade é uma coletividade de atores que partilham uma área territorial limitada como base para o desempenho, para a maior parte das suas atividades cotidianas”. Para Sjoberg, “essa definição implica que as pessoas interagem dentro de um complexo institucional local, que propicia uma vasta gama de serviços básicos, embora também leve em consideração o fato de que a comunidade não é necessariamente auto suficiente”.

Para definir melhor o espaço da pesquisa e por este ser um espaço rural, acreditamos ser necessário aclarar a compreensão do que seria uma comunidade rural. Para isso, encontra-se sobre as relações na comunidade rural, em Ribeiro e Junior (mimeo s/d):

Na comunidade rural os vários atores sociais como empregados, proprietários, agregados, parentes e vizinhos estabelecem entre si relações interpessoais diretas, próximas, face a face. Nessa relação de proximidade, os vínculos construídos incidem sobre os vários círculos de vida, trabalho, parentesco, religião e momentos festivos da comunidade. (RIBEIRO; JUNIOR mimeo s/d, p. 3).

Os autores supracitados, discorrendo sobre as relações sociais rurais, partem da ideia de que a organização da comunidade é uma dádiva. Não que esta seja uma concepção deste estudo, porém alguns elementos apontados por esses autores, como a proximidade das relações e os vínculos entre os indivíduos, dão forma à comunidade rural.

Buscando ampliar a capacidade interpretativa acerca da comunidade a ser explicitada logo a seguir, faz-se necessário o entendimento do conceito do que seria uma comunidade quilombola, que, segundo a legislação brasileira é o resultado do reconhecimento da condição quilombola que advém da autoidentificação do indivíduo.

Segundo o Relatório Sócio-Histórico-Antropológico da Comunidade Negra Colônia de São Miguel, quando o território se transforma em patrimônio (2007, p. 3), “a comunidade de São Miguel hoje designa um conjunto de pessoas que são aparentadas entre si e que se reconhecem como herdeiros de uma ancestral fundadora: Dona Joaquina (...)”. Cabe ressaltar que Dona Joaquina é descendente de ex-escravos, o que caracteriza a comunidade como remanescente de afrodescendentes, o que reflete a condição de resistência, possibilitando caracterizá-la como comunidade negra quilombola, que se situa nos altos da Serra de Maracaju, num espaço rural.

A Comunidade Negra Colônia de São Miguel surge na segunda década do século XX com o casamento dos negros descendentes de

escravos Manoel Lourenço Gonçalves e Joaquina Gonçalves Souza. A comunidade São Miguel possui esse nome em homenagem a São Miguel, que, segundo contam, era todo de ouro e foi enterrado na fazenda, e que até hoje ninguém o encontrou.

Sobre a origem do nome, o senhor Ramão Gonçalves de Souza conta aos pesquisadores do Relatório Sócio-Histórico-Antropológico que:

Aqui chama São Miguel porque segundo os antigos é porque tinha uma fazenda bem antiga aí que festejava o São Miguel. Diz que tinha um santo de ouro. São Miguel era de ouro. Ai eles pegaram antes deste casal morrer eles enterraram este São Miguel não se sabe donde, por ai. E a região ficou São Miguel. Muita gente veio caçar algum sinal, alguma coisa pra achar este santo, mas nunca acharam. Esta é uma lenda dos antigos. (Ramão: Relatório Sócio-Histórico-Antropológico, 2007, p. 15).

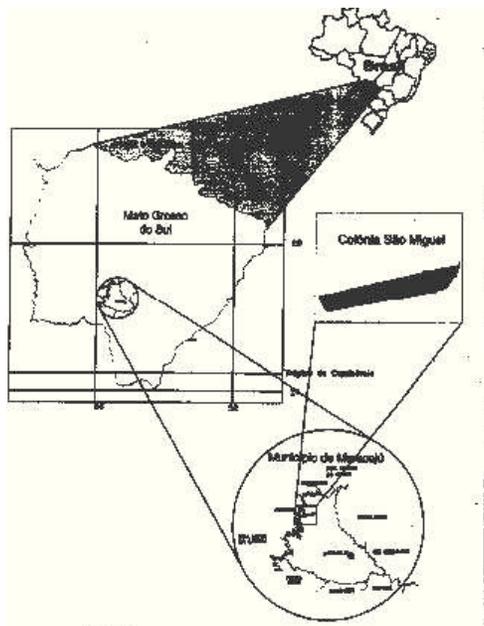
Segundo Jorge Henrique Gonçalves Flores, em entrevista realizada no dia 22 de maio de 2012, falando sobre a origem do nome da comunidade, diz que o mesmo é resultado de um longo processo histórico:

Tem uma lenda que conta a nossa (vó), que na época das revoltas e revolução tinha um fazendeiro. Essa fazenda São Miguel era muito grande, ela fazia divisa com o Turvo, fazia divisa lá com a fazenda Engenho, com a fazenda Guilhermina, que é o Assentamento Santa Guilhermina, fazia divisa aqui com a fazenda Urumbeva. E ai foi cortada essa fazenda em várias propriedades, e ai a nossa parte aqui fazia parte da fazenda Chapada e, segundo os primeiros donos tinham um São Miguel de ouro, e daí na época dos revolucionários quando chegavam o que minha avó chamava de bandoleiro, os fazendeiros escondiam suas coisas de valor na terra. A sede dessa fazenda era aqui no planalto, pro lado da Usina, perto da fazenda Turvo. Então essa fazenda tinha um São Miguel de ouro, que eles enterraram. E ai morreu o dono do São Miguel e ele ficou perdido, daí colocaram o nome da região

de São Miguel, a fazenda dele chamava São Miguel também. Daí a nossa região como tinha várias colônias, fizeram uma igreja lá em cima em homenagem pra São Miguel e, fundaram aqui a colônia, ai tudinho aqui se chamava São Miguel. (FLORES, 22/05/2012)

A Comunidade localiza-se na divisa entre os municípios de Maracaju e Nioaque. Administrativamente pertence a Maracaju-MS, e localiza-se a aproximadamente 80 km do centro urbano, 26 km de Nioaque-MS, cidade com a qual sua população desenvolve boa parte das suas atividades comerciais e de acesso a serviços essenciais. A seguir, um mapa que mostra a localização geográfica da comunidade:

Figura 1: Mapa de Localização da Comunidade Negra Colônia de São Miguel.



Fonte: Relatório Sócio-Histórico-Antropológico (2007, p. 16).

Para compreendermos o processo histórico de formação da comunidade, recorreremos às memórias de algumas pessoas dessa comunidade.

Segundo o senhor Ramão, em entrevista gravada no dia 01 de outubro de 2011, seus pais vieram do Estado de Minas Gerais e se fixaram na fazenda Cabeceira Preta, onde hoje se designa a localidade entre o Polaco e a Usina MR (em Maracaju). Como trabalhadores de fazenda, permaneceram por cerca de trinta anos. Receberam pelo trabalho algumas cabeças de gado bovino e de éguas, que criaram juntamente com o rebanho do patrão na fazenda.

Quando a criação atingiu 300 reses bovinas e duas manadas de éguas, o patrão disse que já estava dando ‘muito gasto’ e que era necessária a retirada. Então, aproveitando-se da necessidade, eles usaram o rebanho para a compra das terras que formam a comunidade, por meio da troca entre parentes.

Segundo o Relatório Sócio-Histórico-Antropológico (2007, p. 48), seu Manoel Lourenço possuía 300 reses e duas manadas de égua, as quais usou para a aquisição de 105 hectares de terras que pertenciam ao tio de dona Joaquina, o senhor Andrade.

A comunidade é formada por essa primeira área de terras compradas, das quais só restaram 86 hectares, como afirma o senhor Jorge: “no final quando eles fecharam, na época não era fechado aqui, não tinha cerca, aí quando fecharam só acharam 86 hectares, o restante ficou pra fora”. Essa afirmação mostra que no processo de fechamento das fazendas e da comunidade, fazendeiros avançaram suas cercas sobre as terras da comunidade.

Segundo o Portal do Desenvolvimento Agrário,² mais recentemente a comunidade adquiriu outra terra, fruto de área passível à desapropriação num total de 333 hectares. A Comunidade Negra de São

2 Disponível em: <<http://www.maracaju.ms.gov.br/component/content/article/36-ultimas/1123-comunidade-quilombola-de-sao-miguel-recebe-titulo-definitivo-da-terra.html>>.

Miguel é formada por um conjunto de pessoas, no qual todas são de uma forma ou de outra aparentadas entre si. Todos são descendentes de Dona Joaquina, filha de escravos abolidos.

A análise do processo de surgimento da comunidade, como também da luta para a reconstrução de sua identidade e regularização fundiária da terra, possibilita compreendermos que a reelaboração da identidade quilombola da Comunidade Negra Colônia de São Miguel decorre de fatores variados. Em termos históricos, remete à persistência da luta pela consolidação da liberdade formal assegurada pelo fim da escravatura. No período recente, essa persistência ganha novo impulso com o acesso às informações veiculadas pelo movimento negro e pelo maior contato com os técnicos do INCRA. Parte daí também a maior consciência dos seus direitos que são amparados pelo artigo 68 da ADCT da Constituição Federal. Vale lembrar que, em 2006, o governo brasileiro lançou o Programa Brasil Quilombola, que implementou políticas públicas voltadas para o negro, e o INCRA criou um setor específico para atender às questões quilombolas, denominado Comissão Quilombo.

Por conseguinte, essa comunidade, como já vimos, é fruto de um enlace matrimonial entre os negros Manoel e Joaquina, que aproximadamente no ano de 1941 compraram o território onde hoje abriga a comunidade. Ali morando o casal, desenvolveram suas atividades e criaram sua família, como afirma seu Ramão em entrevista:

Meus pais trabalhavam mesmo com a enxada, valaram um brejo, plantavam batata, arroz, cana e banana, então a gente foi criado assim num sistema simples e a gente aprendeu a trabalhar dessa forma, eh! A gente foi crescendo e fui trabalhar em fazenda, ganha uma granazinha. (Ramão, 2011).

Com um trabalho braçal, difícil e árduo, seu Manoel e dona Joaquina conseguiram satisfazer às necessidades básicas de sua família, e diante de tais condições buscaram manter unida a família que mesmo diante das buscas por trabalhos nas fazendas, como diz o senhor Ramão,

e das saídas dos descendentes da comunidade, sempre regressavam, constituindo, assim, a comunidade.

Para analisarmos a organização social dessa comunidade, buscamos compreender o que é a organização social. Sobre esse conceito, encontramos diversas definições. Vila Nova (1981, p. 44) refere-se ao modo como o conceito de organização social foi tratado na tradição sociológica. Para o autor: “a tradição da teoria sociológica possui três respostas clássicas” que, segundo ele, seriam as de Durkheim, Weber e Marx. O autor afirma que, para Durkheim, a organização social deve-se a um consenso ou a uma consciência coletiva; para Weber, deve-se à ação social dos indivíduos e, para Marx, deve-se ao resultado das relações produtivas entre os homens.

Diante dessas e de outras concepções, podemos considerar que há um pouco de cada um dos conceitos na comunidade estudada, visto que esta passa a ter uma consciência de grupo, passando a se ver como afrodescendentes, especialmente após 2001-2002, quando, segundo o senhor Jaime Gabriel de Souza Flores, em entrevista gravada em 22 de maio de 2012, “antes cada um tinha a sua chácara, nos vivia cada um cuidando do seu. Não tinha muito essa forma de organização, não tinha a associação, a gente não vivia numa comunidade, cada um vivia no seu”.

Depois do reconhecimento, da autoidentidade, era necessário organizarem-se a fim de atender as exigências governamentais, como afirma o senhor Jaime (idem): “pelo fato de ser quilombo nós precisávamos de se organizar para conseguir mais recursos, e sem a organização a gente não poderia ter o recurso, daí nós começou a nos organizar pra poder ingressar na política do governo”.

Em Mato Grosso do Sul, além da própria organização política interna das comunidades quilombolas, elas contam com o apoio das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado (CONERQ - MS), para assegurar o acesso aos programas sociais junto aos governos federal e estadual. Sobre isso Teixeira (s/d) traz o seguinte:

No Estado de Mato Grosso do Sul, as comunidades quilombolas estão sob o auxílio da CONERQ-MS, que contam com programas sociais dos Governos Federal e Estadual, tais como o Programa NOVO HABITAR, INCRA, FUNASA, IDATERRA, PROVE PANTANAL (Programa de Verticalização da Produção da Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul) que possibilita aos produtores rurais financiamentos junto ao PRONAF, e ao Fundo de Investimento Social (FIS) (CONERQ-MS, 2006, apud TEIXEIRA s/d).

A Associação Negra Quilombola São Miguel (ANERQSM) é a instituição formal pela qual os membros da comunidade revelam seus anseios e reivindicam seus direitos. Por meio da Associação e de parcerias essa comunidade conseguiu recentemente acesso aos serviços de abastecimento elétrico e de habitação, recursos para a agricultura, entre outros.

A ANERQSM está localizada na casa de Jorge Henrique Gonçalves Flores, que é atualmente o presidente desta Associação. Segundo dona Eva Ribeiro Gonçalves Pacheco, entrevistada no dia 22 de maio de 2012, ela é prima de Jorge e membro da Associação, atuando como Conselheira Fiscal. O que chama atenção no contexto da ANERQSM é que ela se difere das demais associações rurais pelo fato de ela ser composta apenas pelos membros familiares descendentes de dona Joaquina.

Entre outras instituições presentes na comunidade estão as igrejas, que hoje são predominantemente evangélicas, em contraposição à religiosidade praticada no passado, como aponta o Relatório Sócio-Histórico-Antropológico (2007, p. 64): “É comum aos três grupos negros que ocupavam São Miguel: as festas católicas, o uso de benzedeiros, curandeiros e parteiras (...). Também se faz referência às bebedeiras sempre associadas às festas e ao catolicismo”.

As igrejas evangélicas atualmente exercem forte influência sobre a comunidade, visto que, segundo os entrevistados, quase a totalidade dos habitantes da comunidade pertence a essas igrejas. Sobre quais igrejas

existentes na comunidade, o senhor Jaime diz que são: “a Comunidade Cristã, a Deus é Amor e a Manhã Gloriosa”.

Quando perguntado sobre a prática ou cultura afrobrasileira, o senhor Jaime nos respondeu que “a prática afrodescendente para nós é só uma questão de festividade, não aquela crença, hoje a maioria das pessoas daqui são evangélicas, nós vemos essa questão dos cultos e das práticas como uma prática de festividade mesmo”.

Ao ser questionado acerca da família, o senhor Ramão discorre sobre a importância da convivência dos seus filhos e netos dentro da comunidade:

Aqui, oh! De vez em quando a gente se reúne, eu e meus irmãos pra falar pros netos, pra poder memorizar, se deixa pra depois que cresce fala ah! Tá mentindo. Vivendo essa realidade juntamente com nós você já vai explicando como tudo é, pois quando eles crescerem e tiverem filhos eles vão poder passar pra eles também e, assim passa de geração pra geração. Aí a cultura num morre, se deixar no esquecimento já viu né, entra o desenvolvimento que é essas tecnologias, aí extravia tudo [...] criando os filhos aqui a gente ajuda. Todo mundo ajuda todo mundo, e o importante que eu vejo a nossa cultura que trabalha na roça, a criança com quatro ou cinco anos já sabe de onde tira a alface, como que se produz a mandioca, a batata, tudo isso aí. Então já vai criando na nossa cultura, já sabe o nome de todas as árvores e aves que tem por aqui, tudo eles conhecem, então, é uma cultura rica.

Um fenômeno marcante dessa comunidade é a reciprocidade, presente na fala de todos os entrevistados, mas muito bem ressaltada na fala do senhor Ramão “(...) De vez em quando a gente se reúne eu e meus irmãos pra falar pros netos (...). Todo mundo ajuda todo mundo (...)”. Percebemos, assim, uma troca frequente de ações colaborativas, desde a manutenção da cultura até as decisões gerais assumidas na comunidade pelos indivíduos e pela Associação.

As relações de trabalho e de produção estão distribuídas e organizadas no modo de produção familiar. Os entrevistados fazem

questão de destacar que preservam as sementes crioulas sem agrotóxicos, plantam um pouco de tudo que é necessário à subsistência, como, por exemplo, feijão, milho e mandioca, e criam pequenos animais. Sobre isso, o senhor Ramão diz o seguinte:

Aqui nós cultivamos com o adubo do próprio mato, de forma orgânica sem o uso de agrotóxicos, algumas vezes a gente colocava aqueles fertilizantes pra segurar a umidade, agora inseticida, herbicida eu toda vida fui contra essas coisas [...] hoje a sociedade está nesse problema de tanta doença pelas químicas [...] aqui nós até preserva a semente nativa, a semente crioula, trocando de um com o outro. Agora entrou uns milhos transgênico ‘não sei o quê’ e com tanto nome pra produzir mais, e a turma vai deixando o milho comum. E eu nunca deixei de tirar a semente, eu tenho um pouco de cada uma. Tenho milho palha roxa, caiana, saboró e preto. A semente crioula nossa, a gente espalha pra toda a vizinhança, participando de seminário falei que as comunidades quilombolas devem preservar as sementes, se querem eu vou mandar pra vocês plantar [...]. Eu mandei pras aldeias indígenas (vizinhas), inclusive pra Limão Verde em Aquidauana.

O que percebemos é a preocupação com a saúde e a preservação das sementes crioulas, tentando manter o processo de produção orgânica relacionado a um sistema familiar.

Alguns quilombolas realizam trabalhos temporários nas fazendas vizinhas, outros são assalariados nas cidades de Nioaque e Maracaju. As mulheres trabalham com vários tipos de artesanatos e há também a apicultura, praticada atualmente por poucos.

Na cultura, mantêm a tradição de produzir instrumentos musicais com símbolos afrodescendente as danças típicas que apresentam em ocasiões especiais, como, por exemplo, em escolas e eventos nos municípios de Maracaju e Nioaque. Na comunidade, recebem turistas e pesquisadores, momento em que apresentam os objetos antigos que pertenceram a seus avôs, num pequeno museu, como forma de manter viva a memória de seu povo.

Enfim, a Comunidade Negra Colônia de São Miguel é fruto do enlace matrimonial do senhor Manoel e de dona Joaquina, desencadeando todo um processo histórico de formação e desenvolvimento que buscou manter as relações familiares, restaurar e reafirmar as raízes afrodescendentes, bem como colocar-se contrário ao sistema fundiário vigente.

Sobre a organização social, pudemos perceber que a comunidade São Miguel está organizada internamente de forma coletiva em núcleos familiares, sendo todos descendentes de dona Joaquina, e membros da Associação Negra Quilombola São Miguel (ANERQSM). Para o senhor Jaime, a comunidade “é organizada no ponto de vista de coletivo, então, cada um tem uma ideia, então aquele que teve a ideia reúne todos e expressa aquilo que vai servir de bom pra todos no geral”.

Sendo assim, a base social é a família, assessorada pela associação e contando com o apoio das igrejas evangélicas. Mas, sobretudo, os membros se mantêm enredados pelos laços de parentesco com dona Joaquina, reconhecida com a ancestral fundadora. O parentesco é reconhecido como o elemento que produz o vínculo central de pertencimento. Ele é mais valorizado quando produzido a partir de relações de consanguinidade, mas o casamento também permite incluir os cônjuges, vinculados por laços de afinidade.

Considerações finais

Para compreendermos a organização social da Comunidade Negra Colônia de São Miguel, buscamos refletir sobre elementos que acreditamos serem essenciais na sua composição. Para tanto, realizamos uma breve incursão sobre a questão da distribuição de terra no Brasil e a sua relação com a população afrodescendente, como também sobre a presença do negro na sociedade nacional e o caminho que conduz ao reconhecimento dessa parcela da nação, a partir da definição atual de quilombola e de organização social. Após esse percurso, apresentamos os dados da nossa pesquisa de campo sobre a comunidade.

A distribuição da terra no Brasil foi sempre desigual. No princípio era propriedade do rei, cabendo apenas a ele distribuí-las segundo a sua vontade e aos serviços prestados à Coroa pelos pretendentes a domínio de parcelas de terra. Seguido pelas Capitânicas Hereditárias, que, simplesmente, eram imensos latifúndios pertencentes ao rei e cedidas a donatários. A criação da Lei de Terras em 1850 estipulou o acesso a terra somente por meio da compra, pondo fim do acesso livre as terras. Essa lei prepara a situação fundiária para o fim da escravidão em 1888 e o ingresso de imigrantes, com o intuito de resguardar o acesso prioritário da terra à elite fundiária escravocrata.

Entender a relação da terra neste trabalho é perceber que a Lei de Terras é criada para limitar o acesso a terra, muito provavelmente como condição para o fim da escravidão, pouco antes da Lei Áurea que finda com a escravidão. Como forma de excluir do acesso a terra os imigrantes e os afrodescendentes, que se tornariam livres com a lei. Produzindo um grande contingente de despossuídos, os grandes proprietários asseguraram também o fornecimento de mão-de-obra para seus empreendimentos rurais. Este problema persiste até hoje e reverbera no reconhecimento dos territórios afrodescendentes.

A terra é um elemento básico para a constituição das comunidades quilombolas, visto que é nela que são desenvolvidas suas atividades de subsistência e de produção cultural. A terra, mesmo sendo um bem fundamental às comunidades negras, o acesso só foi assegurado após a instituição do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Porém, só começa a vigorar após 1995, quando a União, por meio do INCRA, busca localizar, reconhecer, delimitar e dar título às comunidades. Sobre a titulação das terras, Estrella, em seu texto “Como funcionam os Quilombolas”,³ afirma que: “Este direito foi estabelecido, em 1988, pela

3 Disponível em: <http://natrihadocastelo.blogspot.com.br/2011_05_16_archive.html>.

Constituição, mas só passou a vigorar, em novembro de 1995, quando o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu o primeiro título de propriedade a uma comunidade quilombola”.

Refletimos sobre a presença do negro na sociedade nacional, momento no qual percebemos a presença dos afrodescendentes como resultado de uma ação externa a sua vontade. Estes foram trazidos à força, sendo introduzidos em nosso país na condição de escravos. Condição na qual viveram praticamente sem direito algum. Mulheres e homens foram explorados ao extremo de suas capacidades físicas. Sendo tidos como objetos que poderiam ser comercializados e expropriados de sua condição de humanidade. Durante muito tempo, a Lei Áurea foi propalada como tendo representado o fim legal da escravidão no Brasil, mas nos deparamos também com situações que demonstram que a ausência da escravidão não garantiu a inclusão plena dos afrodescendentes na sociedade brasileira, mas que, nas últimas décadas, as diferentes esferas do poder vêm desenvolvendo políticas que buscam minimizar essa problemática.

Buscamos a definição atual de quilombola, que hoje decorre legalmente da autoidentificação e do autorreconhecimento, aferidos por instituições com atribuição dessa competência a partir de regulações e determinações legais. Sendo assim, uma comunidade negra deve se autorreconhecer para reivindicar o reconhecimento legal e, a partir daí, ter assegurado os seus direitos, inclusive, a terra. As principais garantias aos afrodescendentes estão asseguradas pela Constituição Federal de 1988, especialmente, pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Compreendemos a organização social como um sistema ou conjunto de ações e relações desenvolvidas pelo grupo, marcadas pelas escolhas negociadas nas relações recíprocas entre os sujeitos que formam determinado coletivo humano. A Comunidade Negra Colônia de São Miguel, que se

formou no início do século passado, com o casamento dos descendentes de ex-escravos, e que adquiriu seu reconhecimento, como quilombola, apenas no início do século XXI, por volta do ano de 2002, quando começa a autoafirmação de sua identidade, corresponde a essa definição.

A criação de programas governamentais e institucionais, como, por exemplo, o Brasil Quilombola e a Comissão Quilombo, somada a outros fatores, como a presença do Movimento Negro e da Fundação Palmares, despertou a comunidade para reivindicar seus direitos. Foi assim que conseguiu a regularização das terras da comunidade remanescente de quilombolas, denominada de São Miguel. Como resultado da luta, houve a conquista de 333 hectares de terras pela comunidade São Miguel, além de outras conquistas vinculadas à habitação, à eletricidade, entre outros.

A organização social desse comundiade é fruto do longo passado histórico vivido pela família de dona Joaquina, que é considerada a fundadora da comunidade. Remetendo-se a ela, seus atuais descendentes despertaram o sentimento de comunidade, articularam a autoidentidade e buscaram ser reconhecidos enquanto tal, ou seja, a partir da condição de afrodescendentes e remanescentes de quilombos.

Baseados na relação de família extensa de feição etnicorracial, os membros da comunidade São Miguel articulam-se a partir de uma associação e três igrejas evangélicas. Perpetuam sua existência e se firmam socialmente enquanto afrodescendentes, num mundo cada vez mais globalizado e marcado pelas relações capitalistas de poder e de competição.

BIBLIOGRAFIA

ARRUTI. Mauricio José. *Mocambo*: antropologia e história do processo de formação quilombola /José Mauricio Paiva Andion Arruti. Bauru: Edusc, 2006.

BECKER, Berta K. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*/ Berta K. Becker, Claudio A. G. Egler. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

ESTRELA, Sylvia. *Como funcionam os quilombolas*. Disponível em: <http://natrilhadocastelo.blogspot.com.br/2011_05_16_archive.html>. Acesso em 05 maio 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, p. 333-354. 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012

MACENA, Hugo Leonardo dos Santos. *De quilombo a quilombola: “um” olhar sobre a comunidade remanescente de quilombo de Pitombeira, Varzea-Pb*. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <[Pdf.http://pt.scribd.com/doc/77057386/De-quilombo-a-quilombola-Um-olhar-sobre-a-comunidade-Remanescente-de-Quilombo-de-Pitombeira-Varzea-PB](http://pt.scribd.com/doc/77057386/De-quilombo-a-quilombola-Um-olhar-sobre-a-comunidade-Remanescente-de-Quilombo-de-Pitombeira-Varzea-PB)>. Acesso em: 05 maio 2012.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, v. 4, 2004.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

Relatório Sócio-Histórico-Antropológico Comunidade Negra Colônia de São Miguel: quando o território se transforma em patrimônio. INCRA, 2007.

RIBEIRO, Raphael Medina; JUNIOR, João Cleps. *Considerações teóricas acerca de bairro rural e de comunidade rural*. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia www.simposioformaagrararia.propp.ufu.br/trabalhos/grupo2/6.doc acesso em 25/07/2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Luciana Araújo. *Agricultura Familiar: terra, produção e organização social das comunidades remanescentes de quilombos no estado de Mato Grosso do Sul*. Monografia de conclusão do curso de Economia. UFMS. S/D.

ENTREVISTAS

Eva Ribeiro Gonçalves Pacheco, entrevistada em 22 de maio de 2012.

Jorge Henrique Gonçalves Flores, entrevistado em 22 de maio de 2012.

Ramão Gonçalves de Souza, entrevistado em 01 de outubro de 2011.

A MULHER NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO FAMILIAR AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI¹

*Elisandra Tomascheski
Luiz Carlos Marques Valejo
Rosemeire da Silva*

Diante da necessidade de substituir o sistema produtivo convencional,² que vem deteriorando os recursos naturais e inviabilizando a agricultura familiar, a agroecologia tem se tornado uma concreta possibilidade de desenvolvimento de sistemas agrícolas mais sustentáveis. Os sistemas agroecológicos adotam tecnologias visando aperfeiçoar o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, valorizando o conhecimento acumulado pelos agricultores e agricultoras e as novas formas de relacionamentos democráticos e participativos, envolvendo igualmente homens e mulheres.

Concomitantemente à necessidade de um novo paradigma produtivo, as mulheres do campo anseiam pelo avanço no processo de mudanças das relações de gênero, no bojo das próprias famílias e também das organizações de agricultores familiares, pois, apesar do relevante papel que a mulher desempenha na agricultura familiar e na agroecologia, não tem seu trabalho valorizado e pouca importância é atribuída às questões de gênero neste contexto. A construção do desenvolvimento sustentável agroecológico demanda mudanças na base tecnológica produtiva e de

1 Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFGD/PRONERA, sob a orientação do Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi.

2 No sistema produtivo convencional, “a preferência recai sobre soluções imediatistas e simplistas baseadas, principalmente, no uso de insumos químicos ou de práticas meramente mecânicas, ainda que insustentáveis” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006, p 15).

mudanças de cunho social e político que contemplem as relações de gênero para que haja igualdade entre homens e mulheres no tocante aos recursos produtivos, participação efetiva nas tomadas de decisões, no planejamento e na execução da produção sustentável.

Nessa perspectiva de desenvolvimento sustentável, baseado na agroecologia e na necessidade de desconstruir o discurso de poder que mantém o trabalho feminino na invisibilidade, ampliando o poder participativo e decisório da mulher nesse processo, a presente pesquisa aborda a relevância do trabalho das mulheres no processo construtivo da sustentabilidade e na produção familiar com bases agroecológicas. Visando enriquecer as abordagens teóricas, levantou-se, junto às mulheres do Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã-MS, a forma como se desenvolvem as relações de gênero a partir do Núcleo de Agroecologia, assim como as mulheres estão se organizando para superar os fatores históricos que limitam a visibilidade do seu trabalho e como a agroecologia tem contribuído para o empoderamento das mulheres no Assentamento Itamarati.

O presente trabalho foi organizado em três seções: a primeira aborda os pressupostos teóricos da agricultura sustentável, a segunda discute o trabalho das mulheres no espaço da agricultura familiar e da agroecologia, e a terceira apresenta os desafios e as perspectivas de gênero no bojo do Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati.

Agricultura sustentável: pressupostos teóricos

Percorrendo a história através da literatura sobre o tema, constata-se que o surgimento da agricultura está intimamente ligado a uma série de transformações. Segundo Oliveira Junior (1989), o surgimento da agricultura foi possível através do desenvolvimento gradual de uma economia sedentária de coleta intensiva. Os primeiros agricultores já dispunham de um conhecimento amplo sobre os vegetais,

já pressupunham algum entendimento sobre fatores ambientais, como solo, clima e estações do ano e de outros ligados a práticas agrícolas, como o papel das sementes na produção, época de plantio e de colheita e outras técnicas de manipulação (ALMEIDA JUNIOR, 1995).

A evolução tecnológica da agricultura, historicamente, esteve baseada na busca de entendimento do funcionamento dos ciclos naturais, utilizando conhecimentos físicos e biológicos. Esta lógica foi alterada, no século XVI, com o desenvolvimento da química agrícola. Evoluindo assim de uma agricultura itinerante para a agricultura permanente, com a introdução do sistema de rotação bienal, chegou-se, no período entre os séculos XI e XIII, ao sistema de rotação trienal, o qual, associado a uma série de outras inovações, possibilitou o aumento de produtividade, o que originou ao que alguns autores consideram como a Primeira Revolução Agrícola. Esse momento tecnológico da agricultura tem a origem de sua gestação com a própria formação do feudalismo europeu, momento em que houve a introdução de novas práticas e tecnologias agrícolas viabilizando a aproximação entre a lavoura e a pecuária, tornando-se atividades complementares. Entre os séculos XVIII e XIX ocorreu a Segunda Revolução Agrícola pautada no sistema de rotação como “Norfolk³”. Este histórico coincide com a consolidação, na Europa, do capitalismo como sistema econômico. Os ganhos econômicos, proporcionados com essa mudança tecnológica, excluem do campo parcela considerável de agricultores (ASSIS; JESUS, 2005).

Quando a humanidade desenvolveu-se sob uma lógica econômica que considerou os recursos naturais inesgotáveis, e a degradação ambiental como preço a ser pago pelo progresso tecnológico, as regras ecológicas

3 Com a introdução do sistema “Norfolk”, dispensou-se a sistema de rotação de culturas, substituindo a necessidade do pousio pela introdução de forrageiras como forma de controlar as ervas invasoras, aumentar a disponibilidade de fertilizantes orgânicos e aumentar a produtividade. Ao dispensar a lógica da rotação das culturas, passa-se a desconsiderar as regras ecológicas. (ASSIS; JESUS, 2005, p. 41).

básicas de gestão passaram a ser vistas como desnecessárias à prática agrícola, considerando-se que o caráter ambientalmente agressivo da então denominada agricultura moderna era um mal necessário que poderia ser moderado com algumas práticas conservacionistas (ROMEIRO, 1996).

O processo de industrialização da agricultura atingiu seu ápice com o advento da chamada Revolução Verde, que chegou com o objetivo de solucionar o problema da fome mundial. O termo Revolução Verde⁴ é usado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial, baseado no princípio da intensificação através da especialização (CROUCH, 1995). A Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção. Sua tecnologia está pautada no uso de maquinários pesados, sementes de alto rendimento, adubação de alta solubilidade e intenso uso de agrotóxicos. As tecnologias modernas da revolução verde no tocante à agricultura familiar, segundo Meirelles,

(...) não foram geradas, tendo como alvo a viabilização da Agricultura Familiar, nem buscaram se adaptar as situações culturais, sociais e agronômicas da maior parte dos agricultores familiares. Tampouco a geração destas tecnologias partiu de um diálogo com o conhecimento acumulado pelos agricultores em sua relação com o agroecossistema no qual desenvolvem seus trabalhos (MEIRELLES, 2005, p. 52).

Mesmo sendo historicamente relegada à situação marginal, a agricultura familiar cumpre papel de extrema relevância no que diz respeito à produção de alimentos, ocupação da mão-de-obra e na manutenção da biodiversidade, aproximando, assim, a agricultura familiar e a agricultura ecológica. Por mais que a agricultura industrial tenha avançado em técnicas que ultrapassam os limites estabelecidos pela

4 O termo Revolução Verde foi criada em 1966, na conferência realizada em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940 (CROUCH, 1995).

natureza, a prática agrícola continua a ser uma atividade dependente do ambiente. Assim, diante da profunda crise ambiental, a agricultura ecológica se apresenta propondo-se a superar o falso dilema que impera entre a necessidade crescente de produção de alimentos e a necessidade contemporânea da preservação ambiental.

A constatação de que o “pacote tecnológico” da Revolução Verde não supera os limites naturais, realidade evidenciada pelo aumento alarmante e crescente de problemas de degradação ambiental e da má distribuição da riqueza gerada a partir do processo de industrialização da agricultura, justificou o aumento de práticas alternativas permeadas pelo equilíbrio ecológico. Esse contexto de transformações radicais, advindas do processo da Revolução Verde e de suas consequências ambientais, econômicas e sociais, propiciaram um crescente e significativo reconhecimento científico do potencial das práticas ecologicamente equilibradas,⁵ conforme pode-se verificar na produção científica de Altieri (1987, 1989, 1995), Lampekin (1990), Ehlers (1996).

As alternativas à agricultura moderna tem se desenvolvido já desde a década de 20, no entanto, a partir da década de 60, essas iniciativas ganharam âmbito mundial. Os primeiros movimentos de agricultura não industrial surgiram no início do século XX, momento em que o paradigma convencional disseminava-se intensamente na Europa Ocidental e na América do Norte. No Brasil, este movimento ganhou impulso decisivo nos anos setenta, passando a utilizar a denominação: agricultura alternativa (ASSIS e JESUS, 2005, p. 42).

A denominação agricultura alternativa⁶ foi adotada na Holanda, em 1977, no documento chamado “Relatório Holandês”,

5 As práticas ecologicamente equilibradas “foca não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) e implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura” (ALTIERI, 1989, p. 28)

6 Adotou-se a terminologia agricultura alternativa na falta de outra denominação mais específica e precisa, pois não se tratava de um modelo ou conjunto de técnicas, mas sim, um conjunto de movimentos alternativos (JESUS, 1987).

o qual apresentava diversos modelos de agricultura não convencional sob a denominação genérica de agricultura alternativa (PASCHOAL, 1995). Existem diversas denominações para formas de agricultura não industrial, oriundas de diferentes escolas ou linhas filosóficas.⁷ Porém, as diferentes linhas filosófico-práticas⁸ de agricultura alternativa surgiram como resposta ao modelo de agricultura industrial.

A agroecologia firma-se como um novo paradigma, em substituição ao modelo de agricultura industrial. A agroecologia tem seu marco conceitual em 1928, chamando a atenção para a influência dos fatores fisiológicos e agronômicos sobre a distribuição e adaptação de espécies para compreender a relação complexa entre a planta e o seu ambiente. Em 1942, agrega fatores históricos, técnicos e socioeconômicos, que determinam quais culturas deveriam ser produzidas em determinadas região e em que quantidade (HECHT, 1987).

7 Para mais informações sobre os diferentes modelos ou linhas filosóficas, genericamente chamados de agricultura alternativa, ver a literatura descrita com detalhes pelos seguintes autores Jesus (1985), Bonilla (1992), Ehlers (1994), Paschoal (1995).

8 As linhas filosófico-práticas podem ser divididas em ordem cronológica, da mais antiga às mais recentes. Iniciando com a agricultura orgânica, ligada a Sir Albert Howard, trabalhou com pesquisa desde o início do século XX até os anos 40 criticando os métodos da agricultura industrial. A agricultura biodinâmica ligada ao austríaco Rudolf Steiner, fundador da antroposofia, na agricultura biodinâmica a propriedade rural é vista e manejada como um ser vivo, está presente em diversos países e continentes. A agricultura biológica ligada à corrente francesa de agricultura não industrial, aborda os fundamentos e bases práticas da agricultura biológica. A agricultura ecológica busca um maior equilíbrio com o meio ambiente e desenhos agrícolas mais integrados e manejo de solo mais racional. A agricultura natural está ligada a trabalhos desenvolvidos no Japão. Esta corrente divide-se em dois grupos: MOKITI OKADA ligado à criação de uma religião que tinha como uma de suas bases métodos “naturais” de agricultura e FUKUOKA que na sua abordagem estabeleceu os princípios de seu método, que incluem não usar nenhum tipo de adubo e de composto orgânico e em a aração do solo. A permacultura é um sistema desenvolvido por Bill Mollison, na Austrália, referente a um sistema de manejo permanente. Apresenta uma visão holística da agricultura, com forte carga ética, busca a integração entre a propriedade e o ecossistema, visando à conservação dos recursos naturais. A agricultura regenerativa está ligada à possibilidade de produzir recuperando os solos, através de sistemas agrossilviculturais. E, a agricultura sustentável, cuja definição é sustentabilidade, é algo socialmente construída. A definição de agricultura sustentável foi produzida por ocasião do Fórum Global, em 1992, afirmando que “agricultura sustentável é aquela ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa” (ASSIS e JESUS, 2005, p. 43 – 44).

De acordo com os cientistas, os avanços tecnológicos têm ocorrido com altos custos ambientais. Os estudos de agroecologia estão auxiliando diversas áreas do conhecimento na busca de um equilíbrio entre a produção de alimentos e a extrema necessidade de preservação dos já explorados recursos de água e de solo. Altieri (1995) define a agroecologia como sendo:

(...) uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Portanto, utiliza-se de um enfoque científico, que tem suas próprias ferramentas, teorias e hipóteses, o que lhe permite trabalhar no âmbito dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados. A agroecologia é, pois, uma ciência, com uma série de princípios; não uma prática ou um sistema de produção. A agricultura orgânica, a agricultura alternativa, a agricultura biodinâmica ou a agricultura natural e outros termos existentes são um conjunto de práticas e tecnologias que permitem a utilização de certos insumos, e não a de outros (ALTIERI, 1995, p. 6).

A agroecologia visa a promover o manejo adequado dos recursos naturais, reduzindo os impactos sociais, econômicos e ambientais negativos, causados pela agricultura industrial. Configura-se no principal enfoque científico da atualidade para atender aos objetivos de transição dos atuais modelos de agricultura insustentáveis para práticas de agricultura sustentáveis. A agricultura pautada na sustentabilidade requer, obrigatoriamente, considerar o atendimento das necessidades básicas dos seres humanos, tanto das gerações atuais quanto das gerações que ainda virão. Nesse sentido, os trabalhos com agroecologia e desenvolvimento rural exigem participação e organização dos produtores. De acordo com Caporal, Costabeber e Paulus, a agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar, integradora e totalizante com capacidade de apreender e aplicar conhecimentos gerados nas diversas áreas científicas. Os autores destacam ainda que:

Como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 2).

A agroecologia reconhece e considera os saberes, conhecimentos, tradições culturais e experiências acumuladas nas práticas produtivas. Essa prática encontra-se ligada ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar. Dessa forma, os produtores (as) familiares devem ser os principais sujeitos na construção das práticas agroecológica. A agricultura familiar é o lócus ideal da agricultura sustentável (CARMO, 1998).

A agricultura é uma das atividades com maior impacto sobre o meio ambiente, pois os sistemas agrários ocupam em torno de 45% da superfície total dos ecossistemas brasileiros (CORDEIRO, PETERSEN e ALMEIDA, 1996 apud SOARES 2001, p. 45). Não por acaso, que a agricultura já foi apontada em documento da FAO⁹ como a maior vilã da contaminação do Planeta. Nesse sentido, é fundamental a formação

⁹ *Food And Agriculture Organization* - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Tem como função aumentar os níveis de nutrição e a qualidade de vida, bem como melhorar a produtividade da agricultura e dar melhores condições de vida às populações rurais. A prioridade específica da organização é o incentivo e o auxílio à agricultura de subsistência e o desenvolvimento rural, bem como as estratégias a longo prazo de manutenção dos recursos naturais através de técnicas apropriadas e econômica, socialmente viáveis (BIBLIOTECA VIRTUAL - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP). Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 24 set. 2012.

de uma consciência ambiental do público que compõe os assentamentos rurais. Da mesma forma, é necessário o planejamento adequado do uso dos recursos naturais em assentamentos, visando a evitar a degradação dos solos, a poluição das águas, a destruição das reservas legais, permanentes e matas ciliares, com vistas a construir um desenvolvimento de sistemas produtivos que propiciem a harmonia entre os produtores e o meio ambiente.

Um dos grandes desafios do desenvolvimento rural é a mudança no padrão tecnológico, com a transição da agricultura convencional para modelos sustentáveis de cultivo e criação de animais. Essa mudança exige que o poder público promova meios para que as famílias assentadas possam construir uma consciência ambiental, que resulte em reais mudanças de atitudes. Nesse sentido, é inegável a relação entre reforma agrária, agricultura familiar e questões ambientais para a construção do processo de desenvolvimento sustentável. Conforme Becker e Miranda (1997, p. 273), o desenvolvimento sustentável “está baseado no uso produtivo de recursos naturais para o crescimento econômico e fortalecimento dos meios de vida, que conserva simultaneamente a diversidade biológica e social que constituem parte integrante do processo”.

Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como uma possibilidade para o estabelecimento de sistemas produtivos sustentáveis, sobretudo, na agricultura familiar, devido à possibilidade de potencializar os processos sociais, através do resgate e da valorização de práticas dos próprios agricultores, aliadas ao conhecimento científico sobre os processos da agroecologia. Oportuniza, ainda, a construção de novas relações entre homens e mulheres no contexto produtivo, político e social, e propicia a construção de novos sujeitos com possibilidades de transformar o atual sistema de relação de gênero – para que, assim, a mulher possa efetivamente ser protagonista no meio rural em pé de igualdade.

Na próxima seção será apresentado um breve histórico da luta das mulheres que visam romper com o anonimato, a invisibilidade e

a desigualdade imposta historicamente, bem como será abordado o histórico, o desafio e o papel das mulheres no Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati.

**As mulheres e o trabalho na agricultura familiar:
Mulheres conquistando espaço na agricultura familiar e
agroecológica no assentamento Itamarati**

Para compreender o papel que a mulher desempenha na sociedade, na família, no trabalho, nos espaços de decisão, faz-se necessário refletir sobre os aspectos social e cultural na história das mulheres. E nesse sentido a história demonstra que tanto na esfera social quanto no contexto histórico, a mulher ocupa espaços e lugares diferenciados do homem. A busca pela igualdade nas condições sociais e culturais entre homens e mulheres é uma luta antiga e uma realidade constante, que almeja o rompimento desta cultura patriarcal. Auad (2003, p. 54) destaca que “o conceito de patriarcado permitiu que se percebesse que, de diferentes modos, as mulheres são dominadas e exploradas”.

No final do século XX, houve avanços significativos, sobretudo, por ter sido o começo da absorção das questões da mulher nas universidades, com o avanço nas pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismo, formalizando-se cursos e linhas de pesquisas que deram status e rigor de conhecimento acadêmico. A ampliação estendeu-se às esferas governamentais, ganhando espaço nos partidos políticos. Legislações foram modificadas, oportunidades foram viabilizadas para que as questões das mulheres se tornassem questões públicas, focadas na promoção dos direitos das mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Apesar das significativas conquistas ocorridas no século XX e início do século XXI em relação à emancipação da mulher, ainda impera a suposta “superioridade” masculina frente à suposta “inferioridade” feminina, historicamente construída, produzida e perpetuada há gerações

como um modelo “natural” de vida na sociedade (PALUDO, 2009). Visando à superação do legado de submissão atribuído às mulheres pelo conceito do patriarcado, a expressão “relação de gêneros” surgiu para ajudar a entender a desigualdade entre homens e mulheres, pois gênero ultrapassa as diferenças biológicas. Configurando-se num conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino, ou seja, a relação de gênero é toda a construção social desencadeada no decorrer dos séculos, permeada por significados, características e simbologias que atribuem papéis esperados tanto para homens quanto para mulheres. Dessa forma, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são percebidas de acordo com as construções de gênero de cada sociedade (AUAD, 2003).

Scott (1992, p.14) define gênero como sendo “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Nesse mesmo sentido, contribuindo com a discussão acerca da compreensão da categoria gênero enquanto construção social, Tedeschi (2009) destaca a importância de trazer à tona dois aspectos importantes no bojo dessa discussão:

Um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Tanto um como o outro não podem ser admitidos ou mensurados separados, estanques, divorciados, mas construtivos de realidades e eventos historicamente situados (TEDESCHI, 2009, p.143).

Portanto, o conceito de gênero vai muito além da esfera biológica é uma maneira de indicar as construções sociais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres enquanto seres sociais. O gênero permite decodificar o sentido e compreender as relações complexas, entre diversas formas de interação humana, permitindo, assim, buscar a superação da visão patriarcal. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (2008, p.9), “a entrada da mulher para o domínio público, marca o fechamento de um período histórico: o ciclo patriarcal, e propõe o desafio contemporâneo de redefinir as relações de gênero”.

A história é marcada por grandes restrições aos direitos das mulheres, que em vários momentos foram e são desrespeitados em função da concepção machista, ainda arraigada em nossa cultura, que considera a mulher inferior ao homem, portanto passível de subjugá-la e colocá-la em condições de desigualdade. Essa realidade também é vivenciada no meio rural, ou seja, as mulheres do meio rural não estão imunes à produção e reprodução de uma série de desigualdades e opressões, e como registram Portela, Silva e Ferreira (2004),

(...) a agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do não desenvolvimento rural no Brasil, como, sobretudo, nos desafiam a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica (PORTELA; SILVA; FERREIRA, 2004, p. 41).

Em torno de 90% da diversidade produzida pelas famílias camponesas dá-se pelo trabalho direto das mulheres, enquanto que os homens se responsabilizam pelas chamadas “grandes culturas”, em geral, os monocultivos. Os produtos de subsistência das famílias, os quais provêm do trabalho das mulheres, financeiramente não são contabilizados como geração de renda, desvalorizando, assim, o trabalho da mulher. As mulheres, mesmo presentes na casa, no quintal, na lavoura e na luta pela terra, tiveram ainda que travar uma árdua luta pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. (MMC,¹⁰ 2007).

As mulheres rurais enfrentam condições opressivas, oriundas das relações desiguais de gênero, que ainda prevalecem intensamente

10 MMC BRASIL. Documento Político da Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis. Passo Fundo, 2007

na atualidade nos espaços de produção, de atuação política, na família e em todos os espaços do meio rural. Diante dessa realidade histórica, intensamente marcada pelas desigualdades, despertou-se para a necessidade da organização coletiva das mulheres rurais, culminando no surgimento dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, passando, assim, a protagonizar a luta de forma organizada e planejada, buscando a emancipação humana e social e o avanço nas relações compreendidas entre o masculino e o feminino, caminhando gradativamente para a transformação da sociedade patriarcal.

A organização coletiva das mulheres trouxe no seu bojo a luta pelo reconhecimento da profissão de agricultora, almejando romper com a suposta “invisibilidade” produtiva do trabalho da mulher no âmbito da agricultura. Permitiu às mulheres rurais conquistas importantíssimas relacionadas aos direitos sociais, como a garantia da aposentadoria e o salário maternidade, o direito justo de ocupar seu espaço nas esferas sindicais. E as reivindicações de gênero garantiram o direito da mulher à titulação¹¹ da terra. Esse direito inclusive é garantido pela Constituição Federal Brasileira (1988), que nos artigo 226, §5^a, reconhece a igualdade entre homens e mulheres ao registrar que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (p. 144). E no artigo 189, parágrafo único, estabelece que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (p.127).

Diante dessa nova perspectiva, as trabalhadoras rurais iniciam uma ampla discussão sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura

11 O direito igualitário a terra para mulheres e homens foi garantido por meio da titulação conjunta e obrigatória, instituída pela Portaria n.º 981, de outubro de 2003. Em 13 de março de 2007, a Instrução Normativa n.º 38 alterou, dentre outras coisas, a sistematização de classificação para os(as) candidatos(as) à reforma agrária, reconhecendo e priorizando mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais do Programa. (MAPA, 2009).

familiar.¹² A partir da conscientização de que as atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres na unidade familiar rural têm um significado econômico, não se configurando, portanto, meramente em “ajuda”, busca-se o reconhecimento do papel fundamental que as mulheres desempenham no âmbito da produção agrícola, sobretudo, na agricultura familiar.

Os dados da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - demonstram que as mulheres respondem por 40% da mão-de-obra rural, e na agricultura familiar elas representam 36,2% das pessoas ocupadas (ABRAMOVAY e SILVA, 2002). O senso agropecuário (2006), citado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (2009), destaca que o número de mulheres no campo é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar; as mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar. Diante das estatísticas, é inegável a presença da mulher na agricultura familiar, exercendo papel fundamental no contexto da produção familiar como um todo, ocupando uma relevante posição na totalidade do espaço da propriedade, desdobrando-se em jornadas extensivas de trabalhos que englobam todos os afazeres da casa, o cuidado com os filhos e o trabalho na produção agrícola; seja produzindo ou buscando os meios para agregar valor aos produtos agrícolas visando a incrementar os rendimentos familiares.

12 Diversas conquistas foram efetivadas na promoção da igualdade entre mulheres e homens na agricultura familiar. Destaca-se que em relação às políticas de desenvolvimento econômico dos Assentamentos, há diretrizes e orientações com enfoque de gênero. Para coordenar as ações voltadas para o desenvolvimento econômico das mulheres rurais, o governo federal lançou, em 2008, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), fortalecendo as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso às políticas públicas de apoio à produção, à comercialização e à promoção da autonomia econômica, bem como ao incentivo à troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista.

É notório que a contribuição da mulher no trabalho em todo o contexto da unidade produtiva familiar ainda é muito pouco reconhecida e valorizada. Apesar da intensificação das políticas públicas voltadas às mulheres e das intensas discussões e lutas em torno da igualdade de gênero,¹³ percebe-se, ainda, uma distância considerável entre as leis instituídas e a realidade do cotidiano das mulheres que se encontram ainda presas às estruturas familiares tradicionais.

Especificamente no caso do Assentamento Itamarati,¹⁴ a situação não difere, as mulheres assentadas ocupam lugares diferenciados dos homens, convivendo com as diferenças historicamente construídas que relegam à mulher a condição de dependência e submissão diante do cônjuge/companheiro. A condição de submissão ficou totalmente destacada no acesso ao crédito denominado PRONAF MULHER.¹⁵ Das 390¹⁶ produtoras do Assentamento Itamarati I, que acessaram este financiamento no ano de 2005, apesar da especificidade do crédito, a liberdade de escolha das mulheres não prevaleceu. De acordo com

13 A igualdade de gênero no mundo do trabalho configura-se em um dos principais eixos de atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. As questões de Gênero e a autonomia econômica das mulheres são temáticas tratadas em três capítulos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008-2011), o Capítulo 1 trata da “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão social”. O Capítulo 6 trata do “Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar”, e o Capítulo 7 refere-se ao “Direito a Terra, Moradia Digna e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano”.

14 Na seção três do presente artigo, que abordará o Núcleo de Agroecologia, serão apresentados a localização e um breve histórico do Assentamento Itamarati.

15 É a linha de crédito específica para as mulheres denominada de Pronaf Mulher como mais uma conquista significativa resultante da luta organizada das mulheres. A partir da mobilização das mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2001, determinou a inclusão de gênero nas políticas públicas. O Pronaf Mulher nasce dentro de um Programa de Políticas Afirmativas (Pigre), chamado: Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. O Pronaf Mulher é uma política pública com o intuito de valorizar o trabalho feminino, ampliando a participação econômica das agricultoras familiares em seu contexto familiar e social (MELO, 2003).

16 Dado coletado junto à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER

a assistência técnica e os relatos das próprias mulheres, a definição sobre qual atividade econômica financiar na linha Pronaf mulher foi determinada exclusivamente pelos cônjuges ou companheiros. As atividades financiadas foram na grande maioria voltadas para pecuária leiteira e uma porcentagem para sericicultura e um único projeto foi para produção de plantas medicinais.

Neste contexto, permeado por inúmeros fatores limitantes, iniciando pelo modelo imposto, pautado pela obrigatoriedade da exploração coletiva¹⁷ das terras e das infraestruturas existentes, aliadas a uma série de fatores histórico-sociais, que se interpõem no processo, a visibilidade do trabalho feminino, neste espaço, torna-se ainda mais difícil. A atuação do Movimento das Mulheres Camponesas tem sido de suma importância fomentação de discussões, diálogos e debates em torno da necessidade de a mulher assumir sua real condição na esfera da propriedade e na sociedade. Desde o ano de 2003, vem se buscando ampliar a participação das mulheres nas discussões que visam ao desenvolvimento sustentável local. Segundo Bordenave (1994, p. 46), “apesar de a participação ser uma necessidade básica do homem, ele não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. Portanto, a participação é um processo construído pela necessidade e conscientização. A participação tanto do homem quanto da mulher é de fundamental importância para o desenvolvimento local sustentável.

17 A Obrigatoriedade dá-se em função da infraestrutura produtiva existente na área adquirida para implantação do Assentamento.

A partir das discussões articuladas em parceria entre as Irmãs da Congregação de São José¹⁸ e o Movimento de Mulheres Camponesas,¹⁹ com apoio da Comissão Pastoral da Terra,²⁰ alguns movimentos organizativos participativos de mulheres vêm se destacando, principalmente, em relação às questões produtivas. Alguns empreendimentos de agroindústria de grupos de mulheres foram implantados a partir da atuação do grupo que tem conduzido e incentivado a participação das mulheres. Assim, como fomentaram as discussões que culminaram no surgimento do Núcleo de Agroecologia que será apresentado a seguir.

18 A Congregação das Irmãs de São José remonta aos meados do século XVII, na cidade de Le Puy-en-Velay, França. Devido à ignorância religiosa da época, famílias e aldeias viviam divididas pelo ódio e pela violência, os hospitais desorganizados e os asilos fechados entregavam à rua uma multidão de crianças, velhos, doentes, inválidos e famintos. Pobres invadiam povoados e grandes centros. Era uma situação calamitosa e devastadora, exigindo solução para tantos males, tanta miséria e fome. Em meio a toda essa realidade de sofrimento, surge um Jesuíta missionário, jovem, dinâmico com a proposta: “O Pequeno Projeto”. Foi na contemplação dos mistérios da Eucaristia e da Encarnação do Verbo que Padre Jean Pierre Médaille recebeu a feliz inspiração. Padre Jean Pierre conseguiu reunir algumas das jovens e viúvas com as quais se encontrara em seu trabalho missionário. No convívio, perceberam terem as mesmas aspirações. Decidiram, então, apoiar-se mutuamente na realização de um novo projeto. Essas mulheres também haviam escutado o grito dos pobres da sociedade francesa da época. O Projeto foi se solidificando e o grupo inicial, reunindo outros grupos, se transformou em comunidade religiosa de vida ativo-contemplativa, contrariando o tipo monástico de vida religiosa da época. As Irmãs de São José atuam em diversos países procurando responder com esperança e vida às urgências do Planeta, participando ativamente da transformação da realidade de comunidades em vulnerabilidade social e ambiental (IRMÃS DE SÃO JOSÉ, REVISTA N.05, 2009).

19 O Movimento de Mulheres Camponesas MMC é formado e dirigido pelas mulheres camponesas. Enraizado nas comunidades rurais através dos grupos de mulheres, desenvolve processos formativos e lutas por direitos, implanta experiências inovadoras e enfrenta o capitalismo e a cultura histórica patriarcal, instituída no Brasil rural desde o período da colonização, e busca a superação de todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência. A missão do Movimento de Mulheres Camponesas é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. A missão se expressa amplamente ao se concretizar nas lutas, na organização, na formação e na implantação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história lutando por uma sociedade que seja pautada em novas relações sociais entre seres humanos e deles com a natureza (AMTR, 2007).

20 A Comissão Pastoral da Terra (CPT), nasceu em junho de 1975, presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 24 de setembro de 2012.

O Núcleo de Agroecologia no Assentamento Itamarati: histórico, desafios e perspectivas de gênero

Antes de adentrar na discussão proposta, faz-se necessário localizar e contextualizar o espaço onde está inserido o Núcleo de Agroecologia que é o Assentamento Itamarati, que se localiza no município de Ponta Porã-MS, a 52 km do centro urbano. Foi constituído em duas etapas distintas, por isso, denominado de Assentamento Itamarati I e II. O Assentamento Itamarati I foi implantado em 2002, em uma área de 25.100 ha, onde foram assentadas 1.143 famílias, divididas em quatro subáreas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com 320 famílias; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) com 393 famílias; e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) com 150 famílias. O Assentamento Itamarati II foi constituído em 2004 em 24.946 ha, onde foram assentadas 1.692 famílias organizadas pelos movimentos sociais, sendo: 588 famílias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), 568 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), 270 famílias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), 150 famílias da Federação da Agricultura Familiar (FAF) e 116 famílias da associação denominada Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI) (PDA, 2003).

Os assentamentos foram constituídos na área anteriormente pertencente ao Grupo Itamarati, presidido pelo empresário Olacyr de Moraes. A superprodução de soja nas décadas de 70 e 80 conferiu ao empresário o título de maior produtor de soja do Brasil. Durante quase 20 anos, o empreendimento destacou-se pela tecnologia de ponta empregada na produção de soja e na pecuária bovina. No entanto, apesar de a Fazenda ter sido referência nacional e internacional para a agricultura em larga escala, por problemas econômicos aliados a outros fatores em meados da década de 1980, começa a entrar em decadência,

culminando no estado de falência definitivamente em 1995. Diante da falência, a área de 25.100 ha foi repassada ao Banco Itaú, como parte do pagamento de dívidas de crédito rural. Portanto, a área em que se encontra o Assentamento Itamarati I foi adquirida diretamente do banco Itaú. Já a área em que se constituiu o Assentamento Itamarati II foi adquirida diretamente do Grupo Itamarati.

O complexo universo que compõe o Assentamento Itamarati, além de se destacar pela sua dimensão territorial, tem no bojo do seu modelo a obrigatoriedade da exploração coletiva de parte da área, em função da existência de 86 pivôs²¹ centrais, que totalizam uma área irrigada de aproximadamente 9.000 ha. O assentamento apresenta potencialidades importantes para o processo de desenvolvimento agropecuário, no entanto, devido a sua dimensão e modelo, também apresenta uma gama de problemas de ordem organizacional, econômica e ambiental. As famílias assentadas enfrentam o desafio de superar o modelo agrícola herdado da Fazenda Itamaraty totalmente pautado na monocultura e na intensa utilização de insumos químicos, transformando-o gradativamente em um modelo agrícola mais sustentável, diversificado e permeado pelo respeito ao meio ambiente.

Neste cenário complexo e peculiar que exige formas mais sustentáveis de organização e de produção nas esferas econômica, política, social e ambiental, surge no ano de 2006 o Núcleo de Agroecologia, após alguns produtores visitarem a “Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos”, realizada anualmente no município de Juti-MS. Nesta ocasião, as diversas palestras focando o tema organização e produção agroecológica despertou o interesse dos produtores para o foco de produções diferenciadas com ênfase na agricultura orgânica.

21 De acordo com pesquisador da Agraer, Rogério Guerino Franchini, Pivô central de irrigação é um sistema utilizado na agricultura por meio de um pivô. Nesse sistema, uma área, na maioria das vezes circular e de tamanho variado, é projetada para receber uma estrutura suspensa que em seu centro recebe uma tubulação e por meio de um raio que gira em toda a área, a água é aspergida por cima da plantação.

As informações, tanto por parte dos produtores da linha agroecológica que apresentavam suas experiências, quanto às de cunho técnico, foram o ponto de partida, demonstrando aos produtores a necessidade de promover alternativas de diversificação de produção pautadas em práticas ambientalmente sustentáveis, assim como novas formas de agregar valor aos produtos produzidos. De acordo com Valtair Prata,²² alguns fatores foram determinantes para a mudança de postura frente às formas tradicionais de cultivo, como o fato de muitos produtores apresentarem “problemas de saúde provenientes do excessivo uso de agrotóxicos, o baixíssimo retorno econômico dessa prática devido ao alto investimento e a possibilidade de se produzir em menor escala, porém, com menor investimento a partir das alternativas agroecológicas”. A partir das discussões e reflexões, percebeu-se a necessidade da participação em capacitações, estudos e eventos de cunho agroecológico.

No início, as questões ambientais não estavam no foco das discussões, mas sim formas produtivas que dessem maiores resultados, contemplando a escassez de recursos disponíveis para o investimento em qualquer atividade produtiva. Tal realidade se confirma no depoimento do produtor Adeniro, ao relatar brevemente sua trajetória até sua vivência no Núcleo de Agroecologia:

Morei 22 anos em Santa Rita no Paraguai, nasci e me criei na terra, depois de grande fui trabalhar numa madeireira. Ajudei a derrubar a mata do Paraguai. No Paraguai, eu desmatei muito mato, matei muito bicho caçando. Dai cheguei aqui no Assentamento e comecei a aprender a cuidar do meio ambiente, acreditando que é preciso mudar. Antes da agroecologia eu tinha uma pequena horta, mandioca, milho, a gente não sabia de agroecologia, mas a gente tinha consciência de diversidade. Eu descobri a agroecologia aqui no assentamento, antes eu via umas reportagens achava que era coisa de cientista, hoje, eu digo que ser

22 Valtair Prata, técnico em agropecuária, colaborador do Núcleo de Agroecologia, contratado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Entrevista concedida em 25 de maio de 2012, Sede da Associação Cidadania São José.

agroecológico é a mesma coisa de ir pro céu tem que ter força de vontade. (ADENIRO).²³

Motivados e estimulados pelo trabalho do Movimento de Mulheres Camponesas MMC, o grupo de produtores e produtoras fomentaram e amadureceram as informações em torno de uma produção pautada na agroecologia. Em decorrência da dimensão territorial do Assentamento Itamarati, que comporta 2.835 famílias com diferentes particularidades, criaram-se critérios para se avançar nas discussões inerentes à produção agroecológica. As discussões voltadas à criação do Núcleo de Agroecologia contaram com a participação e contribuição de mais de 150 famílias. Visando aperfeiçoar o processo, as famílias foram divididas inicialmente em 17 núcleos. Segundo Valtair Prata, após o processo de discussão interna, o grupo amadureceu conceitos e decidiu trabalhar com uma agricultura menos agressiva tanto para o ser humano quanto para o meio ambiente. A organização propiciou buscar novos conhecimentos tecnológicos e políticos que pudessem ser aplicados na produção agroecológica, possibilitando fomentar a ideia da soberania, alimentação justa e igualitária, capaz de desenvolver um contexto socialmente justo e ecologicamente correto, além de procurar sua viabilidade econômica.

Após a organização dos núcleos e do amadurecimento da ideia, os produtores conheceram a forma de organização da Rede de Agroecologia²⁴ da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS, e a partir daí começaram a estabelecer contato,

23 Adeniro José de Souza, 50 anos, casado, assentado no Assentamento Itamarati II, pertencente ao grupo Pioneiros do Sul, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST. Concedeu a entrevista em: 06 de junho de 2012.

24 A Rede de Agroecologia tem como objetivo incentivar a Agricultura Agroecológica em Mato Grosso do Sul, baseando-se na construção de sistemas sustentáveis, sistêmicos, baseados na biodiversidade, respeitando e considerando valores como a ética, o respeito ao ambiente e ao próximo e a solidariedade entre os agricultores (MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DA REDE DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2010).

solidificando, assim, o interesse em formar um grupo sólido com a proposta de trabalho focado na Agroecologia. O contato inicial foi intermediado pela educadora popular Irmã Olga²⁵ Manosso, lutadora do povo, defensora dos princípios agroecológicos e da igualdade de gênero. Os trabalhos desenvolvidos pela educadora foram fundamentais para a elaboração da proposta que levou a organização do Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati.

A organização das famílias, que culminou na criação do Núcleo de Agroecologia, suscitou uma série de questões que dificultavam o processo da produção agroecológica. Como as questões relacionadas à dificuldade da produção na concepção agroecológica, que exigia novas técnicas produtivas, utilização de sementes crioulas, diminuição de produtos químicos. Valtair Prata aponta alguns fatores que dificultaram e ainda dificultam os avanços:

A dificuldade na execução do gradativo processo de transição do sistema convencional para o agroecológico, a relutância por parte do produtor em focar mais numa produção diversificada, falta de acessibilidade a alguns produtos importantes de uso agroecológico e que são de difícil manipulação no âmbito da propriedade, o anseio do produtor em obter grande lucratividade em curto espaço de tempo e a constância de produção para atender o mercado consumido (VALTAIR)

Há que se considerar, neste contexto de mudança, que os produtores já estavam habituados à produção convencional, que lhes garantia a acessibilidade aos “pacotes prontos” das empresas fornecedoras de sementes e aos demais insumos agrícolas. Na maioria dos casos, tudo para pagar no término da safra, o que os mantinham reféns das firmas. Esta foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos assentados

25 Irmã Olga Manosso tem uma longa trajetória como voluntária nas lutas e nas organizações de movimentos de mulheres em nível de Estado desde 1979. Em 2002, deu início às primeiras ações para organizar as mulheres que se encontravam acampadas no entorno da Fazenda Itamarati. Em 2005, Irmã Olga passou a morar no Assentamento Itamarati, sempre se dedicando a apoiar a organização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Entrevista concedida em 02 de julho de 2012.

integrantes do Núcleo de Agroecologia, pois muitos não tinham como financiar a produção nos princípios agroecológicos. As dificuldades acabaram vencendo a persistência de algumas famílias, levando-as a deixar o núcleo. Dentre os fatores que contribuíram para este fato, destacam-se: a falta de financiamento para a produção agroecológica, a questão da logística, o aumento da mão-de-obra para a produção e a diminuição da própria produção, devido ao solo já estar sendo sugado a um bom tempo, sem as devidas correções e sem o devido tempo de descanso.

Gradativamente, as famílias começaram a perceber que, por mais que os produtos orgânicos apresentassem maior qualidade, essa diferença, na maioria das vezes, não é computada nem valorizada na comercialização, sobretudo, entre o público que não tem a consciência da importância de se consumir alimentos livres de agrotóxicos. Este fato acabou contribuindo também para a diminuição dos integrantes do Núcleo de Agroecologia. Naquela ocasião, os produtores não conseguiam entender o porquê de se produzir agroecologicamente, pois eles tinham que trabalhar mais, produzir a mesma quantia ou em muitos casos produzir menos no mesmo espaço de terra, devido à deficiência do solo, que responde de forma mais lenta à adubação orgânica e, conseqüentemente, isso os faz ganhar menos por seu trabalho. Isto fez com que os membros restantes do núcleo se reestruturassem. A partir disso, as famílias reorganizaram-se em 10 grupos, totalizando 35 produtores que passaram a delimitar as suas produções de forma conjunta, para ter maior facilidade de comercialização de seus produtos. Para a efetivação do processo, fez-se necessário a intensificação das reuniões e a redistribuição dos grupos, bem como o acompanhamento técnico de forma contínua, visando ao controle das doenças e ao acompanhamento na produção agroecológica.

É relevante destacar a parceria do Núcleo de Agroecologia com a “Cáritas Brasil²⁶”. A parceria configurou-se num processo de grande

26 A Caritas foi fundada no Brasil em 1956. Faz parte da Rede Cáritas Internationalis, está presente em 165 países e territórios. É reconhecida como entidade de utilidade pública federal, também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário (CÁRITAS DO BRASIL) disponível em: <http://caritas.org.br/novo/sobre>. Acesso em: 13 de junho de 2009.

importância devido à concessão de créditos, que possibilitou algumas famílias reestruturarem suas atividades econômicas. O processo de financiamento da Cáritas permitiu uma nova organização do Núcleo de Agroecologia, pois com financiamento, acompanhamento técnico, assessoria para comercialização, o processo começou a se encaminhar novamente.

O fator principal para um projeto ter êxito ou não, é o envolvimento que o produtor/produtora terá com o mesmo, pois se for algo que ele construir certamente irá se dedicar ao máximo na obtenção do resultado. Hoje o Núcleo de Agroecologia é uma realidade em construção, composto por produtores/produtoras, pertencentes a diversos movimentos sociais, os quais, de forma organizada, produzem e comercializam dentro de uma perspectiva pautada no paradigma da agroecologia.

Considerando o curto período de existência do Núcleo de Agroecologia, destaca-se sua crescente solidificação rumo ao fortalecimento da proposta agroecológica. Ressalta-se que os produtores que persistiram, apresentam uma nova percepção quanto à importância de se produzir preservando os recursos naturais. Há um processo construtivo em torno da conscientização da importância da agroecologia para as atuais e futuras gerações. Segundo Assis e Jesus (2005), acredita-se que o processo de construção no presente, fundamentado no paradigma agroecológico, possa representar o domínio da agricultura no futuro, permeada pela sustentabilidade, pela democracia, pela participação, pela inclusão social e econômica, pela preservação dos recursos naturais, para, assim, garantir a sobrevivência das futuras gerações.

Apesar dos avanços na conscientização do grupo em relação às questões agroecológicas, ainda há uma fragilidade econômica como se pode verificar nas palavras do produtor Adeniro:

Hoje temos uma vida razoável por causa dos benefícios e uma economia que a gente tem, porque só da renda do lote é bem complicado. Nós não temos noção de qual atividade rende mais

ou não, nos cursos sempre pedem pra gente apontar isso, mas ainda não conseguimos. Reduzir a compra de insumos, venenos, sementes já ajuda bastante. E depois o bem-estar né? Tudo que a gente produz a gente come sem medo. A gente produz uma calda para espantar o inseto porque na agroecologia não se mata. No sistema agroecológico o serviço também aumentou, antes no veneno era rapidão, mas, agora é tudo na enxada, eu ando o sítio todo com a enxada, é bem cansativo. Se fosse no sistema tradicional eu acredito que estaria pior, porque eu estaria arrendando a terra e estaria trabalhando na usina. Eu vejo que tem gente que do jeito que entrou no assentamento ainda está, não melhorou em nada. A maioria das pessoas que saíram do Núcleo de Agroecologia estão trabalhando na usina. Eu acho um absurdo; porque a pessoa pegar um sítio e começar a trabalhar de empregado não tem sentido porque a terra é pra gente viver nela. Para viver só do sítio, vive, mas vive bem apurado. A minha vida melhorou. Mudou bastante, a gente come coisa saudável, a minha saúde melhorou. Começamos com um pedaço de terra, aí a gente viu que a coisa era boa e hoje o sítio é todo agroecológico (ADENIRO).

De acordo com o assentado, a agroecologia é um caminho árduo, que exige persistência, aprendizado, força de vontade e esperança de mudanças. É um processo construtivo que demanda tempo. Registra-se, ainda, como ponto positivo da agricultura agroecológica o fato de se priorizar o autossustento, o trabalho associativo e a comercialização direta com o consumidor, pautada na premissa do comércio justo e solidário.

A produtora Clair Vaz demonstra na prática uma relação de respeito para com a natureza. Sua propriedade é toda agroecológica, processo iniciado desde o momento em que ela foi assentada. A produtora tem consciência da sua plena dependência dos recursos naturais. Mesmo não conseguindo ter renda suficiente advinda da produção agroecológica, não abre mão desta prática, como se verifica através de seu relato.

Morei durante 15 anos em Cerro Corai e Porto Ortiz no Paraguai, sempre na lavoura, antes não tinha tanto veneno, sempre foi

cultivo agroecológico. Quando cheguei aqui no Assentamento Itamarati, tentei tocar o pivô, não deu o que ganhei foi tudo com veneno comprado das empresas. Hoje, a área do pivot está arrendada. Não vendo nada que produzo no lote, planto para o consumo, frutas, café, mandioca. Quando cheguei aqui tinha outra visão. Antes mulher não podia ter terra, era sozinha quando foi pra luta pela terra com os filhos, era discriminada por ser mulher sozinha com os filhos. Eu sempre fui da FETAGRI, hoje não participo mais. Da agroecologia tiro minha subsistência - não tenho grandes ambições, ganância, tenho casa, comida já basta. Me sinto bem assim, não gosto da ganância, é desgastante custa caro para a vida. Sou descendente de índio -Guajaqui da Argentina- tenho outra visão da vida. Aprendi muito com meu avô, este morreu com cento e quatro anos de idade, não tinha nem documento, contava a idade dele pela idade dos filhos. A agroecologia que pratico hoje foi feita pelos índios e paraguaios, estes não tem muita ganância Deus proverá o outro dia. Antes era feito o manejo do solo, plantava alternado, hoje tem que correr contra a natureza para produzir e precisa de adubo. Em todo lugar que cheguei, a terra está limpa, então planto e saí deixando uma agrofloresta crescida. Sempre planto uma fruta para as pessoas e outra pros passarinhos. Respeito à natureza, sei que preciso dela, sem ela, não sou nada. Não gosto da minha lida diária, por ser muito presa ao serviço, não pode participar de nada pelo serviço (CLAIR VAZ²⁷).

A assentada tem uma relação diferenciada com o meio ambiente, uma vez que sua propriedade é plenamente agroecológica. Demonstra um nível considerável de consciência da plena dependência do meio ambiente. Nas suas memórias, busca a essência da agroecologia nas práticas de seu avô que era indígena. A produtora menciona que em termos de retorno econômico, sua propriedade ainda não chegou neste patamar, no entanto, garante plenamente a alimentação saudável e livre de agrotóxico para sua família. Sua propriedade encontra-se certificada como orgânica, sendo ainda referência tanto para capacitações, trocas

27 Clair Vaz, divorciada, 57 anos, assentada no Assentamento Itamarati I, pertencente ao grupo Futuro, Federação dos Trabalhadores na Agricultura FETAGRI. Concedeu a entrevista em: 05 de maio de 2012.

de experiências, como para receber visitas do público que se dedica à agroecologia.

A produtora Rosalina é integrante do Núcleo de Agroecologia e produz hortaliças que comercializa em Ponta Porã. Relata de que forma ela e o esposo compartilham as atividades produtivas e participativas da propriedade, bem como seu relacionamento com a agroecologia,

Na agroecologia quem participa mais é o Vicente (esposo), eu fui algumas vezes, mas não vou mais, porém, eu sempre produzi o mais saudável possível, quando nós chegamos aqui esse monte de praga eu me assustei. Aí, todo mundo falava que tinha que usar inseticida, até então, eu achava que inseticida era só pra mosquito; teve época que só com as caldas naturais não dava, a gente teve que usar inseticida. O natural tem limite, não pode ficar usando qualquer coisa. Quando a gente tem que fazer um investimento maior o Vicente sai e pega serviço pra fora, mas no geral a gente se mantém só com o dinheiro do sitio. Mas é de dois em dois anos que ele faz algum serviço pra fora. Com a agroecologia a gente toma consciência de muita coisa, eu sonho com um sitio totalmente natural, a minha vontade mesmo é que meu sitio seja uma floresta. Como agente produz para o sustento, os investimentos ficam complicado. A gente ainda tá em fase de organização, mas um dia eu chego lá. O Vicente vai para as reuniões eu trabalho aqui no lote e saio pra vender. A gente (mulher) faz algumas coisas, mas não é a mesma coisa que trabalho de homem (ROSALINA²⁸).

Observa-se pela narrativa da assentada que há um nível considerável de conscientização ambiental. Além do trabalho desenvolvido na produção das hortaliças, é ela quem conduz todo o processo de comercialização da produção, evidenciado, assim, a ampliação do poder decisório da mulher nessa área.

Atualmente, o Núcleo de Agroecologia conta com 35 famílias cadastradas na Rede de Agroecologia APOMS, organizadas em quatro subnúcleos, sendo que destas: 21 famílias estão credenciadas pela

28 Rosalina Nunes Moreira, 48 anos, casada, assentada no Assentamento Itamarati II, pertencente ao grupo Canaã, Central Única dos Trabalhadores CUT. Concedeu a entrevista em: 06 de junho de 2012.

APOMS, constituindo um Organismo de Controle Social, OCS, e cinco famílias trabalhando em prol de conquistarem a certificação pelo Sistema Participativo de Garantias²⁹ - SPG. As propriedades já passaram pelo crivo das visitas e análises exigidas pelo sistema, encontrando-se nos trâmites burocráticos para liberação da certificação. A certificação é a garantia de que o produto está regulamentado por lei, cumprindo as exigências para a qualificação de orgânico.

A produção do Núcleo de Agroecologia já conta com a comercialização garantida. Atualmente um dos principais resultados que se pode citar é o fato do desenvolvimento de um trabalho que visa, em primeiro momento, à preocupação com a saúde humana e ao respeito pelo meio ambiente. Dentre os principais pontos positivos resultante a desta forma de organização, está o surgimento de um maior número de eventos voltados à agroecologia, como: feiras, seminários, congressos, criação de novos grupos e fortalecimento da imagem do sistema e sua comercialização (local e externa), dentro de um conjunto de fatores que anteriormente favoreciam apenas o modelo convencional predominante.

O Núcleo de Agroecologia está pleiteando o registro como Organização de Controle Social junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse registro permitirá que os produtores orgânicos comercializem seus produtos diretamente ao consumidor sem intermediários. O MAPA emitirá a Declaração de Cadastro para a OCS. Cada membro da OCS receberá também a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à OCS. Assim, os produtores (ras) poderão se identificar como orgânico e o rótulo de seus produtos e os locais de comercialização poderão conter a expressão “Produto orgânico para

29 O Sistema Participativo de Garantias funciona da seguinte forma: um produtor regularizado certifica o produto do outro, sendo ciente das penalidades cabíveis caso haja uma falsa certificação. Esse sistema também garante a fiscalização do produtor e produtos por ele certificados quando julgar necessário, cabendo inclusive à realização de exames laboratoriais caso julgue necessário. Todo o processo de certificação participativa é conduzido pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS, que se encontra credenciada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (VALTAIR PRATA).

venda direta por agricultores familiares organizados não sujeitos à certificação de acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003”.

Para este processo de formação e fortalecimento da consciência do produtor, o núcleo de produção agroecológica promove capacitações através de dias de campo, sendo realizados nas propriedades das famílias integrantes do Núcleo de Agroecologia, bem como de palestras com profissionais e produtores de outras localidades do Estado. O Núcleo promove, ainda, capacitações para subsidiar os produtores quanto à legislação que normatiza a produção agroecológica, como também as penalidades cabíveis para o caso de se burlar a legislação. Por isso, é fundamental esse processo formativo para a tomada de consciência por parte do produtor, visando ao cumprimento dos requisitos básicos para a obtenção de uma produção agroecológica economicamente rentável e socialmente viável.

O Núcleo de Agroecologia fomentou a criação e a estruturação de uma feira livre no ano de 2010, inicialmente funcionando uma vez na semana no Assentamento Itamarati. A feira configura-se em um espaço de comercialização da produção agroecológica local. Atualmente, a feira no âmbito do Assentamento é realizada todos os sábados em espaço físico improvisado, enquanto aguarda a efetivação das parcerias para a construção de infraestrutura adequada. Ademais, a cada 15 dias tem espaço de comercialização garantido no bairro Coophafronteira em Ponta Porã-MS. A Irmã Olga Manosso registra como sendo um significativo avanço a participação das mulheres no desafio de conquistarem espaço na feira de Ponta Porã. De acordo com Manosso, “foram as mulheres que tomaram a iniciativa de buscar esse espaço de comercialização e são elas que se destacam no quesito comercialização” A organização da feira ocorreu pautada nos princípios da Economia Solidária. É oportuno mencionar que é, sobretudo, no espaço da feira que se evidencia a presença marcante das mulheres assentadas. Percebe-se que o trabalho organizado e coletivo, pautado nos preceitos da agroecologia e da economia solidária, pode ser

uma maneira eficiente de propiciar e estimular uma maior participação feminina, para além do contexto da propriedade, oportunizando o exercício participativo e de igualdade de gênero.

Diante do histórico, a criação do Núcleo de Agroecologia merece todo destaque por ser uma iniciativa que surgiu pela necessidade nas bases das famílias assentadas. A agricultura agroecológica é uma opção com aspectos inovadores de produção na agricultura familiar por se configurar em um espaço alternativo de resistência, porque se busca construir novas formas de relações, baseadas na cooperação, na solidariedade e no respeito à vida e ao meio ambiente. Concomitantemente, sob a ótica das relações de gênero, o Núcleo de Agroecologia pode contribuir de forma positiva no cotidiano das mulheres assentadas.

Considerações finais

A abordagem teórica demonstrou que a agroecologia contribui significativamente nos aspectos econômico, social, ambiental, cultural, político e ético, pois propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas, que permitem a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução. Assim como permite novas formas de relacionamentos entre homens e mulheres e destes para com o meio ambiente. Em relação ao Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati, foi possível perceber que está em processo de desenvolvimento, construindo bases sólidas a partir do amadurecimento do grupo e do avanço na conscientização sobre a essência da agroecologia. Sem dúvida, há um longo caminho a ser percorrido, o processo de transição não se dá de forma imediata, e sim a médio e longo prazo e exige a efetiva e igualitária participação conjunta de homens e mulheres.

Quanto à participação das mulheres no processo de desenvolvimento local sustentável, sem dúvida ainda existem fatores

que dificultam uma maior participação, como se pôde observar pelos relatos. No entanto, também ficou evidente que a mulher tem papel fundamental neste sistema. Infelizmente, o trabalho produtivo da mulher no Assentamento Itamarati ainda não tem o merecido valor e reconhecimento enquanto componente fundamental e integrante da produção, de forma que permanece a visão de que a mulher ajuda o homem.

A mulher precisa ocupar seu espaço através da plena participação em todas as esferas do sistema produtivo. Ao percorrer os registros fotográficos do Núcleo de Agroecologia, constatou-se que a participação da mulher em capacitações, dia de campo, troca de experiências ainda é muito pequena, estando aquém do desejado, fato este identificado também nos relatos das produtoras. As mulheres do Núcleo de Agroecologia, que participaram da entrevista, enriquecendo este trabalho com seus depoimentos, destacaram com bastante ênfase que, no decorrer do amadurecimento do grupo de Agroecologia, os estudos e as reflexões em torno dos fundamentos agroecológicos e também dos princípios norteadores da economia solidária, têm promovido gradativamente um despertar por parte dos homens quanto à necessidade e à importância de oportunizar e promover uma maior participação da mulher no processo da agroecologia, visando a ampliar as possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Constatamos através nas narrativas, nas entrevistas e nas conversas espontâneas por ocasião das visitas às propriedades e à feira tanto no Itamarati quanto em Ponta Porã, que no campo da comercialização as mulheres têm conquistado consideravelmente este espaço, demonstrando muita habilidade no trato comercial e mais afinidades com os princípios da economia solidária. Essa conquista ficou evidente na fala das mulheres produtoras, assim como ficou visível aos vê-las atuando no espaço da feira. A ocupação e o domínio desta esfera comercial significam um meio importantíssimo de empoderamento das mulheres.

A evolução da agricultura, com a crescente inserção de novas tecnologias, construiu espaços de separação de atividades entre masculino e feminino, por meio de discursos de poder, determinando, assim, através do sexo/gênero, papéis distintos para homens e mulheres. Nesse contexto de separação, os homens atribuíram a si mesmos o papel primordial de superioridade. A agroecologia tenta, através de outro olhar, desconstruir essa separação na história, quando as mulheres passam a construir autonomia em sua produção local, decidindo sobre o que produzir e como agregar valor, de que forma comercializar, como utilizar a renda. Portanto, a agroecologia busca construir novas relações ao oportunizar e ampliar as discussões, enfocando as questões de gênero, criando condições para a participação mais efetiva das mulheres. Esse processo é fundamental para se chegar ao equilíbrio do poder decisório entre homens e mulheres, pois as mulheres ocupam lugares estratégicos na agroecologia.

Apesar do pouco acesso às decisões e ao poder, o trabalho da mulher é determinante na produção, tem papel fundamental na comercialização, o que se constatou pelos relatos e registros fotográficos da feira realizada no Assentamento e em Ponta Porã. A presença da mulher no campo da comercialização amplia-se cada vez mais, o que reforça a capacidade empreendedora da mulher. A participação das mulheres no Núcleo de Agroecologia vem se configurando em oportunidade para que elas construam um novo espaço, com novos papéis e novas identidades, com novas formas de pensar e agir principalmente de questionar o papel do homem como provedor, portanto, chefe da família. Na agricultura agroecológica familiar, esse discurso não se sustenta, homens e mulheres são provedores, ambos desempenham atividades produtivas que geram renda; nada mais justo que o poder de decisão seja igualmente compartilhado, de modo que o trabalho feminino seja valorizado e respeitado. A participação da mulher no desenvolvimento local sustentável favorece consideráveis mudanças nas condições de vida

familiar. As mulheres do Assentamento Itamarati buscam a valorização e o respeito pelo seu trabalho, pois são geradoras de renda para o sustento das famílias.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP - NEPO/UNICAMP - CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 347-366

ALMEIDA JUNIOR, A. R. de. *A planta desfigurada: Crítica das representações da planta como máquina química e como mercadoria*. 1995. 447 p. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALTIERI, M. A. Agricultura alternativa nos EUA: avanços e perspectivas. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA ALTERNATIVA, 1984, Londrina. *Anais*. Londrina: IAPAR, 1987. P. 117-151.

_____. *Agroecologia. As bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989, 237 p..

_____. Entrevista. *Agricultura sustentável*, Jaguariúna, v.2, n.2, p. 5-11, 1995.

ASSIS, R. L.; JESUS, E. L. Histórico, conceitos e princípios da agroecologia. In: PADOVAM, M. P. (org.). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências*, Dourados, MS, 2005.
AUAD, D. *Feminismo, que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BONILLA, J. A. Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida. In: PADOVAM, M. P. (org.). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, Fundamentos e experiências*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.) *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Cooperativismo de gênero*. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS, 2009. 162 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2006.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

CROUCH, M. L. *Biotechnology is not compatible with sustainable agriculture*. Journal of Agricultural and Environmental Ethics, 1995

HECHT, S. B. The evolution of agroecological thought. In: ALTIERI, M.; NORGAARD, R. B.; HECHT, S. B.; FARREL, J. G.; LIEBMAN, M. (Ed.) *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Boulder: Westview Press, 1987. P. 1-20.

EHLERS. E. A. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

IRMÃS DE SÃO JOSÉ. *Desafiadas a responder com esperança e vida às urgências do planeta*. Editora São Miguel. Revista n. 05, 2009.

JESUS, E. L. de. *A tecnologia na agricultura alternativa: um desafio*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1987.

LAMKIN, N. *Organic farming*. Cambridge: Farming Press, 1990. 715 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de desenvolvimento agrário (SDA). Instituto de desenvolvimento agrário, assistência técnica e Extensão rural do MS (IDATERRA). *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati*: Produção. 2003.

MEIRELLES, L. Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar. Crise ambiental, revolução verde e a busca de alternativas. In: PADOVAM, M. P.(org.). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul*: princípios, Fundamentos e experiências. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Igualdade de gênero: estratégia de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo*. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Censo: *agricultura familiar produz mais em menor área*. Artigo publicado em 30 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Acesso em: 07 de maio de 2012.

MMC BRASIL. *Documento político da campanha de produção de alimentos saudáveis*. Passo Fundo, 2007.

PALUDO, C. *Mulheres*. Resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PASCHOAL, A. D. Modelos sustentáveis de agricultura. *Agricultura Sustentável*, Jaguariúna, v.2, n. 1, p. 11-16, 1995.

PORTELLA, Ana Paula, SILVA, Carmem e FERREIRA, Simone. (2004). *Mulher e trabalho na agricultura familiar*. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania.

OLIVEIRA JUNIOR, P. H. B. *A história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989, 72p.

ROMEIRO, A. R. *Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural*. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 34-42, 1996

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado) UNB, Brasília, DF, 2009.

SOARES, A. C. *A multifuncionalidade da agricultura familiar*. Revista Proposta n. 87 dez./fev. 2000/2001.

TEDESCHI, L. A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. (Orgs) MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

MULHER TERENA DA ALDEIA ÁGUA BRANCA – NIOAQUE - MS: TRABALHO E INFLUÊNCIAS NAS DECISÕES DA COMUNIDADE¹

*Joenilza Santos da Silva
Maria Rozeli Carvalho Costa
Marialves Conceição*

O presente artigo pretende abordar a participação das mulheres indígenas Terena no interior da Aldeia Água Branca, localizada no município de Nioaque-MS, na perspectiva de geração de renda, com enfoque na influência que as mesmas exercem nas decisões importantes no núcleo familiar e na aldeia. Para realização do estudo, buscamos compreender a organização da Aldeia Água Branca e sua inserção na história indígena no Brasil. Dessa forma, discorreremos sobre a trajetória dos Terena em Mato Grosso do Sul, sua chegada em Nioaque, seu trabalho e a participação das mulheres Terena nas decisões da aldeia. Poucos estudos focados nessa temática foram encontrados durante nosso levantamento. Desenvolvemos várias conversas com diversos membros da aldeia, vivenciamos o cotidiano das mulheres a partir dos relatos recolhidos e das visitas.

Dados afirmam que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, sendo superior a 50.000 pessoas e cinco etnias oficialmente reconhecidas: Guató, Kadiweu, Terena, Guarani, Kaiowa e Ofaié, além dos que ainda não foram oficialmente reconhecidos, como os Kamba, os Kinikinau e os Atikum (CENSO, 1991). Apesar de ser um número relativamente pequeno de etnias, apresentam histórias seculares

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA, sob orientação da Profª. Dra. Noêmia dos Santos Pereira Moura.

que nos fazem compreender como os mesmos se inseriram na sociedade brasileira, visto que tiveram clareza de sua luta, resistência cultural, resolução ou fugas de conflitos. “Diferem-se pelo grau de integração à sociedade nacional, enfrentamento às agressões do colonizador europeu, do Estado, organização atual e aos projetos futuros. São povos carecedores de políticas voltadas para sua sobrevivência, fortalecimento e expansão” (CABRAL, 2002, p. 33).

De acordo com Ladeira e Bittencourt (2000), pudemos conhecer a história do povo Terena através dos produtos da cultura material como instrumentos musicais, objetos de cerâmica, de tecelagem, desenhos, pinturas, textos escritos e fotografias, feitos por não índios que indicam que havia uma relação com os mesmos. Para conhecer seu passado sugerem a importância de ouvir relatos orais dos mais velhos, visto que a tradição oral revela os momentos mais significativos da história dos povos indígenas. Nesse sentido, realizamos as entrevistas com cinco mulheres habitantes da Aldeia Água Branca e uma moradora da cidade de Nioaque-MS. Utilizamos trechos dos relatos no corpo do texto, de acordo com a autorização do cacique da aldeia e das interlocutoras, e os analisamos a partir das leituras realizadas.

Caracterização do local da pesquisa

A Aldeia Água Branca pertence à Reserva Indígena de Nioaque-MS, localizada a sete quilômetros da cidade. Compreende uma área homologada de 3.029 hectares. Tem ao norte o rio Urumbeva e a leste a Serra de Maracaju. Na virada do século XIX para o XX, os Terena do grupo do Capitão Vitorino ocupavam uma área de duas léguas da cidade de Nioaque com uma população de 200 pessoas, dispersos em 11 ranchos. Estima-se em 1.000 pessoas o número das que teriam se espalhado até aquele período pelas fazendas do alto da Serra de Maracaju (OLIVEIRA, 1976).

Segundo documentos, a Reserva Indígena Nioaque foi formada inicialmente por dois núcleos: Aldeia Brejão, considerada central por

contar com o Posto Indígena, Igreja Católica e seis casas de índios; e a Aldeia Água Branca, com o grosso da população da Reserva. Para Oliveira (1976), “Água Branca era a concentração populacional mais antiga, ultrapassando o outro núcleo, que administrativamente era mais importante por possuir o Posto Indígena fundado em 1925, graças ao Coronel Nicolau Horta Barbosa, na época, Inspetor de Mato Grosso” (OLIVEIRA, 1976. p.84).

Segundo Miranda (2007), a Terra Indígena de Nioaque foi, inicialmente, dividida por dois núcleos familiares, ficando a Aldeia Brejão sobre o controle da família Vitorino e a Água Branca com as outras famílias, que não concordavam com o governo dos Vitorinos. Com a chegada de novas famílias que se encontravam espalhadas pelas fazendas vizinhas, e conforme a forma de organização dos Terena, tornou-se necessário aumentar o número de aldeias. Vejamos o que Miranda diz a respeito da divisão:

Na Terra Indígena Nioaque, assim como em outras, ao longo dos anos, a população foi aumentando e a ocupação espacial do território começou também a ficar bem definido e depois de conversar com muitos anciões da reserva sobre o assunto, imaginei três possíveis causas da separação das aldeias. A aldeia Brejão ficou da mesma forma, onde segundo os mais antigos localiza-se a sede da Terra Indígena, sendo chefiada pelos “Vitorinos” e na Aldeia Água Branca foi necessário haver uma divisão interna. Primeiro, após várias análises e leituras da realidade, destaco como um dos fatores mais importante a esta separação é a forma organizacional do povo Terena em “grupos de parentesco”. Visivelmente havia três grandes grupos familiares na aldeia Água Branca que estabeleciam suas residências em um determinado setor, onde o foco aglutinador seria as parentelas agnáticas, constituída na unidade social de maior densidade, política e social da Terra Indígena (MIRANDA, 2007 p.246).

Atualmente, o PIN de Nioaque conta com uma área de 3.029 hectáres, encontra-se dividido em quatro aldeias seguindo o grau de

parentesco: Brejão com os Vitorinos, Taboquinha com as famílias Silva e Ojeda, Cabeceira com a família Marques, e Água Branca com a família Miranda. Água Branca é a que possui o maior número de famílias. A Aldeia Taboquinha com 25% da área, Cabeceira com 25%, Água Branca com 20% e a Brejão com 30%. Miranda (2007) retrata a organização social dos habitantes de Água Branca:

A aldeia é constituída por um conjunto de moradias situadas dentro de seus limites estabelecidos por certos “marcos” que somente é reconhecido pelos moradores de cada aldeia, ou seja, não estão visível ou exposto em formas de cercas ou coisas desta natureza, mas são estritamente respeitados pelos grupos agnáticos, sobre os quais são cobrados certas regras de conduta interna (MIRANDA, 2007, p.247).

Pelo que avaliamos no decorrer do século passado, o índice de natalidade aumentou e diminuiu a morte dos recém-nascidos, e a população da aldeia cresceu. O território da Reserva, que foi demarcada pela União no início do século XX foi homologado com uma pequena área, o que levou a população terena a buscar alternativas de sustentabilidade fora de suas aldeias. Os homens e as mulheres são contratados pelas fazendas circunvizinhas e, mais recentemente, pelas usinas (LADEIRA; BITENCOURT, 2000).

Breve história dos Terena em Mato Grosso do Sul

O povo Terena representa a segunda população indígena de Mato Grosso do Sul, sendo superada apenas pelos Guarani e Kaiowá juntos. São da família Aruak, que se instalou nos territórios que vão de Miranda a Sidrolândia, passando por Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Bonito, Rochedo e Nioaque, distribuídos nas aldeias Lalima, Cachoeirinha, Pilad Rebuá, Babaçu, Passarinho, Argola, Moreira, Brejão, Taboquinha, Água Branca (Nioaque), Água Branca

(Aquidauana), Buriti, Água Azul, Córrego do Meio, Limão Verde e outras (CABRAL, 2002).

No século XVIII atravessaram o Rio Paraguai e se instalaram na região pantaneira, o Chaco brasileiro de Mato Grosso do Sul. Organizavam-se numa extensa área ao longo dos rios Miranda e Aquidauana, entre outros. Região que, posteriormente, foi dividida pelo Estado brasileiro em municípios - Corumbá, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, entre outros. Para sobreviver praticavam a agricultura tradicional, a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes silvestres, remédios naturais e artesanato. Dessa forma, contribuíram efetivamente no desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul, destacando-se na abertura das fazendas da região, na extração de madeira, bem como na mão-de-obra para produção agrícola. Forneceram bens de consumo e lutaram na Guerra do Paraguai. Por isso, a guerra marca recorrentemente a narrativa do grupo (PASSOS, 2007; VARGAS, 2003).

No final da Guerra do Paraguai, em 1870, os Terena que deixaram seus assentamentos durante o conflito começaram a voltar para suas antigas aldeias, destruídas durante os combates. Muitas aldeias haviam sido completamente destruídas e nunca mais foram reconstruídas. O antigo território das aldeias passou a ser disputado por comerciantes que lucraram com a guerra e que permaneceriam na região, oficiais desmobilizados dos exércitos brasileiros e paraguaios. Os Terena lutaram na Guerra do Paraguai para garantia de seus territórios, porém o governo brasileiro não lhes garantiu esse direito, e a partir daí a vida dos Terena passa a ser bem diferente.

Para controlar a região, guardando a fronteira com fazendas de gado e plantações, o governo começou a incentivar a vinda dos purutuyé (homem branco no idioma terena) de outras regiões do país para o então Mato Grosso. As fazendas começaram a se multiplicar e os Terena viram-se cada vez mais cercados pelas fazendas de gado. “A vida nas aldeias ficou difícil, o que os obrigou a se empregarem como trabalhadores em

fazendas, onde eram explorados e viviam em constantes conflitos com os fazendeiros. Para os Terena, esse período da história é lembrado como os Tempos de Servidão” (LADEIRA; BITTENCOURT, 2000, p.76-77). Após a Guerra, por serem conhecidos como excelentes agricultores e possuírem habilidades com a lida do gado, na busca pela sobrevivência, os Terena viram-se obrigados a se empregarem nas fazendas que antes eram suas aldeias. Para Oliveira:

Terminado o conflito, o retorno maciço das populações indígenas não se deu evidentemente para suas aldeias de origem, pois que muitas delas tinham sido totalmente destruídas, queimadas pelo inimigo. A população dispersada vinculou-se ao trabalho nas fazendas que começaram a se espalhar, quer nos vales e nos campos, quer nos altos das mesmas serras para onde se haviam evadido (OLIVEIRA, 1969, p.42).

No pós-guerra (1865-1870), os Terena perderam grande parte de seus territórios, dando início ao processo de desterritorialização. Neste processo, “a sociedade indígena demonstra sua capacidade de reorganização ao provocar o processo de territorialização e construir parte dos antigos territórios que ocupavam nas proximidades de Miranda-MS, conquistando também outros espaços territoriais em outras localidades da região”. Assim, iniciou-se a constituição de reservas indígenas no início do século XX, com a participação ativa dos Terena. Vargas (2003) identificou em estudo a formação da primeira reserva indígena de Cachoeirinha, demarcada em 1905 em Miranda-MS. Logo depois veio Ipegue, no mesmo ano, atualmente pertencente ao município de Aquidauana. A territorialização fora de seus territórios tradicionais aconteceu em Nioaque-MS, formando a Reserva Indígena de Brejão (Capitão Vitorino); em Sidrolândia, formando a Reserva Indígena de Buriti; e em Aquidauana, a de Limão Verde (VARGAS, 2003, p.81).

A reserva de Nioaque-MS

O processo de territorialização dos Terena no Município de Nioaque se inicia em 1884 com a desterritorialização dos Terena de Naxe Daxe, na região da cidade de Miranda-MS, que tiveram suas terras tomadas por fazendeiros da região, após a Guerra do Paraguai, que foi o divisor de águas da desterritorialização do povo terena de Mato Grosso do Sul, pois um dos palcos do conflito durante a guerra foi justamente o território deste povo – vindo afetar de forma dramática suas vidas em todas as aldeias (AZANHA, 2002). As aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana se dispersaram e seus habitantes se refugiaram em matos inacessíveis, a exemplo da Serra de Maracaju.

A Terra Indígena de Nioaque foi originada em função da evasão destes indígenas Terena que foram expulsos de suas terras por força da Guerra para o alto da Serra de Maracaju (OLIVEIRA, 1976). Os Terena procuravam se estabelecer nas mesmas localidades, que já haviam estado anteriormente à Guerra do Paraguai, nas quais se encontram vários vestígios de suas estadias anteriores, como antigas moradias, laranjais e outros resquícios. Os elementos encontrados e reconhecidos pelos indígenas comprovam que aquelas terras haviam sido habitadas por eles. Com a desterritorialização, os Terena espalharam-se, dividindo suas aldeias, “práticas que utilizavam desde o Chaco Paraguaio para ampliar seus territórios”. Sob o comando do Capitão Vitorino, chefe de Naxe Daxe, uma das mais antigas aldeias dos índios Terena na região, “algumas famílias voltaram a se estabelecer nas antigas terras ocupadas antes da Guerra do Paraguai na região de Nioaque”, partindo da ideia de que aquelas terras não pertenciam aos novos ocupantes. Em 1908, o “Capitão Vitorino” pleiteava em favor das terras onde morava no “Urumbeva” (VARGAS, 2003, pp. 99-100)

Somente em 1924 a Terra Indígena foi demarcada, após o entendimento dos Coronéis Horta Barbosa e Mena Barreto, o segundo

interventor do Estado de Mato Grosso e o primeiro engenheiro do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). A partir desse ano começava o fluxo de índios de toda parte para a Aldeia Brejão, mas apesar disso somente 16 famílias teriam sido aldeadas naquele ano, em função do rígido sistema de aldeamento por parte das lideranças indígenas (OLIVEIRA, 2002).

Atualmente a Terra Indígena de Nioaque é composta por 4 aldeias, e cada uma delas é dotada de autonomia política própria, ou seja, possuem seus Caciques. Cada cacicado compõe seu Conselho Tribal que responde pelas relações políticas dentro e fora da comunidade, e cada aldeia resolve suas demandas jurídicas e políticas. Os assuntos que dizem respeito ao conjunto das aldeias são tratados em grandes reuniões com a presença de todas as lideranças, famílias indígenas e diversos segmentos organizados. As reuniões são realizadas na sede do posto indígena, localizado na Aldeia Brejão.

O trabalho Terena em Mato Grosso do Sul e a participação das mulheres

Para iniciar um estudo sobre o trabalho Terena em Mato Grosso do Sul, faz-se necessário algumas informações a respeito do trabalho externo dos Terena em geral, haja vista que grande parte dos índios aldeados exercem algum tipo de trabalho permanente ou temporário fora das reservas, seja na zona urbana, como empregada doméstica, vendedor, segurança, ou nas fazendas vizinhas, como trabalhador braçal, na lida com gado ou atualmente nas usinas de cana-de-açúcar. Na região do antigo território Terena, é raro encontrar uma propriedade rural que não tenha sido aberta para pastagens pelos braços de índios Terena (LADEIRA; AZANHA, 2004).

Sobre o trabalho dentro das aldeias, os Terena são conhecidos pela habilidade na agricultura e no artesanato. Cultivam arroz, feijão, feijão de corda, maxixe, mandioca, milho, base da alimentação na área

indígena. O ano agrícola Terena inicia-se em agosto, com o plantio de milho, terminando em março/abril, com o plantio do feijão da seca. “As roças pertencem ao grupo doméstico, que eventualmente engloba mais de uma família, mas que geralmente tende a ficar no domínio de irmãos consanguíneos, em função da dinâmica de sucessão pela linha paterna, acentuando assim a patrilinealidade do sistema de parentesco Terena” (MIRANDA, 2007). Ainda hoje é possível observar que os indígenas trabalham suas lavouras em regime de mutirão no plantio, limpeza e colheita, não havendo pagamento em dinheiro, mas apenas uma ajuda em produto colhido para os participantes.

Segundo o pesquisador indígena Claudionor do Carmo Miranda, que é morador da Aldeia Água Branca, o mutirão é uma mobilização de pessoas, parentes ou não, que se juntam para realizar um trabalho coletivo de grupos domésticos, principalmente na lavoura, tanto na preparação do solo quanto no plantio e, sobretudo, na colheita. No mutirão a mulher terena exerce um papel importante na preparação dos alimentos. Geralmente são servidas três refeições: tira-jejum, almoço e lanche da tarde. O tira-jejum é a primeira refeição do dia, preparada à base de alimentos energéticos, como a mandioca e o pucheiro,² sempre com muitos temperos. O almoço sempre é servido ao meio-dia, com mais ingredientes, além do pucheiro, como o arroz, o feijão, o palmito e outros. No meio da tarde, as mulheres preparam suco de frutas, geralmente produzidas na comunidade, como limão, acerola, com mandioca frita para servirem na lavoura para os indígenas que estão trabalhando na roça.

Os mutirões representam momentos de ajuda mútua dos Terena entre si. Atualmente essa troca de favores é percebida entre os membros de uma mesma parentela ou família extensa, cada vez mais restrita ao núcleo familiar. O resultado dos mutirões são colheitas

² Prato tradicional da região, feito com carne com ossos cortadas geralmente do pescoço da vaca, sempre misturado com outros ingredientes.

mais abundantes, que possibilitam a comercialização de produtos agrícolas nas cidades.

Os Terena são encontrados nos mercados de Campo Grande, Aquidauana, Anastácio, Miranda, entre outros. As mulheres exercem mais a função de comerciantes, porém alguns homens também são encontrados vendendo milho verde, feijão de corda, maxixe, manga, entre outros. Contudo, a reclamação acerca das dificuldades enfrentadas na agricultura e na comercialização é recorrente, conforme explicam Ladeira e Azanha (2004):

As famílias Terena que vivem da agricultura não conseguem auferir dela a renda mínima necessária para manter, durante todo o ano, seu grupo doméstico. Para que as roças sejam bem sucedidas, as lideranças devem garantir junto aos órgãos governamentais (prefeituras, órgãos estaduais e Funai, nesta ordem) o suprimento necessário de diesel e sementes e contar ainda com que os tratores estejam em perfeitas condições de uso. Porém, esta situação coloca os lavouristas Terena das Reservas na dependência quase absoluta dos insumos externos (óleo e sementes) – dependência esta que acaba por submeter as lideranças indígenas ao mais deslavado “clientelismo”, sobretudo por parte das autoridades municipais, ávidas dos votos indígenas. Dado este quadro, os lavouristas indígenas apenas têm o controle sobre “o quê plantar”, mas não sobre “o quanto e o quando plantar” (LADEIRA; AZANHA, 2004, s/p).

A falta de controle sobre a produção, dada a dependência de financiamento externo, leva muitos agricultores a desanimarem da atividade. Muitos daqueles que antes vendiam seus produtos, atualmente produzem apenas para o consumo da família. Daí as diferenças, ano a ano, verificadas nas áreas efetivamente plantadas nas Reservas. Atualmente os Terenas, assim como outras etnias, deparam-se também com a ausência de terra nas reservas para desenvolver a agricultura. Seus lotes são cada vez mais reduzidos, pois diariamente nascem novos membros, outros constituem suas próprias famílias e vão ficando próximos aos seus pais,

dentre outras situações. A necessidade de produzir mais é cada dia maior, porém faltam recursos, maquinários e terra. Vejamos o relato da anciã Mamédia, que diz:

Saí da Aldeia Ipegue- Aquidauana-MS com meu esposo que era da Aldeia Brejão Terra Indígena-Nioaque-MS, ainda muito moça. Fui criada na aldeia; lá a gente tinha nossos costumes, modo de viver e na aldeia Brejão tive meus filhos; a gente era muito feliz, eu criava galinhas, porcos, plantava frutas, mandioca, abóbora, maxixe para nosso sustento e às vezes a gente vendia na cidade, mas conforme os filhos foram crescendo, a terra foi ficando pequena, então meu esposo teve que procurar trabalho na cidade e nas fazendas, pois a terra era pouca para sustentar todos. Com o tempo acabamos mudando para a cidade de uma vez, mais deixamos nossa casa na aldeia para voltar quando quiser, pois minha saúde já não era boa e eu precisava de médico por perto e também meus filhos queriam estudar, eu queria que minha filha fizesse faculdade. Hoje minha filha é formada professora, tenho filho que toca em uma banda. Tão todos empregados, mas sinto tristeza por ver que eles estão aos poucos esquecendo os costumes do nosso povo (Relato de Mamédia Feliciano da Silva, 73 anos, novembro de 2011).

A busca de alternativas para a dificuldade de sobreviver nas aldeias é constante entre os Terena. A situação de confinamento em pequenas áreas reservadas constituiu-se no século XX, conforme descrevemos anteriormente. Entretanto, ano após ano, agrava-se e produz-se outras complicações na organização social, espacial, econômica e cultural desse povo. Diante do relato de Dona Mamédia, podemos perceber que não somente a busca pelo trabalho se configura como fator de deslocamento da aldeia para a cidade, mas também pela falta de espaços para realizarem suas produções como antigamente faziam e por almejarem melhores condições de vida, tendo acesso a escolas de melhor qualidade e à assistência médica.

Através dos estudos antropológicos de Oliveira (1969), podemos compreender que, ao sair da aldeia para a cidade, o índio tem a intenção de

mudar de vida, tanto sua quanto de seus familiares. A busca por melhores escolas, maior acesso à saúde e emprego na cidade não necessariamente o desvincula da aldeia, pois sempre mantém uma ligação forte com seus parentes que ficam dentro da comunidade, na intenção de que um dia voltará a ocupar seus lugares novamente na aldeia. Décadas se passaram após os estudos de Oliveira, que continuam atuais, pois as situações por ele etnografadas permanecem.

Na saída das famílias indígenas para a cidade em busca de melhores oportunidades, muitos relatos, como o acima destacado, apontam para vários fatores que influenciaram os indígenas em tal decisão. Alguns desistiram de seus sonhos por causa do preconceito e da discriminação, mas a maioria preservou e resistiu. Atualmente, percebe-se uma grande quantidade de indígenas formados em diversas áreas da academia, como professores, técnicos agropecuários, engenheiros agrônomos, etc, conforme relata Claudionor do Carmo Miranda, que defendeu sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, na Universidade Católica Dom Bosco.

Acredito que o povo Terena hoje vive o momento do despertar. Antigamente nós éramos muito estudados pelos purutuyé e nunca percebemos um desenvolvimento ou melhorias em nossas comunidades; aí resolvemos fazer o contrário ir para as escolas onde somente o homem branco tinha acesso, as chamadas faculdades, e estudar também as ciências aprendidas por eles para nos defender e ocupar os espaços nos cargos públicos e nos parlamentos para falarmos de nós mesmos e fazer ouvir as nossas vozes (Relato de Claudionor Miranda, junho de 2012).

O relato de Claudionor, que também é vereador, soa como um desabafo, pois ressalta a exploração aos indígenas. Daí a necessidade de estudar e se graduar para disputar os espaços de poder usufruídos apenas pelos não indígenas. É significativo e notável a presença das mulheres terena nas escolas indígenas e nas universidades. Ocupam os cargos públicos, principalmente na administração escolar. São coordenadoras

e diretoras das escolas indígenas, além de comporem o corpo docente, cuja grande maioria é de professoras. Atualmente, é notória a presença e a busca da inserção das mulheres indígenas nas universidades, cursando a graduação e pós-graduação, com intuito de buscar conhecimento científico para melhor influenciar nas discussões interna da comunidade.

Algumas mulheres estão conquistando espaços através da academia e outras estão fortalecendo a cultura material de seu povo através do artesanato Terena. Embora seja uma atividade cultural antiga dos indígenas, representa uma alternativa viável de subsistência deste povo, principalmente na ocupação do trabalho das mulheres, através da tecelagem, da palha e do barro. Na comunidade pesquisada, esta atividade tem sido ao longo dos anos prejudicada pela falta de incentivo, especialmente na comercialização das cerâmicas, mas as mulheres têm despertado para tal atividade cultural como fonte de renda para ajudar nas despesas da casa. No entanto, reclamam da ausência de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento desta atividade nas terras indígenas. A dificuldade de obter matéria-prima (argila) para a fabricação das cerâmicas levou as terena a criarem uma associação de mulheres indígenas como forma de se organizarem para fortalecer a atividade cultural.

Mulheres Terena da Aldeia Água Branca-Nioaque-MS: presença e participação

Assim como ocorre com as mulheres não indígenas, as mulheres indígenas em geral, e especificamente as terena da Aldeia Água Branca, procuram sair da invisibilidade na qual estiveram mergulhadas. Na forma de organização social dos Terena, no entanto, as mulheres aparecem diante dos olhos dos não índios enquanto submissas e inexpressivas. Todavia, nas observações realizadas percebemos o quanto as mulheres estão se movimentando nos espaços por elas ocupados. Nas escolas, nas

associações, nas universidades, no posto de saúde e em outros tantos, desempenham as atividades a si confiadas. As mulheres Terena buscam espaços políticos em suas comunidades, conquistando autonomia mesmo que de forma sutil, como afirma Miranda (2007):

As mulheres cumprem um papel importante na aldeia, não somente como donas de casas, mas também nas discussões de interesse da comunidade, principalmente na área de educação, nas reuniões de pais e mestres realizados pela Secretaria Municipal de Educação e no cargo de Chefia de Posto da FUNAI. As articulações das mulheres se dão estrategicamente de uma forma não visível por todos, mas de forma bastante competente nas rodas de chimarrão bem cedo, nas buscas de lenhas aonde, geralmente só irão as mulheres e quando estão realizando algum trabalho coletivo de interesse da comunidade. Suas interferências são específicas na área de educação, muito possivelmente porque são elas que mais acompanham a trajetória educacional de seus filhos e culturalmente as mães Terenas sentem muito “ciúme” de seus “curumins”. Com relação ao cargo de Chefia do Posto Indígena, a interferência das mulheres é no sentido de que este cargo não é puramente político, mas a pessoa que assumir um cargo desta natureza, tem que ser avaliado internamente sua conduta, sua reputação e o respeito que o mesmo tem pelos grupos agnáticos das quatro comunidades e geralmente o peso das decisões das mulheres neste sentido tem sido considerado (MIRANDA, 2007, p. 248).

Os espaços de participação das mulheres são mais restritos que o dos homens, pois se dão no âmbito dos quintais de suas casas ou mesmo em seu interior, como também nas conversas com as outras mulheres e nas suas associações. São espaços privilegiados os da roda de chimarrão, de tereré, que podem ser somente ocupados pelos membros da família e pelos visitantes, no caminho que percorrem entre a sua casa e as roças onde recolhem a lenha utilizada nos afazeres domésticos. São elas que dedicam a maior parte do tempo na educação de seus filhos e filhas e, por isso, acompanham mais a vida escolar e a saúde dos mesmos. Participam

da avaliação do perfil dos futuros líderes do grupo, entre outras formas de participação. Na fala de Claudionor, acima destacada, percebemos que as mulheres da Aldeia Água Branca influenciam nas decisões internas de suas famílias, assim como nas decisões da comunidade como um todo.

Apesar dessas articulações se darem de forma silenciosa, demonstram que estão sempre presentes e atuantes, seja através da participação no Clube de Mãe, na Associação de Mulheres Indígenas, garantindo, assim, espaço nas discussões internas da comunidade. Segundo Passos (2007), o número de Associações indígenas se multiplicaram em todas as regiões do País a partir da Constituição de 1988, devido aos direitos conquistados pelos indígenas. Na Legislação destaca-se a possibilidade de sua representação jurídica através de Associações Indígenas.

Outro espaço importante é o cultural, onde as mulheres fortalecem os rituais através da participação na dança do *Putu-Putu* (joga bunda, em português). A dança é constituída de muita alegria. Antigamente era apresentada quando seus esposos chegavam da caça e pesca com alimentos para a família, depois de uma semana na mata, caçando, pescando e coletando mel. Agora as mulheres apresentam-se especialmente nas festividades da *Semana Indígena*,³ onde são feitas várias apresentações culturais para os visitantes. Outro setor no qual as mulheres cumprem um papel fundamental é na luta pela demarcação dos territórios tradicionais, pois nunca deixam seus esposos irem sozinhos. Estão sempre ao lado dos maridos preparando a comida e alegrando o grupo.

O espaço público do cacicado ainda é pouco acessado pelas mulheres. No entanto, a liderança tradicional ocupada apenas por homens está sendo alvo das mulheres. Em Mato Grosso do Sul, destaca-se a presença da primeira Cacique

3 Semana Indígena: comemorada de 12 a 19 de abril de todos os anos, quando são realizadas apresentações culturais para os visitantes com a participação da comunidade, sendo integrada com as escolas.

Terena da Aldeia Marçal de Souza, a indígena Enir Bezerra, de aproximadamente 50 anos de idade, eleita em 2009. Os cargos de Cacique, Vice-Cacique e membros do Conselho Tribal representam as maiores autoridades constituídas dentro de uma comunidade indígena com poder de voz e voto.

Outro papel fundamental que as mulheres Terena têm desempenhado junto com os homens é na área espiritual, pois algumas delas são grandes xamãs, ou seja, são especialistas nos conhecimentos espirituais e responsáveis pela ordenação e equilíbrio do mundo cosmológico. Os xamãs realizam importantes rituais, como o *Oheokoti*,⁴ que se dão nos momentos de alegria advindos das conquistas e, também, nos momentos de tristeza, como na perda de um parente. O ritual *Oheokoti* é um elemento tradicional da cultura Terena que continua sendo preservado, independente da opção religiosa. Muitos Terena, protestantes ou católicos, permanecem com suas crenças no poder dos xamãs e participam desse ritual.

Antigamente o trabalho desenvolvido pelas mulheres era considerado apenas como uma ajuda ao companheiro, haja vista que as mulheres não se enxergavam como produtoras sociais, pois na cultura Terena o papel da mulher era considerado secundário. Isso se evidencia no relato de Dona Lourdes, quando descreve o trabalho desenvolvido juntamente com o esposo.

Vimos para cá da região de Maracaju, me criei na roça, cresci trabalhando nas fazendas como empregada doméstica ajudando meus pais, depois ajudando meu esposo que também sempre foi empregado nas fazendas, mas viemos para aqui e criamos nossos filhos com a agricultura. Eu e ele sempre vendia o que plantava: Feijão de corda, abobrinha, milho verde e outros. Tenho uma filha que tem a maior prática em vender. Tudo que ela levava para a cidade ela vendia. Passamos muito aperto, pois mal dava para viver. Hoje eu e meu esposo estamos aposentados, vivemos só da

4 Ritual xamânico realizado no período correspondente à Semana Santa católica. Atualmente, pouco realizado pelos Terena.

aposentadoria, mas ele está doente de modo que vez ou outra ainda vendo os frangos que crio, saio para vender mandiocas que a gente planta, pois só aposentadoria não dá para comprar os remédios que ele precisa. Aqui não tem uma alternativa de renda, falta recursos da prefeitura para criar uns projetos que gera renda. Quando ele tá bem de saúde a gente decide as coisas juntos, mas ele doente, eu é que tenho que resolver tudo, tomar todas as decisões a respeito de tudo (Relato de Lurdes Soares da Silva, Terena, 69 anos, março de 2012).

Apesar de Dona Lourdes não desenvolver um trabalho assalariado, sempre atuou como produtora, contribuindo, assim, com o desenvolvimento econômico tanto da aldeia quanto do município, embora não se reconheça como tal. Quando ela diz que somente na doença do esposo tomou todas as decisões com relação a sua família, demonstra que de forma discreta as mulheres têm muita influência nas decisões do grupo familiar, mesmo que o homem esteja sempre à frente dessas decisões.

Segundo Mussi (2008), no processo de expansão vivido pelas mulheres Terena, tanto na aldeia, quanto no espaço urbano, o trabalho assume três funções básicas, como processo de reorganização social: 1) garante a subsistência; 2) é tido como o principal mecanismo impulsionador de deslocamento; 3) exerce o papel de auxiliar no processo de inserção no meio urbano junto à sociedade não indígena.

As mulheres da Aldeia Água Branca desempenham papel muito importante junto ao núcleo familiar, colaborando com a organização social e o desenvolvimento econômico da aldeia. Duas mulheres participam no Conselho Tribal. Isso se evidencia quando elas relatam que “ajudam” o esposo na lida da roça, a vender a produção na cidade e acompanham a educação escolar dos filhos. Conforme relata Dona Floriza:

Tenho 77 anos, tive 12 filhos que estão todos casados e muitos netos. Hoje vivo praticamente da aposentadoria, mas antes a

gente vivia das frutas do mato e as coisas que a gente plantava. Já trabalhei muito de ajudante nas cozinhas das casas nas fazendas lá pela região de Maracaju de onde vim. Antes ajudava à meu pai, depois casei e passei a ajudar meu esposo. Aqui em Nioaque, sempre tive junto do esposo, a gente plantava e vendia na cidade o feijão de corda, mandioca, milho e assim criamos os filhos, sempre com muita dificuldades. A gente vendia frutas, para os filhos estudarem em Nioaque, mas graças a Deus a gente conseguiu. Meu esposo sempre foi muito bom, sempre deixou eu decidir sobre a educação e futuro dos filhos, eu até tentei estudar, me matriculei, estudei seis meses, mas não conseguia aprender nada e acabei saindo da escola, ele nunca impediu. As outras coisas sobre a família, nós decidia junto (Relato de Floriza do Carmo Miranda, março de 2012).

Para Dona Floriza, o trabalho é constitutivo de sua vida, pois foi “ajudante” do pai e do esposo no trabalho nas fazendas, e também dona de casa, produtora rural, produziu rendas para mandar os filhos estudarem, teve iniciativa para estudar e adquirir conhecimentos, decidiu junto ao companheiro sobre as questões importantes, o que demonstra seu poder de decisão e influência junto ao núcleo familiar. Quando ressalta que tentou estudar, demonstra que as mulheres da aldeia Água Branca, independente da idade, estão buscando também educação escolar como forma de melhorar suas capacidades, conquistar autonomia e novos espaços dentro da aldeia. Isso se revela também no relato de Dona Lourdes:

Tenho 79 anos, cinco filhos, um enteado e um adotivo, vim da região de Maracaju quando tinha oito anos. Lá meu pai era capataz de fazenda, e minha mãe trabalhava de empregada nas casas e eu muito pequena ajudava no serviço. Hoje sou aposentada, mas ainda planto mandioca, abobrinha, feijão miúdo que quando as contas apertam eu ainda vendo. Também tenho uma vaquinha de leite, mas só para a subsistência. Quando mais nova eu vendia verduras, feijão miúdo, mandioca, milho para ajudar o meu esposo e também a gente trabalhava junto nessas lavouras vizinhas, pois só o que a gente plantava não dava para criar os

filhos, a terra é muito pequena. Na educação dos filhos, eu e meu esposo resolviam tudo junto e sobre as outras coisas também, ele sempre me perguntava as coisas para poder resolver o que fazer (Relato de Lourdes Marques Bueno, mar. 2012).

No relato de Dona Lourdes transparece a ideia de que o trabalho é um fator de afirmação pessoal e de agregação social. Isso se evidencia quando ela afirma ser aposentada, mas que ainda continua produzindo quando precisa de dinheiro. É possível perceber nos relatos das mulheres mais velhas que elas fazem questão de falar com orgulho o quanto trabalhavam quando eram mais novas e que, mesmo depois de aposentadas, continuam trabalhando e produzindo. Confirmam a importância de seu trabalho para a organização social na aldeia e a geração de renda para o seu núcleo familiar.

Foi possível observar em nossa pesquisa que na Aldeia Água Branca o trabalho da mulher, além de estar ligado à questão da subsistência, estabelece uma relação quase imperceptível com a questão da autonomia feminina. A mulher indígena atual não se satisfaz apenas em ser dona de casa. Ela quer participar do mercado de trabalho, ser remunerada e reconhecida como produtora social. Para melhor compreensão desse desejo, vejamos a entrevista de Dona Elenir da Silva, de 22 anos:

Trabalho como agente de saúde; passei por uma seletiva após terminar o ensino médio e hoje desenvolvo minha atividade de agente aqui na aldeia. Antes eu ajudava meu esposo na lida com a agricultura, mas era somente para a subsistência, para ter renda, ele sempre trabalhou fora da aldeia, mas eu também quero trabalhar e ganhar meu dinheiro. Ele não me proíbe de trabalhar, pois precisamos do dinheiro que ganho no meu trabalho, no final do mês, juntamos o meu salário e o dele e dividimos as despesas da casa. As decisões são tomadas juntos e para melhorar a renda me associei a um grupo de mulheres que se juntavam aqui para fazer artesanatos, fazíamos tapetes, colar, trabalhos com palha de milho, argila, o objetivo era vender o que a gente produzia lá, mas não era em forma de cooperativismo, o lucro do que produzia era

individual, por isso, penso que não deu certo e a associação parou, pois aquelas que não conseguia fazer muito ficava desanimada e acabou que ninguém se juntou mais. Os cursos eram ministrados e custeados pela ação social do município (Relato de Elenir da Silva, março de 2012).

Percebe-se na fala de Dona Elenir que as mulheres Terenas atuais, especificamente as mulheres da Aldeia Água Branca, estão deixando de atuar somente nos espaços domésticos para envolverem-se em outros espaços como a saúde e a educação. Buscam qualificação profissional através da educação para conquistar novos espaços na aldeia, bem como se organizam em associações como forma de melhorar a qualidade de vida de sua família e adquirir mais autonomia tanto na aldeia quanto no grupo familiar. O caso de Dona Vera Lúcia, de 46 anos, também demonstra isso:

Eu trabalho como merendeira na escola, ganho R\$ 800,00(oitocentos reais). Eu, meu esposo, filhos e filha vivemos só do trabalho fora, ninguém produz mais nada no núcleo familiar para a subsistência, mas antes de eu começar a trabalhar na escola, plantávamos milho, mandioca, abobrinha, feijão e vendíamos no comércio e eu também ajudava meu esposo e ia junto para a cidade, quando tinha o que vender. Todas as mulheres de meu núcleo familiar trabalham fora. Aqui em casa, meu esposo e eu tomamos as decisões juntos, decidimos o que comprar com o dinheiro, o que fazer. Antes quando as crianças eram menores a gente decidia juntos sobre a educação deles. Ele não me impede sobre nada me dá a maior força, tanto que para melhorar no orçamento em casa cheguei a participar de um grupo de mulheres, aqui na aldeia, onde fazíamos tapete, artesanatos, conversávamos sobre muitas coisas, planos futuros, mas infelizmente por falta de recursos da prefeitura a associação não deu certo, e hoje ela está parada (Relato de Vera Lucia Marques Miranda, março de 2012).

Quando Dona Vera Lúcia declara trabalhar fora, informando em seguida o salário que recebe, nota-se que ela dá outra dimensão ao trabalho remunerado, pois o considera como um trabalho seu. Entretanto, ao

falar do trabalho que realizava enquanto produtora, o considera apenas como uma ajuda ao esposo, mostrando a invisibilidade com a qual o trabalho feminino não remunerado da mulher indígena ainda é visto.⁵

A escassez de trabalhos realizados pelos antropólogos a respeito do trabalho e da autonomia da mulher indígena, especificamente da mulher Terena, se dá talvez pela falta de visibilidade com a qual ela ainda é tratada. Para Moura (2009), a invisibilidade das mulheres indígenas é parte da invisibilidade das mulheres em geral, enquanto sujeitos históricos de processos sociais e políticos.

Considerações finais

Atualmente é perceptível, embora de maneira lenta, que as comunidades indígenas Terena vêm sofrendo mudanças culturais, especialmente no que se refere à ocupação de espaços pelas mulheres terenas na organização sociopolítica da comunidade. Com a participação da mulher, há uma agregação de valores na cultura do povo Terena. A mulher indígena atual não se satisfaz apenas em ser dona de casa, ela quer participar do mercado de trabalho, ser remunerada, reconhecida como produtora social e principalmente participar da liderança tribal.

Na forma de organização social dos Terena, as mulheres aparecem diante dos não índios como submissas e inexpressivas. No entanto, percebe-se que as mulheres terena estão cada vez mais procurando sair da invisibilidade à qual estiveram submetidas. Através da educação buscam qualificação profissional e se organizam em associações para conquistar novos espaços na aldeia, a fim de melhorar a qualidade de vida de sua família e de adquirir mais autonomia na aldeia e no grupo familiar.

5 Na sociedade capitalista, existe a concepção de que o trabalho realizado nos espaços domésticos, mesmo que venha a contribuir na economia familiar, deixa de ser considerado trabalho por não ser remunerado. Isso faz parte de uma construção social e cultural que não se aplica apenas às mulheres indígenas, mas às mulheres de modo geral.

Outro fator observado é a influência que as mulheres terenas exercem nas decisões internas da família, bem como nas decisões comunitárias. Apesar de se articularem de forma discreta, quase imperceptível, aos pouco elas vem garantindo espaços nas discussões da comunidade, mostrando que estão sempre presentes. Ressalta-se forma que duas mulheres terenas já participam do conselho tribal na referida comunidade.

No tocante ao espaço cultural, as mulheres terenas fortalecem rituais importantes, através da dança do Putu-Putu, apresentada nas festividades da Semana Indígena, e na área espiritual ocupam papel fundamental e são responsáveis pela ordenação e equilíbrio do mundo cosmológico, sendo algumas mulheres grandes xamãs.

Para as mulheres terena o trabalho é um fator de agregação social e de afirmação pessoal, e isso se torna evidente quando as anciãs se orgulham ao falar o quanto produziam e ainda produzem. O trabalho não remunerado da mulher indígena é visto de forma invisível, visto que no mundo capitalista existe a concepção de que o trabalho, não só das mulheres indígenas, só é visível quando é remunerado, sendo esta uma construção social e cultural.

Em síntese, durante a pesquisa constatou-se a falta de pesquisas relacionadas ao tema investigado. Neste sentido, ressalta-se a importância de outros estudos mais aprofundados acerca da relação da mulher terena com o trabalho e suas influências na comunidade onde vivem.

Fontes orais

Mamédia Feliciano da Silva. Entrevista concedida em 12-11-2011, Nioaque - MS

Lurdes Soares da Silva. Entrevista concedida em 23-03-2012, Aldeia Água Branca

Vera Lucia Marques de Souza. Entrevista concedida em 23-03-2012, Aldeia Água Branca

Floriza do Carmo Miranda. Entrevista concedida em 23-03-2012, Aldeia Água Branca

Lourdes Marques Bueno. Entrevista concedida em 23-03-2012, Aldeia Água Branca

Elenir da Silva. Entrevista concedida em 23-03-2012, Aldeia Água Branca
Claudionor do Carmo Miranda. Entrevista concedida em 12.06.2012 - Aldeia Água Branca

BIBLIOGRAFIA

AZANHA, Gilberto. *Diagnóstico expedito das Terras Indígenas e Aldeias Terena em situação de urbanizações sócioambientais em áreas indígenas na BAP-MS*. Programa Pantanal. 2002.

CABRAL, Paulo Eduardo. *Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Secretaria de Estado da Educação, 2002.

GOMES, Luciana Scanoni; KABAD, Juliana Fernandes. A produção da cerâmica terena: interfaces entre cultura material, gênero e território tradicional. In: 26^º Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro, 2008.

LADEIRA, Maria Elisa; BITTENCOURT, Circe Maria. *A história do povo terena*. Brasília: MEC, p. 11-12; 156, 2000.

_____; AZANHA, Gilberto. *Terena*. Centro de Trabalho Indigenista, 2004. Disponível em: <www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2011.

_____.; _____. *Verbete Terena*. 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1677>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. Terra indígena nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 2004, p. 80-90. Disponível em: <www.scielo.br/pdf.inter.v8n2.a11v08n2.pdf>. Acesso em: 10 dez.2011.

MOURA, Noêmia S. P. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipeguê no século XX*. 2009. Tese - Universidade de Campinas, Campinas.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Tronco Velho ou Ponta de Rama? A mulher indígena Terena nos entrelugares da fronteira urbana. *Patrimônio e Memória*. UNESP/FCLAS/ CEDAP, v.4, n. 1, 2008.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes, 1979.

OLIVEIRA P. J.; IGLESIAS M. P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: LIMA, A.C. E HOFFMANN M.B. (Org.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: LACED, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos terena*. Prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios terena numa sociedade de classes*. Coleção de Etnologia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1969.

PASSOS, Lilianny Rodrigues Barreto dos. *Associações Indígenas: um estudo das relações entre Guarani e Terena na Terra Indígena de Dourados-MS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do Território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dourados. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. *Desenvolvimento local na perspectiva terena de Cachoeirinha, Miranda/MS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Disponível em: <www.cedap.assis.unesp.br/patrimônio_e_memoria/.../tronco_velho.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2012.

